UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA

RENATA MARGARIDO

**Se penso, é porque existo: as construções
correlativas com “*se... verbo ser + porque*”
sob uma perspectiva funcionalista**

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo

2016

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA

RENATA MARGARIDO

**Se penso, é porque existo: as construções correlativas
com “*se...* verbo *ser* + *porque*” sob uma perspectiva funcionalista**

VERSÃO CORRIGIDA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutora em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Módolo

São Paulo

2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

M327s Margarido, Renata
Se penso, é porque existo: as construções correlativas com "se... verbo ser + porque" sob uma perspectiva funcionalista / Renata Margarido ; orientador Marcelo Módolo. - São Paulo, 2016. 343 f.

Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Área de concentração: Filologia e Língua Portuguesa.

1. Construções com "se... verbo ser + porque". 2. Teoria funcionalista da linguagem. 3. Natureza sintática. 4. Questão semântica. 5. Organização discursiva. I. Módolo, Marcelo, orient. II. Título.

MARGARIDO, Renata. Se penso, é porque existo: as construções correlativas com “*se...* verbo *ser* + *porque*” sob uma perspectiva funcionalista. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Letras.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. Marcelo Módolo, agradeço pela atenção e pela confiança em meu trabalho.

À Prof.^a Dr.^a Maria Helena de Moura Neves, por ter me introduzido nos estudos de Linguística Funcional, por ter me dado uma orientação brilhante e sempre presente em Iniciação Científica, Trabalho de Conclusão de Curso e Mestrado, o que me possibilitou chegar até aqui. Agradeço, ainda, pelas palavras de incentivo e pelas importantes sugestões apresentadas em Exame de Qualificação e em Banca Final.

Ao Prof. Dr. Paulo Roberto Gonçalves Segundo, pelas importantes sugestões dadas em Exame de Qualificação e em Banca Final.

À Prof.^a Dr.^a Gisele Cássia de Sousa e à Prof.^a Dr.^a Taísa Peres de Oliveira, pelas importantes sugestões apresentadas em Banca Final.

À Prof.^a Dr.^a Nilza Barrozo Dias e à Prof.^a Dr.^a Violeta Virgínia Rodrigues, pelas relevantes sugestões dadas em ocasião de minha apresentação no “III Simpósio Internacional de Linguística Funcional”, na Universidade Federal Fluminense.

Aos meus pais, pelo apoio e incentivo constantes.

RESUMO

Nesta tese, objetiva-se investigar o funcionamento sintático, semântico e pragmático das construções com “*se... verbo ser + porque*” sob uma perspectiva da teoria funcionalista da linguagem. Utilizam-se os postulados de Dik (1989), que propõe um modelo de interação verbal, segundo o qual, na construção dos enunciados linguísticos, o falante antecipa uma possível interpretação do ouvinte e este reconstrói a intenção comunicativa do falante. Assim, na análise dos enunciados, os fatores sintático e semântico são conjugados ao componente pragmático. Baseia-se, ainda, nas considerações de Taylor (2003) e Rosch (2004), que defendem que as fronteiras de uma categoria são flexíveis; tal ideia conduz à questão da fluidez semântica, presente na construção com *se... ser porque*. Em relação à metodologia, para a exemplificação da construção em estudo na parte teórica, usam-se textos jornalísticos contemporâneos de diversificados gêneros discursivos; para a análise semântica e pragmática, utilizam-se entrevistas jornalísticas (contemporâneas), pois estas trazem natureza interativa, compatível com a construção em pauta; para o exame da formação da estrutura com *se... ser porque*, adota-se, especialmente, o “*Corpus do Português*”, visto que esse material permite a visualização de dados em uma diacronia. No que concerne à natureza sintática das construções com *se... ser porque*, verifica-se que: i) elas constituem uma correlação entre duas hipotaxes; ii) elas são construções híbridas, e as orações condicional e causal não possuem oração matriz explícita. No que tange à questão semântica, aliada ao componente pragmático, observa-se que: i) a oração com *se* pode ser factual, demonstrando, por exemplo, concordância do locutor em relação à avaliação feita pelo interlocutor; ii) a oração com *se* pode ser hipotética, sentido que, na estrutura com *se... ser porque*, é compatível com a expressão da habitualidade, com a presença do matiz temporal; iii) há, muitas vezes, fluidez semântica em *se... ser porque*, com a manifestação dos valores de causa e de conclusão; iv) a leitura causal não se limita a uma relação entre causa e consequência, pois há casos em que se manifesta uma conexão entre motivação e ação; v) são expressos dois tipos de conclusão, a dedução e a abdução; e a determinação do tipo de conclusão envolve certa subjetividade, não se restringindo, assim, a uma questão lógica. Em relação à organização discursiva, constata-se que: i) a oração condicional atua como tópico, trazendo resumo, paráfrase, contraste ou exemplificação; ii) o verbo *ser* atua como focalizador, tomando como escopo a segunda oração da correlação e explicitando, muitas vezes, informação nova; iii) a oração com *ser porque* é utilizada para anular outras inferências possíveis, e o segmento focalizado indica, entre outros aspectos, informação solicitada pelo interlocutor, negação de ideia exposta anteriormente, confirmação. A partir dos resultados obtidos, é possível questionar conceitos tradicionalmente estabelecidos, como a atribuição apenas do sentido de hipótese à oração condicional e somente do valor semântico de causa à oração causal. Além disso, esta tese tem como objeto de estudo uma construção ainda pouco investigada em pesquisas linguísticas, podendo, assim, oferecer subsídios para novas reflexões sobre a estrutura com *se... ser porque*.

Palavras-chave: construções com “*se... verbo ser + porque*”; teoria funcionalista da linguagem; natureza sintática; questão semântica; organização discursiva.

ABSTRACT

This research investigates the syntactic, semantic and pragmatic operation of constructions with "*if... verb to be + because*" under the perspective of the functionalist theory of language. The Dik's (1989) postulates are used. They propose a verbal interaction model, according to which, in the construction of linguistic utterances, the speaker anticipates a possible interpretation of the listener, who reconstructs the communicative intention of the speaker. Thus, in the analysis of the utterances, the syntactic and semantic factors are conjugated to the pragmatic component. It is also based on considerations of Taylor (2003) and Rosch (2004), who advocate that the boundaries of a category are flexible; such idea leads to the question of semantic fluidity, present in the construction with *if... be because*. Regarding the methodology for exemplification of the construction under study in theoretical part, contemporary journalistic texts of diverse genres are used; for semantic and pragmatic analysis, contemporary journalistic interviews are used, as these bring interactive nature, compatible with the construction in question; for examination of the formation of the structure *if... be because*, the "*Corpus of Portuguese* " is embraced, specially, as this material allows the visualization of data in a diachrony. Regarding the syntactic nature of constructions with *if... be because*, it can be noticed that: i) they constitute a correlation between two hypotaxis constructions; ii) they are hybrid constructions, and conditional and causal clauses have no matrix clause. Regarding the semantic issue, allied to pragmatic component, it is observed that: i) clauses with *if* may be factual, showing, for example, agreement of the speaker in relation to the assessment made by the interlocutor; ii) clauses with *if* may be hypothetical, a meaning that in the structure *if... be because* is compatible with the habitual expression, with presence of temporal nuance; iii) quite often, there is semantic fluidity in *if... be because*, due to manifestation of cause and conclusion values; iv) causal reading is not limited to a relation between cause and consequence, as there are cases in which a connection between motivation and action is manifested; v) two types of conclusion are expressed, deduction and abduction; and determining the type of conclusion involves some subjectivity, thus, it is not restricted to a logical issue. Regarding the discursive organization, it is confirmed that: i) conditional clauses act as a topic, bringing summary, paraphrase, contrast or exemplification; ii) the verb to *be* acts as a focusing event, taking the second correlation sentence as a scope and, quite often, clarifying new information; iii) clauses with *be because* are used to nullify other possible inferences, and the focused segment indicates, among other aspects, information requested by the interlocutor, denial of previously exposed idea, and confirmation. From the results obtained, it is possible to enquire traditionally established concepts, as the assignment of only hypothesis sense to conditional clauses and of only the cause semantic value to causal clauses. Moreover, this thesis has as object of study a construction still poorly investigated in linguistic research, thus, it can offer subsidies to new reflection about the structure *if... be because*.

Keywords: constructions with "*if... verb to be + because*"; functionalist theory of language; syntactical nature; semantic issue; discursive organization.

LISTA DE TABELAS

1	Registros de “se... ser porque” no “ <i>Corpus do Português</i> ”.....	68
2	Ocorrências com “seria porque” no “ <i>Corpus do Português</i> ”.....	68
3	Ocorrências com “será porque” no “ <i>Corpus do Português</i> ”.....	69
4	Ocorrências com “era porque” no “ <i>Corpus do Português</i> ”.....	72
5	Ocorrências com “foi porque” no “ <i>Corpus do Português</i> ”.....	74
6	Ocorrências com “é porque” no “ <i>Corpus do Português</i> ”.....	76
7	Valores semânticos na segunda oração da construção com “se... verbo <i>ser</i> + <i>porque</i> ”	216
8	Valores semânticos na primeira oração da construção com “se... verbo <i>ser</i> + <i>porque</i> ”.....	234
9	Combinação de tempos/modos verbais nas condicionais factuais e nas condicionais hipotéticas nas estruturas com “se... verbo <i>ser</i> + <i>porque</i> ”	243
10	Combinação de tempos verbais (modo indicativo) nas construções habituais com “se... verbo <i>ser</i> + <i>porque</i> ”	268
11	Combinações de estatuto informacional entre as orações da construção com “se... verbo <i>ser</i> + <i>porque</i> ”	274

SUMÁRIO

1.	Introdução	10
1.1	Considerações iniciais, objetivos, hipóteses e justificativa do tema	10
1.2	Procedimentos metodológicos	14
1.2.1	Métodos de análise e a constituição dos <i>corpora</i>	14
1.2.2	Caracterização do <i>corpus</i> de análise: a entrevista	17
1.3	Organização da tese	24
2.	A perspectiva da teoria funcionalista da linguagem	26
3.	Processos sintáticos	35
3.1	Revisão da dicotomia “coordenação” x “subordinação”	35
3.2	Os processos sintáticos em um <i>continuum</i>	51
3.3	A formação da construção com “se... ser porque”	62
4.	A natureza semântica das construções com “se... verbo <i>ser</i> + <i>porque</i>”	87
4.1	Construções condicionais	87
4.1.1	A questão das tipologias	87
4.1.2	Matizes semânticos	115
4.2	Construções causais	142
4.2.1	A questão das tipologias	142
4.2.2	Matizes semânticos	162
5.	Organização das construções com “se... verbo <i>ser</i> + <i>porque</i>” no discurso	169
5.1	Estatuto informacional	169
5.2	Funções discursivas	185
5.2.1	Tópico	185
5.2.2	Foco	195

6.	Análise	216
6.1	A natureza semântica nas construções com “ <i>se...</i> verbo <i>ser</i> + <i>porque</i> ”.....	216
6.1.1	Causa e conclusão	216
6.1.2	Fato e hipótese	233
6.2	As construções com “ <i>se...</i> verbo <i>ser</i> + <i>porque</i> ” no fluxo de informação	274
6.2.1	Estatuto informacional	274
6.2.2	Funções discursivas: tópico e foco	287
6.2.2.1	Tópico.....	287
6.2.2.2	Foco	303
7.	Conclusões	324
	Referências	330

1. Introdução

1.1 Considerações iniciais, objetivos, hipóteses e justificativa do tema

A construção com “*se... verbo ser + porque*”, objeto de estudo desta tese, é formada pela união de duas construções, as hipotáticas condicionais e as hipotáticas causais. Trata-se, portanto, de uma “construção híbrida” (NEVES¹). Entretanto, é importante destacar que a estrutura referida não constitui uma mera junção entre duas hipotaxes, ou seja, não bastaria apenas estudar as características das hipotáticas condicionais e das hipotáticas causais para compreender o funcionamento da construção com “*se... verbo ser + porque*”, já que, nessa estrutura, as duas hipotaxes estão relacionadas, trazendo efeitos de sentido particulares, que nem sempre se encontram nas condicionais canônicas e nas causais prototípicas². Dessa forma, optou-se por nomear a estrutura em estudo de construção “correlativa”.

Borba *et al.* (2002, p. 411) e Ferreira (2004, p. 558) apresentam, entre outros, este sentido de “correlacionar”: “estabelecer relação ou correlação entre”. Com base nessa definição, interpreta-se que há, em “*se... verbo ser + porque*”, uma relação, uma correlação entre duas construções hipotáticas. A utilização do termo “correlação” evidencia que essas duas construções não se encontram “soltas”, isto é, que há certa conexão entre elas para que se produzam determinados efeitos de sentido.

Saliente-se que não se emprega, aqui, a expressão “correlação” para denominar o processo sintático autônomo em que há interdependência entre orações³, pois, em “*se... verbo ser + porque*”, como explica Neves⁴, “‘condição’ e causa (...) não podem entrar lado a lado na construção porque isso é incompatível”. Isso significa que a noção de condição (da oração com *se*) não ativa, em primeira instância, a ideia de causa (da oração com *porque*). Da mesma forma, não se utiliza a expressão “correlação” para referência ao expediente formal em que dois conectivos de uma construção (havendo um conectivo no início de cada oração) são “ligados” (nas “coordenadas” ou nas “subordinadas”), pois, no caso de “*se... verbo ser + porque*”, a relação estabelecida entre a oração com *se* e a oração com *porque* não é imediata, mas mediada pelo verbo *ser*, como se verá na seção “3.3”.

¹ Comunicação pessoal em Banca de Qualificação.

² Os termos “canônicas” e “prototípicas” são utilizados para fins metodológicos, considerando-se que, quando há o tratamento das condicionais e das causais, faz-se referência, tradicionalmente, a construções que apresentam conjunção no início de apenas uma das orações.

³ O gramático Oiticica (1953, 1962) e os linguistas Módolo (2004), Rodrigues (2009), Rosário (2012) e Ribeiro (2014) estudam o processo sintático de correlação, vendo-o como um fenômeno autônomo, em que existe interdependência entre as orações.

⁴ Comunicação pessoal em Banca de Qualificação.

Esclarecido isso, passa-se a expor os objetivos desta tese, desenvolvida com base na teoria funcionalista da linguagem, a qual se preocupa com os sentidos produzidos em um processo de interação verbal, com a consideração de que a língua não é autônoma, mas é sujeita a pressões de uso. O objetivo da tese é investigar, em textos do português contemporâneo, em entrevistas jornalísticas, mais especificamente, o funcionamento sintático, semântico e pragmático das construções correlativas do tipo *se... ser porque* ⁵.

Os objetivos específicos no exame das construções com *se... ser porque* são:

- ✓ Partir das características das condicionais canônicas e das causais canônicas para se chegar aos traços semânticos e pragmáticos das construções com *se... ser porque*, considerando-se também os efeitos de sentido particulares produzidos nestas.
- ✓ Observar a formação das construções com *se... ser porque*.
- ✓ Verificar os valores semânticos expressos na primeira oração da construção e suas possíveis motivações de ocorrência.
- ✓ Identificar os sentidos presentes na segunda oração da construção, verificando a questão da fluidez semântica, e suas possíveis motivações de uso.
- ✓ Verificar a função do verbo *ser* na correlação em pauta.
- ✓ Observar o estatuto informacional presente em cada um dos segmentos da construção e os fatores que determinam o tipo de estatuto informacional nos segmentos.
- ✓ Verificar as características da oração condicional como tópico e as características do segmento focalizado.

Com base nos objetivos expostos, são levantadas as seguintes hipóteses a respeito das construções com *se... ser porque*:

---

⁵ No capítulo de análise, no tratamento dos sentidos da oração condicional, utilizam-se as denominações correlativas factuais e correlativas hipotéticas. Ressalte-se que o termo “hipotéticas” não é usado em sentido amplo, como sinônimo de “condicionais”.

- ✓ As construções em pauta, mediadas por um verbo focalizador, são formadas pela correlação entre duas hipotaxes, a condicional e a causal. Assim, é possível partir das características das hipotáticas condicionais canônicas e das hipotáticas causais prototípicas para a compreensão do funcionamento semântico e pragmático das construções com *se... ser porque*, mas estas produzem, por vezes, efeitos de sentido particulares.
- ✓ No que concerne à questão semântica, em “*se... verbo ser + porque*”, a oração condicional da correlação manifesta fato ou hipótese, com motivações de uso particulares; o segundo segmento da construção, por sua vez, exibe os valores de causa (com ou sem motivação) e/ou de conclusão (do tipo dedução ou abdução), com motivações de uso específicas.
- ✓ No que tange à questão pragmática, a oração condicional, como tópico, exibe, especialmente, resumo, paráfrase, exemplificação ou contraste, e o segmento focalizado explicita, sobretudo, informação não familiar, com objetivos diferentes daqueles observados na oração focalizada com informação familiar.
- ✓ O verbo *ser* da construção atua como focalizador e toma como escopo a segunda oração da correlação, estabelecendo um cotejo com o primeiro segmento da correlação e, também, com porções maiores do texto.

Indique-se que, dos itens elencados, a hipótese principal é a de que, para a visualização do funcionamento das construções com *se... ser porque*, as quais formam uma estrutura de duas hipotaxes, pode-se partir das características das hipotáticas condicionais canônicas e das hipotáticas causais canônicas, embora as construções aqui em estudo apresentem especificidades. Para a verificação disso, são analisados os sentidos expressos nas construções com *se... ser porque* e os efeitos pragmáticos produzidos nelas (com o tratamento do tópico e do foco).

Visto isso, considera-se que a investigação funcionalista das construções correlativas com *se... ser porque*, de acordo com os objetivos estabelecidos, pode trazer contribuições para o questionamento de dicotomias semânticas geralmente determinadas pelas gramáticas tradicionais. Nestas, as orações iniciadas por *se* e *porque*, em geral, são englobadas,

respectivamente, no grupo das condicionais e das causais, sem, muitas vezes, o reconhecimento da possibilidade de sobreposição de sentidos nessas orações. Nas correlativas em pauta, como se verá, a oração condicional pode ter matiz temporal além do condicional e a oração iniciada por *ser porque* apresenta, em geral, além da causa, o valor semântico de conclusão. A própria facticidade imposta no bloco “*se... ser porque*” a partir da oração causal leva a se questionar uma visão explicitada nas gramáticas tradicionais, a saber: a hipótese como uma característica típica da oração condicional.

Ademais, nas gramáticas tradicionais, determina-se uma separação rígida entre os processos sintáticos de “coordenação” e de “subordinação”, sendo atribuídos a eles, respectivamente, o caráter de “independência” e a natureza de “dependência” (sintática e/ou semântica). A partir de uma perspectiva funcionalista, com o estudo da estrutura com *se... ser porque*, é possível colocar em xeque essa dicotomia, verificando-se, na verdade, a existência de um *continuum* entre os processos sintáticos referidos.

A presente pesquisa também revela-se significativa devido ao tratamento de uma construção, o *se... ser porque*, pouco divulgada e pouco estudada tanto nas gramáticas tradicionais quanto nas gramáticas funcionalistas. Há apenas alguns registros dessa construção nas gramáticas, sem aprofundamento acerca do seu funcionamento, como ficará demonstrado no decorrer desta tese. Além disso, na Linguística Funcional, há diversos estudos sobre as condicionais canônicas e as causais canônicas (as causais e as explicativas), mas poucas pesquisas sobre a estrutura com *se... ser porque*, que é formada a partir dessas duas construções, constituindo uma estrutura híbrida, a qual produz, portanto, efeitos de sentido particulares. Assim, a presente pesquisa pode fornecer subsídios para novas reflexões acerca da construção em estudo.

Registre-se, ainda, que as pesquisas funcionalistas feitas a respeito da construção com *se... ser porque*, pelo que se sabe, não se limitam a ela, fazendo referência, também, a outros tipos de construções, impossibilitando, desse modo, um estudo mais aprofundado da construção com *se... ser porque*. Por outro lado, nesta tese, abarcam-se as diferentes “facetas” da estrutura com *se... ser porque*, a partir do tratamento dos fatores sintático, semântico e pragmático, com o propósito de se verificarem os usos efetivos de tal construção. Assim, com um tratamento mais acurado de questões ainda pouco exploradas acerca, especificamente, da estrutura com *se... ser porque* (como a focalização), esta tese pode oferecer subsídios para a reflexão sobre o seu funcionamento, trazendo um potencial incentivo a um estudo mais aprofundado dessa construção em mais pesquisas linguísticas.

Por fim, comente-se que a construção com *se... ser porque* encontra-se em diferentes gêneros discursivos e esferas discursivas, como será atestado a partir da análise de dados do “*Corpus do Português*”, e possui natureza interativa, evidenciando a existência de uma comunicação entre locutor e interlocutor. Levando-se isso em conta, vê-se a possibilidade e a pertinência do tratamento da construção mencionada nas gramáticas escolares ou nos livros didáticos de Língua Portuguesa, em que já se mostra que os textos são produzidos a partir da interação entre locutor e interlocutor, com distintos propósitos comunicativos, em variados gêneros discursivos. Embora a presente tese não esteja voltada, especificamente, para uma proposta do tratamento escolar da construção com *se... ser porque*, as reflexões aqui empreendidas acerca de tal estrutura podem servir como uma base para o seu estudo na escola, quando estiver em pauta a análise das condicionais e/ou das causais.

1.2 Procedimentos metodológicos

1.2.1 Métodos de análise e a constituição dos *corpora*

Na presente tese, nos capítulos de análise, são estudadas as construções correlativas com *se... ser porque*, levando-se em conta a manifestação do verbo *ser* em diferentes tempos verbais: *é* (forma mais frequente), *foi*, *era*, *seria* e *será*.

A fim de se empreender uma análise com a estrutura do tipo *se... ser porque*, foram tomadas como base considerações teóricas, sobretudo, a respeito das condicionais canônicas com *se* e das causais/explicativas canônicas com *porque*, pois não existe ainda um estudo que trate especificamente das construções com a estrutura *se... ser porque*.

Entretanto, saliente-se que o aproveitamento dos postulados acerca dos dois tipos de construções referidos não significa que se considera a correlação com *se... ser porque* uma mera junção entre oração condicional e oração causal. Essa construção, na verdade, produz efeitos de sentido particulares. Assim, houve a necessidade de citar como exemplificação nos capítulos de teoria, também, as correlativas com *se... ser porque*, para uma melhor compreensão do seu funcionamento. Para isso, selecionou-se um *corpus* (chamado de “*Corpus Adicional*”)⁶ com textos de grande circulação, da Revista *Veja* (18.049.862 palavras), de 1997 até 2011, e do Jornal *Folha de S. Paulo* (18.049.676 palavras), de 2011, totalizando 533 ocorrências. Neste caso, optou-se pelo recorte de uma amostra maior especialmente para

---

⁶ Na parte teórica, em ocasiões pontuais, serão utilizadas as ocorrências dos *corpora* de análise, quando houver a necessidade de uma maior contextualização, já que, nestes *corpora*, há o tratamento de um gênero discursivo, em específico.

a observação de estruturas do tipo “*se... ser + advérbio + porque*”, as quais aparecem em um número muito baixo de ocorrências.

Para a verificação da formação da estrutura com “*se... ser porque*”, por sua vez, viu-se a pertinência de se utilizar dados em uma diacronia, o que foi possível a partir da coleta de ocorrências do “*Corpus do Português*”, organizado por Mark Davies e Michael J. Ferreira, disponível em “<http://corpusdoportugues.org>”. O *corpus* reúne 45 milhões de palavras e traz textos do século XIV ao século XX, de diferentes esferas discursivas (acadêmica, jornalística, literária) e de distintos registros linguísticos (o escrito e o oral).

Nos capítulos de análise, por sua vez, selecionaram-se amostras de textos de entrevistas jornalísticas⁷, pois estas trazem características próprias de situações interativas, as quais se encontram nas correlativas com *se... ser porque*, como a retomada de informação exposta pelo interlocutor e a contestação de ideias do interlocutor. Foram utilizadas duas amostras: o *corpus*, com 1.650.000 palavras de cada fonte, totalizando 6.600.000 palavras, e o *corpus* de controle, com 690.000 palavras de cada fonte, completando, no total, 5.520.000 palavras, para a confirmação dos dados do *corpus*.

Ainda em relação à amostra de análise, no *corpus* identificaram-se 123 ocorrências com *se... ser porque*, no total, nestas fontes:

- Jornal *Folha de S. Paulo*: 26 ocorrências (01/06/2009 até 31/12/2014)
- Revista *Veja*: 44 ocorrências (13/03/1996 até 21/12/2011)
- Revista *Caras*: 19 ocorrências (11/06/1999 até 06/07/2012)
- Revista *Contigo*: 34 ocorrências (05/01/1999 até 29/04/2010)

No *corpus* de controle, por seu turno, encontraram-se 95 ocorrências de *se... ser porque*, no total, nas seguintes fontes:

- Revista *Bravo*: 8 ocorrências (02/2013 até 04/1999)
- Revista *Capricho*: 15 ocorrências (22/04/2001 até 19/07/2009)
- Revista *Cláudia*: 11 ocorrências (10/1999 até 12/2014)
- Revista *Placar*: 23 ocorrências (11/1996 até 12/2014)
- Revista *Você S/A*: 11 ocorrências (10/1999 até 12/2014)

---

⁷ A estrutura com *se... ser porque* foi coletada, especificamente, do par “pergunta-resposta” da entrevista, por ter ocorrido com grande frequência nessa parte da entrevista e por se pretender, aqui, destacar a natureza interativa da construção em pauta.

- Revista *Bizz*: 11 ocorrências (02/1988 até 07/2007)
- Revista *Exame*: 7 ocorrências (21/01/2004 até 24/12/2014)
- Jornal *Folha de S. Paulo*: 9 ocorrências (27/07/1997 até 31/12/2003)

Nas amostras foi feita uma seleção de fontes de diferentes registros linguísticos (mais formal e mais informal) para que se tenha uma visão mais ampla do funcionamento das correlativas com *se...ser porque*. No entanto, no decorrer da análise, quando se julgar pertinente para a explicação dos dados, será levada em conta a questão dos distintos registros linguísticos.

No que concerne à análise dos dados, de natureza quantitativa e qualitativa, trata-se da natureza semântica presente nas correlativas em pauta (aliando-a ao componente pragmático) e do funcionamento destas no fluxo de informação.

No que tange à natureza semântica, verificam-se: i) os valores semânticos da segunda oração da construção (causa / conclusão) e suas motivações de uso; ii) os sentidos da oração condicional (fato / hipótese) e suas motivações de uso; iii) a relação entre os sentidos da oração condicional e os tempos verbais; iv) as seguintes sobreposições de sentidos na correlação: na oração condicional, condição e tempo; no segmento com *porque*, causa e conclusão; no bloco da correlação, hipótese (na oração condicional) e, por vezes, fato (na oração com *ser porque*, a qual, de certa forma, factualiza o conteúdo hipotético do primeiro segmento).

Em relação ao fluxo de informação, observam-se: i) a combinação de estatuto informacional entre os dois segmentos da correlação; ii) o estatuto informacional da oração condicional, como tópico; iii) os tipos de tópicos (de resumo, paráfrase, contraste, exemplificação); iv) as funções da focalização (como estabelecer oposição, indicar confirmação, apontar informação solicitada pelo interlocutor).

Expostos os procedimentos metodológicos, passa-se, a seguir, a trazer uma caracterização da entrevista, a qual será utilizada nos *corpora* de análise da pesquisa, como se mostrou. A partir disso, procura-se, no desenrolar do exame dos dados, oferecer subsídios para o estabelecimento de uma relação entre a natureza da entrevista e o funcionamento das correlativas com *se... ser porque*, como a preocupação de retomada de informações e a necessidade de influenciar o outro, indicando uma avaliação/opinião, aspectos que aparecem tanto nas construções referidas quanto nas entrevistas jornalísticas.

Por fim, esclareça-se que, no decorrer da análise, os termos “locutor/falante” e “interlocutor/ouvinte” não serão utilizados, necessariamente, para a referência ao entrevistador e ao entrevistado, respectivamente. A expressão “locutor/falante” será associada sempre àquele que enuncia a construção com *se... ser porque*, que aparece ora na “fala” do entrevistador, ora na “fala” do entrevistado. Por conseguinte, a expressão “interlocutor/ouvinte” será relacionada sempre àquele que não enuncia a construção referida.

1.2.2 Caracterização do *corpus* de análise: a entrevista

Interessa enfocar, aqui, o gênero discursivo⁸ “entrevista” da esfera jornalística, mostrando-se, sobretudo, seus possíveis conteúdos, seus objetivos, a sua estrutura e os recursos linguísticos utilizados nela.

Consoante Fávero (2000a), a entrevista é uma técnica de interação social. Por meio dela, busca-se a interpenetração informativa que visa a quebrar isolamentos sociais, grupais, individuais. Ela pode também servir à pluralização de vozes e à distribuição democrática da informação. Portanto, faz parte da natureza da entrevista o inter-relacionamento humano. Paz (1990) acrescenta que a entrevista é uma espécie de artigo especializado baseado em diálogos com pessoas notórias cujos nomes, atividades e opiniões merecem a atenção pública.

Fávero (2000a) mostra, ainda, que, na entrevista, são instaurados três “diálogos”: entre entrevistador e entrevistado, entre entrevistado e audiência, entre entrevistador e audiência. Esses diálogos determinam o objetivo, os assuntos e o comportamento dos interlocutores na entrevista.

Na interação entre entrevistador e entrevistado, segundo Fávero (2000b), o entrevistador faz perguntas e oferece, em seguida, o turno ao entrevistado. Nesse caso, o entrevistador pode simplesmente cumprir o papel de obter respostas ou conduzir o entrevistado a respostas preestabelecidas por aquele⁹. Pode haver também uma inversão de

---

⁸ O conceito de gênero discursivo adotado é o de Bakhtin (1992). Para tal autor, a utilização da língua organiza-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos, provenientes de determinada esfera da atividade humana. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma das esferas, por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, isto é, pela seleção operada nos recursos da língua (recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais), e por sua construção composicional. O conteúdo temático, o estilo e a construção composicional fundem-se indissoluvelmente no *todo* do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação. Qualquer enunciado considerado isoladamente é individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, que são denominados, por Bakhtin (1992), de *gêneros do discurso*.

⁹ Morin (1973, p. 131) ressalta que “o entrevistador completo é um polivalente apto a ser ao mesmo tempo provocador e ouvinte”. Assim, é conveniente que o entrevistador faça o entrevistado sair de sua reserva e, também, deixe-o falar e se cale.

papéis: a qualquer momento, o entrevistado pode alterar a direção da entrevista, tomando o turno ou mudando o tópico em desenvolvimento. Segundo Barros (1990), é a importância social do entrevistado que leva, por vezes, à inversão do equilíbrio na entrevista: o entrevistado seleciona os tópicos e decide quando ceder a vez.

Apesar de haver certa flexibilidade na entrevista quanto à tomada de turno, a entrevista caracteriza-se por ser um “diálogo assimétrico”, conforme postula Marcuschi (2003), em que um dos participantes tem o direito de iniciar, orientar, dirigir e concluir a interação e exercer pressão sobre o(s) outro(s) participante(s). Assim, pode-se dizer que se manifesta uma relação de poder na entrevista.

Galembeck e Petroni (2001) mostram que uma entrevista não é apenas um gênero discursivo, mas um mecanismo de controle de um indivíduo sobre o outro. Embora tanto o entrevistador quanto o entrevistado busquem estabelecer uma situação cooperativa, o controle sempre é exercido de algum modo. Os autores indicam que os indivíduos mais fortes na interação exercem o controle: introduzindo, incentivando ou retirando tópicos discursivos; iniciando e concluindo eventos; produzindo determinados tipos de atos de fala (solicitar informação, avaliar o interlocutor, solicitar opinião, informar, justificar, afirmar, confirmar, aceitar); definindo o estilo da linguagem. Entretanto, Hoffnagel (2007) salienta que a entrevista não fica completamente à mercê do poder do entrevistador. O entrevistado tem estratégias para evitar responder diretamente às perguntas daquele. O entrevistado pode enfatizar um aspecto da pergunta e ignorar um outro; pode, às vezes, dar uma interpretação completamente diferente à pergunta da que foi pretendida pelo entrevistador.

Como se mostrou, as relações estabelecidas entre entrevistador/entrevistado e a audiência, conforme Fávero (2000a), também influem para a construção da entrevista. A audiência é uma espécie de extensão dos papéis do ouvinte, na conversação natural. Isso leva a serem criadas expectativas que condicionam a entrevista. Julga-se, aqui, que essas expectativas em relação à audiência interferem diretamente no comportamento do entrevistador e do entrevistado. Por exemplo: o entrevistador, ao ter conhecimento sobre o interesse do público, pode fazer perguntas polêmicas para prender a atenção deste; o entrevistado, por sua vez, para não ser julgado pelo público, pode tentar “fugir” de perguntas que denigram a sua imagem.

A influência do público na construção da entrevista é percebida, ainda, quando se leva em consideração o conteúdo e o objetivo desse gênero. Em relação ao conteúdo, Paz (1990, p. 126) mostra que, como o jornalista não pode prescindir de seu público, costuma perguntar a si mesmo: Tem o assunto atualidade para os leitores?; Conseguirá estimular sua curiosidade,

atrair sua atenção, por sua novidade ou singularidade?; Possui importância suficiente ou traz a informação desejada?. No que tange ao objetivo da entrevista, a depender do interesse do público, como mostra Souza (1996a), o objetivo da entrevista pode ser expor assuntos corriqueiros relacionados à figura do entrevistado (que se assemelhariam a mexericos), obter informações sobre problemas relevantes, convencer o leitor acerca de uma opinião, entre outros.

Vale destacar, também, os tipos de pergunta que geralmente aparecem nas entrevistas. Fávero (2000b, p. 92-95) aponta-os:

- Pedido de informação: caso em que a resposta pode restringir-se à informação solicitada, como se vê a seguir:

Doc. ... e como eram os professores naquela época? Exigentes demais ou não?

Inf. Ah isto ahn... variava não é? Nós tínhamos... professores exigen/... exigentíssimos viu? Outros já não eram tão exigentes né? de modo que... isso eu penso que continua mais ou menos do mesmo jeito (SP DID 242: 228-233, p. 153)

Por outro lado, o interlocutor pode expressar sua opinião acerca de determinado assunto, não ficando sua resposta restrita à pergunta formulada. Isso ocorre quando a pergunta é uma sugestão dada para o desenvolvimento do tópico.

- Pedido de confirmação: este ocorre quando houve inicialmente um pedido de informação e o interlocutor solicita que essa informação seja sustentada, ou quando um dos interlocutores não concorda com o que foi dito e procura certificar-se:

Veja: Você já traiu?

Adriane: Já trai e já fui traída. Mas isso foi na época dos namoros menos sérios.

Veja: E o Ayrton?

Adriane: Não.

Veja: O Júlio.

Adriane: Não.

Veja: O Roberto?

Adriane: Não.

Veja: Nenhum deles?

Adriane: Não. Quer dizer, depende do que você entende por traição. Eu te dou três opções de traição. É mais traição você sair com outro homem ou viver com um homem que você não ama e não ser verdadeira com ele? A pior traição não tem a ver com essa coisa de pele. (Veja: entrevista com Adriane Galisteu, 8 de setembro de 1999, p. 15)

No excerto explicitado, parece que o entrevistador tem dúvidas sobre as respostas da entrevistada. Assim, vem o pedido de confirmação do entrevistador: *Nenhum deles?* Tal pedido revela certa desconfiança do entrevistador, dado que a entrevistada poderia não ter sido tão verdadeira para não se comprometer.

- Pergunta retórica: aparece quando o falante elabora a pergunta, mas já conhece a resposta; é usada como recurso para manter o turno ou para estabelecer contato.^{10 11}

Inf. ... bem o banco faz o o ... o que se chama o... como é que se...como é que (eles chamam) essa essa folha de informação? O cadastro bancário... então o sujeito assina... (SP DID 250: 417-420; p. 142)

Considera-se, aqui, que a pergunta retórica também pode ser feita para manifestar a visão de mundo do entrevistador, estando implícita nessa pergunta, por vezes, uma crítica.

Ressalte-se que nem sempre aparece apenas um tipo de pergunta na entrevista. Fávero (2000b) indica que pode haver, por exemplo, uma mistura de pedido de informação com pedido de confirmação. Acrescente-se que o tipo de pergunta é determinado, em parte, pelo tipo de entrevista. Em uma entrevista conceitual, espera-se que predominem os pedidos de informação, já que o entrevistador lidará com especialistas em um assunto. Em uma entrevista com perfil do pitoresco, tem-se a expectativa de um número maior de perguntas de confirmação e de perguntas retóricas, que podem ser feitas para instigar a curiosidade do leitor, já que o foco é trazer detalhes da vida da pessoa entrevistada, muitas vezes questões íntimas.

A natureza da entrevista também é determinada pelo tipo de relação estabelecido entre entrevistador e entrevistado. De acordo com Fávero e Andrade (2006), a entrevista ora tende para o polo do contrato, ora para o polo da polêmica¹². No primeiro caso, os interlocutores

¹⁰ Fávero (2000b) também indica a existência do pedido de esclarecimento, mas este não é aqui citado porque tal tipo de pergunta não é característico de entrevistas escritas, que são examinadas neste trabalho. A própria autora informa que, nas entrevistas escritas que analisou, não identificou o pedido de esclarecimento, pois a revisão e a reescritura, processos posteriores à produção, eliminam essa marca.

¹¹ Ao que parece, Fávero (2000b) não distingue pergunta retórica de pergunta semirretórica. Por outro lado, Santos (2012) diferencia a pergunta retórica, elaborada para não ser respondida nem pelo locutor, nem pelo interlocutor, da pergunta semirretórica, que tem como característica o fato de ser o locutor quem formula e responde a pergunta. Assim, no exemplo exposto por Fávero (2000b), segundo a classificação adotada por Santos (2012), há, na verdade, uma pergunta semirretórica, e não retórica.

¹² Utiliza-se o termo “polêmica”, nesse caso, para designar, assim como Fiorin (2006, p. 40), por exemplo, faz, “o afrontamento de duas vozes”, “cada uma delas defendendo uma ideia contrária à de outra”. Citelli (1991) acrescenta que, no discurso polêmico, há uma luta na qual uma voz tenderá a derrotar outra. Assim, segundo o

evitam traços que demonstram agressividade, repetindo a fala do outro e cedendo o turno. No segundo caso, a interação pode apresentar a desqualificação de um dos interlocutores. Assim, pode-se afirmar que a entrevista contratual representaria uma relação harmoniosa, diplomática entre os interlocutores, ao passo que a entrevista de estilo polêmico se caracterizaria por revelar certa discordância entre os interlocutores¹³.

Especialmente nos discursos polêmicos, pode-se dizer que está envolvida a questão da polidez. Consoante Andrade *et al.* (2000), a polidez é concebida como um conjunto de normas sociais que cada comunidade estabelece para regular o comportamento adequado de seus membros, ajustando atitudes às normas. Assim, a polidez pode ser entendida como um conjunto de estratégias discursivas destinadas a evitar ou amenizar o conflito.

Andrade *et al.* (2000) consideram que a polidez é explicada de modo mais acurado pela teoria proposta por Brown & Levinson (1987). Estes autores, segundo elas, partem do conceito de “imagem” (cada indivíduo tem e reclama para si certa imagem pública, ou prestígio, que pretende conservar, o que é denominado de “face”) para dele derivar as estratégias de polidez. A imagem, ou a face, apresentaria duas vertentes: a negativa (desejo de liberdade de ação e de domínio do próprio território) e a positiva (desejo de ser aceito pelos outros e de que estes compartilhem os mesmos desejos). As situações interacionais criam conflitos que podem colocar em perigo a imagem pública (a face) tanto do locutor quanto do interlocutor (trata-se de ações que ameaçam a face). Dessa forma, é normal que o locutor suavize essa ameaça potencial, o que é possível por meio da polidez, a não ser que se deseje realmente ameaçar essa face.

Andrade *et al.* (2000) mostram, assim, que a polidez é um elemento imprescindível para a boa interação durante as entrevistas e para que esta transcorra de modo a se alcançarem os objetivos a que se propõe. É necessário que haja empatia entre os interlocutores e sua manutenção está diretamente relacionada às estratégias de polidez. Alguns tópicos podem ser mais ameaçadores para determinados entrevistados e, nesse caso, o entrevistador pode, estrategicamente, formular seus enunciados de modo polido, sem deixar de perguntar sobre o

---

autor, esse tipo de discurso possui certo grau de instigação, visto que apresenta argumentos que podem ser contestados.

¹³ Segundo (2003), ao analisar entrevistas de televisão, mostra que o contexto histórico-cultural e a natureza dos tópicos (ou seja, dos assuntos) influem diretamente no caráter das entrevistas. Uma das entrevistas examinadas pelo autor foi realizada com o então candidato à presidência, José Serra, ainda no período eleitoral. A outra foi realizada após esse período, com o já eleito governador de São Paulo, Geraldo Alckmin. Segundo (2003), no primeiro caso, observou um alto grau de polemicidade, pelo tratamento de tópicos ameaçadores, resultando em respostas paralelas ou desvios de tópico, tentativas de tomada e manutenção de turno e ameaças à face. No segundo caso, verificou que preponderaram a cordialidade e a congratulação pela vitória das eleições. Os assuntos tratados eram referentes ao plano de governo que seria desenvolvido, não havendo grandes questionamentos sobre a sua consistência.

assunto. Andrade *et al.* (2000) exemplifica isso ao mostrar, entre outros aspectos, que uma pergunta retórica pode indicar polidez positiva e que o uso de verbo no futuro do pretérito na pergunta pode representar polidez negativa.

Por outro lado, Galembeck (1997) mostra que, em interações face a face (como a entrevista), aparecem não somente marcas de distanciamento do locutor, favorecendo a preservação de face, como também as de envolvimento do locutor, que se explicam pela necessidade de este marcar a própria presença nas situações de interação. Assim, o locutor pode manifestar sua opinião com certo distanciamento, para amenizar o impacto de críticas e opiniões contrárias em relação ao interlocutor, por meio de recursos como a impessoalidade (*é possível que, é provável que*), da indeterminação do sujeito (*falam, dizem*) e do emprego de marcadores de rejeição (*não sei, se não me engano, que eu saiba*). Da mesma forma, o locutor pode assumir as próprias opiniões, demonstrando mais envolvimento com o conteúdo enunciado por ele, com o uso de marcadores de opinião (*acho que, noto, vejo, na minha opinião*) e de paráfrases (com explicitação, por exemplo, do próprio enunciado emitido pelo locutor), reforçando-se o que foi dito. Assim, Galembeck (1997) julga que, em textos conversacionais, existe uma duplicidade de atitude (o distanciamento e o envolvimento), pois, nessa modalidade de texto, não há previsibilidade quanto às reações do interlocutor.

Vistos alguns dos procedimentos utilizados em entrevistas, os objetivos destas e a relação estabelecida entre locutor e interlocutor (e entre locutor/interlocutor e público), passa-se a explicar as etapas de produção da entrevista, bem como a sua estrutura.

No que se refere à estrutura, Paz (1990) mostra que a entrevista possui entrada, corpo do texto e fechamento. Na entrada, apresenta-se um texto (uma, duas frases, um parágrafo) para atrair o leitor a fim de que ele siga lendo a entrevista. Há diversos tipos de entrada: de compêndio (resume-se com clareza e simplicidade os fatos principais); de chamada direta (apropria-se do recurso da carta pessoal; começa com frases do tipo “se alguma vez você já viu ou leu...”); circunstancial (começa enfatizando as circunstâncias do fato, mostrando como se iniciou a entrevista); com declaração ou citação (inicia-se com uma informação entre aspas, informando sobre o que alguém disse em uma frase breve); descritiva (descreve-se o lugar ou uma pessoa famosa); com suspense (estimula-se o leitor, dando informações suficientes para instigá-lo a ler o restante da entrevista); sensacionalista (destaca-se por sua atração; pode ser inovadora, extravagante ou original; portanto, não possui uma estrutura fixa). No corpo do texto, apresentam-se perguntas e respostas com frases curtas e importantes. Por fim, no final da entrevista, se todas as perguntas e as respostas foram apresentadas, isso não significa,

necessariamente, o encerramento do texto. Pode-se encerrá-lo com uma síntese ou uma frase significativa que dê a indicação ao leitor de que a entrevista já terminou.

Em relação às etapas da entrevista, Barros (1990) distingue três momentos: a preparação da pauta, a entrevista propriamente dita e a edição. Na preparação da pauta, ocorre um planejamento da conversação, ao menos por parte do entrevistador. A entrevista propriamente dita é o momento de ação do sujeito; a empresa jornalística vinculada à entrevista e o público-alvo determinam os valores em jogo e a direção que a entrevista deve tomar. A edição da entrevista, por sua vez, aciona outro sujeito, o qual produz o texto final; sua voz se faz ouvir ao lado das falas do entrevistador e do entrevistado. No momento da edição, a entrevista pode passar da fala para a escrita, como acontece nos jornais e nas revistas. Segundo Barros (1990), a entrevista escrita, mesmo em forma dialogada, perde grande parte das características da língua falada: cortam-se as repetições, suprimem-se as hesitações, apagam-se as reformulações, refaz-se o texto, alteram-se as relações interacionais.

Preti (2009) salienta que a maneira como se compreende o texto oral já é uma operação inicial que precede a de transcrição. Assim, ouvir uma gravação e reproduzi-la graficamente já representa, em si, uma análise do texto. Marcuschi (2001, p. 105) demonstra bem isso ao ilustrar retextualizações (passagem da fala para a escrita) de entrevistas, como esta:

- *O português então não é uma língua difícil?*
... olha... **se** *você* parte do princípio... que a língua portuguesa não é só regras gramaticais... não... **se** *você* se apaixona pela língua que você... já domina que você já fala ao chegar na escola se o teu professor CATiva você a ler obras de literatura... obras da/dos meios de comunicação... **se** *você* tem acesso a revistas... éh: : a livros didáticos... a: : livros de literatura o mais formal... o e/o difícil é **porque** a escola transforma como eu já disse as aulas de língua portuguesa em análises gramaticais.

Entrevista original – Coletada pelo NELFE (Núcleo de Estudos Linguísticos da Fala e Escrita) – Recife, UFPE, 1998.

- *Folha: O Português não é uma língua difícil?*
ACR: Não, partindo do princípio de que a Língua Portuguesa não se restringe a regras gramaticais. Se o aluno se interessa pela língua que ele domina e fala ao chegar na escola, cabe ao professor incentivá-lo a ler obras literárias, dando-lhe acesso a revistas, livros didáticos, textos mais formais, tonando-a fácil e prazerosa. O problema é que a escola transforma as aulas de Língua Portuguesa em análises gramaticais.

Retextualização realizada em 1999 por uma equipe de três professoras de 2º grau com Curso de Letras completo.

No trecho retextualizado, observa-se que são evitados o uso de expressões genéricas do tipo “você” e a repetição de conjunções (como o “se”). Além disso, há eliminação da expressão “é porque”.

Marcuschi (2001, p. 105-106) diz que, geralmente, as operações de transformação da fala para a escrita trazem uma redução elevada de elementos linguísticos (que vão além das hesitações e dos marcadores) e uma tendência à substituição de expressões quando o indivíduo possui maior maturidade na escrita. “A eliminação se dá principalmente na classe das denominadas palavras de função, ou seja, nos elementos que operam como artigo, pronome, preposição, conjunção etc.” Permanecem mais itens como o substantivo, o verbo e o adjetivo, pois a substituição deles é, normalmente, mais problemática.

Assim, entende-se que a análise das entrevistas escritas implica a consideração de que nelas são manifestadas intencionalidades do entrevistador, do entrevistado e, também, do editor das entrevistas. É possível considerar que a estrutura a ser analisada no presente trabalho, o *se... ser porque*, na qual se encontra elemento focalizador, pode ter sido omitida em partes da entrevista escrita. Da mesma forma, essa estrutura pode ter sido acrescentada na escrita para chamar a atenção do leitor para determinado ponto tido como relevante na entrevista.

A partir do que se expôs, fica estabelecido que, no exame das entrevistas, é importante levar em conta aspectos como: a situação de produção (a relação entre entrevistador e entrevistado, o perfil do público-alvo), as intenções comunicativas¹⁴, os mecanismos linguísticos utilizados pelo locutor com o intuito de distanciar-se ou de aproximar-se do interlocutor e a operação de retextualização (no caso das entrevistas escritas).

1.3 Organização da tese

No presente capítulo, foram fornecidas informações sobre a proposta do estudo das construções correlativas com *se... ser porque*, com a explicitação de objetivos, hipóteses, justificativas e procedimentos metodológicos. No capítulo “2”, apresentam-se os postulados básicos da teoria funcionalista da linguagem; no capítulo “3”, indicam-se os processos sintáticos sob uma perspectiva tradicional e, em seguida, sob um ponto de vista funcionalista

---

¹⁴ A intenção comunicativa, como sugerem as considerações de Dik (1989), depende da situação de interação entre falante e ouvinte. Para os propósitos do presente trabalho, denominam-se de intenções comunicativas, com base nos postulados de Galembeck e Petroni (2001), os seguintes itens que aparecem em entrevistas jornalísticas: avaliar/opinar, informar, confirmar, solicitar informação, solicitar opinião.

(com a revisão da perspectiva tradicional), e se discute a formação da construção com *se... ser porque*.

No capítulo “4”, trata-se da natureza semântica das correlativas com *se... ser porque* (com referência à fluidez semântica), com base em postulados acerca do funcionamento das condicionais canônicas e das causais prototípicas. No capítulo “5”, mostra-se a organização das construções em pauta no fluxo de informação, com o tratamento do estatuto informacional e das funções discursivas (tópico e foco). No capítulo “6”, indica-se a análise dos dados, com a explicitação da natureza semântica da construção com *se... ser porque* e do funcionamento desta no fluxo de informação. Por fim, no capítulo “7”, apresentam-se as conclusões desta tese.

2. A perspectiva da teoria funcionalista da linguagem

Neste capítulo, trata-se dos pressupostos teóricos fundamentais do funcionalismo, com referência à relação direta entre estrutura e função, à integração dos componentes linguísticos, à fluidez semântica e a não autonomia da língua.

De acordo com Neves (2004), o Funcionalismo não deve ser desvinculado da Escola Linguística de Praga. Relaciona-se a ela por trazer a preocupação com a função¹⁵ como elemento condutor de reflexão, unindo o estrutural (sistêmico) com o funcional. As estruturas linguísticas são configurações de funções, e as diferentes funções correspondem aos distintos modos de significação no enunciado, que levam à eficiência da comunicação.

O Funcionalismo se liga à Escola Linguística de Praga, também, por considerar a natureza dinâmica da língua: as relações entre estrutura e função são tidas como instáveis, devido às transformações que o desenvolvimento da língua envolve.

Essa consideração do caráter dinâmico da língua implica o tratamento dos fenômenos de variação e mudança. Segundo Cunha *et al.* (2003), as línguas são sensíveis às nuances culturais associadas ao estilo de vida das pessoas, apresentando, de um lado, variações (de natureza individual, social, entre outras), e, de outro, mudanças (como o processo de gramaticalização) que se manifestam com o passar do tempo. Cunha e Costa (2001) acrescentam que a gramática da língua é resultado da cristalização ou regularização de estratégias discursivas recorrentes, que decorrem de pressões cognitivas e de uso. Afinal, como assevera Martinet (1995, p. 65), “uma língua muda porque funciona”.

Assim, a natureza dinâmica e funcional da língua demonstra que esta resulta de estratégias comunicativas utilizadas pelos seus usuários de acordo com suas necessidades em determinados contextos de uso. Consoante Pezatti (2004), o princípio de que a explicação linguística deve ser buscada na relação entre linguagem e uso torna obrigatória a tarefa de explicar o fenômeno linguístico com base nas relações que no contexto sociointeracional contraem falante, ouvinte e a pressuposta informação pragmática de ambos.

---

¹⁵ De acordo com Nichols (1984, *apud* NEVES, 1997, p. 101), nos estudos funcionalistas, “função” é um termo polissêmico. Pode relacionar-se com diferentes componentes da gramática: função/interdependência, função/propósito, função/contexto, função/relação e função/significado. O autor observa, no entanto, que “a maioria das obras funcionalistas usa função apenas nos sentidos de propósito e de contexto, e não faz distinção entre os dois”. Dik (1987, p. 82), por sua vez, mostra que “funcional” possui, ao menos, três sentidos inter-relacionados: i) demonstra uma visão funcional na língua natural; ii) tem importância primordial para as relações funcionais em diferentes níveis de organização da gramática; iii) é aplicável para a análise de diversos aspectos da língua e da língua em uso.

O modelo de interação verbal proposto pelo funcionalista Dik (1989, p. 8) demonstra bem a existência da relação entre falante e ouvinte no ato de comunicação, explicitada no parágrafo anterior:

A partir do esquema ilustrado, verifica-se que, a fim de construir o enunciado linguístico, o falante antecipa uma possível interpretação do ouvinte, e, para interpretar tal enunciado, o ouvinte reconstrói a intenção comunicativa do falante. Na interação verbal, o ouvinte interpreta os enunciados por meio das informações presentes nas expressões linguísticas e de sua “informação pragmática”, e o falante formula seu enunciado com base na imagem que cria acerca da informação que o ouvinte tem no momento do processo de interação verbal.

Para a compreensão do processo comunicativo, é de suma importância o esclarecimento do que é a “informação pragmática” aqui mencionada. Dik (1989) explica que esta constitui o repertório de conhecimento, crenças, opiniões e sentimentos de um indivíduo em determinado ponto da interação verbal. Para o autor, o termo não diz respeito apenas ao conhecimento “cognitivo”; pode abranger qualquer aspecto relacionado ao “mundo mental” dos indivíduos, como suas concepções e seus preconceitos. Assim, a informação pragmática possui três componentes:

- Informação geral: referente ao mundo, às suas características naturais e culturais e outros possíveis e imaginários mundos;
- Informação situacional: relacionada àquilo que os usuários da língua percebem ou experienciam no momento de interação verbal;
- Informação contextual: derivada das expressões linguísticas que são enunciadas antes ou após qualquer ponto dado na interação verbal.

A informação pragmática do falante e do ouvinte geralmente possui muitos pontos em comum (é o que se denomina de informação compartilhada), mas também há algo que é acessível somente ao falante ou apenas ao ouvinte. O foco da interação verbal é tipicamente a informação não compartilhada (tendo-se em segundo plano, assim, a que já é compartilhada). Isso significa que a função primordial da interação verbal é a realização de mudanças pelo falante na informação pragmática do ouvinte. Essas modificações podem constituir: acréscimos, quando o ouvinte recebe dados que não possuía antes; substituições, quando o ouvinte é informado de que certa porção de informação deve ser substituída por outra; lembretes, nos casos em que o ouvinte é lembrado de algo a que já tinha acesso antes, mas que, no momento de interação verbal, não é alvo de sua atenção. O ouvinte pode ter, ainda, modificações em seus sentimentos. Esses aspectos descritos envolvem o que Dik (1997, p. 83) chama de “competência comunicativa”, ou seja, “a habilidade de agir e executar, de determinado modo, em relação ao ouvinte, em dadas situações, e em relação a certos propósitos e metas comunicativas”.

Acrescente-se que, no processo comunicativo, a relação entre a intenção do falante e a interpretação do ouvinte é mediada, e não estabelecida, pela expressão linguística. Isso significa que a interpretação é apenas em parte baseada na informação que está contida na expressão linguística (DIK, 1989).

Consoante Dik (1989), sob um ponto de vista funcional, a produção dos enunciados linguísticos implica dois tipos de sistemas de regras:

- regras que governam a constituição das expressões linguísticas (regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas);
- regras que governam padrões de interação verbal nas quais essas expressões são usadas (regras pragmáticas).

Assim, as expressões linguísticas são incorporadas em uma teoria pragmática de interação verbal, ou seja, elas devem ser descritas e explicadas em termos da organização estabelecida pelo sistema pragmático de interação entre os usuários da língua. Nesse sentido, os fatores sintático e semântico não são vistos de forma autônoma, mas integrados ao componente pragmático.

A partir do esquema de interação verbal proposto por Dik (1989), observa-se que o fator pragmático é essencial para determinar a coerência dos enunciados linguísticos. Esses enunciados se tornam incoerentes quando o ouvinte não sabe qual é a intenção comunicativa do falante ou quando o falante não tem acesso ao conhecimento de mundo de que dispõe o ouvinte. A consideração do componente pragmático permite mostrar por que a estrutura da língua está organizada de um modo e não de outro.

Outra consideração teórica funcionalista que atende aos objetivos deste trabalho envolve a questão da categorização. Ferrari (2014) afirma que a categorização é o processo através do qual se agrupam entidades semelhantes (objetos, pessoas, lugares, etc.) em classes específicas. Consoante o modelo clássico de categorização, de natureza aristotélica, como diz Ferrari (2014), para que um elemento pertença a uma determinada categoria, deve possuir todos os atributos definidores dela. Os membros da categoria *ave* devem: “ter bico”, “ter duas asas”, “ter dois pés”, “ter pernas”, “poder voar”, “colocar ovos”. Dessa forma, para que um animal seja considerado uma ave, precisa apresentar todos esses atributos (condição necessária). Ademais, basta que o animal apresente exatamente essas características (condição suficiente). Assim, enquanto gaivotas e pardais seriam indiscutivelmente membros da categoria “ave”, os pinguins precisariam ser excluídos da classe, por possuírem asas atrofiadas com a função de nadadeira e por não possuírem pena. Esse modelo aristotélico de categorização, como assevera Ferrari (2014), foi retomado e detalhado pela semântica estruturalista, que tem no trabalho de Katz e Fodor (1963) sua referência mais importante.

Ainda a respeito do modelo clássico de categorização, de natureza aristotélica, Taylor (2003) apresenta as suas principais características: i) todos os membros de uma categoria têm o mesmo estatuto; ii) todos os não membros de uma categoria têm estatuto idêntico; iii) há um conjunto fixo de condições necessárias e suficientes que definem a adesão de um elemento a determinada categoria; iv) as condições necessárias e suficientes que definem uma categoria possuem estatuto idêntico; v) os limites da categoria são fixos. Tal visão é combatida pelo autor, o qual considera que as fronteiras de uma categoria são flexíveis. Assim, trata da noção de protótipo, um tipo específico de entidade tido como exemplar em dado grupo. A associação de membros a determinado grupo ocorre devido à similaridade que eles possuem

com o protótipo: quanto mais próxima uma entidade estiver do protótipo, mais central é o *status* dessa entidade na classe. Assim, na análise dos enunciados linguísticos, deve-se ter em mente que as classes não são estanques. Para efeito de comparação com um fenômeno cotidiano, tome-se como exemplo a habilidade de voar como um atributo das aves. Uma instância prototípica dessa característica é exibida pelos tordos americanos. Já as galinhas são capazes de se erguer batendo energicamente suas asas, mas não têm a habilidade de voar. São, portanto, um grupo menos exemplar na categoria das aves.

Taylor (2003) acrescenta que a criação de uma categoria dá-se pela imposição de uma série de critérios com base em estudos especializados, em contraste com as categorias populares (ou naturais), provenientes do uso cotidiano. Estas são baseadas no modo como as pessoas geralmente compreendem o que está ao seu redor e na forma como interagem em seu meio. Aquelas, por outro lado, têm sido especificamente criadas por especialistas como categorias que têm condições necessárias e suficientes para formar um grupo. Por exemplo: muitos falantes naturais da língua sabem, por meio da difusão do conhecimento científico, que água é “H₂O” e que “Au” (ouro) é um elemento com uma estrutura atômica particular. No entanto, uma pessoa pode usar as palavras “água” e “ouro” adequadamente, sem antes adquirir o conhecimento necessário para determinar se algo realmente é “H₂O” ou “Au”. O falante identifica algo como água ou ouro, principalmente, com base em um protótipo. Água é um líquido incolor sem gosto, e ouro é um metal maleável amarelado; água vem das torneiras e é encontrada em rios e lagos, e ouro é um componente presente em certas joias vendidas por pessoas reputadas. Ao mesmo tempo, os falantes da língua têm ciência de que há especialistas na sociedade, químicos e metalúrgicos, que possuem competência profissional para determinar se algo é realmente água ou ouro.

Rosch (2004), por sua vez, relaciona a categorização a princípios, sobretudo, psicológicos: a economia cognitiva (“cognitive economy”) e a estrutura de mundo apreendida (“perceived world structure”). A economia cognitiva mostra que um propósito da categorização é reduzir as infinitas diferenças entre os estímulos (com base em aspectos comportamentais e cognitivos). É favorável não distinguir um estímulo de outros quando a diferenciação é irrelevante para os objetivos em questão. A estrutura de mundo apreendida determina a percepção de atributos por necessidades funcionais do homem ao interagir com o ambiente físico e social. Essa percepção é influenciada, ainda, por aspectos culturais. Com base nos princípios referidos, Rosch (2004) propõe a existência de sistemas de categorização de duas dimensões: vertical e horizontal. Aquela estabelece o nível de inclusão de uma

categoria e esta, por sua vez, determina a segmentação de categorias no mesmo nível de inclusão.

Na dimensão vertical, a categoria constitui um número de objetos considerados equivalentes. Quanto maior for a inclusão de uma categoria dentro de uma taxonomia, sistema por meio do qual as categorias são relacionadas pela inclusão em uma dada classe, maior será o nível de abstração. Categorias em um nível mais abstrato superordenam categorias (por exemplo: móveis) cujos membros compartilham entre si apenas alguns atributos. Categorias no próximo nível, o básico, maximizam a semelhança entre categorias. Assim, categorias abaixo do nível básico formam conjuntos de características comuns e previsíveis, mas contêm muitos atributos que coincidem com outras categorias (por exemplo: cadeira de cozinha compartilha muitos de seus traços com outros tipos de cadeiras). O quadro a seguir (adaptado) exemplifica a criação de taxonomias, conforme essas considerações de Rosch (2004, p. 95):

Superordenação	Nível básico	Subordinação
Móveis	Cadeira	Cadeira de cozinha
		Cadeira de sala
	Mesa	Mesa de cozinha
		Mesa de sala

Na dimensão horizontal, por seu turno, as categorias não possuem limites tão claros. Assim, elas tendem a ser definidas em termos de protótipos. Quanto mais prototípico é o membro de uma categoria, mais atributos ele tem em comum com membros da mesma categoria e, conseqüentemente, possui menos características semelhantes a membros de categorias diferentes.

Os postulados de Rosch (2004) e Taylor (2003) evidenciam a dificuldade de se estabelecer uma dicotomia rígida entre categorias, sendo, pertinente, portanto, considerar um *continuum* entre categorias. Tal ideia conduz à questão da fluidez semântica entre classes gramaticais, a qual pode ser exemplificada com o tratamento da construção com *se...ser porque*:

(1) "Gatos dificilmente aprendem truques, porque são muito independentes. *Se* fazem alguma coisa, *é porque* querem", explica. (Corpus adicional, Revista *Veja*, Animais, 16/12/09)

Na ocorrência citada, a oração com *se*, além do valor de condição, que lhe é próprio, denota matiz de tempo, indicando uma situação habitual. A oração com *porque* apresenta sentido de causa, o qual lhe é típico, e, ainda, noção de conclusão. Esses “novos” valores adquiridos indicam que a oração condicional e a oração causal, na estrutura com *se... ser porque*, podem representar casos não prototípicos de sua classe, o que demonstra que a estrutura da língua é maleável.

Desse modo, é possível perceber que as regras gramaticais estabelecidas tradicionalmente devem ser consideradas com cautela. Afinal, dada a dinamicidade da língua, a gramática não é um bloco “fechado”, mas está sempre em formação, o que implica que as regras sejam vistas como respostas sincrônicas ao uso.

Outros postulados que se julgam relevantes para os objetivos deste trabalho são os apresentados pelo autor funcionalista Halliday (1976, 1978, 2004), que entende a língua como um sistema estratificado formado pelos seguintes elementos: expressão fonética, expressão fonológica, item léxico-gramatical, aspecto semântico, contexto. Este último elemento engloba os demais e representa o que está “fora” da língua (as experiências do falante e a interação com os outros). Levando em conta esses elementos, Halliday (1976, 1978, 2004) propõe três níveis de organização para o sistema linguístico, o ideacional, o interpessoal e o textual, os quais se encontram inter-relacionados.

A função textual está subordinada às funções ideacional e interpessoal, pois, ao mesmo tempo em que é definida por elas, é também condição para a sua manifestação, visto que integra esses componentes. A conjunção desses fatores demonstra que a língua é um sistema de opções, tal como considera Halliday (1976), ou seja, que é estruturada em consonância com as necessidades comunicativas do falante.

O aspecto ideacional diz respeito à representação das experiências de mundo do falante, exterior (concretos e abstratos) e de sua própria consciência (como ver, gostar, pensar, falar); o conteúdo ideacional é entendido como um significado cognitivo. Com tal função, a linguagem estrutura a experiência e ajuda a determinar a maneira de o homem ver as coisas, de modo que exige algum esforço intelectual vê-las de outra maneira que não aquela que a linguagem sugere. O sistema de transitividade faz parte da função ideacional: em uma oração, podem ser identificados elementos como “agente”, “alvo”, “processo”, os quais refletem a compreensão do homem em relação aos fenômenos de sua experiência.

O fator interpessoal relaciona-se com o uso da língua para estabelecer e manter relações sociais. São expressos papéis sociais, que incluem os papéis comunicativos da linguagem, como o de entrevistador e entrevistado, que o usuário da língua assume ao fazer

uma pergunta ou respondê-la. Por meio da função interpessoal, os grupos sociais são delimitados e o aspecto individual é reforçado, pois a linguagem, além de capacitar o homem a interagir com o outro, serve para a manifestação e o desenvolvimento de sua própria personalidade. Na oração, o elemento interpessoal é exemplificado pelo modo e pelas modalidades. O modo indica a seleção pelo locutor de um papel particular na situação de fala, sua determinação de escolha de papéis para o interlocutor. A modalidade, por seu turno, é a expressão dos julgamentos do homem. Em suma, a função interpessoal mostra que a língua é um instrumento de interação entre os falantes.

O aspecto textual é referente ao material linguístico. A função textual capacita o falante (ou escritor) a construir passagens encadeadas do discurso situacionalmente apropriadas e capacita o ouvinte (ou leitor) a diferenciar um texto de um conjunto aleatório de orações. Um aspecto responsável pela função textual é o estabelecimento de relações coesivas entre uma oração e outra (ou entre porções menores ou maiores de um texto). Em outras palavras, essa função demonstra que a língua deve ser textualmente relevante, ou seja, precisa ter uma textura, em contextos situacionais concretos; precisa constituir uma mensagem em vez de meros itens isolados da língua. Faz parte da função textual o estatuto informacional, o qual indica se a informação de uma porção do texto é de familiaridade (ou não) entre os interlocutores.

Nesta tese, no exame das construções com *se... ser porque*, será verificado que as funções da linguagem propostas por Halliday (1976, 1978, 2004) explicam, especialmente, o funcionamento do verbo *ser* presente nessas construções.

As questões até aqui expostas demonstram um dos princípios básicos do funcionalismo: a não autonomia da língua. É consenso entre os autores funcionalistas o fato de que existe uma relação não arbitrária entre forma gramatical e função (GIVÓN, 1995). Isso significa que a estrutura linguística é reflexo das experiências vividas no mundo pelos usuários da língua.

Por fim, os postulados funcionalistas explicitados podem ser resumidos nas palavras de Givón (1995, p. 9):

- a linguagem é uma atividade sociocultural;
- a estrutura linguística serve a funções cognitivas e comunicativas;
- a estrutura da língua não é arbitrária, mas motivada, icônica;
- mudança e variação estão sempre presentes;

- o sentido é contextualmente dependente e não atômico;
- as categorias não são discretas;
- a estrutura linguística é maleável e não rígida;
- as gramáticas são emergentes;
- as regras de gramática possibilitam algumas exceções.

3. Processos sintáticos¹⁶

Neste capítulo, trata-se dos seguintes processos sintáticos: a “coordenação” e a “subordinação”. Indica-se a visão tradicional desses mecanismos (presente em gramáticas normativas), questionando-se, com embasamento na teoria funcionalista da linguagem, a dicotomia estabelecida entre “coordenação” e “subordinação” (na seção “3.1”). Indica-se que esses fenômenos devem ser vistos em um *continuum* (no tópico “3.2”). Com base nessas considerações sobre os processos sintáticos, mostra-se como se dá a formação da construção com *se... ser porque* (no item “3.3”).

3.1 Revisão da dicotomia “coordenação x “subordinação”

Nas gramáticas normativas, geralmente, ao se tratar dos períodos compostos, são mencionados os processos sintáticos de “coordenação” e de “subordinação” e é estabelecida uma rígida separação entre eles. A “coordenação” é associada à noção de independência e a “subordinação” é relacionada à ideia de dependência.

Um dos critérios utilizados para a classificação das construções “coordenadas” e das “subordinadas” é o sintático. As “coordenadas” seriam independentes porque são unidas orações da mesma natureza (ou seja, da mesma função), sem que uma funcione como termo de outra. À primeira oração, considerada assindética, seria acrescentada outra, sindética (com conjunção) ou assindética (sem conjunção), com noção de adição, adversatividade, alternância, explicação ou conclusão¹⁷. As “subordinadas”, por sua vez, seriam dependentes porque apresentam uma oração que atua como termo de outra. A chamada oração “subordinada”, iniciada por conjunção¹⁸ (no caso das substantivas e das adverbiais) ou pronome relativo (no caso das adjetivas), constitui um termo que incide sobre a oração “principal”, exercendo função de substantivo (sujeito, objeto direto/indireto, complemento nominal, aposto, predicativo), adjetivo (adjunto adnominal, com a noção de restrição ou

¹⁶ A revisão da dicotomia “coordenação x subordinação” e os processos sintáticos em um *continuum* são discussões retomadas, nesta tese, de estudo realizado por Margarido (2010), no qual se empreendeu uma comparação entre as “coordenadas” adversativas e as “subordinadas” adverbiais concessivas.

¹⁷ Bechara (2009), especificamente, inclui no grupo das “coordenadas” apenas as aditivas, as alternativas e as adversativas. As explicativas e as conclusivas, segundo o gramático, teriam ainda forte caráter adverbial, não podendo ser consideradas elementos conjuntivos.

¹⁸ Alguns gramáticos, como Rocha Lima (2013, p. 325), consideram que as orações “subordinadas” podem aparecer na forma justaposta: “as orações justapostas, sem prejuízo da ‘função’ que desempenham na principal, aditam-se a esta sem a mediação de conectivo e têm ‘forma’ de oração independente – isto é, estão isentas de servidão gramatical.”

explicação) ou advérbio (adjunto adverbial, com ideia de causa, concessão, condição, finalidade, tempo, consequência, comparação ou proporção). Esse tipo de consideração é consenso entre grande parte dos gramáticos, como Oliveira (1960), Brandão (1963), Melo (1971), Luft (1978), Rocha Lima (2013), Cegalla (2005), Azeredo (2008), Bechara (2009) e Cunha & Cintra (2013).

Para exemplificar os processos de “coordenação” e “subordinação”, utilizam-se construções citadas por Bechara (2009):

(2) *O velho teme o futuro e se abriga no passado.* (BECHARA, 2009, p. 320)

(3) *O pai viu que a filha saía.* (Op. cit., p. 464)

(4) *O homem que vinha a cavalo parou defronte da igreja.* (Op. cit., p. 467)

(5) *O homem, que vinha a cavalo, parou defronte da igreja.* (Op. cit., p. 467)

(6) *Se os homens não tivessem alguma coisa de loucos, seriam incapazes de heroísmo.* (Op. cit., p. 327)

Em (2), haveria “coordenação”, pois as duas orações poderiam ser sintaticamente separadas, de acordo com a visão tradicional. Nos demais exemplos, em geral, as orações não ocorreriam separadas, havendo, portanto, “subordinação”: os trechos grifados atuam como elementos que desempenham uma função sintática na chamada oração “principal”. Em (3), manifesta-se a função de objeto direto; em (4) e (5), há a função de adjetivo (com valor de restrição e explicação, respectivamente); em (6), ocorre o adjunto adverbial de condição. Essas são as explanações normalmente presentes nas gramáticas normativas para uma tentativa de tornar homogêneo cada um dos grupos (e subgrupos sintáticos).

No entanto, o que se verifica, muitas vezes, é uma mistura de critérios sintáticos e semânticos para a associação da independência às “coordenadas” e da dependência às “subordinadas”, o que dificulta uma visão homogênea desses processos. As citações do quadro a seguir explicitam isso:

AUTORES	COORDENAÇÃO	SUBORDINAÇÃO
Melo (1971)	“O período composto pode ser constituído de orações independentes (cada qual representando um pensamento autônomo), coordenadas entre si.” (p. 96)	“Subordinação é a relação de dependência entre as funções sintáticas.” (p. 104)

Kury (1997)	“Se todas as orações de um período são independentes, isto é, têm sentido por si mesmas , e poderiam, por isso, constituir cada uma um período, o período se diz composto por coordenação.” (p. 62)	“É subordinada a oração que depende de um termo da frase ou de uma oração principal, nele ou nela exercendo uma função sintática.” (p. 71)
Rocha Lima (2013)	“A comunicação de um pensamento em sua integridade , pela sucessão de orações gramaticalmente independentes – eis o que constitui o período composto por coordenação.” (p. 321)	“No período composto por subordinação, há uma oração principal, que traz presa a si, como dependente, outra ou outras. Dependentes, porque cada uma tem seu papel como um dos termos da oração principal.” (p. 323)
Cegalla (2005)	“No período composto por coordenação, as coordenadas são independentes (isto é, não funcionam como termos de outras).” (p. 373)	“Oração subordinada é a que depende de outra: serve-lhe de termo e completa-lhe ou amplia-lhe o sentido .” (p. 379)

Como se vê nas expressões em negrito no quadro, o fator semântico é utilizado, por vezes, para definir os processos de “coordenação” e “subordinação” (de forma geral, juntamente com o aspecto sintático). O ponto problemático é que, quando mencionado o traço semântico, este é relacionado apenas à “coordenação” ou somente à “subordinação”, o que gera falta de clareza em relação às diferenças entre esses mecanismos; não recebendo, portanto, um tratamento linguístico homogêneo.

Poucos são os gramáticos que utilizam os mesmos critérios para conceituar a “coordenação” e a “subordinação” (associando-as à independência e à dependência, respectivamente). Oliveira (1960), Brandão (1963) e Luft (1978) fazem referência tanto ao aspecto sintático quanto ao semântico; Azeredo (2008) e Cunha & Cintra (2013), por outro lado, fazem menção apenas ao critério sintático¹⁹.

Ademais, somente em uma das gramáticas consultadas a “coordenação” e a “subordinação” (e as respectivas noções de independência e dependência) são ligadas exclusivamente ao critério semântico. Oiticica (1953, p. 59) apresenta as seguintes definições: “na coordenação, os **sentidos** das frases são, por si mesmos, **completos e independentes**”; “na subordinação, uma ou mais frases **completam o sentido** de uma frase principal ou de outra já de si (*sic*) **completiva do sentido** de uma principal.” (grifos meus) O autor foge ao

¹⁹ Tal postura é compreensível, pois o objeto de estudo são os processos sintáticos, em uma visão da gramática normativa.

padrão das definições tradicionais ao colocar em foco o aspecto semântico, apesar de ficar implícita a natureza também sintática, como a própria denominação dos processos sugere.

Quando as “coordenadas” e as “subordinadas” são analisadas sob o ponto de vista semântico (seja este associado ou não ao critério sintático), é comum o emprego da noção de autonomia para a indicação de uma particularidade das “coordenadas”. Frequentemente, diz-se que essas orações têm “sentido próprio” (BRANDÃO, 1963), “sentido pleno” (OLIVEIRA, 1960) ou “autonomia” (MELO, 1971); daí a sua independência. Lembra Câmara Jr. (2004) que se considera, tradicionalmente, que uma oração “coordenada” forma sentido completo. Tal conceito, segundo o autor, é utilizado erroneamente por força de uma tradução falsa da definição de Dionísio da Trácia – *autotele*, que, para o gramático alexandrino, significa “autonomamente”²⁰, ou seja, com a sua individualidade. Explica Câmara Jr. (2004) que o fato de cada oração “coordenada” manter a sua individualidade não significa que uma seja independente da outra. Não haveria, segundo esse autor, uma independência semântica ou discursiva dessas orações.

Acrescente-se que se entende que as definições oferecidas por Azeredo (2008) e por Bechara (2009) em relação às “coordenadas” e às “subordinadas” são as que mais estão de acordo com um propósito de indicar um funcionamento mais homogêneo de cada um desses mecanismos, na visão normativa.

Azeredo (2008) e Bechara (2009) não utilizam, por exemplo, a noção de autonomia, a qual é problemática, como se mostrou. Azeredo (2008) toma como ponto de partida uma visão tradicional das “coordenadas” e das “subordinadas”, ao informar que aquelas são funcionalmente (e formalmente) equivalentes, ao passo que estas são funcionalmente (e formalmente) distintas. No entanto, vai um pouco além, ao introduzir a noção de “hierarquia”. Assim, o autor mostra que as unidades gramaticais podem se situar no mesmo nível (na “coordenação”) ou em níveis diferentes (na “subordinação”), de modo que, neste último caso, uma das unidades é a base e a outra serve de complemento ou termo adjacente. As considerações de Bechara (2009) também remetem a uma “hierarquia” entre as orações, embora o gramático não use esse termo. Ele indica que, nas “coordenadas”, as orações encontram-se no mesmo nível sintático e que, nas “subordinadas”, uma das orações apresenta nível inferior dentro das camadas de estruturação gramatical.

---

²⁰ Até mesmo quando é utilizado o termo “autonomia”, tal conceito é confuso. Melo (1971), por exemplo, faz estas considerações: “oração subordinada é aquela que exerce em outra uma função ou subfunção, e que por isso não tem autonomia, não vale por si só, é parte de outra oração, chamada principal.” (p. 106); “o período composto pode ser constituído de: orações independentes (cada qual representando um pensamento autônomo), coordenadas entre si.” (p. 96) No primeiro trecho, a autonomia é relacionada ao aspecto sintático e, no segundo excerto, essa noção é associada à semântica.

No entanto, vale ressaltar que Azeredo (2008) e Bechara (2009) apresentam uma noção mais genérica do que se poderia chamar de hierarquia, pois caberia, nesse caso, diferenciar não apenas a “coordenação” da “subordinação”, mas também as distintas hierarquias em que se encontram os subtipos de orações “subordinadas”: as ditas substantivas, adjetivas e adverbiais.

Nas gramáticas, em geral, julga-se que as “subordinadas” substantivas trazem funções “essenciais” (no caso das subjetivas e das predicativas) e são termos “integrantes” da chamada oração principal (no caso das objetivas diretas/indiretas, completivas oblíquas, completivas nominais e apositivas). Por outro lado, as “subordinadas” adjetivas e as adverbiais seriam tidas como orações “acessórias”, ou seja, poderiam dar a impressão de que são dispensáveis para a produção de sentido. Essas classificações já demonstram que seria contraditório atribuir a todos esses subgrupos a natureza de dependência (seja ela sintática ou semântica). De uma perspectiva funcionalista, não convém considerar as orações adjetivas e as adverbiais como termos “acessórios” e, ao mesmo tempo, classificar tais tipos de orações como dependentes²¹. Se elas são expressões dispensáveis na frase, por que não poderiam aparecer sozinhas, sem estabelecerem uma relação de dependência com a dita oração principal?

Assim, convém levar em conta a diversidade de comportamento de cada subgrupo de oração “subordinada”, a qual já é sugerida, embora de forma vaga, pela própria perspectiva tradicional. Nas orações de (3) a (6), é possível verificar uma diferença de grau de dependência entre as orações. Em (3) e (4), consoante uma visão tradicional, a expressão grifada traz informação que não poderia ser omitida, dado que apresenta uma espécie de continuação de ideia: a expressão *o pai viu* teria um sentido vago, pois faltaria o complemento do verbo; o termo *que vinha a cavalo* não poderia ser retirado da frase sem prejuízo de sentido, pois especifica o tipo de homem. Em (5) e (6), ainda de acordo com uma perspectiva tradicional, haveria uma menor integração entre as orações. Em (5), dada a pausa pela vírgula, o enunciado *que vinha a cavalo* poderia ser omitido, por trazer uma informação adicional; em (6), a expressão *se os homens não tivessem alguma coisa de loucos* também acrescenta uma circunstância no período, podendo ser omitida, de acordo com a gramática tradicional. A diferença de natureza dos tipos de oração “subordinada” ficará mais esclarecida na seção “3.2”, a partir das reflexões feitas por autores funcionalistas como Hopper & Traugott (1994) e Halliday (2004).

---

²¹ Como se verá, a inclusão das adjetivas restritivas e das adjetivas explicativas em um mesmo grupo também é questionada em estudos funcionalistas.

Ademais, no tratamento dos processos sintáticos, seria conveniente levar em conta fatores pragmáticos ao se verificar, nas construções “subordinadas”, em geral, a “ligação” existente entre a dita oração principal e a chamada oração subordinada. Decat (1999), utilizando o conceito de “unidade de informação”, postulado por Chafe (1980), mostra que as orações adverbiais podem adquirir certa independência em relação à oração matriz (a chamada, tradicionalmente, de principal), a serviço de fatores pragmáticos e interacionais.

A unidade de informação é um “jato de linguagem” que contém toda a informação que pode ser manipulada pelo falante num único foco de consciência. Essa unidade pode ser identificada pela entonação, pela pausa, que a separa de outra unidade. Além disso, a unidade informacional tende a se caracterizar como constituindo uma única “cláusula”^{22 23}. Assim, uma “cláusula” adverbial pode formar uma unidade de informação por si mesma; nesse caso, ela será uma opção de organização do discurso, como se verifica nesta ocorrência citada por Decat (1999, p. 30):

(7) Na Câmara dos Deputados, a Comissão Externa sobre os Desaparecidos Políticos, presidida pelo deputado Nilmário Miranda (PT-MG), estuda a proposta do governo de indenizar os familiares dos mortos e desaparecidos políticos. Enquanto na Câmara Municipal de Belo Horizonte tramita o projeto para dar nomes de mortos e desaparecidos políticos mineiros a 42 ruas da capital. (Jornal da Casa, BH-MG, 9 a 15/5/93)

Em construções como a citada, a oração adverbial aparece, segundo Decat (1999), “desgarrada” da oração matriz, tendo uma ocorrência independente.²⁴ Desse modo, é usada para reforçar a argumentação, obedecendo a objetivos comunicativo-interacionais. Nesse sentido, não há como considerar as orações adverbiais como “acessórias” ou “dispensáveis” (tal qual o faz a gramática normativa); na verdade, elas exercem um importante papel na interação comunicativa.

Da mesma forma, pode-se questionar a atribuição do caráter independente, de modo generalizado, às orações “coordenadas”. Huddleston (1995, p. 383) mostra que, em alguns casos, a presença do mesmo estatuto sintático nas orações “coordenadas” traz a possibilidade de inversão da ordem delas sem mudança significativa de sentido e, em outras situações, isso não é possível. Neste último caso, o segundo segmento da construção pode conter uma

²² Decat (1999) não utiliza o termo “oração”, mas “cláusula”.

²³ Todavia, é a entonação o sinal mais consistente para essa identificação, enquanto a estruturação sintática é o critério menos necessário.

²⁴ Decat (1999) expõe que as orações encaixadas (as chamadas subordinadas substantivas) e as adjetivas apositivas (ou seja, as ditas explicativas) também podem atuar como “cláusulas desgarradas”.

anáfora: *Três deles fizeram a prova nesta manhã e três deles estão fazendo-a nesta tarde*²⁵. (grifo meu) Por isso, não seria admissível a estrutura: *Três deles estão fazendo-a nesta tarde e três deles fizeram a prova nesta manhã*. Ademais, o autor indica a importância do fator pragmático na análise das “coordenadas”. Em *Ela foi até a cidade e comprou um novo chapéu*²⁶, seria inferido que ela foi à cidade e lá (não em outro lugar), comprou o chapéu. Essas implicações pragmáticas seriam perdidas se a ordem das orações fosse modificada.

Soares (2011, p. 25) também observa restrições de uso no grupo das “coordenadas”, iniciando sua discussão com este exemplo:

(8) *E, no caso do time estar vencendo, riem, choram, se abraçam, batem palmas, soltam “olé”, gritam “já ganhou”.*

No período citado, segundo Soares (2011), as orações são, de fato, independentes, pois a ordem em que aparecem poderia ser modificada. No entanto, conforme a concepção dessa autora, casos desse tipo, com independência entre as orações, são raros. Assim, ela elenca alguns fatores que seriam responsáveis por aquilo que chama de “subordinação semântica” (ou seja, dependência semântica) no grupo das “coordenadas”: i) as orações se ordenam segundo determinado critério (como o tempo); ii) as orações se seguem a uma oração terminada por dois pontos, cujo sentido explicam ou justificam; iii) a oração “coordenada” expressa: contraste ou oposição em relação à ideia anterior; explicação ou justificativa em relação à ideia anterior; conclusão ou consequência a partir da ideia anterior.

Garcia (1997) já havia mostrado a dependência semântica existente nas “coordenadas”, denominando tal fenômeno de “subordinação psicológica”. Para defender seu ponto de vista, Garcia (1997, p. 24-25) cita estas construções:

(9) *O dia estava muito quente e eu fiquei logo exausto.*

(10) **Como** *o dia estava (estivesse) muito quente, eu fiquei logo exausto.*

(11) *Fiquei logo exausto porque o dia estava muito quente.*

O enunciado (9) aparece em “coordenação”, mas, segundo Garcia (1997), só existe “coordenação” quanto à forma, não quanto ao sentido, pois, na realidade, o conectivo “e” não liga dois fatos independentes: entre “estar muito quente” e “ficar logo exausto” existe uma

²⁵ *Three of them took the test this morning and three of them are taking it this afternoon.*

²⁶ *She went to town and bought a new hat.*

coesão íntima, uma relação de causa e efeito. Para o autor, o que demonstra que a independência, nesse caso, é formal, e não semântica, é o fato de que o enunciado (9) poderia aparecer em uma estrutura “subordinada”, como se vê nas outras frases, (10) e (11).

Um dos gramáticos já citados, Brandão (1963, p. 145), também reconhece a possibilidade de um conteúdo presente em construção “coordenada” aparecer em construção “subordinada”. No caso citado a seguir, um mesmo conteúdo aparece na construção “coordenada aditiva”, em (12), e na construção “subordinada adjetiva explicativa”, em (13):

(12) *Fui visitar a meu tio e o encontrei muito alquebrado.*

(13) *Fui visitar a meu tio, **que** encontrei muito alquebrado.*

Assim, Brandão (1963, p. 145) julga que “a coordenação e a subordinação diferem **apenas** formalmente.” (grifo meu)²⁷ No entanto, entende-se que, em uma análise linguística que leve em conta os usos efetivos dos enunciados, apenas o fator formal não é suficiente para explicar as especificidades da “coordenação” e da “subordinação”. Se for considerado somente esse aspecto, pode parecer que a escolha por uma estrutura ou outra é aleatória. Vale comentar que duas estruturas diferentes produzem efeitos pragmáticos distintos, de acordo com uma visão funcionalista.

Pode-se dizer que, em (12), *encontrei muito alquebrado* é uma informação que aparece na mesma hierarquia que o conteúdo explicitado na primeira oração, não ficando nenhuma informação em primeiro plano, constituindo “figura” (GIVÓN, 1984). Em (13), por outro lado, pela presença de uma maior pausa entre as orações e pela natureza de “fundo” (GIVÓN, 1984), ou seja, de informação não saliente da oração “subordinada”, fica em primeiro plano o conteúdo da primeira oração. Givón (1984) explica que, na organização discursiva, certos aspectos da descrição, os quais podem ser codificados em orações, por exemplo, são considerados a linha principal da comunicação. É o que se chama de **figura**. Outros aspectos são vistos como satélites, complementares na comunicação. É o que se entende por **fundo**. Diversos binômios são citados por Givón (1984, p. 288) para exemplificar

---

²⁷ O gramático parece entrar em contradição na afirmação citada (retirada da parte de observações da gramática, que serviria como uma nota de rodapé), pois, como já se referiu, ao comparar a “coordenação” com a “subordinação”, ele se baseia em critérios sintáticos e, também, semânticos. Quanto ao fator semântico, Brandão (1963, p. 168) mostra que as “coordenadas” têm sentido próprio e que, na construção “subordinada”, a oração “principal” sem a “subordinada” é uma proposição “imperfeita e truncada”. Assim, para o gramático, as orações ditas principais só “fazem sentido” quando unidas com suas orações “subordinadas”.

como se manifesta o contraste entre figura e fundo no discurso, como ação/evento x estado e fato x hipótese.

Os exemplos citados por Garcia (1997) e por Brandão (1963) contribuem para mostrar que não existe uma propriedade semântica exclusiva das “coordenadas” e das “subordinadas” que permita diferenciá-las; por isso, a diferenciação pela sintaxe precederia tais classificações. García-Molins (2000, p. 3541) explica que, se, com a conjunção paratática (a dita coordenada) *e*, podem ser relacionadas orações em uma construção com um dos sentidos hipotáticos (os chamados subordinados) mais habituais (pode-se usar a expressão *Chame e lhe abrirei* em vez de *Se chamar, lhe abrirei*)²⁸, isso demonstra que não se deve estabelecer um sentido paratático por oposição a um sentido hipotático. Para o autor, a ontogênese e a filogênese confirmam essa conclusão: se as crianças até sete anos só usam estruturas paratáticas, não é, evidentemente, porque foram incapazes de expressar sentidos como finalidade, causa e condição ou porque não necessitaram fazê-lo. Na verdade, a parataxe é uma estrutura menos complexa, mais adaptada, portanto, às crianças da faixa etária mencionada.

Outro critério a ser analisado para o estudo das “coordenadas” e das “subordinadas” é o de prescindibilidade sintática. García-Molins (2000, p. 3514) lembra que os gramáticos costumam considerar que, quando as orações estão unidas por “coordenação”, qualquer uma delas é prescindível, mas que, quando estão unidas por “subordinação”, a supressão de uma delas é impensável. De acordo com essa visão tradicional, uma construção “coordenada” do tipo *Os estudantes leem Freud e Kafka* admite o seu desmembramento em duas frases: *Os estudantes leem Freud*, *Os estudantes leem Kafka*. Em contraste com essa situação, seria obtido um efeito indesejável suprimindo-se a expressão *uma moto* da expressão *Meu primo deseja uma moto*, pois, nesse caso, *uma moto* seria um termo “subordinado”²⁹ ao conteúdo restante da frase.

García-Molins (2000, p. 3515) critica a diferenciação tradicional entre “coordenação” e “subordinação” com base em critérios meramente formais, concluindo que a prescindibilidade sintática vem determinada mais por critérios léxicos do que por fatores estritamente categoriais. Por exemplo: seria possível tanto a estrutura *Maria lê livros* quanto a estrutura *Maria lê*; no entanto, na frase *Maria quer pão*, não poderia ser omitido o complemento verbal (seria inaceitável uma frase do tipo **Maria quer*). Em ambas as situações apresentadas, há uma estrutura “subordinada”, mas é o aspecto lexical (no caso,

²⁸ *Llama e te abriré. / Si llamas, te abriré.*

²⁹ O termo “subordinado” é usado, no caso relatado, com a função de relacionar constituintes da oração, e não orações.

cada verbo utilizado) que é decisivo para estabelecer a aceitabilidade ou não das construções. Assim, verifica-se que o critério de prescindibilidade não é suficiente para diferenciar as “coordenadas” das “subordinadas”. O autor, todavia, não mostra que, nesse caso, o fator pragmático também é decisivo para determinar a omissão ou não de expressões ou segmentos em uma construção. Uma construção do tipo *Maria quer* poderia ser usada pelo locutor se o complemento do verbo *quer* já fosse de conhecimento compartilhado entre locutor e interlocutor.

Outro aspecto a ser analisado nas gramáticas, em geral, é o papel atribuído à chamada oração principal na construção “subordinada”, que tem sido pouco explicado ou tem sido ponto de controvérsias, gerando falta de clareza acerca de sua natureza.

Em relação à oração “principal”, Brandão (1963, p. 137-138) assevera que ela encerra “sentido dominante”, mas, ao mesmo tempo, considera que, em construções como “*Rio que tem cachoeira não é navegável*” e “*Pedro diz que não me conhece*”, *rio não é navegável* e *Pedro diz* são orações principais truncadas, que “**só fazem sentido**” quando unidas com as subordinadas respectivas. (grifos meus) Há uma incoerência nessas considerações, pois, se a oração “principal” traz, de fato, um sentido “dominante”, ela deveria, de acordo com uma visão tradicional, fazer sentido por si própria, sem o acréscimo de uma oração “subordinada”. Por vezes, o que se observa é exatamente o contrário: a oração “subordinada” é que introduz uma informação mais saliente, como acontece em “Eu acho que você deveria casar”³⁰. Se fosse omitida a oração “principal” (“Eu acho que”), mesmo assim, ficaria evidente que o conteúdo restante traz uma opinião.

Na gramática de Cegalla (2005), por outro lado, não se indica um sentido dominante para a oração “principal”: “oração principal (...) vem acompanhada de oração dependente, que lhe completa ou amplia o sentido” (p. 378) / oração subordinada é a que depende de outra: serve-lhe de termo e completa-lhe ou amplia-lhe o sentido.” (p. 379) Nesses trechos citados, não é possível saber o que se entende exatamente por “principal”. Contudo, a denominação de “principal” poderia conduzir à ideia de que seu sentido não precisaria ser “completado”, o que iria contra as explicações citadas.

Entende-se que uma melhor compreensão do funcionamento da chamada oração principal pode ser obtido a partir das considerações de Cunha & Cintra (2013), que são baseadas em critérios sintáticos. Os gramáticos mostram que, na realidade, a oração “principal” serve de suporte a uma “subordinada”, mas não é essa a sua característica

---

³⁰ Ocorrência retirada do *Corpus Adicional* (Revista *Veja*, 11/10/00).

essencial, e sim o fato de não exercer nenhuma função sintática em outra oração do período. Assim, no período composto por “subordinação”, só há uma que preenche tal função; daí se reservar a esta, com exclusividade, o nome de “principal”.³¹

Vale assinalar que Castilho (2010, p. 345) indica que, nas gramáticas, o termo *principal* foi escolhido, inicialmente, por uma questão de natureza sintática: a oração *principal* “encabeça” a “subordinada”. Entretanto, o linguista chama a atenção para o fato de que, em um momento posterior, deu-se uma interpretação semântica ao termo referido, entendendo-se que a oração *principal* expressa a informação principal de uma proposição. Castilho (2010) vai contra tal ponto de vista e, com base em Jespersen (1924/1971), assenta que a ideia principal nem sempre é veiculada na dita oração principal.

Desse modo, Castilho (2010, p. 345) avalia que os termos *nuclear*, *matriz* são mais adequados para denominar, por exemplo, a sentença em que as subordinadas encontram-se em adjunção: as orações adverbiais “se adjungem” à “matriz”, atuando como adjuntos.

Em estudos funcionalistas, a dita oração principal, denominada de nuclear, é explicada com base na conjunção de fatores sintáticos e pragmáticos, refletindo seu uso efetivo. Matthiessen & Thompson (1988) relacionam as construções adverbiais a uma estrutura retórica do discurso. As unidades retóricas formam um texto (sendo este composto por orações) e as relações determinadas em tais unidades são entendidas de acordo com a função que desempenham, como a de núcleo-satélite, na qual um elemento (que é o adverbial) é ancilar de outro elemento (o nuclear). Por meio da visualização desse funcionamento discursivo, é possível compreender a estrutura da oração, a qual é refletida na organização discursiva.

Matthiessen & Thompson (1988), ao analisarem, por exemplo, a relação discursiva de núcleo-satélite, indicam que algumas porções textuais (os núcleos) veiculam os propósitos centrais do locutor e que outras porções (que são os satélites) introduzem os objetivos suplementares. Os autores fazem a ressalva de que a divisão de textos em elemento nuclear e elemento satélite reflete o fato de que os interlocutores realizam determinados julgamentos como parte de sua compreensão do texto, e os locutores criam os textos com a expectativa de que seus interlocutores serão capazes de interpretá-lo de certo modo. A relação adverbial pode ser vista de acordo com a organização discursiva explicada por Matthiessen & Thompson

---

³¹ Cunha & Cintra (2013) salientam que a *Nomenclatura Gramatical Portuguesa* eliminou a designação de “oração principal” sob o argumento de não fazer falta aos estudos desses processos e de dar ensejo a duplas interpretações, quer no plano lógico, quer no plano gramatical.

(1988): uma oração (a nuclear) traz os propósitos principais do falante e, outra (a adverbial, vista como satélite, elemento adicional), informações que são suplementares.

Longacre (2008), por sua vez, dá ao elemento adverbial a denominação de “margem”. O autor mostra que uma sentença tem três partes: núcleo, base e margem. Esses componentes são exemplificados por Longacre (2008, p. 373) a partir do seguinte esquema³²:

Parte A	Parte B
<i>Quando eles ouviram a notícia</i>	<i>Maria ficou alegre, mas João ficou triste e pensativo.</i> ³³ <i>Maria ficou alegre e João também.</i> ³⁴ <i>Maria ficou tão alegre, que dançou um “jig”.</i> ³⁵

A parte “A” é uma sentença que atua como margem e a parte “B” ilustra três tipos de núcleos. A margem incide em uma diversidade de núcleos e é, assim, a parte não característica da sentença, sendo elemento subordinado na sentença. Por outro lado, o núcleo da sentença é sua porção mais característica e, portanto, é independente em relação à margem. O núcleo é construído por meio de conjunção (embora esta nem sempre esteja presente) e de bases. A base constitui subparte funcional do núcleo. Assim, no esquema representado, as seguintes estruturas são bases³⁶: *Maria ficou alegre; João ficou triste e pensativo; João também; dançou um “jig”*.³⁷

Na tipologia de Longacre (2008), verifica-se certa relação de hierarquia, estruturalmente, entre a margem e o seu núcleo. Tal traço estrutural, estando o núcleo no “comando” da hierarquia, explica por que se pode dizer que a oração nuclear representa os propósitos centrais do locutor e que a oração adverbial (ou seja, a margem), por seu turno, simboliza uma informação opcional.

A respeito da tipologia de Longacre (2008), Neves (2006) pensa que se trata de uma proposta muito original, que, a partir de uma motivação discursiva, considerou as frases como

³² Retoma-se, aqui, esquema citado por Margarido (2010) para o tratamento da relação adverbial.

³³ *When they heard the news, Mary elated but John was sad and thoughtful.*

³⁴ *Mary was elated and so was John.*

³⁵ *Mary was so elated that she danced a jig.*

³⁶ O termo “base” é utilizado porque a parte funcional do núcleo pode não fazer parte de uma oração simples (ou seja, de um período simples).

³⁷ Não é apenas o núcleo que pode apresentar uma oração complexa (isto é, um período composto). A margem pode exibir uma estrutura complexa também, conforme demonstra Longacre (2008, p. 374) com a citação desta construção: *When Napoleon dominated the continent and only England held out against him, a child was born in an obscure village in northern Scotland (Quando Napoleão dominava o continente e só a Inglaterra estava contra ele, uma criança nascia em uma aldeia desconhecida no norte da Escócia)*. Nesse caso, a margem é: *Quando Napoleão dominava o continente e só a Inglaterra estava contra ele*.

feixes, semelhantemente aos parágrafos. Há relações análogas: os parágrafos são apenas mais frouxos, mais difusos, com menos vínculos gramaticais evidentes. A autora explica que, conforme Longacre (2008), as frases possuem um núcleo e margens que adornam tal núcleo constituindo *slots* funcionais; as margens são tipicamente as orações adverbiais e são tidas pelo autor como relevante meio de coesão dentro do parágrafo. Assim, Neves (2006) afirma que, consoante Thompson e Longacre (1985), como margens, as orações adverbiais são importantes na organização do discurso, atuando na coesão dos feixes superiores, ou seja, dos parágrafos.

Ainda em relação à noção de oração “principal”, determinada na gramática normativa, vale citar uma observação feita por Luft (1978, p. 149): “não há principal sem subordinada, nem subordinada sem principal”. Verifica-se que tal situação nem sempre se manifesta no uso efetivo da língua.

Sob um ponto de vista funcionalista, Decat (1999, p. 25) indica a possibilidade de ocorrência de construções condicionais como esta: “Se eu ganhasse na Sena!”. Como se vê, a oração “subordinada” aparece sem a oração dita principal. Esse tipo de ocorrência pode ser motivado pelo fato de que, em alguns contextos, a informação que seria veiculada na “principal” ficaria implícita, não havendo, portanto, a necessidade de indicá-la. Outra hipótese para a ocorrência de construções desse tipo é a intenção do locutor de deixar que o próprio interlocutor complete a “lacuna” de informação, imaginando possíveis situações específicas que aconteceriam ao se ganhar na loteria.

Neves (2000, p. 855) também registra casos em que a oração “principal” não aparece nas construções condicionais, tipo de ocorrência que denomina de “elipse da oração principal”:

(14) *Hoje eu acreditei no amor dele! Ah, se fosse sempre assim!*

Em construções como a citada em (14), Neves (2000) aponta que o falante constitui a moldura de referência condicional (a oração com *se*), mas deixa a cargo do ouvinte o preenchimento do conteúdo emoldurado (aquele presente na oração “principal”). Esse conteúdo deve ser resgatado pelo ouvinte de acordo com seu conhecimento, sua experiência no assunto ou seu desejo³⁸.

---

³⁸ Côrtes e Mello (2013) também mencionam a possibilidade de, na construção condicional (na língua falada), não ser explicitada a apódose (a oração “principal”). Nesse caso, segundo os autores, o interlocutor não tem dúvidas sobre o conteúdo desta oração, pois esse conteúdo é compartilhado com seu locutor. Além disso, Côrtes e Mello (2013, p. 166) mostram que a ausência da apódose pode ocorrer quando a oração condicional é uma

É interessante que Neves (2000, p. 856) mostra, ainda, a possibilidade de elipse da oração condicional:

- (15) – *Mas tem cadarço?*
 – *Decepcionado, o psicólogo respondeu:*
 – *É lógico que não.*
 – *Então já sei: é um mocassim!*
    [se não tem cadarço]

No trecho citado em (15), a informação que seria apresentada na oração condicional (*não tem cadarço*) é facilmente recuperada em porções anteriores do texto. Daí a possibilidade de omiti-la. Com essa omissão, o conteúdo da oração “principal”, conseqüentemente, fica mais saliente, ao contrário do que ocorre no caso anterior citado.

A partir do que se expôs, não é possível julgar que a oração “principal” traz, em todos os contextos, uma informação mais saliente. Ademais, fica claro que não é pertinente considerar que a construção “subordinada” traz sempre de forma explícita um segmento “subordinado” a outro (nuclear). Tais considerações contribuirão para que, na seção “3.3”, ateste-se a formação da construção com “*se... ser porque*”, pois, como se verá, não há nela uma oração matriz explícita.

Cabe mais uma observação no que diz respeito à oração “principal”. Como lembra Perini (2004, p. 130), naturalmente, nenhuma das orações “coordenadas” pode ser chamada de principal, pois “‘principal’ se define em termos da presença de ‘subordinadas’”. Isso já é consenso entre os gramáticos³⁹, no entanto, convém refletir sobre a sua admissibilidade.

Como se mostrou, a oração “principal” pode ser definida com base em critérios sintáticos, como mostra Cunha & Cintra (2013), e com fundamento em aspectos semânticos, como aponta Brandão (1963). Quando a oração “principal”, nas estruturas “subordinadas”, é analisada segundo fatores semânticos, indica-se, em geral, que uma das orações traz um conteúdo de sentido mais “dominante”. Nesse caso, por que considerar que apenas na estrutura “subordinada” há uma oração com informação mais saliente? Entende-se que, embora as “coordenadas” se encontrem em uma mesma hierarquia, uma das orações pode trazer uma informação mais saliente que a outra, da mesma forma que ocorre no caso das

---

pergunta (...*se alguém se enrola com...*?) ou quando a apódose e a prótase (a oração adverbial condicional) encontram-se em turnos de falantes diferentes (*mas... gente velha... já prometeu o presente ... já pode garantir que ganhou... / se num morrer antes deles*).

³⁹ Faça-se a ressalva de que, consoante Luft (1978), a primeira oração das “coordenadas” era chamada por alguns autores de “culminante”. No entanto, como mostra o gramático, nem sempre é a primeira das “coordenadas” a mais importante: na famosa frase “Vim, vi e venci!”, não há como sustentar que a primeira é a oração culminante. Nesse caso, sem dúvida, a última oração é a predominante.

“subordinadas”. Tome-se como exemplo o caso das orações “coordenadas” explicativas (com *porque*), as quais introduzem, assim como as orações “subordinadas” causais (com *porque*), na maior parte das vezes, uma informação nova, como já constatou Paiva (2001), o que, conseqüentemente, poderia tornar a oração “coordenada” explicativa mais saliente que a oração inicial⁴⁰.

Outra questão tratada nas gramáticas que convém analisar é a consideração de que as orações “coordenadas” trazem elementos da mesma natureza. Nas gramáticas normativas, quando se faz referência a “mesma natureza”, geralmente, remete-se a “mesma função sintática”. Melo (1971, p. 99) indica que, na “coordenação”, estabelece-se uma conexão entre:

“dois ou mais sujeitos, dois ou mais complementos do mesmo verbo, dois ou mais adjuntos adnominais do mesmo substantivo, dois ou mais apostos circunstanciais do mesmo sujeito, dois ou mais agentes da passiva, dois ou mais complementos nominais, duas ou mais orações independentes, duas ou mais orações subordinadas da mesma natureza e função, dois ou mais períodos.”

Todavia, Carone (1991, p. 35) mostra que as orações “coordenadas” podem, por vezes, conectar elementos de funções diferentes:

(16) “*Peguei da imagem que enchia minha alma, e enchi com ela a vida, onde outrora ocupara **tão pouco espaço e por tão pouco tempo***”.

(17) “*E foi assim que cheguei à cláusula dos meus dias; e foi assim que me encaminhei para o ‘undiscovered country’ de Hamlet, sem as ânsias nem as dúvidas do moço príncipe, mas pausado e trôpego, como quem se retira tarde do espetáculo. **Tarde e aborrecido***.”

Em (16), a “coordenação” de um objeto direto com um adjunto adverbial resulta da supressão de um segmento na segunda oração: “(onde outrora ocupara tão pouco espaço) por tão pouco tempo”. Em (17), há a “coordenação” de um adjunto adverbial e de um predicativo do sujeito, o que seria decorrente da contração de duas orações: *ele se retira tarde / ele se retira aborrecido*. Assim, fica claro que não convém diferenciar as “coordenadas” das “subordinadas” apontando que aquelas apresentam igualdade de funções. Trata-se de uma característica que está ou não presente nas “coordenadas”.

---

⁴⁰ Paiva (2001) utiliza a noção de causa em sentido amplo, incluindo as coordenadas explicativas e as subordinadas causais (com *porque*) em um mesmo grupo.

O que, na verdade, poderia aproximar as “coordenadas” das “subordinadas” é o fato de ambas relacionarem, de forma geral, não apenas sintagmas (unidades menores que as orações)⁴¹ e orações, como também enunciados (unidades maiores que as orações, marcadas por uma pausa maior entre elas, que pode vir sinalizada pelo ponto final)⁴². No que diz respeito aos enunciados, não há referência em nenhuma das gramáticas normativas consultadas sobre a possibilidade de eles serem conectados por meio da conjunção (em estruturas “coordenadas” e “subordinadas”)⁴³. Todavia, ao se analisarem os usos efetivos da língua, percebe-se tal possibilidade, como se vê nestas ocorrências citadas por Neves (2000):

(18) *O calão da linguagem de seus personagens e a crueza das situações que denuncia são tão chocantes quanto a realidade que elas espelham.* (NEVES, 2000, p. 741)

(19) *Eles riem e Gioconda vai para dentro.* (NEVES, 2000, p. 741)

(20) *Nada mais o atingia. E raramente consultava o relógio.* (NEVES, 2000, p. 741)

(21) *Falaremos, então, de um projeto com duas funções distintas, **embora** complementares (...).* (NEVES, 2000, p. 880)

(22) *Eu sou homem muito fraco, doente mesmo, **embora** não pareça.* (NEVES, 2000, p. 872)

(23) *Existem também antibióticos com as propriedades do grupo mas sem coclitol ou aminociclitol (**embora** não praticamente de uso clínico).* (NEVES, 2000, p. 874)

De (18) a (20), com orações “coordenadas”, e de (21) a (23), com orações “subordinadas”, são exemplificadas construções que se situam, respectivamente, no nível do sintagma, da oração e do enunciado. Assim, nos dois grupos sintáticos, haveria diferentes graus de integração. Cabe registrar que, com base nos postulados de Lehmann (1988), já demonstrou Zamproneo (1998, p. 167) que a conexão entre enunciados (chamados de “frases”

⁴¹ Dubois *et al.* (1997) explicam que o sintagma é um grupo de elementos linguísticos que formam uma unidade numa organização hierarquizada; o sintagma é constituído de uma cadeia de elementos. A expressão “sintagma” vem seguida de um qualificativo que define sua categoria gramatical (sintagma nominal, sintagma verbal, sintagma adjetival). Em “O menino do vizinho tinha atirado a bola contra a vidraça da cozinha”, Dubois *et al.* (1997, p. 558) mostram, por exemplo, que são sintagmas nominais, entre outros, “o menino do vizinho”, “o menino”, “a bola”, “a vidraça”.

⁴² Dubois *et al.* (1997, p. 219) apontam que o termo “enunciado” designa toda sequência acabada de palavras de uma língua emitida por um ou vários falantes. O fechamento do enunciado é assegurado por um período de silêncio antes e depois da sequência de palavras, silêncio que é realizado pelos falantes.

⁴³ Apesar de não se mencionar a possibilidade de junção de enunciados por meio da conjunção, por vezes, são apresentados exemplos com esse tipo de ocorrência (nas estruturas “coordenadas”), como se vê neste trecho: *Eram mãos nuas, essas mãos; serenas, modestas e avessas a qualquer exibicionismo. Mas não acanhadas, isso nunca.* (CUNHA & CINTRA, 2013, p. 599)

pela autora), entre orações e entre sintagmas representaria, nesta ordem, um *continuum* do menor ao maior grau de integração sintática.

Assim, o fato de tanto os segmentos “coordenados” quanto os segmentos “subordinados” poderem manifestar-se no nível do enunciado desfaz a dicotomia rígida estabelecida tradicionalmente entre “coordenação” e “subordinação”. Vale destacar, também, que tanto o *se* (de estrutura “subordinada”) quanto o “porque” na função de “coordenação” podem introduzir enunciado, como se atesta nestas ocorrências fornecidas por Neves (2000):

(24) – *Pelas cinco chagas de Nosso Senhor Jesus Cristo, eu lhe ordeno que vá!*
– *Só se a senhora for comigo.* (NEVES, 2000, p. 845)

(25) *E a coitadinha, em casa, como iria sofrer! **Porque** as amigas da vila, as conhecidas da rua, as invejosas da fábrica, todas iriam recortar também!* (NEVES, 2000, p. 817)

Reitere-se que, quando há conexão no nível do enunciado, a ligação entre os segmentos é mais “frouxa”; portanto, nesse caso, um segmento apresenta maior independência em relação a outro, tanto na “coordenação” quanto na “subordinação”.

A partir do que se explicitou, observa-se que, em uma análise mais acurada das construções, deve-se levar em conta não apenas aspectos sintáticos e semânticos, como também pragmáticos. Ademais, fica claro que não é tarefa fácil estabelecer critérios que indiquem as diferenças entre as “coordenadas” e as “subordinadas”, pois, por vezes, são tênues as fronteiras entre esses processos sintáticos. Assim, em vez de se estabelecer uma separação rígida entre “coordenação” e “subordinação”, convém contemplar esses processos sintáticos em um *continuum*, o que passa a ser proposto no tópico “3.2”, sob o ponto de vista da teoria funcionalista da linguagem.

3.2 Os processos sintáticos em um *continuum*

Assevera Castilho (2010, p. 346) que, na Linguística moderna, algumas explicações são retomadas para a diferenciação entre as orações “coordenadas” e as orações “subordinadas”, como estas:

- Na coordenação, as orações são idênticas; na subordinação, as orações não são equivalentes.

- As orações coordenadas não podem ser focalizadas, visto que não são constituintes de outra sentença, o que acontece, por outro lado, com as subordinadas.
- Existe simetria semântica entre as coordenadas e assimetria entre as subordinadas.
- “Casos de coordenação [podem ser tratados] como expansões de estruturas equivalentes sintática e semanticamente, o que os aproxima dos casos de repetição, um compromisso teórico marcadamente funcionalista” (CAMACHO & PEZATTI, 1998, *apud* CASTILHO, 2010, p. 346).

Apesar da evidente existência de diferenças de traços entre as “coordenadas” e as “subordinadas”, endossa-se, aqui, que elas não se opõem totalmente, pois a língua não possui categorias discretas. Assim, defende-se que os processos de “coordenação” e “subordinação” são vistos em um *continuum*, o que é salientado por Castilho (2010). Outros autores que consideram a questão desse *continuum* são Hopper & Traugott (1994), Givón (2001) e Lehmann (1988).

Consoante Hopper & Traugott (1994), existem três grupos de relações de orações que se encontram em um *continuum*:

Parataxe	⇒	Hipotaxe	⇒	Subordinação
- DEPENDÊNCIA		+ DEPENDÊNCIA		+ DEPENDÊNCIA
- ENCAIXAMENTO		- ENCAIXAMENTO		+ ENCAIXAMENTO

Na parataxe, as orações têm certa independência; para isso, é necessário que as orações façam sentido e que sigam o princípio de relevância⁴⁴. Na hipotaxe, as orações são dependentes de forma relativa, já que existe um núcleo e uma ou mais orações que não se manifestam “sozinhas”; no entanto, na relação hipotática, as orações não são incluídas dentro de um constituinte do núcleo. Na subordinação, acontece uma total dependência entre as orações, já que a margem é completamente encaixada em um constituinte do núcleo.

⁴⁴ Koch e Travaglia (2004) explicam que o requisito de relevância, relacionado à coerência do texto, determina que os enunciados sejam interpretados como falando de um mesmo tema.

A parataxe vai da simples justaposição entre orações até a coordenação. A justaposição constitui a junção de orações sem conectivos, com um único contorno entonacional, como se vê nesta construção:

(26) *Você continua fumando, você vai começar a tossir de novo*⁴⁵. (HOPPER & TRAUGOTT, 1994, p. 173)

Embora a construção citada em (26) não possua conectivo, é possível identificar que ela expressa ideia de condição, e esta noção de condição é interpretada se a primeira oração termina com uma prosódia ascendente.

Por outro lado, construções que consistem em núcleos adjacentes com um único contorno entonacional e, também, com um conectivo explícito, como “and” (“e”), “but” (“mas”), “or” (“ou”), são consideradas mais gramaticalizadas que aquelas sem conectivo. Tais orações são classificadas como coordenadas; apresenta-se aqui um exemplo desse tipo de construção:

(27) *Emily está estudando para ser fonoaudióloga, e Joel trabalha para uma empresa de advocacia na Filadélfia*.⁴⁶ (HOPPER & TRAUGOTT, 1994, p. 173)

A hipotaxe, por seu turno, engloba as construções chamadas de subordinadas adjetivas explicativas, ou seja, as “relativas apositivas”, nos termos de Hopper & Traugott (1994, p. 175), e as orações adverbiais, como se exemplifica a seguir, respectivamente:

(28) *Bill, que é nosso presidente, gostaria de conhecer você*.⁴⁷

(29) *Se você continuar fumando, vai começar a tossir de novo*.⁴⁸ (HOPPER & TRAUGOTT, 1994, p. 175)

No caso das adverbiais, como salientam Hopper & Traugott (1994), elas apresentam um *continuum* de integração (do maior ao menor grau), que está relacionado à sua função. Assim, uma causa explanatória pode ter uma força ilocucionária independente, ao passo que uma tradicional relação de causa e consequência não, como se observa, respectivamente, nestes enunciados:

⁴⁵ *You keep smoking those cigarettes, you're gonna start coughing again.*

⁴⁶ *Emily is training to be a speech therapist, and Joel works for a law firm in Philadelphia.*

⁴⁷ *Bill Smith, who is our president, would like to meet with you.*

⁴⁸ *If you keep smoking those cigarettes, you're going to start coughing again.*

(30) *Os Knicks vão vencer, **porque** quem no mundo é capaz de superar Bernard?*⁴⁹

(31) *Os Knicks vão vencer **porque** eles têm os melhores jogadores?*⁵⁰ (HOPPER & TRAUGOTT, 1994, p. 176)

Saliente-se que a relação estabelecida por Hopper & Traugott (1994) entre força ilocucionária e processos sintáticos nem sempre é compartilhada por outros estudiosos da linguística funcional. Como se verá no capítulo “4”, Neves (1999a), embora reconheça a existência de um *continuum* entre os processos sintáticos, julga que enunciados como o de (30), com força ilocucionária independente, pertence à classe da parataxe (e não da hipotaxe)⁵¹.

Por fim, a subordinação abarca orações subordinadas dependentes de sua oração matriz: elas não têm força ilocucionária diferente de sua matriz e são equivalentes aos constituintes que elas expressam; além disso, tipicamente, elas estão entrelaçadas. Exemplos de construções subordinadas são as ditas substantivas e as chamadas adjetivas restritivas. Ilustra-se este último caso citado:

(32) *Eu acho que o homem que saiu da loja lembra a foto da Agência dos Correios.*⁵² (Hopper & Traugott, 1994, p. 176)

As três etapas indicadas por Hopper & Traugott (1994), a parataxe, a hipotaxe e a subordinação, equivalem, segundo eles, a três fases da gramaticalização⁵³. Conforme Hopper & Traugott (1994), as orações que estão mais próximas da parataxe são menos integradas (e, por conseguinte, menos gramaticalizadas), e as orações as quais estão mais próximas da subordinação são mais integradas, ou seja, mais gramaticalizadas. As orações de hipotaxe, por sua vez, ficariam no polo intermediário. De acordo com essa classificação, as orações tradicionalmente vistas como subordinadas adverbiais condicionais/causais são denominadas de hipotáticas adverbiais condicionais/causais.

Os postulados de Hopper & Traugott (1994) permitem observar que, mesmo dentro de determinado grupo sintático, pode haver diferentes graus de integração: na parataxe, as

⁴⁹ *The Knicks are going to win, because who on the earth can stop Bernard?*

⁵⁰ *The Knicks are going to win because do they have the best players?*

⁵¹ Saliente-se que a visão de Neves (1999a) é mais pragmática, daí a diferença de concepção.

⁵² *I think the guy just walked out of the store resembles the photo in the post-office window.*

⁵³ Gonçalves *et al.* (2007) explicam que há uma tendência de se estabelecer uma relação entre os fenômenos de gramaticalização e a integração sintática. Essa relação tem sido feita da seguinte forma: sentenças mais integradas sintaticamente estão mais gramaticalizadas.

construções coordenadas são mais integradas do que as justapostas; na hipotaxe, as construções adverbiais apresentam um *continuum* de integração.

Ressalte-se que a determinação de grupos sintáticos feita por Hopper & Traugott (1994) é similar à de Halliday (2004), que, na análise do grau de interdependência das orações, acrescenta o exame da relação lógico-semântica.

No sistema do grau de interdependência (sistema tático), Halliday (2004) defende que existem duas relações: a parataxe e a hipotaxe. No sistema de relação lógico-semântica, existem duas relações: a expansão e a projeção⁵⁴.

Em relação ao grau de interdependência, a parataxe constitui uma relação entre orações de mesmo estatuto (uma expressão dá início à estrutura da oração e outro elemento mantém a continuidade), ao passo que a hipotaxe representa a relação de orações de diferente estatuto (uma expressão é dominante e, a outra, dependente).

No que diz respeito à expansão, consoante Halliday (2004, p. 380), uma oração (a dependente) expande a outra por meio destes mecanismos:

- **Elaboração:** uma oração expande a outra reafirmando em outras palavras, especificando com mais detalhes, comentando ou exemplificando. Os conectivos “i. e.” (“isto é”), “in other words” (“em outras palavras”) e “for example” (“por exemplo”) introduzem essa relação. Por exemplo: *João não esperou, isto é, foi embora.*⁵⁵
- **Extensão:** uma oração expande outra adicionando um novo elemento, fazendo substituição ou trazendo uma alternativa. Os conectivos “and” (“e”) e “or” (“ou”) são usados nesse tipo de processo. Por exemplo: *João fugiu e Frederico ficou para trás.*⁵⁶
- **Realce:** uma oração expande outra qualificando-a com circunstâncias de tempo, condição, causa, concessão, finalidade. Alguns tipos de conectivos utilizados nesse mecanismo são “so” (“então”), “although” (“embora”), “because” (“porque”), “so that” (“para que”), “if” (“se”), “when” (“quando”). Por exemplo: *João fugiu, porque estava assustado.*⁵⁷

⁵⁴ Desconsidera-se a projeção porque essa relação não será estudada neste trabalho.

⁵⁵ Frase adaptada de: *John didn't wait; he ran away.*

⁵⁶ *John ran away and Fred stayed behind.*

⁵⁷ *John ran away, because he was scared.*

A partir das classificações elencadas de Halliday (2004), as orações tradicionalmente chamadas de coordenadas conclusivas equivalem à relação entre parataxe e realce, e as ditas subordinadas adverbiais causais e condicionais representam a associação entre hipotaxe e realce⁵⁸.

Ademais, Halliday (2004) diferencia a parataxe e a hipotaxe, vistas como relações táticas, das estruturas de encaixamento. A parataxe e a hipotaxe formam uma conexão entre orações, e o encaixamento é um fenômeno em que uma oração, por exemplo, atua como um constituinte dentro da estrutura de determinado grupo. Portanto, não há uma relação direta entre a oração encaixada e a oração que recebe um elemento encaixado; a relação é indireta, com um grupo como intermediário. O autor explicita, ainda, que, nas orações encaixadas, as categorias de elaboração, extensão e realce também estão presentes, embora essas diferenças lógico-semânticas sejam menos marcadas do que no caso das relações táticas. Assim, conforme indica Halliday (2004, p. 429-430), observam-se estas subclassificações para as relações de encaixamento:

- Elaboração: fazem parte desse processo as ditas orações subordinadas adjetivas restritivas⁵⁹ com “who”, “which”, “that” (*que*). Por exemplo: *O homem **que** veio ao jantar ficou aqui por um mês.*⁶⁰
- Extensão: a única relação de extensão que produz orações encaixadas é a de posse, introduzida pelos termos “whose” (*cujo (a)*), “of which” (*do (a) qual*). Por exemplo: *Recentemente, eu li uma incrível história sobre um casal **cujo** filho de 30 anos, aproximadamente, morre devido a uma doença.*⁶¹
- Realce: as circunstâncias (como as de condição, tempo, lugar, finalidade) são expressas por expressões do tipo “without which” (*sem o (a) qual*), “in which” (*no (a) qual*), “where” (*onde*), “to” (*para*). Por exemplo: *A casa **na qual/onde** ela viveu está à venda.*⁶²

⁵⁸ Halliday (2004, p. 422) mostra que a relação de expansão é “multivalente”; um mesmo elemento pode expressar elaboração e extensão ou extensão e realce. A conjunção *if (se)*, por exemplo, exprime alternativa (relação de extensão) ou condição (realce).

⁵⁹ As chamadas orações subordinadas adjetivas explicativas são incluídas na classe da hipotaxe (de elaboração).

⁶⁰ *The man **who** came to dinner stayed for a month.*

⁶¹ *I recently read an incredibly well-written story about a couple **whose** thirty-something-year-old son dies of an illness.*

⁶² Frase adaptada de: *The house **which/that** she lived **in/where** she lived.*

mais pragmático-discursivas da coerência na relação entre eventos. Ao longo do *continuum* sintático, paralelo ao funcional, as fronteiras gramaticais da dependência entre orações tornam-se gradualmente mais flexíveis. Mostra Givón (2001) que há uma relação icônica entre a conexão semântico-pragmática e a dependência sintática. Dessa forma, ele propõe o seguinte princípio: quanto mais forte é a conexão semântica ou pragmática entre dois eventos ou estados de coisas, mais forte será a dependência sintática entre as duas orações que exibem essa conexão semântica ou pragmática.

As considerações de Givón (2001) enriquecem a análise sobre integração de orações, pois não se restringem a uma visão mais estrutural (relacionada à semântica), apresentada por Halliday (2004), nem à associação entre sintaxe e força ilocucionária, exposta por Hopper & Traugott (1994). Givón (2001), seguindo a lição funcionalista de integração dos componentes na análise dos fatos linguísticos, relaciona os aspectos sintático, semântico e pragmático para a descrição da articulação de orações. Há, ainda, os postulados de Lehmann (1988).

Ao associar a integração sintática à gramaticalização, Lehmann (1988), em um primeiro momento, define os processos sintáticos: a subordinação e a coordenação. Na subordinação, se os sintagmas (as orações) X e Y apresentam ligação sintática, então X está subordinado a Y se X e Y formam uma construção endocêntrica⁶⁴ Z, com Y como o núcleo. Os dois tipos de subordinação são hipotaxe e encaixamento. A hipotaxe é vista como um processo de subordinação em um sentido estrito; nesse caso, não há uma relação sintática e morfológica com o sintagma subordinado. O encaixamento, por outro lado, exibe uma relação de dependência do sintagma subordinado. A coordenação, por sua vez, é a associação de dois sintagmas da mesma natureza. Assim, a parataxe (sindética ou assindética) constitui uma coordenação de orações. Levando em conta tais conceitos dos fenômenos sintáticos, Lehmann (1988) propõe seis parâmetros semântico-sintáticos relacionados à integração de orações:

- i) a degradação hierárquica da oração subordinada;
- ii) o nível sintático da oração nuclear na estrutura subordinada;
- iii) a dessentencialização da oração subordinada;
- iv) a gramaticalização do verbo da oração nuclear;
- v) o entrelaçamento de duas orações;
- vi) a explicitude da ligação.

No que se refere à degradação hierárquica da oração subordinada, esta é representada por um *continuum* que indica o grau de integração entre as orações. No início do polo do

---

⁶⁴ A construção endocêntrica se caracteriza por exibir uma relação de dependência entre termos ou orações.

continuum, não há relação hierárquica entre as duas orações que formam a sentença complexa. Trata-se da parataxe. No final do polo, existe uma evidente relação hierárquica entre elas: a oração subordinada é reduzida à condição de um constituinte particular dentro da oração nuclear. Essa relação é denominada de encaixamento⁶⁵. Entre os polos inicial e final, aparecem relações nas quais a oração subordinada apresenta um grau de integração intermediário. Trata-se da hipotaxe⁶⁶. Com base nessas informações, é possível criar o seguinte *continuum*:

parataxe   →   hipotaxe   →   encaixamento

Em relação ao nível sintático da oração nuclear, este é observado na análise de integração de orações segundo o princípio de que, quanto mais baixo for esse nível, mais fortemente estará integrada a oração subordinada à oração nuclear. O *continuum* do nível sintático é assim representado por Lehmann (1988, p. 192):

Sentença	Palavra					

Oração subordinada está:				Formação do predicado complexo		
fora da oração nuclear	à margem da oração nuclear	dentro da oração nuclear	dentro do sintagma verbal	Verbo serial	Verbo auxiliar	Derivação verbal

De acordo com o *continuum* apresentado, as construções à esquerda representam o nível sintático mais alto e, as construções à direita, o nível sintático mais baixo⁶⁷. Assim, a oração hipotática exibe um nível sintático mais alto do que a oração encaixada.

No que diz respeito à dessentencialização da oração subordinada, ela é analisada quando se observa o grau em que uma oração subordinada é expandida ou reduzida. No processo de redução, a oração subordinada perde as propriedades de uma oração e é dessentencializada em vários graus. Da mesma forma, a oração subordinada pode adquirir características nominais, havendo, assim, o processo de nominalização, no qual a oração torna-se um constituinte nominal ou adverbial de uma oração nuclear. Lehmann (1988, p. 200) indica este *continuum* de dessentencialização:

⁶⁵ Exemplo de encaixamento: *He orders the Teleboans to give their opinion.* (LEHMANN, 1988, p. 184)

⁶⁶ Exemplo de hipotaxe é: *I was trimming a boomerang when you came up.* (LEHMANN, 1988, p. 184)

⁶⁷ Faz-se referência, aqui, ao aspecto estrutural.

“Sentencialização”

Nominalização

Oração

Construção não finita

Nome

Uma oração adquire propriedades nominais à medida que passa a apresentar estas características: perda de força ilocucionária, modo, tempo e aspecto verbal; dispensabilidade de complementos; perda de conjugação de pessoa.

Em relação à gramaticalização do verbo da oração nuclear, verifica-se que esse verbo deixa de ser um elemento lexical e passa a ser gramatical. Entre outros aspectos, verbos tornam-se expressões modais e auxiliares. O *continuum* desse processo de gramaticalização pode ser assim representado, conforme Lehmann (1988, p. 204):

Predicado independente

Operador gramatical

Verbo
lexicalVerbo
evidencialVerbo
modalElemento
auxiliarAfixo
derivacional/ gramatical

Assim, há duas maneiras de tornar simples uma sentença complexa (e, inversamente, dois modos de expandir uma oração simples em uma sentença complexa). Em primeiro lugar, a oração subordinada é dessentencializada, tornando-se um simples constituinte da oração nuclear. Em segundo lugar, o verbo da oração nuclear é gramaticalizado, passando a ser um afixo que modifica o sentido do verbo subordinado semanticamente. Em ambos os casos, o verbo subordinado passa a ser um constituinte da oração nuclear: no primeiro caso, um elemento dependente; no segundo, seu verbo principal.

No que concerne ao entrelaçamento de orações, este é um parâmetro que envolve o grau em que duas orações estão entrelaçadas. Duas proposições compartilham alguns elementos de seus sentidos e seu correlato sintático é a não especificação desses elementos compartilhados em uma das proposições. Alguns elementos em comum entre duas orações podem ser os predicados, o tempo e o aspecto verbais, os actantes⁶⁸ (retomados pela anáfora⁶⁹). Assim, manifesta-se um maior entrelaçamento entre as orações quando há uma maior quantidade de elementos compartilhados entre elas.

⁶⁸ Na oração, o actante pode corresponder ao sujeito ou ao complemento verbal (objeto direto ou indireto).

⁶⁹ Lehmann (1988) informa que a anáfora pode aparecer na oração subordinada, mas é altamente restringida nas orações nucleares.

Em relação à explicitude da ligação, observa-se que ela está relacionada à questão da sínese. Saliente-se que a explicitude e a não explicitude de ligação manifestam-se tanto na parataxe quanto na hipotaxe. Lehmann (1988, p. 213) indica um *continuum* para representar as relações com explicitude (sindéticas) e sem explicitude (assindéticas) de ligação. Nesse caso, quanto mais próximos estão os elementos do polo final do *continuum*, mais relacionados eles passam a estar com a assíndese:

Sínese

Assíndese

Oração subordinada anafórica

Verbo no gerúndio

Expressão preposicional

Conector adverbial

Conjunção

Subordinador universal

Forma verbal não finita

Os parâmetros citados, embora sejam explicados separadamente, estão inter-relacionados, confirme salienta Lehmann (1988). Verifica-se essa interligação, entre outros aspectos, porque: o alto grau de degradação hierárquica da oração subordinada implica um nível sintático mais baixo nela; a forte integração da oração subordinada na nuclear está relacionada com a sua dessentencialização; o estágio avançado de gramaticalização do verbo da oração nuclear pressupõe, da mesma forma, um forte entrelaçamento; o entrelaçamento entre as orações pressupõe a redução hierárquica e, portanto, a integração da oração subordinada; a assíndese está relacionada com um maior entrelaçamento entre as orações.

Faça-se a ressalva de que a diversidade e a quantidade de critérios estabelecidos pelo autor para a análise da articulação de orações, havendo a conjugação da degradação hierárquica com outros parâmetros, permite verificar que até mesmo um único grupo sintático exhibe grande heterogeneidade.

A partir do que se expôs, constata-se que as novas denominações empregadas pelos autores funcionalistas para a referência à “coordenação” e à “subordinação”, a parataxe e a hipotaxe, respectivamente, trazem, também, novas concepções sobre os processos sintáticos, sendo mostrada a necessidade de verificação dos usos efetivos da língua.

Com as considerações feitas, fica demonstrado que a dependência entre as orações nas construções hipotáticas adverbiais é relativa, já que a oração hipotática adverbial pode ser vista sem uma oração nuclear explícita. É o que se observa na construção com *se... ser*

porque, na qual há uma reunião entre duas orações hipotáticas adverbiais, cada uma iniciada por uma conjunção (a condicional por *se* e a causal por *porque*), não havendo, portanto, uma “subordinação” entre cada uma dessas orações e uma oração nuclear explícita. Em vez disso, tais orações adverbiais vêm mediadas por um verbo (o *ser*). Essa constituição da construção com *se... ser porque* passa a ser tratada de forma mais acurada na próxima seção.

3.3 A formação da construção com “*se... ser porque*”

Nesta seção, será mostrado que o verbo *ser*, o qual faz parte da construção com “*se... ser porque*”, pode ser visualizado em uma trajetória de gramaticalização, a qual ocorre não na construção referida. Apesar disso, é certo que uma análise mais acurada da atuação do verbo *ser* fora da construção com *se... ser porque* contribui para um melhor entendimento da função do *ser* dentro dessa construção e, por conseguinte, da formação da estrutura com “*se... ser porque*”. Inicie-se a discussão com a definição do fenômeno de gramaticalização.

Meillet (1912) definiu gramaticalização como “a atribuição de um caráter gramatical a um termo previamente autônomo” e notou que, em todos os casos nos quais a primeira fonte histórica de uma forma gramatical era conhecida, essa fonte constituía uma palavra lexical (TRAUGOTT & HEINE, 1991). O autor propôs a existência de três classes de palavras, as principais – isto é, plenas de sentido – (como o verbo locativo), as acessórias (como o verbo de ligação) e as gramaticais (como o verbo auxiliar), e mostrou que há uma transição gradual entre elas: as duas últimas seriam derivadas da primeira (CASTILHO, 1997). Acrescente-se que, para Meillet (1912), na gramaticalização, há uma perda de expressividade das palavras (devido ao aumento da frequência de uso), acompanhada por um enfraquecimento (*weakening*) da forma fonológica e do sentido concreto (HOPPER & TRAUGOTT, 1993).

Kurylowicz (1965), por sua vez, conceituou gramaticalização como “a ampliação dos limites de um morfema, que avança de um estatuto lexical para um gramatical ou de um gramatical para outro mais gramatical, ou seja, de formante derivativo para inflexional” (*apud* HEINE *et al.*, 1991b). Para o autor, ao gramaticalizar-se, o item lexical perde substância semântica (*bleaching, fading*) e fonológica (*apud* CASTILHO, 1997).

Como se vê, Kurylowicz (1965), ao incluir a passagem de um item gramatical para outro mais gramatical no processo de gramaticalização, apesar de também levar em conta o ponto de vista morfológico, apresenta uma visão mais ampla desse fenômeno do que Meillet (1912). Consoante a visão de Kurylowicz (1965), a gramaticalização não implica, necessariamente, a passagem de uma categoria para outra (como a do verbo de ligação ao

auxiliar). Dentro de uma mesma categoria, como a do verbo auxiliar, pode haver itens mais gramaticalizados do que outros.

Para a definição do fenômeno de gramaticalização, vale citar também as observações de Sweetser (1998) e de Lakoff & Johnson (2003), que se atêm, mais especificamente, à questão semântica.⁷⁰

Sweetser (1998, p. 5-6) considera que o aspecto cognitivo pode explicar a atribuição de novos sentidos às expressões linguísticas. Para a autora, tal atribuição não é aleatória, mas é resultado de escolhas motivadas. Por que a palavra *see* (*ver*), em vez de *kick* (*chutar*), *feel* (*sentir*) ou *smell* (*cheirar*), é relacionada à noção de conhecimento? Isso é decorrente da organização conceitual: é o usuário da língua que entende que as ideias de visão e de conhecimento estão associadas.

Sweetser (1998, p. 4) ainda faz referência ao fator cultural ao se referir à atribuição de sentidos aos itens linguísticos. Para a autora, o uso metafórico destes deve-se a modelos culturais dos falantes de uma dada comunidade, e não a convenções linguísticas. Se a palavra *white* (*branco*), em vez da expressão *purple* (*roxo*), é utilizada para significar *honest* (*honesto*) *candid* (*cândido*), isso não é um fato de âmbito linguístico, mas cultural. Nesse caso, a comunidade cultural considera a brancura como uma extensão metafórica da honestidade e da pureza moral.

Lakoff & Johnson (2003, p. 54) também relacionam a metáfora ao elemento cultural. De acordo com os autores, nenhuma metáfora pode ser compreendida ou representada adequadamente independentemente de sua base experiencial. Para exemplificar esse aspecto, eles mostram que, nas metáforas de orientação espacial, a noção de “racional” é associada a “acima” e, a ideia de “emocional”, a “abaixo”:

(33) A discussão *caiu* em um nível *emocional*, mas eu a *levantei* outra vez para o plano *racional*. Deixamos nossos *sentimentos* de lado e mantivemos uma discussão de *alto nível intelectual* sobre o tema. Não posso *me sobrepor* a suas *emoções*.

Lakoff & Johnson (2003) explicam que, em sua cultura, as pessoas se veem como detentoras de controle sobre os animais, as plantas e o seu meio físico. O que coloca o homem acima dos animais e lhe dá controle sobre eles é sua capacidade exclusiva de raciocinar. “O

---

⁷⁰ Sweetser (1998) e Lakoff & Johnson (2003) tratam da metáfora em um sentido mais estrito, sem relacioná-la ao fenômeno de gramaticalização. Entretanto, as considerações de tais autores são válidas para este trabalho, já que eles associam fatores cognitivos e/ou culturais ao uso das palavras, elementos trabalhados em estudos de gramaticalização.

controle é acima”, assim, proporciona uma base para a metáfora “o homem é acima” e, como consequência, para a metáfora “o racional é acima”.

Por outro lado, alguns autores deixam em segundo plano o papel da cultura no processo de gramaticalização. Bybee (2003) afirma que, em muitas línguas europeias, um artigo indefinido surgiu a partir do numeral *um*: no inglês (*a/an*), no alemão (*ein*), no francês (*un/une*), no espanhol (*un/una*) e no grego moderno (*ena*). Todas essas línguas são indo-europeias, mas, em cada caso, esse desenvolvimento deu-se depois que elas tinham se diferenciado uma da outra e depois que os seus falantes não estavam mais em contato. Isso levaria a pensar que, nesse caso, o aspecto cognitivo seria o principal responsável pela ocorrência do mesmo percurso (do numeral para o artigo indefinido) em diferentes línguas. No entanto, não se deve ignorar que, em um dado momento histórico, essas línguas tiveram algum contato. Será que esse contato anterior não teria contribuído para a ocorrência da mesma trajetória linguística em um momento posterior?

Defende-se, aqui, que não é possível determinar se é o fator cognitivo ou o cultural que influenciam mais a mudança linguística, pois se acredita que ambos “caminham” juntos. Aliás, há autores que consideram que a cognição envolve, entre outros aspectos, elementos culturais. Tomasello (2003, p. 302) julga que a cognição adulta moderna do gênero humano é produto não só de eventos genéticos que aconteceram ao longo de milhões de anos no tempo evolucionário, mas também de eventos culturais que ocorreram no decorrer de dezenas de milhares de anos no tempo histórico.

Assim, considera-se que a existência de padrões para a gramaticalização implica aspectos cognitivos e, também, culturais. Além disso, como resumem Gonçalves *et al.* (2007), a gramaticalização implica modificações de propriedades semânticas, sintáticas e discursivo-pragmáticas de uma unidade linguística, provocando alteração de seu estatuto categorial.

Ressalte-se que a gramaticalização possui uma unidirecionalidade, a qual é tida como a passagem de um item menos gramatical para um item mais gramatical, e não o contrário (HEINE *ET AL.*, 1991b).

Hopper & Traugott (1994) mostram a presença da unidirecionalidade em um *continuum* que ilustra a trajetória das classes de palavras:

Categoria Maior > Categoria Intermediária > Categoria Menor

Na categoria maior, são incluídos o nome e o verbo (essa classe é relativamente “aberta”); na categoria menor, estão presentes a preposição, a conjunção, o verbo auxiliar, o

pronome e o elemento demonstrativo (essa classe é relativamente “fechada”); na categoria intermediária, por fim, são incluídos o adjetivo e o advérbio. Ao propor esse *continuum*, Hopper & Traugott (1994) levantam a hipótese de que, diacronicamente, a categoria menor é originada a partir da categoria maior.

O *continuum* proposto por Hopper & Traugott (1994), no entanto, não dá conta de todos os processos de gramaticalização. Há casos em que certos itens podem ser mais abstratos do que outros que pertencem a uma mesma classe de palavras. Dentro da categoria do verbo, há o verbo focalizador, o qual estabelece uma relação mais abstrata do que o verbo funcional.

A unidirecionalidade é associada, também, à mudança de sentido objetivo para sentido subjetivo (TRAUGOTT & KÖNIG, 1991; FORSTON, 2005). Traugott & Dasher (2002) mostram que a “subjetificação” envolve o ato de tornar explícita a atitude do falante. Assim, um *continuum* que melhor descreveria tal processo seria um que partisse do menos subjetivo e chegasse ao mais subjetivo, assim como propõem Traugott & Dasher (2002), pois se julga aqui que a atitude do falante sempre estará presente (mesmo que seja menos marcada), pois a ideologia e as crenças do falante influem na construção de seu enunciado. A trajetória mencionada é exemplificada por Forston (2005) com a expressão inglesa *since*, que possuía um significado temporal, semelhante ao de *after*, e passou, posteriormente, a expressar noção de causa (que é mais subjetiva), assim como *because*. O verbo *ser*, como se verá logo adiante, também pode ser analisado de acordo com um percurso relacionado à subjetividade.

Ainda no que diz respeito à gramaticalização, registre-se que, conforme explica Hopper & Traugott (1994), ela pode ser vista de duas perspectivas: a diacrônica (ou histórica) e a sincrônica. Na perspectiva diacrônica, a gramaticalização é vista como uma mudança linguística por meio da qual um item lexical, em certos contextos, torna-se gramatical ou através do qual um item gramatical torna-se mais gramatical. Na perspectiva sincrônica, a gramaticalização é tida como um fenômeno primordialmente sintático, pragmático-discursivo a ser analisado do ponto de vista da fluidez do uso linguístico. Comente-se que, mesmo em uma perspectiva sincrônica, os fatos linguísticos guardam traços de seus itens linguísticos de origem. Lembre-se de que nunca há uma perda total de sentido; daí não ser possível separar totalmente a sincronia da diacronia.

Assim, vistas as definições e as caracterizações feitas acerca da gramaticalização, passa-se, agora, a expor a trajetória geralmente atribuída ao verbo *ser*, para uma investigação mais acurada de tal verbo na estrutura com “se... ser porque”.

Castilho (2010, p. 397-400) propõe a seguinte trajetória de gramaticalização para a categoria do verbo (*ser*)⁷¹:

Verbo pleno > verbo funcional > verbo auxiliar

O verbo pleno funciona como núcleo sentencial, selecionando argumentos e atribuindo a eles papéis temáticos. Em “Deus **é**”, o verbo tem uma interpretação existencial (= X existe), e termos que pudessem aparecer à sua direita atuariam como adjuntos, podendo ser “descartáveis”. O verbo possui, ainda, um uso apresentativo, que, consoante Castilho (2010, p. 399), “representa uma sobrevivência de seu uso como verbo pleno”. Um exemplo está presente na seguinte sequência: A – *Quem está aí?* / B – **É** *fulano*.

O verbo funcional não é núcleo de seu predicado e transfere esse papel aos constituintes à sua direita, como os sintagmas nominais, adjetivais, adverbiais, preposicionais, reduzindo-se a portadores de marcas morfológicas em sentenças locativas (*ser* + sintagma preposicionado + locativo), modais (*ser* + sintagma adverbial), atributivas (*ser* + sintagma adverbial/preposicional) e equativas (*ser* + sintagma nominal). Essas sentenças são exemplificadas a seguir, na ordem em que foram citadas anteriormente: *Breve **serei** convosco*; ***É** mal que você não se preocupe com seus amigos.; esta gente **he** boa e de boa sijnprezidade;* *Meu primo **é** aquele rapaz ali*.

O verbo auxiliar, por sua vez, tem papel semelhante ao dos verbos funcionais; a diferença é que, à sua direita, aparecem verbos plenos em forma nominal, aos quais os auxiliares atribuem categorias de pessoa e número, especializando-se como indicadores de aspecto, tempo, modo e voz. Um exemplo é esta frase: *E quando vio já de todo em todo que **era** chegado*. (= chegara)

O percurso descrito representa a passagem de itens mais lexicais, o verbo pleno, para itens mais gramaticais, o verbo funcional e o auxiliar. O ponto problemático é que essa trajetória não indica todas as possibilidades de funcionamento do verbo *ser*. Ressalte-se que a categoria plena de sentido pode dar origem também a elementos conectores e/ou focalizadores, como demonstram Dias e Costa (2010), com a análise da expressão linguística *por exemplo*. Tal termo passa de substantivo (=modelo de virtude) para marcador, com função pragmática de focalizador, e, por fim, para conector.

⁷¹ Castilho (2010) ressalta que a escala apresentada é uma generalização sobre as modificações sofridas pelos verbos e não indica, portanto, uma sequência obrigatória.

Nas construções com “se... ser porque”, por sua vez, verifica-se que o *ser* vem perdendo alguns traços da classe dos verbos, passando a atuar como focalizador. Antes que isso seja exemplificado, lembrem-se, aqui, as definições de verbo e focalizador. Cunha & Cintra (2013, p. 393) apontam que “verbo é uma palavra variável que exprime o que se passa, isto é, um acontecimento representado no tempo”. A variação dá-se em pessoa, número, tempo/modo verbal. Charaudeau & Maingueneau (2006, p. 239), por seu turno, indicam que, em linguística, “a focalização é uma operação (...) que valoriza um constituinte da frase, ou foco”, ou seja, “o enunciador seleciona um constituinte para colocá-lo em evidência” (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2006, p. 190). Dessa forma, o focalizador possui, essencialmente, uma natureza subjetiva, pois, por meio dele, o locutor procura chamar a atenção do interlocutor para determinado ponto do enunciado linguístico.

Em relação ao verbo *ser*, Bagno (2011, p. 610) afirma que ele indica, em geral, “permanência; essência inerente; qualidade atemporal; imobilidade”, trazendo esta exemplificação:

(34) *Eu não sou ministro, estou ministro.* (BAGNO, 2011, p. 609)

Repare-se que, no trecho citado, o verbo *ser* aparece na 1ª pessoa, expressa ideia de “essência inerente” e atua como verbo de ligação. Compare-se tal excerto com este:

(35) “**Se** o presidente quer evitar denúncias, **é porque** tem medo de um dia ser alvo delas”. (Corpus adicional, *Veja*, Brasil, 24/06/09)

Em (35), o verbo *ser*, da expressão *é porque*, não denota as ideias típicas do verbo *ser*, trazendo um sentido mais abstrato. Além disso, na estrutura com “se... ser porque”, como ficará comprovado com os resultados do “Corpus do Português”, do *corpus* e do *corpus* de controle, o *ser* não varia em pessoa; aparece sempre na 3ª pessoa (do singular). Essa não variação em pessoa faz que o *ser*, nesse caso, afaste-se, em parte, da natureza básica da classe do verbo. Verifica-se, ainda, que, em (35), o *ser* seleciona um escopo para colocar em evidência uma parte específica do enunciado linguístico, que *é porque tem medo de um dia ser alvo delas*. Tal atuação na seleção de partes do enunciado também não é típica de verbos, apresentando o *ser*, nesse caso, a função pragmática de operador de focalização.

Apesar disso, o *ser*, na estrutura “se... ser porque”, ainda apresenta variação de tempo, o que demonstra que ele ainda faz parte da categoria do verbo. É o que se atesta a partir destes dados do “Corpus do Português”:

SE... SER PORQUE						
Nº de palavras	Século	<i>Se... é porque</i> ⁷²	<i>Se... foi porque</i>	<i>Se... era porque</i>	<i>Se... seria porque</i>	<i>Se... será porque</i>
2.844.623	XV	2	0	0	0	0
4.333.175	XVI	11	5	4	1	0
3.272.161	XVII	9	5	0	0	0
2.189.415	XVIII	7	1	0	0	0
9.736.533	XIX	158	40 ⁷³	10 ⁷⁴	1	1
20.264.203	XX	155	21 ⁷⁵	27 ⁷⁶	1	4

Tabela 1. Registros de “se... ser porque” no “Corpus do Português”.

Como se vê, o verbo *ser*, quando não aparece no tempo presente do indicativo, é manifestado, sobretudo, no tempo passado. Na seção “6.1.2”, procura-se investigar o que motivaria esse tipo de variação.

Até aqui, mostrou-se que, em “se... ser porque”, o *ser* preserva certas características do verbo, mas, ao mesmo tempo, já atua como focalizador, afastando-se, em parte, dos traços do verbo. Visto isso, convém observar de forma mais acurada como o *ser* atua na formação da estrutura “se... ser porque”. Nessa investigação, examinou-se a expressão “ser porque” no “Corpus do Português”, com e sem a conjunção *se* como elemento antecedente⁷⁷, para efeitos de comparação. Inicie-se a análise com dados acerca de “seria porque” e de “será porque”:

SERIA PORQUE						
Século	Oração + <i>seria porque</i>		<i>seria porque</i>		SN ⁷⁸ + <i>seria porque</i>	
XVI	<i>se... seria porque</i>	1	<i>seria porque</i>	1	---	
XVII	⁷⁹ ... <i>seria porque</i>	1	<i>seria porque</i>	1	---	
XVIII	---	---	---	---	---	
XIX	<i>se ... seria porque</i>	1	<i>seria porque</i>	3	---	
XX	<i>se... seria porque</i>	1	<i>seria porque</i>	1	---	
Total	4		6		---	

Tabela 2. Ocorrências com “seria porque” no “Corpus do Português”.

⁷² Como se verá nas próximas tabelas a serem citadas nesta seção, a forma “se... é porque” apresenta variações, como “se... **he** porque” e “se... **não** é porque”. As diversas variações identificadas estão computadas na Tabela 1.

⁷³ O “se... **não** foi porque” é registrado em 1 ocorrência, do total de 40.

⁷⁴ Inclui-se, aí, a estrutura com “se... **não** era porque”, a qual aparece em 4 ocorrências.

⁷⁵ O “se... **não** foi porque” representa 1 ocorrência, do total de 21.

⁷⁶ Leva-se em conta, nesse total, a estrutura com “se... **não** **era** porque”, que é manifestada em 1 ocorrência.

⁷⁷ Lembre-se de que o número de palavras referente a cada século das tabelas sobre o “Corpus do Português” a serem citadas adiante já foi registrado na Tabela 1.

⁷⁸ O “SN” é utilizado para denominar, aqui, um sintagma nominal que tem como núcleo um substantivo. Embora o pronome anafórico *isso/isto* também possa ocupar lugar no sintagma nominal, por questões metodológicas, não se utiliza a expressão “SN” para referência a esse tipo de ocorrência.

⁷⁹ Os três pontos antes de “ser porque” é usado para a indicação da existência de uma oração que não é iniciada por conjunção adverbial, que vem introduzida, muitas vezes, sem nenhum tipo de conjunção.

SERÁ PORQUE						
Século	Oração + <i>porque</i>		<i>será porque</i>		SN + <i>será porque</i>	
XVI	---	---	---	---	---	---
XVII	---	---	---	---	---	---
XVIII	---	---	<i>isto será porque</i>	1	---	---
XIX	<i>se... será porque</i>	1	---	---	---	---
XX	<i>se... será porque</i>	3	---	---	SN + <i>não será porque</i>	1
Total	4		1		1	

Tabela 3. Ocorrências com “será porque” no “Corpus do Português”.

As tabelas “2” e “3”, apesar de registrarem poucos dados, permitem que se verifique a existência de outra estrutura além do *se... ser porque*:

(36) (...) *a moça podia descansar, certa de que, se sofresse alguma coisa, **seria porque** todo o poder do homem fora impotente para evitar.* (“Corpus do Português”, *O Guarani*, José de Alencar, século XIX)

(37) *O sarcasmo de Emília irritou-me de uma maneira que ainda agora não compreendo. **Seria porque** eu ainda a amo, malgrado meu, e sua palavra me denunciara minha própria vileza?* (“Corpus do Português”, *Diva*, José de Alencar, século XIX)

Apesar de a construção com “*seria porque*” aparecer, na maioria das vezes, para operar um questionamento – isso só não acontece em uma única ocorrência, do século XVI –, há certa semelhança entre “*seria porque*” e “*se... seria porque*”. Em ambos os casos, o conteúdo da oração antecedente é comentado na oração iniciada por *seria porque*. Em (36), aponta-se uma causa para a possibilidade de sofrimento e, em (37), indica-se uma causa possível para o fato de o locutor ter se irritado com o sarcasmo de Emília. No entanto, aproxima-se mais da estrutura com *se... seria porque* esta citada a seguir:

(38) (...) *Este, ou porque entendesse convinha contemporizar com tão grande vassalo, ou por lançar mais subtis linhas por antever os desígnios dos validos antecedentes, determinou corresponder-se com melhor modo com a Casa de Bragança, cujo senhor chegou a reear-se que sendo de si a demonstração, **seria porque** tinha uma só filha herdeira, o conde-duque poderia solicitar ao de Barcelos para genro.* (“Corpus do Português”, *Tácito*, F. Manuel de Melo, século XVII)

Em (38), a oração com *seria porque* traz uma causa do conteúdo expresso anteriormente, o qual aparece em apenas uma oração (em *sendo de si a demonstração*). Em *se... seria porque*, da mesma forma, o segmento com *seria porque* introduz uma causa, um comentário tomando como base apenas o conteúdo expresso na oração imediatamente anterior (a oração com *se*). Em (37), por outro lado, o segmento com *seria porque* traz uma causa de

uma ideia expressa na porção textual precedente composta por duas orações (*O sarcasmo de Emília irritou-me de uma maneira e que ainda agora não compreendo*).

Assim, vê-se já uma das características da estrutura com *se... ser porque*: a oração com *ser porque* faz referência a um conteúdo expresso em uma porção imediatamente anterior, que contém uma única oração, a oração com *se* (chamada, tradicionalmente, de condicional). O segmento com *ser porque* introduz uma causa do conteúdo da oração condicional. Na verdade, a causa é iniciada a partir da conjunção *porque*, mas o verbo *ser* vem ao lado dessa conjunção, para focalizar a causa, daí se dizer que há uma “oração” com *ser porque*.

Entretanto, não se ignora que a primeira oração da construção com *se... ser porque* não se encontra “solta”, “desligada” do bloco. A análise das construções com “será porque” contribui para observar isso:

(39) (...) *Por isso o amar, ou não amar por razão, por discurso, ou ainda por interesse, não pode ser; porque os sentidos, não se deixam cativar por argumento; daqui vem que muitas vezes se ama, o que se não deve amar; isto será porque o coração não pode resistir à fermosura; o mais que pode fazer, é calar, dissimular, esconder* (...) (“Corpus do Português, Reflexão sobre a vaidade, Matias Aires, século XVIII)

Repare-se que, em (39), o *isto* atua como pronome anafórico, havendo, **explicitamente**, a retomada de um conteúdo precedente para, em seguida, apontar-se uma causa para esse conteúdo. Na ocorrência a seguir, embora não apareça um pronome anafórico antes do verbo *ser*, é evidente que a causa explicitada na oração com *será porque* é formulada com base no conteúdo da oração anterior. Indica-se uma potencial causa para a possibilidade de Howard não vencer:

(40) *Howard tem firme apoio e, se não vencer, será porque muitos de seus colegas concluirão que não haverá esperanças de convencer o povo de seus méritos.* (“Corpus do Português”, Nenhum nome se destaca para renovar liderança, entrevista, 6 de abril de 1997, século XX)

Desse modo, em *se... ser porque*, o conteúdo da oração condicional serve de ancoragem para o comentário a ser feito na oração com *porque*. Nos casos apontados de *se... ser porque*, o segmento com *porque* traz a causa de uma hipótese explicitada na oração condicional, mas, como se verá adiante, há situações em que se indica a causa de um fato.

Um funcionamento bem distinto de *se... ser porque* dá-se na estrutura com “SN + *ser porque*”, como se vê nesta ocorrência:

(41) (...) – *O convite, sobretudo depois do abandono de João Pinto, não será porque, no clube, o consideram cada vez mais o principal elemento congregador do espírito da equipa?* (...) (“*Corpus do Português*” Jorge Costa, Entrevista, 20/09/97, século XX)

Em (41), na oração com “(não) será porque”, comenta-se sobre um assunto explicitado anteriormente, que aparece em um sintagma nominal, o qual tem como núcleo o substantivo “convite”. Embora o “(não) será porque” esteja relacionado apenas a um sintagma (e não a uma oração), fica sugerido, pelo contexto linguístico, que uma ação (alguém fazer convite) é comentada na oração com “(não) será porque”.

Ressalte-se, que, em (41), diferentemente do que acontece nas estruturas com *se... ser porque*, o verbo *ser* tem como elemento antecedente um sintagma nominal, e não uma oração. Em (41), tem-se algo semelhante ao que se vê na estrutura com “SN + *foi quando*”, analisada por Silva (2015). A autora mostra que, em “*Mais a maior vingança foi quando Bruto e Casio mataram Cesar*” (SILVA, 2015, p. 116), há uma relação de identidade: a relação mediada pelo verbo *ser* expressa a identificação do momento de maior vingança. Em (41), por sua vez, existe a identificação da causa do convite.

Dessa forma, é na estrutura “oração + *ser porque*” que se verifica uma maior abstração de sentido do verbo *ser*. Chame-se atenção para o fato de que, na estrutura com “oração + *isso/isto ser porque*”, vista em (39), o pronome anafórico ocupa o lugar que estaria ocupando um substantivo, o que demonstra que, nesse caso, ainda há resquícios da relação de identificação, presente em (41), de estrutura com “substantivo + *ser porque*”.

Na estrutura “oração condicional + *ser porque*”, por outro lado, não se encontrou, conforme se registra da tabela “2” até a “6”, nenhuma ocorrência com o elemento anafórico *isso/isto* imediatamente antes do verbo *ser*, vindo “atrelado” a este, com a retomada de todo o conteúdo da oração imediatamente anterior. Em vez disso, o verbo *ser* apenas seleciona um escopo (o conteúdo à sua direita), o que evidencia que, na estrutura “oração condicional + *ser porque*”, o verbo *ser* funciona, claramente, como um focalizador.

Veja-se, agora, a tabela “4”, a qual traz ocorrências de “era porque”:

ERA PORQUE						
Século	Oração + <i>era porque</i>		<i>era porque</i>		SN + <i>era porque</i>	
XIV	---	---	---	---	SN SN + Or. Adj.	1 1
XV	---	---	<i>esto era porque</i>	4	SN SN + Or. Adj. SN + Or. ⁸⁰	3 1 1
XVI	<i>se... era porque</i> <i>quando... era porque</i> <i>... era porque</i>	4 2 1	<i>esto era porque</i> <i>isto era porque</i> <i>era porque</i>	1 2 1	SN SN + Or. Adj. SN + Or.	4 2 3
XVII	<i>quando... era porque</i> <i>ainda que... não era porque</i>	1 1	<i>era porque</i>	2	SN SN + Or. Adj.	1 2
XVIII	---	---	---	---	SN	1
XIX	<i>se... era porque</i> <i>se... não era porque</i> <i>quando... era porque</i> <i>quando... não era porque</i> <i>... era porque</i>	6 4 1 1 2	<i>era porque</i>	3	SN	5
XX	<i>se... era porque</i> <i>se... não era porque</i>	26 1	<i>era porque</i> <i>não era porque</i>	5 1	SN SN + Or. Adj. SN + Or. Adj. + não <i>era porque</i>	2 2 1
Total	70		19		30	

Tabela 4. Ocorrências com “era porque” no “Corpus do Português”.

A partir dos dados da tabela “4”, observa-se que outras estruturas com “ser porque” surgem antes do “se... ser porque”: “SN + era porque” e “(esto) era porque”. Comentem-se as estruturas citadas a seguir:

(42) *E ainda el-rey, Femadendo mais em seu rrazoado, disse que em este feyto e em todollos outros o conde estabre devia mais de pesar os feitos del, senhor rey, que os seus meesmos delle, condestabre, e a razom **era porque**, se os seus feitos fossem esguerrados, outrem nom os poderia correger senom Deos, e, posto que os do conde se esguarrassem, elle os poderia correger.* (“Corpus do Português” *Estória de Dom Nuno Alvares Pereyra*, século XV)

(43) *Dom Bartholomeo posto que tinha feito mui arrezoadado entendimento das couzas de Deos, todavia sua mãy, mulher e filhos erão ainda todos gentios, e seos vassalos tinhão postos os olhos nisto. Porem a cauza por que o dilatava, **era porque** temia que seos parentes gentios comarcãos e seos vassalos, que ainda não tinhão entendido as couzas de nossa santa fé, o tomarião mal e de novo o tornarião a perseguir.* (“Corpus do Português”, *História do Japão 2*, Frois, século XVI)

(44) *A causa de a povoação desta cidade jazer toda ao longo do mar, **era porque**, além de todos se servirem dele em seus tratos e comércio pera carregar e descarregar a menos custo sua fazenda, a mesma terra em si era per dentro tam alagadiça e coberta de arvoredado, que quási com esta espessura queria vir fechar com a ribeira do mar.* (“Corpus do Português”, *Décadas da Ásia*; Década Segunda, Livros I-X; João de Barros, século XVI)

⁸⁰ Geralmente, na estrutura em pauta, aparece uma oração introduzida pela preposição “de”.

(45) *Não podia se queixar de mais nada na vida, e aliás não tinha de que se queixar. Só mesmo da história da confissão e de uma certa melancolia em Delfino. Ele dizia que **era porque** não tinha dinheiro suficiente para dar a ela uma criada, além da cozinheira velha.* (“Corpus do Português”, *A Madona de Cedro*, Antônio Callado, século XX)

(46) (...) *se o relógio esgotara toda a corda, **era porque** eu então havia dormido muito mais ainda do que supunha!* (“Corpus do Português”, *Demônios*, Aluísio Azevedo, século XIX)

Nas construções com “era porque”, já aparecem estruturas mais complexas, podendo o sintagma nominal (*a causa*), que está “ligado” a “ser porque”, vir acompanhado de uma oração, como se vê em *por que o dilatava*, de (43), e em *a povoação desta cidade jazer toda ao longo do mar*, de (44).

Chama a atenção o fato de que, nas estruturas com “SN + *ser porque*”, muitas vezes, a ideia de causa já aparece no sintagma, antes mesmo de ser anunciada pela conjunção “porque”. A palavra “razão” é registrada como núcleo do sintagma nominal em 1 ocorrência do século XV e do século XVIII e em duas ocorrências do século XIX. Já o termo “causa” é identificado como núcleo desse tipo de sintagma em 1 ocorrência do século XV, 8 do século XVI, 1 do século XVII e 1 do século XX. Há, nessas situações, uma reiteração da noção de causa. A redundância ocorreria para reforçar a ideia de causa. Por outro lado, as estruturas com “era porque”, como a citada em (45), representam uma necessidade de economia linguística do falante, visto que o sentido de causa é ativado apenas uma vez.

Outra tendência verificada é o uso da construção do tipo “se... (não) era porque”, que, no século XX, é bem mais frequente do que os outros dois tipos de estrutura arrolados na tabela “4”. Interpreta-se que tal construção (com a conjunção *se* antes do *ser porque*) surge para suprir uma necessidade que não é atendida a partir do emprego das outras estruturas aqui comentadas: a de expor uma noção de conclusão (a qual é ativada pela oração condicional), e não somente de causa. É o que se vê em (46): a partir do fato de que *o relógio esgotara toda a corda*, o locutor conclui que havia dormido muito mais do que supunha e, ao mesmo tempo, apresenta uma causa (*havia dormido muito mais...*).

Saliente-se que, na tabela “4”, nenhum outro tipo de estrutura citado transmite a noção de conclusão no segmento iniciado por *ser porque*. Veja-se este exemplo, em que, na construção com “*quando... era porque*”, ativa-se apenas sentido de causa:

(47) (...) ***Quando** se pagavam os versos a peso de ouro, por Augusto Cesar (que sabe Deus se seria ou não seria), **era porque** era um só Virgílio o que poetizava.* (“Corpus do Português”, *O hospital das letras*, Francisco Manuel de Melo, século XVII)

O fato de que *era um só Virgilio o que poetizava* é apresentado como uma causa de que *se pagavam os versos a peso de ouro*.

Assim, o uso de “se... era porque” vem atender ao propósito do locutor de indicar também sentido de conclusão para o seu interlocutor.

Passa-se, agora, a expor os dados das estruturas com “foi porque”:

FOI PORQUE						
Século	Oração + <i>foi porque</i>		<i>foi porque</i>		SN + <i>foi porque</i>	
XV	---	---	<i>esto foi porque</i>	1	SN SN + Or. Adj.	1 1
XVI	<i>se... foi porque</i> <i>quando... foi porque</i> <i>ainda que... foi porque</i> <i>... foi porque</i>	5 1 1 1	<i>foi porque</i>	1	SN SN + Or. Adj. SN + Or.	6 11 3
XVII	<i>se... foi porque</i> <i>quando... foi porque</i>	5 2	<i>foi porque</i> <i>tudo foi porque</i>	1 2	SN SN + Or. Adj. SN + Or.	3 1 1
XVIII	<i>se... foi porque</i>	1	<i>foi porque</i>	1	SN SN + Or. Adj.	1 1
XIX	<i>se... foi porque</i> <i>se... não foi porque</i>	39 1	<i>foi porque</i> <i>não foi porque</i>	13 3	SN + Or. Adj.	1
XX	<i>se... foi porque</i> <i>se... não foi porque</i> <i>quando... foi porque</i> <i>... foi porque</i>	20 1 5 1	<i>foi porque</i> <i>não foi porque</i>	9 1	SN SN + Or. Adj. SN + Or.	6 2 2
Total	83		32		41	

Tabela “5”. Ocorrências com “era porque” no “Corpus do Português”.

Em relação às construções com “foi porque”, na estrutura com “SN + *foi porque*”, também se observa, muitas vezes, a reiteração da ideia de causa. No século XV, há duas ocorrências com o termo *razão* (*razom*) como núcleo do sintagma nominal; no século XVI, existem 18 ocorrências com a expressão “causa”; no século XVII, há 2 construções com a palavra “razão” e 1 com o termo “causa”; no século XVIII, aparece 1 construção com a expressão “razão”; no século XX, por sua vez, encontram-se 2 ocorrências com a palavra “razão”, 1 com “causa” e 1 com “motivo”. Como se vê, nas estruturas com “foi porque”, a redundância, para se exprimir uma relação causal, também é uma tendência.

Entretanto, nos séculos XIX e XX, as estruturas com “se... foi porque” revelam-se bem mais frequentes do que as com “SN + *foi porque*” e, até, as com “foi porque”. Relembre-se que, em “se... ser porque”, pode ser manifestada a noção de conclusão (além da causa). É o que se verifica em (48):

(48) (...) *se minh' alma vive foi porque me defendia desta dor esta alegria*. (“Corpus do Português”, *Obras*, Camões, século XVI)

A ideia de que me defendia desta dor esta alegria é uma conclusão tirada do fato de que minha alma vive e, ao mesmo tempo, é uma causa para o fato de que minha alma vive.

Contudo, faça-se a ressalva de que a estrutura com “se... ser porque” nem sempre denota valor de conclusão. Em (49) e (50), por exemplo, constata-se que a oração com “porque” exibe apenas sentido de causa:

(49) *Se o felicitei, **foi porque** o vi praticar pela primeira vez uma boa acção.* (“Corpus do Português, Uma história de província: vida conjugal, João Gaspar Simões, século XX)

(50) (...) *se não dormíamos, **era porque** esperavamos as bellas trouxas de ovos, pasteis de Marvilla, e toda a qualidade de gulodice, com que os nossos parentes nos mimoseavam e de que elles tambem gostavam, porque eram em extremo gulosos.* (“Corpus do Português, Memórias do Marquês da Fronteira e Alorna, Marquês de Fronteira e Alorna, século XIX)

Além disso, atesta-se que, nas estruturas com “quando... ser porque”, pode estar presente também o valor semântico de conclusão:

(51) *A descrição que o tio fizera da mulher parecia ser esta: "Custa a rir, mas **quando ri, foi porque** lhe abriram o coração fechado."* (“Corpus do Português”, O Galo de Ouro, Rachel de Queiroz, Século XX)

Em (51), o conteúdo da oração com *porque* traz uma avaliação pessoal do locutor, uma conclusão (além da causa). Em “quando... foi porque”, a manifestação da conclusão, no segundo segmento da construção, é favorecida pelo matiz de condição que pode estar presente na oração temporal com *quando*, como é o caso de (51).

Assim, caberia apontar outra possível motivação para a estrutura “se... ser porque” ter se revelado mais frequente nos séculos XIX e XX, no caso de “se... foi porque” e “se...era porque”. Pode-se dizer que a presença da oração condicional com *se* é vista como um recurso retórico, persuasivo, visto que o segmento condicional carrega uma premissa, que leva, posteriormente, a uma conclusão. Registre-se que, segundo Vaz Leão (1961), o período hipotético é utilizado com diferentes propósitos comunicativos e expressivos: com ele, entre outros aspectos, supõe-se uma premissa e dela se tiram consequências. Trata-se da chamada “forma hipotética retórica” (VAZ LEÃO, 1961, p. 74). Desse modo, a necessidade do uso de um mecanismo retórico/persuasivo na comunicação faz que surja uma relação entre a oração condicional com *se* e a expressão com *ser porque*.

Explicitam-se, agora, os resultados obtidos sobre o “é porque”:

É PORQUE						
Século	Oração + <i>é porque</i>		<i>é porque</i>		SN + <i>é porque</i>	
XIV	---	---	<i>esto he porque</i>	2	SN (<i>he porque</i>)	1
XV	<i>se... he porque</i>	2	<i>esto he porque</i> <i>he porque</i>	2 3	SN (<i>he porque</i>) SN + Or. Adj. + <i>no he porque</i>	15 1
XVI	<i>se... he porque</i> <i>se... é porque</i> <i>...é porque</i>	1 10 1	<i>he porque</i> <i>esto he porque</i> <i>isto he porque</i> <i>isso é porque</i> <i>não é porque</i>	5 1 1 1 1	SN (<i>he porque</i>) SN + Or. Adj. (<i>he porque</i>)	11 2
XVII	<i>se... he porque</i> <i>se... é porque</i> <i>ainda que... não é porque</i> <i>...é porque</i>	1 8 1 2	<i>he porque</i> <i>é porque</i> <i>não é porque</i>	2 2 1	SN + Or. Adj. (<i>he porque</i>) SN SN + Or. Adj. SN + Or.	1 7 6 6
XVIII	<i>se... he porque</i> <i>quando... he porque</i> <i>posto que... não he porque..., he porque</i> <i>se... é porque</i> <i>se... não é porque</i> <i>quando... é porque</i> <i>... é porque</i>	3 5 1 3 1 2 1	<i>esto he porque</i> <i>isto he porque</i> <i>he porque</i> <i>isso não he porque</i> <i>é porque</i> <i>isto é porque</i>	3 1 2 2 2 4	SN (<i>he porque</i>) SN + Or. Adj. (<i>he porque</i>) SN + Or. (<i>he porque</i>) SN SN + Or. Adj.	5 2 2 4 3
XIX	<i>se... he porque</i> <i>se... he porque .... he porque</i> <i>se... não he porque... mas he porque</i> <i>quando... he porque</i> <i>... não he porque... mas he porque</i> <i>se... é porque</i> <i>se... se... é porque</i> <i>se... é porque... é porque</i> <i>se... é porque, é porque, e é porque</i> <i>se... não é porque ... é porque</i> <i>se... não é porque</i> <i>quando... é porque</i> <i>sempre que... é porque</i> <i>... é porque</i>	16 1 1 1 1 1 133 1 2 2 1 1 1 2 20 1 23	<i>he porque</i> <i>isso he porque</i> <i>tudo he porque</i> <i>é porque</i> <i>é porque... é porque</i> <i>é porque... é porque...</i> <i>isso é porque</i> <i>isso não é porque</i> <i>aquilo é porque</i> <i>não é porque</i> <i>não é porque .... que</i> <i>eu não é porque</i> <i>eu é porque</i> <i>vocês é porque</i>	2 1 1 196 3 1 2 1 2 6 2 1 3 1	SN (<i>he porque</i>) SN SN + Or. Adj. SN + Or.	3 10 3 1
XX	<i>se... é porque</i> <i>se.. se..., é porque</i> <i>se... não é porque</i> <i>quando... é porque</i> <i>quando... não é porque</i> <i>sempre que... é porque</i> <i>enquanto... é porque</i> <i>... é porque</i> <i>...é porque.... ou é porque</i> <i>...não é porque ... é porque</i> <i>...não é porque</i> <i>...não é porque... não é porque</i>	153 1 1 41 1 1 2 20 1 1 2 1	<i>é porque</i> <i>isso é porque</i> <i>não é porque</i> <i>não é porque ... que</i> <i>ele é porque</i> <i>eu é porque</i>	201 1 13 5 1 1	SN SN + Or. Adj. SN + Or.	6 6 3

Total	468	479	98

Tabela “6”. Ocorrências com “era porque” no “Corpus do Português”.

Nas construções do tipo “é porque”, também há, frequentemente, reiteração da noção de causa nas estruturas com “SN + *é porque*”. O termo “causa” surge como núcleo do sintagma nominal em: 1 ocorrência do século XV, 8 do século XVI, 2 do século XVII, 1 do século XVIII. Já a expressão “razão” atua como núcleo desse mesmo sintagma em: 6 construções do século XV, 2 do século XVI, 12 do século XVII, 9 do século XVIII, 13 do século XIX, 5 do século XX.

Não obstante, nas construções do tipo “é porque”, a redundância da noção de causa é pouco frequente. Em vez disso, traz-se, na maior parte das vezes, uma diversidade de sentidos, que acontece devido à grande variedade de combinações, como se sugere na tabela “6”. Manifesta-se: a noção de frequência, em “sempre que... é porque”; a relação de oposição juntamente com a de causa, em “se... não he porque... mas he porque”; a ideia de refutação, em “não é porque...que”; a ideia de gradação, com a repetição de “ser porque”, como em “se... é porque... é porque”; o valor de concessão, ao lado do de causa, em “ainda que... não é porque”, dentre outros.

Chama a atenção, ainda, o fato de que as construções do tipo “é porque”, com o verbo *ser* no tempo presente do indicativo, têm frequência exponencialmente maior do que as outras construções (do tipo *foi/era/seria/será porque*). Interpreta-se que isso ocorre em virtude de o tempo presente do indicativo ser “não marcado” (GALEMBECK, 1994), podendo, portanto, ser “neutro”, o que seria mais compatível com a função de um focalizador, que não tem como característica básica marcar tempo verbal, como já se explicou.

Verifica-se, ainda, que, nos casos de “é porque”, outros pronomes além do *isso/isto* passam a ocupar a posição do sintagma nominal, como o *tudo* e o *aquilo*. Veja-se um exemplo:

(52) (...) – *Se tivesse sucedido alguma desgraça a meu pai, não havia já de ter vindo alguém dizê-lo aqui? Aquilo é porque se demorou...* (“Corpus do Português”, *Uma família inglesa*, Júlio Dinis, século XIX)

O *aquilo*, na ocorrência citada, faz referência a um evento explicitado anteriormente, e este é comentado na oração com *porque*.

Como se vê, é comum, nas estruturas com “ser porque”, a retomada de um conteúdo no sintagma que precede o verbo *ser*. Mesmo quando não aparece explicitamente um

pronome anafórico antes de *ser porque*, fica implícita, em geral, a retomada de um conteúdo, tal qual se atesta nesta ocorrência:

(53) (...) – *Sabe você por que é que os meus imitadores me detestam? É porque imaginam que sou eu que os copio a eles.* (“Corpus do Português”, *Tons verdes em fundo escuro*, Joaquim Paço D’Arcos, século XX)

No trecho exposto, está implícito que é apontada uma causa (*imaginam que sou eu que copio a eles*) a respeito de um conteúdo que é retomado: *por que é que os meus imitadores me detestam?* Assim, na estrutura com *é porque* referida, pode ser feita a seguinte leitura: *Isso é porque imaginam que sou eu que copio a eles.*

Feitas essas observações acerca das construções com “ser porque”, interessa, neste momento, analisar como se forma a estrutura com “se... ser porque”, aqui em estudo. A partir dos dados indicados nas tabelas, nota-se que o “ser porque” surgiu atrelado a um sintagma nominal, com o substantivo ou com um pronome anafórico como núcleo. Em “se... ser porque”, em contrapartida, não há um sintagma nominal relacionado ao *ser porque*. Apesar disso, a estrutura com “se... ser porque” “lembra” a estrutura com “oração + isso *ser porque*”. Exemplifique-se:

(54) *Se eu choro é porque sofro.* (“Corpus do Português”, *Páscoa Feliz*, José Rodrigues Miguéis, século XX)

O enunciado (54) poderia receber esta leitura: *se eu choro, isso é porque sofro*. É a presença implícita dessa remissão anafórica, em (54), que faz que a oração com *se* e a oração com *porque* estabeleçam relação de coesão, já que, em primeira instância, uma condição (o segmento com *se*) não ativa uma causa (o segmento com *porque*). Assim, o “isso” que pode ser visto como implícito na construção confere coesão entre as duas hipotaxes (a condicional e a causal); daí se dizer que elas não estão “soltas”, que estão, na verdade, correlacionadas. A relação anafórica que fica sugerida na construção demonstra que todo o conteúdo da oração condicional é “recolhido” para que seja avaliado, comentado, na oração subsequente, a causal.

Dessa forma, para a “montagem” da construção com *se... ser porque*, a oração condicional com *se* “encaixa-se” em um “molde” preexistente: o segmento iniciado pela expressão “ser porque”. No que tange a esta expressão, é relevante apontar que o elemento “ser porque” não está cristalizado. Os dados dos *corpora* consultados comprovam isso:

- *Se nada de significativo apareceu contra os tucanos até agora, **foi apenas porque** eles têm mais experiência no poder, não são afoitos como esse pessoal do PT, que se juntou com criminosos ligados a esquemas de lixo e a bingos.* (Corpus, Veja, 05/07/06)
- *Se existe, é somente **porque** a do Ferran exigia mais estamina na espera. Tão religioso um quanto o outro.* (Corpus adicional, Folha de S. Paulo, Comida, 07/12/11)
- *E se Dahl entrou para a história do cinema brasileiro é também **porque**, como gestor público, tentou colocar em prática a tese que sua porção intelectual forjou.* (Corpus adicional, FSP, Ilustrada, 27/06/11)
- *Se o iuane está na alça de mira é, principalmente, **porque** a crise asiática fez a China provar do próprio remédio.* (Corpus adicional, Veja, Brasil, 03/02/99)
- *Se ele continua fanfarrão é, em parte, **porque** seu governo não está ameaçado no curto prazo.* (Corpus adicional, Veja, Internacional, 12/12/07)
- *Se o leitor brasileiro não tinha gosto apurado era simplesmente **porque** não teve acesso a publicações de qualidade mundial.* (Corpus adicional, Veja, Memória, 14/02/07)
- *Se hesitou tanto tempo em entregar os dois líbios **foi também porque** seu cunhado, Abdala al-Sanussi, era o encarregado de todas as operações de guerra suja.* (Corpus adicional, Veja, Internacional, 11/08/99)

Como se vê, a expressão “ser porque” pode ter um advérbio como elemento interveniente. Vale assinalar que, como mostra Barreto (1999, p. 322), a conjunção *porque*, no português falado do Brasil, é frequentemente intensificada pelos advérbios, resultando em expressões como *também porque*, *principalmente porque*. Acrescente-se que, na língua escrita, não é rara a ocorrência de advérbio imediatamente antes da conjunção *porque*. Por exemplo: no *corpus* de análise, a amostra referente à Revista *Veja* (com 1.650.000 palavras) traz um único caso de estrutura do tipo *se... ser porque* com advérbio interveniente no elemento *ser porque*: a expressão *foi apenas porque*, citada aqui. Verificou-se que o mesmo advérbio (*apenas*) aparece imediatamente antes da conjunção *porque* em 20 ocorrências nas quais essa conjunção causal encontra-se sozinha, ou seja, nas situações em que não “convive” com outras conjunções (no início do primeiro segmento). Veja-se um exemplo:

- *Esses economistas ignoraram fatos que estavam diante de seu nariz, apenas **porque** esses fatos não cabiam em seus modelos.* (Corpus, Veja, 24/03/2010)

Outros casos de conjunção *porque* intensificada foram encontrados no *corpus* de análise, na amostra da Revista *Veja*, como estes, que também se manifestam na estrutura com *se... ser porque*:

- *Também **porque*** (9 ocorrências): *Quando o presidente me convidou para participar do governo, aceitei **porque** considereei que talvez pudesse ampliar minha capacidade de servir o país e também **porque** me sinto muito bem com muitas responsabilidades.* (Corpus, *Veja*, 31/05/2000)
- *Simplesmente **porque*** (27 ocorrências): *Hoje é possível adquirir um automóvel em sessenta vezes, algo impensável nos anos de hiperinflação, simplesmente **porque** não havia financiamento.* (Corpus, *Veja*, 24/02/2010)
- *Especialmente **porque*** (5 ocorrências): *O nosso sistema jurídico oferece muitas oportunidades de recursos, especialmente **porque** é formado por muitas instâncias.* (Corpus, *Veja*, 07/07/2010)
- *Somente **porque*** (1 ocorrência): *A Microsoft fabrica programas que, do ponto de vista puramente técnico, são muito atrasados e vendem muito somente **porque** têm o monopólio do sistema operacional Windows a sustentá-los.* (Corpus, *Veja*, 10/06/1998)
- *Só **porque*** (37 ocorrências): *Não é mais possível aceitar o fracasso de um gestor só **porque** ele pertence a um partido aliado.* (Corpus, *Veja*, 24/11/2010)
- *Sobretudo **porque*** (6 ocorrências): *Concordo plenamente, sobretudo **porque** tenho quatro filhos.* (Corpus, *Veja*, 30/05/2007)
- *Talvez **porque*** (11 ocorrências): *Meus personagens são um pouco mais sensuais que a média, talvez **porque** esse seja o tipo de gente que mais me atrai.* (Corpus, *Veja*, 16/05/2001)
- *Em parte **porque*** (3 ocorrências): *As pessoas se mudavam para o Vale do Silício, em parte **porque** podiam mandar seus filhos a escolas de primeira linha e estudar na Universidade da Califórnia.* (Corpus, *Veja*, 26/05/2010)
- *Em grande parte **porque*** (1 ocorrência): *Em um caso notório em que eu fui contratado para investigar se havia fraude, a companhia faliu ruidosamente alguns meses depois. Em grande parte **porque** havia essa sangria.* (Corpus, *Veja*, 17/11/1999)

Com base nas ocorrências retiradas da amostra da Revista *Veja* e na observação feita por Barreto (1999), pode-se dizer que é a conjunção *porque*, nas ocorrências com *se... ser porque*, que condiciona a presença do advérbio como seu antecedente.

Saliente-se, entretanto, que a frequência de expressões do tipo *ser porque* com **elemento interveniente** em textos contemporâneos (séculos XX e XXI) é baixa: não foi identificado nenhum caso no *corpus* de controle de análise; há apenas 1% no *corpus* de análise; há somente 2,6% de casos no *corpus* adicional⁸¹. Essa baixa frequência é esperada, considerando-se que o surgimento das estruturas do tipo *se... ser porque* não é recente, como se vê nos resultados apresentados na tabela “1”.

Ainda no que concerne à formação da construção com “se... ser porque”, relembre-se que é possível afirmar que se passa a usar a oração condicional nessa estrutura por propósitos retóricos, persuasivos. Dentro da estrutura formada, o verbo *ser*, por sua vez, toma como escopo o conteúdo do segmento causal/conclusivo, focalizando-o. Assim, há, no “centro” da construção com “se... ser porque”, uma projeção para trás (ou seja, à esquerda) e uma para frente (isto é, à direita). A relação anafórica implícita antes do verbo *ser* retoma conteúdo precedente (projeção para trás) e tal verbo projeta para frente ao selecionar como escopo o conteúdo subsequente, atuando como focalizador.

Informe-se que o elemento focalizador, em “se... ser porque”, pode aparecer acompanhado de uma negação, tal qual se verifica nesta ocorrência:

(55) (...) *A época é toda de esperanças; e, se por aí se vêem esvoaçar urubus, não é porque o ministro esteja doente. Qual! É porque estamos tratando agora da limpeza das praias.* (“Corpus do Português”, *Ao correr da pena*, José de Alencar, século XIX)

Vê-se, no trecho citado, que a negação na expressão com “se... não ser porque” é utilizada para a indicação da polifonia, que, como se verá na seção “6.2.2.2”, demonstra a existência de diferentes “vozes” no enunciado. Na passagem em questão, o locutor refuta uma possível causa a ser apontada pelo interlocutor (o ministro estar doente) para fazer prevalecer outra causa (*estamos tratando agora da limpeza das praias*).

Apesar disso, as estruturas do tipo “se... não ser porque”, com negação polifônica (explícita), não são tão frequentes, tal qual se confirma nas tabelas citadas de “2” a “6”. Isso pode se justificar pelo fato de que o próprio contexto de uso indica, por vezes, a intenção do locutor de refutar uma ideia do interlocutor, mesmo sendo utilizada a estrutura com “se... ser porque”, sem a negação explícita. É o que se comprovará na seção “6.2.2.2”.

---

⁸¹ No *corpus* adicional, foram encontradas duas ocorrências de: *se... é também porque*; *se... é apenas porque*; *se... é em parte porque*; *se... é em grande parte porque*. Identificou-se no *corpus* referido, ainda, uma ocorrência de: *se... é talvez porque*; *se... é somente porque*; *se... é, sobretudo, porque*; *se... é, principalmente, porque*; *se... era simplesmente porque*; *se... foi também porque*.

Outra observação a ser feita é que, em *se... ser porque*, a fluidez semântica na oração com *porque* já é verificada no decorrer dos séculos. Em *se... seria porque*, há causa na ocorrência do século XVI e causa e conclusão na ocorrência dos séculos XIX e XX. Em *se... será porque*, existe causa na construção registrada no século XIX e causa e conclusão nas ocorrências do século XX. Nos demais tipos de estrutura, em *se... foi/era/é porque*, a fluidez semântica (ou seja, a presença simultânea das noções de causa e conclusão) já é vista a partir dos primeiros registros de *se... ser porque*, no século XVI em *se... foi/era porque* e, no século XV, em *se... é porque*, mantendo-se nos séculos subsequentes. Apesar disso, notou-se a possibilidade, em *se... ser porque*, de manifestação apenas do sentido de causa em séculos mais recentes, como em ocorrências de *se... é porque* no século XX. A presença da conclusão na oração com *porque* é ativada pela noção condicional encontrada na oração antecedente, e a possibilidade da expressão somente do sentido de causa em *se... ser porque* dá-se pela natureza factual da oração condicional precedente, como será comprovado na seção “6.1”. Assim, a própria produção de sentidos em *se... ser porque* demonstra que as orações presentes nesse bloco estão articuladas, e não “soltas”.

Até aqui, a partir do que se explicitou, verifica-se que, em “*se... ser porque*”, o verbo *ser* já surge como focalizador, logo em sua primeira ocorrência de uso registrada no “*Corpus do Português*”. Tal função é evidenciada pelo fato de que o *ser*, nesse caso, está perdendo, aos poucos, os traços típicos da classe do verbo, como a variação temporal, o sentido de essência inerente, de identificação, e já não apresenta variação de pessoa do discurso (todas as ocorrências encontradas trazem o *ser* na 3ª pessoa), sendo que a variação de pessoa é também uma característica própria da categoria do verbo. Em “*se... ser porque*”, o *ser* afasta-se de alguns traços típicos do verbo e já exibe comportamento de focalizador, selecionando como escopo o conteúdo que vem à sua direita. Assim, dá-se uma focalização de uma causa ou de uma causa e uma conclusão na construção referida.

Além disso, mostrou-se que, para a formação de “*se... ser porque*”, a oração condicional iniciada com *se* atrela-se a uma estrutura preexistente, o *ser porque*, herdando, de certa forma, também traços do funcionamento de tal estrutura. Assim como nesta, em *se... ser porque*, pode ficar implícita a presença do elemento anafórico *isso* imediatamente antes do verbo *ser*, o que demonstra que o conteúdo da oração condicional serve de ancoragem para a introdução de uma avaliação a ser feita na oração introduzida por *porque*, a qual contém o sentido de causa ou, conjuntamente, de causa e conclusão.

Acrescente-se que, na estrutura com “*se... ser porque*”, aparece a união entre a oração hipotática condicional, iniciada pela conjunção *se*, e a oração hipotática causal, introduzida

pela conjunção *porque*. Se há duas hipotaxes, onde estaria a oração matriz, nuclear? Inicie-se a discussão com as reflexões de Vaz Leão (1961).

No que tange à construção do tipo *se... é (era, foi)*, Vaz Leão (1961) assevera que este é um recurso expressivo que, sob a forma hipotética⁸², realça o objeto da ação verbal; o objeto que se quer realçar vem depois do verbo *ser*. A título de ilustração, são apresentadas duas frases citadas por Vaz Leão (1961, p. 104):

(56a) *Correu **porque** teve medo.*

(56b) *Se correu, **foi porque** teve medo.*

Em (56a), afirma-se que alguém correu e se atribui a sua ação a uma causa: *teve medo*. Em (56b), segundo Vaz Leão (1961), embora o valor conceptual seja o mesmo, há uma diferença expressiva, pois a causa é colocada em evidência pelo novo molde sintático. Admite-se que alguém tenha corrido apenas porque teve medo, o que significa que, se não fosse o medo, não teria corrido. Em (56b), há saliência do conteúdo da segunda oração da construção, operada pelo verbo *ser*.

Segundo Vaz Leão (1961, p. 105), a condicional com verbo *ser* teria a seguinte classificação:

Se	correu	foi	<u>porque teve medo</u>
Or. Principal			Or. sub. adv. causal

Giro que realça a causa

O “giro” demonstrado por Vaz Leão (1961) seria possível, segundo ela, pelo fato de que, ao se retirarem da construção os elementos do “giro” (o *se* e o *foi*), restaria a estrutura *Correu porque teve medo*, a qual é classificada, tradicionalmente, no grupo das construções “subordinadas” adverbiais causais, com “oração ‘principal’ + oração ‘subordinada’ adverbial causal”.

Como se vê, Vaz Leão (1961) identifica a oração nuclear na estrutura com “se... ser porque”, mas apenas ao “retirar” do enunciado o conectivo *se* e o verbo *ser*, restando a

⁸² A expressão “forma hipotética” é utilizada por Vaz Leão (1961) de modo genérico, abarcando tanto a hipótese propriamente dita quanto o fato. No caso explicitado em (56b), é possível interpretar que se faz referência a um fato.

conjunção *porque*. Assim, a oração matriz, em “se... ser porque”, não aparece explícita, mas vem implícita, a partir da decomposição de tal estrutura.

Entretanto, defende-se que, para a identificação do conteúdo da primeira oração como matriz (implícita) e o da segunda como hipotático, não se faz necessário omitir o focalizador, já que existem estruturas do tipo:

(57) *As mulheres estão chorando é **porque** querem.* (“Corpus do Português”, *Pedra Bonita*, José Lins do Rego, século XX)

Repare-se que, em (57), é a conjunção *porque* que estabelece conexão entre as partes do enunciado, iniciando oração hipotática. O verbo *ser* aparece somente para focalizar o conteúdo à sua direita, podendo ser retirado da construção, que resultaria em: As mulheres estão chorando **porque** querem. Nota-se uma semelhança entre a estrutura da ocorrência (56) e a estrutura com *se... ser porque*, sendo possível fazer uma paráfrase do tipo: **se** as mulheres estão chorando, **é porque** querem.

Desse modo, advoga-se que, nas construções com “se... ser porque”, para a identificação de uma oração nuclear implícita, caberia elidir a conjunção *se*, pois é o conteúdo que vem na oração condicional que serve de ancoragem para a construção. Lembre-se de que esse conteúdo é recolhido para ser comentado na oração causal. Retoma-se uma ocorrência para demonstração:

(58a) *Se eu choro é **porque** sofro.* (“Corpus do Português”, *Páscoa Feliz*, José Rodrigues Miguéis, século XX)

(58b) Eu choro **é porque** sofro.

Se o conteúdo da primeira oração é tido como um fato, como em (58a), a característica de fato não se perde com a elisão da conjunção *se* em (58b). Traz-se uma informação que será, posteriormente, avaliada.

Veja-se a ocorrência (59):

(59a) *Se meu craveiro murchar, é **porque** corro perigo.* (*Histórias da Avózinha*, Alberto Figueiredo Pimentel, século XIX)

(59b) Meu craveiro murchando, **é porque** corro perigo.

Da mesma forma, a natureza hipotética de (59a) pode ser mantida em (59b), ao se omitir a conjunção *se*, mas, nas estruturas hipotéticas, isso acontece desde que se façam as

adaptações necessárias. Em (59b), com o uso do gerúndio, é possível também enunciar uma hipótese; e se saliente que o próprio contexto linguístico dos enunciados revela qual sentido tem a oração, mesmo que ela não se inicie com uma conjunção. Então, em (59b), bem como em (59a), uma hipótese funciona como ancoragem para a avaliação a ser explicitada na oração hipotática causal.

Por outro lado, a retirada do elemento *ser porque* da construção com *se... ser porque* pode resultar em uma mudança de sentido significativa:

(60a) *Se meu craveiro murchar, é **porque** corro perigo.*

(60b) *Se meu craveiro murchar, corro perigo.*

(61a) *Howard tem firme apoio e, se não vencer, **será porque** muitos de seus colegas concluirão que não haverá esperanças de convencer o povo de seus méritos.*

(61b) *Howard tem firme apoio e, se não vencer, muitos de seus colegas concluirão que não haverá esperanças de convencer o povo de seus méritos.*

Nas duas ocorrências retomadas, nota-se que, com a reescrita, em (60b) e (61b), podem ser produzidos novos sentidos. Em (60b), é possível interpretar *corro perigo* como uma consequência de *meu craveiro murchar* (e não apenas como uma conclusão tirada a partir de *se meu craveiro murchar*). Em (61b), há a possibilidade de se atribuir o sentido de consequência a *muitos de seus colegas concluirão que não haverá esperanças de convencer o povo de seus méritos*, e não somente de conclusão obtida com base no conteúdo *se não vencer*.

Assim, com a omissão de *ser porque*, as noções de causa e/ou conclusão, presentes na segunda oração da construção com “se... ser porque”, podem desfazer-se, dando lugar a novos sentidos. Dessa forma, considera-se que é o conteúdo da primeira oração de tal construção que pode servir de matriz (implícita) para o conteúdo da segunda, visto que, como se mostrou, é possível omitir a conjunção *se*, sem mudanças tão significativas de sentidos, desde que os enunciados estejam contextualizados.

Ressalte-se que a determinação de uma matriz para a construção com “se... ser porque” só pode dar-se caso se considere o conteúdo da matriz sem a presença de uma conjunção no início da oração. Assim, vale reiterar que a primeira oração da construção referida é matriz apenas implicitamente, dado que, na superfície, ou seja, na manifestação explícita, aparecem duas orações hipotáticas relacionadas (cada uma delas introduzida,

formalmente, por uma conjunção, o *se*, no primeiro segmento, e o *porque*, no segundo segmento)⁸³, sem uma oração nuclear, matriz.

Pelo que se expôs, atesta-se que o “se... ser porque” reúne duas hipotaxes (a condicional e a causal) sem uma matriz explícita (mas apenas implícita) e um elemento focalizador, que ainda preserva traços da classe do verbo. Auxiliam na compreensão da formação de tal estrutura dados do “*Corpus* do Português”, que mostram que o “se... ser porque” mantém remissão anafórica implícita que já existia em “ser porque”.

---

⁸³ Lembre-se de que uma oração matriz, nuclear não vem iniciada por conjunção.

4. A natureza semântica das construções com “*se... verbo ser + porque*”

Nos tópicos a seguir, mostra-se que as construções condicionais canônicas e as construções causais canônicas, no uso real da língua, não possuem um funcionamento homogêneo, o que já é visto nas discrepâncias presentes na criação de tipologias ou classificações para essas construções. Tal heterogeneidade influi na atuação das construções com *se... ser porque*, as quais trazem, em sua composição, as noções de condição e de causa. Por outro lado, as estruturas com *se... ser porque* trazem efeitos de sentido particulares.

4.1 Construções condicionais

4.1.1 A questão das tipologias

Nesta seção, são expostas as classificações semânticas que normalmente são atribuídas às condicionais canônicas e se procura investigar se elas permitem observar a complexidade de funcionamento das condicionais, de forma geral, levando-se em conta a existência das construções com *se... ser porque*.

Os gramáticos Cunha & Cintra (2013) afirmam que a oração condicional indica hipótese ou condição necessária para que seja realizado ou não o fato da oração “principal”. Todavia, tal conceito é genérico, não deixando em evidência as diferentes manifestações da condicional.

Rocha Lima (2013), Bechara (2009, 2010), Azeredo (2008) e Said Ali (1969), por sua vez, ao tratarem das orações condicionais, levam em consideração os subtipos semânticos presentes nelas.

Rocha Lima (2013, p. 346) mostra que as orações condicionais podem expressar:

- um fato de realização impossível (hipótese irrealizável):

(62) *Se eu tivesse vinte anos, casar-me-ia com você.*

- um fato cuja realização é possível, provável ou desejável:

(63) *Se algum dia ficar rico, não me esquecerei de meus amigos.*

- um fato real, ou admitido como real, em contradição com outro acontecimento:

(64) *Como queres progredir, se não te esforças no trabalho?*

O gramático explica que a conjunção *se* requer o verbo no subjuntivo (pretérito imperfeito, pretérito mais-que-perfeito, futuro), mas pode manifestar-se no indicativo, quando denota fato real.

Bechara (2010, p. 365)⁸⁴ aponta que a oração condicional exprime um fato que não se realizou ou, com toda a certeza, não se realizará:

- falando-se do presente:

(65) *Se sou aplicado, obterei o prêmio.*

- falando-se do passado:

(66) *Se eu fosse aplicado, obteria o prêmio.*

ou

(67) *Se eu tivesse sido aplicado, teria obtido o prêmio.*

De acordo com Bechara (2010, p. 366), a oração condicional pode exprimir, ainda, um fato cuja realização se espera como provável:

(68) *Se eu estudar, obterei o prêmio.*

Bechara (2010) procura associar tempos e modos verbais às construções com diferentes subtipos semânticos. Mostra que, na expressão do passado, usam-se na oração condicional o pretérito imperfeito do subjuntivo (*fosse*) e, na “principal”, o futuro do pretérito (*obteria*). Nesse caso, utilizam-se, ainda, na condicional, o pretérito mais-que-perfeito (*tivesse sido*) e, na “principal”, o futuro do pretérito composto (*teria obtido*). Já, nas circunstâncias em

---

⁸⁴ Observou-se uma discrepância de informações entre duas gramáticas de Evanildo Bechara. Em Bechara (2010, p. 365), aparece “falando-se do presente: **Se eu sou aplicado**, obterei o prêmio.” e, em Bechara (2009, p. 498), aparece “falando-se do presente: **Se eu fosse aplicado**, obteria o prêmio.” Como se vê, em Bechara (2009), apresenta-se um exemplo que não diz respeito ao presente. Devido a tal equívoco, optou-se por citar, aqui, a gramática escolar de Evanildo Bechara, na qual é exposto um exemplo relacionado, de fato, ao presente.

que se apresenta um fato de realização provável, empregam-se o futuro do subjuntivo na condicional (*se eu estudar*) e, na “principal”, o futuro do presente (*obterei*).

Azeredo (2008, p. 325), por sua vez, considera que, nas condicionais, indica-se hipótese com uma gradação de matizes de sentido que compreendem:

- dados já conhecidos ou pressupostos, expressos por meio do modo indicativo:

(69) *Se a casa tem três quartos, dá para abrigar todos nós.*

- fatos possíveis/prováveis, expressos no futuro do subjuntivo:

(70) *Se você souber de alguma novidade, telefone-me.*

- fatos remotamente prováveis, expressos no pretérito imperfeito do subjuntivo:

(71) *Se eles chegassem agora, ainda conseguiriam pegar o ônibus.*

- Situações irreversíveis, expressas por meio do pretérito mais-que-perfeito do subjuntivo:

(72) *Se eles tivessem chegado cinco minutos antes, teriam pegado o ônibus.*

Said Ali (1969, p. 136) mostra que a construção hipotética serve para expressar um fato eventual ou um fato real (ou admitido como real); este último caso é usado, sobretudo, nas argumentações. O gramático apresenta estes exemplos de fato eventual e real, respectivamente:

(73) *Se **cessar** a causa, **cessará** o efeito.*

(74) *Se **tendes** propósito de vos converter, por que não o fazeis?*

Salienta Said Ali (1969, p. 137) que um fato real e verdadeiro, devido a uma causa excepcional, é enunciado, muitas vezes, na forma de uma proposição hipotética seguida de proposição esclarecedora:

(75) *Se os sitiados se renderam, foi porque tinham acabado as munições.*

Said Ali (1969, p. 137) informa, ainda, que a oração condicional indica:

- Fato inexistente ou improvável:

(76) *Se eu tivesse dinheiro, compraria uma casa.*

- Fato realizável:

(77) *Se eu tiver dinheiro, comprarei uma casa.*

- Eventualidade:

(78) *Se queres a paz, prepara-te para a guerra.*

A partir das informações expostas, percebe-se que os gramáticos procuram indicar diferentes graus de hipótese das condicionais, relacionando, de forma, na maioria das vezes, categórica, cada subtipo de construção a um determinado tempo/modo verbal, como Rocha Lima (2013), Bechara (2009, 2010) e Azeredo (2008). A título de ilustração, seguem algumas inconsistências nas classificações dos gramáticos. Rocha Lima (1994) e Said Ali (1969) relacionam o uso do pretérito imperfeito do subjuntivo à descrição de uma situação improvável ou impossível; nesse caso, valeria levar em conta, ainda, a ideia defendida por Azeredo (2008), a de algo “remotamente provável”, que não exclui a possibilidade de ocorrência de certa situação. Bechara (2010) mostra que as condicionais expressam um fato que não se realizou ou que não se realizará com toda certeza; e um dos tempos verbais utilizados para ilustrar isso é o presente do indicativo (*Se sou aplicado*). Contudo, como se verá mais adiante, a oração condicional, com o tempo no presente do indicativo, também pode expressar um fato que, verdadeiramente, ocorreu. Azeredo (2008) associa a apresentação de dados já conhecidos com o emprego do modo indicativo. Parece que o gramático confunde aspectos morfológicos com fatores pragmáticos. A forma verbal no modo indicativo não representa, necessariamente, um fato conhecido. A determinação do que é conhecido deve ser verificada no discurso, com a consideração da porção textual em que se encontra a frase e do compartilhamento de conhecimento entre falante e ouvinte.

As associações feitas pelos gramáticos citados, então, dificultam, de certo modo, o reconhecimento de que um único tempo e/ou modo verbal nem sempre determina o mesmo subtipo semântico da construção⁸⁵. Verificam-se poucos registros que “quebram” o padrão estabelecido tradicionalmente, como a citação de uma oração com tempo presente do indicativo para se fazer referência a tempo futuro. É o que se vê em Said Ali (1969, p. 137) (*Se **queres** a paz*) e em Bechara (2010, p. 365) (*Se **sou** aplicado*).

Os efeitos de sentido dos tempos/modos verbais nas condicionais nem sempre contemplados tradicionalmente são mencionados por Monnerat (2003), Bowerman (1986), Marques (2001), Thompson *et al.* (2008) e Cutrer (1994); os registros de tais autores já demonstram a necessidade de revisão das tipologias das condicionais.

Monnerat (2003, p. 153-154) afirma que o uso do presente do indicativo pode dar-se em linguagem coloquial em construções do tipo: *se eu corro, eu canso* (= *se eu correr, eu canso*); *se eu não sou rápido, batia o carro* (= *se eu não fosse rápido, batia (ou bateria) o carro*). Bowerman (1986, p. 291) mostra, ainda, a possibilidade de indicar hipótese por meio de verbo no tempo passado (*Se João veio para casa meia-noite passada, ele encontrou a porta trancada*⁸⁶), além do tradicional tempo futuro (*Se João vier esta noite, nós sairemos*⁸⁷).

Nas construções com *se... ser porque*, vê-se também a utilização de diferentes tempos/modos verbais para a determinação de um mesmo subtipo de construção:

(79) Agora, *se* Lula aparecer com os olhos vermelhos por aí, *é porque* andou chorando. (Corpus adicional, Veja, Panorama, 03/12/08)

(80) Uma explicação subjetiva é que a mulher, ao chegar ao poder, não apenas passa a ser vidraça, mas também é uma vidraça mais vulnerável. É mais fiscalizada, criticada, cobrada. E, *se* algo dá errado, "*é porque* é mulher". (Corpus adicional, FSP, Mundo, 29/06/11)

(81) Exceto no caso de bebês prematuros ou com baixo peso, não se deve acordar a criança para mamar durante a madrugada: *se* ela não despertou sozinha, *é porque* a barriguinha vazia não está incomodando. (Corpus adicional, Veja, Guia Veja, 27/04/11)

Em (79), (80) e (81), indica-se, na oração condicional, uma hipótese, que vem expressa, respectivamente, pelo futuro do subjuntivo (*aparecer*), pelo presente do indicativo (*dá*) e pelo pretérito perfeito do indicativo (*despertou*). Sabe-se que a manifestação da

⁸⁵ Outro aspecto a ser observado sobre as condicionais é que, por vezes, as classificações oferecidas nas gramáticas em geral não são explicitadas de forma tão clara. Bechara (2010, p. 365), por exemplo, assevera que as condicionais podem indicar “um fato que não se realizou”. O que se entende por isso? Uma hipótese? Algo habitual? Algo que ainda se realizará?

⁸⁶ *If John came home past midnight, he found the door locked.*

⁸⁷ *If John comes tonight, we'll go out.*

hipótese na oração condicional ocorre, tipicamente, com o futuro do subjuntivo. Assim, caberia pensar sobre os efeitos produzidos por meio do uso de outros tempos/modos verbais. Parece que, em (80), a utilização do presente do indicativo dá um caráter de habitualidade ao conteúdo apresentado na oração condicional⁸⁸ e, em (81), o uso do pretérito perfeito do indicativo no segmento condicional pode expressar um fato mais certo (no campo da hipótese).

Também existe a possibilidade de um mesmo tempo/modo verbal indicar diferentes subtipos de condicionais. Marques (2001) e Thompson *et al.* (2008) mostram que o pretérito imperfeito do subjuntivo pode expressar hipótese (o que poderia acontecer) ou contrafactualidade (o que não poderia ocorrer). Isso é ilustrado a seguir, com exemplos oferecidos por Thompson *et al.* (2008, p. 260):

(82) *Se visse Jimmy Carter, eu desmaiaria.*⁸⁹

(83) *Se eu fosse você, escreveria um livro.*⁹⁰

Embora o tempo verbal do pretérito imperfeito do subjuntivo indique, geralmente, algo que não tem mais chance de ocorrer, ou seja, uma possibilidade já anulada, como ocorre em (83), essa possibilidade pode não estar completamente anulada: é o que acontece em (82). Em (82), não seria impossível alguém um dia ver Jimmy Carter, já que ele é vivo. Assim, a construção citada poderia ter um sentido próximo ao da construção “Se eu vir Jimmy Carter, eu desmaiarei” (embora esta traga um grau maior de probabilidade de ocorrência). O uso de *visse*, no entanto, deixa tal possibilidade mais remota. Em (83), por outro lado, é impossível, no mundo real, alguém ser outra pessoa.

Marques (2001, p. 325) mostra, ainda, que também o modo indicativo na oração condicional pode expressar a contrafactualidade, além de eventualidade ou fato:

(84) *Se a Ana tem estado doente, já tinha desculpa para entregar o trabalho mais tarde.*

As expressões verbais da construção, na oração condicional (*tem estado*) e na oração nuclear (*tinha*), encontram-se, respectivamente, no pretérito perfeito (composto) do indicativo e no pretérito imperfeito do indicativo, respectivamente. No entanto, a construção citada traz

⁸⁸ Como se verá na análise dos dados, pode haver, por vezes, noção de habitualidade na oração condicional com futuro do subjuntivo, mas, nesse caso, essa noção fica em menor evidência.

⁸⁹ *If I saw Jimmy Carter, I would faint.*

⁹⁰ *If I were you, I would write a book.*

uma possibilidade já anulada, por isso teria sentido aproximado ao de uma construção contrafactual do tipo *Se a Ana tivesse estado doente, já teria desculpa para entregar o trabalho mais tarde*, na qual a expressão verbal na oração condicional e na nuclear aparece, respectivamente, no pretérito mais-que-perfeito (composto) do subjuntivo e no futuro do pretérito do indicativo. Uma possível interpretação da frase citada seria esta: o emprego do pretérito perfeito do indicativo em vez do pretérito imperfeito do subjuntivo é um recurso que preserva a face do locutor, que toma como verdade um fato (*Ana tem estado doente*) que poderia não ser real, para não deixar tão explícita a sua desconfiança em relação à doença de Ana (já que ele não pode ter certeza da informação correta).

No caso das construções com *se... ser porque*, na oração condicional, por sua vez, verifica-se a possibilidade de um mesmo tempo verbal expressar mais de um sentido da seguinte forma: i) o presente do indicativo exprime fato, em (85), ou hipótese, como se viu em (80); ii) o pretérito perfeito do indicativo denota fato, em (86), ou hipótese, como se observou em (81).

(85) *Se existem traficantes de cocaína e maconha, **é porque** há milhares de consumidores que os bancam.* (Corpus adicional, Veja, Especial, 17/10/07)

(86) *Assim, como há um Rio de Janeiro de Machado de Assis, o Bruxo do Cosme Velho, há também, guardadas as proporções, a capital paranaense de Dalton Trevisan, o Vampiro de Curitiba. A alcunha tem origem no título de um livro desse autor recluso, que na semana que vem faz 86 anos. Se o apelido colou em sua biografia **é porque** traduz algo do espírito de sua literatura, marcada por tons macabros.* (Corpus adicional, FSP, Turismo, 09/06/11)

O uso do presente e do pretérito perfeito do indicativo para a veiculação de hipótese (que fugiria ao padrão, ao menos aquele que é estipulado nas gramáticas normativas), tal qual se mostrou, produz efeitos de sentido particulares.

Por outro lado, nas construções com *se... ser porque* dos *corpora* consultados, o tempo verbal no pretérito imperfeito do subjuntivo (como em “tivesse”) traz somente seu sentido “padrão”, o de contrafactualidade:

(87) *“Se não tivesse dado certo, **é porque** não era pra ser. Mas deu.”* (Corpus adicional, FSP, Cotidiano, 22/06/11)

A baixa porcentagem de ocorrências com o tempo verbal do pretérito imperfeito do subjuntivo na oração condicional (0% no *corpus* de análise, 1% no *corpus* de controle de

análise e 0,5% no *corpus* adicional) inviabiliza uma análise mais acurada da fluidez semântica, nesse caso.

No que diz respeito, ainda, aos sentidos dos tempos/modos verbais nas construções condicionais, Cutrer (1994, p. 258-259) chama a atenção para o fato de que o tempo verbal do segmento que acompanha a oração condicional também pode receber uma interpretação diversificada, dependendo do tipo de correlação verbal da construção:

(88) *Se chover amanhã, eu comprarei um guarda-chuva.*⁹¹

(89) *Se ela ligar para mim esta noite, (é porque) ela está entediada.*⁹²

(90) *Se ela ligar para seu terapeuta amanhã, então (isso significa que) ela terminou com seu namorado.*⁹³

Todas as construções citadas são hipotéticas, no entanto, tal interpretação é determinada pelo tempo verbal da oração condicional, e não da oração nuclear. Em (88), “eu comprarei um guarda-chuva” é um futuro em relação à hipótese “se chover amanhã”. Se realmente chover amanhã, “eu comprarei um guarda-chuva” é futuro em relação a amanhã, quando começa a chover. O conteúdo da oração nuclear não pode ser interpretado como uma predição em relação ao momento atual. Em (89), “ela está entediada” pode receber a interpretação de presente em relação ao momento do telefonema (esta noite); “ela está entediada” não indica que isso ocorre agora. Em (90), “ela terminou” é passado em relação ao momento do telefonema (amanhã); assim, tal conteúdo não pode ser interpretado como passado em relação ao momento atual.

A partir das observações feitas até aqui, já se nota a heterogeneidade de natureza das construções condicionais canônicas, a qual se aplica também às construções com *se... ser porque*, o que dificulta a criação de uma tipologia para as condicionais, em geral. Verifica-se que diversificados tempos/modos verbais são utilizados para a expressão de um único subtipo de construção condicional, não existindo, por conseguinte, uma dicotomia rígida entre fato e hipótese. Comprovação disso é que a oração com *se* hipotética, ao ser enunciada com verbo no tempo pretérito perfeito do indicativo, em vez de verbo no futuro do subjuntivo, exprime algo mais certo. Assim, a hipótese, de certa forma, pode aproximar-se do fato.

⁹¹ *If it rains tomorrow, I'll buy an umbrella.*

⁹² *If she calls me tonight, (it's because) she is bored.*

⁹³ *If she calls her therapist tomorrow, then (that means) she broke up with her boyfriend.*

No campo da linguística, a tentativa de estabelecimento de uma tipologia para as condicionais é empreendida por autores como Mira Mateus *et al.* (1983), Neves (2000) e Castilho (2010).

Mira Mateus *et al.* (1983, p. 457) incluem no grupo das condicionais as orações causais, condicionais (propriamente ditas) e conclusivas, pois, segundo as autoras, todas essas construções “exprimem uma dependência semântica entre proposições, ainda que, do ponto de vista sintático e semântico, cada uma das construções possa apresentar aspectos particulares.” A classe das condicionais é vista, assim, em um sentido lato. As condicionais são divididas em três subtipos: factuais, hipotéticas e contrafactuais.

As construções são factuais (ou reais) quando o locutor assume que os conteúdos das duas proposições se verificaram no mundo real, no intervalo de tempo relevante. Os enunciados apresentam uma relação de causalidade entre estados de coisas descritos na proposição antecedente (A) e na proposição consequente (B)⁹⁴: A é causa de B, ou seja, A é uma condição suficiente de B e B é uma consequência de A. Nos seguintes exemplos arrolados, a ideia de que o narciso é uma flor é uma condição suficiente para que ele pertença ao reino vegetal:

(91) *O narciso pertence ao reino vegetal, **porque** é uma flor.*

(92) *Se o narciso é uma flor, (então) pertence ao reino vegetal.* (MIRA MATEUS *et al.*, 1983, p. 460)

Na classe das condicionais factuais, Mira Mateus *et al.* (1983, p. 461) incluem também construções do tipo:

(93) *Se a água atinge a temperatura de 100° C, entra em ebulição.*

Em (93), Mira Mateus *et al.* (1983, p. 461) asseveram que é explicitada uma generalização, um princípio, que remete para um “mundo epistemicamente acessível”. Questiona-se, aqui, a atribuição do caráter factual a essa construção, pois, embora seja de conhecimento de todos que a água atinge 100° C, nem sempre tal processo ocorre; trata-se de algo que está sujeito a ocorrer, ficando, portanto, no campo da hipótese (*se a água atingir 100° C*). Algo diferente ocorre em (92): é uma característica inerente do narciso ser uma flor (assim, seu valor de verdade já está posto), e não um traço casual. Dessa forma, considera-se

⁹⁴ Mira Mateus *et al.* (1983, p. 457) chamam de “antecedente ao membro da sequência de cujo conteúdo proposicional depende semanticamente o conteúdo proposicional do outro membro, o consequente.”

que a construção explicitada em (93), ao contrário da construção exposta em (92), não é factual, mas hipotética.

Nas construções condicionais hipotéticas (as quais englobam as orações tradicionalmente denominadas de condicionais), o conteúdo de A especifica o mundo real epistemicamente não acessível no intervalo de tempo da enunciação, no qual se verifica o conteúdo de B:

(94) *Se o Gonçalo vier cedo, vamos/iremos jantar fora.* (MIRA MATEUS *et al.*, 1983, p. 461)

Consoante Mira Mateus *et al.* (1983), o futuro (do subjuntivo), o qual está presente em (94), na oração condicional, é um tempo que exprime sempre uma modalidade não factual. As autoras acrescentam que as condicionais hipotéticas podem ser manifestadas, ainda, pelo pretérito imperfeito (do subjuntivo):

(95) *Se o Gonçalo viesse cedo, iríamos/íamos jantar fora.* (MIRA MATEUS *et al.*, 1983, p. 462)

A diferença de (95) em relação a (94) seria que o conteúdo da oração condicional em (95) é visto como menos provável de ocorrer do que aquele apresentado em (94). No entanto, entende-se que a construção (95) também poderia ser interpretada como uma possibilidade anulada, e, portanto, um enunciado contrafactual.

Nas condicionais contrafactuais (ou irreais), estabelecem-se relações gerais entre proposições que se verificam em mundos alternativos ao mundo real; o consequente verifica-se num dos mundos alternativos ao real, selecionado pelo antecedente, conforme explicam Mira Mateus *et al.* (1983, p. 463):

(96) *Se tivesse chovido em Portugal em 1981, não tinha/teria havido seca.*

(97) *Se o Sol girasse à volta da Terra, não havia/haveria sistema solar.*

(98) *Se a Terra não fosse esférica, era/seria cúbica.*

Nos exemplos expostos, a contrafactualidade se manifesta de forma particular: em (96), remete a um intervalo de tempo passado em um mundo acidental ou ocasionalmente contrafactual; em (97), faz referência a um mundo essencialmente contrafactual diferente do

mundo real, em que se pode estabelecer uma relação entre duas proposições graças ao conhecimento de mundo que o homem tem sobre o universo; em (98), remete a um mundo impossível e apresenta, portanto, um conseqüente absurdo.

Lembre-se de que, na tipologia proposta por Mira Mateus *et al.* (1983), as construções citadas (causais, conclusivas, condicionais) são vistas todas como condicionais, em um sentido lato, dada a dependência semântica entre as orações. Neves (2000, p. 865) compartilha desse ponto de vista, pois considera que as causais e as condicionais expressam uma “conexão condicional”, visto que “são explicáveis em dependência da satisfação (ou não satisfação) de necessidade, ou de suficiência, de determinadas condições.”

Por outro lado, Neves (2000) endossa que as construções causais e as condicionais expressam, de certa forma, uma “conexão causal” (em um sentido amplo). Tal perspectiva é baseada nos postulados de Harris (1988), segundo o qual há um espectro semântico que parte das construções causais (nas quais a conexão causal entre a oração causal e a nuclear é afirmada), via construções condicionais (nas quais a conexão causal é hipotética), chegando, por fim, às construções concessivas (nas quais o vínculo causal entre a oração concessiva e a nuclear é negado). Assim, as construções causais (em um sentido lato) são analisadas em um *continuum*, o que demonstra que não existe um limite claro entre as categorias. Levando em conta esse *continuum*, Neves (2000) não inclui as orações causais (ou as conclusivas) no grupo das condicionais factuais, diferentemente de Mira Mateus *et al.* (1983). O que a autora chama de condicional abrange as orações condicionais propriamente ditas. Dessa forma, Neves (2000) indica a seguinte classificação para as condicionais: factuais/reais, eventuais/potenciais, contrafactuais/irreais.

Nas factuais, a conjunção *se*, consoante Neves (2000), encabeça um fato apresentado como “verificado”: diz-se que esse fato **é** ou **não é**, embora colocando a proposição no âmbito do verificador de factualidade *se*; o outro segmento que contrabalança a construção constitui outro fato, do qual, em vista do primeiro fato verificado, também se diz que **é** ou **não é**. Assim, um fato, enunciado como condição já preenchida, implica outro, simplesmente enunciado. Esta é uma das ocorrências citadas para exemplificar o uso das condicionais factuais:

(99) *Se meus antepassados vieram, é claro que os dele vieram também.* (NEVES, 2000, p. 837)

Assim pode ser representado o processo presente nos enunciados, conforme Neves (2000, p. 837):

- a) *se (é um fato que) não vinha da Itália,*
 b) *então (daí, em consequência) de onde vinha?*

Existe, nesse caso, uma relação factual implicativa entre o fato apresentado pela oração antecedente e o fato expresso pelo segmento consequente. Em outras palavras, um fato, enunciado como condição já preenchida, implica outro, simplesmente enunciado.

Neves (2000) mostra que a natureza factual da construção condicional muitas vezes vem realçada por um elemento conclusivo/resumitivo, o *então*, que ocorre na segunda oração:

(100) *Se não vinha da Itália, então de onde vinha?* (NEVES, 2000, p. 837)

Neves (2000, p. 838) aponta que as condicionais factuais podem se manifestar, ainda, com a seguinte estrutura, também com ideia de conclusão na segunda oração:

(101) *Se eu digo é porque tem!*

Explica Neves (2000) que, na estrutura com *se...é porque*, em vez de, simplesmente, enunciar-se um fato como implicado, ou conclusivo, são trazidas duas indicações: i) do ponto de vista discursivo, surge uma conclusão⁹⁵; ii) do ponto de vista do encadeamento dos dois fatos, acrescenta-se a causa (iniciada com o *porque*). Observa-se que a conjunção *se* inicia um segmento de factualidade verificada, e a outra oração contrabalança a construção, trazendo outro conteúdo factual. A oração encabeçada por *se* expressa uma consequência do fato expresso no segundo segmento.

Já, nas construções eventuais, de acordo com Neves (2000), a oração condicional apresenta eventualidade, e o enunciado da outra oração é tido como certo, desde que eventualmente aceita a condição enunciada, como se vê nesta ocorrência:

(102) *Você sabia que se sair daqui não arranja um emprego nem para ganhar a metade do que você ganha?* (NEVES, 2000, p. 845)

---

⁹⁵ Ribeiro (2014), da mesma forma, reconhece a existência do sentido de conclusão nas estruturas do tipo “se... é porque”. Na ocorrência “(...) Ora, *se eles fazem tanto sucesso, é porque há público para isso.*”, Ribeiro (2014, p. 235) explica que, no primeiro segmento, é indicado um fato enunciado como condição preenchida e, no segundo, é apresentada uma conclusão.

Neves (2000, p. 843) mostra que as construções condicionais eventuais também ocorrem frequentemente com marcadores de direcionalidade, como o elemento conclusivo *então*:

(103) *Se se montar a peça com dois cenários, organiza-se **então** a cena para o julgamento.*

Trata-se de construções eventuais implicativas, pois o preenchimento da condição apresentada implica o que se explicita na oração “nuclear” do período, embora, segundo Neves (2000, p. 843), “não se possa dizer que essa implicação signifique causalidade”.

Acrescente-se que as condicionais eventuais também podem se manifestar, com uma relação implicativa, por meio da estrutura do tipo *se...é porque*:

(104) *"Se não passarmos de fase, **é porque** somos muito ruins". (Corpus adicional, FSP, 03/12/11)*

Nesse caso, a hipótese levantada na primeira oração (*não passarmos de fase*) leva a uma conclusão explicitada na segunda oração (*somos muito ruins*). Na estrutura eventual com *se... é porque*, haveria, assim, uma dualidade: a eventualidade, presente na oração inicial, e a facticidade, imprimida pela oração com *porque*.

Nas construções contrafactuais, por seu turno, como analisa Neves (2000), expressa-se a relação mais ampla fato → conclusão, mas essa relação conclusiva, diferentemente do que ocorre no caso das factuais, dá-se com inversão de polaridade das orações:

(105) *Se a pergunta partisse de Irmã Flora, a resposta teria sido outra.* (NEVES, 2000, p. 840)

A ocorrência citada pode ser esquematizada do seguinte modo, o qual mostra a inversão de polaridade:

1) prótase positiva: *se a pergunta partisse de Irmã Flora*

- fato com polaridade negativa: *a pergunta **não partiu** de Irmã Flora.*

2) apódose positiva: *a resposta teria sido outra*

- conteúdo asseverado negativo: *a resposta **não foi** outra.* (NEVES, 2000, p. 840)

Por outro lado, consoante Neves (2000, p. 842), nas contrafactuais, do mesmo modo que nas factuais, é possível observar, do ponto de vista lógico-semântico, uma motivação icônica para a ordem nos enunciados: enuncia-se como não existente um fato (*a pergunta **não partiu** de Irmã Flora*) e, a partir daí, enuncia-se como consequentemente não existente outro fato que daquele dependia (*a resposta **não foi** outra*).

Castilho (2010) também considera a existência dos três tipos semânticos nas construções factuais:

a) Condicional real ou factual: o enunciado da prótase é tido como real, e, em decorrência disso, o enunciado da apódose é tido como uma consequência necessária, igualmente real. Tais condicionais remetem para o mundo do já sabido e geralmente exibem o esquema [*se* + indicativo/indicativo].

(106) *Se eu estudo, passo de ano.* (CASTILHO, 2010, p. 376)

b) Condicional eventual ou potencial: a prótase é eventual e a apódose confirma a hipótese anterior, desde que seja satisfeita a condição expressa na prótase. A condicional eventual remete ao mundo epistemicamente possível e apresenta o seguinte esquema recorrente: [*se* + subjuntivo/indicativo].

(107) (...) *eu acho que se sair antes das seis da manhã sai melhor.* (CASTILHO, 2010, p. 376)

c) Condicional contrafactual ou irreal: a prótase indica uma afirmação falsa, contrária à realidade. Há o esquema: [*se* + subjuntivo/forma em *-ria*].

(108) (...) *a imagem que eu fazia era a seguinte: se o Japão fosse uma Birmânia (...) as economias industriais que ganharam a Segunda Guerra não teriam ajudado o Japão.* (CASTILHO, 2010, p. 376)

Entretanto, ao definir as condicionais factuais e as contrafactuais, reitera-se que Castilho (2010) associa a essas construções, respectivamente, o traço “real” e a afirmação “contrária à realidade”. Neves (2000, p. 836) salienta que não se pode falar em “realidade” em referência ao que aparece no enunciado, já que a realidade não se confunde com a linguagem: real ou não real não é, nunca, o que está dito, mas aquilo que realmente ocorre (os estados de coisas). Observe-se esta ocorrência:

(109) *Se tudo está desse jeito, eu não posso confiar.* (NEVES, 2000, p. 837)

Em (109), não está garantido ser realmente verdade que *tudo está desse jeito* e que *eu não posso confiar*. O falante afirma que *tudo está desse jeito* (esteja ou não, na realidade) e que isso condiciona um fato (o de ele não poder confiar)

É interessante a observação feita por Neves (2000), pois permite evitar uma possível confusão entre as noções de fato e de hipótese. Em *Se não vinha da Itália, então de onde vinha?*, construção citada em (100), pode-se pensar em um contexto no qual o locutor questione a veracidade de uma negação feita pelo interlocutor (a de que certa pessoa não vinha da Itália). Nesse caso, alguém poderia interpretar que, para o locutor, *não vinha da Itália* seria uma hipótese. Entretanto, ao se considerar que a factualidade da oração não implica, necessariamente, a verdade de algo, fica claro que não se trata de uma hipótese, mas de um fato asseverado.

Outra diferença observada em relação às considerações de Neves (2000) e Castilho (2010) sobre as condicionais, mais especificamente as factuais, envolve os tipos de exemplificações explicitados. São retomadas duas construções para discussão:

- *Se não vinha da Itália, então de onde vinha?* (NEVES, 2000, p. 837)
- *Se eu estudo, passo de ano.* (CASTILHO, 2010, p. 376)

Na construção citada por Castilho (2010), é possível interpretar que o conteúdo da oração condicional traz uma ideia habitual. Assim, a construção teria um sentido próximo ao de uma estrutura temporal do tipo *Quando/sempre que eu estudo, passo de ano* e poderia indicar uma eventualidade (uma hipótese). Isso leva a pensar que existe uma leitura ambígua na construção: a condicional poderia ser factual, ao se considerar que *se eu estudo* teria sentido semelhante a *como/já que eu estudo*, e eventual (hipotética), com noção de habitualidade, ao se pensar que o tempo verbal no presente poderia ser interpretado como futuro (*se eu estudar*). Na ocorrência apresentada por Neves (2000), por outro lado, não se expressa noção habitual na oração condicional, mas apenas um fato; dessa forma, não se exprime a eventualidade, sem haver, portanto, ambiguidade.

Ao fazer referência às construções condicionais factuais com *se... é porque*, Castilho (2010), diferentemente de Neves (2000), também apresenta exemplos nos quais pode ser identificada a ideia de habitualidade⁹⁶:

(110) (...) *se há persistência do nódulo... é porque aquele nódulo é patológico.*⁹⁷
(CASTILHO, 2010, p. 376)

(111) *Se ela não fala contigo é porque não soubeste dialogar com ela.* (NEVES, 2000, p. 838)

Em (110), pode-se interpretar, entre outros aspectos, que, quando/sempre que há persistência do nódulo, é porque ele é patológico; assim, o primeiro segmento iniciaria uma ideia habitual (essa é uma das possíveis interpretações, quando não há um contexto que indique a leitura mais adequada). Por outro lado, em (111), apresenta-se um fato consumado (*ela não fala contigo*), e não uma noção habitual.

Acrescente-se que ainda não há consenso em relação à classificação das condicionais habituais: seriam elas eventuais e/ou factuais? Freitag *et al.* (2013) informam que a noção habitual tende a ser relacionada à modalidade *realis*⁹⁸, mas salienta que há autores, como Givón (1995), que sinalizam a possibilidade de correlação entre a ideia habitual e a modalidade *irrealis*, especialmente em contextos com valor imperfectivo. Consoante as autoras, esta última leitura deriva do fato de o valor habitual suscitar um efeito de indeterminação de factualidade em certos contextos, principalmente quando há modificadores adverbiais de frequência, como *normalmente*, *habitualmente*.⁹⁹ Dada essa questão da

⁹⁶ Castilho (2010), ao fazer referência às condicionais factuais, não menciona a questão da habitualidade. Trata-se de uma leitura feita aqui.

⁹⁷ Vale ressaltar que a ocorrência apresentada por Castilho (2010) já havia sido citada por Neves *et al.* (2008), que também a classificaram como factual.

⁹⁸ Gryner (1996, p. 79) faz uma diferenciação entre condicionais eventuais (isto é, hipotéticas) e generalizadas (ou seja, constantes, regulares, as quais resultam de generalizações da experiência do locutor, sendo representadas pelo esquema “sempre que *p*, *q*”). São exemplos oferecidos pela autora de construções eventuais e generalizadas, respectivamente: (...) *se algum dia eu gostar de um cara, achar que eu não devo casar com ele... eu prefiro juntar, sinceramente*; [*se*] *você tem ciúme de uma pessoa... não pode ver a pessoa conversando com outra que já fica grilada*. Como se vê, o que a autora chama de relação “generalizada” corresponde à habitualidade, e esta fica “fora” do grupo das eventuais, embora não fique claro se a habitualidade é relacionada à factualidade. Kobashi (2011, p. 133), por seu turno, inclui a condicional habitual no grupo das factuais/reais. Um dos trechos citados para exemplificação é este: *intão eu... si elis pergunta alguma coisa... sô obrigado a respondê u qui significa... u qui tem nu orçamentu...* Saliente-se que, nos casos expostos por Gryner (1996) e Kobashi (2011) como condicionais factuais, da mesma forma que ocorre na tipologia de Castilho (2010), a oração condicional também pode ser interpretada como hipotética.

⁹⁹ Freitag *et al.* (2013) consideram que a habitualidade é um valor semântico-discursivo que indica uma situação sistematicamente repetida em diferentes ocasiões (presente, passado ou ambos), aproximando-se do valor atemporal. Os autores julgam que o aspecto é composicional, ou seja, as informações trazidas pelos demais constituintes de certa sentença (como o sujeito e as expressões adverbiais) também influenciam na leitura temporal.

indeterminação, associa-se, aqui, a ideia habitual à noção eventual, mas não em todas as situações, como será explicado logo adiante.

Por outro lado, alguns linguistas estão em consenso no que diz respeito à associação da habitualidade com a noção “atemporal”, como Rodrigues (2001), Freitag *et al.* (2013) e Bittencourt (2012). É possível tal relação porque, ao contrário das construções temporais, as quais marcam um evento específico, uma condição particular para um evento ocorrer, as construções atemporais expressam uma condição mais geral para uma situação acontecer, ou seja, dizendo que o evento pode acontecer a qualquer momento em que uma condição apresentada se satisfaça, carregando um traço genérico ou habitual. Esses dois tipos de construções são ilustrados, por exemplo, por Bittencourt (2012, p. 85):

(112) *Vai tudo do pensamento, da força do pensamento, se quiser conseguir, consegue.*

(113) *Se tu não ganhares, eu vou na Carlos contigo.*

Diferentemente do que é explicitado na construção (113), em que a oração condicional marca um possível evento específico (a possibilidade de o interlocutor não ganhar), na construção (112), a oração condicional expressa noção habitual, mesmo, como salienta Bittencourt (2012), com a presença do verbo no futuro do subjuntivo, que deveria atribuir ao enunciado condicional a expressão de futuridade. Nota-se, aqui, que o uso do verbo no tempo presente do modo indicativo na oração nuclear (*consegue*) contribui para uma interpretação habitual para o conteúdo da construção.

Crouch (1994, p. 96) também diferencia as condicionais habituais das condicionais de evento específico. Em (114), é representada uma relação habitual, ao passo que, em (115), expressa-se uma conexão particular entre eventos específicos:

(114) *Se o gelo for aquecido, derrete.*¹⁰⁰

(115) *Se aquele gelo derreteu, foi aquecido.*¹⁰¹

No entanto, Crouch (1994) salienta que é um equívoco pensar que uma única característica distingue as condicionais habituais das condicionais de evento específico. Uma série de fatores contribui para a interpretação das condicionais, como: se o antecedente e/ou o

---

¹⁰⁰ *If ice is heated, it melts.*

¹⁰¹ *If that ice melted, it was heated.*

consequente referem-se a eventos específicos anaforicamente ou não; a relação temporal entre o antecedente e o consequente. Por exemplo: a referência anafórica a eventos específicos sempre impossibilita uma leitura habitual da condicional, como indica Crouch (1994, p. 96):

(116) *Se João for a uma festa, fuma e bebe muito.*¹⁰²

(117) ?¹⁰³ *Se João for à festa, fuma e bebe muito.*¹⁰⁴

(118) *Se João for à festa, fumará e beberá muito.*¹⁰⁵

O enunciado (116) é aceitável e descreve o que João faz habitualmente em festas. No entanto, a referência a uma festa em específico, em (117), torna o enunciado inaceitável (a não ser que seja interpretado que a ida de João à festa é uma evidência de que ele fuma e bebe muito). Ao contrário do que ocorre em (118), no qual o consequente apresenta verbo no tempo presente, em (118), o uso do futuro (*fumará/beberá*) na oração consequente faz que a leitura não habitual passe a ser aceitável.

Crouch (1994, p. 103) chama a atenção, ainda, para o fato de que, nas construções condicionais, a noção habitual pode aparecer no antecedente e no consequente ao mesmo tempo ou apenas no consequente:

(119) *Se Fido tem o nariz molhado, ele geralmente está saudável.*¹⁰⁶

Em (119), na interpretação mais comum de habitualidade, pode-se entender que, sempre que o cachorro tem o nariz molhado, é seguro concluir que ele está saudável. A outra leitura possível é a seguinte: Fido tem o nariz molhado atualmente, o que levaria a concluir que ele é um cachorro que goza de boa saúde geralmente, mesmo se ele não está tão bem agora. Nessa segunda leitura, ao contrário do que acontece na primeira, não se expõe uma conexão habitual entre o antecedente e o consequente, mas uma conexão específica entre o consequente habitual (*ele geralmente está saudável*) e o antecedente (*Fido tem o nariz molhado*).

¹⁰² *If John goes to a party, he smokes and drinks too much.*

¹⁰³ Crouch (1994) não usa asterisco para indicar a agramaticalidade da construção com interpretação de condicional habitual, provavelmente porque a construção possui uma leitura possível sem uma interpretação de condicional habitual.

¹⁰⁴ ? *If John goes to the party, he smokes and drinks too much.*

¹⁰⁵ *If John goes to the party, he will smoke and drink too much.*

¹⁰⁶ *If Fido has a wet nose, he is usually healthy.*

Por fim, salienta Crouch (1994) que as construções condicionais habituais podem exprimir generalizações do presente e, ainda, do passado, como se verifica nestes exemplos, respectivamente:

(120) *Se a lâmina de metal se curva, ela está aquecida.*¹⁰⁷ (CROUCH, 1994, p. 98)

(121) *Se uma pessoa morria pobre, era enterrada em qualquer campa.*¹⁰⁸ (CROUCH, 1994, p. 97)

Declerck & Reed (2001) também mostram as diferentes possibilidades de referências temporais nas condicionais habituais. Além disso, relacionam certas construções à factualidade e outras a não factualidade:

(122) *[Desde que eu a conheci] eu tenho sempre recorrido a ela se eu tenho um problema.*¹⁰⁹ (DECLERCK & REED, 2001, p. 67)

(123) *Se eu tinha um problema, eu sempre recorria à minha avó.*¹¹⁰ (DECLERCK & REED, 2001, p. 67)

(124) *Se ela tem algum problema, recorre à sua avó.*¹¹¹ (DECLERCK & REED, 2001, p. 75)

(125) *Se eu vou para a cidade, eu pego ônibus.*¹¹² (DECLERCK & REED, 2001, p. 75)

Nas construções (122) e (123), a oração condicional é factual: o seu conteúdo refere-se a uma situação habitual repetitiva (“repetitive-habitual situation”) localizada no presente, caso de (122), ou no passado, caso de (123). Nas construções (124) e (125), por seu turno, o conteúdo da oração nuclear expressa um hábito do presente, ou seja, uma característica do sujeito durante um prolongado período de tempo, incluindo o tempo da enunciação; assim, tal conteúdo é factual, porque representa algo que existe no momento da enunciação. Entretanto, a oração nuclear refere-se ao hábito como um todo, não a uma instância presente do hábito. As instâncias que constituem o hábito repetitivo do presente (“present repetitive habit”) são em parte factuais (pertencendo ao passado ou ao presente) e em parte não factuais (sendo projetadas para o futuro). Como é a função da oração condicional indicar todas as instâncias

¹⁰⁷ *If the bimetallic strip bends, it is hot.*

¹⁰⁸ *If someone died a pauper, they were buried in an unmarked grave.*

¹⁰⁹ *[Since I've known her] I've always gone to her if I've had a problem.*

¹¹⁰ *If I had a problem, I always went to my grandmother.*

¹¹¹ *If she has a problem, she goes to her grandmother.*

¹¹² *If I go to town, I take the bus.*

(a factual e a não factual) do hábito expresso na oração nuclear, a oração condicional em (124) e (125) tem um sentido neutro, ou seja, de hipótese.

Concorda-se, aqui, com a oposição estabelecida por Declerck & Reed (2001) entre as condicionais habituais factuais (com projeção no presente e no passado) e as condicionais habituais eventuais (com projeção no futuro), pois é sabido que os acontecimentos situados no presente e no passado exibem uma certeza maior do que os acontecimentos ancorados no futuro. Saliente-se, apenas, que não parece ser possível estabelecer uma separação rígida entre esses dois tipos de construções, o que pode ser esclarecido com a análise desta passagem:

(126) *"Se o número de cirurgias cardíacas vai bem, **é porque** o sistema de transplantes vai bem como um todo."* (Corpus adicional, *Veja*, Saúde, 22/06/11)

É possível interpretar que o conteúdo da oração condicional é projetado para o futuro (*se o número de cirurgias cardíacas for bem*), sendo o conteúdo subsequente também projetado para o futuro (***é porque** o sistema de transplantes estará bem como um todo*). Entretanto, há que se reconhecer que a eventualidade dessa construção pode ter sido criada a partir de experiências que já ocorreram e que, portanto, são factuais: aceita-se que, se a associação entre o número de cirurgias cardíacas e o sistema de transplantes já ocorreu, pode acontecer novamente. Assim, fica sugerido que não há uma oposição rígida entre a factualidade e a eventualidade.

Além disso, a partir da observação da ocorrência (126) e das considerações feitas até aqui, verificam-se as seguintes características das condicionais habituais: noção de generalização (com incidência em ambos os segmentos da construção ou em apenas um deles); noção atemporal; ideia de repetição; manifestação nas construções eventuais ou nas factuais; explicitação de tempos verbais do passado (pretérito imperfeito do indicativo) ou do presente em pelo menos um dos segmentos da construção condicional. Ressalte-se que a compreensão do funcionamento da habitualidade nas condicionais também se dá a partir do tratamento do aspecto verbal, que será explicado no tópico "4.1.2".

Outras tipologias propostas para as condicionais podem levantar mais questões controversas dessas construções. Reilly (1986, p. 313), com base em Schachter (1971), expõe a seguinte classificação:

Tipos de condicionais	Condicionais simples
Presente	<i>Se o gato está na cozinha, ele está comendo a carne no balcão.</i> ¹¹³
Passado	<i>Se choveu ano passado no Egito, o Nilo transbordou.</i> ¹¹⁴
Genérico	<i>Se a tartaruga tem coriza no nariz, ela dorme dentro da casa.</i> ¹¹⁵
Preditivo	<i>Se Kate vir o sorvete, ela irá querer.</i> ¹¹⁶
	Condicionais imaginativas
Hipotético	<i>Se ele comesse todos aqueles pães doces, iria ficar doente.</i> ¹¹⁷
Contrafactual	<i>Se eu fosse um garoto, eu teria cachos.</i> ¹¹⁸ (não poderia ocorrer) <i>Se você tivesse ficado acordado, você teria ouvido o coioote.</i> ¹¹⁹ (não ocorreu)

Reilly (1986) explica que as condicionais simples referem-se a eventos do mundo real, incluindo-se os seguintes estatutos: presente, passado, genérico e preditivo. As condicionais de presente dizem respeito a eventos que estão ocorrendo no momento da enunciação; as de passado são concernentes a eventos que podem já ter ocorrido; as genéricas trazem declarações sem dependência no tempo e podem ser parafraseadas por “sempre que” (ou seja, expressam habitualidade), e elas ocorrem em uma variedade de tempos verbais; as preditivas fazem a previsão da ocorrência de algum evento no futuro. As condicionais imaginativas, por sua vez, refletem certa noção de irreal e incluem as hipotéticas e as contrafactuais. A diferença é que estas trazem um menor grau de probabilidade de ocorrência do que aquelas.

A tipologia apresentada por Reilly (1986), embora traga certo detalhamento dos subtipos de condicionais, parece expor algumas questões controversas. Não se explica que a condicional de presente e a de passado podem envolver ambiguidade: com expressão não só de uma hipótese como de um fato consumado. Nota-se também que a construção que traz ideia habitual, genérica aparece no grupo das condicionais simples (próximas ao que se chama de “reais” ou “factuais”). Como já se comentou, considera-se, aqui, que as construções condicionais habituais podem ser associadas à factualidade e, ainda, à eventualidade, devido à sua indeterminação. Além disso, observa-se que a categoria “preditiva” traz certa ambiguidade também: poderia ser incluída, ainda, no grupo das condicionais “irreais”, já que uma previsão de um fato não implica, necessariamente, a ocorrência dele, por mais que evidências indiquem sua ocorrência.

¹¹³ *If the cat is in the kitchen, he's eating the meat on the counter.*

¹¹⁴ *If it rained last year in Egypt, the Nile overflowed.*

¹¹⁵ *If the tortoise has a runny nose, he sleeps in the house.*

¹¹⁶ *If Kate sees the ice cream, she will want some.*

¹¹⁷ *If He ate all those doughnuts, he would be ill.*

¹¹⁸ *If I were a boy, I would have curls.*

¹¹⁹ *If you had been awake, you would have heard the coyote.*

Vale mencionar que Thompson *et al.* (2008), também com base em Schachter (1971), propõem uma tipologia para as condicionais, mas incluem as preditivas, diferentemente de Reilly (1986), no grupo das condicionais “irreais”. Ilustra-se a classificação explicitada por Thompson *et al.* (2008, p. 255-256):

Tipos de condicionais	Condicionais reais
Presente	<i>Se está chovendo, meu carro está ficando molhado.</i> ¹²⁰
Passado	<i>Se você estava na festa, então você sabe sobre Sue e Fred.</i> ¹²¹
Genérico/Habitual	<i>Se você pisar o breque, o carro anda mais devagar.</i> ¹²²
	Condicionais irreais
Imaginativa	<i>Se eu visse David, eu falaria o dialeto barai com ele.</i> ¹²³ (o que poderia ser = hipotético) <i>Se você tivesse ido ao concerto, teria visto Ravi Shankar.</i> ¹²⁴ (o que poderia ter sido = contrafactual)
Preditiva	<i>Se ele conseguir o emprego, nós iremos comemorar.</i> ¹²⁵

Na tipologia de Thompson *et al.* (2008), as preditivas, tal qual se mencionou, aparecem no grupo das condicionais irreais. Apesar disso, esses autores salientam que elas podem ser vistas como “irreais” ou “reais”. Segundo eles, uma previsão futura é sobre algo que ainda não aconteceu; assim, é “irreal”. Por outro lado, uma previsão é também “real” porque prevê sobre um estado de coisas no mundo real, em oposição ao mundo imaginário. Entende-se, aqui, que as preditivas são mais compatíveis com as condicionais “irreais”¹²⁶, dado que não garantem a ocorrência de um evento ou ação.

Levando-se em conta, ainda, as propostas apresentadas por Thompson *et al.* (2008) e por Reilly (1986), é observado também que esses autores parecem utilizar, por vezes, critérios morfológicos para a determinação de alguns tipos de condicionais, como é o caso das de presente e de passado. Em tais grupos, nos exemplos fornecidos, as orações condicionais aparecem com verbos conjugados, respectivamente, no tempo presente do indicativo e no tempo pretérito perfeito do indicativo/pretérito imperfeito do indicativo. Assim, não fica esclarecido se os autores referidos incluem nessas classes de condicionais apenas tempos

¹²⁰ *If it's raining out there, my car is getting wet.*

¹²¹ *If you were at the party, then you know about Sue and Fred.*

¹²² *If you step on the brake, the car slows down.*

¹²³ *If I saw David, I'd speak Barai with him.*

¹²⁴ *If you had been at the concert, you would have seen Ravi Shankar.*

¹²⁵ *If he gets the job, we'll all celebrate.*

¹²⁶ Saliente-se que o termo “irreais” é usado por Thompson *et al.* (2008) para fazer referência a construções que, na tipologia de Neves (2000) e Castilho (2010), são denominadas de eventuais/potenciais e contrafactuais/irreais.

verbais desses tipos. Vale mencionar que, se esse for o caso, trata-se de uma generalização, pois, como já se mostrou, os tempos verbais podem ser utilizados com sentidos diversificados.

Santos (2006, p. 15), com base em Crouch (1994), também faz descrições sobre a natureza semântica das construções condicionais, ao diferenciar as preditivas das explicativas:

(127) *Se você sovar bem a massa, o pão cresce.*

(128) *Se eles aplaudirem entusiasmados, a apresentação foi um sucesso.*

As preditivas exprimem um raciocínio que vai da causa (na oração condicional) para a consequência (na oração nuclear), como se vê em (127): a ação de sovar a massa causa o fato de o pão crescer, e o fato de que o pão cresce é uma consequência do ato de sovar a massa. As explicativas, por outro lado, apresentam um raciocínio que vai da evidência (na oração condicional) para a conclusão (na oração nuclear), tal qual se observa em (128): a possibilidade de eles aplaudirem entusiasmados é uma evidência que leva à conclusão de que a apresentação foi um sucesso. Esse segundo grupo de construção recebe a denominação de condicional explicativa pelo fato de que, na oração nuclear, além da conclusão, fica implícita uma causa: o sucesso da apresentação é a causa dos aplausos entusiasmados. A possibilidade de se construir uma paráfrase de (128) com a estrutura do tipo *se... ser porque* comprova a presença da noção causal nessa construção: **Se eles aplaudirem entusiasmados, é porque** a apresentação foi um sucesso.

A própria autora, Santos (2006, p. 16), mostra a opção de se elaborar uma condicional explicativa com a estrutura *se... ser porque*:

(129) *Se Morgana se atrasou, ela pegou o ônibus.*

(130) *Se Morgana se atrasou, **foi porque** ela pegou o ônibus.*

Santos (2006) aponta que a frase (129) pode ser interpretada de duas maneiras: i) Morgana pegou o ônibus para tentar compensar o seu atraso, ou seja, o atraso foi causa de ela ter pegado o ônibus; ii) o fato de Morgana ter se atrasado teve como causa o ato de ela ter pegado o ônibus; este ato também expressa uma conclusão tirada a partir da evidência de que ela se atrasou. Esta segunda leitura fica mais evidente em (130), em que aparece a partícula *é porque* na construção.

Embora Santos (2006) não tenha o intento de propor uma tipologia para as condicionais, seu estudo é importante por trazer à tona casos de uso da língua nos quais uma oração condicional acompanha um segmento com valor de causa e de conclusão simultaneamente. Isso “quebra” padrões estabelecidos nas gramáticas, como na de Rocha Lima (2013) e na de Cunha & Cintra (2013), em que são registradas orações ou com sentido de causa/explicação ou com sentido de conclusão, sem a indicação da possibilidade de ambiguidade.

Montolío (1999, p. 3674) já havia registrado a estrutura “*se p, ser [que/porque] q*”, mencionada por Santos (2006), informando que a oração iniciada por *ser [que/porque]* expressa a causa ou a justificativa da enunciação de “*p*”:

(131) *Se Ricardo faz você chorar, é porque te quer.*¹²⁷

(132) *Se não fiz mais foi porque não quis.*¹²⁸

As construções do tipo “*se p, ser [que/porque] q*” também são associadas por Montolío (1999, p. 3675) à ideia de conclusão: a oração iniciada por *ser porque* traz as conclusões que poderiam ser tiradas a partir do conteúdo da oração condicional; o conseqüente apresenta, retroativamente, as inferências que devem ser feitas a partir de *p*. A oração com *ser porque* traz uma explicação como uma base para anular outras inferências possíveis. Desse modo, Montolío (1999) mostra que, *se Ricardo faz você chorar, não é por ser um monstro ou por ter ficado louco, mas porque quer você*. Assim, *p* funciona como argumento para gerar a conclusão *q*.

As considerações de Montolío (1999), Santos (2006) e Crouch (1994), com a sugestão da natureza inferencial de certas construções condicionais, “abrem caminho” para o tratamento destas sob uma perspectiva lógico-semântica, o que será explicitado, mais propriamente, na seção “4.1.2”.

Considerando-se, ainda, a questão da tipologia das condicionais, convém citar as considerações de Mazzoleni (1994), segundo o qual as construções condicionais podem receber uma leitura pragmática, juntamente com a semântica. O autor, ao estudar a semântica das construções condicionais, chama a atenção para dois aspectos. Em primeiro lugar, observa que o valor de verdade da proposição expressa na oração condicional (em “*p*”) afeta o estatuto

¹²⁷ *Si Ricardo te hace llorar, es porque te quiere.*

¹²⁸ *Si no he hecho más ha sido porque no me ha apetecido.*

(ou seja, o valor de verdade) da proposição expressa na outra oração da construção (em “q”). Em segundo lugar, verifica que é fato conhecido que a proposição no antecedente da oração condicional não é afirmada, mas “deixada em aberto”; dessa forma, o falante não tem total responsabilidade pelo valor de verdade de “p” e “q”.

Mazzoleni (1994) explica que, ao enunciar uma oração condicional, o falante hipotetiza uma proposição que serve como condição para a proposição explicitada na outra oração. Em uma enunciação do tipo de (133), indicada a seguir, o falante indica a hipótese de que, quando a condição de partir mais cedo é realizada, um trajeto tranquilo (sem trânsito) ocorrerá:

(133) *Se nós sairmos mais cedo, não haverá muito trânsito.*¹²⁹ (MAZZOLENI, 1994, p. 126)

No entanto, se, mesmo com a partida mais cedo, houver bastante trânsito no trajeto, a enunciação em (133) será considerada um conselho ruim ou uma previsão equivocada: a semântica da construção condicional não determinará “p” como verdade e “q” como falso; ambos teriam estatuto de verdade.

Acrescenta Mazzoleni (1994) que o sentido da construção condicional não se restringe aos aspectos mencionados anteriormente. Em um diálogo do dia a dia, uma enunciação do tipo de (133) sugere que partir mais tarde (isto é, não “p”) resultará em um trajeto com muito trânsito (ou seja, não “q”). Assim, uma construção do tipo “se p, q” exige a inferência: “se não p, não q”. A construção (134), assim, pode ser vista como uma inferência obtida a partir de (133):

(134) *Se nós não sairmos mais cedo, haverá muito trânsito.*¹³⁰ (MAZZOLENI, 1994, p. 126)

Se, com a partida mais tarde, ocorrer um trajeto tranquilo (isto é, “q”), a enunciação de (133) irá, novamente, ser considerada um mau conselho ou uma previsão errada: a semântica da construção condicional não estabelecerá “p” como falso e “q” como verdadeiro. Se as duas proposições não são verdadeiras, ambas poderiam ser falsas.

A interpretação feita por Mazzoleni (1994) a respeito das condicionais é válida também para as correlativas com *se... ser porque*. Em uma leitura aproximada, pode-se dizer que as construções (133) e (134) seriam manifestadas com estas estruturas correlativas: i) **Se**

¹²⁹ *If we leave early enough, there won't be much traffic.*

¹³⁰ *If we don't leave early enough, the traffic will be heavy.*

não houver muito trânsito, **é porque** nós saímos mais cedo; ii) **Se** houver muito trânsito, **é porque** nós não saímos mais cedo. Da mesma forma, o enunciado em (i) deixaria implícita uma inferência do tipo (ii), e haveria a possibilidade de a associação entre “não ocorrer muito trânsito” e “sair mais cedo” não representar a realidade dos fatos.

Mazzoleni (1994), ainda levando em conta o aspecto pragmático na análise das condicionais, indica que a oração condicional expressa uma proposição que é pressuposta como verdadeira em virtude da relação estabelecida: i) entre o conteúdo proposicional e o conhecimento enciclopédico, como se vê em (135); ii) entre o conteúdo proposicional e o contexto linguístico, tal qual se observa em (136); iii) entre o conteúdo proposicional e o contexto situacional, como se verifica em (137). Assim, as condicionais envolvem estes tipos de conhecimento:

- enciclopédico:

(135) *Se você pode tomar sol na praia, pode fazer caminhada nas montanhas.*¹³¹
(MAZZOLENI, 1994, p. 124)

- de contexto linguístico:

(136) A: *Eu não quero ir ao cinema.*
B: *Se você não quer ir ao cinema, vamos ficar em casa.*¹³² (MAZZOLENI, 1994, p. 128)

- de contexto situacional:

(137) *Se eu estou aqui, depois de tudo o que aconteceu, é porque eu te perdoei.*¹³³
(MAZZOLENI, 1994, p. 128)

A classificação sugerida por Mazzoleni (1994) enriquece as tipologias apresentadas até aqui porque passa a considerar aspectos pragmáticos na análise das condicionais¹³⁴. O fator pragmático só apareceu antes na categoria do presente, em Reily (2009) e em Thompson *et al.* (2008), no caso em que se faz referência ao momento de enunciação. Os tipos de conhecimento apontados por Mazzoleni (1994) demonstram que a oração condicional traz

¹³¹ *While [literally: 'if'] you can sunbathe at the seaside, you can go for walks in the mountains.*

¹³² A: *I don't feel like going to the movies.*

B: *if you don't want to go to the movies, we'll stay at home.*

¹³³ *If I'm here, after what has happened, it means I have forgiven you.*

¹³⁴ Mazzoleni (1994) expõe outros subtipos de condicionais (do holandês, imperativa, ato de fala, metalinguística). No entanto, não são explicados esses subtipos aqui por não serem identificados nas construções em análise neste trabalho.

informação dada, conhecida, o que pode ser explicado pela condição de tópico de tal oração adverbial condicional, como se verá no capítulo “5”.

Na análise dos enunciados linguísticos, Sweetser (1998) também faz referência ao fator pragmático aliando-o ao aspecto semântico. A autora julga que os usuários da língua modelam a expressão linguística não somente como uma descrição (um modelo do mundo), mas também como ação (uma ação no mundo sendo descrita) e até mesmo como uma entidade lógica ou epistêmica (uma premissa ou uma conclusão que resulta do raciocínio do falante). Dessa forma, propõe três domínios: do conteúdo (descrição do mundo), epistêmico (conclusão sobre os fatos) e do ato de fala (descrição de uma ação). Estes são os exemplos oferecidos por Sweetser (1998, p. 114-118) para a explicação do funcionamento das condicionais de acordo com tais domínios:

(138) *Se Maria for, João irá.*¹³⁵

(139) *Se João foi àquela festa, (então) ele estava tentando enfurecer Miriam.*¹³⁶

(140) *Se eu posso dizer isso, essa é uma ideia maluca.*¹³⁷

Nos exemplos (138), (139) e (140), a conjunção *se* aparece, respectivamente, no domínio do conteúdo, epistêmico e do ato de fala. No nível do conteúdo, a realização do evento ou estado de coisas descrito na oração condicional é uma condição suficiente para a realização do evento ou estado de coisas apresentado na outra oração. No nível epistêmico, há a representação da seguinte fórmula: se A é verdade, B é verdade. Assim, o conhecimento do falante sobre A é uma condição para que ele conclua que B é verdade. No nível do ato de fala, por seu turno, a *performance* do ato de fala representado na oração nuclear é condicionada pelo conteúdo expresso na oração condicional; ou seja, o estado apresentado na oração condicional possibilita ou causa o segundo ato de fala.

Em (138), a ida de Maria pode possibilitar a de João; do mesmo modo, a não ida de Maria pode, de alguma forma, causar a não ida de João. Em (139), o conhecimento de que “João foi àquela festa” é suficiente para que o falante chegue à conclusão de que “ele estava tentando enfurecer Miriam”. O *então*, que aparece no início da segunda oração da construção condicional, já sugere a presença de conclusão em tal oração. Em (140), por sua vez, o falante

¹³⁵ *If Mary goes, John will go.*

¹³⁶ *If John went to that party, (then) he was trying to infuriate Miriam.*

¹³⁷ *If I may say so, that's a crazy idea.*

pretende demonstrar, na oração condicional, que possui “dúvidas” (*se eu posso dizer isso*) sobre como caracterizar determinada ideia, e tal caracterização aparece na próxima oração. O fato de o falante ver a ideia como maluca leva-o a uma tentativa de preservação de face, por meio do conteúdo da oração condicional.

Nas construções condicionais, a conjunção *se* pode ter leitura ambígua. Sweetser (1998) comenta um caso no qual, em uma mesma construção, a conjunção condicional pode aparecer nos domínios do conteúdo e epistêmico:

(141) *Se ele já tinha ido embora, (então) eles tiveram de deixar uma mensagem.*¹³⁸

Em (141), a leitura no domínio do conteúdo pode ser assim parafraseada: “Sempre que, no passado, ele tinha ido embora antes da chegada deles, eles foram obrigados a deixar uma mensagem”. Já a leitura do domínio epistêmico pode ser representada por esta paráfrase: Se eu sei que ele foi embora antes que eles chegassem, então eu concluo que eles foram obrigados a deixar uma mensagem.

Repara-se que até mesmo a construção apresentada em (138), apontada por Sweetser (1998) como pertencente ao domínio do conteúdo, pode receber também uma leitura no nível epistêmico, exibindo ambiguidade. Se for levada em conta uma situação em que o falante tem conhecimento da possibilidade de Maria ir viajar a trabalho, ele conclui que João vai também (por ter uma relação íntima com ela).

Em relação à tipologia determinada por Sweetser (1998), não existe, então, uma divisão rígida entre domínios: os níveis linguísticos devem ser vistos em um *continuum*. O contexto linguístico, o conhecimento de mundo e a intenção do falante precisam ser recuperados pelo ouvinte para que ele saiba qual leitura dos enunciados deve ser salientada.

Com base na tipologia determinada por Sweetser (1998), aqui exposta, Neves *et al.* (2008, p. 964) mostram a atuação das construções factuais do tipo *se... ser porque*:

(142) (...) *porém, se há persistência do nódulo... é porque aquele nódulo é patológico.*

Em construções do tipo *se... ser porque*, para Neves *et al.* (2008), inclui-se, num mesmo enunciado, conclusão e causa. Em (142), o caráter patológico do nódulo é a causa de sua persistência; por outro lado, a persistência do nódulo serve de argumento para sua

¹³⁸ *If he was already gone, (then) they had to leave a message.*

natureza patológica (conclui-se que o nódulo é patológico). Assim, observa-se uma relação de condicionalidade entre duas proposições (epistêmica) e uma relação de causalidade entre dois estados de coisas (de conteúdo).

Neves *et al.* (2008, p. 964) indicam que a construção do tipo *se... ser porque* pode confluir com a estrutura *se... então*, como se verifica em (143):

(143) *isso se a mãe buZina... mais brabamente **então é porque** está atrasado.*

Trata-se de uma construção factual de fórmula *se... (então) é porque*. Nesse caso, a construção, consoante Neves *et al.* (2008), só pode ser epistêmica, sempre expressando uma conclusão no segundo segmento. As autoras afirmam, ainda, que, em estruturas desse tipo, enuncia-se, além de uma condição suficiente na primeira oração, uma causalidade (relacionada à condicionalidade preenchida) na segunda oração. Fica sugerido que, em construções factuais do tipo *se... (então) é porque*, atua, essencialmente, o domínio epistêmico.

A partir do que foi exposto, fica demonstrado que as construções condicionais canônicas possuem um funcionamento complexo, sendo atribuída uma gama de noções semânticas e/ou semântico-pragmáticas a elas, o que também ocorre no caso das construções com *se... ser porque*. Estas, bem como as condicionais canônicas, denotam fato ou hipótese, sentidos expressos por meio de distintos tempos/modos verbais. Além disso, as construções com *se... ser porque* manifestam-se tanto no domínio do conteúdo quanto no nível epistêmico, assim como as condicionais e as causais canônicas. Assim, faz-se necessário aprofundar o tratamento semântico dispensado às condicionais, a partir do estudo dos diferentes matizes semânticos presentes nelas aliados à questão lógico-semântica.

4.1.2 Matizes semânticos

Ducrot (1977, p. 180) apresenta como o funcionamento padrão do *se* (da condicional) aquele em que há uma relação de dependência entre os segmentos que reúne. Em “Se Pedro vier, João partirá”, dá-se a entender que a partida de João “tem qualquer coisa a ver” com a vinda de Pedro: é deduzível da chegada de Pedro, provada por ela ou ainda produzida pela mesma causa que tem essa chegada.

Ducrot (1977, p. 180) comenta que, “na medida em que se peça ao ouvinte para colocar-se na hipótese ‘p’ antes de anunciar-lhe ‘q’, dá-se a entender que há certa dependência entre ‘p’ e ‘q’”; caso contrário, “compreender-se-ia mal por que o locutor julgou interessante fazer preceder o ato de afirmação de um ato de suposição”. Ducrot (1981, p. 240) acrescenta que “a possibilidade de apresentar, no interior de um discurso, q como uma conclusão de p explica-se inteiramente, talvez, pela aceitação de uma relação inferencial que vai de p a q , isto é, pela crença de que, se p é verdadeiro, q não pode deixar de sê-lo.” Segundo o autor, existe uma relação entre esses empregos e a implicação material (referente à lógica).

Lembra Ducrot (1977, p. 190) que afirmar “ $p \rightarrow q$ ” significa excluir a possibilidade de que “p” seja verdadeiro e “q” falso. Se V e F representam verdadeiro e falso, respectivamente, obtém-se o seguinte quadro:

	p	q	$p \rightarrow q$
1	V	V	V
2	V	F	F
3	F	V	V
4	F	F	V

(DUCROT, 1977, p. 190)

Conforme explica Ducrot (1977), afirmar “ $p \rightarrow q$ ” é indicar que se está nas situações “1”, “3” e “4”, e não em “2”. Essa descrição feita pelo autor sobre o funcionamento lógico das condicionais serve como ponto de partida para os estudos mais atuais que associam as condicionais à ideia de conclusão, como o de Declerck & Reed (2001), de Gauker (2005), de Santos (2007) e de Douven & Verbrugge (2010).

Segundo Declerck & Reed (2001, p. 289), na condicional inferencial expressa-se uma inferência de uma proposição para outra: na estrutura “se p , q ”, p é apresentado como uma premissa de um processo inferencial que leva à conclusão q . Isso significa que, se p é verdade, q é verdade; apesar disso, a conclusão obtida é baseada não apenas em p , mas também no conhecimento compartilhado (contextual ou pragmático) entre falante e ouvinte. Estes são alguns exemplos discutidos pelos autores¹³⁹:

¹³⁹ Serão citados apenas os tipos de condicionais inferenciais que se aplicam ao caso das estruturas com *se... ser porque*. A menção a construções que fogem à natureza destas é feita, como em (144), por vezes, mas apenas para, por meio de comparação, deixar mais evidentes as características das correlativas com *se... ser porque*.

(144) *Se João matou sua mulher, ele será preso.*¹⁴⁰

(145) *Se tem uma chave, ele tirou uma cópia.*¹⁴¹

(146) *Se ele vier, ele terá tomado precaução.*¹⁴²

Em todos os casos, a oração condicional traz uma premissa que leva a uma conclusão. No entanto, em (145) e (146), diferentemente do que ocorre em (144), a situação descrita em *q* precede a situação descrita em *p*. Em (145), ele tirou uma cópia da chave e, depois, teve-a; em (146), ele tomou precaução e, em seguida, pode vir. Por outro lado, em (144), primeiramente, João matou sua mulher e, em seguida, poderá ser preso. Dada essa particularidade temporal, Declerck e Reed (2001, p. 288) chamam construções do tipo de (144) e (145) de “retroativas” (“backtrackers”).

Assim como em (145) e (146), as construções com *se... ser porque* são retroativas, dada a presença de uma causa na segunda oração, que, tipicamente, indica um fato anterior à sua consequência:

(147) *"Se vocês estão vendo este vídeo, é porque fui assassinado pelo presidente Álvaro Colom". (Corpus adicional, Veja, 03/02/10)*

(148) *Roberta Valinhos, 20 anos, irmã da vítima, afirma que, se ele procurou o hospital, é porque precisava de ajuda. (Corpus adicional, FSP, Ribeirão, 21/04/11)*

Nas construções citadas, em (147) e (148), a situação descrita no segundo segmento da correlação ocorre antes que a situação apresentada na primeira oração. Todavia, vale ressaltar que, muitas vezes, não convém analisar temporalmente a relação entre os conteúdos expressos na condicional com *se... ser porque*, como se verifica nestas ocorrências:

(149) *"Muitos homens estão percebendo que, se o calçado existe há muito tempo, é porque deve ser bom", disse Taffel. (Corpus adicional, FSP, Caderno Especial, 02/05/11)*

(150) *"O único problema é que eles sempre acham que, se você tem liderança, é porque é ladrão", reclamava em conversas com amigos. (Corpus adicional, Veja, Brasil, 29/04/98)*

¹⁴⁰ *If John murdered his wife, he will go to prison.*

¹⁴¹ *If he has a key, he has made a duplicate.*

¹⁴² *If he comes, he will have taken precautions.*

Em (149), como o conteúdo da oração iniciada por *é porque* denota uma possível característica do calçado (e não uma ação ou evento), não haveria coerência em situá-la no tempo em relação ao processo explicitado na oração condicional. Em (150), a oração introduzida por *é porque* traz uma caracterização sobre alguém, sem a necessidade de referência temporal em relação ao conteúdo do primeiro segmento da correlação.

Gauker (2005) também relaciona as construções condicionais à noção lógica de inferência. Em um primeiro momento, o autor conceitua validade lógica, levando em conta que os argumentos válidos logicamente são aqueles tais que, para todo contexto no qual as premissas são asseveradas, a conclusão é também asseverada. Trata-se de uma concepção lógico-contextual da validade lógica. Uma definição da validade lógica é conectada, em um sentido amplo, a uma teoria de comunicação linguística. Então, uma pessoa deve enunciar apenas sentenças que são semanticamente eficazes para comunicar, atingir determinados fins ou atingir objetivos de um dado grupo. Dessa forma, a validade lógica é uma relação entre propriedades semânticas assim concebidas. Um argumento é válido logicamente se (e somente se) as propriedades semânticas eficazes das premissas necessitarem das propriedades semânticas eficazes da conclusão. Uma teoria da validade lógica traz uma descrição das propriedades semânticas pertinentes e da forma como a obtenção de propriedades semânticas eficazes pelas premissas requerem propriedades semânticas eficazes na conclusão.

Para esclarecer ainda mais o que entende por inferência, Gauker (2005) diferencia-a do argumento. Este é uma sequência de sentenças, sendo a última a conclusão e o restante as premissas; o argumento é um objeto abstrato, sem localização no tempo ou no espaço. Em contraposição, a inferência é certo tipo de ato. Definida em termos de uma asserção, a inferência é um ato no qual uma asserção das premissas de um argumento, de certo modo, licencia a asserção da conclusão (a qual, então, é realmente realizada). A asserção das premissas é, de certa maneira, a causa ou a razão para a asserção da conclusão. Definida em termos cognitivos, a inferência é um ato no qual a manifestação de crenças nas premissas leva a uma explicitação de crenças na conclusão. O autor ressalta que, em um sentido mais amplo, a inferência pode ser introduzida por uma hipótese (não uma asserção verdadeira ou uma crença) e ser finalizada por uma conclusão obtida a partir da hipótese.

Gauker (2005) complementa que a validade lógica é, antes de tudo, uma propriedade de argumentos, sequências de sentenças, mas as inferências também podem ser válidas logicamente em um sentido derivado. Se alguém assevera as premissas de um argumento e, em consequência disso, afirma a conclusão, e tais premissas e a conclusão formam um argumento válido logicamente, então pode-se dizer que o falante enunciou uma inferência

válida sob o ponto de vista lógico. Da mesma forma, se uma pessoa supõe quais são as premissas de um argumento e, por conseguinte, traz uma crença na conclusão, e essas premissas e a conclusão constituem um argumento válido, então pode-se interpretar que o falante realizou uma inferência válida sob um ponto de vista lógico.

As considerações de Gauker (2005) permitem que se faça uma leitura inferencial nas construções condicionais, em que, segundo o autor, há um argumento que contém a estrutura “se p, então r”, sendo que, a partir de “p”, infere-se “r” (ou seja, conclui-se “r”):

(151) (...) “*se o animal produz **é porque** ele tem conforto, está em sintonia com alimentação e com o ambiente*”. (Corpus adicional, FSP, Comida, 24/11/11)

(152) “*Se houver confronto **é porque** a reitoria quer tirar sangue de estudante*”, aluno da USP, membro de grupo que ocupou reitoria em protesto contra a presença da PM no campus. (FSP, Caderno Especial, 06/11/11)

Em (151), a asserção de que o animal produz faz que se infira a asserção de que ele tem conforto, está em sintonia com alimentação e com o ambiente. Em (152), a hipótese, a crença de que haverá confronto leva à inferência (sob a forma de crença, opinião) de que a reitoria quer tirar sangue de estudante. Como se vê, nas correlativas com *se... ser porque*, é expressa a inferência de acordo com os dois pontos de vista oferecidos por Gauker (2005): da asserção e da cognição.

Acrescente-se que alguns estudiosos têm analisado a relação entre as condicionais e a conclusão de forma mais acurada, atribuindo distintos tipos de conclusão à construção condicional. Antes de se tratar desses processos em tal construção, entretanto, faz-se necessário fornecer algumas definições. Eco (2000) propõe três classificações para a conclusão: dedução, indução e abdução.

Na dedução, existe uma regra na qual, dado um caso, infere-se um resultado:

- *Todos os feijões desta sacola são brancos.*
- *Estes feijões procedem desta sacola.*
- *Estes feijões são brancos (certamente)*

Apresenta-se uma regra (ou seja, uma generalização): todos os feijões desta sacola são brancos. Em seguida, exhibe-se um caso: estes feijões procedem desta sacola. Esse conjunto de afirmações leva a se concluir um resultado: estes feijões são brancos. Percebe-se que a dedução não traz uma informação nova: qualquer pessoa que lesse os dois primeiros

enunciados citados, independentemente do seu conhecimento de mundo, concluiria que os feijões são brancos. Daí a dedução poder ser associada ao advérbio *certamente*, que exprime um alto grau de certeza.

Na indução, dado um caso e um resultado, infere-se uma regra a partir deles:

- *Estes feijões procedem desta sacola.*
- *Estes feijões são brancos.*
- *Todos os feijões desta sacola são brancos. (provavelmente)*

Exibe-se um caso: estes feijões procedem desta sacola. Em seguida, apresenta-se um resultado: estes feijões são brancos. A partir dessas informações, conclui-se uma regra: todos os feijões desta sacola são brancos. Como se vê, não é possível afirmar com certeza que todos os feijões da sacola são brancos, pois o fato de feijões brancos terem sido retirados dela não permite fazer uma generalização; a sacola pode conter também feijões pretos ou marrons, por exemplo. Daí a indução ser relacionada ao advérbio *provavelmente*. Assim, diferentemente do que acontece no processo de dedução, no de indução, pode ser apresentada uma informação nova.

Na abdução, por sua vez, há uma inferência de um caso a partir de uma regra e de um resultado:

- *Todos os feijões desta sacola são brancos.*
- *Estes feijões são brancos.*
- *Estes feijões procedem desta sacola. (provavelmente)*

Expõe-se uma regra: todos os feijões desta sacola são brancos. Depois, explicita-se um resultado: estes feijões são brancos. Por fim, conclui-se um caso: estes feijões procedem desta sacola. Verifica-se que, da mesma forma que ocorre no processo de indução, no de abdução, a conclusão é apenas provável. No entanto, vale salientar que a abdução faz referência a algo ainda menos provável do que a indução. Isso fica patente nos enunciados exemplificados. No processo de indução, existe uma pista que leva à conclusão (alguns feijões retirados da sacola são brancos). Já, no processo de abdução, tira-se uma conclusão com base numa espécie de “vaga intuição” (ECO, 2000, p. 208); não se sabe, ao certo, se existe alguma relação entre “os feijões brancos desta sacola” e “estes feijões (...) brancos”, pois pode ser que haja outra sacola com esse tipo de alimento.

As definições utilizadas por Santos (2007) sobre os processos inferenciais assemelham-se às de Eco (2000). De acordo com Santos (2007), a dedução é um processo de construção do conhecimento que vai do geral para o particular e a indução um processo que vai do particular para o geral. No raciocínio dedutivo, leva-se em conta o julgamento da validade do argumento, ou seja, se a inferência das premissas à conclusão é logicamente necessária. As conclusões de argumento indutivo, por sua vez, vão além das informações dadas nas premissas. Assim, a indução é relacionada à probabilidade, ao passo que, a dedução, à certeza e à necessidade. A condicional pode aparecer ainda em situações de construção de conhecimento, envolvendo processos argumentativos e explicativos, com função diferente da dedução e da indução. Trata-se de um raciocínio que, partindo de certa conclusão, cria cenários hipotéticos, envolvendo a relação entre fatos, crenças, nos quais a conclusão apresentada é vista como plausível. Esse raciocínio seria a abdução, frequentemente usada no processo de geração de hipótese e de descobertas.

Santos (2007), levando em conta a existência dos processos inferenciais, analisa construções condicionais. Isso pode ser observado em um exemplo ilustrado por Santos (2007, p. 67), no qual o falante tenta construir uma hipótese que explique a escravidão no Brasil colonial:

(...) *só de ter escravidão*

FENÔMENO

(...) *porque naquela época
o homem branco se achava o melhor*

HIPÓTESE

[*Iguais não se escravizavam uns aos outros*]
[*possível premissa implícita*]

CRENÇA/REGRA

*Se se achasse igual aos negros,
(então) não existia escravidão.*

JUSTIFICATIVA

A hipótese apresentada corresponde à abdução, pois traz um conhecimento novo: *o homem branco se achava o melhor*. Após ser lançada uma hipótese (porque naquela época o homem branco se achava o melhor), apresenta-se uma construção em forma dedutiva, com a referência a um conteúdo já implícito pelo contexto: *se se achasse igual aos negros, (então) não existia escravidão*.

No excerto exemplificado, a oração condicional é associada à dedução, mas convém salientar que o conteúdo relacionado à abdução também poderia ser expresso por meio de

uma estrutura condicional: *se existia escravidão, (então/é porque) o homem branco se achava o melhor.*

Douven & Verbrugge (2010, p. 303) também relacionam as condicionais a processos inferenciais: dedução, indução e abdução. Na dedução, a verdade das premissas garante a verdade do que é inferido a partir dessas premissas; assim, cria-se uma ideia de certeza no processo de dedução¹⁴³. Na indução, a conclusão, incerta, é obtida a partir de premissas com probabilidade estatística. Por exemplo: a inferência *Louise fala pelo menos duas línguas* é tirada de *97% dos estudantes belgas falam pelo menos duas línguas* (ou *A maioria dos estudantes belgas fala pelo menos duas línguas*). Na abdução, a conclusão, também incerta, constitui a melhor explicação de uma premissa conhecida. Um exemplo seria a inferência de que *Kate não tem tido muito sono ultimamente* (melhor explicação) a partir da conhecida premissa de que *ela parece cansada*.

Salientam Douven & Verbrugge (2010, p. 304) que são mais frequentemente usadas as condicionais inferenciais contextuais do que as não contextuais. Desse modo, eles mostram o funcionamento daquelas:

(153) *Se Chelsea vencer a Liga dos Campeões em 2011, então esta será a primeira vitória na história do clube.*¹⁴⁴

A construção (153) não é uma inferência dedutiva no sentido estrito, pois a inferência não é obtida, simplesmente, a partir do conteúdo *Chelsea vencer a Liga dos Campeões em 2011*. A inferência dedutiva contextual é resultante, na verdade, dessa expressão juntamente com a premissa (verdadeira) de que, até o momento atual, Chelsea ainda não venceu o campeonato. Esta última premissa estaria destacada no contexto em que a construção é enunciada ou avaliada.

(154) *Se João é estudante de Psicologia do segundo ano, ele passou na prova de Estatística.*¹⁴⁵

A frase citada em (154) traz uma inferência indutiva contextual. Ela aparece em um contexto no qual o enunciado *Raramente um estudante de Psicologia do segundo ano fracassou na prova de Estatística* é uma premissa destacada no contexto.

¹⁴³ Douven & Verbrugge (2010) citam exemplo de dedução apenas quando esta é contextual. Tal exemplo será indicado a seguir.

¹⁴⁴ *If Chelsea wins the Champions League in 2011, then that will be a first in the club history.*

¹⁴⁵ *If John is a second-year psychology student, he has passed his statistics exam.*

(155) *Se o guarda-chuva não está no armário, minha memória está falhando.*¹⁴⁶

Na construção (155), é sugerido que o falante lembra-se, aparentemente, de ter colocado seu guarda-chuva no armário, mas não se recorda de tê-lo removido de lá. Assim, a melhor explicação para o fato de ele ter guardado o objeto no armário e não se recordar de ter tirado de lá é que sua memória está falhando.

Às construções com *se... ser porque* também são atribuídos conceitos referentes a mecanismos inferenciais. Kovacci (1986, p. 211) mostra que as estruturas com “se..., é (por)que” denotam causa hipotética. Na construção *Se traz guarda-chuva é que/é porque chove/teria chovido*¹⁴⁷, a autora considera que há uma relação de “**inferência indutiva**” (grifo meu), “mais precisamente, à maneira da inferência indutiva”, apresentando-se ideia próxima à da construção *Se traz guarda-chuva, então choveu*. Risso (1996, p. 429), por sua vez, julga que, na construção *Se a mãe buzina... mais brabamente então é porque está atrasado*, “o conteúdo da oração antecedente implica uma espécie de **dedução** expressa na consequente”. (grifo meu) Entretanto, não são explicados os critérios utilizados para as classificações referidas¹⁴⁸.

Assim, entende-se, aqui, que os postulados de Douven e Verbrugge (2010) e, também, de Santos (2007) acerca dos subtipos de conclusão presentes nas condicionais permitem uma reflexão mais acurada sobre a atuação desses mecanismos nas construções com *se... ser porque*, em que se identificam, nos *corpora* desta tese, relações de dedução e de abdução:

(156) (...) “*Se ele sumiu é porque um dia apareceu, não é?*” (Corpus adicional, Veja, Especial, 25/01/06)

(157) *A segunda formulação, dominante na Igreja Católica, é sobre os males morais em si (os pecados, enfim). Eles não seriam parte da criação, e sim uma corrupção dela, possível de ser levada a cabo por meio daquela faculdade que Deus só concedeu aos homens: o arbítrio. Enquanto tal, os males morais não existiriam em absoluto apenas em relação ao que foi originado por Deus. Ou seja, se há o Mal é porque necessariamente há o Bem. É esse o ponto que embasa uma frase célebre de Santo Tomás de Aquino: “Se o Mal existe, Deus existe”. Raciocínio brilhante, sem dúvida, porém incapaz de dar conta de uma monstruosidade como Auschwitz, em que homens, mulheres e crianças foram destituídos de sua humanidade e dizimados com métodos industriais. Se esse Mal existiu, é porque talvez Deus não exista.*

¹⁴⁶ *If the umbrella is not in the closet, my memory is failing.*

¹⁴⁷ *Si trae paraguas es que/es porque llueve/habrà llovido.*

¹⁴⁸ No exemplo oferecido por Kovacci (1986), a própria utilização da expressão “à maneira de”, quando a referência é feita à indução, demonstra que não há pretensão de se indicar uma classificação à condicional de modo mais definitivo.

Resta a questão: ao perguntar-se onde estava Deus naquele momento, teria o papa Bento XVI vacilado em sua fé? (Corpus adicional, Veja, Religião, 07/06/06)

Em (156), o conteúdo expresso na oração iniciada por *é porque* é uma dedução, pois não traz uma informação nova no contexto, ou seja, esse conteúdo já fica implícito a partir do conteúdo exposto na oração condicional. No final da construção, a expressão “não é?”, usada com sentido retórico, vem reforçar a certeza veiculada no segmento introduzido por *é porque*.

Em (157), por outro lado, o conteúdo presente na oração iniciada por *é porque* indica uma abdução, pelo fato de que apresenta uma informação nova, uma suposição, uma conjectura, a qual vem marcada por expressão de dúvida (*talvez*) e de hipótese (o verbo *existir* no presente do modo subjuntivo): *talvez Deus não exista*. Em uma porção anterior do texto, aparece a mesma estrutura correlativa, mas com a expressão de dedução: *Se há o Mal é porque necessariamente há o Bem*. A dedução é identificada a partir do uso do advérbio *necessariamente*. Em ambas as construções correlativas, é estabelecida uma relação entre o Mal e o Bem (sendo este representado por Deus), demonstrando-se se o Mal é indício ou não de que há o Bem. Embora, como se sabe, não exista uma resposta definitiva para tal questão, cada um dos locutores, com base em sua ideologia ou crença, indica a sua interpretação: uma certeza é posta pelo locutor em *necessariamente há o Bem* e uma dúvida é levantada pelo locutor em *talvez Deus não exista*. Isso evidencia que a determinação de uma conclusão como dedutiva ou abdutiva envolve certa subjetividade, depende da intenção do locutor de indicar ou não uma certeza, mesmo que haja posições contrárias à sua.

A relação de indução, que também se manifesta nas condicionais, tal qual se mostrou, não foi encontrada nas construções com *se... ser porque* dos *corpora* consultados. Isso pode ser explicado pelo fato de que a oração com *ser porque*, nessas estruturas, é produtiva para expressar desejos e posicionamentos, o que desfavoreceria a presença, mesmo que contextual, de probabilidade estatística, característica própria das condicionais indutivas, tal qual foi concebido por Douven & Verbrugge (2010).

Fica explicitado que as construções condicionais canônicas e as construções com *se... ser porque* têm como uma de suas características típicas a manifestação da conclusão (de diferentes especificações), gerada a partir da expressão de uma condição. Entretanto, há que se considerar que as condicionais estão sujeitas a distintos matizes de sentido.

A possibilidade da presença de nuances nas construções condicionais é observada a partir dos critérios utilizados por Hirata-Vale e Oliveira (no prelo), que tomam como base os

princípios de Dancygier (1998)¹⁴⁹: causalidade, não assertividade da construção, predição, distância epistêmica e espaços mentais. Expliquem-se tais conceitos:

- Causalidade: o traço principal de uma construção condicional é exibir uma relação de causalidade não preenchida entre as proposições p e q , as quais podem ser interpretadas em domínios cognitivos: do conteúdo, epistêmico e do ato de fala.¹⁵⁰ Há uma zona causal base da qual os significados vão se distanciando à medida que se tornam mais (inter)subjetivos, na trajetória que parte do nível do conteúdo, passa pelo epistêmico e chega, por fim, ao ato de fala. No nível do conteúdo, a condicional tem seu significado formado a partir de uma situação concreta externa ao falante. No nível epistêmico, o sentido é baseado nas crenças do falante, apresentando (inter)subjetividade. No domínio do ato de fala, por sua vez, está envolvida a atitude do falante diante do ato de fala e do ouvinte, indicando-se maior grau de intersubjetividade.
- Não assertividade da construção: a condicional anuncia uma premissa que pode ser afirmada dentro de determinadas condições, mas que não pode ser afirmada neste enunciado particularmente. É indicado um evento não realizado, uma proposição não verdadeira ou um ato de fala não assertivo.
- Predição: está relacionada à projeção, pela condicional, de uma hipótese, de uma referência a uma situação futura, concluída a partir de certa situação também não realizada e diferente do contexto de enunciação. Por vezes, os próprios tempos/modos verbais marcam a predição.
- Distância epistêmica¹⁵¹: diz respeito ao posicionamento do falante em relação ao enunciado. Nas condicionais, o falante constrói seu enunciado sinalizando desconhecimento da efetiva realização do evento, marcando uma postura

¹⁴⁹ Os princípios de Dancygier (1998) são aqui expostos, especialmente, para a demonstração da existência de diferentes nuances semânticas nas condicionais. A autora referida também explicita um conceito de factualidade, que, para ela, envolve distintos graus. Entretanto, nesta tese, adota-se a definição de factualidade proposta por Neves (2000).

¹⁵⁰ Hirata-Vale e Oliveira (no prelo), com base em Dancygier (1998), fazem referência, ainda, ao domínio metatextual. Entretanto, como, nesta tese, baseia-se na tipologia determinada por Sweetser (1998), tal domínio não é levado em consideração.

¹⁵¹ Ferrari (1999) indica que a noção de postura epistêmica, determinada por Fillmore (1990), diz respeito à associação ou dissociação mental do falante em relação ao conteúdo expresso na oração condicional.

epistêmica neutra (potencial), a qual pode vir marcada pelo uso do futuro do subjuntivo. O falante pode, ainda, indicar uma postura epistêmica negativa, enunciando um evento não real (contrafactual). Assim, há diferentes graus de hipoteticidade¹⁵².

- Espaços mentais: os conectivos condicionais são tidos como construtores de espaços mentais hipotéticos. Tal conector constrói espaços alternativos no discurso, e uma proposição tem sua validade assegurada ou asseverada. Levando-se em conta a estrutura básica “*se p, então q*”, pode-se dizer que *p* é um espaço de fundação a partir do qual se apresenta *q* como o espaço de expansão que possui os termos de validação temporária de *q*.

O significado das condicionais seria interpretado a partir dos parâmetros citados, que determinariam uma zona de condicionalidade, a qual abarca aspectos formais e semântico-pragmáticos. Assim, quanto mais convencional for o significado de uma construção de natureza condicional, mais próximo da zona da condicionalidade ela estará. Em contraposição, quanto mais o sentido depender de aspectos contextuais, mais distante do protótipo estará a construção.

O afastamento do protótipo, segundo os critérios estabelecidos por Hirata-Vale e Oliveira (no prelo), pode ser contemplado em algumas construções condicionais descritas por Vaz Leão (1961) e por Neves (2000).

Vaz Leão (1961, p. 80-81) comenta, entre outros aspectos, estes sentidos de condicionais:

- Paralelismo, identidade:

(158) (...) *se lá fora o fogo da guerra lavra implacável, fogo não menos destruidor devasta nossas matas, com furor não menos germânico.*

- Argumento, raciocínio:

(159) *Mas, repliquei eu, se nenhuma razão há para que perdue a memória do obséquio no obsequiado, menos há de haver em relação ao obsequiador.*

---

¹⁵² Hirata-Vale e Oliveira (no prelo) afirmam que a condicional pode trazer, ainda, evidências da realidade do evento descrito. Trata-se da postura epistêmica positiva.

- Oposição, contraste:

(160) (...) *se há uma razão pessoal para não ceder ao calendário, sobram mil outras para obedecer-lhe.*

Em (158), expressa-se uma analogia entre os pensamentos, sublinhada pela estrutura do período e pela repetição de ideias: *fogo/fogo; lavra/devasta; implacável/destruidor*. Em (159), seria apresentado um argumento “a fortiori”, usado para que se aceite o argumento subsequente. Em (160), por sua vez, a oposição é realçada pela estrutura do período: é suposta a realização de uma condição, apenas para se mostrar a necessidade de sua consequência.

Nos casos explicitados, apesar das diferentes classificações, há um ponto em comum: indica-se certa comparação entre os conteúdos das orações. Quando a comparação está presente nas condicionais, por vezes, a oração condicional assume caráter factual. É o que se vê nas relações descritas em (158), (159) e (160), as quais, segundo Vaz Leão (1961), nem sempre são identificáveis com a hipótese.

Neves (2000, p. 840) também indica um uso da condicional, a opositiva, em que fica implícita uma relação de comparação, com natureza factual. Na ocorrência citada, contrastam-se determinadas pessoas com outras, ou seja, são diferenciados os seus comportamentos diante de uma mesma situação:

(161) *Se há pessoas que reagem pouco à correção da dieta, reclamando novas providências, outras reagem de maneira indiscutível.*

Assim, os casos de condicionais arrolados de (158) a (161), pela factualidade presente na oração condicional, afastam-se das características das condicionais mais prototípicas. Não se indica um evento não realizado (na primeira oração); não se faz uma predição (o que já vem sugerido pelo uso do verbo no presente do indicativo, com referência no presente, e não no futuro); não se criam espaços alternativos, utilizados para a criação de hipóteses. Ademais, nos casos analisados, não está presente uma postura epistêmica neutra, pois não há desconhecimento, por parte do falante, da realização do evento explicitado na oração condicional.

Por fim, observa-se que as construções citadas de (158) a (161) não pertencem ao grupo das condicionais de conteúdo, que, segundo Hirata-Vale e Oliveira (no prelo), constituem o tipo mais básico de condicional, ou seja, mais próximo da zona de causalidade. Não há uma descrição de eventos em uma sequencialidade, de forma que a situação apresentada em *p* é condição suficiente para a situação exposta em *q*. Não se pode considerar

que o fato de algumas pessoas reagirem pouco à correção da dieta é condição suficiente para que outras reajam de maneira indiscutível. As construções em pauta encontram-se, na verdade, no nível epistêmico, sendo o conteúdo da segunda oração uma conclusão tirada a partir da premissa indicada no primeiro segmento.

Nos *corpora* de análise desta tese, também se identificaram construções condicionais de natureza factual com noção de comparação:

(162) *Eu tenho uma teoria. Acho que se existe ódio entre duas irmãs, como existe entre a Giovana e a Maria João, é porque também existe amor. Se você não se importa com alguém, então não se incomoda tanto com aquela pessoa? Se ela incomoda, é porque de alguma maneira ela é importante na sua vida...* (Corpus de controle, *Capricho*, 11/12/2005)

(163) *O deputado José Maria Alckmin dizia que uma vez encontrou o presidente JK no aeroporto e perguntou: “Para onde você vai, Juscelino?” Ele respondeu: “Vou para Minas”. E Alckmin concluiu: “Se ele está dizendo que vai para Minas, é porque vai para o Rio”.* (Corpus, *Veja*, 08/05/96)

A ocorrência (162) traz uma relação semelhante à que Vaz Leão (1961) chama de “paralelismo, identidade”: à ideia de ódio (entre as irmãs) é adicionada a ideia de amor. Ao mesmo tempo, verifica-se uma relação opositiva, pelo uso de expressões antônimas (“ódio” e “amor”). A ocorrência (163), por seu turno, exibe uma relação de oposição em sentido mais amplo, pela explicitação de uma dicotomia estabelecida entre localidades diferentes (*Minas Gerais* e *Rio de Janeiro*). Assim, as duas ocorrências apresentam relação de contraste. Ademais, manifestam-se no domínio epistêmico: o conteúdo exposto na primeira oração leva a uma conclusão explicitada na segunda oração. Entretanto, de acordo com os critérios estipulados por Hirata-Vale e Oliveira (no prelo), a construção (162) é mais prototípica do que a construção (163), visto que, naquela, há hipótese na oração condicional e, nesta, fato.

Contudo, ambas as ocorrências, em (162) e (163), não perdem seu caráter básico inferencial: o conteúdo da oração condicional serve como premissa para a conclusão obtida no segundo segmento da construção.

Outro matiz de sentido identificado nas construções com *se... ser porque* é o temporal, que aparece tanto em orações condicionais eventuais quanto em segmentos condicionais factuais, embora, como se verá no exame dos dados, apenas um desses subtipos de condicional privilegie a explicitação da noção temporal.

Hirata (1999, p. 200) mostra que o matiz temporal está presente nas condicionais quando há um traço frequentativo no segmento condicional ou quando a oração condicional é mais factual do que hipotética:

(164) *Eu pegando um valente, ele faz tudo. **Se eu mandar que se espante**, ele se espanta; **se eu mandar que ele cante**, ele dança e canta; **se eu mandar que não ouça**, fica surdo; **se eu mandar que não fale**, fica mudo. Sou distinto, decente, autoridade.*

(165) *Era sentimental como um adeus. Mas gostava de parecer de ferro, de aço. **Se caía em lembranças de amores antigos**, logo pedia desculpas, nesse seu jeito de marca registrada.*

Na ocorrência (164), de caráter eventual, os segmentos em negrito trazem ideia de tempo por denotarem um traço frequentativo, um hábito do falante: sempre que eu mando que ele se espante, ele se espanta. Na ocorrência (165), a noção temporal é favorecida pela factualidade de “se caía em lembranças de amores antigos”¹⁵³, sendo possível a “paráfrase”: sempre que caía em lembranças de amores antigos, logo pedia desculpas, nesse seu jeito de marca registrada. Fica claro, assim, que não deixa de existir noção de habitualidade em (165), embora seja explicitado um fato na oração condicional.

Visto isso, comente-se que a fluidez semântica entre as condicionais e as temporais leva a uma intercambialidade entre elas. Contudo, autores como Reilly (1986), Rodrigues (2001) e Bowerman (1986) veem tal possibilidade com cautela.

Reilly (1986, p. 313) defende que a intercambialidade entre as condicionais e as temporais ocorreria, mais especificamente, nos casos em que há uma relação de co-ocorrência regular entre dois eventos:

(166) ***Se/Quando** Jamie toma suco de framboesa, ele fica com alergia.*¹⁵⁴

O caso citado por Reilly (1986) corresponde a uma construção habitual. A autora mostra, ainda, a possibilidade de intercambialidade nos casos de preditivas e de condicionais de passado, mas salienta que a expectativa do falante em relação à ocorrência do evento expresso na oração condicional e na temporal é diferente. Nas condicionais preditivas e nas de

¹⁵³ Vale lembrar que Neves (2000, p. 799) indica que uma **estrutura temporal** (com *quando*) pode expressar a ideia de condição **factual**: *Como é possível dizer tal coisa **quando se sabe** universalmente que as drogas são depressivas, viciantes e causam distúrbios físicos e mentais?* (NEVES, 2000, p. 799) A frase citada poderia ter como correspondente uma com estrutura condicional factual do tipo *Como é possível dizer tal coisa **se se sabe** universalmente que as drogas são depressivas, viciantes e causam distúrbios físicos e mentais?*.

¹⁵⁴ *If/When Jamie drinks cranberry juice, he gets a rash.*

passado, o falante supõe algo: há uma possibilidade. Nas temporais preditivas, entretanto, espera-se que o evento explicitado na oração temporal ocorra, e, nas de passado, sabe-se que o evento apresentado na oração temporal já ocorreu. Reilly (1986) acrescenta que as construções condicionais que chama de imaginativas (nas quais aparece o pretérito imperfeito do subjuntivo), por outro lado, não são intercambiáveis por construções temporais, como se vê em: *Se/*Quando Kate contasse aquela piada para sua avó, eu ficaria mortificado.*¹⁵⁵

Na construção exemplificada, Reilly (1986) considera que, caso o conteúdo explicitado apareça com a conjunção *quando*, torna-se agramatical. Reconhece-se, aqui, que a associação entre o *quando*, o qual pressupõe certa certeza sobre eventos, e o pretérito imperfeito do subjuntivo, que implica um fato improvável (ou quase nulo), realmente, não é comum. Entretanto, entende-se que essa associação não faz que o enunciado fique sempre agramatical, de modo a impedir a intercambialidade entre *se* e *quando*. Vale registrar que, no *Corpus do Português*, aparecem algumas ocorrências de *quando* com uso de pretérito imperfeito do subjuntivo. Exemplifique-se um caso, em entrevista (Maria Sílvia, 1997): *Quando voltasse, não haveria nem mais uma mesa para mim, e com toda razão*. Nesse caso, embora seja empregado o verbo no pretérito imperfeito do subjuntivo, o *quando* implica certa certeza, e a intercambialidade entre *quando* e *se* seria possível, embora, com tal “substituição”, o enunciado passe a exprimir menor certeza.

Por outro lado, Rodrigues (2001, p. 86) mostra casos em que, de fato, a intercambialidade entre as condicionais e as temporais sempre torna o enunciado agramatical:

(167) *Anamaria 3;9: Mas, quando ela crescer, e/apode andar (de bicicleta). Só nessa mais --- aqui. Ela pode por o pé aqui. Será que ela alcança por o pé aqui?*

(167') **se ela crescer, ela pode andar (de bicicleta).*

(168) *Anamaria 3;5: Não ... Não vira (a página) não, mãe. Se você virar, vou dar uma apanha... Uma apanha- apanha.*

(168') **quando você virar, vou dar uma apanha ...*

Em (167'), a incerteza em relação ao crescimento de alguém torna o enunciado incoerente, pois é de conhecimento de mundo de todos que as pessoas crescem. Em (168'), o falante demonstra ter certeza de que alguém irá virar a página, o que não seria possível prever.

Bowerman (1986), por sua vez, ao analisar a linguagem infantil no inglês, reflete sobre a relação entre *se* e *quando* no caso das construções denominadas por ela de preditivas de

¹⁵⁵ If/*When Kate told that joke to her grandmother, I would be mortified.

futuro (estas fazem referência a uma sequência de duas situações futuras; a primeira é possível, mas incerta, e a segunda é condicionada causalmente e temporalmente pela primeira). A autora mostra que a ideia de futuro certo é introduzida com *quando* e a noção de futuro incerto é introduzida por *se*. Basta comparar *Quando João vir, eu sairei*¹⁵⁶ com *Se João vir eu sairei*¹⁵⁷ (BOWERMAN, 1986, p. 300). Bowerman (1986, p. 302), a fim de explicar com mais clareza essa diferenciação, expõe os casos específicos de uso de *quando*:

- O antecedente (ou seja, a oração temporal) refere-se a uma próxima instância de evento recorrente dependente:

(169) *Quando papai chega em casa; Quando é seu aniversário*¹⁵⁸.

- O antecedente refere-se a um tempo futuro quando uma criança ou (ocasionalmente) um objeto inanimado vai ficar mais velho:

(170) *Quando eu tiver quatro anos; Quando essa casa ficar muito velha*¹⁵⁹.

- O antecedente refere-se à conclusão de um evento ou processo delimitado em curso:

(171) *Empurre minha cadeira quando você terminar; Quando esse mel for usado*¹⁶⁰.

- O antecedente refere-se a um evento que a criança está planejando atualmente e espera executar, geralmente dentro de poucos minutos, ou que outra pessoa está para realizar:

(172) *Quando eu for para fora;irá encolher muito pouco quando você cozinhar isso*¹⁶¹.

---

¹⁵⁶ *When John comes we'll go out..*

¹⁵⁷ *If John comes we'll go out.*

¹⁵⁸ *When Daddy comes home / When it's your birthday.*

¹⁵⁹ *When I'm four. / When this house gets very old.*

¹⁶⁰ *Push my chair back in when you finish with me. / When that honey is used up.*

¹⁶¹ *When I go outside. / ... it's gonna shrink very little when you cook it.*

Nas situações em que nenhum dos casos citados está em questão, a criança não terá certeza se um evento futuro ocorrerá. Nessas circunstâncias, ela nunca seleciona *quando*, mas *se*, como se vê em:

(173) *Se eu colocar minha bolacha na água, ela ficará toda ensaboada.*¹⁶² (BOWERMAN, 1986, p. 302)

Nas construções com *se/quando... ser porque*, é interessante notar que, pelo que sugerem os dados dos *corpora* de análise, a “substituição” de *quando... ser porque* por *se... ser porque* não possui restrições:

(174) *Qual o significado do basquete na sua vida?*

É o meu tudo. Quando falo isso, é porque é o que mais gosto de fazer. (FSP, 25/07/2007)¹⁶³

(175) *Quando o consumidor liga, é porque está insatisfeito.* (Corpus, FSP, 08/05/2010)

(176) *Acredito que, quando chega ao ponto de ter a infidelidade, é porque a relação não vai bem.* (Corpus, Contigo, 06/09/2006)

(177) *Quando eu larguei esses anos de especialização profissional para me dedicar a fazer só o que eu queria fazer, é porque eu achei que poderia fazer isso a sério e fazer muito bem.* (Corpus de controle, Bizz, 03/1987)

(178) *Quando isso acabar é porque a paixão pelo trabalho também terminou.* (Corpus, Caras, 10/02/2012)

Nas construções com *quando... ser porque*, existe a manifestação de: referência a um momento da enunciação, como em (174); habitualidade, tal qual em (175) e (176); um fato do passado, tal qual em (177); ou uma previsão, como em (178). Em todos esses casos, há possibilidade de intercambialidade com *se... ser porque*, embora, obviamente, sejam produzidos efeitos de sentido particulares em cada tipo de construção.

Por outro lado, como será apontado (e justificado) no capítulo de análise, a “substituição” de *se... ser porque* por *quando... ser porque* nem sempre é possível. Tal ocorrência parece confirmar uma intuição de Rodrigues (2001, p. 84): “a impressão que fica é

¹⁶² *If I get my Graham cracker in the water, it'll get all soapy.*

¹⁶³ A ocorrência (174) é a única que não faz parte dos *corpora* da tese. Optou-se por citá-la porque nela fica bem clara a referência a um momento de enunciação na primeira oração da construção com *quando... é porque*.

a de que a troca do *quando* por *se* é muito mais aceitável do que o contrário.” Lembre-se de que, conforme indica Heine *et al.* (1991a), existe um *continuum* de gramaticalização que vai de tempo para condição. Como a condição é uma noção mais gramaticalizada do que a de tempo, adquiriu mais especificidades de uso.

A partir do que se expôs, percebe-se que as condicionais e as temporais, ao mesmo tempo em que apresentam particularidades de uso, compartilham traços semânticos. Dessa forma, as diferenças e as semelhanças de natureza entre as condicionais e as temporais levam Rodrigues (2001, p. 92) a propor um *continuum*. As categorias identificadas como [-hipotéticas] aceitariam, com mais facilidade, a intercambialidade entre *se* e *quando*. Assim, um *continuum* que levasse em conta “graus” de hipoteticidade seria assim representado:

Convém ressaltar que a determinação dos pontos do *continuum* envolve a consideração de, no mínimo, aspectos morfológicos, semânticos e pragmáticos. Gouveia e Roazzi (2001), com base em experimentos realizados com falantes nativos, constatarem que, tanto nas orações condicionais quanto nas temporais, há uma maior certeza expressa quando elas estão expressas no presente do que no passado e no futuro. Ademais, tanto nas condicionais quanto nas temporais, nas situações em que as orações são apresentadas com artigo definido (com noção de especificidade), a certeza transmitida por essas orações é maior do que nos contextos em que são apresentadas com artigo indefinido (com ideia genérica).

Vale mencionar que Givón (2001, p. 365) cria uma escala com a representação de condicionais e temporais, de modo a indicar os diferentes “graus” de certeza epistêmica:

Maior certeza epistêmica

---

a) *Realis*:

*Quando ela chegou, ele partiu.*¹⁶⁴

b) *Irrealis* – quando:

*Quando ela chegar, ele partirá.*¹⁶⁵

c) *Irrealis* – se:

*Se ela chegar, ele partirá.*¹⁶⁶

---

¹⁶⁴ *When she **came**, he left.*

¹⁶⁵ *When she **comes**, he will leave.*

d) Subjuntivo (passado modal):
*Se ela pudesse vir, ele partiria.*¹⁶⁷

e) Subjuntivo (passado):
*Se ela viesse, eu lhe daria qualquer coisa!*¹⁶⁸

f) Contrafactual:
*Se ela tivesse vindo, eu teria partido.*¹⁶⁹

Menor certeza epistêmica

Explicita-se que Givón (2001) conceitua a asserção de *realis* como aquela que é fortemente asseverada como verdadeira. No entanto, a contestação do ouvinte é considerada como conveniente, embora o falante possua evidências para defender sua crença com convicção. A asserção de *irrealis*, por sua vez, é fracamente asseverada e expõe aquilo que é possível, provável, incerto. Nesse caso, o falante não consegue apoiar-se em evidências; então, a contestação do ouvinte já é esperada ou solicitada.

Givón (2001) complementa que não define *realis* e *irrealis*, simplesmente, como correspondentes à asserção com valor de verdade (real) e à asserção sem valor de verdade (irreal), respectivamente. O autor prefere conceituar tais elementos em termos cognitivos e comunicativos. No que concerne ao fator cognitivo, passa-se da questão de verdade lógica para a de certeza subjetiva. No que diz respeito ao fator comunicativo, passa-se de uma visão semântica orientada para o falante para uma perspectiva pragmática interativa, com o envolvimento de negociação social entre falante e ouvinte.

A partir da observação da escala de certeza epistêmica e das considerações de Givón (2001), vê-se que existe um *continuum* entre o *realis* e o *irrealis* até mesmo dentro de um único grupo de construção, como a condicional. Daí não ser pertinente a diferenciação das condicionais e das temporais levando-se em conta, meramente, que aquelas indicam incerteza e estas certeza. Tal distinção seria simplificadora, até porque a noção habitual pode estar presente em ambas as construções (as condicionais e as temporais), indicando a noção habitual certa ambiguidade, por poder corresponder tanto ao *realis* quanto ao *irrealis*, consoante Givón (2001), como se explicitou na seção anterior.

Nos postulados de Givón (2001), observa-se também que a determinação de dado conteúdo como factual ou hipotético implica subjetividade e negociação entre os usuários da língua, o que demonstra que uma análise mais acurada das condicionais deve pautar-se no

¹⁶⁶ *If she **comes**, he will leave.*

¹⁶⁷ *If she **could** only come, he **would** leave.*

¹⁶⁸ *If she **came**, I **would** give her anything!*

¹⁶⁹ *If she **had** come, I **would have** left.*

máximo de informações possíveis acerca da relação estabelecida entre falante e ouvinte: polêmica ou contratual; com compartilhamento ou não de informações.

As considerações de Givón (2001) possibilitam lembrar, ainda, que a determinação, especificamente, do caráter *irrealis* das construções pode ser evidenciada, ainda, pela utilização de certos elementos adverbiais. Givón (2001, p. 305) afirma que advérbios/locuções adverbiais como “talvez”, “provavelmente”, “possivelmente”, “supostamente”, “presumivelmente”, “certamente”, “sem dúvida” conferem um caráter de *irrealis* à proposição em que se situam, anulando a modalidade de *realis* de certos tempos verbais, como se vê neste exemplo:

(179) *Ela, sem dúvida, comeu um sanduíche.*¹⁷⁰

Em (179), embora o tempo verbal no pretérito perfeito (*comeu*) seja compatível com a modalidade *realis*, o uso da locução adverbial “sem dúvida” desfaz a característica de *realis* do enunciado, demonstrando cogitação do falante sobre um acontecimento.

Assim, para o exame das condicionais em cotejo com as temporais, convém levar em conta um conjunto de fatores: os tempos/modos verbais; a presença ou não de certos elementos adverbiais; a interação entre os usuários da língua e as suas crenças. Ressalte-se apenas que os diversificados sentidos dos tempos/modos verbais e as diversas combinações de tempos/modos verbais entre as orações da construção condicional trazem relativizações, impossibilitando “classificações” categóricas.

Sousa (2003, p. 123) levanta outra questão importante para a verificação da relação entre as noções de condição e de tempo, expondo o seguinte esquema:

<i>realis</i>	SE	<i>irrealis</i>
Condição (implicação)		Hipótese
Circunstância ¹⁷¹ (contiguidade)	QUANDO	Tempo
<i>realis</i>		<i>realis</i>

¹⁷⁰ *She has undoubtedly eaten a sandwich.*

¹⁷¹ O termo “circunstância” é utilizado por Sousa (2003, p. 109) para a referência a um “satélite” (DIK, 1989) de circunstância, que indica um tempo simultâneo, em oposição a um satélite de tempo, que representa um tempo não simultâneo.

Explica Sousa (2003) que, vistas em um *continuum* paralelo, a conjunção *quando* equivale à contraparte da conjunção *se* no domínio do *realis*, esta indicando implicação entre eventos e aquela representando simultaneidade de ocorrência e, assim, eventos em contiguidade. O esquema citado simboliza tal relação. Desse modo, para a autora, em termos conceituais, *se* e *quando* aproximam-se na escala devido à proximidade existente, no domínio semântico do *realis*, entre a função de condição, que acarreta o sentido de implicação, traço do conectivo *se*, e a função de circunstância, que acarreta a noção de contiguidade entre os eventos, própria do conectivo *quando*.

Ressalte-se que a característica de simultaneidade de ocorrência é apenas uma dentre as que se encontram no satélite temporal com *quando*. Sousa (2003, p. 106) não deixa de explicitar que esse satélite pode tanto indicar a simultaneidade de ocorrência de um estado de coisas em relação à realização de outro, conforme se vê em (262), quanto especificar o momento de ocorrência de determinado estado de coisas, tal qual se observa em (263):

(180) (...) *quando o aluno (...) interpreta, ele já faz um exame* (...) *quando ele identifica a aplicação, ele já separa o essencial do acessório* (...).

(181) (...) *quando eu cheguei em Recife* (...) *nós comemos muita comida típica* (...).

A ocorrência (180) poderia ser parafraseada por uma estrutura com a conjunção *se*, ao passo que a ocorrência (181) não. Sousa (2003) explica que, em (180), há uma relação de simultaneidade, e o significado de *quando* é de *sempre que, toda vez que*, marcando frequência, no sentido de habitualidade, iteração, da ocorrência do estado de coisas que introduz. Assim, a autora julga que, ao se expressar simultaneidade entre estados de coisas na construção, estaria envolvida, também, a habitualidade/iteração entre eles, interpretação devida à forma verbal no presente do indicativo, no caso de (180). Por outro lado, em (181), ao localizar um estado de coisas com referência ao tempo passado, a oração iniciada por *quando* só indicaria tempo, sem expressão de simultaneidade, o que impossibilitaria uma leitura condicional.

Hirata-Vale (2005), da mesma forma, considera que a relação entre as condicionais e as temporais é estabelecida porque essas construções exprimem a habitualidade, a recorrência de estados de coisas nelas envolvidos. Complementa a autora, com base em Neves (2000), que a habitualidade, em geral, vem expressa pelo presente do indicativo ou pelo pretérito imperfeito do indicativo.

Os postulados de autores como Dik (1989), Corôa (2005), Castilho (2010) e Comrie (2001), com a indicação da definição de aspecto verbal, permitem que sejam aprofundadas as questões até aqui expostas, para um cotejo entre as noções de condição e de tempo.

Dik (1989) utiliza o termo “aspecto” para indicar distinções de aspectualidade que são gramaticalmente (e não lexicalmente) expressas. Para o autor, no conceito geral de aspectualidade, encontram-se as seguintes subáreas:

- a) O tipo de estado de coisas designado pela estrutura do predicado, sendo abrangidos estes parâmetros semânticos: +/- dinâmico; +/- télico; +/- momentâneo; +/- controle; +/- experiência. Tal subárea é também chamada de “Aktionsart” (modo de ação)¹⁷².
- b) Perfectividade / imperfectividade: o tipo de aspectualidade depende se o estado de coisas é apresentado de um ponto de vista externo, como algo completo, indivisível (perfectivo) ou de uma perspectiva interna, como algo não completo ou em progresso (imperfectivo).
- c) Aspectualidade de fase: serve para descrever aquilo que pode ser enunciado de acordo com certo ponto de referência na dimensão temporal, em relação à ocorrência de determinado estado de coisas. São estes os valores: o prospectivo, o ingressivo, o progressivo e o perfeito.
- d) Aspectualidade quantificacional: exprime diferentes formas de quantificação durante ocorrências de estados de coisas. Há os valores: iterativo, habitual e frequentativo.

Nesta tese, interessa enfocar, especialmente, as características citadas em (b) e (d). Em relação ao binômio “perfectividade / imperfectividade”, Dik (1989, p. 187) mostra que a oposição semântica entre esses elementos, no que tange ao modo como o estado de coisas é apresentado, pode ser assim estabelecida:

Perfectivo	Imperfectivo
completo	não completo
delimitado	não delimitado
fechado	aberto
indivisível	divisível
do ponto de vista externo	do ponto de vista interno

Para esclarecer as distinções entre o perfectivo e o imperfectivo, Dik (1989) cita Isacénko (1962). Este autor diz que o estado de coisas pode ser comparado a uma parada. No

¹⁷² A característica apontada em (a), segundo a tipologia de Dik (1989), não será tratada nesta tese; daí não se oferecerem mais especificações a respeito dela.

imperfectivo, a parada é apresentada como se fosse de um ponto de vista de uma pessoa marchando ao longo dela: nós estamos no meio da parada e não podemos visualizar o início, o fim e o comprimento inteiro da parada. No perfectivo, por outro lado, a parada é apresentada como se fosse da perspectiva de um espectador que, de um ponto elevado (privilegiado), pode contemplar toda a extensão da parada.

Assim, Dik (1989, p. 188) exemplifica as diferenças entre o perfectivo e o imperfectivo com estas frases:

(182) *Quando eu estava lendo o jornal, João entrou.*¹⁷³

(183) *Eu li o jornal.*¹⁷⁴

Em (182), a entrada de João é descrita como uma “intrusão” em relação à minha leitura. Como o perfectivo fica imune a “intrusões” desse tipo, o termo “estava lendo” é expresso apenas por meio da forma verbal no imperfectivo. Assim, espera-se que o exemplo (183) não seja utilizado em contextos do tipo de (182).

Em relação ao imperfectivo, Dik (1989) complementa que tal conteúdo semântico, no uso efetivo, adquire sentidos mais específicos, como o progressivo (estado de coisas apresentado como em curso), o habitual (recorrente em virtude de um hábito), o iterativo (o qual ocorre repetidamente) e o contínuo (o qual ocorre continuamente, sem interrupção).

Corôa (2005), por sua vez, conceitua aspecto verbal como aquilo que não é dêitico na categoria de tempo. Enquanto o tempo é uma propriedade da sentença e também da enunciação, o aspecto é propriedade somente da sentença, pois não se refere ao momento da enunciação. Segundo a autora, foram os estoicos os primeiros a identificar que naquilo a que Aristóteles e, posteriormente, os alexandrinos, chamavam de *tempus* havia mais do que precedência e sucessividade: havia o que na atualidade se chama de “completude x não completude”. Existe algo mais na noção temporal que não apenas a estrita ligação do momento do evento com o momento da enunciação.

Corôa (2005), citando Sabrsula (1972), mostra que o aspecto é o conceito da ação pelo falante, apresentando o aspecto uma oposição binária: perfectivo e imperfectivo; além dessa oposição, não há aspecto, mas fenômenos intimamente ligados a ele. No aspecto perfectivo, o falante vê o evento como limitado, sem que sua duração seja relevante. No aspecto

¹⁷³ *While I was reading the paper, John entered.*

¹⁷⁴ *I read the paper.*

imperfectivo, por seu turno, o falante “engaja-se” na ação, não importando se ela é ou não limitada. Assim, Corôa (2005, p. 64) mostra que qualquer aspecto pode ser visto de maneira global, como em *Fechei a janela*, ou em um esquema de incidência, como em *Fechava a janela quando ele chegou*.

Com base em Klein (1974), Corôa (2005) julga, ainda, que o aspecto é uma categoria gramatical, ao passo que o modo de ser da ação é uma categoria léxico-semântica. Então, o aspecto opõe-se ao modo de ser da ação como uma passagem obrigatória no uso dos verbos, enquanto este, em virtude de não fazer parte das categorias gramaticais, mas das semânticas, é facultativo. Para exemplificar tal diferenciação, Corôa (2005, p. 66) explica que, em *Acabei de ler Vidas Secas*, a “ação completada” é traduzida por meio de uma perífrase, um mecanismo lexical, ou seja, trata-se do modo de ser da ação; em *Li Vidas Secas*, por outro lado, a “ação completada” é expressa com o auxílio da noção de aspecto que caracteriza o pretérito perfeito, um recurso gramatical (ou morfológico).

Castilho (2010), por seu turno, define aspecto verbal como uma propriedade da predicação que consiste em representar os graus do desenvolvimento do estado de coisas codificado, ou seja, as fases que ele pode compreender. Trata-se de um ponto de vista sobre o estado de coisas. Castilho (2010, p. 418) aponta que foi Jakobson (1957) quem primeiro formulou com clareza as diferenças entre aspecto e tempo: “O aspecto caracteriza o evento narrado sem envolver seus participantes e sem referência ao evento de fala.”

Para Castilho (2010), existem duas “faces” do aspecto: a qualitativa e a quantitativa. No âmbito qualitativo, aparece o aspecto perfectivo, com ação pontual, acabada, frequentemente expresso com verbos de classe télica, os quais lexicalizam uma predicação que tende a um fim, e o aspecto imperfectivo, expresso em geral por verbos de classe atélica, os quais representam uma predicação de existência tão logo iniciada, que se dispensa seu desfecho. No âmbito quantitativo, são distinguidos o aspecto de ocorrência singular (semelfactivo) e o aspecto de ocorrência múltipla, habitual, reiterada (iterativo). Assim, Castilho (2010, p. 420) propõe a seguinte tipologia para o aspecto:

FACE QUALITATIVA DO ASPECTO		FACE QUANTITATIVA DO ASPECTO
IMPERFECTIVO	PERFECTIVO	SEMELFACTIVO
Inceptivo	Pontual	
Cursivo	Resultativo	ITERATIVO
Terminativo		Imperfectivo/Perfectivo

Dos itens elencados no quadro a respeito do aspecto verbal, o que mais interessa aqui é o iterativo, que explica a aproximação entre as condicionais e as temporais. Castilho (2010, p. 426-430) mostra que o aspecto iterativo possui estes traços:

- i) Representa uma quantificação do imperfectivo e do perfectivo. Assim, não se trata de “outro aspecto”.
- ii) O sujeito das predicções quantificadas é geralmente “não específico”, pluralizado. Nos casos em que predomina uma articulação discursiva de genericidade, o iterativo é muito produtivo.
- iii) O componente léxico é irrelevante na composição iterativa, com exceção de poucos itens com marcação iterativa derivacional (em “-ejar” e “-itar”) ou auxiliares, como “costumar” e “habituar-se a”. Desse modo, o iterativo depende mais que os outros aspectos dos fatores de natureza composicional.

Castilho (2010) determina, assim, cinco componentes da iteratividade:

- (a) flexão modo-temporal: o presente, o imperfeito do indicativo, o pretérito perfeito composto, a perífrase expressam iteração.
- (b) argumentos verbais: a iteratividade pode ser gerada pelos argumentos do verbo nestas situações: i) sujeito nulo, seguido ou não de complemento nulo; ii) sujeito retido, seguido ou não de complemento pluralizado; iii) sujeito e/ou complemento quantificados.
- (c) advérbios quantificadores: os advérbios quantificadores aspectualizadores selecionam mais de um indivíduo no conjunto constituído pela predicação verbal. Os significados iterativos gerados apresentam a predicação como se repetindo indeterminadamente ou em uma forma específica.
- (d) padrão sentencial: os padrões sentenciais que quantificam o verbo são: i) as aditivas em polissíndeto; ii) as condicionais-temporais; iii) as temporais-proporcionais.
- (e) articulação discursiva: a iteratividade imperfectiva e perfectiva é favorecida pelas narrativas de eventos habituais e pelos discursos argumentativos em que se constroem.

Por fim, explicitem-se os postulados de Comrie (2001) sobre o aspecto verbal, que é diferenciado do tempo verbal. Este diz respeito ao tempo da situação em relação a outro tempo, geralmente, ao momento de enunciação. Uma situação descrita no tempo presente é localizada temporalmente como simultânea ao momento da enunciação; uma descrita no passado é situada antes do momento de interação comunicativa; uma colocada no futuro é localizada após o momento de enunciação. Assim, como o tempo verbal localiza o tempo de uma situação em relação à situação de interação comunicativa, o tempo verbal é de natureza dêitica. Os aspectos verbais, por sua vez, são os diferentes modos de ver a constituição temporal interna de uma situação. Os aspectos verbais são categorias gramaticais diferenciadas em perfectivo (sem referência à constituição temporal interna) e imperfectivo (com referência à constituição temporal interna). Como uma categoria gramatical, o aspecto é expresso por meio da morfologia ou de perífrases.

Saliente-se que Comrie (2001), diferentemente de Castilho (2010), inclui a noção habitual, chamada por Castilho de “iterativa”, apenas na classe dos imperfectivos (excluindo-a da classe dos perfectivos). Além disso, distingue a noção habitual da de iteração.¹⁷⁵ Afirmar Comrie (2001) que se assume, em geral, que a habitualidade é o mesmo que iteratividade devido à repetição de uma situação. Tal terminologia, para o autor, é equivocada, pois a simples repetição de uma situação não é suficiente para incluí-la na classe da habitualidade (ou na forma imperfectiva). Se uma situação é repetida em um número limitado de vezes, então as instâncias da situação são vistas como uma única situação, e são referidas pela forma perfectiva, como se observa em “O palestrante levantou-se, tossiu cinco vezes, e disse ....”¹⁷⁶ (COMRIE, 2001, p. 27).

A característica da habitualidade, para Comrie (2001), seja ela iterativa ou não, é que ela descreve uma situação própria de um período de tempo prolongado, em vez de uma situação accidental. O autor salienta que a determinação do que constitui um período de tempo prolongado (e não uma situação accidental) é antes conceitual do que propriamente de natureza linguística, tal qual se ilustra em “Sally costumava atirar pedras na minha janela pela manhã”¹⁷⁷. Se ela jogou pedras apenas duas ou três vezes, a sentença é inadequada, mas é

¹⁷⁵ Outros autores diferenciam o habitual do iterativo. Travaglia (2015, p. 89), por exemplo, considera que o iterativo possui uma duração descontínua limitada, sendo a repetição marcada por meios lexicais, tais quais os adjuntos adverbiais, como se vê neste caso: *Ela me acenou várias vezes*. Por outro lado, o habitual, para Travaglia (2015, p. 90), apresenta uma situação de duração descontínua ilimitada, como se observa neste exemplo: *Sempre que chegavam visitas, mamãe fazia biscoitos fritos*. Para os propósitos desta tese, não será feita a distinção entre iteração e habitualidade, sendo tratada, mais especialmente, esta última noção.

¹⁷⁶ *The lecturer stood up, coughed five times, and said...*

¹⁷⁷ *Sally used to throw stones at my window in the morning.*

apropriada se fez isso por vários anos. Apesar disso, entre esses dois extremos, é difícil determinar com que “grau” de regularidade Sally atirava as pedras, pois, certamente, em algumas manhãs, isso não ocorria.

Em relação aos postulados registrados a respeito do aspecto verbal, embora tenham sido identificadas algumas divergências no assunto, o que já era esperado, dada a sua complexidade, parece ser consenso entre os autores citados que o aspecto verbal: i) é uma categoria gramatical; ii) diferencia-se do tempo verbal; iii) é expresso, por exemplo, pelo par “perfectivo x imperfectivo”; iv) tem como uma de suas manifestações a noção de habitualidade. Na parte de análise desta tese, tais considerações serão utilizadas, mais especificamente, para a aproximação entre as correlativas com *se... ser porque* (vistas, tradicionalmente, como condicionais) e as construções temporais.

A partir do que foi exposto, verifica-se que não basta estabelecer um sentido único para as condicionais canônicas e as construções com *se... ser porque*. Uma análise mais cuidadosa dessas construções levaria a se apontarem características que as aproximam e, ao mesmo tempo, afastam-nas das construções temporais e/ou de outros tipos de construções.

4.2 Construções causais

4.2.1 A questão das tipologias

Nesta seção, a partir da observação da proximidade semântica existente entre as “coordenadas explicativas” com *porque* e as “subordinadas causais” com *porque*, buscam-se subsídios para a compreensão da relação semântica estabelecida pela conjunção *porque* nas construções com *se... ser porque*. Para isso, parte-se de observações feitas nas gramáticas normativas acerca das “coordenadas explicativas” e das “subordinadas causais”.

Nas gramáticas normativas (CUNHA & CINTRA, 2013; CUNHA, 1986; ROCHA LIMA, 2013), as orações com *porque* são incluídas ora na classe das “coordenadas” explicativas, ora no grupo das “subordinadas” adverbiais causais. Nestas, o *porque* apresenta uma causa do que é expresso na oração “principal”, havendo dependência entre os segmentos. Naquelas, a conjunção introduz uma justificativa da ideia exposta na primeira oração, havendo independência entre os membros oracionais e, conseqüentemente, uma pausa entre eles. As construções a seguir ilustram o que a gramática normativa chama de “coordenada” explicativa, em (184), e de “subordinada” adverbial causal, em (185) e (186):

(184) *Comandou Pedro a partida, e a pé, **porque** era perto, o grupo dirigiu-se para casa.* (CUNHA, 1986, p. 535)

(185) – *É o que te digo: vou e vou, **porque** devo, **porque** quero, **porque** é do meu direito.* (CUNHA, 1986, p. 539)

(186) *Ceamos à lareira, **que** a noite estava fria.* (CUNHA & CINTRA, 2013, p. 619)

Bechara (2009, 2010) aboliu a distinção entre coordenadas explicativas e subordinadas causais¹⁷⁸, pois entende que, geralmente, “não se traçam linhas rigorosas de demarcação entre os dois campos de ideias” e “são frágeis os critérios de pausa” (BECHARA, 2003). Tais aspectos podem ser observados nos próprios exemplos citados, fornecidos por Cunha (1986) e Cunha & Cintra (2013). Não fica clara a dicotomia estabelecida entre causa e justificativa: em (185) e (186), pode-se interpretar que, da mesma forma que acontece em (184), a oração iniciada com (*por*)*que* traz uma justificativa (justifica-se o motivo de alguém ir a determinado lugar, de cear à lareira), mas as construções (185) e (186) são incluídas no grupo das causais. Além disso, em (185) e (186), há uma pausa entre a oração inicial e a causal (representada pela vírgula), que costuma ser atribuída às estruturas “coordenadas” (e não às “subordinadas”)¹⁷⁹.

Podem ser verificadas indefinições também em conceitos oferecidos por Rocha Lima (2013, p. 236), que afirma que as explicativas “relacionam pensamentos em sequência justificativa, de tal forma que a segunda frase explica a razão de ser da primeira”. Isso poderia fazer pensar, equivocadamente, que o termo *razão* seria sinônimo da expressão *justificativa*, tenha sido ou não essa a intenção do autor ao expor o conceito citado. Como se verá adiante, a justificativa nem sempre é vista como equivalente a uma causa.

Por outro lado, na gramática de Azeredo (2008), identificam-se critérios um pouco mais precisos para a diferenciação entre as “coordenadas” explicativas e as “subordinadas” causais. Mostra-se que, nas explicativas, a conjunção inicia um argumento¹⁸⁰ para uma tese/opinião ou uma atitude expressa na oração anterior, conforme se vê nestes exemplos:

¹⁷⁸ Em suas gramáticas mais recentes, Bechara (2009, 2010) registra apenas três relações semânticas marcadas como conjunções “coordenativas” (ou conectores): a aditiva, a adversativa e a alternativa.

¹⁷⁹ Pode-se argumentar que, em (185), a sequência de orações com *porque* seria típica de estruturas “subordinadas”, que podem aparecer dentro de estruturas “coordenadas”. Entretanto, deve-se notar que a primeira oração iniciada com *porque* já vem marcada por pausa, o que a aproxima, de certa forma, de uma característica do segmento “coordenado”.

¹⁸⁰ Azeredo (2008) não esclarece o que entende por “argumento”. Para os propósitos da gramática citada, a palavra *argumento* é vista em seu sentido genérico: recurso para convencer alguém, para alterar-lhe a opinião ou o comportamento (*Dicionário Houaiss Online*).

(187) *Tínhamos obrigação de ganhar o jogo (opinião/tese), pois nossa equipe estava mais preparada. (argumento)* (AZEREDO, 2008, p. 308)

(188) *Levem agasalhos (atitude), porque no alto da serra a temperatura é muito baixa. (argumento)* (AZEREDO, 2008, p. 308)

Apesar disso, os critérios utilizados por Azeredo (2008) para distinguir as explicativas das causais não são tão esclarecedores, pois, em relação a estas últimas, o gramático indica, simplesmente, que “o *porque* introduz uma oração causal que vem após a principal”¹⁸¹ (AZEREDO, 2008, p. 324), sem a apresentação de especificações. Um exemplo explicitado é: “Decidimos voltar da festa a pé **porque** não havia mais ônibus de madrugada”. Ademais, é curioso notar que o gramático cita um exemplo de “subordinada” causal com *já que* o qual poderia ser incluído no grupo das “coordenadas” explicativas, de acordo com a concepção oferecida por ele sobre estas: *As comparações internacionais de salários são perigosas, já que os tipos de contratos de trabalho variam enormemente.* (AZEREDO, 2008, p. 324) Nesse caso, a caracterização “são perigosas”, como envolve subjetividade, pode ser tida como a emissão de uma opinião, e a declaração empreendida na segunda oração, então, seria uma justificativa para a defesa de tal opinião. Essa interpretação evidencia um descuido do gramático no tratamento das construções causais/explicativas. Por que o binômio “tese-argumento” é atribuído apenas às “coordenadas” explicativas se ele também é encontrado nas estruturas classificadas como “subordinadas” causais?

Defendi e Valadares (2014, p. 154) complementam que a dicotomia criada pelas gramáticas normativas entre “coordenadas” explicativas e “subordinadas” adverbiais causais nem sempre se verifica nas construções de uso real da língua:

(189) *Já na sexta-feira a agência Fitch de classificação de risco anunciou um novo rebaixamento da dívida grega, PORQUE o acordo, afinal, caracteriza um calote. Todos sabiam disso e, mais uma vez, ninguém será beneficiado pela intervenção de uma agência desse tipo. O fato importante, obviamente, é muito positivo: conseguiu-se evitar o calote desorganizado, o evento mais temido e mais perigoso para a zona do euro e para os bancos. (Editorial – O Estado de São Paulo)*

Na visão de Defendi e Valadares (2014), na construção com *porque* citada, há ambiguidade: em uma leitura possível, o anúncio do novo rebaixamento da dívida grega é motivado (ou seja, justificado) pelo acordo que caracteriza o calote; em outra leitura, o fato de

¹⁸¹ Azeredo (2008) estabelece uma diferenciação entre as “subordinadas” causais com *porque* e as “subordinadas” causais com *como*: aquelas aparecem em posição final e, estas, em posição inicial.

o acordo caracterizar um calote é a causa para o anúncio do novo rebaixamento da dívida grega.

No entanto, há tentativas de distinções um pouco mais precisas entre as “subordinadas” causais e as “coordenadas” explicativas em algumas gramáticas normativas, como em Said Ali (1969) e em Kury (1997), embora elas ainda não sejam suficientes para esclarecer essa diferenciação.

Para Said Ali (1969, p. 147), “a causal subordinativa separa-se da oração principal por uma pausa muito fraca (que se representa, quando muito, por uma vírgula)”. A construção que o gramático chama de “causal coordenativa”, por sua vez, “separa-se da proposição anterior por uma pausa mais forte (que se figura por vírgula, ponto e vírgula e até por ponto final)”. A essa associação entre pausa e processos sintáticos, já bastante frequente nas gramáticas normativas, Said Ali (1969, p. 134) acrescenta a ideia de que, na construção “coordenada”, a “coordenativa” “dá a razão de uma asserção, pedido, exortação ou desejo”. Estes são os exemplos oferecidos de “coordenadas causais”:

(190) *Não tens de que te queixar, pois (porque ou porquanto) fiz o meu dever.*

(191) *Todos estavam contentes porque era um santo mas jovial frade o bom do arrábido.*

Em (190), o conteúdo “não tens de que te queixar” expressa uma espécie de comando (*não se queixe*); em (191), “todos estavam contentes” pode indicar uma asserção: a oração com *porque* seria usada pelo locutor para justificar sua asserção. Contudo, o exemplo (191) é ambíguo, pois também é possível atribuir uma relação de causa e efeito a essa construção: *todos estavam contentes* seria o efeito, a consequência da causa *era um santo jovial frade o bom do arrábido*.

Kury (1997, p. 90), por sua vez, estipula mais critérios para distinguir as “subordinadas” causais das “coordenadas” explicativas:

i) Como a oração “subordinada” adverbial tem função de adjunto adverbial, diferentemente da “coordenada” explicativa, que é sintaticamente independente, pode-se substituir a oração desenvolvida iniciada com *que*, *pois*, *porque* por outra equivalente, reduzida de infinitivo, introduzida pela preposição *por*. Caso isso seja possível, é sinal de que a oração é “subordinada” adverbial.

ii) A oração explicativa, por ser independente, possui pausa forte, que pode ser indicada por dois pontos ou por ponto e vírgula.

iii) Nas orações explicativas, a conjunção pode ser omitida sem prejuízo de clareza, fazendo-se preceder a oração de dois pontos.

iv) Na maioria dos casos, a oração que antecede uma explicativa tem o verbo no modo imperativo.

v) As orações causais iniciadas por *que*, *pois*, *porque* podem ser substituídas por equivalentes com os conectivos *como*, *uma vez que*.

Os critérios (i), (iii) e (v), menos difundidos nas gramáticas tradicionais, em geral, parecem ser explicitados por Kury (1997) como “testes” para a identificação da natureza da construção; todavia, são questionáveis. O critério “iii” seria aplicável tanto na oração “coordenada” explicativa quanto na oração “subordinada” causal:

(192) *Não zombes: está apaixonado.* (KURY, 1997, p. 69)

(193) “*Um dia quebrei a cabeça duma escrava, [porque me recusara uma colher do doce de coco] que estava fazendo.*” (KURY, 1997, p. 87)

(193’) Um dia quebrei a cabeça duma escrava: recusara-me uma colher do doce de coco que estava fazendo.

A construção citada em (192) já é apresentada por Kury (1997) para exemplificar a “coordenada” explicativa sem conjunção (ou seja, assindética). De fato, pode-se interpretar uma relação de explicação entre as orações: o locutor pede que seu interlocutor não zombe de alguém e expõe uma justificativa para esse pedido: essa pessoa está apaixonada. Entretanto, o exemplo (193) é classificado pelo gramático como representativo de uma “subordinada” causal, mas, na reescrita desse exemplo sem a presença da conjunção *porque*, em (193’), é possível recuperar uma relação de causa e efeito. Uma possível leitura de (193’) seria que a recusa da escrava é a causa da agressão do locutor. Nesse caso, assim como em (192), não haveria prejuízo de sentido com a ausência do *porque*.

Ademais, Kury (1997, p. 69) explicita como um dos exemplos de “coordenada” explicativa esta construção: “Roda, meu carro, **que** é curto o caminho”. Testando-se os

critérios “i” e “v”, tem-se, respectivamente: Roda, meu carro, **por** ser curto o caminho; **Como** é curto o caminho, roda, meu carro. Essas construções resultantes seriam incorretas segundo as regras referidas pelo gramático, as quais estipulam que a substituição feita não ocorre nas “coordenadas” explicativas. Apesar disso, nota-se que as construções reescritas não se tornam agramaticais ao serem lidas de acordo com os “testes” “i” e “v”.

Apesar das inconsistências observadas nas gramáticas até aqui citadas, verifica-se, de antemão, que a relação semântica presente nas construções com *se... ser porque* aproxima-se mais daquela que é observada nas “subordinadas” causais do que daquela expressa nas “coordenadas” explicativas. Das construções citadas por Azeredo (2008), apenas esta seria parafraseável pela estrutura “*se... ser porque*”: *Se decidimos voltar da festa a pé, é porque não havia mais ônibus de madrugada*. Vê-se, assim, que a construção referida recupera a relação entre causa e efeito própria da “subordinada” adverbial causal.

As relações expressas pelas “coordenadas” explicativas citadas por Azeredo (2008), como “opinião + argumento” e “atitude + argumento”, não são compatíveis com a estrutura “*se... ser porque*”, como fica verificado em enunciados do tipo: **Se levem agasalhos (atitude), é porque no alto da serra a temperatura é muito baixa (argumento)*; ?*Se tínhamos obrigação de ganhar o jogo (opinião/tese), é porque nossa equipe estava mais preparada (argumento)*. O primeiro caso é evidentemente agramatical, pois o uso do imperativo na primeira oração de uma construção causal implica a existência de certa pausa entre os segmentos, o que não se dá em *se... ser porque*. O segundo caso é questionável: poderia ser aceitável se estivesse implícita a expressão “se eu digo que” (*se eu digo que tínhamos obrigação...*); por outro lado, sem esse termo implícito, não soaria tão natural, visto que, como se verá na análise dos dados, é mais típico das construções com *se... ser porque* trazer uma opinião/um posicionamento na oração causal, e não na primeira oração, que geralmente traz uma informação.

Por outro lado, uma das construções classificadas por Said Ali (1969) como “coordenada” poderia receber esta leitura: *Se todos estavam contentes é porque era um santo mas jovial frade o bom do arrábido*. Isso se deve à própria ambiguidade presente na construção, que foi demonstrada anteriormente. Ressalte-se que o outro exemplo classificado pelo gramático como referente à “coordenação” não se aplica à estrutura com “*se... ser porque*”: ?*Se não tens de que te queixar, é porque fiz o meu dever*. Mais uma vez, a impossibilidade de paráfrase dá-se pelo fato de que a oração que antecede a causa traz uma espécie de comando, de natureza, portanto, imperativa.

Visto isso, volte-se à questão das “coordenadas” explicativas e das “subordinadas” causais para um melhor entendimento da relação semântica presente nas estruturas com *se... ser porque*. As inconsistências presentes nas gramáticas normativas na diferenciação entre as “coordenadas” explicativas e as “subordinadas” causais já haviam sido observadas por Vogt (1978) e Travaglia (1986), que tentaram trazer esclarecimentos sobre o assunto, estabelecendo alguns critérios, com base na semântica argumentativa.

Vogt (1978, p. 46-48) analisa a estrutura *p porque q* e verifica que esta produz uma frase ambígua: sob o ponto de vista semântico, uma das interpretações mostra a ruptura do bloco (primeira interpretação a ser explicitada), resultando em uma justificação do que se diz na primeira proposição; a outra (segunda interpretação a ser exposta), a integridade do bloco, resultando em uma relação de causalidade entre os conteúdos de duas proposições. Os critérios adotados pelo autor para tal observação são: negação, interrogação, encadeamento e quantificação.

No que diz respeito à negação, em *Pedro não parou de trabalhar **porque** são 5 horas*, tem-se:

- Primeira interpretação: O fato de ser 5 horas justifica a afirmação de que Pedro não parou de trabalhar.
- Segunda interpretação: Não é porque são 5 horas que Pedro parou de trabalhar, mas por outra razão.

Em relação à interrogação, em *Pedro irá a sua casa **porque** prometeu?*, dá-se:

- Primeira interpretação: Pergunto se Pedro irá a sua casa porque a promessa dele não garante a sua ida.
- Segunda interpretação: A causa da ida de Pedro a sua casa será a promessa que ele fez?

No que concerne ao encadeamento, em *Creio que Pedro parou de trabalhar **porque** são cinco horas*, verifica-se:

- Primeira interpretação: Justifico minha crença de que Pedro parou de trabalhar pelo fato de que são 5 horas.

- Segunda interpretação: Creio que a causa de Pedro ter parado de trabalhar é que são 5 horas.

Referentemente à quantificação, em *Poucos turistas virão **porque** está calor*, tem-se:

- Primeira interpretação: Digo que poucos (e não vários) turistas virão pelo fato de que está calor.
- Segunda interpretação: Para poucos turistas a causa de sua vinda será o calor.

As regras estabelecidas por Vogt (1978), no entanto, restringem-se mais a aspectos sintáticos e semânticos, carecendo, de certa forma, de critérios pragmáticos¹⁸², que poderiam tornar mais clara a interpretação das construções com *porque*. Ademais, essas regras não se aplicam a todo tipo de construção causal, o que fica sugerido pela observação de estruturas do tipo *se... é porque*:

(194) **Se** Pedro não parou de trabalhar, **é porque** são 5 horas.

(195) **Se** Pedro irá a sua casa **é porque** prometeu?

(196) **Se** creio que Pedro parou de trabalhar **é porque** são 5 horas.

(197) **Se** poucos turistas virão **é porque** está calor.

Nas construções de (194) a (197), com o acréscimo da conjunção *se* no início da primeira oração e com a introdução do verbo *ser* antes do conectivo *porque*, com base no modelo de análise de Vogt (1978), verifica-se que: nas construções (194), (196) e (197), é manifestada uma relação próxima à das chamadas orações “coordenadas” explicativas, com “ruptura do bloco”; por outro lado, na construção (195), é expressa uma relação próxima à das tidas como orações “subordinadas” adverbiais causais, com a “integridade do bloco”. Isso demonstra que nem sempre os critérios estipulados são suficientes para determinar o estatuto de uma construção com *porque*.

---

¹⁸² Vogt (1978, p. 49) menciona alguns fatores de natureza pragmática. Ele diz que, para a compreensão do valor das conjunções (como o *porque*), é necessário levar em conta a “atitude intelectual do locutor e a que ele atribui ao ouvinte”: por exemplo, verificar se o locutor considera as proposições como verdadeiras, se ele procede como se o ouvinte as admitisse, se o locutor pretende anunciá-las quando fala. Entretanto, no decorrer de seu artigo, Vogt (1978) articula pouco esses aspectos pragmáticos com os fatores sintáticos e semânticos.

Travaglia (1986), por sua vez, faz um estudo mais aprofundado para tentar distinguir as chamadas coordenadas explicativas das ditas subordinadas adverbiais causais, tratando de aspectos sintáticos, semânticos e também pragmáticos.

Na visão de Travaglia (1986), sintaticamente, as orações que exprimem causa, explicação dividem-se em dois grupos: o das “coordenadas”, que não exercem função sintática em outra oração, e o das “subordinadas”, que exercem função sintática na outra oração. Semanticamente e pragmaticamente¹⁸³, essas orações também se dividem em duas classes (de acordo com os postulados de Ducrot): a das que se coordenam a outra oração e a das frases ligadas com outra oração. Na “**coordenação semântica**”, há dois atos de enunciação diferentes e sucessivos; nesse caso, há uma causa **conhecida** e sua conjunção funciona como operador argumentativo. Na relação de “**frases ligadas**”, aparece um só ato de enunciação, a causa é apresentada como informação **nova** e a sua conjunção funciona como operador lógico¹⁸⁴. Uma peculiaridade da causal de frases ligadas é que ela pode ser negada, questionada, encadeada ou se constituir em escopo de um quantificador sem que ocorra ruptura semântica no período¹⁸⁵. Pragmaticamente, as causas ainda podem ser separadas em dois grupos relacionados à força ilocucionária¹⁸⁶: orações causais que se referem à força ilocucionária da oração anterior, justificando-a, e orações causais que se referem ao conteúdo proposicional da oração, justificando-o. As construções (198) e (199) exemplificam, respectivamente, o que Travaglia (1986, p. 270) denomina de força ilocucionária e de conteúdo proposicional, respectivamente:

(198) *Venha cedo, **porque** desejo conversar com você.*

(199) *Maria faltou às aulas, **porque** está doente.*

As considerações de Travaglia (1986) são significativas, pois servem como um ponto de partida para novos estudos sobre as construções causais¹⁸⁷ (com *porque*). Ao fazer referência à força ilocucionária, em oposição ao conteúdo proposicional, o autor já havia observado a necessidade de se utilizarem fatores pragmáticos para a distinção entre as

¹⁸³ O aspecto pragmático do grupo diz respeito ao estatuto informacional: dado e novo.

¹⁸⁴ A construção que traz informação nova é, segundo Travaglia (1986), aquela que responde à pergunta “por quê?”.

¹⁸⁵ A aplicação de tais critérios, feita por Vogt (1978), foi relatada há pouco nesta seção.

¹⁸⁶ Travaglia (1986) ressalta que os grupos pragmáticos não coincidem, necessariamente, com os grupos definidos sintaticamente, nem com os grupos definidos semanticamente.

¹⁸⁷ No ponto indicado, utiliza-se o termo “causais” em sentido lato.

chamadas “coordenadas” explicativas e as ditas “subordinadas” adverbiais causais. Todavia, a associação entre tipos de construções e estatuto informacional merece ser revista. Lembre-se de que o autor assevera que, na conexão de “frases ligadas”, expõe-se uma causa nova, e, na “coordenação semântica”, explicita-se uma causa conhecida. Endossa-se que a determinação do estatuto informacional não está atrelada ao tipo de construção, mas pode depender de fatores como a localização da oração na porção textual, tal qual se verá no capítulo “5”, com base nos postulados da teoria funcionalista da linguagem.

A partir das considerações de Travaglia (1986), fica estabelecido que é a construção de conteúdo proposicional (e não de força ilocucionária) que se aproxima mais da natureza da estrutura com *se...ser porque*, como se observada pela aceitabilidade desta paráfrase: *Se Maria faltou às aulas, é porque está doente*. Por outro lado, é agramatical uma construção do tipo: **Se venha cedo, é porque desejo conversar com você*.

Saliente-se, entretanto, que a natureza das construções com *se... ser porque* ainda não fica totalmente esclarecida, já que certos critérios imprecisos utilizados para diferenciar as “coordenadas” explicativas das “subordinadas” adverbiais causais inviabilizam a observação de um comportamento homogêneo em *se... ser porque*, como se viu no caso dos postulados de Said Ali (1969) e de Vogt (1978), por exemplo.

Estudos mais recentes, como o de Castilho (2010), Sweetser (1998), Neves (1999, 2000), Neves *et al.* (2008), Paiva (2010) e Lopes (2012), têm trazido novas perspectivas de análise para as relações causais, com base em ideias relacionadas a princípios funcionalistas, o que trará contribuições para se fazer uma leitura semântica mais precisa das construções com *se...ser porque*.

Castilho (2010) menciona a tradicional distinção operada pelos gramáticos entre as “coordenadas” explicativas e as “subordinadas” causais. Diz que se considera causal a sentença a cujo conteúdo está relacionado um efeito ou consequência, que aparece na sentença “principal”:

(200) *A rua está molhada porque choveu.* (CASTILHO, 2010, p. 348)

Em (200), há uma sentença com ordem não marcada, ou seja, a sentença matriz de consequência é seguida pela sentença “subordinada” de causa. O conectivo *porque* liga os conteúdos proposicionais da direita para a esquerda, daí a interpretação de causação da segunda sentença em relação à primeira.

No entanto, consoante Castilho (2010), surge um problema quando é adotada a ordem marcada (ou seja, a sentença matriz é de causa e a sentença “subordinada” é de efeito):

(201) *Choveu, **porque** a rua está molhada.* (CASTILHO, 2010, p. 348)

Se for dado um tratamento baseado na relação lógica entre sentenças, fica difícil considerar aceitável que *rua molhada* seria uma causa que tenha por efeito *chover*. Assim, na sentença (201), há “muito mais uma explicação do que uma causação” (CASTILHO, 2010, p. 348): a rua estar molhada se explica pelo fato de ter chovido.

Desse modo, como lembra Castilho (2010), a tradição gramatical optou por considerar sentenças do tipo de (200) como “subordinadas” adverbiais causais e sentenças como (201) de “coordenadas” explicativas. Apesar das diferenças explicitadas, Castilho (2010) procura “quebrar” a dicotomia, ao criar apenas um grupo, o das “subordinadas” adverbiais, para as ocorrências com *porque*. O autor salienta que a conjunção *porque* introduz uma adverbial causal e passa, na língua falada, por um processo de abstratização, deixando de assinalar as relações de causa e efeito para indicar a enumeração de proposições, acentuando seu uso como marcador discursivo. Esse fato, consoante Castilho (2010, p. 374-375), já tinha sido observado por Dias de Moraes (1987), que identificou ocorrências de *porque* destes tipos na língua falada:

- Marcador discursivo:

(202) *Doc. – Ah... vale a pena.*

L2 – É... me disseram que vale...

*L1 – **Porque** ele ainda não está trabalhando bem... né?*

- Depois de imperativo:

(203) *... não me chame de madame H... **porque** madame aqui no Brasil (...) casa de madame... como se fosse uma casa de uma coleteira...*

- Uso epilinguístico:

(204) *... então a gente aproveita a reunião das pessoas – **porque** lá em casa nós somos bastante né? ... somos seis...* (explica-se o que significa nesta família uma reunião de pessoas)

- *Porque* expressa a causa por remeter à asserção de verdade ou falsidade contida na proposição anterior:

(205) *É uma concepção falsa... **porque** supôs... (...) que eles atribuíam uma alma a objetos e plantas...*

Assim, Castilho (2010), em vez de fazer uma separação entre dois grupos sintáticos causais, considera apenas um deles, assinalando a heterogeneidade de sua natureza, dado o processo de gramaticalização pelo qual passa.

Por outro lado, os postulados de Sweetser (1998) sobre as causais (com *porque*) têm sido utilizados por alguns linguistas para separar o grupo das “subordinadas” causais da classe das “coordenadas” explicativas.

Sweetser (1998) estabelece domínios linguísticos para as construções com *porque*, assim como o faz no caso das construções com *se*:

(206) *João voltou **porque** ele a amava.*¹⁸⁸

(207) *João a amava, **porque** ele voltou.*¹⁸⁹

(208) *O que você vai fazer esta noite, **porque** está passando um bom filme.*¹⁹⁰ (grifos meus)

Em (206), (207) e (208), a conjunção *porque* encontra-se, respectivamente, no domínio do conteúdo, epistêmico e do ato de fala. No nível do conteúdo, a conjunção causal marca causalidade (presente no mundo real) de um evento. No nível epistêmico, essa conjunção expressa causa de uma crença ou conclusão. No nível do ato de fala, por seu turno, tal conjunção indica uma explicação de uma enunciação feita pelo falante.

Em (206), uma causalidade presente no mundo real conecta duas orações, ou seja, o amor de João foi a causa (existente no mundo real) de sua volta. Em (207), o conhecimento do falante sobre o retorno de João (uma premissa) causa a conclusão de que João a amava. Em (208), por sua vez, a oração com *porque* apresenta a causa do ato de fala enunciado na primeira oração; assim, poderia ser feita a seguinte leitura: eu pergunto o que você vai fazer esta noite porque eu quero sugerir que nós poderíamos ir assistir a um filme.

No entanto, como mostra Sweetser (1998), há casos em que apenas o contexto determina o domínio da conjunção causal:

¹⁸⁸ *John came back because he loved her.*

¹⁸⁹ *John loved her, because he came back.*

¹⁹⁰ *What are you doing tonight, because there's a good movie on.*

(209) *Ela foi, **porque** deixou seu livro no cinema na noite passada.*¹⁹¹ (grifo meu)

É possível interpretar (209) como uma asserção da partida de uma pessoa, seguida de uma causa existente no mundo real para essa partida (a intenção de pegar o livro perdido de volta). Pode-se fazer uma leitura de (209), ainda, como uma conclusão: eu sei que/eu concluo que ela foi (ao cinema), porque descobri que ela deixou seu livro no cinema.

Julga-se, aqui, que até mesmo a construção (206), que é incluída por Sweetser (1998) no domínio do conteúdo, pode ter uma leitura, ainda, no domínio epistêmico. Imagine-se uma situação em que todos duvidem da volta de João. O locutor, então, com a intenção de provar o contrário, poderia ter dito: João voltou, porque ele a amava. Nesse caso, o conhecimento do locutor sobre o amor de João por certa pessoa levou-o a concluir que houve, de fato, o retorno de João.

Neves (1999; 2000, p. 815), considerando que, em um sentido lato, “**causa** abrange não apenas causa real, como também razão, motivo, justificativa e explicação”¹⁹², faz a distinção, com base nos domínios linguísticos propostos por Sweetser (1998), entre causais de enunciado, que corresponderiam ao grupo da “subordinação causal”, e causais de enunciação, que equivaleriam à classe da “coordenação causal”. No primeiro grupo, inclui as construções do nível do conteúdo e epistêmico e, no segundo, do domínio do ato de fala. Citam-se exemplos explicitados pela autora para a ilustração dos diferentes domínios linguísticos das construções:

(210) *a menina faz fonoaudiologia **porque** está com três anos e pouco ... e ainda não fala.* (NEVES, 1999a, p. 464-465)

(211) *Eles acham que é o melhor estágio que eles fazem, é um dos melhores estágios, é o de Dermatologia. **Porque** nós temos condições de mostrar pra eles muitos doentes, que é o importante.* (NEVES, 1999a, p. 464-465)

(212) *João um momentinho **porque** eu encontrei... uma definição... não é?* (NEVES, 1999a, p. 464-465)

Em (210), a segunda oração traz uma causa (*está com três anos e pouco e ainda não fala*) de um evento do mundo real (*a menina faz fonoaudiologia*). Em (211), a segunda oração exhibe o conhecimento do falante sobre algo (no estágio de dermatologia, os estudantes têm condições de mostrar para os doentes algo importante), que é a causa da conclusão

¹⁹¹ *She went, because she left her book in the movie theater last night.*

¹⁹² Diferentes matizes de causa serão comentados mais adiante, ao serem expostas as considerações de Rodríguez (1999), Quirk *et al.* (2008), Hengeveld (1998), Mann e Thompson (1988).

apresentada no primeiro segmento oracional (eles o consideram o melhor estágio). Em (212), por seu turno, o segundo segmento traz uma explicação causal do ato de fala que está sendo executado no primeiro segmento (*João um momentinho*): o locutor justifica por que pediu um momentinho para João. Nesses exemplos, as construções encontram-se, respectivamente, no domínio do conteúdo, epistêmico e do ato de fala.

Assim, Neves *et al.* (2008, p. 950), ao tratarem das construções causais, adotam a seguinte divisão em grupos: de enunciado e de enunciação. As autoras informam que, nas causais, “a relação que se estabelece nas camadas mais altas¹⁹³ é mais frouxa e corresponde àquelas formas de relação causal que tradicionalmente foram rotuladas de ‘coordenadas explicativas’”. Aqui, as autoras fazem referência às construções do ato de fala e mostram, a seguir, que diferentes tipos de atos de fala – interrogação, injunção, asserção – podem estar presentes em uma construção:

(213) *Você já imaginou para fazer a peça Hair quanta gente que não foi... éh éh... preparada ali... **porque** o grupo que trabalha em Hair é enorme né?* (NEVES ET AL., 2008, p. 951)

(214) *Agora dias que não tem aula ele pergunta e a resposta é negativa aí então ele diz para a irmã... “levanta **que** hoje não tem aula podemos brincar” aí levantaram.* (NEVES ET AL., 2008, p. 951)

(215) *É graças a esse colegiado... que o senhor presidente vai evidentemente pautar suas decisões... **porque** evidentemente nós temos que... admitir... que um indivíduo... não tem condições... de resolver todas aquelas questões... atinentes ao sindicato.* (NEVES ET AL., 2008, p. 951)

Nos trechos apresentados de (213) a (214), o primeiro segmento da construção indica, respectivamente, uma interrogação, uma injunção e uma asserção. Esses atos de fala podem ser representados da seguinte forma: (pergunto) você já imaginou...?; (ordeno) levanta; (afirmo) ele vai evidentemente pautar... .

Comente-se que, em (213) e (214), fica muito clara a particularidade das “coordenadas” explicativas em relação às “subordinadas” causais, pois é possível dizer que uma pergunta ou uma ordem (ou um pedido) aparecem apenas naquelas (na primeira oração). Por outro lado, ocorrências como (215) podem gerar dúvidas quanto à identificação do tipo de construção, pois uma asserção (no primeiro membro oracional) também pode se manifestar em uma construção que não pertença ao nível do ato de fala.

¹⁹³ Neves *et al.* (2008) fazem referência a uma das camadas propostas por Dik (1997), a da frase, que corresponderia, na tipologia de Sweetser (1998), ao domínio do ato de fala.

Os limites tênues existentes entre as “coordenadas” explicativas e as “subordinadas” causais fazem que sejam explicitadas certas divergências de pontos de vista entre os linguistas na caracterização de cada um desses grupos.

Paiva (2010), ao tratar das causais (com *porque*), baseia-se, assim como Neves (1999, 2000) e Neves *et al.* (2008), nos domínios linguísticos propostos por Sweetser (1998). No entanto, apresenta a seguinte “divisão”: orações explicativas, que englobam as epistêmicas e as de ato de fala, e orações causais estritas. A autora explica que uma oração introduzida por *porque* exprime a causa em sentido mais estrito quando a relação causal entre os dois segmentos conectados é a asserção principal do enunciado. Nesse caso, a natureza informacional de cada membro oracional é menos relevante do que a natureza da relação entre eles. Por outro lado, em um período com *porque* no domínio epistêmico e no nível do ato de fala, a relação de causalidade é pressuposta, ou seja, a oração efeito indica uma conclusão inferida pelo falante. As construções citadas a seguir são incluídas por Paiva (2010, p. 58) no grupo das causais e das explicativas, respectivamente:

(216) *O Alexandre não foi à aula **porque** estava gripado.*

(217) *O Alexandre não está em casa, **porque** não atendeu ao telefone.*

Em (216), estabelece-se uma relação no nível de dependência entre os fatos, e essa dependência é asseverada: o fato de “estar gripado” constitui um motivo válido para o fato de “não ir à aula”. Em (217), diferentemente, a relação entre os estados de coisas está pautada em um pressuposto de normalidade entre estar em casa e atender ao telefone. Isso permite ao falante construir um raciocínio inferencial segundo o qual a evidência “não tendo atendido ao telefone” conduz à conclusão de que “Alexandre não está em casa”. Tal pressuposto criado poderia ser refutado por meio de um raciocínio que negasse a relação entre os dois estados de coisas (Por exemplo: *Alexandre está em casa, mas não atendeu ao telefone porque não quis*). Assim, de acordo com Paiva (2010), nos exemplos expostos, (216) representa uma construção no nível do conteúdo e, (217), no domínio epistêmico.

Chama a atenção o fato de a autora aproximar construções epistêmicas do tipo de (217) àquelas que se encontram no domínio do ato de fala¹⁹⁴, pois, em geral, as estruturas epistêmicas são incluídas no grupo das causais, juntamente com as estruturas do nível do conteúdo, e as construções de ato de fala são englobadas apenas na classe das explicativas.

¹⁹⁴ Como se mostrou anteriormente, Paiva (2010) engloba no grupo das explicativas as construções epistêmicas e as do ato de fala.

Lembre-se de que esta classificação, que parece ser a mais comum, é adotada por Neves (1999, 2000) e Neves *et al.* (2008)¹⁹⁵.

Esclareça-se que Paiva (2010) considera que as causais de ato de fala se aproximam das causais epistêmicas quanto ao tipo de causação realizada. Ela registra que ambos os tipos de construções denotam, mais frequentemente, causa indireta, ao passo que as construções no domínio do conteúdo expressam, geralmente, causa direta. São assim conceituadas tais modalidades de causa: a direta apresenta um evento ou estado, contíguo no tempo, que provoca outro estado ou evento; a indireta traz um operador de causa que relaciona dois estados de coisas não contíguos e que requerem, para sua interpretação, a reconstituição de relações causais intermediárias que ficam implícitas. Apresentam-se ocorrências fornecidas por Paiva (2010, p. 65-67) de causa direta e indireta, respectivamente:

(218) *Perdi o (show do) Roberto Carlos. Já são duas vezes que eu perco o Roberto Carlos. Agora a segunda vez também perdi, **porque não tinha quem ficasse com a menina**.*

(219) *F – Agora esse Júlio Iglesias eu também queria ir assistir, mas eu mesmo já vi que não dá. No Flamengo. Você não acha aquela arquibancada do Flamengo tão pequena para comportar tanta gente?*

E – Acho.

*F – Não é? E cara. Dois mil e... Acho que é dois mil e quinhentos a entrada, – cada pessoa. Mas pelos dois mil e quinhentos valia, não é? Porque só escutar aquelas música dele, eu acho que vale a pena. Mas não... Acho que não vai dar **porque acho aquilo muito pequeno para tanta gente**. Tem lugares que já esgotou. Esgotou, já esgotaram os ingressos e não vou¹⁹⁶.*

Em (218), o fato de a locutora não ter com quem ficasse com a sua filha pequena está na origem de ela ter perdido o *show* do Roberto Carlos. O evento e sua causa são contíguos, pois estão fortemente ligados. Por outro lado, em (219), num primeiro momento, a locutora apresenta como explicação do fato de não poder ir ao *show* a oração **porque acho aquilo muito pequeno para tanta gente**. A relação entre os dois fatos (“não ir assistir ao show” e “o local ser muito pequeno”) só se sustenta se for considerado que ela implica outra cadeia causal: como o estádio do Flamengo, onde se realizará o show, é muito pequeno, os ingressos já se esgotaram. Essa informação é apresentada em uma porção subsequente do texto: “Esgotou, já esgotaram os ingressos e não vou”. Desse modo, a oração causal em destaque

¹⁹⁵ Adotam a mesma perspectiva de Neves (1999, 2000) e Neves *et al.* (2008) sobre a associação das causais/explicativas com os domínios linguísticos autores como Amorim (2012), Defendi e Valadares (2014).

¹⁹⁶ Paiva (2010) não indica a quais domínios pertencem as ocorrências citadas, mas se entende, aqui, que elas fazem parte, respectivamente, do nível do conteúdo e do domínio epistêmico.

adquire a força de um argumento favorável à posição de que o show de Júlio Iglesias deveria ser produzido em um lugar mais amplo.

Lopes (2012) parece fazer uma interpretação das relações causais semelhante à de Paiva (2010). As causais de enunciado (ou de conteúdo) explicitariam um nexo de causa e consequência entre situações do mundo, correspondendo a apenas uma asserção; as causais de enunciação (ou explicativas), por outro lado, não estabelecem um nexo causal com a predicação expressa na oração “principal”, mas com a enunciação dessa predicação (existindo uma pausa marcada entre as orações). São citadas estas construções para a exemplificação das conceituações expostas:

(220) *As ruas estão molhadas **porque** choveu.* (LOPES, 2012, p. 453)

(221) *O Rui está em casa, **porque** as luzes estão acesas.* (LOPES, 2012, p. 454)

Na visão de Lopes (2012), em (220), há uma construção de enunciado, e, em (221), existe uma construção de enunciação. A frase (221) seria parafraseada por: *O fato de eu saber que as luzes estão acesas leva-me a concluir que o Rui está em casa* (LOPES, 2012, p. 454).

Lopes (2012) salienta que construções do tipo de (221) são chamadas de causais epistêmicas por Sweetser (1998), pois se indica o raciocínio do falante, baseado nos seus conhecimentos ou nas suas crenças. Todavia, na opinião de Lopes (2012, p. 456), em construções como a (221),

“não é possível dissociar o domínio epistêmico do domínio ilocutório da significação: asserir uma determinada conclusão e seguidamente explicar/justificar essa conclusão implica, sem dúvida, encadear ou desenvolver um raciocínio, mas também, de forma central, articular asserções com estatutos funcionais distintos (conclusão e premissa ou argumento a favor dessa conclusão).”

Assim, Lopes (2012) distingue as causais de enunciação que justificam uma asserção inferida, caso explicitado em (221), das causais de enunciação que justificam atos ilocutórios não assertivos, exemplificadas de (222) a (225):

(222) *Levanta-te, **que/porque**/pois são horas de ir para a escola!* (LOPES, 2012, p. 461)

(223) *Tens planos para logo à noite? **Porque** gostava de te convidar para irmos ao cinema.* (LOPES, 2012, p. 462)

(224) *Prometo visitar-te, **porque**/pois sei que precisas de desabafar.* (LOPES, 2012, p. 464)

(225) *Lamento que tenhas reprovado, **porque**/pois sou testemunha de te esforçaste.* (LOPES, 2012, p. 464)

Em (222), (223), (224) e (225), de acordo com a visão de Lopes (2012), antes do segmento com valor de causa, indica-se, respectivamente, uma ordem, uma pergunta, um ato ilocutório compromissivo e um ato ilocutório expressivo.

Dessa forma, reitera-se que tanto Lopes (2012) quanto Paiva (2010) incluem as chamadas causais epistêmicas, juntamente com as causais de ato de fala, no grupo das causais de enunciação. Stukker & Sanders (2012) mostram que tanto a relação epistêmica quanto a relação de ato de fala podem ser consideradas subjetivas: o falante está diretamente envolvido na conexão de um argumento com uma conclusão ou é o enunciador de um ato de fala e sua motivação.

Por outro lado, julga-se, aqui, que há uma aproximação entre as causais epistêmicas e as causais de conteúdo. O que parece comprovar isso é a possibilidade – como se verá no capítulo de análise (na seção “6.1”) – de uma leitura ambígua na construção causal entre os domínios epistêmico e de conteúdo, já mostrada por Sweetser (1998), como foi revelado anteriormente. Vale acrescentar que, como afirmam Noordman & Blijzer (2000), uma relação epistêmica reflete uma linha de raciocínio que é permitida pela co-ocorrência de eventos ou situações no mundo. Nesse sentido, uma relação epistêmica é baseada em uma relação de conteúdo implícita. Os autores ilustram tal questão com esta construção: *Porque foi bem na prova, João deve ter estudado muito*¹⁹⁷ (NOORDMAN & BLIJZER, 2000, p. 37). Nesse caso, a conclusão é justificada por uma relação de conteúdo implícita. A razão pela qual alguém pode inferir que “João estudou muito” (a partir de “João foi bem na prova”) é que, se alguém estuda com afinco, tem um bom desempenho na prova. Assim, para os autores referidos, as relações epistêmicas expressam causalidade existente no mundo de um modo menos direto. Visto isso, opta-se, nesta tese, por adotar a separação entre “coordenadas” explicativas e “subordinadas” causais proposta por Neves (1999a) e por Neves *et al.* (2008).

Outro aspecto que merece ser discutido é a relação entre a noção de causa/explicação e o domínio linguístico. Lopes (2004) mostra que a ideia de explicação não está associada, necessariamente, ao âmbito da enunciação. Registram-se alguns exemplos oferecidos pela autora para ilustração:

---

¹⁹⁷ *Because John passed the exam, he must have worked hard.*

(226) *A janela está quebrada, **pois** a dobradiça partiu.* (LOPES, 2004, p. 37)

(227) *A janela está estragada, **pois** não a consigo abrir.* (LOPES, 2004, p. 37)

Em (226), a explicação seria referente ao conteúdo proposicional da primeira oração. O fato de a dobradiça ter partido corresponde a um tipo de estado de coisas que, normalmente, explica o estado de coisas descrito no primeiro segmento. Em (227), por sua vez, a explicação diria respeito ao fato de o locutor concluir que a janela está estragada, a partir da observação da impossibilidade de a abrir; assim, não se explica o estado de coisas expresso em “a janela está estragada”. Então, para Lopes (2004), apesar de, em ambos os casos, estar envolvido o valor de explicação, na primeira frase, o conteúdo seria proposicional (ou seja, de estados de coisas) e, na segunda frase, haveria ato ilocutório (ou seja, ato de fala). Da mesma forma, Lopes (2004) julga que a causa pode ser expressa no nível da enunciação:

(228) *Foi idiota **por** não aceitar a proposta.* (LOPES, 2004, p. 38)

(229) *Acho-o idiota **por** não aceitar a proposta.* (LOPES, 2004, p. 38)

Em (228), a relação causal se estabeleceria entre o conteúdo proposicional das orações. Em (229), a oração causal exprimiria a causa da realização do ato ilocutório. Contudo, em ambos os enunciados seria expressa a causa propriamente dita, pois a relação de causa entre os segmentos é asseverada, e não pressuposta.

Concorda-se, aqui, com o fato de que a explicação pode ser expressa em uma construção que relacione estados de coisas. Para a interpretação de (226), pode-se imaginar uma situação em que o falante tenha certeza de que a janela está quebrada e queira justificar o motivo de sua certeza. Por outro lado, entende-se que a construção (227) encontra-se, mais propriamente, no domínio epistêmico (e não no do ato de fala), dado que o conteúdo do primeiro segmento traz uma inferência do locutor. Então, “não consigo abrir” funcionaria como a causa da conclusão apresentada na primeira oração (“a janela está quebrada”).

Julga-se que a distinção feita entre (228) e (229) também pode ser revista. É possível considerar que tanto “foi idiota” quanto “acho-o idiota” constituem conclusões, opiniões do locutor em relação a alguém. Nesses casos, há apenas uma diferenciação na forma de expressão: em (229), a opinião fica mais explícita, pela presença do verbo modalizador “acho”. Assim, em ambas as construções, “por não aceitar a proposta” seria uma causa da conclusão apresentada, o que permitiria dizer que tanto (228) quanto (229) poderiam estar no

domínio epistêmico, e não no nível proposicional (do conteúdo) e do ato de fala, respectivamente.

Pelo que se expôs nesta seção, verifica-se que não há como separar totalmente a noção de causa do sentido de explicação/justificativa, pois a causa é uma noção mais ampla, que abrange o sentido de explicação/justificativa. As possíveis ambiguidades de leitura aqui mostradas comprovam isso.

Assim, julga-se que é a tentativa de diferenciação entre os domínios linguísticos propostos por Sweetser (1998) e a leitura feita por Neves (1999a) acerca dessa tipologia que auxiliam, mais propriamente, a compreensão do funcionamento semântico das construções com *se... ser porque*, aliado ao fator sintático. As estruturas com *se... ser porque* aproximam-se mais das “subordinadas” causais do que das “coordenadas” explicativas, pois podem aparecer ou no nível do conteúdo ou no nível epistêmico, mas não se manifestam entre atos de fala:

(230) *"Mas, prefeito, se a gente mora aqui é **porque** não tem onde morar."* (Da migrante paraense Laudence Paiva, replicando) (Corpus adicional, Veja, Panorama, 02/03/11)

(231) *A piada de Borat é que, se alguém acha que tem uma “lição cultural” a dar, é **porque** provavelmente é a última pessoa habilitada a fazê-lo.* (Corpus adicional, Veja, Cinema, 27/12/06)

(232) *"Devo informá-la de que poderei danificar seus óculos ao tocar neles", disse a atendente em tom automatizado. "Não posso me responsabilizar se seus óculos se quebrarem enquanto eu estiver realizando o conserto." (...) "Minha senhora", eu disse. "Faz 40 anos que compro nesta loja. Se vim consertar meus óculos, é **porque** confio nos seus serviços. (...)"* (Corpus adicional, FSP, Bárbara Gância, 10/07/11)

Em (230), está em questão o domínio do conteúdo: há dois estados de coisas descritos, com uma relação de sequencialidade causal entre eles: o fato de as pessoas não terem onde morar causa o fato de morarem aqui. Em (231), vê-se o domínio epistêmico: alguém achar que tem uma “lição cultural” a dar serve de premissa para a conclusão de que provavelmente é a última pessoa habilitada a fazê-lo. Em (232), por sua vez, percebe-se uma ambiguidade entre os níveis do conteúdo e epistêmico: o locutor relaciona dois eventos do mundo: a confiança nos serviços da ótica leva o locutor a ir consertar seus óculos lá; por outro lado, a atitude de ir consertar seus óculos na ótica leva a que se conclua que o locutor confia nos serviços da empresa. Nesse último caso, a possibilidade de ambiguidade entre os domínios do conteúdo e epistêmico nas estruturas com *se... ser porque*, além de revelar maior semelhança de natureza com as “subordinadas” causais (do que com as “coordenadas” explicativas),

demonstra a estreita aproximação entre os domínios linguísticos referidos, a qual já foi sugerida no decorrer desta seção, com embasamento nas considerações de Noordman & Blijzer (2000).

Levando-se em conta que as construções com *se... ser porque* são manifestadas no domínio linguístico do conteúdo e/ou no domínio linguístico epistêmico, procura-se, na próxima seção, identificar se há diferentes nuances de sentido nessas estruturas.

4.2.2 Matizes semânticos

Passa-se a discutir mais detidamente as nuances semânticas da causa, tratadas por Rodríguez (1999), Quirk *et al.* (2008) e Hengeveld (1998). As considerações desses autores permitirão observar que a leitura das relações causais não se restringe a domínios linguísticos.

Rodríguez (1999, p. 3602) determina uma diferença entre “causais puras” e “causais explicativas”. As “causais puras” apresentam uma conexão não conhecida entre as orações; tal vínculo manifesta-se como relação de causa e efeito ou de motivação e resultado:

(233) *As flores murcharam **porque** não tinham água suficiente.*¹⁹⁸

(234) *Comprei um presente **porque** era seu aniversário.*¹⁹⁹

Em (233), há uma relação de causa e efeito, e os sujeitos, segundo Rodríguez (1999), não possuem restrições semânticas. Já, em (234), está presente um vínculo entre motivação e resultado; como a motivação implica um ato voluntário, os sujeitos devem, obrigatoriamente, ser entidades animadas que participam ativamente (tendo alguma intenção ou desejo) na relação causal e suas consequências. Assim, em (234), a ação intencional de comprar um presente foi motivada pelo aniversário.

Em relação às “causais explicativas”, consoante Rodríguez (1999, p. 3602), elas explicitam um fato B que, a juízo do falante, pode ser uma explicação plausível ou uma justificativa apropriada do fato A, ou porque se conhece de antemão a relação entre A e B, ou porque o fato B favoreça o fato A. Nesse grupo, há as causais explicativas próprias (circunstâncias favoráveis ou habituais – conhecidas ou pressupostas – de uma ação) ou causais hipotéticas (deduções que realiza um interlocutor baseando-se em seu conhecimento dos fatos):

¹⁹⁸ *Las flores se han marchitado porque no tenían agua suficiente.*

¹⁹⁹ *Te he comprado un regalo porque era tu cumpleaños.*

(235) *Já que já está pronto, proponho que partamos.*²⁰⁰ (Circunstâncias)

(236) *Como faz frio, as estradas estão com geadas.*²⁰¹ (Causa habitual)

(237) *Não partiu, porque está aí sua carteira.*²⁰² (Causa hipotética)

A diferença entre os dois grupos mencionados consiste no fato de que, nas hipotéticas, a explicação não está relacionada ao verbo do enunciado, mas ao predicado implícito da enunciação: o fato de se ter à vista a carteira não é razão para que alguém não parta, mas uma razão para que o interlocutor deduza a presença de alguém. As explicativas próprias, por outro lado, sugerem uma circunstância (entre outras possíveis) que explica não somente o fato enunciado, mas também toda a informação contida na oração não causal.

No que tange às observações de Rodríguez (1999), saliente-se que a divisão feita entre causais “puras” e causais “explicativas” não fica muito bem esclarecida, pois se atribui apenas ao primeiro grupo as relações de causa e efeito e de motivação e resultado, mas parece que tais relações também se manifestam no outro grupo das causais “explicativas”, pelo menos ao se levarem em conta os exemplos fornecidos pelo autor. Em (235), não haveria, da mesma forma, motivação e resultado? O fato de alguém estar pronto motivaria uma ação intencional do locutor (*proponho que partamos*). Em (236), não haveria também causa e efeito? O frio seria a causa de as estradas estarem com geadas (o efeito). Assim, faltaria Rodríguez (1999) especificar melhor os conceitos propostos.

Quirk *et al.* (2008, p. 1103-1104), por sua vez, denomina de razão os diversos tipos de orações “subordinadas” que expressam similaridades básicas de conexão com a oração matriz. Em todas essas construções, há uma sequência temporal: a situação expressa na oração “subordinada” precede, no tempo, a relação explicitada na oração matriz. São estes os tipos de relações de razão indicados pelos autores:

(A) Causa e efeito: a construção expressa a percepção de uma conexão objetiva existente no mundo real.

(238) *As flores estão crescendo bastante porque eu as pulverizei.*²⁰³ (A causa para as flores estarem crescendo bastante é que eu as pulverizei.)

²⁰⁰ *Ya que está todo visto, propongo que nos vayamos.*

²⁰¹ *Como hace frio, las carreteras están heladas.*

²⁰² *No se ha ido, porque tiene ahí la cartera.*

²⁰³ *The flowers are growing so well because I sprayed them.*

(B) Razão e consequência: a construção expressa a inferência do falante sobre uma conexão.

(239) *Ela regou as flores **porque** elas estavam secas.*²⁰⁴ (A razão pela qual ela regou as flores foi – infere-se – o fato de que elas estavam secas.)

(C) Motivação e resultado: a construção expressa a intenção de um ser animado que tem um resultado subsequente.

(240) *Você irá me ajudar **porque** é meu amigo.*²⁰⁵ (A motivação para você me ajudar é o fato de ser meu amigo.)

(D) Circunstâncias e consequência: a oração circunstancial relaciona razão com uma condição que é assumida como algo que ocorrerá ou que está prestes a se realizar; a construção exhibe relação entre uma premissa (na oração “subordinada”) e uma conclusão (na oração matriz).

(241) ***Como** o tempo melhorou, o jogo será realizado como planejado.*²⁰⁶ (A partir do fato de que o tempo melhorou, conclui-se que o jogo será realizado como planejado.)

As relações apresentadas até aqui são incluídas por Quirk *et al.* (2008) no grupo da razão direta. Os usos mais periféricos das orações são denominados pelos autores como razão indireta. Nessa classe, a razão não está relacionada à situação exibida na oração matriz, mas é uma motivação para o ato de fala implícito em uma asserção:

(242) *Vanessa é sua tia favorita, **porque** seus pais me contaram.*²⁰⁷ (*Como seus pais me contaram, eu posso dizer que Vanessa é sua tia favorita.*) (QUIRK *et al.*, 2008, p. 1104)

Dos casos apontados por Quirk *et al.* (2008), vale chamar a atenção para o fato de que as relações (B) e (D) apresentam certa semelhança, pois, em ambas, o conteúdo de uma oração leva a uma conclusão apresentada na outra oração. Uma das diferenças é que, em (B), a conclusão vem expressa no segmento causal e, em (D), no segmento nuclear. Tal distinção serve para demonstrar mais detalhadamente a relação causal do domínio epistêmico descrita por Sweetser (1998): lembre-se de que esta autora reconhece, no domínio epistêmico das construções causais, a existência de uma conclusão apenas na oração nuclear. Assim, ao citar

²⁰⁴ *She watered the flowers **because** they were dry.*

²⁰⁵ *You'll help me **because** you're my friend.*

²⁰⁶ ***Since** the weather has improved, the game will be held as planned.*

²⁰⁷ *Vanessa is your favourite aunt, **because** your parents told me so.*

a possibilidade (B), Quirk *et al.* (2008) “abrem caminho” para o estudo de construções do tipo *se... ser porque*, as quais, como se verá na análise dos dados, trazem, prototipicamente, conclusão na segunda oração do conjunto (que, muitas vezes, “convive” com a causa). Por outro lado, na parte de análise desta tese, será questionada a ideia defendida por Quirk *et al.* (2008) de que em todas as construções de razão (denominadas aqui de causa, em sentido lato) existe uma sequência temporal.

Hengeveld (1998, p. 346), por seu turno, expõe três tipos de relação causal:

(A) Causa: relaciona dois estados de coisas, os quais são localizados no tempo e no espaço e podem ser avaliados em termos de seu estatuto de realidade.

(243) *O fusível queimou **porque** nós tínhamos sobrecarregado o circuito.*²⁰⁸

(B) Razão: encontra-se no nível do conteúdo proposicional, o qual não pode ser situado nem no tempo nem no espaço, mas é avaliado em termos de seu estatuto de verdade. O conteúdo proposicional constitui construtos mentais, pensamentos sobre estados de coisas, indicando, assim, crenças, expectativas e julgamentos do falante.

(244) *Jenifer foi para casa **porque** sua irmã a visitaria.*²⁰⁹

(C) Explicação: justifica a enunciação feita pelo falante no primeiro segmento da construção.

(245) *Jenifer não está aqui, **porque** eu não a vi.*²¹⁰

Em (243), apresenta-se, na oração causal, um evento que é visto como a causa do evento expresso na oração nuclear, sem haver qualquer envolvimento intencional por parte de um agente na oração nuclear. Em (244), a oração causal não causa o evento expresso na oração nuclear de um modo literal, mas representa um conteúdo proposicional que leva um participante expresso na oração nuclear a se engajar em uma ação. Em (245), por sua vez, a oração causal apresenta uma consideração que levou o falante a chegar à conclusão apresentada na oração nuclear; assim, há uma relação entre atos de fala.

No que tange à proposta de Hengeveld (1998), questiona-se somente se, de fato, nas construções de conteúdo proposicional, haveria apenas a manifestação da atitude do falante

²⁰⁸ *The fuse blew because we had overloaded the circuit.*

²⁰⁹ *Jenny went home because her sister would visit her.*

²¹⁰ *Jenny isn't here, for I don't see her.*

perante o conteúdo explicitado. Não haveria uma ambiguidade em (244)? Não poderia ser interpretado que o estado de coisas “sua irmã visitaria” causaria um efeito, o estado de coisas “Jenifer foi para casa”?

Apesar de alguns questionamentos aqui feitos, considera-se que as observações sobre relações causais feitas por Rodríguez (1999), Quirk *et al.* (2008) e Hengeveld (1998) servem de ponto de partida para a análise das construções com *se... ser porque*. Pelos postulados de tais autores, fica sugerido que à leitura das causais nos domínios linguísticos pode ser acrescentada a ideia de ação intencional do falante. Conceito semelhante já era estudado por Mann & Thompson (1988), que, com base nos postulados da Teoria da Estrutura Retórica, identificaram relações de causa volitiva e, ainda, de causa não volitiva:

(246) *Escrever tornou-se quase impossível, então nós contratamos um digitador e eu devo aprender a digitar adequadamente depois de todos esses anos.*²¹¹ (MANN & THOMPSON, 1988, anexo)

(247) *A eliminação da pobreza é necessária a fim de oferecer motivação para o controle de natalidade em países pobres. Outros países devem auxiliar nesse processo, especialmente porque eles têm uma obrigação moral de fazer isso.*²¹² (MANN & THOMPSON, 1988, anexo)

Em (246) e (247), os trechos em negrito representam, respectivamente, uma ação volitiva (intencional) e uma ação não volitiva (não intencional), motivadas pelo conteúdo expresso nos excertos que apresentam noção de causa (*escrever tornou-se quase impossível / especialmente porque eles têm uma obrigação moral de fazer isso*).

A partir do que se expôs, reitera-se, ainda, que, com embasamento nas considerações de Quirk *et al.* (2008), é verificada a possibilidade de, em uma oração causal, ser exibida não somente uma noção de causa como também uma de conclusão, manifestação que, como se verá no exame dos dados, faz parte da natureza das construções com *se... ser porque*.

Assim, com base em Rodríguez (1999), Quirk *et al.* (2008), Hengeveld (1998) e Mann & Thompson (1988), são propostas as seguintes leituras para as relações causais nas estruturas com *se...ser porque*:

²¹¹ *Writing has almost become impossible so we had the typewriter serviced and I may learn to type decently after all these years.*

²¹² *The elimination of mass poverty is necessary to supply the motivation for fertility control in such countries. Other countries should assist in this process, not least because they have a moral obligation to do so.*

- Causa:

(248) *Se existe uma boa notícia em terreno tão minado, é a de que, se remédios estão saindo do mercado, é **porque** a vigilância feita por instituições científicas independentes tornou-se mais eficiente.* (Corpus adicional, Veja, Medicina, 05/11/08)

- Motivação com ação intencional:

(249) *Sim, a pressão dos paparazzi precipitou a fatalidade. Mas, argumenta Tina, se Diana saiu para a noite parisiense, é **porque** queria ser vista e fotografada.* (Corpus adicional, Veja, Memória, 19/12/07)

- Motivação com ação não intencional:

(250) (...) *A livraria fez ainda acordos importantes com as grandes gravadoras, que, surpreendentemente, concordaram em disponibilizar seus títulos sem um dispositivo de proteção de direitos autorais. Essa era uma ideia defendida por Jobs, mas que a maioria das gravadoras rechaçava. Se deram o braço a torcer é **porque** já não têm como lutar contra a realidade. Em 2007, as vendas de CDs caíram 19% só nos Estados Unidos. As gravadoras também enfrentam um êxodo de artistas importantes.* (...) (Corpus adicional, Veja, Inovação, 23/01/08)

- Causa e conclusão:

(251) *Se Dilma diz que quer a tal faxina e depois nega que ela exista, é **porque** ela tem medo da limpeza pesada.* (Corpus adicional, FSP, Opinião, 14/09/11)

Em (248), apresentam-se duas situações existentes no mundo real: a vigilância mais eficiente de instituições científicas independentes causou o fato de os remédios estarem saindo do mercado. Em (249), o fato de Diana querer ser vista e fotografada motiva uma ação intencional: sair para a noite parisiense. Em (250), o fato de já não ser possível lutar contra a realidade motiva uma ação não intencional dos indivíduos: “dar o braço a torcer”. Em (251), por seu turno, a partir da constatação de que *Dilma diz que quer a tal faxina e depois nega que ela exista*, o locutor conclui que *ela tem medo da limpeza pesada* e indica esse receio também como causa da alegação de Dilma.

As construções com causa, por exibirem uma relação de causa e efeito, encontram-se no domínio do conteúdo. As construções com causa e conclusão, por indicarem uma premissa e uma conclusão, fazem parte, especialmente, do domínio epistêmico. As construções com

motivação (intencional ou não), por sua vez, podem se manifestar em qualquer um desses domínios. Em (249), aparece o domínio epistêmico, pois Tina faz uma argumentação: com a premissa de que Diana saiu para a noite parisiense, chega à conclusão de que ela queria ser vista e fotografada. Em (250), observa-se uma ambiguidade: há uma relação entre estados de coisas e entre premissa e conclusão. Dados concretos (a queda de vendas, o êxodo das gravadoras) comprovam que as gravadoras não têm como lutar contra a realidade, o que causou o fato de “darem o braço a torcer”, mesmo com certa resistência. Ao mesmo tempo, a situação analisada pelo locutor faz que, a partir da premissa de que as gravadoras “deram o braço a torcer”, ele conclua que elas não tenham mais possibilidades de lutar contra a realidade.

Saliente-se que, nas construções com *se... ser porque*, não foram identificadas relações do tipo de “causa hipotética” (RODRÍGUEZ, 1999), “explicação” (HENGVELD, 1998), “razão indireta” (QUIRK *et al.*, 2008), visto que as estruturas com *se... ser porque* aproximam-se mais das “subordinadas” causais do que das “coordenadas” explicativas.

A partir do que foi exposto neste tópico, percebe-se que é possível identificar diferentes nuances de causa nas causais canônicas e nas construções com *se... ser porque*, nuances que vêm acompanhadas da leitura dos domínios linguísticos estabelecidos por Sweetser (1998).

5. Organização das construções com “*se... verbo ser + porque*” no discurso

Nesta seção, busca-se trazer considerações sobre a natureza pragmática das construções com *se... ser porque*. Para isso, faz-se referência à questão do estatuto informacional e das funções discursivas de tópico e foco.

Será observado que as construções com *se... ser porque* possuem, assim como as condicionais canônicas, uma oração de tópico, e, por outro lado, expressam efeitos de sentidos particulares devido, especialmente, à presença da focalização.

5.1 Estatuto informacional

Cunha *et al.* (2003) asseveram que a **informatividade** manifesta-se em todos os níveis de codificação linguística e diz respeito ao que os interlocutores compartilham (ou supõem compartilhar) na interação. Sob uma perspectiva cognitiva, o locutor comunica-se para informar o interlocutor sobre algo, que pode ser do mundo externo, do seu mundo interior ou algum tipo de manipulação que pretende exercer sobre o interlocutor. Os autores acrescentam que a questão da informatividade é tratada na linguística funcionalista principalmente a partir da classificação semântica e da codificação de referentes no discurso, demonstrando-se que a forma como um referente é apresentado no discurso é determinada por fatores semântico-pragmáticos. Alguns dos autores que estudam a informatividade são Chafe (1984, 1987), Halliday (2004) e Prince (1981).

Segundo Chafe (1987), no fluxo de informação, as manifestações linguísticas estão menos relacionadas ao conteúdo do enunciado do que ao modo como esse conteúdo é empacotado e apresentado ao interlocutor. Um desses aspectos do fluxo de informação que tem sido tratado é o estatuto informacional. Chafe (1987) vê a questão do estatuto informacional sob uma perspectiva cognitiva, ao assumir que a mente armazena uma grande quantidade de informações e que apenas uma pequena quantidade é recuperada, ou seja, ativada. Assim, o autor propõe estados de ativação: ativo, semiativo e inativo. O ativo é aquele que está no foco de consciência de uma pessoa (o locutor e o interlocutor). O semiativo é aquele que está na memória periférica; trata-se de uma ideia à qual se tem acesso, mas que não está sendo diretamente enfocada. O inativo, por sua vez, é o que está presente na memória de longo termo do interlocutor, ou seja, não está no foco de consciência nem está na memória periférica.

Outro aspecto tratado por Chafe (1984, p. 437) no que diz respeito ao estatuto informacional é a unidade de entonação (“intonation unit”). Ao analisar orações adverbiais, o autor procura verificar a integração entre a oração adverbial e a nuclear. Para isso, leva em conta a língua falada e a escrita. Quando as pessoas falam, elas o fazem em jatos de aproximadamente dois segundos ou por uma média de seis palavras. Esses jatos são caracterizados por conter um único contorno entonacional, e, assim, são denominados de “unidades entonacionais”. Eles geralmente são separados por uma breve pausa. O autor levanta a hipótese de que a unidade entonacional é a expressão de um único “foco de consciência”, que representa a memória de curta duração em uma pequena porção de informação. A quantidade de informação que pode ser incluída no foco de consciência é limitada; supõe-se que as pessoas não mantêm o foco em mais de uma oração por vez. A unidade de entonação da fala, segundo Chafe (1984, p. 438), é “imitada” na escrita por “unidades de pontuação” (“punctuation units”). Estas constituem qualquer extensão compreendida entre marcas de pontuação.

Com base nesses conceitos, Chafe (1984) mostra que, na língua escrita, a oração adverbial e a oração nuclear podem ser incluídas dentro de uma única unidade de pontuação. Trata-se das orações adverbiais “ligadas” (“bound”). Assim, quando se fala de uma oração adverbial “ligada”, se está em questão a língua falada, faz-se referência a uma oração que não é separada por pausa prosódica de sua oração nuclear; se está em pauta a língua escrita, faz-se menção a uma oração que não é separada de sua oração nuclear por uma marca de pontuação (geralmente, a vírgula). Por outro lado, há, na fala e na escrita, as orações adverbiais “não ligadas” (“free”).

Chafe (1984) associa a questão da unidade de entonação/pontuação com a distribuição da informação, que determina se o locutor acha que algo já está na consciência do seu interlocutor. Ele mostra que, na trajetória da informação familiar (dada) para informação não familiar (nova), a qual representa o dinamismo comunicativo, está em questão a unidade entonacional/de pontuação, e não o nível da oração. Ele considera que é improvável que duas orações com o mesmo contorno entonacional veiculem ambas informação não familiar. Quando uma unidade de entonação /pontuação contém mais de uma única oração, o fluxo dá-se da informação familiar (na primeira oração) para a não familiar (na segunda).²¹³ O autor acrescenta que os usuários da língua inglesa criam unidades de entonação/pontuação que se iniciam com informação familiar. Orações nucleares, mas não as adverbiais, podem expressar

²¹³ Saliente-se, no entanto, que a unidade entonacional pode ter extensão menor do que uma oração, constituindo, por exemplo, um sintagma preposicionado ou nominal, conforme Chafe (1984).

informação familiar, e, então, a trajetória comum é a que parte da uma oração nuclear e chega até a oração adverbial.

Comente-se que a proposta de Chafe (1987) é mais focada no aspecto cognitivo. Por outro lado, Chafe (1987) faz referência à tendência de se iniciarem unidades de entonação/pontuação com informação dada (familiar), o que convém associar às construções com *se... ser porque*, nas quais a oração condicional pode retomar conteúdo apresentado em porção textual precedente.

Halliday (2004), por sua vez, propõe a existência de dois tipos de estatuto informacional: informação dada e informação nova²¹⁴. A informação dada é a informação apresentada pelo falante como recuperável pelo ouvinte. O elemento é recuperável quando: já foi mencionado antes; está presente na situação de comunicação (como os participantes do discurso, *eu* e *você*); o falante quer apresentar algo como dado por propósitos retóricos²¹⁵. A informação nova é exibida pelo falante como não recuperável. Esse elemento é assim caracterizado quando: não foi mencionado anteriormente; é algo inesperado, tendo sido mencionado ou não previamente.

No tratamento da informatividade, Halliday (2004, p. 88) propõe o conceito de “unidade de informação” (“information unit”), uma unidade paralela à oração e às outras unidades pertencentes à oração (palavra, morfema). Visto que a unidade de informação é paralela à oração (e aos itens que compõem esta), ela é variável em extensão em relação à oração: pode consistir em mais ou menos de uma oração, mas, nos casos não marcados, coincide com a oração. Ademais, para o autor, uma única unidade informacional pode constituir duas ou mais orações; e uma única oração pode ser formada em duas ou mais unidades de informação.

Na tipologia de Halliday (2004, p. 88), à unidade de informação é relacionado o conceito de “grupo tonal”²¹⁶ (“tone group”), referente à unidade de fonologia. O grupo tonal funciona, sob um ponto de vista gramatical, como a apresentação de certa quantidade de

²¹⁴ Não se adota, aqui, a tipologia de estatuto informacional de Halliday (2004). No entanto, a proposta do autor acerca do estatuto informacional é discutida nesta tese porque é de natureza interativa, servindo, como se verá, para questionar a dicotomia estabelecida entre informação dada e informação nova, questionamento que pode ser feito (e é aqui feito, no capítulo de análise) também em relação à tipologia determinada por Prince (1981), adotada na presente tese.

²¹⁵ Borba *et al.* (2002, p. 1379) indicam como um dos significados de retórica: *discurso que visa a convencer; eloquência*. No caso em discussão, é possível pensar em uma situação, por exemplo, em que o falante pretende demonstrar ao ouvinte a importância de determinada informação, que não poderia, por isso, passar despercebida ou ser vista como desconhecida.

²¹⁶ Tradução de Ilari (1992).

informação no discurso, denominada de unidade de informação. A língua falada constitui uma sequência de unidade de informação, uma seguida da outra, em uma sucessão ininterrupta.

A informação, em um sentido gramatical, consiste na tensão entre o que já é conhecido ou previsível e o que é novo ou imprevisível. É o entrelaçamento entre o que é novo e o que não é novo que gera informação. Assim, a unidade de informação é uma estrutura formada por duas funções: o novo e o dado.

Em uma estrutura idealizada, cada unidade de informação consiste em um elemento dado acompanhado de um elemento novo. No entanto, há duas condições para se partir desse princípio. Uma é que o discurso tem de começar de algum ponto; assim, há unidades que iniciam o discurso as quais são formadas de um elemento novo apenas. A outra é que, por natureza, o elemento dado é fórico (ou seja, refere-se a algo já apresentado no contexto verbal ou não verbal); e o modo de se atingir a foricidade é a elipse, uma forma gramatical em que certas características não são realizadas na estrutura. Estruturalmente, portanto, pode-se dizer que uma unidade de informação contém um novo elemento obrigatório e um elemento dado opcional. O modo como essa estrutura organiza-se é natural (isto é, não arbitrária), em dois aspectos: o elemento novo é marcado por proeminência; o elemento dado, tipicamente, precede o novo.

No que se refere à questão da proeminência, Halliday (2004) explica que cada unidade de informação é manifestada por um contorno, o qual pode ser descendente, ascendente ou pode ter ambas as características. O contorno estende-se sobre todo o grupo tonal. Dentro deste, uma “base” (“foot”) carrega a proeminência tônica, e o elemento que possui tal proeminência é chamado deônico (a sílaba tônica, por exemplo). O elemento que contém essa proeminência é aquele que carrega o foco informacional.

Halliday (2004) acrescenta que o elementoônico define o ponto de culminância daquilo que tem o estatuto de novo; ele marca em que ponto o elemento novo termina. Em seu uso típico, este será o último elemento (funcional) na estrutura oracional na unidade de informação. Isso implica que a típica sequência de elementos da estrutura informacional é o dado seguido do novo. No entanto, enquanto o final do novo elemento é marcado pela proeminência tônica, não há nada para marcar em que ponto ele começa; assim, há certa indeterminação na estrutura informacional. Se for analisada uma expressão linguística fora de contexto, pode-se afirmar que ela tem como ponto de culminância o elemento novo, mas não seria possível determinar, em relação ao aspecto fonológico, se há um elemento dado exposto antes ou qual seria a fronteira entre o dado e o novo. Entretanto, o contexto pode contribuir para isso; a partir das frases que antecedem determinada expressão linguística.

Outro aspecto referente à tipologia de Halliday (2004) é a associação entre o par “dado-novo” com o par “tema-rema”. Uma mensagem é composta por duas partes: o tema e o rema. O tema é o elemento que serve como ponto de partida da mensagem; é ele que orienta a oração dentro de seu contexto. O restante da mensagem, a parte em que o tema é desenvolvido, é denominada, segundo a terminologia da Escola de Praga, de rema. Portanto, vista como uma mensagem, a oração é constituída por um tema que vem acompanhado por um rema; e a estrutura da mensagem é expressa por meio da ordem: aquilo que é escolhido como tema é colocado na posição inicial da mensagem. Na estrutura “Este bule foi o que o duque deu para minha tia”²¹⁷ (HALLIDAY, 2004, p. 70), “este bule” é o tema e “foi o que o duque deu para minha tia” é o rema²¹⁸. Visto isso, Halliday (2004) assevera que há uma relação semântica estreita entre a estrutura de tema e a estrutura de informação. Isso vem refletido na relação não marcada entre estas duas. Uma unidade de informação coincide com uma oração; nesse caso, a ordem “dado-novo” (tonicidade não marcada) indica que o tema termina no ponto em que finaliza o elemento dado e que o rema termina no ponto em que finaliza o elemento novo.

Entretanto, salienta Halliday (2004) que, apesar da possível relação entre as estruturas referidas, “dado + novo” e “tema + rema” não são equivalentes. O tema é o que o falante escolhe como seu ponto de partida; o dado é o que o ouvinte já sabe acerca de algo. Assim, a estrutura temática (“tema-rema”) é orientada para o falante, ao passo que a estrutura informacional (“dado-novo”) é voltada para o ouvinte. Halliday (2004, p. 94) demonstra a não equivalência de “dado + novo” e “tema + rema” com a análise desta frase, por exemplo: *I haven't seen you for ages*. “I” atua como tema e o restante da frase como rema; *haven't seen* é novo e “for ages” é dado. O autor examina tal frase, citando as funções especificadas, em um diálogo no qual o falante pergunta ao ouvinte se este está voltando para a vida social; o ouvinte discorda do pressuposto desse enunciado (que indicaria que ele se afastou); o falante explica, então, o motivo de sua avaliação, afirmando que não vê o ouvinte há anos. Dessa forma, é atribuído somente a “for ages” o estatuto de dado porque, nesse diálogo, é o único

²¹⁷ *This teapot was what the duke gave to my aunt.*

²¹⁸ Halliday (2004) salienta que alguns gramáticos usam os termos “tópico” e “comentário” em vez de, respectivamente, “tema” e “rema”. No entanto, explica que a terminologia “tópico-comentário” carrega diferentes conotações. A denominação “tópico” normalmente refere-se a apenas um caso particular de tema, o tema tópico (o qual contém elementos experienciais: participante, circunstância ou processo). Ademais, alerta para o fato de que esse rótulo tende a ser usado para abranger dois conceitos distintos: um referente ao tema e outro concernente ao estatuto de dado. Assim, Halliday (2004) julga ser preferível utilizar a terminologia de “tema-rema”.

conteúdo recuperável, a partir da informação anteriormente exposta sobre o retorno para a vida social.

A respeito da tipologia de Halliday (2004), Ilari (1992) assinala a dificuldade de tratar a informação e a tematização como subsistemas independentes sob uma perspectiva funcional. Ele lembra que a tematização e a informação não desempenham os mesmos papéis na teoria linguística de Halliday (2004): a estrutura informativa da oração pode ser referida diretamente a traços entonacionais, ao passo que a estrutura temática só pode ser delimitada indiretamente, a partir de observações feitas no que tange ao componente modal. Dessa forma, as consequências da escolha do tema, para Ilari (1992), tornam-se sensíveis somente na medida em que: acarretam a segmentação da oração em duas unidades informativas; determinam qual dos segmentos definidos no componente ideacional (ou modal) deverá ocupar determinado lugar (ou outro) na ordem linear e, portanto, na estrutura informativa. O autor considera que o tema, assim como este é concebido por Halliday (2004), não é uma opção básica, mas um recurso para correlacionar opções de níveis distintos. Ele afirma, então, que, para fundamentar a existência dessas opções como opções diferentes, sob um ponto de vista funcionalista, não bastaria mostrar que as condições estruturais de sua aplicação divergem, mas seria necessário, além disso, deixar claro por que e como desempenham papéis irreduzíveis na construção de textos.

Partindo também dos conceitos oferecidos por Halliday (2004) acerca do par “dado-novo”, Danes (1974, p. 109-111) considera que a noção de “dado (conhecido)” é relativa e muito ampla (se não vaga), pelos seguintes motivos, por exemplo:

- A informação dada é proveniente do contexto/da situação e do conhecimento em comum entre falante e ouvinte. Certamente, existem divergências individuais entre estes dois usuários da língua, em decorrência de diferenças na experiência, na memória, na atenção. No entanto, é a avaliação do falante o fator determinante, embora este não ignore a informação pressuposta pelo ouvinte.
- O traço comunicativo do estatuto de dado é uma propriedade gradual.
- O estatuto de dado depende da extensão da porção textual precedente em relação à qual a avaliação é trazida. Assume-se que as porções estão, de certa forma,

relacionadas com a segmentação do texto em parágrafos, grupos de parágrafos, capítulos, etc.

- A determinação contextual do estatuto de dado não é um fenômeno simples. O elemento dado contextualmente consiste em informação mencionada diretamente, com termos sinônimos, por exemplo, ou indiretamente, por meio de inferência; e a noção de inferência necessita de maior elaboração em termos de propriedades distintivas.
- É vaga a ideia de que a informação é “nova” no sentido de que o falante apresenta-a como não sendo recuperável a partir do discurso precedente. Isso porque não fica esclarecido por meio de qual procedimento o falante entende que o ouvinte interpreta aquilo que é ou não é recuperável pelo contexto.

Por outro lado, ressalte-se que a proposta de Halliday (2004), diferentemente da de Chafe (1987), é de natureza mais interativa, pois faz referência, entre outros aspectos, a elementos presentes na situação de comunicação e a intenções comunicativas do falante em relação ao ouvinte (questões retóricas). É interessante notar também que Halliday (2004) “quebra”, de certa forma, a dicotomia entre informação dada e informação nova ao considerar que o falante pode expor algo como dado por questões retóricas e que pode indicar informação não recuperável ao explicitar algo inesperado que foi ou não mencionado antes. Assim, o que é posto como dado pelo falante pode ser novo para o ouvinte, e o que é colocado como novo pelo falante pode ser dado para o ouvinte. Isso já evidencia a limitação em se centrar a análise do estatuto informacional sob uma perspectiva mais propriamente cognitiva.

Outra proposta é a estabelecida por Prince (1981, p. 235-236), que indica como classificações a informação nova, a evocada e a inferível. Quando o falante introduz uma entidade no discurso pela primeira vez, essa informação é nova. Esta se classifica como totalmente nova (*brand-new*) no caso em que o ouvinte deve criar uma nova entidade e é nomeada “disponível” (*unused*) na situação em que se presume que o ouvinte tem uma entidade correspondente em seu próprio modelo discursivo e deve incluir tal entidade no discurso. Há, ainda, a informação evocada (ou seja, conhecida), a qual é manifestada textualmente (*textually evoked*) ou situacionalmente (*situationally evoked*). Neste último caso, o próprio ouvinte traz à sua lembrança entidades que representam participantes do discurso e características do contexto extratextual. Naquele caso, o ouvinte traz à sua lembrança, levando

em conta as porções textuais (e as “pistas” do falante), aquilo que, anteriormente, era um elemento novo ou inferível. Por fim, a informação é vista como inferível no caso em que o locutor pressupõe que o interlocutor pode deduzir algo, por raciocínio lógico, por meio de entidades discursivas evocadas anteriormente ou de entidades inferíveis situadas no discurso. Nos seguintes trechos há exemplos das categorias estabelecidas por Prince (1981, p. 233):

(252) *Noam Chomsky* foi para Penn.²¹⁹

(253) Eu peguei *um ônibus* ontem, e *o motorista* estava embriagado.²²⁰

(254) *Um cara com quem eu trabalho* disse que *ele* conhece *sua* irmã.²²¹

O termo *Noam Chomsky*, em (252), indica um elemento disponível, porque, pelo conhecimento de mundo, é possível saber que o indivíduo referido é um linguista renomado. Em (254), a expressão *um cara com quem eu trabalho* constitui informação totalmente nova, pois essa pessoa não foi mencionada antes e o ouvinte não sabe quem é ela (o que fica sugerido pelo emprego do artigo indefinido).

Em (253), a expressão *o motorista* é uma informação inferível, recuperada a partir da citação de um termo anteriormente novo no discurso (*um ônibus*): a própria ideia de ônibus já remete a elementos pertencentes a esse universo (como o *motorista*).

Em (254), a palavra *ele* aponta uma informação textualmente evocada, já que faz referência a algo enunciado em uma porção anterior do texto (*um cara com quem eu trabalho*). O termo *sua*, em (254), aponta uma informação situacionalmente evocada, pois tal pronome faz referência a um participante presente no momento de interação verbal (o ouvinte).

Comente-se que, na tipologia de Prince (1981), há um tratamento cauteloso com as categorias. Isso porque a autora, em vez de levar em conta um conhecimento compartilhado entre falante e ouvinte, prefere conceber uma “familiaridade pressuposta” (“assumed familiarity”). Neste termo, fica implícito que o falante não é capaz de determinar, de forma categórica, se certa informação é, de fato, inferível pelo ouvinte.

A tipologia de Prince (1981), segundo se entende aqui, seria mais apropriada para os objetivos desta tese. Ela coloca em pauta a natureza interativa da língua, assim como a proposta de Halliday (2004), mas traz um maior detalhamento do que esta, ao indicar subtipos

²¹⁹ *Noam Chomsky went to Penn.*

²²⁰ *I got on a bus yesterday and the driver was drunk.*

²²¹ *A guy I work with says he knows your sister.*

de categorias²²², e permite que se faça uma análise que vá além de aspectos cognitivos sugeridos na tipologia de Chafe (1987). Repare-se que, na menção à ideia de informação disponível, o pressuposto do falante sobre o conhecimento do ouvinte baseia-se em fatores culturais e/ou históricos, ao se indicar nomes de pessoas famosas, como é o caso ilustrado anteriormente.

No que concerne à tipologia de Prince (1981), saliente-se que, por um lado, a informação inferível aproxima-se da informação nova e, por outro lado, da informação evocada. Conforme mostra Paiva (1990, 1994), a informação inferível, embora possa ser deduzida, não é explicitamente mencionada no discurso anterior, contrapondo-se, portanto, à informação velha. Por outro lado, Görski (2000) considera que a informação inferível assemelha-se à informação evocada, pois, assim como esta, tem a condição de “familiar” para o ouvinte. Dessa forma, essa autora analisa o par “informação familiar (evocada e inferível)” e “informação não familiar (nova)”. É esse par que será considerado neste trabalho, com a inclusão, ainda, da informação disponível na categoria “não familiar”.²²³

Lembre-se, ainda, de que a determinação do tipo de estatuto informacional envolve a consideração das crenças, dos conhecimentos do interlocutor. No caso da entrevista, convém levar em conta que o interlocutor é não apenas quem está diante do locutor na situação de interação (o entrevistador ou o entrevistado), bem como o público leitor. Assim, se uma informação é vista como familiar, ela é assim definida a partir do reconhecimento da existência do interlocutor da situação de enunciação e, também, dos interlocutores que constituem o público leitor da entrevista. Ressalte-se que, como, no grupo do público leitor, as pessoas não possuem, necessariamente, os mesmos conhecimentos prévios, a consideração do contexto histórico e cultural da atualidade auxilia em uma análise que tenha como objetivo a determinação do tipo de estatuto informacional, quando o contexto linguístico não for suficiente para estabelecer o tipo de estatuto informacional. Na atualidade, é fato conhecido, por exemplo, que Luiz Inácio Lula da Silva já foi presidente do Brasil.

Vistas as propostas apresentadas, acrescente-se que há um princípio geral que rege o funcionamento do estatuto informacional quanto à sua localização no texto. Registre-se que é consenso entre os autores funcionalistas, como Givón (1990), Chafe (1984) e Ordóñez (2000), que geralmente se parte de uma informação dada para uma nova no fluxo de informação, ou seja, aquela ocupa a posição inicial e esta a posição final. Koch (2000, p. 31) assim descreve

²²² Prince (1981) também aponta dois subtipos de informação inferível: contida (*containing*) e não contida (*noncontaining*). No entanto, não se pretende discutir essa especificação no presente trabalho.

²²³ Apesar de os termos “informação familiar” e “informação não familiar” serem utilizados por Chafe (1984), eles são usados, aqui, para o tratamento da tipologia determinada por Prince (1981).

tal tendência: “é com base na informação dada, responsável pela locação do que vai ser dito no espaço cognitivo do interlocutor, que se introduz a informação nova, que tem por função introduzir novas predicções a respeito de determinados referentes, com o objetivo de ampliar e/ou reformular conhecimentos já estocados”.²²⁴

A tendência de uma informação dada para uma nova é uma manifestação do que se chama, nos estudos funcionalistas, de iconicidade. Neves (1997) explica que a iconicidade é um princípio pelo qual se considera que há uma relação não arbitrária entre forma e função, ou entre código e mensagem na linguagem humana. Assim, para a autora, a estrutura da língua reflete a estrutura da experiência, isto é, a estrutura do mundo, incluindo a perspectiva imposta sobre o mundo pelo falante. Um dos tipos de iconicidade apontados por Neves (1997) é a de ordenação: o grau de importância atribuído ao conteúdo de um texto pelo falante, em certa situação de interação, determina a ordenação das formas, no nível oracional ou no nível da organização do texto. A autora expõe como exemplo o fato de que uma oração condicional precede, geralmente, a asserção conclusiva. Acrescente-se, aqui, que a oração condicional anteposta pode exibir informação dada, a qual serve como ponto de ancoragem – vista a sua natureza tópica – para a introdução de uma conclusão nova no texto.

Vistas as questões conceituais referentes à distribuição de informação, passa-se a discorrer sobre análises já empreendidas das construções condicionais e das construções causais em relação ao estatuto informacional. Inicia-se a discussão sobre as condicionais.

Lowe (1992), definindo informação dada como aquela que é recuperável a partir do contexto linguístico precedente, mostra que as orações condicionais hipotéticas podem trazer informação totalmente ou não totalmente recuperável, ao passo que as orações factuais veiculam informação inteiramente recuperável. Saliente-se que é possível associar o reconhecimento da existência de informação não totalmente recuperável com a tipologia de Halliday (2004), a qual, como se mencionou anteriormente, permite colocar em xeque a tradicional dicotomia determinada entre informação dada e informação nova.

Nas condicionais hipotéticas com informação totalmente recuperável, Lowe (1992, p. 343) chama a atenção para o fato de que expressões que indicam possibilidades (como elementos modais, planejamentos, finalidades a serem atingidas, expressões de desejo) podem estar presentes no contexto precedente:

---

²²⁴ Entretanto, convém chamar a atenção para o fato de que nem sempre é possível estabelecer, na porção textual, uma separação rígida entre o que vem antes e o que vem depois, até porque, como ressalta Givón (1990, p. 897), “a informação em uma oração raramente é totalmente nova ou totalmente dada”.

(255) *O sucesso da empreitada militar dependia do controle do Vale do Rio Hudson. **Se eles pudessem manter o controle sobre a hidrovia e as suas fortalezas**, a Inglaterra seria separada das colônias do Centro e do Sul, que continham dois terços da população.*²²⁵

(256) *O que fazer: deixe os registros de parede abertos, mas feche bem as torneiras e não utilize os sanitários. Anote o número que aparece no hidrômetro e, depois de uma hora, verifique se ele se movimentou. **Se isso acontecer, é porque** existe vazamento. (Corpus adicional, Veja, Guia Veja, 06/10/10)*

Em (255), o termo *dependia de*, o qual aparece antes da oração condicional, já sugere uma possibilidade, que é expressa também na oração condicional. Repare-se que, na oração condicional, a ideia de possibilidade de controle do vale referido já é apresentada na frase precedente.

Em (256), a expressão “se ele se movimentou” traz implícita uma noção de hipótese (a partir da introdução da conjunção integrante hipotética *se*). A ideia levantada como hipótese é, então, retomada na oração condicional (“se isso acontecer”).

As condicionais hipotéticas com informação não totalmente recuperável, por sua vez, podem receber como ilustração estes excertos:

(257) *João: O recrutamento de marinheiros é o mais vil crime praticado por qualquer que seja o governo. Isso tem sido ilegal há 60 anos. No entanto, os ingleses continuam com essa prática. Talvez nós tenhamos a chance de colocar um fim nisso.*

Abigail: Como, João?

*João: Eu tentarei um julgamento por júri. **Se eu não conseguir e o caso for para a corte**, meu primeiro questionamento será se o recrutamento já é algo legalizado.*²²⁶ (LOWE, 1992, p. 348)

Em (257), Lowe (1992) informa que o constituinte introduzido por *e o caso for para a corte* traz informação nova. Já, a expressão *se eu não conseguir* indica uma possibilidade que foi sugerida em uma porção anterior do texto (*talvez nós tenhamos a chance de colocar um fim nisso*). Entretanto, atente-se para o fato de que é possível interpretar que o elemento tido como novo está incluído em uma nova oração condicional; poderia estar implícito o conectivo *se* em (*se o caso for para a corte*). Isso eliminaria a ideia de informação não totalmente

²²⁵ *Military success hinged on control of the Hudson valley. **If they could seize and hold the waterway**, and the forts which guarded it, New England would be sundered from the Middle and Southern colonies which contained two-thirds of the population.*

²²⁶ *John: Impressment of sailors is the vilest crime being practiced by any government today. It has been illegal for 60 years. Yet the English carry on this practice. Perhaps we have a chance to put an end to it.*

Abigail: How John?

John: I'll demand a jury trial. If I fail and it goes to an Admiralty Court, my first question will be whether impressment is ever legal.

recuperável na oração condicional. Entretanto, na oração condicional hipotética, pode haver informação não totalmente recuperável em outras situações:

(258) *Eu aprendi a gostar de tudo o que faz bem. Funciona assim: é preciso experimentar de tudo pelo menos doze vezes. **Se na 12ª a pessoa ainda não gostar, é porque** não tem jeito mesmo.* (Corpus adicional, Veja, Especial Mulher, 27/05/09)

Em (258), na oração condicional hipotética, a expressão genérica “a pessoa”, juntamente com a ideia de “gostar”, remete a uma experiência apresentada anteriormente a respeito do locutor (*aprendi a gostar de tudo o que me faz bem*). Entretanto, como antes havia sido utilizada uma referência específica (*eu*), e não genérica (*a pessoa*), a informação presente no segmento condicional não é totalmente recuperável. Este estatuto é percebido, ainda, pelo acréscimo da ideia de negação (*não*) na oração condicional.

Por fim, Lowe (1992, p. 350) associa o segmento condicional factual com a informação completamente recuperável, como já se expôs, e mostra que, nesse caso, pode ser indicada uma relação entre premissa e conclusão:

(259) *A tradição política inglesa esteve centrada no Parlamento e as pessoas ainda esperavam que ele curasse os males da humanidade. **Se o Parlamento não fez nada**, a sua estrutura deve ser modificada.*²²⁷

(260) *Humoristas adoram imitar Donatella Versace. Isso a incomoda?*

*Na verdade, eu gosto. **Se imitam é porque** alcancei certa popularidade, o que é ótimo para a minha marca.* (Corpus adicional, Veja, Gente, 28/10/09)

Em (259), explica Lowe (1992) que, ao se dizer que o povo esperava que o Parlamento curasse os males, deixa-se a possibilidade de que ele possa ou não fazer isso, daí se considerar informação recuperável o conteúdo da oração condicional. Ademais, a premissa de que o Parlamento não fez nada leva à conclusão de que sua estrutura deve sofrer modificações. Em (260), *imitam*, conteúdo explicitado na oração condicional, já vem informado em uma porção textual anterior (aqui sublinhada). Além disso, o conteúdo da oração condicional leva a uma conclusão exposta na oração iniciada por *é porque*.

No que diz respeito às considerações de Lowe (1992), questiona-se a atribuição da relação entre premissa e conclusão apenas às condicionais factuais. O aspecto argumentativo é

²²⁷ *English political tradition centred in Parliament and men still looked to Parliament to cure the evils of the day. If the Parliament did nothing, the structure of Parliament must be changed.*

intrínseco às condicionais; não é a factualidade que imprime tal característica a elas. Em (256), pode-se afirmar que a premissa *isso acontecer* conduz à conclusão de que *existe vazamento*.

Dancygier (1993), ao tratar das condicionais com informação recuperável (ou dada), apresenta outra visão sobre essa categoria. Ela considera que as orações condicionais que veiculam um conteúdo já expresso anteriormente no discurso são chamadas de “contextualmente dadas”. Estas abarcam conteúdos implícitos recuperáveis pelo contexto de interação comunicativa ou pelo conhecimento enciclopédico do ouvinte. Assim, Dancygier (1993) indica três tipos de construções condicionais com tais características:

(261a) *Se ela está dando banho no bebê, eu telefonarei novamente mais tarde.*²²⁸ (DANCYGIER, 1993, p. 417)

(261b) *O Felipão tem a teoria de que a base de um elenco e sua relação com o técnico têm validade. Depois é preciso mudar. O Barça está atingindo esse “limite”?*

Não acredito. Neste ano a gente pode ganhar o Espanhol, o que mostra que ainda temos vontade de vencer. Acredito que dá para quebrar essa ideia. Mas existem casos e casos. O Felipão sabe muito e se falou isso é porque passou por algo assim. Mas aqui a gente ainda tem muita coisa para vencer. (Corpus de controle, Placar, 05/2007)

(262a) *Se dois mais dois são quatro, então quatro é um número par.*²²⁹ (DANCYGIER, 1993, p. 419)

(262b) *Se o Brasil está hoje em uma situação confortável, é porque* *atravessa um período virtuoso que já dura quase dezesseis anos, iniciado no governo de Fernando Henrique Cardoso, com a implementação do Plano Real e a estabilização da inflação.* (Corpus adicional, Veja, Brasil, 07/04/10)

(263a) *Se você está comendo carne, não é vegetariano.*²³⁰ (DANCYGIER, 1993, p. 420)

(263b) *"Se o sr está beijando criancinha é porque é candidato."* (Corpus adicional, FSP, 03/05/2010)

A construção (261) exemplifica o caso em que o locutor se abstém de apresentar o conteúdo da condicional como sendo sua própria crença. Imagine-se uma situação em que o locutor liga para alguém e é dito, do outro lado da linha, que essa pessoa está dando banho no bebê. Assim, o locutor aceita o fato apresentado pelo interlocutor, a única pessoa que tem acesso direto ao conhecimento sobre o fato. A construção (262) mostra o caso no qual a

²²⁸ *If she is giving the baby a bath, I'll call back later.*

²²⁹ *If two and two make four, four is an even number.*

²³⁰ *If you're having a steak, you're not a vegetarian.*

condicional introduz um conteúdo assumido como familiar entre locutor e interlocutor (o qual pode ter sido referido antes na situação de interação discursiva). A construção (263) traz o caso em que o conteúdo da condicional representa algo que ocorre na situação de comunicação, sem a necessidade de que ele tenha sido mencionado antes no discurso.

Acrescente-se que, nas orações condicionais, existe outra possibilidade de interpretação quando está em pauta a questão da crença. Da mesma forma que o locutor pode expressar aquilo que é de conhecimento só de seu interlocutor, cabendo àquele confiar na “palavra” deste, pode também exprimir o que é somente de seu conhecimento, aquilo que se supõe que o interlocutor não conseguiria saber se realmente aconteceu:

(264) *Eu vendia principalmente no porto e na rinha de galos de briga, porque lá se conseguia vender o sorvete mais caro e ganhar um pouco mais de dinheiro. Foi uma época muito interessante, fim dos anos 50 e anos 60. Pensei várias vezes em escrever sobre esse período, e o livro se chamaria “O Filho do Sorveteiro”. **Se não me decidi ainda por esse livro, é porque** teria obrigatoriamente de fazer análises e julgamentos que não me interessa fazer agora.* (Corpus, Veja, 16/05/01)

Em (264), o locutor afirma que não decidiu ainda escrever o livro. Embora essa informação possa ser inferida por um excerto precedente (*Pensei várias vezes em escrever sobre esse período*), o interlocutor não teria como averiguar se, de fato, o locutor ainda não decidiu preparar o livro. Assim, caberia àquele tomar como verdade a asseveração deste.

Entende-se que as considerações de Lowe (1992) e de Dancygier (1993) complementam-se para a criação de critérios a serem observados nas condicionais no que tange ao estatuto informacional. Lowe (1992) indica as referências recuperadas textualmente, desfazendo a dicotomia que geralmente se determina entre informação dada e informação nova, ao propor não só o “totalmente” como também o “não totalmente” recuperável. Dancygier (1993), por seu turno, aponta a necessidade de exame das condicionais em uma situação interativa, levando em conta, assim, a relação entre falante e ouvinte para a formação dos sentidos dos enunciados linguísticos. A única ressalva a se fazer é que também caberia mencionar a possibilidade de ocorrência de informação nova na oração condicional anteposta, apesar de isso contrariar a tendência referida por Givón (1990), Chafe (1984) e Ordóñez (2000). É o que será discutido no capítulo de análise.

Também têm sido realizados estudos sobre o estatuto informacional nas construções causais, por Paiva (1991, 1999, 2000, 2001), Paiva e Braga (2006), Neves (1999a) e Thompson *et al.* (2008).

É consenso entre os autores funcionalistas, como Neves (1999a), Paiva (1991, 2001), Paiva e Braga (2006) e Antonio (2004), que a oração causal, quando posposta, veicula, geralmente, informação nova, devido ao princípio de ordenação linear do fluxo de informação, segundo o qual se parte de uma informação dada para se chegar a uma nova.

Neves (1999a) mostra que as orações causais introduzidas por *porque* constituem a resposta a uma pergunta (a um pedido de informação) iniciada pelo advérbio interrogativo “por quê?”. A resposta obtida, já que se responde a uma solicitação específica, é, certamente, uma informação nova, adequando-se bem a uma posição posposta. Esse esquema pode ser contemplado em uma miniconversação:

(265) *eu tenho ido pouco ao cinema porque éh:: sei lá eu:: o pessoal que vai “ah::” diz que tal filme não é bom eu prefiro ficar em casa e não ir mas tenho assistido a filmes bons.*

A: *Eu tenho ido pouco ao cinema.*

B: *(É? Por quê?)*

A: *Porque o pessoal que vai diz que o filme não é bom.* (NEVES, 1999a, p. 467)

A construção citada em (265) é organizada na miniconversação da seguinte forma: eu tenho ido pouco ao cinema constitui uma asserção a ser verificada; há o pedido de verificação (É?); solicita-se informação sobre a causalidade (*Por quê?*); apresenta-se uma informação nova sobre a causalidade (*Porque o pessoal que vai diz que o filme não é bom*).

Nas construções com *se... ser porque*, espera-se que o segundo segmento também apresente informação nova na maioria dos casos, devido à sua posição (posposta), a qual privilegiaria, da mesma forma, uma informação requerida sobre causalidade. Vê-se um segmento causal com informação nova em (266):

(266) (...) *O advogado Rodrigo Rosenberg é morto a tiros enquanto passeava de bicicleta por um bairro rico da capital do país. Era domingo, Dia das Mães. No dia seguinte, Rosenberg ergue-se da tumba para uma acusação que estremece o país. Vem a público um vídeo em que ele diz: “Se vocês estão vendo este vídeo, é porque fui assassinado pelo presidente Álvaro Colom”.* (Corpus adicional, Veja, 03/02/10)

No tratamento das causais (iniciadas pela conjunção *porque*), pode ser observado também o estatuto informacional presente em trechos anteriores e/ou posteriores ao segmento causal.

Thompson *et al.* (2008, p. 281) indicam a possibilidade de a oração causal encabeçar informação nova e o segmento subsequente introduzir uma paráfrase desta:

(267) *Mas foi como se ele tivesse se recuperado de sua deficiência **porque se tornou famoso ao viajar de avião.** Não há nenhum outro homem idoso que pega avião; ele é o único.*²³¹

(268) *Veja: Mas se um funcionário tem a preocupação de esconder o rosto **é porque não está bem-intencionado.***

Silva: Não está bem intencionado ou está com medo. (Corpus, Veja, 06/10/99)

Em (267), o excerto sublinhado traz o que Thompson *et al.* (2008) chama de extrapolação da relação entre resultado e causa. Tal extrapolação pode ser favorecida em trechos que apresentam características da língua falada, visto que a repetição ou a reformulação de ideias é uma condição para a progressão textual mais evidente na língua falada. Em (268), a paráfrase dá-se pela relação de interação entre entrevistador e entrevistado, que favorece a retomada de informações.

Por outro lado, Thompson *et al.* (2008, p. 282) mostram um caso em que a oração causal é que apresenta uma paráfrase de um excerto precedente:

(269) *Uau! Que lugar maravilhoso é Nasuli. Não surpreende que eles tenham escolhido esse lugar para morar **porque Nasuli é realmente um lugar bonito.***²³²

(270) *Só entro num relacionamento quando tenho certeza do que quero. Se estou com alguém, **é porque quero, amo a pessoa, e a convivência me faz bem.*** (Corpus, Contigo, 16/06/05)

Em (269) e (270), o conteúdo da oração causal traz uma paráfrase de um trecho não imediatamente anterior, mas próximo dessa oração. Cabe observar que, em (269), está presente no segmento causal elemento modalizador (*realmente*). Assim, a paráfrase não aparece simplesmente por uma questão de coesão textual; ela é utilizada também para se fazer uma reafirmação, como em (269), ou uma complementação de ideia, como em (270), em que se adiciona a ideia de que a convivência faz bem, de que se ama.

²³¹ *But it was the same as if he had recovered from his illness **because he became famous by riding in an airplane.** There is no other old man who has ridden in an airplane; he's the only one.*

²³² *Wow, what a beautiful place that is at Nasuli. No wonder they chose to live there **because it is really a beautiful place there at Nasuli.***

A partir do que foi mostrado nesta seção, verifica-se a pertinência em se adotar, na análise dos enunciados linguísticos, uma tipologia de estatuto informacional que não contenha dicotomias rígidas, representando, assim, o uso real da língua. No exame da oração condicional e da oração causal, em *se... ser porque*, convém a consideração de usos que vão além de tendências, sem o estabelecimento de apenas informação dada para a oração condicional (anteposta) e de somente informação nova para a oração causal (posposta).

5.2 Funções discursivas

5.2.1 Tópico

A associação entre o tópico e a oração condicional é feita em um artigo de Haiman (1978). O autor defendeu a ideia de que as orações condicionais são tópicos das sentenças em que ocorrem. As condicionais, assim como os tópicos, são elementos dados que constituem uma moldura de referência e é em relação a essa moldura que a oração nuclear é tida como verdadeira (caso seja uma proposição) ou apropriada (se não for uma proposição).

Para fazer tal aproximação, Haiman (1978) baseia-se em aspectos morfológicos, sintáticos e pragmáticos a fim de indicar uma aproximação entre o tópico e a oração condicional. A comprovação de tal aproximação dá-se com a análise destes aspectos: i) condicionais hipotéticas e tópicos na língua *hua* (de Papua-Nova Guiné); ii) o conectivo *-mo*; iii) condicionais e sentenças interrogativas; iv) tópicos como constituintes deslocados à esquerda.

No que diz respeito à relação entre as condicionais e os tópicos, Haiman (1978) mostra que as condicionais contêm o morfema *-ma*, o qual define a sua superfície sintática. Essa desinência, em orações relativas e nos verbos mediais, constituem pressuposições. Nas condicionais, a desinência desempenha o mesmo papel (o de marcar uma pressuposição); assim, a presença do morfema *-ma* é uma evidência do caráter tópico (ou seja, pressuposto) das condicionais.

Em relação ao conectivo *-mo*, na língua *hua*, Haiman (1978) afirma que ele é um sufixo que marca tópicos potenciais. Dessa forma, a presença de *-mo* nas orações condicionais é outra evidência de que estas possuem uma natureza tópica.

No que concerne à relação entre as condicionais e as sentenças interrogativas, indica Haiman (1978) haver evidências, em línguas germânicas e no inglês, de que as condicionais correspondem a questões com respostas afirmativas implícitas. A fim de ilustrar essa

característica, Haiman (1978, p. 571) expõe um esquema de mini-conversação (com dois participantes) proposto por Jespersen (1940):

(271) A: *Ele virá?*²³³

(272) B: *(Sim.)*²³⁴

(273) A: *Assim sendo, eu ficarei.*²³⁵

O falante (A), ao explicitar a questão (271), procura obter assentimento para a validade da proposição expressa na contraparte declarativa de (271). Uma vez que tal assentimento é dado, tanto o falante (A) quanto o ouvinte (B) irão aceitar a validade de (271), que serve como base para a formação da frase (273). Por meio de (271) e (272), a contraparte declarativa de (271) é determinada como elemento dado, ou como tópico, em (273). Tais observações evidenciam o caráter tópico das condicionais. Haiman (1978, p. 571) acrescenta que, na língua *hua*, o marcador de tópico *-ve* é idêntico ao alomorfe da desinência *-ve* da pergunta polar.

No que tange à questão dos tópicos como constituintes deslocados à esquerda, Haiman (1978, p.572) aponta que os tópicos possuem a tendência de ocorrer no início da sentença, ou seja, deslocados à esquerda. Como os tópicos contêm, ainda, informação dada, essa tendência é icônica: o que é enunciado antes em uma sentença traz informação “mais velha” do que aquilo que é enunciado depois. As orações condicionais também frequentemente estão descoladas à esquerda. Uma vez selecionadas, elas não ficam sujeitas à interrogação ou à negação.

Assim, considerando a natureza tópica da condicional, Haiman (1978, p. 583) define-a nestes termos: “uma oração condicional é (talvez apenas hipoteticamente) uma parte do conhecimento compartilhado entre o falante e o ouvinte; como tal, ela constitui a moldura selecionada para o discurso subsequente.”

No entanto, Haiman (1978) registra a divergência de pontos de vista a respeito do tópico. O autor mostra que Kuno (1972) e Chafe (1976) atribuem estas definições para o tópico:

(a) *O tópico é sobre o que o falante fala – o comentário é o que ele fala sobre o tópico.*
(KUNO, 1972, p. 272, *apud* HAIMAN, 1978, p. 584)

---

²³³ *Is he coming?*

²³⁴ *(Yes.)*

²³⁵ *Well then, I'll stay.*

(b) *O tópico é a informação dada na sentença – o comentário é a informação nova.* (CHAFE, 1976, p. 35, *apud* HAIMAN, 1978, p. 583)

Embora Haiman (1978, p. 585) reconheça que as duas perspectivas não são inteiramente incompatíveis, vale registrar que o autor prioriza o conceito explicitado em (b), pois entende que “tópicos, assim como orações condicionais, são pressuposições de suas sentenças”.

Outra diferença de concepção do tópico é citada por Haiman (1978). O autor mostra que Kuno (1972) e Chafe (1976) consideram a existência de dois tipos de tópicos: de retomada e contrastivo. A crítica de Haiman (1978) é que tais autores veem o tópico de retomada como portador de informação dada e o tópico de contraste como portador de informação nova. Haiman (1978) entende que ambos os tipos de tópico manifestam informação dada. Para ele, a diferença entre esses elementos reside em como eles são estabelecidos como dados no discurso. Os tópicos de retomada são estabelecidos pelo contexto precedente. Os tópicos contrastivos são selecionados pelo falante a propósito de pensamentos que ele ainda não comunicou ao ouvinte. Assim, os tópicos contrastivos são estabelecidos como elementos dados por consentimento, que é solicitado pelo falante ao ouvinte. É por isso que os tópicos contrastivos são marcados por pergunta: a pergunta é um pedido de afirmação ou de reconhecimento da existência de um tópico.

O tratamento de Haiman (1978) sobre o tópico, por sua vez, é contestado por Akatsuka (1986). Esta autora considera que, como Haiman (1978) falhou ao levar em conta a existência de “p contextualmente dado”, a hipótese dele não pode explicar por que no exemplo seguinte a oração condicional e a pergunta são intercambiáveis na resposta apresentada por A a B:

B: *Ele virá.*

a. A: *Xi! Ele virá? Então, eu ficarei.*²³⁶

b. A: *Xi! Se ele virá, então eu ficarei.*²³⁷ (AKATSUKA, 1986 p. 343)

Assim, Akatsuka (1986), diferentemente de Haiman (1978), defende que é, precisamente, o sentido abstrato compartilhado, isto é, a incerteza ou o não controle do falante sobre a situação, que é responsável pela estreita relação entre orações condicionais e perguntas.

Sugere Akatsuka (1986), ainda, que as condicionais estão relacionadas apenas a tópicos contrastivos (e não a tópicos temáticos). Ademais, para a autora, é provável que

²³⁶ *Gee! Is he coming? Then, I'll stay.*

²³⁷ *Gee! If he's coming, then I'll stay.*

somente quando o falante não tem certeza da intenção do ouvinte que uma estreita relação semântica é operada entre a leitura do tópico contrastivo e a leitura da condicional. Veja-se a construção a seguir:

(274) *Se é sobre Maria que você quer ter notícias, ela está lavando a louça.*²³⁸
(AKATSUKA, 1986, p. 348)

A construção citada, para Akatsuka (1986), demonstra uma situação em que um falante percebe que seu ouvinte procura por alguém, mas não está certo se Maria é a pessoa que o ouvinte procura. Dessa forma, no caso explicitado, *Maria* não pode ser informação dada, compartilhada entre falante e ouvinte.

Akatsuka (1986), então, entende que Haiman (1978), no exame dos tópicos, não considera suficientemente dois fatores: o contexto precedente e a atitude do falante. A análise de Haiman (1978), para a autora, não leva em conta a orientação do discurso, ignorando-se que “*se p*” pode ser uma informação nova para o ouvinte.

Ford & Thompson (1986), da mesma forma, revisitam o estudo de Haiman (1978) sobre os tópicos, considerando que o autor não trata de evidências discursivas; faltaria a análise do uso das condicionais em textos autênticos e naturais. As autoras alertam para o fato de que sentenças isoladas, fora do contexto, não podem fornecer dados para a comparação entre as condicionais com sua inerente natureza discursiva de tópico.

Ford & Thompson (1986) julgam que tópicos podem ser definidos, em termos discursivos, como elementos que constituem um consentimento do caráter indubitável da informação que eles veiculam. É essa característica que possibilita que os tópicos sirvam como uma moldura para o discurso subsequente, função que, para os autores, Haiman (1978) atribui corretamente aos tópicos.

Essa forma de ver a noção de tópico como uma estratégia de comunicação, consoante Ford & Thompson (1986), contribui para eliminar um dos pontos fracos no uso do conceito de tópico para o entendimento da função discursiva das condicionais: a noção não é teoricamente estável; cada estudioso adere a uma definição.

Assim, levando em conta a definição de tópico de Haiman (1978), Ford & Thompson (1986) dão um tratamento às condicionais mais pautado no seu uso efetivo, analisando as funções das condicionais na relação dessas com o discurso precedente e subsequente. Dessa forma, utilizando dados de textos da língua escrita e da língua falada, as autoras indicam as

²³⁸ *If it's Maria you want to know about, she's washing the dishes.*

diferentes funções da oração condicional de acordo com sua posição sintática na construção em que ocorre. Para os propósitos desta tese, interessa contemplar os usos da oração condicional anteposta em textos escritos. Estas são as funções apontadas por Ford e Thompson (1986, p. 357-358):

(a) **X. Considerando X, então Y:** a oração condicional repete uma afirmação apresentada anteriormente, servindo de moldura para o trecho subsequente.

(275) *Mas, talvez, se a Aliança fosse suficientemente poderosa, a guerra não seria necessária, e os relutantes soldados prefeririam entrar nela de forma equânime, em vez de, após uma devastadora guerra, apresentarem-se como inimigos derrotados. **Se isso estivesse para acontecer**, o mundo poderia ressurgir dessa ameaça sem uma nova grande guerra.*²³⁹

(276) *Desse jeito, a imagem de galã pode atrapalhar o seu trabalho de ator?*

***Se um dia isso acontecer, é porque** eu vou estar mais preocupado com a vaidade do que com o meu trabalho de ator.* (Corpus de controle, Capricho, 26/08/2001)

(b) **X. (Mas) se não X, então Y:** a oração condicional faz um contraste a algo apresentado anteriormente, atuando como tópico ao fornecer informação dada para o material linguístico subsequente.

(277) *O comportamento violento de Nim se intensificou principalmente por causa da sua necessidade de cada vez mais educadoras. **Se tivesse sido possível crescer com um menor e mais estável grupo de cuidadoras**, ele teria experienciado muito menos separações de suas cuidadoras de confiança e teria menos comportamentos agressivos.*²⁴⁰

(278) *Não fiz ainda nem um quarto do que ele alcançou, mas **se alguém vê semelhanças entre nós é porque** tenho mostrado algo de bom.* (Corpus adicional, Veja, Especial, 01/09/03)

(c) **Generalização. (Por exemplo) se X, então Y:** a oração condicional, como tópico, oferece informação dada para o material linguístico subsequente, exemplificando a generalização exposta no discurso precedente.

(279) *Qualquer solução, ácido, base ou sal, pode ser usada como um eletrólito se for agir quimicamente mais facilmente com um eletrodo do que com outro. Por exemplo, **se eletrodos são colocados em uma laranja**, uma diferença potencial surgirá entre os eletrodos.*²⁴¹

²³⁹ *But perhaps, if the Alliance were sufficiently powerful, war would not be necessary, and the reluctant Powers would prefer to enter it as equals rather than, after a terrible war, submit to it as vanquished enemies. **If this were to happen**, the world might emerge from its present dangers without another great war.*

²⁴⁰ *Nim's aggression increased mainly because of the necessity of introducing more and more teachers into his life... **If it had been possible for him to have grown up with a small and stable group of caretakers**, he would have experienced far fewer separations from his trusted caretakers and had far fewer opportunities to test his dominance through aggression.*

²⁴¹ *Any solution, if it is acid, base, or salt, can be used as an electrolyte if it will act chemically more readily on one electrode than it will on the other. For example, **if electrodes are placed into an orange**, a potential difference will appear between the electrodes.*

(280) *O primeiro deles encara o crime como um fenômeno preponderantemente social, e não individual. Se alguém delinuiu, em especial se for pobre, é **porque** um feixe de determinações sociais, econômicas e culturais o levou a esse ato.* (Corpus adicional, FSP, Opinião, 29/08/11)

(d) **X. Se opção Y, então Z:** a oração condicional introduz novas possibilidades, servindo como tópico para o material linguístico subsequente²⁴².

(281) *Se as coisas são facilitadas... haverá uma guerra nuclear. Nela, mesmo se as piores consequências forem evitadas, a Europa ocidental, inclusive a Grã-Bretanha, será praticamente exterminada. Se a América e a URSS sobreviverem como estados organizados, elas irão lutar novamente na atualidade.*²⁴³

(282) *Se um pai ou uma mãe contrata um profissional para ir atrás do filho é **porque** eles não têm afinidade com esse filho.* (Corpus adicional, FSP, Cotidiano, 10/07/11)

Primeiramente, levantem-se algumas questões importantes. Ford & Thompson (1986) atribuem o estatuto de informação dada de (a) a (c) e, de informação nova (novas possibilidades), para (d). Entende-se, aqui, que apenas a função (a) tem um único estatuto informacional: a de informação dada. Nos demais casos, o estatuto pode variar. Além disso, verifica-se que as estruturas de tópico propostas pelos autores trazem casos de condicionais canônicas com “oração condicional + conclusão”. Nas estruturas com *se... ser porque*, como já se viu, há ou causa e conclusão ao mesmo tempo ou apenas causa na segunda oração. Assim, as estruturas expostas pelos autores não são fixas (ou seja, a conclusão não é o único sentido possível na oração que acompanha o segmento condicional), o que se explica pelas pressões de uso da língua, que determinam inovações para a produção de efeitos de sentido particulares.

Na função (a), vê-se que a oração condicional pode exibir um resumo de trechos anteriores. Esta ocorrência pode exercer um papel próximo ao que Longacre (2008) indica para os segmentos condicionais: a paráfrase.

Longacre (2008, p. 382-383) propõe três tipos de paráfrases: i) sem ganho ou perda significativos de informação; ii) com ganho de informação; iii) com perda de informação. Em (i), é comum em uma sentença o emprego de itens sinônimos com sentidos muito próximos. É possível aparecer, por exemplo, um par de antônimos e uma negação, como se vê em: “Ele

²⁴² No capítulo de análise referente ao tópico, na seção “6.2.2.1”, não se analisa o tópico de opção, pois tal categoria remete ao valor semântico de hipótese da oração condicional, que já é tratado na seção “6.1.2”, com a consideração da relação existente entre estatuto informacional e o sentido de hipótese.

²⁴³ *If things are allowed to drift... there will be an atomic war. In such a war, even if the worst consequences are avoided, Western Europe, including Great Britain, will be virtually exterminated. If America and the U.S.S.R. survive as organized states, they will presently fight again.*

não é rico; ele é pobre.”²⁴⁴ Em (ii), dois recursos são utilizados: itens lexicais de sentido mais específico ou termos modificadores/qualificadores. No trecho “Ele preparou as bananas; ele as fritou.”²⁴⁵, há um termo mais específico (*fritou*) para a referência a outro de sentido mais amplo (*preparou*). Em (iii), existe o uso de termos lexicais de sentido mais genérico ou a redução de elementos linguísticos que apareceram em porções textuais anteriores. Quando esses dois mecanismos são utilizados, tem-se, de certa forma, um resumo. Em “Ele fritou as bananas com óleo vegetal; ele as preparou”²⁴⁶, na segunda oração, existe um termo de sentido mais genérico (*preparou*) e, ainda, foi eliminada a expressão óleo vegetal. Assim, o termo “preparou” serviria como um resumo do conteúdo apontado na oração anterior. Visto isso, registre-se que as ocorrências ilustradas na função (a) trazem aproximação com o último tipo de paráfrase referido em (iii)²⁴⁷, um resumo.

No que diz respeito à questão da paráfrase, Koch *et al.* (1996) complementam que tal recurso oscila entre a reprodução pura e simples do conteúdo e sua deformação, podendo ser efetuada pelo falante, quando ele retoma, explicita, precisa, ilustra o conteúdo que já disse, ou pelo interlocutor, quando este retoma e reconstrói o conteúdo da expressão do parceiro. Assim, como salienta Duarte (2003), a paráfrase pressupõe mais do que a estrutura linguística, mais do que a simples correspondência de formas sintáticas; na verdade, a paráfrase implica também a situação em que entram os participantes do discurso: o locutor com sua intenção e o interlocutor com sua recepção, com sua interpretação. Tais considerações sobre o mecanismo da paráfrase são relevantes para a observação que se fará no capítulo de análise acerca da informação retomada, mais particularmente, na oração condicional da correlação com *se... ser porque*. Será verificado, a partir de uma situação de interação entre os usuários da língua, na entrevista, que tipo de reconstrução de sentido é expresso com o uso da paráfrase.

Na função (b), a oração condicional introduz um conteúdo que se opõe àquele apresentado em um trecho imediatamente anterior a ela. Esse contraste, como se vê em (277), não, necessariamente, é introduzido por um conectivo tradicionalmente opositivo (do tipo *mas*).

Na função (c), o segmento condicional traz um exemplo de uma regra estipulada em um trecho imediatamente anterior. Ressalte-se que, apesar de Ford e Thompson (1986) enfatizarem o papel desempenhado pela oração condicional, a exemplificação nem sempre se

²⁴⁴ *He's not rich; he's poor.*

²⁴⁵ *He cooked the bananas, he fried them.*

²⁴⁶ *He fried the bananas in vegetable oil; he cooked them.*

²⁴⁷ No capítulo de análise, para fins metodológicos, os itens (i) e (ii) serão denominados de paráfrase e, o item (iii), de resumo.

restringe a essa oração, podendo abarcar também o outro segmento da construção. Em (279), é exemplificada a solução referida anteriormente (o suco de laranja), fazendo-se referência à diferença entre os eletrodos, sugerida na passagem precedente do texto. Em (280), é apresentado um exemplo, apenas na oração condicional (o delinquir do pobre), que ilustra o feixe de determinações sociais.

Na função (d), a oração condicional exhibe uma opção, deixando outra opção implícita, como se verifica em (281) e (282). Em (281), uma possibilidade seria a América e a U.R.S.S. sobreviverem, em oposição a não sobreviverem. Em (282), uma opção seria contratar um profissional para ir atrás do filho e a outra não contratar.

Outra autora que faz a releitura do estudo de Haiman (1978) é Sweetser (1998). Esta julga que as condicionais, como tópicos, possuem um funcionamento mais complexo, em termos de sentido, do que aquele descrito por Haiman (1978). Dessa forma, Sweetser (1998) entende que o grau de convergência entre a condicionalidade e a topicalidade deve ser analisado com a consideração da ambiguidade entre os domínios linguísticos (do conteúdo, epistêmico e do ato de fala).

Sweetser (1998) considera que, embora a oração condicional possa frequentemente exhibir informação dada, ela possui outras funções específicas; assim, a topicalidade não é uma definição de condicionalidade. A ideia da oração condicional como uma condição suficiente para a realização da oração que a acompanha elucidada, para a autora, a conexão entre condicionalidade e causalidade e também o estatuto hipotético das condicionais. A noção de uma possível intervenção causal é a essência da condicionalidade. A intervenção causal é presumivelmente vista como suficiente para garantir a verdade da oração que acompanha o segmento condicional.

Outra questão levantada por Sweetser (1998) é se a oração condicional é sempre tópica, ou seja, dada, assim como concebida por Haiman (1978). A autora afirma que, ao menos na língua inglesa, a interpretação da oração condicional como dada existe apenas nos domínios epistêmico e do ato de fala. A explicação oferecida é esta: as pessoas possuem motivações sociais para apresentar seu próprio ato de fala e suas conclusões como condicionais mesmo quando sabem ou acreditam piamente que a precondição é verdadeira, ao passo que as pessoas normalmente têm fortes motivações sociais para não apresentar eventos do mundo real como condicionais, a menos que a precondição seja realmente hipotética (e o evento resultante seja ainda colocado em dúvida).

Assim, para Sweetser (1998), é profícuo aos falantes usar orações condicionais dadas nos domínios epistêmico e do ato de fala, porque uma condicional epistêmica e do ato de fala

serve a alguns propósitos que são irrelevantes às condicionais do nível do conteúdo. Estas, simplesmente, afirmam que “X” é uma condição suficiente para “Y” no mundo real. Tal informação é irrelevante se “Y” é conhecido como verdadeiro; portanto, se “X” já constitui uma pressuposição do falante e do ouvinte, então seria mais adequado que o falante simplesmente indique “Y” em vez de “Se X, então Y”. No entanto, para as condicionais epistêmicas e do ato de fala, a estrutura condicional pode ser relevante mesmo quando o conteúdo do segmento condicional já é aceito por ambos os interlocutores. Nesses casos, a oração condicional realmente atende a propósitos de uma sentença tópica, na qual uma oração apresenta um plano de fundo para outra oração.

A proposta de Sweetser (1998, p. 129) prima por analisar a condição tópica da oração condicional sob uma perspectiva não somente pragmática, mas também semântica; entretanto, a autora faz afirmações categóricas, do tipo: é impossível observar uma informação dada na oração condicional “diante de uma interpretação condicional do domínio do conteúdo na sentença inteira: a oração condicional é hipotética se a construção manifesta-se no domínio do conteúdo”. Assim, a autora faz a seguinte associação: as condicionais do domínio do conteúdo são hipotéticas, ao contrário das condicionais nos demais domínios. A hipoteticidade seria vista, então, como informação não pressuposta; daí não ser compatível com o tópico, elemento pressuposto. Em primeiro lugar, cabe questionar se as construções no nível do conteúdo, de fato, trazem a oração condicional sempre com hipótese. Em segundo lugar, convém investigar se a hipótese expressa na oração condicional realmente exhibe sempre uma informação nova. A partir de determinações categóricas, Sweetser (1998) não demonstra considerar a relação estabelecida entre a oração condicional e porções precedentes do texto. Se essa relação passa a ser aceita, a associação entre hipótese e informação não pressuposta deixa de ser categórica, como se verá no capítulo de análise.

Por fim, vale citar Dik (1997, p. 313), para quem “um discurso, tomado no sentido amplo de qualquer tipo de texto coerente (uma história, um monólogo, um diálogo, uma palestra, etc), é ‘sobre’ certas entidades.” Essas entidades são denominadas de tópicos discursivos. O autor acrescenta que o discurso pode ter diferentes tópicos discursivos, alguns mais centrais que os outros. Os tópicos discursivos são organizados hierarquicamente, como neste exemplo: o tópico “Tópico e topicalidade” é parte do tópico “funções pragmáticas”, o qual, por seu turno, é parte do tópico genérico “Gramática funcional”. A noção de tópico deve, então, ser interpretada em relação à extensão do discurso em questão (capítulo, seção, parágrafo, oração individual).

Visto isso, registre-se que Dik (1997) considera que o tópico (discursivo) pode ser visto como novo ou dado; nas sentenças, haveria a introdução de um novo tópico ou de um tópico dado:

(283) *João fez uma festa na semana passada, mas a música era horrível.*²⁴⁸ (DIK, 1997, p. 314)

O tópico discursivo introduzido pela primeira vez no discurso recebe a denominação de novo tópico. Esse elemento pode vir marcado por uma expressão de caráter indefinido, como se vê em *uma festa*. Por outro lado, o tópico discursivo que já foi introduzido no discurso ou pode ser inferido (com base no conhecimento daquilo que normalmente ocorre no mundo) é chamado de tópico dado. Esse tópico, determinado por meio de inferência, é o que se verifica em *a música*. Visto o conhecimento de que a música é geralmente uma das características de uma festa, pode-se falar de “a música” como se esta já tivesse sido introduzida antes no discurso, pois “uma música” é estabelecida como um tópico dado em relação à “festa”.²⁴⁹

A partir das considerações expostas, propõe-se que o tópico constitui o assunto do qual se trata e que é dado. Entretanto, é “dado”, nesse caso, aquilo que é colocado pelo falante como dado (e não, necessariamente, uma informação de familiaridade pressuposta tanto pelo falante quanto pelo ouvinte). Considera-se que somente com esse tipo de concepção de informação dada é possível evitar categorizações que não se verificam no uso efetivo da língua.

Nesta seção, observa-se também, com base nas funções propostas por Ford e Thompson (1986), que a oração condicional em *se... ser porque* possui traços de tópico que já se encontram no segmento condicional das construções canônicas. Isso não surpreende, visto que, em primeira instância, como indica Decat (2001, p. 159), a oração adverbial anteposta tem uma natureza “tópica”.

²⁴⁸ *John gave a party last week, but the music was awful.*

²⁴⁹ Apesar de Dik (1997) tratar a questão do tópico no nível do sintagma, os postulados do autor serão utilizados para a consideração do tópico no nível da oração, equivalendo ao segmento condicional.

5.2.2 Foco

Gonçalves (1998), utilizando a metáfora da iluminação teatral, resume o que é entendido por foco. A focalização funciona como uma espécie de refletor direcional que, no discurso/palco, move-se em diferentes direções, colocando em foco somente uma cena/um constituinte de cada vez.²⁵⁰ Nesse jogo, a totalidade do palco equivale ao texto e a parte iluminada corresponde à focalização: a porção do enunciado sobre a qual o falante/ator chama a atenção do ouvinte/da plateia, clareando-a no texto. Assim, a focalização é de natureza discursivo-pragmática, pois o falante pode centrar sua atenção a uma parcela do enunciado que julgue relevante, enfatizando-a. Pode ser definida como o *highlighting* dado pelo falante à porção do enunciado no qual ele considera estar o núcleo da informação.

Nos estudos linguísticos, a focalização tem recebido definições sob diferentes perspectivas:

- Na focalização, “(...) o falante dá destaque a algo, provocando a concentração da atenção de seu interlocutor em determinado elemento do texto (...)”. (TRAVAGLIA, 2006, p. 205)
- O constituinte focalizado, do ponto de vista fonológico, é “o elemento que carrega a proeminência fonológica principal da sentença” e, do ponto de vista semântico-pragmático, é “o elemento que carrega a informação nova no enunciado” (SVARTMAN, 2008, p. 60)
- Focalização é “o ato de acentuar, de ressaltar, de pôr em relevo/realce/evidência um determinado item do texto, seja com o uso de estratégias propriamente textuais (...), seja por meio de expedientes prosódicos, seja com a atuação concomitante dos dois”. O constituinte focalizado é “a parcela do texto apresentada como a mais informativa/relevante para a audiência.” (GONÇALVES, 1998, p. 32)
- “Foco é um conceito discursivo que se aplica ao constituinte que veicula a informação nova na sentença.” (MIOTO, 2003, p. 169)
- O foco é “a informação que é relativamente mais importante ou mais saliente no processo comunicativo e é considerada pelo falante como a mais essencial para integrar a informação pragmática do ouvinte.” (DIK, 1997, p. 277)

---

²⁵⁰ Na parte de análise da tese, será verificado como se dá a focalização quando há dois segmentos subsequentes com elemento focalizador em estruturas do tipo *se.... é porque .... é porque*.

Pelas descrições apresentadas, verifica-se que é consenso que a focalização é vista como um expediente que dá saliência a certa porção do texto. No entanto, nem todos os autores citam os mesmos mecanismos de focalização: proeminência prosódica, informação nova e/ou marcador textual.

Um primeiro aspecto a ser comentado diz respeito à frequente atribuição de informação nova ao elemento focalizado, o que se vê em Miotto (2003) e em Gonçalves (1998).

Miotto (2003), com uma perspectiva gerativista, afirma que o componente interpretativo básico do constituinte focalizado é que ele traz a informação nova da sentença. Quando o foco restringe-se a fazer isso, obtém-se o que se denomina de foco de informação. O contexto típico de um foco de informação é o que contém uma pergunta (*Wh*). Assim, o constituinte marcado por *F*, que responde a uma pergunta substituindo a expressão *Wh*, é o foco, como se vê a seguir:

- (284) (a) *O que o João comprou?*
 (b) *O João comprou [_F um carro].*

- (285) (a) *O que aconteceu?*
 (b) [_F O João comprou um carro]. (MIOTTO, 2003, p. 172)

Miotto (2003) explica que, em (284b), o foco é *um carro*, e, em (285b), é o evento *O João comprou um carro*. Tal tipo de seleção exposta pelo autor pode ser aproveitada em uma visão discursiva da focalização, aliando-se o aspecto estrutural com o funcional.

Gonçalves (1998, p. 32), a partir de uma perspectiva discursiva, assevera que o constituinte focalizado é a parcela do texto apresentada como a mais informativa/relevante para a audiência. Retomando-se a metáfora do palco, seria a cena em desenvolvimento, ou seja, aquela que é colocada em primeiro plano. Diferentemente, os elementos fora de foco, ou seja, aqueles não alcançados pelo refletor, constituem informação apresentada previamente ao ouvinte (equivalem às cenas já vistas e vivenciadas por atores e público), e, por isso, já conhecidas tanto pelo emissor quanto pelo receptor. O autor complementa que o elemento fora de foco envolve informação dada, e o que é focalizado é, necessariamente, novo. Novo não porque não foi mencionado previamente, mas porque o falante tende a interpretar como não suscetível de recuperação, nem a partir do texto precedente (cotexto), nem por meio do contexto pragmático (situacional) imediato. Assim, Gonçalves (1998) defende que a

focalização constitui, devido à sua própria natureza de realçar elementos do enunciado, informação nova.

Tanto Gonçalves (1998) quanto Mioto (2003), embora sob diferentes pontos de vista, fazem referência, entre outros aspectos, àquilo que se chama de foco informacional, caso em que não é um marcador textual, necessariamente, que coloca saliência em determinado elemento do texto. A própria divisão entre segmentos ou constituintes de uma sentença já estabelece qual é a informação focalizada.

Halliday (1967, p. 204), com uma visão funcionalista, também associa o foco ao aspecto informacional. O autor assevera que a focalização é um tipo de ênfase por meio do qual o falante sinaliza uma parte (que pode ser o todo) de uma mensagem que ele quer que seja entendida como informativa. O que é focalizado é a informação nova, não no sentido de que uma informação não foi mencionada anteriormente (embora isso possa ocorrer frequentemente), mas no sentido de que o falante apresenta a informação como não sendo recuperável a partir do discurso precedente.

Mateus *et al.* (1983),²⁵¹ por sua vez, lembrando que a estrutura tópico-comentário (o tópico é um assunto do texto e o comentário é o que se diz acerca dele)²⁵² muitas vezes coincide com a estrutura informacional “informação já apresentada-informação nova”, concebe que há foco informacional **apenas quando um** dos constituintes do comentário exhibe elemento cognitivo novo. (grifos meus) O foco é o alvo da atenção dos intervenientes na produção e na interpretação de um texto, visto que é ele que acrescenta elementos novos ao espaço cognitivo já apresentado pelo texto.

Assim, Mateus *et al.* (1983, p. 214-215) mostram que, quando se considera uma frase não marcada isoladamente do seu contexto, podem ser vários os constituintes a que é atribuível a função de foco. Uma frase do tipo “A Ana foi ontem para o Porto” pode ser interpretada como uma resposta às seguintes perguntas: a) **Quem** é que foi ontem para o Porto?; b) **Quando** é que a Ana foi para o Porto?; c) **Para onde** é que a Ana foi ontem?. Na frase referida, como resposta a “a”, Ana recebe um acento de intensidade e *lhe* é atribuída a função de foco; como resposta a “b”, *ontem* é o foco; como resposta a “c”, *ao Porto* constitui o foco. Nesses casos, o acento de intensidade marca o foco de determinado enunciado.

Mateus *et al.* (1983, p. 215) indicam, ainda, que existem construções e palavras que atuam como marcadores especiais de foco. É o caso das construções “ser SN que X” ou de palavras como *até*, *mesmo*, como se exemplifica em: *Foi o João que telefonou*. Gonçalves

²⁵¹ A visão de Mateus *et al.* (1983) traz influências gerativistas, embora tênues.

²⁵² Tópico-comentário é o que Halliday (2004) chama de tema-rema.

(1998, p. 33), da mesma forma, considera que existem “pistas” (ou estratégias) para imprimir focalização a um item do enunciado. Essas pistas serviriam como “gatilhos de focalização” e, para o autor, possuem naturezas distintas: envolvem o uso de sentenças clivadas ou pseudoclivadas; recorrem a relações de proeminência acentual (ou seja, fonológica).

Na análise das construções com *se... ser porque*, é o marcador especial de foco que será levado em conta; não será utilizado, simplesmente, o critério de estatuto informacional para a identificação do foco. Isso porque, independentemente do estatuto informacional, há uma marca textual (o verbo *ser*) que seleciona um escopo a ser focalizado (o conteúdo da segunda oração). No entanto, identificado o foco na construção (operado pelo marcador textual), é possível verificar qual é o estatuto informacional mais frequente no segmento focalizado. Braga (2009) e Kato *et al.* (2002) indicam marcas textuais de focalização em construções clivadas, associando-as ao estatuto informacional, entre outros aspectos.

Braga (2009), com base em Lambrecht (1994), explica que uma das leituras da estrutura das clivadas é esta: representam uma oração complexa, formada por oração com o verbo copular *ser* e uma oração relativa (ou do tipo relativa)²⁵³. Acrescenta que a clivagem de uma sentença por meio do termo *ser* (comumente seguido de pronome relativo ou conectivo) serve para selecionar um elemento particular da sentença e, muito frequentemente, para marcar contraste. Alguns dos tipos de clivagem tratados por Braga (2009, p. 180) são estes:

(a) Clivada:

(286) *E: Mas aí quando você for mudar para... qual é o bairro que você quer ir?*

F: Não sei, aí vai depender do problema financeiro. É Isso que vai ter que ver primeiro. (Amostra 80) (negritos meus)

(b) Construção *é que*:

(287) *F: Mas aparece muita lanternagem. LanterNagem É QUE tem muita.* (Amostra 80)

(c) Construção *que*:

(288) *F: Baiano não fala muito mal, não. Ruim pra falar é paraíba. Os paraíba BRAbo lá do fundo que... que fala mal.* (Amostra 80) (negrito meu)

²⁵³ Braga (2009) alerta que, na literatura linguística, não existe consenso em relação ao estatuto sintático das construções clivadas. Há autores que sustentam que elas constituem uma oração simples, apesar da presença de dois verbos.

(d) Pseudoclivada:

(289) *F: E eu não estava com a chave. **Quem** estava com a chave **era** o jardineiro.* (Amostra 80) (negritos meus)

(e) Foco ser:

(290) *F: Os meus foram amamentados de início assim, mas como eu não tinha muito leite, não dava para nada, eles choravam mesmo, que era pouco, quer dizer que tinha que fazer era mamadeira MESmo.* (Amostra 80) (negrito meu)

Braga (2009) registra que o referente do constituinte clivado tende a apresentar informação [+ ativada]. Consoante a autora, essa distribuição é mais evidente em construções *que* e clivadas e menos evidente nas pseudoclivadas. As construções *é que* e *foco ser*, por sua vez, apresentam certo equilíbrio de referentes [+ ativados] e [- ativados]²⁵⁴.

Kato *et al.* (2002, p. 337), por seu turno, constata que as construções clivadas, do tipo “**Foi** [o João] **que** saiu”, e as pseudoclivadas, do tipo “**O que** vamos encontrar ao longo do caminho **é** [o sofrimento dos homens]”, privilegiam a ocorrência de informação nova no elemento focalizado. Por outro lado, observam que as construções pseudoclivadas invertidas, do tipo “[Isso] **foi o que** mais me impressionou”, favorecem a presença de informação dada. Os constituintes focalizados (entre colchetes) são “isolados” pela partícula focalizadora (em negrito) mais à esquerda ou mais à direita da construção. Nos casos citados, nota-se que se segue a ordenação linear na distribuição de informação, pois os elementos mais à esquerda trazem informação dada e os mais à direita veiculam informação nova.

Verifica-se, ainda, que Braga (2009) e Kato *et al.* (2002) trazem alguns resultados discrepantes. Braga (2009) expõe que as construções clivadas (em sentido estrito) privilegiam informação dada e Kato *et al.* (2002) afirmam que elas tendem a denotar informação nova. Tal divergência justifica-se pelo fato de as autoras adotarem pontos de vista diferentes: Braga (2009) trabalha com uma visão funcionalista e, Kato *et al.* (2002), com uma perspectiva mais estruturalista.

Julga-se que, na análise da focalização, a atribuição de informação nova a todo tipo de elemento focalizado deve ser relativizada. Ademais, fica sugerida a importância de se considerar o contexto de uso, não sendo pertinente relacionar um único estatuto informacional a determinado tipo de construção clivada. Essa determinação aplica-se também ao caso das

²⁵⁴ Os itens deduzidos são incluídos por Braga (2009) no grupo da informação [+ ativada].

construções com *se... ser porque*, as quais, como se verá mais adiante, assemelham-se, em parte, às construções do tipo “foco ser”:

(291) *As empresas costumam punir os funcionários que erram. Isso prejudica os negócios?*

*Se os profissionais não estão falhando ou cometendo erros, **é porque não estão trabalhando com força total, não estão aplicando todos os conhecimentos e também não estão muito engajados nos objetivos da empresa.** Falta de erros é sinal de que a equipe não inova, apenas executa tarefas que já foram executadas milhares e milhares de vezes anteriormente.* (Corpus de controle, Você S/A, 05/2014)

(292) *Como evitar que o lado positivo da droga – o prazer, a euforia e a diversão – prevaleça na visão do telespectador?*

*É uma visão equivocada essa. A droga não tem dois lados. Há um lado só: o mal à saúde e à vida. Apenas estamos deixando claro que **se a droga consegue pegar as pessoas pelo pé é porque ela se apresenta como uma possibilidade de prazer e de euforia.*** (Corpus de controle, FSP, 03/03/2002)

Nota-se que, em (291), o conteúdo do segmento sublinhado é novo; o locutor faz uma interpretação que não havia sido colocada em pauta ainda. Por outro lado, em (292), o conteúdo da oração sublinhada em *se... ser porque* não é novo, mas é recuperado a partir do conteúdo destacado na pergunta da entrevista. Confirma-se, assim, que um segmento focalizado não exhibe sempre um único tipo de estatuto informacional.

Registre-se que a focalização é, por vezes, também relacionada à ideia de contraste. Payne (1997), Zumbizarreta (2000) e Miotto (2003) estabelecem esta última relação, além de considerarem a existência do foco informacional – visão exposta anteriormente a partir das considerações de Miotto (2003) e Gonçalves (1998). Consoante aqueles autores, o foco contrastivo faz uma negação de um valor previamente atribuído a uma variável (X) e indica outro valor a essa variável (Y). É o que se vê nestes exemplos explicitados por Zumbizarreta (2000, p. 4228):

(293) (a) *O gato comeu **um canário**.*²⁵⁵

(b) *O gato comeu **um rato** (não um canário).*²⁵⁶

Em (a), atribui-se a variável “um canário” a “o gato comeu”. Ela é negada explícita ou implicitamente (*não um canário*) e, em seu lugar, é apresentada outra variável (*um rato*), como se observa em (b).

²⁵⁵ *El gato se comió un canario.*

²⁵⁶ *El gato se comió un ratón (no un canario).*

A noção de contraste exposta por Zumbizarreta (2000), Mioto (2003) e Payne (1997) possui certo matiz de correção: o falante pressupõe que o ouvinte imagina, incorretamente, que uma variável X está relacionada a esse evento e, assim, faz a correção, de acordo com seu ponto de vista.

No entanto, há outros matizes de foco existentes, como Payne (1997, p. 269) aponta:

(294) *Sally e Robert vieram na noite passada, mas ELA ficou bêbada.*²⁵⁷
 (Pressuposição: *Você pensou que Robert teria ficado bêbado, mas ele não ficou.*)²⁵⁸

(295) *Eu tomei SÓ Pepsi na festa.*²⁵⁹

Em (294), tal qual informa Payne (1997), há uma noção próxima à de foco contrastivo. É o que o autor chama de “contraste exclusivo”. Nesse caso, são apresentadas duas opções (*Sally e Robert*); a opção pressuposta pelo ouvinte é excluída (*Robert*) e, em detrimento desta, é incluída outra opção (*Sally*). Em (295), acontece aquilo que o autor denomina de “foco com lista exaustiva”: a ideia que o falante apresenta é única para que a afirmação seja tida como verdadeira; outras possíveis ideias tornariam a afirmação falsa. Assim, indica-se uma restrição (*só Pepsi*, excluindo-se todas as outras bebidas possíveis). Esses dois matizes de foco acrescentam uma noção quantitativa, não sendo apresentada, simplesmente, uma correção. Ademais, embora Payne (1997) não indique para o “foco com lista exaustiva” também uma natureza contrastiva, vê-se que esta se manifesta (de forma mais ampla), pois restringir algo implica negar outras possibilidades.

Ainda no que concerne ao foco contrastivo, Taglicht (1984, *apud* Braga, 2009, p. 189) propõe que ele seja visto a partir das perspectivas entonacional e contextual. Um elemento é contrastivo quando apresentado como um de um par de opostos. A oposição é um conceito pragmático-contextual e pode ser representada por termos opostos na estrutura semântica (ex.: *positivo* vs. *negativo*; *frio* vs. *quente*) e pela utilização de itens sintaticamente paralelos (ex.: *Pedro era popular e Paulo, impopular*). O autor acrescenta que é caracterizado como explícito ou implícito. Se é explícito, ambos os itens do par de opostos estão presentes no enunciado. Se é implícito, somente um elemento do par está presente. Neste último caso, a forma do enunciado indica a implicação de que alguma informação não dita teria contido o outro membro do par.

²⁵⁷ *Sally and Robert came over last night, but SHE got drunk.*

²⁵⁸ *Presupposition: You thought Robert have might, but he didn't.*

²⁵⁹ *I drank only Pepsi at the party.*

Com base nos postulados de Taglicht (1984), Braga (2009) identifica contrastes explícitos nas construções clivadas. A autora mostra que o contraste é explicitado pela oposição de duas estruturas sintáticas paralelas, representadas por dois enunciados clivados, como se vê em (296), ou pelo contraponto entre um enunciado clivado e um não clivado, como se observa em (297):

(296) *F: ... porque ela para fazer (o aborto) tinha que falar comigo. Não falou... E eu... e EU que sempre quis assumir, né? um compromisso com ela. Ela que SEMpre me dava uma volta.* (Amostra 80) (BRAGA, 2009, p. 189)

(297) *E: Mas você não acha assim que ele o... os caras são brutos, não?*
F: Ah! Não, porque a gente segura eles: “Olha a falta aqui, me larga! Me larga!”. E aí eles não seguram nada, é a GENTE que segura. (Amostra 80) (BRAGA, 2009, p. 190)

Até aqui, mostrou-se que: i) é comum a atribuição de informação nova a um elemento focalizado; ii) o foco pode ser contrastivo (nesse caso, a informação explicitada no constituinte focalizado também é nova); iii) o foco pode ser operado, entre outros aspectos, por marcadores especiais (como acontece nas construções clivadas).

Considera-se que a tipologia do foco proposta por Dik (1989) pode contribuir para aprofundar os aspectos já mencionados, embora, como se verá, apenas algumas das considerações do autor possam ser aproveitadas para o estudo das construções com *se... ser porque*.

Retome-se que, consoante Dik (1989), o foco é a informação tida como mais importante/saliente no processo comunicativo. Acrescente-se que, para o autor, a informação focalizada é apresentada como sendo “nova” ao ouvinte. No entanto, a informação focalizada não é sempre completamente nova para o ouvinte; ela pode incluir informação já disponível ao ouvinte (ou assumida como disponível), mas é focalizada em virtude de algum contraste implícito ou explícito.

No que tange ao âmbito da expressão linguística, Dik (1989, p. 279) reconhece a existência destes mecanismos de manifestação do foco:

- Proeminência prosódica: *João ama MARIA.*

- Ordem especial dos constituintes: posições especiais nas quais se localizam os constituintes focalizados na ordem linear da oração. Exemplo: ***Maria** João ama.*²⁶⁰ (o constituinte *Maria* ocupa posição inicial)
- Marcadores especiais de foco: partículas que delimitam o constituinte focal do restante da oração. Exemplo: *João ama [MARCADOR DE FOCO] **Maria**.*²⁶¹
- Construções especiais de foco: construções que definem intrinsecamente um constituinte específico que tem a função de foco. Exemplo: *É **Maria** que João ama.*²⁶²

Dik (1989) explica que o foco com ordem, marcadores e construções especiais não é construído, necessariamente, por proeminência prosódica. Assim, na tipologia de foco desse autor, a ser explicitada mais adiante, apesar de serem classificados diferentes tipos de foco com base na proeminência prosódica, eles podem manifestar-se por meio de outros mecanismos, como o marcador especial de foco, que aparece nas construções com *se... ser porque*.

Antes que se discuta acerca da tipologia de Dik (1989), vale registrar a relação estabelecida por ele entre topicalidade e focalidade. O autor considera o tópico e o foco como funções pragmáticas intraoracionais relacionadas ao estatuto informacional de constituintes de uma oração que dizem respeito a um contexto comunicativo em que são utilizados. O contexto comunicativo é entendido como a estimativa que o falante faz acerca da informação pragmática do ouvinte no momento da enunciação. O falante organiza suas expressões linguísticas a partir dessa estimativa. Ele parte das informações presumivelmente já conhecidas pelo ouvinte para transmitir informações novas ao ouvinte, de forma a modificar a informação pragmática deste. Assim, uma expressão linguística geralmente contém informação dada e nova.

Consoante Dik (1989), a distinção entre dado e novo corresponde, parcialmente, às dimensões da topicalidade e da focalidade, respectivamente. A topicalidade caracteriza as entidades sobre as quais uma informação é fornecida ou requerida no discurso. A focalidade, por sua vez, como se mostrou, constitui as porções de informação que são mais importantes

---

²⁶⁰ *Mary John love.*

²⁶¹ *John love FM Mary [a special focus marker FM].*

²⁶² *Be Mary who John love.*

ou salientes com respeito às modificações que o falante deseja fazer na informação pragmática do ouvinte.

A topicalidade e a focalidade, duas dimensões da organização do discurso, possuem áreas de sobreposição, pois certos elementos tópicos podem, ao mesmo tempo, ser focais na comunicação. Tal sobreposição pode ser assim representada (DIK, 1989, p. 266):

Topicalidade

Focalidade

Comenta Dik (1989) que as dimensões da topicalidade e da focalidade são relevantes para a organização das expressões linguísticas, mas chama a atenção para o fato de que nem todas as línguas possuem o estabelecimento de uma distinção entre as funções de tópico e foco. A existência de subfunções para o tópico evidencia que este pode apresentar traços do foco, como é o caso do tópico **novo** (grifo meu), que demonstra o desejo por parte do falante de modificar a informação pragmática do ouvinte.

Vistos tais aspectos, passa-se a expor os tipos de foco determinados por Dik (1989, p. 282) em relação à “função comunicativa” (“communicative point”):

Para Dik (1989), o foco é de dois tipos: novo ou contrastivo. O foco novo acrescenta uma informação para preencher uma lacuna, fazendo parte do valor de verdade do enunciado. Ele responderia a uma pergunta, a qual exigiria respostas “abertas” ou “fechadas” (do tipo “Sim/Não”). Nesse caso, não haveria nenhum contraste envolvido. Por outro lado, os outros tipos de foco citados no esquema implicam certo contraste entre o constituinte focalizado e porções de informação alternativas apresentadas explicitamente ou pressupostas.

O foco contrastivo possui dois subtipos: o paralelo e o “contra-suposicional”. O paralelo ocorre quando há cotejo entre constituintes em construções paralelas. Na relação

“contra-suposicional”, a informação explicitada é contraposta a outra, a qual o falante pressupõe que o ouvinte tem. Nesse último grupo, o contraste pode manifestar-se por: substituição, expansão, restrição ou seleção. Na substituição, o falante presume que o ouvinte possui uma informação incorreta X, a qual é substituída por uma informação correta Y. Na expansão, o falante pressupõe que o ouvinte tem acesso a uma informação correta X, mas que não está completa. Na restrição, o locutor pressupõe que o interlocutor tem uma informação correta X, mas que também pensa, por equívoco, que Y faz parte do grupo X. Na seleção, por sua vez, o locutor presume que o interlocutor acha que X ou Y é correto, mas não sabe qual dos dois deve ser selecionado.

Os tipos de foco propostos por Dik (1989) são ilustrados a seguir, com exemplos fornecidos pelo autor:

(a) Foco completivo:

*O que você fez com o meu dinheiro?*²⁶³
Eu **GASTEI**.²⁶⁴ (DIK, 1989, p. 285)

(b) Foco paralelo:

*João e Bill vieram me visitar. JOÃO estava DIVERTIDO, mas BILL estava CHATO.*²⁶⁵ (DIK, 1989, p. 278)

(c) Foco de substituição:

*João planta batatas.*²⁶⁶
*Não, ele não PLANTA, mas VENDE.*²⁶⁷ (DIK, 1989, p. 285)

(d) Foco de expansão:

*Ele não vai somente COMPRAR bananas, mas também VENDER.*²⁶⁸ (DIK, 1989, p. 285)

(e) Foco de restrição:

*Parece que João planta e vende batatas.*²⁶⁹
*Não, ele apenas VENDE.*²⁷⁰ (DIK, 1989, p. 285)

---

²⁶³ *What have you done with my money?*

²⁶⁴ *I SPENT it.*

²⁶⁵ *John and Bill came to see me. JOHN was NICE, but BILL was rather BORing.*

²⁶⁶ *John grows potatoes.*

²⁶⁷ *No, he doesn't GROW them, he SELLS them.*

²⁶⁸ *He is not only going to BUY bananas, he's also going to SELL them.*

²⁶⁹ *It seems John grows and sells potatoes.*

²⁷⁰ *No, he only SELLS them.*

(f) Foco de seleção:

*Você vai alugar ou comprar um carro?*²⁷¹

*Eu vou **COMPRAR**.*²⁷² (DIK, 1989, p. 285)

Comentem-se os casos citados. Em (a), o locutor apresenta uma informação que é requisitada pelo interlocutor. Em (b), é estabelecido um cotejo em segmentos paralelos (entre *João* e *Bill* e entre as características *divertido* e *chato*). Em (c), nega-se uma ideia, a qual é substituída por outra. O locutor nega o ato de *plantar* e o substitui por *vender*. Em (d), acrescenta-se uma informação (sem se ignorar outra já existente). O locutor adiciona ao ato de *comprar* o de *vender*. Em (e), faz-se uma restrição (ignorando-se uma ideia). O locutor não considera a ideia de *plantar*, apenas a de *vender*. Em (f), são indicadas opções e uma delas é selecionada. O locutor, entre *alugar* e *comprar*, seleciona *comprar*.

Na proposta de Dik (1989, p. 283), o funcionamento do foco completivo e do foco “contra-suposicional” fica mais claro com a contemplação deste esquema:

Tipo de foco	Informação pragmática do ouvinte pressuposta pelo falante	Conteúdo que o falante quer acrescentar à informação pragmática do ouvinte	Tipo de expressão
Completivo	.....	X	X!
Substituição	X	Y	Não X, mas Y!
Expansão	X	X e Y	Também Y!
Restrição	X e Y	X	Somente X!
Seleção	X ou Y	X	X!

No foco completivo, o falante imagina que precisa apresentar um conteúdo que não faz parte da informação pragmática do ouvinte. Os outros tipos de foco envolvem aceitação do falante de parte da informação pragmática do ouvinte (na expansão), rejeição parcial (na restrição e na seleção) ou total desta (na substituição). Ademais, em relação à substituição, especificamente, Dik (1989, p. 285) aponta diferentes possíveis estruturas para a manifestação do foco:

²⁷¹ *Are you going to rent or buy a car?*

²⁷² *I'm going to BUY one.*

- (a) Não, rejeição, correção.
- (b) Não, correção, rejeição.
- (c) Não, rejeição.
- (d) Não, correção.

Se apenas a rejeição é formulada, fica implícito que há uma correção a ser feita, embora a informação correta não esteja explícita e não seja de conhecimento do falante. Se somente a correção é formulada, a rejeição fica pressuposta.

Vista a tipologia de foco determinada por Dik (1989), vale registrar as observações que fez Pezatti (2013) com embasamento em tal tipologia, acerca das construções do tipo “foco ser”.

Pezatti (2013, p. 120) mostra que o “foco ser” sinaliza informação nova para preencher uma lacuna na informação do ouvinte, como se vê em (382), caso em que o sintagma *destas raízes* constitui a informação nova solicitada pelo documentador no início da entrevista sobre a origem da palavra *morna*. Sem o verbo *foi*, a oração *saiu destas raízes* seria neutra do ponto de vista informacional, e *destas raízes* não teria destaque:

(298) - *portanto, estava-me a dizer, eh, estávamos a falar sobre a origem da palavra “morna”.*

-> *sim. eh, dizem que a palavra “morna” nasceu de, do vocábulo “mourni[...]”, “mourning”, eh, quer dizer que as pessoas que, que cantavam não cantavam, quer dizer, eh, sabe que às vezes quando no[...], eh, [...], como se diz, na, quando, eh, aconteceu que morreu alguma pessoa*

- *sim*

-> *etc., então o inglês d[...], o inglês diz “they are mourning”*

- *hum, hum.*

-> *estão no sentimento do morto, etc.*

- *hum, hum.*

-> *e então dizem que o senti[...], o senti[...], o sentimento, o canto da morna*

- *hum, hum*

- > *saiu foi destas raízes* (CV95:AsMornas:13)

A construção do tipo “foco ser” pode, ainda, fornecer no discurso um constituinte pela primeira vez, que é considerado pelo falante muito importante para acrescentar à informação pragmática do ouvinte. Pezatti (2013, p. 121) indica que isso ocorre em (299), caso no qual o falante oferece a informação nova *com aquarela*, mas sem que esta seja solicitada:

(299) *a única coisa que tinha a fazer era só investigar assim sozinho através de, eh pá, material que eu tinha, não é, lápis de carvão e tal. mais tarde dediquei-me, comecei a*

dedicar-me na pintura comecei a pintar, principalmente foi com aquarela
(Moç83:CantarPintar36)

De acordo com Pezatti (2013, p. 121), a construção de “foco ser” pode assinalar, também, a correção de uma informação que o falante considera obscura, inadequada ou incompleta; isso é visto em (300), ocorrência na qual o falante solicita do ouvinte uma correção em sua informação pragmática, expondo uma pergunta (*ficava o pão melhor, era, com a batata?*):

(300) -> *não havia. há batata doce mas está quase a quatrocentos escudos.*

- *não, mas antigamente, não se costumava misturar?*

-> *antigamente quem tinha de casa... misturava. amassava, cozia-se a batata, pela[...], descascava-se, e ao depois ama[...], amassava-se separado e ao depois é que se deitava no pão. limpava-se bem limpinho para não levar...*

- *mas ficava o pão melhor, era, com a batata?*

-> *ficava! é du[...], é, dura mais dias, eh, o pão mais fofo*

- *hum, hum.* (PT94:AmassarCozer:93)

O funcionamento das construções de “foco ser” pode ser comparado com o das construções com *se... ser porque*, contribuindo, de certa forma, para esclarecer o uso destas. Assim como no caso do “foco ser”, em “*se... ser porque*” opera-se focalização a partir de um marcador especial (o verbo *ser*) que se posiciona à esquerda do elemento que focaliza, incidindo sobre esse elemento²⁷³. Em ambos os casos, o fato de o elemento focalizado vir em uma posição final de uma frase não impede que, por vezes, seja apresentada informação dada nesse elemento, como se vê em (300) e (292), contrariando-se, assim, a ordenação linear (“*dado-novo*”) da organização discursiva.

Ademais, as funções do “foco ser” apontadas por Pezatti (2013), as quais, como se viu, são definidas com base nos postulados de Dik (1989), também aparecem nas construções com “*se... ser porque*”. Antes que se explicitem tais funções nestas construções, é relevante assinalar que, em *se... ser porque*, uma análise que leve em conta apenas a relação estabelecida entre as orações dentro da construção não se mostrou suficiente para a identificação das possíveis motivações que expliquem a presença da focalização.

²⁷³ Mais adiante, será tratada a questão dos tipos de escopo do foco. Vale já antecipar que, na construção com “*se... ser porque*”, o escopo é uma oração, diferentemente do que ocorre na construção de “foco ser” e nos exemplos fornecidos por Dik (1989), em que há focalização de sintagmas. Assim, a tipologia de Dik (1989) e as observações de Pezatti (2013) contribuem para o estudo de “*se... ser porque*” mais especificamente no que tange às possíveis **funções** presentes na porção focalizada.

Se for considerado apenas o conjunto de orações dentro da construção com “se... ser porque”, pode-se afirmar que, no uso “padrão”, como se verá na análise dos dados, o focalizador (com incidência na segunda oração) serve para salientar informação nova (em oposição a uma informação dada da primeira oração). Entretanto, para a especificação das possíveis motivações da focalização, observou-se a grande importância de se relacionar o segmento focalizado em “se... ser porque” também com o contexto em que ele aparece, ou seja, com uma porção maior do texto. Essa porção vai do início da pergunta do entrevistador até o final da resposta do entrevistado quando o “se... ser porque” é enunciado pelo entrevistado, e parte da resposta (anterior) do entrevistado até a (próxima) pergunta do entrevistador quando o “se... ser porque” encontra-se na pergunta deste.

Ressalte-se que a consideração também da porção textual maior, no exame da construção em questão, está de acordo com a lição funcionalista de que os enunciados não devem ser analisados isoladamente, pois adquirem uma função dentro do texto.

Visto isso, passa-se a apontar algumas funções identificadas na oração focalizada da construção com “se... ser porque”, levando-se em conta a relação estabelecida entre essa oração e os demais enunciados da porção textual na qual está inserida.

Em (301), o conteúdo que aparece no segmento focalizado traz uma informação nova solicitada (pelo entrevistador), completando uma lacuna, tal como ocorre em (298), no exemplo oferecido por Pezatti (2013):

(301) *BRAVO!:* Como é possível imprimir uma direção artística original à frente de uma companhia de base clássica?

(...) *Se minha direção à frente dos 32 bailarinos deste elenco vem sendo bem-sucedida é **porque** procuro contar com a colaboração de criadores consagrados, como Mats Ek, Kylián e Forsythe, que garantem um padrão de repertório capaz, até mesmo, de conservar o entusiasmo de nosso público assinante.* (Corpus de controle, *Bravo*, 06/2000)

Em (302), apesar de o conteúdo do segmento focalizado explicitar uma informação nova, essa informação não é requisitada (pelo entrevistador), tal como acontece em (299), no exemplo fornecido por Pezatti (2013). Assim, em (302), pode-se afirmar que o conteúdo referido vem focalizado pelo fato de o falante (o entrevistado) considerar importante acrescentá-lo à informação pragmática do ouvinte (o entrevistador):

(302) *Placar: Em meio a bons trabalhos, você briga com alguém e vem a fama de cavalo paraguaio. Em 2008, você parece mais calmo...*

*Isso é maturidade, estou com 50 anos! A gente aprende. Quando assumi aqui, disseram que tinha feito terapia. Ora, nunca fiz terapia. Se precisar, farei com prazer, se é que já não preciso (risos)... Se meu trabalho empacou em algum momento é **porque** faltou qualidade ou não consegui tirar nada daqueles grupos. (Corpus de controle, Placar, 01/12/2008)*

Em (303), de forma semelhante ao que acontece em (300), no exemplo citado por Pezatti (2013), o falante pretende mudar a informação pragmática do ouvinte, fazendo uma espécie de correção (de substituição), a partir de um questionamento (*não seria porque elas têm algum mérito?*). Nesse caso, o verbo *seria* atua como focalizador em conjunto com o advérbio *não*. Assim, em (303), no segmento focalizado, diferentemente do que se vê em (300), o falante já apresenta uma sugestão de avaliação que corrigiria a avaliação feita pelo ouvinte (*por causa das circunstâncias*) para explicar a ocupação de cargos de chefia:

(303) *Você S/A: Você está dizendo, na verdade, que o modelo ideal de hierarquia é aquele que respeita o mérito e a capacidade individual?*

Exato. Em cada nível subsequente da hierarquia deveria existir, proporcionalmente, o mérito. Se eu estou num nível mais elevado numa determinada estrutura, teoricamente deveria ter mais capacidade, preparo e habilidade do que aqueles que estão abaixo de mim. O mesmo princípio vale para aqueles que ocupam posições acima da minha. Infelizmente não é assim que o mundo funciona. No nível microscópico da empresa, há pessoas que assumem cargos de comando por causa apenas das circunstâncias. E elas não têm preparo filosófico, psicológico e espiritual para administrar o poder com humildade. Muitos chefes usam o poder para obstruir o desenvolvimento das pessoas e favorecer seus interesses pessoais. Se você é uma pessoa de princípios, valores, refinamento e tem méritos, não se dará bem nessa estrutura na qual a empresa foi moldada.

(...)

*Você S/A: Mas, se essas pessoas estão em cargos de comando, não seria **porque elas têm algum mérito?** (Você S/A, 11/2001)*

Como se vê, a presença de focalização em *se... ser porque* possui diferentes motivações: apresentação de informação nova (requisitada ou não) que o falante considera importante dar a conhecer ao ouvinte; tentativa, por parte do falante, de modificação da informação pragmática do ouvinte (trata-se da substituição, da correção; não se faz, nesse caso, um mero acréscimo).

Outra questão relevante a ser tratada no que diz respeito à focalização é o escopo. Conforme Dik (1989), o escopo é a parte da estrutura oracional selecionada para ser

focalizada. Os diferentes escopos são explicitados no seguinte esquema fornecido por Dik (1989, p. 281):

Assim, a língua possui diferentes estratégias de focalização de acordo com a localização. O foco pode tomar como escopo operadores (de tempo, modo, aspecto e polaridade), predicado (núcleo verbal ou nominal de uma oração) ou termos (como sujeito ou objeto), como se verifica nestes exemplos:

(304) *Eu gostaria de ter DOIS carros.*²⁷⁴ (foco no operador)

(305) *Eu não PINTEI a casa, eu a REpintei.*²⁷⁵ (foco no predicado e em parte do predicado, respectivamente).

No entanto, a tipologia de Dik (1989) não prevê uma oração como escopo, que é o que se vê em “se... ser porque”. Assim, para os propósitos deste trabalho, vale registrar também a caracterização feita por Van Valin & Lapolla (1997, p. 206).

Van Valin & Lapolla (1997, p. 201) asseveram que todas as línguas possuem um sistema gramatical para marcar que tipo de informação está presente na enunciação; isso pode envolver entonação, marcas morfológicas, ordem de palavras. Essa associação de uma estrutura informacional particular com uma estrutura morfológica ou entonacional específica é chamada pelos autores de “estrutura de foco” (da sentença). A estrutura do foco é a convencional associação de um sentido de foco (distribuição de informação) com uma forma da sentença.

No que tange à estrutura de informação, Van Valin & Lapolla (1997, p. 199) afirmam que sempre uma sentença é enunciada em um contexto comunicativo particular, e, para o ouvinte interpretar corretamente a intenção comunicativa do falante, o ouvinte deve interpretá-la no mesmo contexto. No entanto, como esse contexto vai além do contexto linguístico imediato, passando a incluir pressupostos, a identificação do contexto apropriado

²⁷⁴ *I should like TWO cars.*

²⁷⁵ *I didn't PAINT the house, I REpainted it.*

pelo ouvinte nem sempre é possível; assim, mal-entendidos podem ocorrer. Para que se diminua a chance de incompreensões, o falante, ao construir a sentença, tece a forma da sentença para permitir ao ouvinte a recuperação de um contexto apropriado para a interpretação com o mínimo esforço de processamento possível. Dessa forma, o falante tem a intenção de comunicar uma proposição ao seu ouvinte e ficam, em um pano de fundo, pressuposições contextuais a serem feitas pelo ouvinte. Um aspecto crucial dessa inter-relação é a distribuição da informação na sentença, denominada pelos autores de “estrutura da informação”. A título de exemplificação, os autores mostram que isso significa que, geralmente, o elemento (o sintagma nominal) que faz referência ao tópico sobre o qual se fala é explicitado antes, e a expressão com o comentário feito acerca do tópico é apresentada depois.

Para a explicação sobre a estrutura de foco, por sua vez, Van Valin & Lapolla (1997, p. 202) apresentam os seguintes conceitos: asserção pragmática, pressuposição pragmática, foco da asserção, estrutura do foco. A asserção é a proposição expressa por uma sentença que o falante quer levar ao conhecimento do ouvinte. A pressuposição, por sua vez, é o conjunto de proposições gramaticalmente e lexicalmente evocadas em uma enunciação por meio da qual o falante presume que o falante já conhece ou em uma situação de interação. O foco de asserção constitui “o componente semântico de uma proposição estruturada pragmaticamente por meio da qual uma asserção difere de uma pressuposição”; trata-se de uma informação que não é previsível ou recuperável pelo contexto.

A estrutura de foco, na tipologia de Van Valin & Lapolla (1997, p. 203), é relacionada com a expressão tópica. Os autores mostram que um constituinte funciona como uma expressão tópica se a proposição expressa pela oração com a qual é associada é pragmaticamente concebida como aquilo que veicula informação acerca do referente do constituinte. Assim, o tópico, em uma construção de tópico-comentário, é uma entidade relacionada à pressuposição pragmática que tem a função de nomear o referente sobre o qual se assevera. Os autores chamam a atenção para o fato de que essa definição difere, de certa forma, do conceito tradicional de tópico (ou “tema”, na terminologia da Escola de Praga). Segundo eles, o tópico, na estrutura “tópico-comentário”, é uma função pragmático-discursiva, e, como tal, não possuem uma posição na estrutura da sentença. Assim, o tópico não é uma parte obrigatória da enunciação, embora a maior parte das enunciações, conforme os autores, contenha um tópico.

Com embasamento nessas definições e caracterizações, Van Valin & Lapolla (1997, p. 206-208), com base em Lambrecht (1994), propõem a existência de diferentes tipos de foco, que marcam distintos escopos, denominados pelos autores de “domínios de foco”:

(a) Foco de predicado: há um tópico como pressuposição pragmática e o predicado indica um comentário sobre o tópico.

*O que aconteceu com o seu carro?*²⁷⁶
*Meu carro QUEBROU.*²⁷⁷

Na resposta à questão “O que aconteceu com o seu carro?”, a pressuposição evocada é que o carro do falante é o tópico sobre o qual um comentário é feito. A asserção constitui o estabelecimento de uma relação entre o tópico e o estado de coisas explicitado no predicado. O foco é o predicado “quebrou”, e o domínio do foco abrange apenas esse predicado.

(b) Foco de sentença: em uma construção de foco sentencial, toda a oração encontra-se dentro do domínio do foco; assim, não há tópico. Nenhuma pressuposição pragmática é formalmente evocada na estrutura de foco de sentença.

*O que aconteceu?*²⁷⁸
*Meu carro quebrou.*²⁷⁹

No exemplo citado, “meu carro” não é o tópico da sentença. Essa é uma das características do foco de sentença: o sujeito (da oração) não representa o tópico. A topicalidade é resultante da relação estabelecida entre o referente e a asserção. O foco de sentença prescinde de uma relação “tópico-comentário” entre o referente codificado pelo sujeito e a proposição veiculada pela sentença. Em outras palavras, a enunciação não é “sobre” esse referente. Assim, a construção é semanticamente não binária, pois não exhibe a bipartição sujeito-predicado (tópico-comentário) ou foco-pressuposição. Dessa forma, o foco é que o carro do falante quebrou e o domínio do foco abarca toda a oração “Meu carro quebrou”.

---

²⁷⁶ *What happened to your car?*

²⁷⁷ *My car/It broke down.*

²⁷⁸ *What happened?*

²⁷⁹ *My car broke down.*

(c) Foco estreito: o domínio do foco limita-se a um único constituinte, e qualquer constituinte, sujeito, objeto, pode ser constituinte focalizado.

*Eu soube que sua moto quebrou.*²⁸⁰

*Meu CARRO quebrou.*²⁸¹

Nessa estrutura, a proposição “alguma coisa do falante quebrou” é parte da pressuposição pragmática; a asserção é a de que é o carro do falante que quebrou; o foco é “carro” e o domínio do foco abrange o sintagma nominal “carro”. Nesse caso, Van Valin & Lapolla (1997) chamam a atenção para o fato de que a mesma resposta (“Meu CARRO quebrou”) poderia ser oferecida para a questão “Foi seu carro ou sua moto que quebrou?”. A partir disso, vê-se que a informação nova no foco não é o constituinte por si só, mas o estabelecimento de uma relação entre o referente e a proposição pressuposta “alguma coisa do falante quebrou” para a formulação da informação nova, a de que foi o carro do falante que quebrou. É essa relação que torna o constituinte do foco informativo, e não o estatuto do referente como introduzido pela primeira vez ou não.

No que diz respeito à tipologia de Van Valin & Lapolla (1997), é aproveitada a ideia de que o foco pode incidir sobre uma sentença (ou seja, uma oração toda). É o caso das construções com *se... ser porque*. Entretanto, entende-se que, nessas, é o marcador especial o fator determinante para a seleção do foco, e não, necessariamente, a presença de uma asserção (em oposição a uma pressuposição pragmática). Assim, em “se... ser porque”, o verbo *ser* toma todo o conteúdo da segunda oração como escopo da focalização:

(306) *Se existe vendedor é porque existem consumidores.* (Corpus adicional, Veja, Cartas, 17/07/02)

Nas construções com *se... ser porque*, o verbo *ser* focaliza todo o conteúdo que lhe é subsequente, isto é, a oração causal. Rodríguez (1999) já havia mostrado que, nesse tipo de estrutura, focaliza-se a causa. Vale lembrar que, na estrutura em questão, na segunda oração, faz-se remissão também a todo o conteúdo da primeira oração, *se existe vendedor*, no caso de (306). No entanto, nesse caso, tal conteúdo não é o escopo do foco. Na verdade, o verbo *ser* deixa implícita a presença de um pronome anafórico como seu antecedente, podendo-se pensar em uma expressão do tipo *isso é porque*.

²⁸⁰ *I heard your motorcycle broke down.*

²⁸¹ *My CAR broke down.*

Considerando-se o foco como uma marca textual, cabe a consideração do verbo *ser*, em *se... ser porque*, como um marcador especial de foco, cujo escopo é a segunda oração da correlação; e o foco é de diferentes tipos, os quais indicam a intenção que o falante possui perante seu ouvinte.

A partir do que se expôs a respeito do verbo *ser*, observa-se que ele possui diferentes “facetas”, podendo ser contemplado de acordo com as distintas funções da linguagem estabelecidas por Halliday (1976, 1978, 2004). O verbo referido atua: i) na função interpessoal, dada a sua função de focalizador, para a expressão de posicionamentos que o locutor pretende fazer prevalecer, atuando, assim, sobre o interlocutor; ii) na função textual, visto que o focalizador *ser* incide sobre uma oração que traz determinado tipo de estatuto informacional, podendo conter informação nova, em oposição à oração anterior, a qual pode apresentar informação dada.

As explicações fornecidas acerca do foco também permitem que se verifiquem as especificidades de uso das construções com *se... ser porque* em relação às condicionais e às causais canônicas. Nas estruturas com *se... ser porque*, existe focalização da causa e da conclusão, e as motivações da focalização passarão a ser investigadas no capítulo de análise, na seção “6.2.2.2”.

6. Análise

Com base nas considerações teóricas deste trabalho, examinam-se os sentidos produzidos nos segmentos das construções com *se... ser porque* (fato ou hipótese, na primeira oração; causa ou conclusão, na segunda oração), com a consideração da possível fluidez semântica nelas, e o funcionamento dessas construções no fluxo de informação (com o tratamento do estatuto informacional, das funções de tópico e de foco). Mostra-se que as construções em pauta preservam características das condicionais canônicas e das causais canônicas e, ao mesmo tempo, exibem particularidades de uso.

6.1 A natureza semântica nas construções com “*se... verbo ser + porque*”

6.1.1 Causa e conclusão

No exame dos dados, observa-se que, no segundo segmento, as construções com *se... ser porque* apresentam causa e/ou conclusão. A tabela a seguir registra os resultados obtidos a respeito desses valores semânticos:

Construção com <i>se... ser porque</i>		
Valores semânticos do segmento com <i>ser porque</i>	<i>Corpus</i>	<i>Corpus</i> de controle
Causa	17 / 13,8%	8 / 8,4%
Causa e conclusão	106 / 86,1%	87 / 91,5%
TOTAL	123	95

Tabela 7: Valores semânticos na segunda oração da construção com “*se... verbo ser + porque*”.

Verifica-se que a grande maioria das ocorrências com *se... ser porque*, nos *corpora*, indica noção de conclusão juntamente com a de causa na segunda oração da construção. Tal resultado confirma as observações de Santos (2006), que mostra que, em *se... ser porque* (estrutura chamada pela autora de condicional explicativa), a causa e a conclusão são encontradas no segundo segmento da construção. A presença da ideia de conclusão no segmento com *ser porque* é influenciada pela própria existência da oração condicional na correlação com *se...ser porque*. Na fórmula das construções condicionais apontada por König (1986), “se p, então q”, já se visualiza que o segmento que se propõe à oração condicional tem natureza conclusiva. Em tal fórmula, fica sugerido que uma condição levaria a uma

conclusão. A presença da ideia de causa na segunda oração da construção referida, por outro lado, não é ativada pela oração condicional, pois uma condição, em primeira instância, não ativa uma causa.

Entretanto, há que se considerar que a relação de causa e a de conclusão possuem certa proximidade. Castilho (2010, p. 373) inclui na relação de causalidade em sentido lato as causais e as conclusivas (entre outros), e Mateus *et al.* (1983) englobam na classe das condicionais, em sentido lato, as orações causais e as conclusivas (dada a dependência semântica entre as proposições). Isso demonstra a proximidade existente entre a causa e a conclusão, que poderia explicar por que surge, logo após a oração condicional, especificamente, uma oração causal na construção. A proximidade entre causa e conclusão também fica sugerida nestes casos explicitados por Pezatti e Marques (2015, p. 18-19):

(307) *A terra secou **porque** não choveu durante todo o ano.*

(308) *A terra secou. Não choveu durante todo o ano.*

(309) *A terra secou, **portanto** não choveu durante todo o ano.*

As autoras lembram que a relação entre porções textuais pode ser percebida inferencialmente, sem a explicitação do elo semântico por meio de determinadas formas linguísticas. Assim, tanto (307) quanto (308) exemplificam uma conexão causal; entretanto, sem conhecer (307), é possível estabelecer uma relação conclusiva para (308), como a que se vê em (309), em que, com base na premissa de que a terra secou, pode-se concluir que não choveu durante todo o ano. Nas construções com *se... ser porque*, da mesma forma, no mesmo “lugar” em que aparece o conectivo causal, pode ser marcada, inferencialmente, uma relação de conclusão (ativada pela oração condicional, como já se apontou), mas, no caso das estruturas com *se... ser porque*, isso ocorre simultaneamente. Essa “convivência” entre o valor semântico de causa e o sentido de conclusão passa a ser examinada nas ocorrências a seguir.

Nos casos explicitados em (310) e (311), a causa aparece com uma conclusão do tipo abdução para a expressão de uma opinião sobre fatos do dia a dia:

(310) *Qual a maneira mais sábia de administrar o dinheiro?*

(...) *Com tantas decisões a tomar, muitas mulheres sofrem por se sentir sobrecarregadas... **Se** isso acontece, **é porque talvez** se esteja abarcando mais do que se deveria.* (...) (Corpus de controle, Cláudia, 08/2010)

(311) *Grupos pop geralmente tem privilégios e oportunidades muito maiores quando se trata de sexo. Você acha que eles devem passar um exemplo moral?*

(...) *De qualquer forma, os garotos não são tão estúpidos e facilmente influenciáveis quanto algumas pessoas acham. Eles têm bom senso. Se um garoto decide fazer uma coisa ruim para ele seguindo o exemplo de algum pop star, **é porque provavelmente** acabaria fazendo a coisa de qualquer jeito. (Corpus de controle, Bizz, 10/1990)*

Em (310), o conteúdo da oração com *ser porque* traz aquilo que é fruto de uma cogitação do locutor, algo que não pode ser confirmado. Essa cogitação vem reforçada pelo uso do advérbio *talvez*, o qual indica incerteza. Em (311), da mesma forma, o conteúdo exposto no segmento com *ser porque* é incerto. Essa incerteza é ressaltada pela utilização do advérbio *provavelmente* e do verbo *acabar* no futuro do pretérito, tempo verbal que indica, no caso, uma hipótese. Assim, nesses casos, o locutor apresenta uma conclusão sua de forma não categórica, abrindo espaço para a discussão das questões em análise. Modena (2013) afirma que marcadores de incerteza (como *provavelmente* e *talvez*) procuram diminuir o comprometimento do locutor com suas afirmações, de forma a não torná-lo vulnerável a críticas e julgamentos negativos.

Nas ocorrências (310) e (311), o conteúdo explicitado na oração condicional leva a uma conclusão expressa na segunda oração da correlação, constituindo essa conclusão um processo de descoberta, de reflexão. Ao mesmo tempo em que se vê isso, constata-se certo caráter factual no conteúdo da segunda oração da correlação, que é conferido devido à própria natureza factual da conjunção causal *porque*. Em (310), a possibilidade de se estar abarcando mais do que se deveria é a causa de algo acontecer; em (311), a possibilidade de um garoto fazer algo de qualquer jeito é a causa de ele fazer algo ruim para ele (seguindo o exemplo de um *pop star*). Dessa forma, nas construções em pauta, a maior certeza oriunda de uma causa é contrabalançada por uma incerteza proveniente de uma abdução, o que demonstra não ser possível estabelecer uma dicotomia rígida entre a certeza e a incerteza.

A incerteza proveniente da relação de abdução pode vir expressa, ainda, nas situações em que o locutor pretende demonstrar crenças que indicam seu conformismo diante de fatos ocorridos em sua vida:

(312) *Você segue alguma religião? Como define sua espiritualidade?*

*Acredito em Deus, na bondade. (...) Deus sempre faz a coisa certa. Se queremos algo que não aconteceu antes do que imaginávamos, **é porque** não era para ser. (...) Cuido do meu lado espiritual da mesma forma que cuido do meu corpo. (Corpus, Caras, 03/06/2005)*

(313) *E você sabe lidar com essas coisas?*

*Ficar muito preocupada com isso só atrai coisas ruins. Prefiro pensar que, se uma pessoa conquistou alguma coisa que eu queria muito, **é porque** não era a minha hora. (...)* (Corpus de controle, Capricho, 17/08/2008)

Em (312), a partir da ideia de que queremos algo que não aconteceu antes do que imaginávamos, o locutor chega à crença de que “não era para ser”. A intenção de explicitar uma crença já vem sugerida em “acredito em Deus”, termo presente em uma porção precedente da construção com *se...ser porque*. Entretanto, a expressão “Deus sempre faz a coisa certa” faz que se perceba que o locutor vê a ideia de *não era para ser* como algo mais certo ou quase certo. Assim, o conteúdo da segunda oração da construção em pauta, em (397), traz uma conclusão que está entre a dedução e a abdução, o que mostra que nem sempre é possível estabelecer uma dicotomia entre esses tipos de conclusão.

Em (313), por seu turno, com base na ideia de que uma pessoa conquistou alguma coisa que eu queria muito, o locutor obtém a crença de que “não era a minha hora”. O objetivo de expor uma crença já vem apresentado em um trecho imediatamente anterior da estrutura com *se...ser porque*, em “prefiro pensar”. Assim, nos casos citados, a incerteza é explicitada não, simplesmente, como uma necessidade de busca de respostas para o fenômeno discutido, mas como uma forma de o locutor indicar uma crença em predestinação, o que denota uma postura sua conformista. Dessa forma, a noção causal presente em ambas as ocorrências com *se...ser porque*, na segunda oração, faz que o locutor demonstre que a avaliação presente nessa oração é aceita por ele. Em (312), o locutor aceita que *não era para ser* é a causa de *queremos algo que não aconteceu antes do que imaginávamos*. Em (313), o locutor aceita que *não era a minha hora* é a causa de *uma pessoa conquistou alguma coisa que eu queria muito*.

A abdução fica ainda mais clara nas situações em que o locutor usa a conjunção alternativa “ou”:

(314) *Em meio a bons trabalhos, você briga com alguém e vem a fama de cavalo paraguaio. Em 2008, você parece mais calmo...*

*Isso é maturidade, estou com 50 anos! (...) Se meu trabalho empacou em algum momento **é porque** faltou qualidade ou não consegui tirar nada daqueles grupos. (Corpus de controle, Placar, 01/12/2008)*

Em (314), o locutor apresenta duas possíveis causas para a possibilidade de seu trabalho não ter sido bem-sucedido alguma vez: *faltou qualidade*; *não consegui tirar nada daqueles grupos*. A inclusão da conjunção “ou” entre essas duas causas sugere que o locutor

não tem uma certeza absoluta do que poderia ter causado o insucesso de seu trabalho, optando, assim, por apresentar apenas opções.

Ainda no que se refere às construções com conclusão do tipo abdução, mencione-se, também, que é possível que o locutor apresente como abdução um conteúdo que pode ser interpretado como dedução:

(315) *O pensamento do sr. não é parecido com o de Dilma, porque naquela época, quando era diretor do BC, o sr. chegou a defender um corte de juros que acabou não acontecendo?*

*Bem, se ela me convidou para ser presidente do Banco Central é **porque** deve haver alguma afinidade.* (Corpus, FSP, 09/10/2011)

Em (315), o interlocutor (o entrevistador) sugere a existência de uma afinidade entre o locutor e a presidente (*o pensamento do sr. não é parecido com o de Dilma...?*). O locutor, por sua vez, vê *haver alguma afinidade* como causa possível para *ela* [a presidente] *me convidou para ser presidente do Banco Central*. Uma interpretação admissível é que o locutor, por não pretender indicar uma avaliação de modo categórico, apresenta como uma crença, uma incerteza (tal qual é sugerido a partir do uso do modalizador *deve*) algo que, na realidade, já é visto como certo.

Nas construções com *se...ser porque*, a causa pode vir acompanhada, ainda, de uma conclusão do tipo dedução, a qual aponta um conteúdo que já é de conhecimento do interlocutor:

(316) – *Você é fiel?*

– *Sou. E não sou moderna de achar que posso passar por cima disso. Se estou com alguém é **porque** quero.* (Corpus, Caras, 22/07/2005)

(317) *E já traiu?*

*Já. Era moleque. Fiquei mal. Trair é a maior besteira. Se estou com a pessoa é **porque** gosto dela. Então, por que vou correr o risco de perdê-la?* (Corpus de controle, Capricho, 22/09/2002)

Em (316), o locutor expõe que a possibilidade de ele estar com alguém leva a se deduzir que ele quer. Em (317), o locutor mostra que a possibilidade de ele estar com uma pessoa conduz a que se deduza que ele gosta dela. Nos dois casos, a dedução é obtida a partir do próprio conteúdo da oração condicional da correlação com *se...ser porque*. Percebe-se que, embora se saiba que dificilmente alguém vai relacionar-se contra a sua vontade com uma pessoa, a ideia deduzida (*quero; gosto dela*) é expressa para o locutor salientar ao interlocutor

uma imagem positiva de si mesmo, visto que sua fidelidade é colocada em questão (*Você é fiel?; E já traiu?*). Nas ocorrências citadas, para produzir seu enunciado, o locutor leva em conta a ideia cultural de que quem gosta de alguém não trai.

Veja-se, ainda, esta ocorrência:

(318) *A diretoria continua dizendo que vai contratar outro atacante, para motivar você e França. Você precisa de sombra para jogar mais?*

Eu sempre procuro estar motivado, independentemente da concorrência. Se estão contratando é porque está precisando. (...) (Corpus de controle, Placar, 10/2001)

É evidente que, se uma diretoria contrata um jogador de futebol, a contratação dá-se por uma necessidade do clube. No entanto, a dedução e a causa em “está precisando” são explicitadas para o locutor contrariar uma avaliação feita pelo interlocutor. Este, ao questionar se o locutor “precisa de sombra para jogar mais” (usando o termo pejorativo “sombra”), faz uma crítica ao ato de contratação. Devido a isso, o locutor traz à tona uma informação que já deveria ser de conhecimento do interlocutor para opor-se à avaliação exposta por este.

Influi na formulação da dedução, ainda, a consideração de ideias típicas do senso comum²⁸², tal qual se observa neste excerto:

(319) *Você pensa em mudar o estilo?*

R – (...) Eu estava fazendo gols, mas o problema é que se acredita que se você faz gol, é porque jogou bem. É uma análise errada. (...) (Corpus de controle, Placar, 06/2012)

Em (319), o locutor demonstra que, em geral, estabelece-se uma relação entre fazer gol e jogar bem: jogar bem acarretaria fazer gol. Assim, normalmente, aceita-se uma ideia baseada no senso comum: o fazer gol leva a deduzir que se joga bem. Assim, a dedução não é feita apenas com base no aspecto lógico. O elemento contextual também é ativado, nesse caso. Contudo, o locutor pretende expor que se trata de uma dedução equivocada, como se vê no trecho “é uma análise errada”.

A dedução é utilizada, também, a fim de que o conteúdo do segmento condicional traga um indício para a compreensão de um fenômeno:

²⁸² A expressão “senso comum” é utilizada com o significado conferido pelo *Dicionário Houaiss Online*: “conjunto de opiniões, ideias e concepções que, prevalecendo em um determinado contexto social, se impõem como naturais e necessárias, não evocando geralmente reflexões ou questionamentos.”

(320) *Veja - Você escreveu que tinha carro blindado e que desistiu dele, porque não queria assumir que a cidade em que vivia era Bogotá. Adianta o gesto individual?*

Huck - Se chegarmos ao nível em que se tenha de andar de carro blindado para ir à padaria, é porque alguma coisa está errada. (Corpus, Veja, 10/10/07)

(321) *Veja: Como corrigir essas falhas?*

Kurland: Ao atender determinado paciente, faço a seguinte pergunta a mim mesmo: “Que palavras devo usar para que ele e sua família entendam o que estou tentando dizer?” (...) Se percebo que não entenderam, tento mudar o discurso e explico tudo de novo, com outras palavras. Aprendi com minha própria experiência que, se o rosto do paciente ou o de seus familiares não muda enquanto você fala, é porque eles não estão compreendendo nada. (Corpus, Veja, 12/02/03)

Em (320), o locutor considera que nós chegarmos ao nível em que se tenha de andar de carro blindado leva à dedução de que alguma coisa está errada. Assim, o conteúdo da oração condicional (por si só), que exhibe algo contra a expectativa (usar carro blindado para ocasiões vistas geralmente como simples e rápidas) já deixa implícita a ideia de que algo está errado.

Em (321), por sua vez, a observação apenas do conteúdo da oração condicional não é suficiente para o reconhecimento, no segmento seguinte, de uma conclusão do tipo dedutiva. A possibilidade de o rosto do paciente (e de seus familiares) não mudar enquanto o médico fala não leva, necessariamente, à ideia de que não estão compreendendo nada. Entretanto, o locutor introduz a construção com *se...ser porque* em uma estrutura do tipo “aprendi (...)”, de natureza factual. Ademais, em um excerto precedente do texto, o locutor transmite esta informação: *se percebo que não entenderam, tento mudar o discurso e explico tudo de novo, com outras palavras*. A informação traz uma possibilidade já concretizada relacionada à questão de os pacientes não entenderem algo. Tais aspectos, relacionados à experiência de mundo do locutor, favorecem a leitura do conteúdo *eles não estão compreendendo nada* como dedutivo, ou seja, como algo certo.

Assim, em (320) e (321), o locutor busca respostas, respectivamente, para uma situação contrária à expectativa (dirigir carro blindado para ir à padaria) ou para comportamentos específicos (o rosto de alguém não mudar enquanto o outro fala). A busca dessas respostas vem com a explicitação de uma dedução e, ainda, com a expressão de uma causa na oração com *ser porque*.

Até aqui, mostrou-se que a dedução está presente no segmento com *ser porque*, e a oração condicional traz uma premissa para se chegar a essa dedução. Além disso, identificam-

se nos *corpora* analisados ocorrências nas quais a dedução abrange toda a construção correlativa com *se...ser porque*. É o caso de (322):

(322) *Heiner Müller apreciou sua montagem de Roberto Zucco, de Koltès. Seria essa a única convergência?*

(...) *Se Müller gostou de minha encenação de Roberto Zucco é porque o tema da peça é um assassino serial. É a ideia de poder olhar aquele abismo negro de cada um. Müller não estaria certamente interessado no meu método de encenar. Foi apenas a peça que lhe agradou, é isso. (Corpus de controle, Bravo, 03/2000)*

Em (322), não é possível dizer que o conteúdo da oração com *ser porque*, por si só, constitui uma dedução, pois o tema da peça ser um assassino serial é um fato, e, como tal, é uma informação que não está sujeita a contestações. Assim, a formulação da dedução pelo locutor é vista no estabelecimento de uma relação entre o primeiro e o segundo segmento da correlação. O locutor conclui que Müller gostou de sua encenação porque o tema da peça é um assassino serial. Assim, a conclusão é que a apreciação da peça por Müller está necessariamente relacionada ao tema dela. Um trecho apresentado no final do texto, no enunciado do locutor, reforça essa ideia: *foi apenas a peça que lhe agradou*.

Até aqui, mostrou-se que, juntamente com a causa, é expressa a conclusão na segunda oração da correlativa com *se... ser porque*. Viu-se que são apresentados dois tipos de conclusão, a dedução e a abdução, com propósitos comunicativos específicos. A estrutura dedutiva é usada, nas entrevistas analisadas, para: i) salientar uma imagem positiva do locutor; ii) contrariar uma avaliação feita pelo interlocutor; iii) indicar ideias de senso comum; iv) trazer indícios para a compreensão de um fenômeno. A abdução, por sua vez, é utilizada, nas entrevistas examinadas, para: i) o locutor expressar opinião de forma descompromissada, protegendo-se contra possíveis contestações do interlocutor; ii) expressar conformismo diante de situações ocorridas na vida pessoal. Ficou demonstrado, também, que, em uma análise que pretenda levar em conta os usos efetivos da língua, há a consideração de que não é possível determinar uma dicotomia rígida entre o que é factual e o que é hipotético. Tais noções, na verdade, complementam-se e, por vezes, confundem-se, na relação entre a causa e a conclusão; na relação entre dedução e abdução.

Visto isso, passa-se a expor, agora, os casos em que, na construção com *se...ser porque*, é manifestada apenas a noção de causa na segunda oração:

(323) – *Por ser assim, tão prendada, nunca quis ter filhos?*
 – *Não sinto falta. **Se** não tive filhos **é porque** tenho que cuidar dos filhos dos outros. Deus me deu os meus sobrinhos.* (Corpus, Caras, 14/09/07)

(324) *O Ronaldinho hoje ocupa o posto de maior ídolo, que já foi seu. É verdade que você não o cumprimenta nos gols?*

***Se** não o cumprimentei **foi porque** estava longe, jogando no meio-campo (risos). Reconheço ele como craque e ídolo do momento. (...)* (Corpus de controle, Placar, 06/00)

(325) (...) *Pensei várias vezes em escrever sobre esse período, e o livro se chamaria “O Filho do Sorveteiro”. **Se** não me decidi ainda por esse livro, **é porque** teria obrigatoriamente de fazer análises e julgamentos que não me interessa fazer agora.* (Corpus, Veja, 16/05/01)

Nos excertos citados, o segmento iniciado por *ser porque* não indica nenhum tipo de conclusão pelo fato de que o conteúdo apresentado nesse segmento é colocado pelo locutor como factual, ou seja, como algo cuja ocorrência é verificada. Assim, vê-se apenas uma relação de causa e consequência entre as orações das construções com *se...ser porque* explicitadas. Em (323), *tenho que cuidar dos filhos dos outros* é uma causa que leva à consequência *não tive filhos*. Em (324), *estava longe, jogando no meio-campo* constitui uma causa que tem como consequência *não o cumprimentei*. Em (325), *teria obrigatoriamente de fazer análises e julgamentos que não me interessa fazer agora* é uma causa que apresenta como consequência *não me decidi ainda por esse livro*.

Entretanto, a leitura causal nas construções com *se...ser porque* não se restringe a uma relação de causa e consequência. Há casos em que se denota, em um sentido estrito, uma relação entre motivação e ação (intencional ou não). Em (324), o locutor apresenta uma ação não intencional (*não o cumprimentei*) motivada pelo fato de que *estava longe, no meio-campo*. Mesmo que o interlocutor não possa saber, com certeza, se o locutor, de fato, não teve a intenção de não cumprimentar outro jogador de futebol, o locutor coloca sua ação como não intencional a fim de preservar sua face, pois o não cumprimento é visto como uma atitude não cordial. Em (325), por sua vez, o locutor expõe uma ação intencional (*não me decidi ainda por esse livro*) motivada pelo fato de que *teria obrigatoriamente de fazer análises e julgamentos que não (...) interessa fazer agora*. Nesse caso, a ação colocada como intencional traz um conteúdo visto como não desejável.

Nas construções com *se...ser porque* em que há causa e, ao mesmo tempo, conclusão, identificam-se, também, outro matiz na exposição de uma ação intencional na oração condicional:

(326) *Gatinhas*

Miguel - Quem não quer uma ninfeta por perto? O homem ainda alimenta a fantasia da ninfeta para se sentir mais jovem. Afinal, se uma gatinha te aceita, é porque você está muito bem... (Corpus de controle, Cláudia, 04/2006)

(327) *Em São Paulo, as torcidas gostam de pegar no seu pé. Ainda assim você encararia o desafio de jogar por lá?*

Sempre sonhei em jogar pelo Corinthians, Flamengo, Santos e Cruzeiro. Se a torcida me xinga, é porque alguma coisa boa eu fiz e faço. (Corpus de controle, Placar, 12/2003)

Em (326), *você está muito bem* é uma motivação que leva à ação intencional *uma gatinha te aceita*. Tal ação é apresentada como desejável. Em (327), por sua vez, *alguma coisa boa eu fiz e faço* é uma motivação que acarreta a ação intencional *a torcida me xinga*. Essa ação é vista como não desejável.

Assim, nas construções com *se...ser porque*, com valor semântico de causa ou de causa e conclusão, uma ação intencional é exposta na oração condicional para que o locutor indique o que é desejável ou o que não é desejável.

No que tange à ação não intencional, mostrou-se que esta é expressa no segmento condicional quando está em questão apenas a noção de causa com o propósito de preservação de face do locutor. Acrescente-se que, nos casos de sentido de causa e, simultaneamente, conclusão, o objetivo expresso é a defesa, pelo locutor, de alguém ou de alguma instituição (ou entidade):

(328) *Por exemplo?*

Itaipu. Em 2014, a usina foi esvaziada em cinco metros, uma operação inédita, nunca na história ela esvaziou tanto, nem na época do racionamento.

Temos profundo respeito pela capacidade de operação do ONS. Se fez isso é porque enfrentou alguma restrição, o que levou a uma perda gigantesca de eficiência. (Corpus, FSP, 03/05/2014)

Em (328), o locutor apresenta a motivação *enfrentou alguma restrição* para a ação não intencional dos funcionários da usina de Itaipu de esvaziá-la em cinco metros. Como esse esvaziamento não é visto de forma positiva, o locutor defende os funcionários da usina, ao indicar a possibilidade de ela ter enfrentado alguma restrição, que obrigou seus funcionários a agirem da forma relatada.

Independentemente do valor semântico presente na segunda oração da construção com *se...ser porque* (apenas o de causa ou o de causa e conclusão, ao mesmo tempo), nos casos de ação não intencional, nota-se que a ação é vista somente como algo não desejável,

diferentemente do que acontece nos casos de ação intencional, em que, como se apontou, pode haver ação desejável ou não desejável. Assim, observa-se que, em (324), um jogador não cumprimentar outro é uma ação não desejável e, em (328), a usina ser esvaziada em cinco metros também é um ato não desejável.

Na análise da noção de causa nas construções com *se...ser porque*, há outras questões a serem esclarecidas. Considerar, apenas, que existe relação entre consequência e causa, entre ação e motivação, entre premissa e conclusão nessas construções nem sempre é suficiente para explicar como se manifesta a causa nas construções em questão. As ocorrências citadas a seguir demonstram isso:

(329) *Pergunta - Não existe um grande romance que tenha dado um grande filme?*

Godard - Estou pensando... não, não vejo nenhum.

(...)

Pergunta - Seguindo seu raciocínio, diríamos que, se "O Desprezo", de Godard, foi um grande filme, é porque "O Desprezo" não foi um romance muito bom. (Corpus de controle, FSP, 27/07/97)

Em relação a (329), não seria aceitável, simplesmente, considerar que “O Desprezo”, de Godard, ser um grande filme é uma consequência de “O Desprezo” não ser um romance muito bom. No entanto, o fato de a construção condicional com *se...ser porque*, em (329), constituir uma conclusão como um todo²⁸³, o que se verifica a partir da expressão “segundo seu raciocínio”, que a precede, faz que seja coerente a relação causal estabelecida entre os conteúdos da construção condicional. A conclusão traz uma ideia subjetiva; no caso em questão, estabelece-se uma relação de qualidades opostas: o grande filme vem de um romance não muito bom. Assim, nada impediria que o locutor atribuisse uma relação que, na opinião dele, pode existir: o conteúdo do segundo segmento é a causa do conteúdo do primeiro.

(330) *Folha - O senhor carrega algum ódio no coração?*

Lech Walesa - Sinto raiva, mas diferente. É um rancor sobre o que está acontecendo na Síria. (...) E se há outro ponto pelo qual sinto raiva, é porque minha mulher não está aqui comigo. (Corpus, FSP, 22/09/2013)

No que diz respeito a (330), não seria admissível afirmar que *há outro ponto pelo qual sinto raiva* é uma consequência de *minha mulher não está aqui comigo*. Ocorre que não é todo o conteúdo da primeira oração que denota consequência: esta é expressa apenas pelo

²⁸³ Neves *et al.* (2008, p. 968) já haviam mostrado que, como um bloco, as construções condicionais (potenciais ou factuais) podem ser apresentadas em conclusão de uma porção textual precedente, como se vê neste trecho: *Então vocês podem se preferirem começar por uma, ou só falar uma.*

termo “sinto raiva”. Assim, *minha mulher não está aqui comigo é uma causa de sinto raiva*. A expressão “há outro ponto” é utilizada apenas para enumerar aspectos a serem relatados, de acordo com a pergunta feita pelo interlocutor.

(331) *Os portugueses falam melhor do que os brasileiros?*

(...) *Se os portugueses falam mais de acordo com a gramática é porque o português europeu sempre foi tido como o ideal. Isso não quer dizer que os brasileiros falem errado.* (...) (Corpus, Veja, 05/04/00)

Em (331), não se pode dizer que o ato de os portugueses falarem mais de acordo com a gramática é uma consequência de que *o português europeu sempre foi tido como ideal*. O conteúdo do primeiro segmento é visto, de fato, como uma consequência do conteúdo do segundo ao se levar em conta que há um conteúdo implícito no início do primeiro segmento: o locutor quer expor que **se considera** que os portugueses falam mais de acordo com a gramática, sendo essa consideração pressuposta a partir da pergunta feita pelo interlocutor e do contexto histórico. A consideração, a opinião de que os portugueses falam mais de acordo com a gramática é interpretada como uma consequência de que o português sempre foi tido como ideal.

(332) (...) *Se o Leão preferiu o outro (Edmundo) é porque ele sabia o que estava fazendo.* (...) (Corpus de controle, Placar, 01/2001)

Em (332), os conteúdos relacionados não podem ser vistos em uma sequência temporal; não se pode conceber que o conteúdo do segmento causal ocorre, no mundo real, antes do conteúdo do segmento inicial: não é possível pensar que Leão passa a saber antes de preferir. Assim, convém conceber que o primeiro segmento da construção com *se...ser porque* traz um fato que é, em seguida, justificado, com a explicitação de uma avaliação.

(333) (...) *Se eu aceito ter um mau líder é porque permito isso.* (...) (Corpus de controle, Você S/A, 01/10/2008)

Em (333), da mesma forma, não se observa uma sucessão temporal entre os fatos expostos em cada um dos segmentos da construção com *se...ser porque*. Não é possível entender que o fato de eu permitir ocorre em um primeiro momento e que, como decorrência disso, acontece, em um segundo momento, o fato de eu aceitar ter um mau líder. Assim, vê-se que a primeira oração da construção em pauta explicita uma possibilidade e a segunda traz uma justificativa avaliativa para tal possibilidade.

As ocorrências (332) e (333) demonstram a pertinência de se refutar, assim como Paiva (1991, p. 114) o faz, o pressuposto de que a relação de causalidade implica necessariamente uma disposição temporal dos fatos. A autora afirma que a contraevidência mais forte para tal pressuposto é a possibilidade de existência de conexão causal entre fatos que, se não chegam a ser simultâneos, superpõem-se temporalmente, no sentido de que o início do segundo não implica o término do primeiro. Assim, segundo ela, as construções causais podem ser examinadas à luz da sequencialidade ou não sequencialidade entre os fatos relacionados.

A impossibilidade de se atribuir uma sequência temporal, em uma construção de causa, fica ainda mais evidente nas situações em que se apresenta uma avaliação tanto no primeiro segmento quanto no segundo:

(334) (...) *Eu acho que é quase um complexo de inferioridade mesmo, as grandes canções mostram tudo só com voz e violão. Se ela está ótima ali, é porque realmente é uma ótima canção.* (...) (Corpus de controle, Bizz, 08/1995)

Em (334), *ela está ótima ali e realmente é uma ótima canção* constituem avaliações, e não fatos. Portanto, não há uma sequência temporal em construções causais em casos como esse. Entretanto, faça-se a ressalva de que a ocorrência (334) é uma exceção. Nela, embora sejam apresentadas avaliações em ambos os segmentos da correlativa, é transmitida a ideia de que uma obra gera outra, o que implica, necessariamente, uma sequência temporal.

Assim, fica explicitado que há ocorrências nas quais os conteúdos dos segmentos da correlação com *se...ser porque* não podem ser dispostos em uma sequência temporal. Nessas situações, há, mais especificamente, uma justificativa (com avaliação) na segunda oração da correlação, a qual remete ao conteúdo da oração condicional, que constitui uma avaliação, como em (334), um fato, tal qual em (332), ou uma hipótese, como em (311).

Por outro lado, ilustram a relação entre causa e consequência com sequência temporal (em que a causa precede a consequência)²⁸⁴ as ocorrências (318), (327), (328), por exemplo, nas quais se exhibe um fato na oração condicional, e as construções (314) e (321), em que se explicita uma hipótese no segmento condicional. Lembre-se de que a avaliação também pode estar presente no segmento condicional nos casos em que os conteúdos da correlação são

²⁸⁴ Ao se fazer referência a uma causa que precede a consequência, não se quer dizer que, na correlação com *se...ser porque*, isso ocorre com iconicidade temporal (o que seria um equívoco), mas que o conteúdo presente no segmento causal traz um fato ou evento que acontece em um momento anterior em relação ao fato ou evento explicitado no segmento condicional.

dispostos em uma sequência, como se viu em (329). A avaliação pode se manifestar, ainda, no segundo segmento da correlação, como se observa em (314) e (329).

Dessa forma, verifica-se que, nas relações entre causa e consequência, tanto nos casos de sequência temporal como nas situações de não sequência temporal, a oração condicional pode trazer fato, hipótese ou avaliação; e a oração com *ser porque* expõe sempre uma avaliação nas construções nos casos sem disposição temporal, e explicita ou não uma avaliação nas ocorrências nas situações com disposição temporal. Nestas ocorrências, quando não está envolvida uma avaliação, está presente um fato na oração com *ser porque*, como acontece em (323).

A análise do funcionamento da causa na correlação com *se...ser porque* confirma observações feitas por Neves (2014, p. 116), que assevera que o exame dos conectivos classificados nas gramáticas como “causais” demonstra que as construções em que eles aparecem apresentam “efeitos que extrapolam a estrita direção causa-consequência”. Neves (2014, p. 117) complementa que uma “complexa zona das causalidades (...) estabelece-se em termos amplos, complexos e de engajamento pessoal, como, por exemplo, em termos de explicação, de justificação, de legitimação, ou até de oferta de opinião (...)”.

Assim, entende-se que, nas construções citadas de (332) a (334), no segmento causal há uma maior preocupação em expor uma justificativa²⁸⁵, com a expressão de uma avaliação, do que de exibir uma relação de causa e consequência. Esta relação ficaria explicitada, então, em segundo plano.

Até aqui, registrou-se como é manifestada a causa (com ou sem sequência temporal; com ou sem motivação; relacionada a uma ação intencional ou não intencional; associada a uma ação desejável ou não desejável) e a conclusão (na forma de abdução ou de dedução) nas construções com *se...ser porque*. Ademais, mostrou-se que, nessas construções, pode ser explicitado somente o valor de causa ou os sentidos de causa e conclusão, simultaneamente.

Complemente-se que, quando está em questão exclusivamente o valor de causa na construção, a primeira oração denota, em todas as ocorrências identificadas, fato, como se vê em (323) e (324). Por outro lado, nas situações em que o sentido de conclusão também está presente, o primeiro segmento da construção traz fato, como em (315) e (318), ou hipótese, tal qual em (320) e (321). Esses resultados demonstram que, embora a construção com “se... ser porque” seja híbrida, as orações estão relacionadas para a produção de efeitos de sentido particulares. A presença da causa determina a factualidade da construção; em contrapartida, a

²⁸⁵ Aqui, especificamente, não se utiliza o termo “justificativa” como sinônimo de “causa”. Entende-se que a justificativa estaria mais relacionada a uma avaliação feita pelo falante do que a causa, propriamente.

conclusão é compatível tanto com o fato quanto com a hipótese, já que, nas construções com conclusão, a primeira oração introduz uma premissa, a qual pode ser formulada a partir de um fato ou de uma hipótese.

Nos *corpora* de análise, a combinação “fato + causa” é menos frequente devido ao gênero “entrevista”, do âmbito jornalístico, no qual prevalece, em geral, a exposição de posicionamentos, de avaliações pessoais, que indicariam maior subjetividade, mais compatível com a estrutura “premissa (fato/hipótese) + conclusão” do que com “fato + causa”.

No que concerne à estrutura “premissa (fato/hipótese) + conclusão”, por sua vez, era de esperar que, em “se... ser porque”, a dedução, dada a sua natureza de certeza, aparecesse com oração factual e que a abdução, visto seu caráter de incerteza, fosse associada a uma oração hipotética. Entretanto, isso nem sempre acontece. No *corpus* e no *corpus* de controle, a dedução vem pareada com um fato e, também, com uma hipótese, e a abdução é precedida por uma hipótese e, ainda, um fato. Tais resultados, os quais sugerem que nem sempre há homogeneidade nas estruturas com “se... ser porque”, podem ser explicados pela própria natureza heterogênea dessas construções, que reúnem uma oração com *se*, tradicionalmente classificada como hipotética, e um segmento com *porque*, visto como factual (mais do que hipotético).

Explanados os usos dos valores semânticos que podem estar presentes na construção com *se... ser porque*, convém analisar como os diferentes valores são relacionados aos domínios linguísticos propostos por Sweetser (1998).

Lembre-se de que, como se apontou no capítulo “4”, a construção com *se...ser porque* pode manifestar-se no domínio do conteúdo ou no domínio epistêmico. Acrescente-se, aqui, que, conforme se verificou nos *corpora* examinados, nos casos em que a construção referida denota apenas sentido de causa, está envolvido o nível do conteúdo; por outro lado, nas situações em que a construção traz tanto sentido de causa quanto de conclusão, manifestam-se, simultaneamente, os níveis do conteúdo e epistêmico, ou apenas o domínio epistêmico.

Em (323) e (324), vê-se a presença do valor de causa e a manifestação do domínio do conteúdo. Em (323), um estado de coisas existente no mundo (*tenho que cuidar dos filhos dos outros*) acarreta outro estado de coisas do mundo (*não tive filhos*); em (324), o estado de coisas *estava longe, jogando no meio-campo* é a causa do estado de coisas *não o cumprimentei*.

Por outro lado, de (310) a (313), em (315), (320) e (327), por exemplo, observa-se que a construção com *se... ser porque*, com os sentidos de causa e de conclusão, aparece no

domínio epistêmico. Comentem-se algumas ocorrências. Em (310), o locutor parte da premissa (colocada como possibilidade) de que *isso acontece* para chegar à conclusão de que *talvez de esteja abarcando mais do que se deveria*. Em (315), o locutor indica a premissa de que *ela me convidou para ser presidente do Banco Central* e, a partir dela, traz a conclusão *deve haver alguma afinidade*. Em (320), o falante aponta a premissa (citada como possibilidade) de se chegar ao nível em que se tenha de andar de carro blindado para ir à padaria e, a partir disso, conclui que *alguma coisa está errada*. Como se vê, a premissa da construção com *se...ser porque* aparece como um fato ou uma possibilidade, ao passo que a conclusão aproxima-se de uma possibilidade. Já se apontou que o *talvez*, em (310), e o *deve*, em (315), evidenciam a presença de conclusão no segundo segmento da construção referida. Acrescente-se, aqui, que, em (327), a expressão *alguma coisa*, de natureza indefinida, também favorece a atribuição de um caráter conclusivo, de cogitação ao conteúdo da segunda oração em *se...ser porque*.

Por fim, em (316), (317), (318), (321), por exemplo, a construção com *se...ser porque*, com os valores de causa e de conclusão, encontra-se tanto no domínio do conteúdo quanto no nível epistêmico. Expliquem-se alguns casos. Em (317), o estado de coisas *gosto dela* constitui a causa do estado de coisas *estou com a pessoa*. Da mesma forma, a premissa *estou com a pessoa* leva à conclusão de que *gosto dela*. Em (321), o estado de coisas *eles não estão compreendendo nada* é a causa o estado de coisas *o rosto do paciente ou o de seus familiares não muda enquanto você fala*. Do mesmo modo, a premissa de que *o rosto do paciente ou o de seus familiares não muda enquanto você fala* leva à conclusão de que *eles não estão compreendendo nada*.

A ambiguidade de domínios linguísticos, nesses casos, representa a seguinte dualidade existente na correlação com *se...ser porque*: de um lado, a oração condicional, a qual exige uma conclusão, imprime um caráter epistêmico à correlação; de outro lado, o segmento causal (com *ser porque*), o qual estabelece uma relação de causa e consequência, confere uma compatibilidade da correlação com o domínio do conteúdo²⁸⁶. Entretanto, ressalte-se que, dada a complexidade da correlação em pauta, não se deve restringir o seu funcionamento a essa dualidade, pois a correlação com *se...ser porque* não constitui uma mera junção entre

²⁸⁶ Entende-se que a oração causal, por sua natureza factual, é mais compatível com o domínio do conteúdo do que com o nível epistêmico. Pesquisa realizada por Amorim (2012), do português falado, comprova isso: constatou-se que as construções com *porque* (as chamadas coordenadas e as ditas subordinadas) encontram-se no domínio do conteúdo em 37% dos casos e, no nível epistêmico, em apenas 10% das ocorrências. Nos demais casos, as construções aparecem no nível do ato de fala. Vale mencionar, ainda, que Zago (2014), em textos da língua escrita, verificou que as construções causais aparecem no domínio do conteúdo em 71% das ocorrências, ao passo que, no domínio epistêmico, encontram-se somente 24% das ocorrências (e os demais casos, 5%, referem-se ao ato de fala).

uma oração condicional da construção canônica (com *se*) e uma oração causal da construção canônica (com *porque*). O que comprova isso é que a correlação com *se...ser porque*, quando se encontra em apenas um domínio linguístico, apresenta ora aproximação com as condicionais canônicas ora com as causais canônicas.

As construções com *se...ser porque*, nos casos em que atuam no nível epistêmico, apresentam maior semelhança com as condicionais canônicas do que com as causais prototípicas. Assim como aquelas, as estruturas com *se...ser porque* exibem ideia de conclusão na segunda oração; nas causais canônicas, tal noção aparece na primeira oração.²⁸⁷ Da mesma forma que estas, as construções com *se...ser porque* trazem ideia de consequência no primeiro segmento da construção. Nas condicionais canônicas, por outro lado, a consequência é expressa no segundo membro da construção (e, a causa, na primeira oração). Para exemplificar tais aspectos, retomam-se frases oferecidas por Sweetser (1998, p. 114-118) – citadas no capítulo “4” – e se retomam ocorrências referidas nesta seção:

(335) *Se João foi àquela festa, (então) ele estava tentando enfurecer Miriam.*

(336) *João a amava, **porque** ele voltou.*

(337) *Prefiro pensar que, **se** uma pessoa conquistou alguma coisa que eu queria muito, **é porque** não era a minha hora.*

Em (337), indica-se que *uma pessoa conquistou alguma coisa que eu queria muito* e, na segunda oração, conclui-se, a partir disso, que *não era a minha hora*. Em (335), também há um conteúdo, na primeira oração, que serve de premissa para o conteúdo do segundo segmento, uma conclusão. Em (336), por outro lado, não seria aceitável considerar que o fato de João ter voltado, presente no segundo membro oracional, é uma conclusão tirada a partir da constatação de que *ele amava*. Este último conteúdo, na verdade, constitui uma conclusão. Desse modo, não seria admissível uma paráfrase de (336) do tipo **Se** João a amava, **é porque** ele voltou (neste caso, haveria conclusão na segunda oração, e não na primeira). No entanto, no que se refere a (335), seria concebível a paráfrase “**Se** João foi àquela festa (então) **é porque** ele estava tentando enfurecer Miriam”, permanecendo o valor de conclusão na segunda oração.

Analisem-se, agora, estas construções:

²⁸⁷ Ao serem mencionadas as orações condicionais (com “se”) e as orações causais (com “porque”), leva-se em conta a ordem mais prototípica delas: orações condicionais antepostas e orações causais pospostas.

(338) *Se Maria for, João irá.*

(339) *João voltou **porque** ele a amava.*

(340) *Se não tive filhos **é porque** tenho que cuidar dos filhos dos outros.*

Em (339) e (340), aparece uma relação de consequência e causa (entre fatos), nesta ordem. Em (338), por sua vez, manifesta-se a causa (em sentido amplo) e, em seguida, a consequência: a ida de Maria traz como consequência a ida de João. Assim, seria possível a paráfrase “Se João voltou, é porque ele a amava” (havendo a expressão do sentido de causa no segundo segmento), mas não a paráfrase “Se Maria for, é porque João irá.” Esta última frase até é aceitável, mas muda de forma significativa o sentido de (338), pois passa a expressar que é a ida de João que causaria a ida de Maria (e não o contrário). Assim, a relação de causa e consequência presente em *se... ser porque* é “herdada” das construções causais canônicas.

Nesta seção, mostrou-se que a construção com *se... ser porque* apresenta o comportamento típico das condicionais inferenciais “retroativas” (DECLERCK & REED, 2001). Além disso, verificou-se que a construção em pauta opera no domínio do conteúdo e/ou no nível epistêmico, denotando, neste último caso, dedução ou abdução, tipos de conclusão já vistos nas condicionais canônicas. Ademais, observou-se que a construção com *se... ser porque* exhibe as relações de causa e consequência, de motivação com ação intencional ou não, típicas das causais canônicas, e, assim como estas, pode expressar, mais propriamente, uma justificativa. Por outro lado, é mais especificamente na construção com *se... ser porque* que são manifestadas as noções de causa e conclusão no mesmo segmento (o segundo da construção). A presença da causa confere certa facticidade à construção, relativizando a natureza hipotética da oração condicional.

6.1.2 Fato e hipótese

Nesta seção, dá-se atenção, mais especificamente, aos sentidos produzidos no primeiro segmento da construção com *se...ser porque*, o fato e a hipótese, levando-se em conta a porção textual em que é identificado. Verificam-se as suas possíveis motivações de uso e a relação existente entre esses sentidos e: a noção temporal; os tempos verbais.

Para início de discussão, expõem-se os resultados obtidos, no exame dos dados, em relação aos sentidos presentes na primeira oração da construção com *se... ser porque*:

Construção com <i>se...ser porque</i>		
Valores semânticos da oração condicional	<i>Corpus</i>	<i>Corpus</i> de controle
Fato	74 / 60,1%	48 / 50,2%
Hipótese	49 / 39,8%	47 / 49,4%
TOTAL	123	95

Tabela 8: Valores semânticos na primeira oração da construção com “*se... verbo ser + porque*”.

A partir dos dados da “Tabela 8”, verifica-se que há predominância de segmentos condicionais factuais sobre os hipotéticos. É interessante notar que Souza (2015, p. 65), ao estudar as estruturas com *se...então*, na fala e na escrita, obtém resultados semelhantes: a oração condicional factual predomina, com 67,8% das ocorrências, sobre o segmento condicional hipotético, com 20,4% dos casos.²⁸⁸ Dessa forma, interpreta-se que a atuação do conectivo *porque* na construção com *se...ser porque* é um dos fatores que favorecem a manifestação da factualidade na oração condicional de tal construção. A compreensão do funcionamento de *se...então* contribui para demonstrar isso. Como afirmam Oliveira e Hirata-Vale (2011, p. 153), nesse caso, devido à natureza temporal e anafórica, o *então* tem a função de reintroduzir a prótase na apódose²⁸⁹, mas sem a “incerteza” que o “*se*” impõe à proposição. Desse modo, semanticamente, o *então* teria o papel de “factualizar” a asserção que está situada na oração condicional. Segundo as autoras, o *então* serviria para reintroduzir a asserção exposta na prótase de modo a assinalar que ela tem de ser factual antes de a apódose ser asseverada.

Assim como na estrutura com *se...então*, observa-se que, na construção com *se...ser porque*, a oração condicional é, de certa forma, “factualizada”, e isso dá-se, especialmente, pela presença, na segunda oração do bloco, da conjunção causal *porque*, a qual possui caráter factual. Desse modo, ao indicar uma causa ou justificar, essa conjunção, necessariamente, remete ao conteúdo expresso no segmento anterior, tornando-o como aceitável e, assim, “factualizando-o”. Vale citar que Campos (1999), ao analisar as construções causais (canônicas)²⁹⁰, constata que prevalecem, nelas, orações factuais, apesar da possibilidade de manifestação de orações hipotéticas. Além disso, menciona-se que, em *se...ser porque*, a

²⁸⁸ Nos demais casos registrados pela autora, em 11,7% das ocorrências, a oração condicional é contrafactual, sentido que foi identificado em uma porcentagem muito baixa nas correlativas com *se...ser porque*, como se verá adiante.

²⁸⁹ A prótase e a apódose correspondem, respectivamente, à primeira e à segunda oração de uma sequência em uma expressão linguística.

²⁹⁰ A autora inclui no grupo das causais as ditas subordinadas adverbiais causais e as chamadas coordenadas explicativas.

oração condicional atua, basicamente, como uma premissa, a qual, pelo caráter de verdade, é mais compatível com o fato do que com a hipótese.

Por outro lado, há que se reconhecer que as ocorrências de condicionais factuais apresentam certo equilíbrio com as condicionais hipotéticas: em relação à diferença de porcentagem, no *corpus*, ela é de 20,3% e, no *corpus* de controle, de apenas 0,8%. Tal equilíbrio (relativo) dá-se pelo fato de ser inerente às condicionais o sentido de hipótese. Vale registrar que Hirata (1999, p. 138), ao analisar as condicionais canônicas, nas literaturas dramática, técnica e oratória, identifica mais orações condicionais hipotéticas do que factuais em todos os *corpora*: na literatura dramática, 63,8% hipotéticas e 25,2% factuais (10,9% contrafactuais); na técnica, 73,9% hipotéticas e 21,7% factuais (4,3% contrafactuais); na oratória, 58,2% hipotéticas e 37,3% factuais (4,4% contrafactuais). Assim, a determinação do sentido do segmento condicional, em *se...ser porque*, é condicionada pela própria natureza das condicionais das construções canônicas (além de ser favorecida pelo caráter factual do segmento com *ser porque*, como se apontou).

Saliente-se que, no *corpus*, especificamente, a porcentagem não tão próxima de ocorrências de condicionais hipotéticas em relação às factuais é explicada devido ao fato de o *corpus* apresentar, predominantemente, a referência a fatos econômicos, políticos, sociais (de interesse público) para a discussão deles. Em grande parte dessas entrevistas, caberia ao entrevistado expor ou retomar fatos (do país ou do mundo) e discutir sobre eles. Registre-se que as entrevistas com tal perfil aparecem na Revista *Veja* e no jornal *Folha de S. Paulo*, materiais que, juntos, contém 67,1% de construções factuais. Já, nas Revistas *Caras* e *Contigo*, em que se trata das perspectivas do entrevistado sobre o futuro, de seus anseios, o total de construções factuais é um pouco menor: de 50,9% (nos dois materiais juntamente).

Visto isso, passa-se a ilustrar ocorrências de condicionais factuais e hipotéticas para o esclarecimento de seu funcionamento. Inicia-se a exemplificação com as factuais:

(341) *Isso incomoda você?*

Sabe o que me incomoda? A falta de educação do povo brasileiro. O governo e a televisão deveriam ter mais cuidado com a educação e a cultura, porque se há tanta gente interessada em fofoca é porque não têm uma base sólida. (...) (Corpus, Contigo, 02/10/2001)

Em (341), o segmento factual *se há tanta gente interessada em fofoca* é explicitado para o locutor fazer uma crítica, a qual já vem sugerida pelo uso do termo *fofoca*. Assim, o locutor critica algo que ocorre para, em seguida, mostrar a causa dessa ocorrência.

(342) *Você acha que uma seleção tão jovem, que depende de jogadores de cerca de 20 anos, está preparada para segurar a pressão de representar o país?*

(...) *Todos estão preparados. **Se chegamos na seleção brasileira, é porque temos alguma coisa.*** (...) (Corpus, FSP, 13/04/2012)

(343) *É verdade que você não tem contrato e não ganha nada para fazê-lo?*

*Sim. (...) Eu sabia que tinha um caminho para a televisão. **Se o Gugu e o Magrão (Roberto Manzonni, produtor do programa) deixaram uma produção a meus cuidados, é porque tinha algum talento.*** (Corpus, Contigo, 12/12/2000)

Em (342) e (343), por sua vez, o locutor apresenta um fato a fim de que este sirva para lhe dar credibilidade perante o interlocutor. O questionamento feito pelo interlocutor, em cada caso, leva o locutor a buscar uma evidência de que tem credibilidade. Em (342), ao ser questionado se a seleção jovem está preparada para representar o país, o locutor, como jovem, relembra o interlocutor de que chegou à seleção (juntamente com seus jovens colegas de trabalho). Esse fato, por si só, indica uma resposta, pois deixa sugerido o mérito dos jogadores jovens que estão na seleção, sugestão que vem explicitada na oração seguinte (*temos alguma coisa*). Em (343), ao o interlocutor perguntar se o locutor não tem contrato e não ganha nada para fazê-lo, aspecto que poderia tirar o mérito do locutor, este (o locutor) indica o fato “Se o Gugu e o Magrão (...) deixaram uma produção a meus cuidados” para descartar a ideia de que poderia não ter mérito.

Informe-se, que, nos *corpora* examinados, há também retomada de fato com ação suscetível de censura por parte do interlocutor, com a apresentação de explicações, de forma que o locutor se defenda de possíveis críticas do interlocutor:

(344) *Como está sua disputa judicial com a Nike?*

*Espero que quem esteja com a razão possa ganhar. Para processar alguém, só em último caso. **Se eu tomei essa atitude, foi porque eles não quiseram acordo.*** (Corpus, FSP, 02/07/2011)

Em (344), o locutor expõe um fato com ação que poderia ser censurada pelo interlocutor (o público, em geral). Já se preparando para uma possível crítica em relação à sua prática, o locutor indica o fato (*tomei essa atitude*) para, em seguida, justificá-lo, mostrando que a sua ação foi a única solução para o problema em pauta.

Identificam-se, ainda, casos em que se apresenta um fato aceito como favorável e a explicação desse fato:

(345) *A Igreja foi pioneira durante muito tempo. **Se** teve a primeira imprensa do mundo e a hegemonia cultural por tanto tempo **foi porque** investia no desenvolvimento de grandes talentos.* (Corpus, Veja, 09/06/99)

Em (345), o fato de a Igreja ter tido a primeira imprensa do mundo e a hegemonia cultural por tanto tempo é visto de modo favorável, e, em seguida, apresenta-se uma justificativa para esse fato.

No que concerne às condicionais hipotéticas, são expostos, de (346) a (349), os seus usos identificados:

(346) (...) *É da natureza do processo ele ir se equilibrando. Ele não pode ficar de pé três anos antes. **Se** a coisa equilibra muito cedo **é porque** tem algo errado.* (Corpus, FSP, 10/04/2014)

(347) (...) *Hoje você diz às crianças que elas devem se sentir bem de dia e de noite, e **se** elas não conseguem **é porque** há algo errado.* (...) (Corpus, Veja, 01/03/06)

Em (346) e (347), o locutor indica uma hipótese na oração condicional para, em seguida, apontar uma conclusão que estabelece a não aceitação da ideia expressa na hipótese. Em (346), fica sugerido que o locutor julga que *a coisa* não deve equilibrar muito cedo, ao contrário da ideia explicitada na hipótese. Em (347), nota-se que as pessoas em geral, representadas pelo pronome “você”, em seu uso genérico, têm a opinião de que as crianças devem sentir-se bem durante o dia e durante a noite, diferentemente do que é exposto na hipótese.

Por outro lado, em (348) e (349), é explicitada uma hipótese para a expressão, no segmento subsequente, da aceitação da ideia presente nela:

(348) (...) *Obviamente, quero manter a posição. **Se** outro cavaleiro me superar **é porque** se dedicou mais.* (...) (Corpus de controle, Você S/A, 01/2000)

(349) (...) *A paixão tem uma característica de idealização. Quando se idealiza muito, inevitavelmente começa a cobrança. É natural que haja conflitos. Temos de saber conviver com eles. Mas, **se** acaba, **é porque** era para acabar.* (Corpus, Contigo, 31/03/2005)

Em (348), o locutor indica a possibilidade de outro cavaleiro superá-lo e a aceitação de tal possibilidade vem expressa com *se dedicou mais*. Em (349), da mesma forma, o locutor aponta a hipótese de que algo pode acabar, e a aceitação dessa possibilidade vem marcada com *era para acabar*.

Nas condicionais hipotéticas, o locutor pode, ainda, retomar uma ideia sugerida pelo interlocutor para indicar ou não aceitação da hipótese, como se vê em (350) e (351):

(350) *Você se acha realizada, pessoal e profissionalmente?*

Não. (...) Se um dia eu disser que as minhas metas estão alcançadas, é porque estou deprimida. (Corpus, Contigo, 15/08/2000)

(351) *Em meio a bons trabalhos, você briga com alguém e vem a fama de cavalo paraguaio. Em 2008, você parece mais calmo...*

Isso é maturidade, estou com 50 anos! A gente aprende. (...) Se meu trabalho empacou em algum momento é porque faltou qualidade ou não consegui tirar nada daqueles grupos. (Corpus de controle, Placar, 01/12/2008)

Em (350), o locutor recupera uma ideia apresentada pelo interlocutor para lançar uma hipótese (*se um dia eu disser que as minhas metas estão alcançadas*) e, em seguida, recusa tal hipótese. Por outro lado, em (351), o trabalho dele ter “empacado” em algum momento é uma possibilidade aceita a partir das informações expressas pelo interlocutor (*Em meio a bons trabalhos, você briga com alguém e vem a fama de cavalo paraguaio*). Comente-se que, em (351), a resposta do locutor envolve preservação de face; o interlocutor demonstra uma crítica geralmente feita ao locutor e este, discretamente, aceita tal crítica, de modo a preservar sua face, evitando objeções do locutor, a partir da aceitação da hipótese.

Apesar dos diferentes usos registrados de condicionais factuais e hipotéticas, nota-se que todos eles envolvem um posicionamento do locutor, o que já se espera de enunciados contidos em entrevistas jornalísticas. Assim, a análise das ocorrências citadas permite que se verifique que, como diz Neves (1999b, p. 539), qualquer bloco hipotético, por expressar uma relação entre uma condição que se hipotetiza (como possivelmente / realmente verdadeira) e um estado de coisas que depende de que a condição seja satisfeita, é uma construção que se presta muito eficientemente para apoio de argumentação, independentemente de ela ser factual ou hipotética; tais distinções, segundo a autora, são colocadas a serviço da argumentação.

Entretanto, há que se considerar que as condicionais factuais e as condicionais hipotéticas apresentam, cada uma delas, características peculiares, o que é verificado quando se observa a relação estabelecida entre as orações condicionais e a porção textual em que se encontram.

Constata-se que, no grupo das condicionais factuais, o conteúdo expresso na oração condicional já é apresentado como um fato na porção textual precedente em 70,2% das ocorrências do *corpus* e em 62,5% das ocorrências do *corpus* de controle. Por outro lado, na

classe das condicionais hipotéticas, o conteúdo explicitado no segmento condicional já é enunciado como uma hipótese no trecho antecedente de forma menos frequente: em 34,6% dos casos do *corpus* e em 42,5% dos casos do *corpus* de controle. Exemplificam-se as duas situações citadas:

(352) (...) *Ele pedia minha interferência para embarcar para o Rio Grande do Sul porque estava sem documentos. Disse-me que o homem da companhia aérea informara que ele só embarcaria se um oficial do Exército autorizasse. Aí é que se vê o abuso. **Se** o cara da empresa de aviação disse isso a ele **é porque** estava atribuindo ao Exército uma autoridade acima da lei.* (...) (*Corpus, Veja*, 03/11/99)

(353) (...) *Dou uma carona e vejo se durante todo o trajeto a pessoa consegue se manter em silêncio sem que este seja incômodo, desconfortável demais. **Se** consegue, **é porque** rola empatia.* (*Corpus, Caras*, 09/07/2010)

Em (352), há um fato indicado na oração condicional, o que é evidenciado pela possibilidade de a construção com *se...ser porque* ser parafraseada por uma construção causal, sem a condição: O cara da empresa de aviação disse isso a ele **porque** estava atribuindo ao Exército uma autoridade acima da lei. Além disso, esse fato já é posto como fato em um trecho anterior do texto sublinhado. Em (353), por seu turno, aparece uma hipótese na oração condicional, o que se verifica pelo fato de que tal oração poderia ser parafraseada por “se conseguir”, em que se sugere incerteza. Essa incerteza já é explicitada no trecho anterior do texto, sublinhado: na expressão “vejo se (...) consegue”, com a conjunção integrante “se”, de valor hipotético.

A porcentagem menor de ocorrências em que o conteúdo da oração condicional tem um sentido atrelado a ele já sugerido anteriormente no caso das hipotéticas é justificada pelo fato de que a hipótese representa o padrão das condicionais canônicas, como se viu anteriormente. Assim, nesse caso, não haveria tanta necessidade de usar a hipótese na oração condicional mais especificamente nas situações em que o conteúdo dessa oração já é estabelecido como hipótese antes. A própria oração condicional, em primeira instância, seria suficiente para marcar o caráter hipotético do conteúdo expresso nela. Por outro lado, sendo a factualidade um valor semântico não tão típico da oração condicional, surge a necessidade de reforçar esse sentido, com a apresentação, muitas vezes, do conteúdo factual do segmento condicional também em porções anteriores do texto.

Ressalte-se que a porcentagem significativa de casos em que o conteúdo factual da oração condicional aparece em porções precedentes do texto deve-se, também, a situações em

que o locutor pretende demonstrar concordância com uma avaliação empreendida pelo interlocutor, tal qual se vê nesta ocorrência:

(354) *Claudia - Fala-se muito em homem travado, mas qual é a trava feminina?*

Sergio - A necessidade de garantia. (...) A mulher precisa aceitar que nem sempre o relacionamento amoroso traz a segurança que ela tanto busca.

*Claudia - **Se** a mulher precisa de tanta garantia, **não é porque** também sente medo, assim como os homens?* (*Corpus de controle, Cláudia, 10/2003*)

Em (354), o interlocutor responde a uma pergunta do locutor indicando qual é a “trava” feminina. Apesar de tal pergunta pressupor uma resposta subjetiva, o interlocutor coloca esta como uma verdade, ao indicar, de forma categórica, a expressão “a necessidade de garantia” e ao utilizar a expressão “a segurança que ela tanto busca”, enunciada como um fato já aceito como verdade. O locutor, por sua vez, ao mencionar, na oração condicional, a ideia de que *a mulher precisa de tanta garantia*, tomando-a como uma premissa, um fato, deixa sugerido que concorda com a avaliação feita pelo interlocutor. Além disso, chame-se a atenção para o uso do presente do indicativo (em *precisa*). Ferrari (2000) assevera que, por meio desse tempo (e modo) verbal, o locutor reconhece o ponto de vista do interlocutor, podendo haver, posteriormente, uma negociação desse ponto de vista.

Outra observação relevante a ser feita é que, embora tanto a oração condicional factual quanto a hipotética atuem como tópicos, a factual tem, mais predominantemente, o caráter de informação familiar. Constata-se que há oração condicional factual com informação familiar em 70,2% das ocorrências do *corpus* e em 72,9% das ocorrências do *corpus* de controle. Por outro lado, aparece oração condicional hipotética com informação familiar com menos frequência do que no caso da condicional factual: em 59,1% dos casos no *corpus* e em 63,8% dos casos no *corpus* de controle. Entende-se que o fato é mais compatível com a informação familiar porque o fato é concebido, entre outros aspectos, como “verdade, realidade” (BORBA *et al.*, 2002, p. 694), características que podem pressupor a familiaridade da informação transmitida. A título de exemplificação, cite-se que, em (354), observa-se a oração condicional factual com informação familiar, e, em (353), a oração condicional hipotética com informação familiar.

Ao mesmo tempo, os resultados já demonstram que não é possível estabelecer uma dicotomia rígida na relação entre fato/hipótese e estatuto informacional. No capítulo “5”, mostrou-se que, segundo Lowe (1992), a oração condicional factual traz sempre conteúdo inteiramente recuperável, ao passo que o segmento condicional hipotético pode trazê-lo ou

não. Os dados desta tese mostram, ao contrário do que sugere o autor, que a oração condicional factual também pode trazer informação não totalmente recuperável. É o que se vê na ocorrência (345), em que o conteúdo da oração condicional factual especifica o tipo de pioneirismo da igreja, acrescentando informações. Assim, a condicional factual, quando traz informação não totalmente recuperável, veicula especificação.

Na oração condicional factual, aparece, ainda, informação não familiar, como se verifica nesta ocorrência:

(355) *Cláudia – Você falava com o Pedro por telefone?*

Giulia Gam – Eu sempre ligava para dar notícias, para estabelecer um diálogo. Queria que o Theo não perdesse essa relação com o pai. Se o Theo pôde ficar com o pai hoje, sem rejeitá-lo, foi porque eu sempre mantive uma imagem positiva do pai para ele. (Corpus de controle, Cláudia, 04/2002)

Em (355), o fato de que *Theo pôde ficar com o pai hoje, sem rejeitá-lo*, não foi mencionado na porção anterior do texto, e o locutor considera importante mencioná-lo, já que a pergunta do interlocutor (“Você falava com o Pedro por telefone?”) poderia sugerir relacionamento ruim entre pai e filho devido a conflitos na separação dos pais. Assim, o locutor procura preservar sua imagem com o apontamento de uma informação não familiar no segmento condicional.

No caso da oração condicional hipotética, quando esta traz informação não totalmente recuperável, expõe uma ideia genérica na posição do sujeito:

(356) *Faz sentido tentar salvar o casamento por causa de filhos?*

Lidia - Faz. Se você tem filho, não pode ver o casamento como algo descartável. O casal com filhos cria um vínculo permanente, casado ou não. Se houver uma separação, que ela aconteça com dignidade e cuidado. Agora, dizer que "nós só estamos juntos por causa dos filhos" é desculpa. Se o casal está junto, é porque tem mais coisa, além dos filhos. (Corpus, Veja, 21/03/07)

Em (356), a expressão “o casal” faz referência aos casais em geral, em “substituição” à ideia específica expressa anteriormente de “nós” para se referir à noção de que o locutor, em específico, faz parte do casal. A partir do uso da ideia genérica, o locutor mostra que as experiências que ele expõe não pertencem apenas ao seu universo.

Por fim, indique-se que a oração condicional hipotética, pode, ainda, veicular informação não familiar, como se vê nesta ocorrência:

(357) *Como fazer as pessoas renderem mais?*

É preciso engajá-las, treiná-las todos os dias e deixar claras as suas expectativas. Se um problema é recorrente é porque o funcionário não sabe quais passos deve seguir para evitá-lo. (Corpus, Você S/A, 02/2012)

Em (357), introduz uma informação não familiar (a possibilidade de um problema ser recorrente), mas, nesse caso, diferentemente do que acontece em (355), o locutor não tem a preocupação de adotar uma atitude defensiva.

Verifica-se, ainda, que, quando a oração condicional funciona como tópico contrastivo, este se manifesta mais tipicamente como hipotético. No *corpus*, o tópico contrastivo indica hipótese em 82,3% das ocorrências e, no *corpus* de controle, em 88,8% dos casos. Entende-se que o tópico contrastivo aparece basicamente como hipotético porque a hipótese, por si só, já envolve certo contraste, em sentido amplo (entre o que pode ou não ocorrer). Borba *et al.* (2002, p. 815) define a hipótese, entre outros aspectos, como “suposição de alguma coisa como possível ou não, da qual se tiram consequências a verificar”. Ilustram-se, aqui, o tópico contrastivo com hipótese (tipo predominante) e com fato, respectivamente:

(358) (...) *Geralmente o ponto de vista que adoto de um fato real faz pensar se aquilo é ou não verdade, mas sempre é verdade do ponto de vista textual, porque se não é crível é porque não foi bem contado. (...) (Corpus, FSP, 27/02/2010)*

(359) (...) *Na verdade, o processo psicanalítico poderia durar um tempo ilimitado. Se termina, é porque chega um momento em que a relação entre o psicanalista e o paciente chega a um fim. (...) (Corpus, Veja, 05/07/00)*

Em (358), o tópico *se não é crível* traz uma hipótese, que aparece em contraste com *sempre é verdade*. Em (359), por sua vez, o tópico *se termina* indica um fato que se opõe a *poderia durar um tempo ilimitado*. A existência de oposição, no caso de (359), fica ainda mais evidente ao se incluir a conjunção opositiva *mas* antes da oração de tópico: **Mas, se termina, é porque chega um momento em que a relação entre o psicanalista e o paciente chega a um fim**. O contraste na oração condicional, tanto no segmento hipotético quanto no segmento factual, revela-se um processo de análise, sendo tal natureza analítica típica de entrevistas jornalísticas. Tal aspecto analítico, em (358) e (359), já é explicitado em porções que se encontram antes da oração condicional, nas quais são levantadas possibilidades (*pensar se aquilo é ou não verdade; poderia durar um tempo ilimitado*) para, em seguida, ser apresentado um contraste.

No exame das orações condicionais factuais e dos segmentos condicionais hipotéticos, cabe, ainda, verificar os tempos/modos verbais²⁹¹ que se manifestam nas construções de cada um desses grupos. É o que se registra na “Tabela 4”:

Tempos/modos verbais na construção com <i>se... ser porque</i>						
Combinações de tempos/modos verbais ²⁹²	<i>Corpus</i>			<i>Corpus de controle</i>		
	Condicional factual	Condicional hipotética	%	Condicional factual	Condicional hipotética	%
Presente + presente	28 / 37,8%	26 / 53%	43,9	22 / 45,8%	25 / 53,1%	49,4
Presente + pret. perfeito	11 / 14,8%	7 / 14,2%	14,6	5 / 10,4%	4 / 8,5%	9,4
Presente + pret. imperf.	2 / 2,7%	3 / 6,1%	4	0	2 / 4,2%	2,1
Presente + fut. do pret.	0	0	0	0	1 / 2,1%	1
Presente + pres. (subj.)	1 / 1,3%	1 / 2%	0,8%	0	0	0
Pret. perfeito + pret. perf.	8 / 10,8%	1 / 2%	7,3	5 / 10,4%	1 / 2,1%	6,3
Pret. perfeito + presente	12 / 16,2%	3 / 6,1%	12,1	6 / 12,5%	3 / 6,3%	9,4
Pret. perf. + pret. imperf.	8 / 10,8%	0	6,5	8 / 16,6%	1 / 2,1%	9,4
Pret. Perf. + Fut. do pret.	1 / 1,3%	0	0,8	0	0	0
Pret. imperf. + pret. imperf.	3 / 4%	0	2,4	1 / 2%	0	1
Pret. imperf. (subj.) + pret. imperf.	0	0	0	0	1 / 2,1%	1
Pret. mais que perf. + pret. imperf.	0	0	0	1 / 2%	0	1
Futuro (subj.) + presente	0	7 / 14,2%	5,6	0	5 / 10,6%	5,2
Futuro (subj.) + pret. perfeito	0	1 / 2%	0,8	0	3 / 6,3%	3,1
Futuro (subj.) + pret. imperf. (subj.)	0	0	0	0	1 / 2,1%	1
TOTAL	74	49	123	48	47	95

Tabela 9. Combinação de tempos/modos verbais nas construções factuais e nas construções hipotéticas nas estruturas com “*se... verbo ser + porque*”.

²⁹¹ Na “Tabela 9”, indicam-se os tempos verbais identificados sob o aspecto formal. No entanto, como se verá adiante, uma mesma forma verbal apresenta sentidos diferentes. O presente do indicativo, por exemplo, pode remeter ao passado.

²⁹² Os tempos verbais que aparecem sem referência ao modo verbal (entre parênteses) encontram-se no modo indicativo.

Antes que sejam comentados os dados registrados na tabela exposta, citam-se ocorrências para exemplificar cada uma das combinações de tempos verbais presentes na tabela, em relação a cada um dos tipos de construções elencados (as condicionais factuais e as condicionais hipotéticas²⁹³):

- Presente do indicativo + presente do indicativo [1]

Condicional factual:

(360) *No Brasil, os investidores dizem que a rentabilidade das estradas é baixa, mas na Colômbia algumas estradas têm retorno ainda menor. Como elas são viáveis?*

Se há competição é porque as empresas sabem que se trata de um investimento rentável. (...) (Corpus, FSP, 06/01/2014)

Condicional hipotética:

(361) *O sucesso transforma a pessoa?*

É claro que muda. Se a pessoa que faz sucesso diz que continua a mesma é porque está mentindo. (...) (Corpus, Contigo, 17/10/2000)

- Presente do indicativo + pretérito perfeito do indicativo [2]

Condicional factual:

(362) (...) *Eles se surpreendem ao descobrir que outros povos nos temem e nos odeiam e pensam que, se nos vemos nessa situação, é porque traímos nossa identidade. (...) (Corpus, Veja, 06/12/06)*

Condicional hipotética:

(363) (...) *Tirando o desconforto do trabalho muscular, um exercício jamais deveria causar dor na coluna ou nas articulações. Se isso ocorre, é porque o professor forçou você demais. (Corpus de controle, Cláudia, 02/2004)*

- Presente do indicativo + pretérito imperfeito do indicativo [3]

Condicional factual:

(364) (...) *A impressão que tenho é que essas empresas têm saudades da ditadura, já que não existiam mecanismos de fiscalização de práticas corruptas. (...) Se elas têm saudade da ditadura, é porque eram ainda mais poderosas naquela época. (Corpus, FSP, 01/02/2014)*

²⁹³ No grupo das hipotéticas são incluídas as chamadas condicionais eventuais e as chamadas condicionais contrafactuais. Este último grupo traz apenas 1 ocorrência, de “pretérito imperfeito do subjuntivo + pretérito imperfeito do indicativo”, como se vê na “Tabela 4”.

Condicional hipotética:

(365) *Não entendo também por que existe prisão especial para quem tem curso superior. Um cara rico que assalta um banco premeditou tudo, ao contrário do pobre, que se faz isso **é porque** estava desesperado.* (Corpus, Veja, 13/10/99)

- Presente do indicativo + futuro do pretérito do indicativo [4]

Condicional hipotética:

(366) *De qualquer forma, os garotos não são tão estúpidos e facilmente influenciáveis quanto algumas pessoas acham. Eles têm bom senso. **Se** um garoto decide fazer uma coisa ruim para ele seguindo o exemplo de algum pop star, **é porque** provavelmente acabaria fazendo a coisa de qualquer jeito.* (Corpus de controle, Bizz, 10/1990)

- Presente do indicativo + presente do subjuntivo [5]

Condicional factual:

(367) (...) *Não descarto fazer, mas o que eu faço é muito daqui, de Buenos Aires; **se** toca as pessoas em outros países **é porque** talvez as coisas de que trate sejam universais, mas o modo de olhar para elas é muito "criollo" [nascido na América Latina].* (Corpus, FSP, 29/12/2011)

Condicional hipotética:

(368) *Você parece nunca ter se sentido tão segura quanto agora. É resultado da idade? Acho que há muito tempo já me sinto confortável comigo mesma. **Se** existe algo de diferente, **é porque** talvez se reflita no meu trabalho quanto estou feliz na minha vida pessoal.* (Corpus, Veja, 10/03/10)

- Pretérito perfeito do indicativo + pretérito perfeito do indicativo [6]

Condicional factual:

(369) *Quando meus filhos eram meninos, a TV era mais ingênua. Não tinha esse apelo tão desesperado. (...) **Se** isso se encaminhou para o chamado mal-estar televisivo em relação à moralidade ou o diabo que for, **é porque** a audiência veio junto. (...)* (Corpus, Contigo, 18/03/2004)

Condicional hipotética:

(370) (...) *Sou uma pessoa otimista, sempre tenho certeza de que vai dar tudo certo, **se** ainda não deu, **é porque** não terminou.* (Corpus, Caras, 28/03/2008)

- Pretérito perfeito do indicativo + presente do indicativo [7]

Condicional factual:

(371) (...) *Tevez é um fora-de-série. **Se** ainda não conseguiu jogar tudo o que sabe no Corinthians, **é porque** está se adaptando ao futebol brasileiro. Tem tudo para ser destaque no campeonato.* (Corpus de controle, Placar, 08/2005)

Condicional hipotética:

(372) *E você é ciumenta?*

*Não. Se a pessoa me escolheu, é **porque** gosta de mim e ponto. Confio plenamente.* (Corpus, Caras, 25/03/2011)

- Pretérito perfeito do indicativo + pretérito imperfeito do indicativo [8]

Condicional factual:

(373) (...) *Você esperava ser o titular?*

*Eu acredito muito no meu potencial. Se tive a chance de voltar a jogar, é **porque** algo legal estava para acontecer.* (...) (Corpus de controle, Placar, 03/2001)

Condicional hipotética:

(374) *E você sabe lidar com essas coisas?*

*Ficar muito preocupada com isso só atrai coisas ruins. Prefiro pensar que, se uma pessoa conquistou alguma coisa que eu queria muito, é **porque** não era a minha hora.* (...) (Corpus de controle, Capricho, 17/08/2008)

- Pretérito perfeito do indicativo + futuro do pretérito do indicativo [9]

Condicional factual:

(375) (...) *Pensei várias vezes em escrever sobre esse período, e o livro se chamaria “O Filho do Sorveteiro”. Se não me decidi ainda por esse livro, é **porque** teria obrigatoriamente de fazer análises e julgamentos que não me interessa fazer agora.* (Corpus, Veja, 16/05/01)

- Pretérito imperfeito do indicativo + pretérito imperfeito do indicativo [10]

Condicional factual:

(376) (...) *Depois da estabilização da moeda, as vendas não pararam de subir. Isso também mostra que a população aprecia os jornais e revistas que estão à venda e que, se o consumo era menor, é **porque** faltava dinheiro.* (Corpus, Veja, 22/05/96)

- Pretérito imperfeito do subjuntivo + pretérito imperfeito do indicativo [11]

Condicional hipotética:

(377) *Me disseram que se fosse reprovada seria **porque** “era demais” para o cargo. O que fazer?*

Esse entrevistador não fez bem em dizer isso, pois deu uma opinião muito vaga. Você só deve ficar atenta se já ouviu a mesma coisa de pessoas diferentes. (...) (Corpus de controle, Você S/A, 01/04/2009)

- Pretérito mais-que-perfeito do indicativo + pretérito imperfeito do indicativo [12]

Condicional factual:

(378) (...) *Mas oito anos depois, salvo erro, da publicação de “A Cartuxa de Parma”, tinham-se vendido 13 exemplares. Então Stendhal não devia estar a pensar que escrevia para o seu tempo... Se o seu tempo, em oito anos, tinha comprado treze exemplares da Cartuxa, então **é porque** o tempo dele não estava interessado.* (Corpus de controle, Bravo, 06/1999)

- Futuro do subjuntivo + presente do indicativo [13]

Condicional hipotética:

(379) (...) *Não consigo ser amorfa, sem sabor. Se não for assim, **é porque** estou doente.* (Corpus, Caras, 07/03/2003)

- Futuro do subjuntivo + pretérito perfeito do indicativo [14]

Condicional hipotética:

(380) (...) *Se outro cavaleiro me superar **é porque** se dedicou mais.* (Corpus de controle, Você S/A, 01/2000)

- Futuro do subjuntivo + pretérito imperfeito do subjuntivo [15]

Condicional hipotética:

(381) (...) *Isso pode inviabilizar algumas atividades em regiões muito pobres? Talvez. Mas, se isso ocorrer, **é porque** elas talvez não devessem mesmo existir.* (...) (Corpus de controle, Exame, 01/12/2010)

A partir das exemplificações feitas e das informações da “Tabela 9”, observa-se que dificilmente há uma combinação de forma verbal específica da condicional factual em relação à condicional hipotética, e vice-versa, até porque os sentidos das formas verbais variam, como se demonstrará a seguir. O que se pode confirmar é que a ocorrência do modo subjuntivo na oração condicional restringe-se às construções hipotéticas, pelo fato de o modo subjuntivo, por si só, implicar, em primeira instância, incerteza. Tal particularidade das condicionais hipotéticas já é observada nas construções condicionais canônicas, como atestam dados (da língua falada) analisados por Neves (1999b).

Por outro lado, chama a atenção o fato de que, nas correlativas com *se...ser porque*, a configuração temporal “presente do indicativo + presente do indicativo” é a mais frequente tanto no caso das condicionais factuais quanto no das condicionais hipotéticas, embora, nestas últimas, haja uma porcentagem de ocorrências ligeiramente maior com a combinação temporal referida. Registre-se que, nas construções condicionais canônicas, conforme indica Neves (1999b, p. 517), a combinação “presente do indicativo + presente do indicativo”

prevalece apenas nas factuais (com 60% das ocorrências de factuais), ao passo que, nas eventuais, predomina a combinação “futuro do subjuntivo + presente do indicativo”, com 34,1% das ocorrências de eventuais, consoante Neves (1999b, p. 534)²⁹⁴.

Julga-se que, em *se... ser porque*, a factualidade imposta pelo segmento causal (na segunda oração da correlação) faz que a configuração “presente do indicativo + presente do indicativo” prevaleça, independentemente do sentido da oração condicional (factual ou hipotético). Isso porque, nas construções causais canônicas (em sentido lato²⁹⁵), Neves (1999a, p. 481) e Campos (2000, p. 146) já identificam predominância da relação “presente do indicativo + presente do indicativo”, representando 59,6% e 66% das ocorrências, respectivamente. Tais resultados reforçam a ideia de que o *porque* imprime factualidade à construção com *se... ser porque*, prevalecendo, assim, a combinação entre presente do indicativo e presente do indicativo. Campos (1999, 2000) explica que o fato de o presente do indicativo ser o tempo verbal mais empregado para exprimir causa pode estar relacionado ao fato de que tal tempo é o tempo do “comentário” e é utilizado para a exposição de verdades gerais, máximas, o que o possibilita indicar situações atemporais, como a causa e a consequência.

Vale salientar que a factualidade conferida à correlação com *se...ser porque* pelo segmento causal pode explicar também a baixíssima frequência de correlação condicional contrafactual (somente 1% do total de ocorrências no *corpus* de controle, não havendo manifestação desse tipo de construção no *corpus*), construção esta ilustrada em (465), incluída aqui no grupo das hipotéticas²⁹⁶. Lembre-se de que as construções condicionais contrafactuais apresentam um maior “grau” de hipótese (do que as condicionais eventuais) e são registradas em diversos estudos das condicionais canônicas, como o de Neves (1999b), Hirata (1999), embora já sejam pouco frequentes na forma canônica: Neves (1999b, p. 508) identifica 5,6% de condicionais contrafactuais (na língua falada), Hirata (1999, p. 122) encontra 8,8% dessas construções na língua escrita e Hirata-Vale (2001) registra 8,3% delas também na língua escrita. Como se vê, em *se... ser porque*, a contrafactualidade é ainda menos frequente do que nas condicionais canônicas.

Encontram-se, ainda, outros dados significativos na “Tabela 9”. O tempo do pretérito perfeito do indicativo, quando aparece na oração condicional da correlação, manifesta-se com

²⁹⁴ Galembeck (1999) também mostra que, nas condicionais eventuais (canônicas), predomina a utilização do modo subjuntivo.

²⁹⁵ Abarcam-se as ditas orações subordinadas causais e as chamadas coordenadas explicativas.

²⁹⁶ Optou-se por incluir a ocorrência de condicional contrafactual na classe das condicionais hipotéticas porque se entende que essa classe pode ser vista de modo amplo, abarcando diferentes “graus” de hipótese.

mais frequência nas factuais do que nas hipotéticas. Em 39,1% e em 45,8% das construções factuais, no *corpus* e no *corpus* de controle, respectivamente, o segmento condicional traz pretérito perfeito do indicativo. Por outro lado, em apenas 8,1% e em somente 10,6% das orações hipotéticas, no *corpus* e no *corpus* de controle, respectivamente, há esse tempo (e modo) verbal. Assim, confirma-se a observação de Campos e Galembeck (1994, p. 70) de que o perfectivo relaciona-se com “fatos reais” (“ou tidos como tais”), o que, segundo Rodrigues *et al.* (2002), ocorre frequentemente.

Entretanto, a consideração de Campos e Galembeck (1994, p. 70) de que o imperfectivo associa-se ao “irreal”, à “suposição” e a afirmação de Rodrigues *et al.* (2002) de que o pretérito imperfeito do indicativo estaria mais relacionado a uma situação irreal não são totalmente confirmadas no exame dos segmentos condicionais. Na oração condicional, aparece pretérito imperfeito do indicativo apenas nas construções factuais (e, portanto, sem traço de suposição), embora, nestas, a frequência seja baixa, como se vê na tabela. A característica de suposição do imperfeito do indicativo é manifestada, na verdade, no segmento com *ser porque*, como se verá a seguir, dado seu caráter de conclusão²⁹⁷.

Feitas essas observações, passa-se a comentar as configurações modo-temporais citadas, de [1] a [15], de modo que sejam visualizadas as particularidades das construções factuais e das construções hipotéticas.

Em [1], “presente do indicativo + presente do indicativo”, nas construções factuais, o verbo que se encontra na oração condicional possui diferentes matizes de sentido. Em (360), o verbo “há” indica um fato que já ocorreu e que permanece no presente, bem como o verbo expresso na segunda oração da correlação. Nas ocorrências a seguir, veem-se outros matizes:

(382) (...) *Isso de funcionário se encapuzar em rebelião aconteceu no máximo umas três vezes.*

*Veja: Mas se um funcionário tem a preocupação de esconder o rosto **é porque** não está bem-intencionado. (...) (Corpus, Veja, 06/10/99)*

(383) (...) *Ali ele abriu a guarda e eu perguntei: "Se o sr está beijando criancinha **é porque** é candidato." (...) (Corpus, FSP, 03/05/2010)*

²⁹⁷ Neves (1999b, p. 535), nas condicionais eventuais canônicas, não identifica nenhuma ocorrência de segmento condicional com verbo no pretérito imperfeito do indicativo e, nas condicionais factuais prototípicas, encontra apenas 5% de casos de oração condicional com esse tempo e modo verbais. Assim, fica sugerido que essa relação temporal não é típica de orações condicionais.

Em (382), o fato de se ter a preocupação de esconder o rosto é situado no passado, juntamente com a caracterização de não se estar bem-intencionado. Pode-se pensar na paráfrase: Se um funcionário teve a preocupação de esconder o rosto é porque não estava bem-intencionado. Ao se utilizar a forma verbal do presente do indicativo, fica explicitado que o fato mencionado ainda é suscetível de ocorrer. Em (383), por sua vez, a situação exposta na oração condicional ocorre no momento de enunciação, e uma caracterização na segunda oração da correlação é expressa no presente.

A construção hipotética de [1] é compatível com a combinação do tipo “futuro do subjuntivo + futuro do indicativo”, que aparece, formalmente, nas condicionais canônicas, como mostra Neves (1999b). Pode-se interpretar o conteúdo explicitado na correlação em (361) da seguinte maneira: Se a pessoa que faz sucesso *disser* que continua a mesma é porque *estará* mentindo. Visto isso, por que o uso das formas verbais no presente do indicativo?

Citem-se as observações de Ferrari (2001), Gryner (1996) e Tláskal (1984) para a compreensão do fenômeno visto em [1]. Ferrari (2001) afirma que o futuro do subjuntivo (em vez do presente do indicativo) é usado quando há falta de evidências. Não é o que ocorre em (361), em que o locutor expõe uma situação com base em sua experiência de mundo, trazendo o que é comum ocorrer (a afirmação de que se continua a mesma pessoa após o sucesso é uma mentira), segundo sua concepção. Ademais, como destaca Gryner (1996), a variação entre o futuro do subjuntivo e o presente do indicativo dá-se em contextos de debate de assuntos polêmicos em que o propósito do falante é obter a adesão do ouvinte para o seu ponto de vista.

Tláskal (1984), por seu turno, assevera que o uso do presente do indicativo no lugar do futuro do presente do indicativo é mais subjetivo. É o que se vê em (361): o locutor indica uma opinião (*está mentindo*) e, para reforçar a subjetividade, traz o verbo no tempo presente do indicativo. Outro tipo de expressão de habitualidade, nas hipotéticas do tipo [1], é a seguinte:

(384) (...) *Os homens entendem as mulheres. Se não correspondem é porque não querem. É porque não confiam nas mulheres.* (Corpus, Veja, 12/04/00)

Em (384), o conteúdo explicitado na oração condicional pode ser projetado para o futuro (*se não corresponderem*), mas a situação relatada no segundo segmento da correlação não recebe leitura no tempo futuro; em vez disso, mantém-se no presente: se não corresponderem, é porque não querem. Assim, nesse caso, há apenas na oração condicional

um matiz diferente do presente, com a produção do efeito de sentido explicitado no parágrafo anterior.

Em [2], “presente do indicativo + pretérito perfeito do indicativo”, nas factuais, salienta-se um comportamento ou uma ação passada (no segundo segmento da correlação) que serve de justificativa para uma situação atual, expressa na oração condicional. É o que se vê em (362).

Nas construções hipotéticas referentes a [2], por sua vez, o presente do indicativo na oração condicional, é usado com sentido de futuro do subjuntivo (*se isso ocorrer*) e a utilização do pretérito perfeito na segunda oração da correlação confere certa factualidade ao segmento condicional, apesar de ele se manter hipotético. Em (363), a possibilidade apresentada no segmento condicional, *se isso ocorre*, é aceita pelo locutor como mais provável com o uso do presente do indicativo nessa oração (em vez do futuro do subjuntivo) e com o emprego do pretérito perfeito na segunda oração.

Em [3], “presente do indicativo + pretérito imperfeito do indicativo”, nas construções factuais, o pretérito imperfeito pode ou não expressar suposição. Em (364), *eram ainda mais poderosas naquela época* não é explicitado pelo locutor com noção de suposição. Já, na ocorrência a seguir, o tempo verbal pretérito imperfeito reforça a ideia de suposição, em oposição ao caráter factual da oração condicional:

(385) (...) — *Ele é muito legal e sério. Se não estou namorando mais com ele **é porque** não era para ser aquela pessoa naquele momento ou era a pessoa certa na hora errada.* (Corpus, Caras, 19/04/2002)

No caso das hipotéticas de [3], o sentido de hipótese vem expresso em ambos os segmentos da correlação. Em (365), o presente do indicativo (em vez do futuro do subjuntivo) é utilizado na oração condicional (*se faz isso*), indicando-se, assim, uma hipótese quase dada como um conteúdo factual. No segundo segmento da correlação, aparece o pretérito imperfeito do indicativo para conferir certo caráter factual à construção. O matiz factual presente na construção, apesar de ela se revelar hipotética, é notado, ainda, por outra possibilidade de leitura: o verbo *faz* pode remeter ao tempo passado (*fez*), ficando em paralelismo com o verbo *premeditou*, o qual é explicitado na porção anterior do texto.

Em [4], “presente do indicativo + futuro do pretérito”, na construção hipotética identificada, a própria natureza hipotética do conteúdo da segunda oração da correlação, indicada pelo tempo futuro do pretérito (*acabaria*) e pelo advérbio (*provavelmente*), favorece

a interpretação da oração condicional como hipotética. Assim, nesta, o presente do indicativo projeta a situação relatada para o futuro (*se um garoto decidir fazer coisa ruim para ele*).

Em [5], “presente do indicativo + presente do subjuntivo”, o emprego do modo subjuntivo, na construção factual, em (367), e na construção hipotética, em (368), só é manifestado na segunda oração da correlação devido à presença do advérbio *talvez* após o conectivo “é porque”, pois, como se sabe, orações causais não exigem, em primeira instância, o modo subjuntivo; daí a baixa frequência da combinação verbal em questão.

Em [6], “pretérito perfeito do indicativo + pretérito perfeito do indicativo”, nas factuais, o reforço da “factualidade” na construção, com a manifestação do tempo perfeito do indicativo duas vezes, faz que uma porcentagem, de certa forma, significativa de ocorrências correlativas tragam o verbo focalizador no tempo pretérito perfeito do indicativo, resultando no conectivo “foi porque” (e não “é porque”). Isso acontece em 37,5% dos casos factuais de [6] no *corpus* e em 20% desses casos no *corpus* de controle.

No que se refere às ocorrências hipotéticas de [6], verifica-se que o locutor introduz uma hipótese com o pretérito perfeito para, de modo discreto, demonstrar seu conhecimento sobre algum acontecimento. Em (370), em “**se** ainda não deu, **é porque** não terminou”, o conteúdo dá início a uma situação habitual, que é vista como se fosse certa pelo locutor.

Em [7], nas factuais e nas hipotéticas, o pretérito perfeito é usado na oração condicional para ancorar uma avaliação feita na oração subsequente, a qual traz uma avaliação ou caracterização. Repara-se que, nas hipotéticas, a avaliação empreendida no segundo segmento da correlação não vem marcada com traço de incerteza, de suposição, como se vê em (372): na oração “é porque gosta de mim e ponto”, a própria palavra “ponto” sugere uma opinião definitiva. Entende-se que a presença do pretérito perfeito na primeira oração da correlação contribui para que, no segmento subsequente, o conteúdo apareça mais “factualizado”.

Em [8], nas construções factuais, verificam-se duas polarizações apontadas por Campos e Galembeck (1994). Uma delas é a que determina traço real ao perfectivo e traço irreal ao imperfectivo. Em (373), na oração condicional, indica-se um fato consumado e, na oração subsequente, uma avaliação que envolve suposição. Outra dicotomia é a que estabelece o uso de verbos de ação ou processo com o perfectivo e a apresentação de estados ou situações descritivas com o imperfectivo. É o que se vê nesta ocorrência:

(386) (...) *Se disseram que havia EPO nessas amostras, **é porque** havia mesmo.* (Corpus, Veja, 20/09/06)

Ainda em relação a [8], na ocorrência hipotética identificada, em (374), observa-se que, na segunda oração da correlação, o conteúdo traz uma suposição, uma crença, ao passo que, na primeira oração, embora haja expressão de hipótese, por esta se encontrar no pretérito perfeito do indicativo, é, de certa forma, “factualizada”, havendo nela uma maior certeza expressa do que na segunda oração da correlação, na qual há pretérito imperfeito.

Em [9], na combinação “pretérito perfeito do indicativo + futuro do pretérito do indicativo”, na construção factual identificada, o fato consumado exposto no segmento condicional é justificado a partir de uma situação já vista como certa pelo locutor (o que é sugerido pelo emprego de “obrigatoriamente”), embora seja utilizado, no segundo segmento da correlação, verbo no futuro do pretérito, que, por vezes, indica hipótese.

Em [10], na relação “pretérito imperfeito do indicativo + pretérito imperfeito do indicativo”, nas construções factuais encontradas, o emprego do pretérito imperfeito dá-se para a referência a um tempo passado mais distante, mais vago. É o que se observa em (376), em que se trata do consumo de jornais e revistas em uma época longínqua. Saliente-se que, no *corpus*, do total de factuais com a combinação temporal em pauta, em 33,3% das ocorrências o verbo focalizador aparece no tempo verbal do pretérito imperfeito, na forma *era porque* (em vez de *é porque*), reforçando a ideia de passado distante.

Em [11], na relação “pretérito imperfeito do subjuntivo + pretérito imperfeito do indicativo”, identifica-se uma construção de natureza contrafactual, ou seja, com maior “grau” de hipótese do que a eventual. Entende-se que tal hipoteticidade, expressa pela forma *fosse* no caso de (377), leva à manifestação do verbo focalizador da construção na forma do futuro do pretérito (*seria porque*), também de caráter hipotético, e não na forma do presente do indicativo. Lembre-se de que, na língua portuguesa, uma das correlações modo-temporais possíveis é a que se dá entre pretérito imperfeito do subjuntivo seguido de futuro do pretérito do indicativo.

Em [12], na combinação “pretérito mais-que-perfeito do indicativo + pretérito imperfeito do indicativo”, na construção factual identificada, em (378), indica-se, na oração condicional, um tempo remoto e, no segmento subsequente, uma crença, uma suposição.

Em [13], “futuro do subjuntivo + presente do indicativo”, foram encontrados diferentes matizes no verbo da segunda oração da correlação hipotética. Em (379), o verbo *estou* poderia ser manifestado na forma do futuro do presente, pois já se faz uma projeção para o futuro na primeira oração da correlação, com o futuro do subjuntivo (*se não for assim, é porque estarei doente*). Entretanto, a opção pelo emprego do verbo no presente do indicativo, como já se comentou aqui, torna o conteúdo exposto mais subjetivo. Acrescente-se

que, como informa Tláskal (1984), o uso do presente do indicativo em vez do futuro do presente do indicativo torna o enunciado mais informal. Essa maior informalidade é observada na construção “se não for assim, é porque estou doente”, quando se leva em conta a articulação entre os conteúdos das duas orações da correlação.

Ressalte-se que foi identificada uma única ocorrência, no *corpus* de controle, em que o sentido de futuro do presente do indicativo é manifestado na segunda oração da correlação de forma mais explícita, com a utilização de locução verbal, com verbo no presente do indicativo seguido de verbo no infinitivo:

(387) *Se um dia isso acontecer, é porque vou estar mais preocupado com a vaidade do que com o meu trabalho de ator.* (*Corpus* de controle, *Capricho*, 26/08/2001)

Ainda no que concerne a [13], entretanto, a forma do presente do indicativo, no segundo segmento da correlação, nem sempre remete a uma situação futura, como se verifica neste caso:

(388) *Se não existir um pouco de ciúme, é **porque** você não gosta da pessoa.* (*Corpus*, *Contigo*, 13/05/2004)

Na ocorrência (388), embora haja uma projeção para o futuro na primeira oração da correlação, na segunda oração, é apresentada uma situação de experiência (*gostar*) no tempo presente do indicativo, não sendo expressa, nesse caso, uma dependência entre futuro do subjuntivo e futuro do presente do indicativo, nesta sequência, nas orações da correlação.

Em [14], na relação “futuro do subjuntivo + pretérito perfeito do indicativo”, da construção hipotética, verifica-se que o caráter factual do segundo segmento da correlação, adquirido a partir do emprego do pretérito perfeito do indicativo, confere uma maior certeza à suposição explicitada na primeira oração da correlação por meio da utilização do futuro do subjuntivo (*se outro cavaleiro me superar*).

Além disso, observa-se que, em uma ocorrência de correlação hipotética com a combinação temporal em pauta, o verbo focalizador aparece no futuro do presente do indicativo (*será porque*), sendo essa forma favorecida pela ocorrência do tempo futuro do subjuntivo na oração condicional que precede o verbo focalizador. Isso porque, nas condicionais canônicas, como registra Neves (1999b), uma das combinações modo-temporais é a de futuro do subjuntivo (na oração condicional) e futuro do presente do indicativo (na oração nuclear), nesta ordem. Assim, entende-se que a existência dessa configuração modo-temporal nas condicionais prototípicas pode ter influenciado a formulação da relação de

dependência entre o futuro do subjuntivo (manifestado em *resolver*) e o futuro do presente (expresso em *será*):

(389) *Se algum dia resolver ter filhos, **será porque** chegou o momento de me dedicar todos os minutos da minha vida à existência de uma criança.* (Corpus, Contigo, 31/03/05)

Por fim, em [15], “futuro do subjuntivo + pretérito imperfeito do subjuntivo”, a construção hipotética, citada em (381), traz ideia de incerteza em ambos os segmentos, dada a utilização do modo subjuntivo. Essa noção é reforçada pelo advérbio “talvez”, explicitado antes da construção correlativa, o qual expressa dúvida.

Ressalte-se que, nas ocorrências dos *corpora*, chama a atenção a frequência significativa de verbos no tempo presente do indicativo. Assim, restaria observar os sentidos que tal tempo verbal pode expressar.

Uma primeira observação a se fazer é que, nas construções hipotéticas, em apenas duas ocorrências de hipótese do *corpus* (em 2,7% delas) o presente do indicativo não é utilizado para expressar habitualidade. Veja-se um exemplo:

(390) *Como o PSD fará sem tempo de TV nem Fundo Partidário?*

*Candidato bom consegue tempo de TV com coligação. Se não tem tempo, **é porque** é inviável.* (Corpus, FSP, 26/04/2011)

Em (390), o verbo no tempo presente do indicativo pode receber leitura no tempo futuro do subjuntivo, resultando a correlação em: **Se** não tiver tempo, **é porque** será inviável. Entretanto, não está envolvido o valor de habitualidade na construção: o locutor, na verdade, faz uma avaliação (*é inviável*) sobre determinada possibilidade (não haver tempo). Assim, nas ocorrências hipotéticas de tempo presente do indicativo sem habitualidade, o presente remete apenas ao futuro do subjuntivo. Os casos de habitualidade, que se revelaram bastante significativos, serão analisados de forma mais acurada adiante.

Constata-se, também, o uso do presente do indicativo de forma frequente nas construções factuais. Nesses casos, podem ser expressos os seguintes sentidos: presente durativo contínuo, em “há” de (360); presente histórico, em “tem” de (382) e o respectivo uso de presente com sentido de pretérito imperfeito do indicativo no segundo segmento dessa construção, em “está”; momento de enunciação, em “está” de (383). Fatori (2010) explica que o presente durativo contínuo traz um evento iniciado no passado imediato que se estende até o momento da enunciação; é empregado na caracterização de estados ou condições temporárias

dos referentes a que alude. O presente histórico, por sua vez, segundo Fatori (2010), faz referência a eventos passados, de modo pontual, podendo o presente do indicativo ser utilizado no lugar do pretérito perfeito do indicativo. Em (382), com o uso do presente histórico, o locutor salienta a atualidade do fato.

Nas construções factuais, é verificada, ainda, a ocorrência do que Fatori (2010, p. 147) chama de “presente da citação”, caso em que se mencionam ideias ou palavras provenientes de outra fonte, como se vê em:

(391) *Se eles dizem isso, **é porque** não assistem ao Espanhol.* (Corpus, FSP, 07/09/2010)

Tal tipo de estrutura, no entanto, é vista também nas construções hipotéticas, como se verifica em “diz que” de (361). Considerem-se, ainda, ocorrências do tipo:

(392) *Aprendi a comer melhor porque Tiago cozinha superbem. Só isso. Se digo que estou feliz, **é porque** estou mesmo.* (Corpus, Caras, 10/02/2006)

Em (392), o verbo *dizer* cita a própria fala do locutor, trazendo caráter de factualidade.

Indique-se, ainda, a presença de verbos no presente do indicativo nas construções factuais para a expressão de uma caracterização, como se vê em (393), ocorrência na qual é o verbo “têm” que introduz uma caracterização:

(393) (...) *se há tanta gente interessada em fofoca **é porque** não tem uma base sólida.* (Corpus, Contigo, 02/10/2001)

Aponte-se, também, a possibilidade de aparecer um elemento modalizador na construção factual, do tipo de (394), em que o verbo “devo” atua como modalizador, trazendo uma avaliação, uma suposição, a qual se contrapõe à natureza factual da oração condicional:

(394) *Se tem gente que gasta tanta folha de jornal e de revista para falar de mim, **é porque** devo ter alguma importância.* (Corpus, Contigo, 18/07/2000)

Visto isso, acrescente-se que o caráter factual ou hipotético da oração condicional na correlação com *se...ser porque*, influi, em parte, para a determinação do tempo verbal expresso no verbo focalizador do conectivo *ser porque*. Para a discussão dessa questão, expõem-se as combinações de tempos/modos das construções correlativas nas quais o verbo

focalizador não aparece na forma do tempo presente do indicativo (*é porque*), a mais frequente, com base nos dados oferecidos na “Tabela 9”:

✓ Construções hipotéticas:

- Futuro do subjuntivo + será *porque* + pretérito perfeito do indicativo: 1 ocorrência no *corpus* (2%)

(395) *Se algum dia resolver ter filhos, será porque chegou o momento de me dedicar todos os minutos de minha vida à existência de uma criança.* (*Corpus, Contigo*, 31/03/2005)

- Pretérito imperfeito do subjuntivo + seria *porque* + pretérito imperfeito do indicativo: 1 ocorrência no *corpus* de controle (2,1%)

(396) *Me disseram que se fosse reprovada seria porque "era demais" para o cargo. O que fazer?* (*Corpus de controle, Você S/A*, 01/04/2009)

✓ Construções factuais:

- Presente do indicativo + não seria *porque* + pretérito perfeito do indicativo: 1 ocorrência no *corpus* (1,3%)

(397) *Se o Executivo menospreza o Congresso, não seria porque os próprios parlamentares se apequenaram?* (...) (*Corpus, Veja*, 08/06/11)

- Presente do indicativo + não seria *porque* + presente do indicativo: 1 ocorrência no *corpus* de controle (2%)

(398) *Mas, se essas pessoas estão em cargos de comando, não seria porque elas têm algum mérito?* (*Corpus de controle, Você S/A*, 11/2001)

- Pretérito imperfeito do indicativo + era *porque* + pretérito imperfeito do indicativo: 1 ocorrência no *corpus* (1,3%)

(399) *Se eu sentia aquilo tudo, era porque ele mexia comigo.* (Corpus, Caras, 17/10/2008)

- Pretérito perfeito do indicativo + era porque + presente do indicativo: 1 ocorrência no *corpus* de controle (2%).

(400) *Se eu quis poupar Pelé era porque acho que ele é mais importante naqueles 20 dias de briga, de guerra de foices, de guerra de feras, lá no México.* (Corpus de controle, Placar, 01/06/2005)

- Presente do indicativo + foi porque + pretérito perfeito do indicativo: 2 ocorrências no *corpus* (2,7%)

(401) *Se estou aqui hoje, contudo, foi porque alguma coisa conquistei.* (Corpus, Veja, 29/09/10)

- Pretérito perfeito do indicativo + foi porque + pretérito perfeito do indicativo: 4 ocorrências no *corpus* (5,4%) e 1 ocorrência no *corpus* de controle (2%).

(402) *Se o Theo pôde ficar com o pai hoje, sem rejeitá-lo, foi porque eu sempre mantive uma imagem positiva do pai para ele.* (Corpus de controle, Cláudia, 04/2002)

- Pretérito perfeito do indicativo + foi porque + pretérito imperfeito do indicativo: 1 ocorrência no *corpus* (1,3%) e 1 ocorrência no *corpus* de controle (2%).

(403) *Se teve a primeira imprensa do mundo e a hegemonia cultural por tanto tempo foi porque investia no desenvolvimento de grandes talentos.* (Corpus, Veja, 09/06/99)

Comente-se que o verbo focalizador da construção com “se... ser porque” não aparece no presente do indicativo em apenas 8,1% das ocorrências do *corpus* e em somente 5,2% das ocorrências do *corpus* de controle. Apesar dessa baixa frequência, é, de certa forma, significativa a diferença de porcentagem de ocorrências que carregam variação de tempo verbal (com a explicitação de expressões do tipo *seria/era/foi/será porque*) no verbo focalizador nas correlativas hipotéticas e nas correlativas factuais. Nas hipotéticas, há variação em apenas 2% e 2,1% dos casos do *corpus* e do *corpus* de controle, respectivamente. Nas factuais, ocorre variação em 12,1% e 8,3% dos casos do *corpus* e do *corpus* de controle,

respectivamente. A maior frequência nas factuais dá-se porque aparecem mais verbos de passado do que de futuro no elemento focalizador. Os verbos de passado (pretérito perfeito e pretérito imperfeito do indicativo, por exemplo) são mais compatíveis com a natureza factual do que os verbos de futuro, os quais envolvem, em geral, mais incerteza. Assim, nas hipotéticas, manifestam-se, na oração condicional, tempos/modos verbais mais relacionados à incerteza (futuro do presente, futuro do pretérito, futuro do subjuntivo, pretérito imperfeito do subjuntivo).

Faça-se a ressalva de que, nas correlativas factuais, aparecem também duas ocorrências de verbo focalizador conjugado no futuro do pretérito do indicativo. No entanto, nesses casos, como se vê em (397) e (398), tal tempo verbal é utilizado, sobretudo, para indicar polidez, uma das funções possíveis desse tempo verbal apontada por Travaglia (1999). A intenção de se usar uma forma polida já fica sugerida pelo questionamento feito pelo locutor (em vez de indicar sua opinião, em forma de afirmação, o locutor faz uma pergunta). Dessa forma, o locutor indica sua opinião de forma mais sutil (*não seria porque os próprios parlamentares se apequenaram? / não seria porque elas têm algum mérito?*) para evitar polêmicas.

Visto isso, restaria verificar qual fator determinaria a forma verbal específica a ser utilizada no verbo focalizador (*foi* em vez de *era*, por exemplo). Nas correlativas hipotéticas, constata-se que é o tempo/modo verbal da oração condicional que favorece o estabelecimento dos tempos/modos verbais expressos no verbo focalizador. Em (395) e em (396), aparecem combinações modo-temporais entre a oração condicional e o verbo focalizador que já são registradas nas condicionais canônicas. A relação “futuro do subjuntivo + futuro do indicativo”, em (395), já aparece nas condicionais eventuais prototípicas (o primeiro tempo referido na oração condicional e o segundo na nuclear), como mostra Neves (1999b). A combinação “pretérito imperfeito do subjuntivo + futuro do pretérito”, em (396), já é registrada nas condicionais contrafactuais canônicas, como atesta Neves (1999b).

Nas construções factuais, por sua vez, é o tempo/modo verbal da primeira oração ou da segunda oração da correlação que determina o tempo verbal a ser expresso no verbo focalizador. Em (399) e (400), o mesmo tempo verbal (o passado) indicado no primeiro segmento da correlação aparece no verbo focalizador; em (401), o mesmo tempo apontado na segunda oração da correlação é manifestado no verbo focalizador. Há casos, ainda, em que o mesmo tempo verbal aparece nas duas orações da correlação e no verbo focalizador, como se vê em (402). Entretanto, chama a atenção o fato de que, em (400), o tempo expresso no verbo focalizador não é observado em nenhuma das orações da correlação. Apesar disso, a primeira

oração da correlação traz verbo com tempo de sentido próximo àquele indicado no focalizador. Lembre-se, ainda, de que, em (397) e (398), não é, necessariamente, o tempo verbal das orações da correlação que determina aquele que é expresso no focalizador, mas a necessidade de polidez.

Por fim, um dado interessante é que, na grande maioria das vezes, as correlativas trazem o verbo focalizador no presente do indicativo (na forma *é porque*), independentemente da factualidade ou da hipoteticidade da oração condicional da correlação: aparece a forma *é porque* em 87,8% e em 91,6% das ocorrências factuais no *corpus* e no *corpus* de controle, respectivamente, e em 97,9% e 97,8% dos casos de hipotéticas no *corpus* e no *corpus* de controle, respectivamente. A manifestação da forma *é porque*, com verbo no presente do indicativo, também se dá independentemente da combinação de tempos/modos verbais expressa nas orações da correlação. Comprova isso a diversidade de combinações modo-temporais que aparece nas ocorrências com *é porque*, como se vê a seguir, com base nos dados oferecidos pela “Tabela 9”:

✓ Condicionais hipotéticas

- Presente do indicativo + *é porque* + presente do indicativo: 26 ocorrências no *corpus* (53%) e 25 ocorrências no *corpus* de controle (53,1%).
- Presente do indicativo + *é porque* + pretérito perfeito do indicativo: 7 ocorrências no *corpus* (14,2%) e 4 ocorrências no *corpus* de controle (8,5%).
- Presente do indicativo + *é porque* + pretérito imperfeito do indicativo: 3 ocorrências no *corpus* (6,1%) e 2 ocorrências no *corpus* de controle (4,2%).
- Presente do indicativo + *é porque* + futuro do pretérito do indicativo: 1 ocorrência no *corpus* de controle (2,1%).
- Presente do indicativo + *é porque* + presente do subjuntivo: 1 ocorrência no *corpus* (2%).

- Pretérito perfeito do indicativo + é *porque* + pretérito perfeito do indicativo: 1 ocorrência no *corpus* (2%) e 1 ocorrência no *corpus* de controle (2%).
- Pretérito perfeito do indicativo + é *porque* + presente do indicativo: 3 ocorrências no *corpus* (6,1%) e 3 ocorrências no *corpus* de controle (6,3%).
- Pretérito perfeito do indicativo + é *porque* + pretérito imperfeito do indicativo: 1 ocorrência no *corpus* de controle (2,1%).
- Futuro do subjuntivo + é *porque* + presente do indicativo: 7 ocorrências no *corpus* (14,2%) e 5 ocorrências no *corpus* de controle (10,6%).
- Futuro do subjuntivo + é *porque* + pretérito perfeito do indicativo: 3 ocorrências no *corpus* de controle (6,3%).
- Futuro do subjuntivo + é *porque* + pretérito imperfeito do subjuntivo: 1 ocorrência no *corpus* de controle (2,1%).

✓ Condicionais factuais

- Presente do indicativo + é *porque* + presente do indicativo: 28 ocorrências no *corpus* (37,8%) e 21 ocorrências no *corpus* de controle (43,7%).
- Presente do indicativo + é *porque* + pretérito perfeito do indicativo: 8 ocorrências no *corpus* (10,8%) e 5 ocorrências no *corpus* de controle (10,4%).
- Presente do indicativo + é *porque* + pretérito imperfeito do indicativo: 2 ocorrências no *corpus* (2,7%).
- Presente do indicativo + é *porque* + presente do subjuntivo: 1 ocorrência no *corpus* (1,3%).

- Pretérito perfeito do indicativo + é *porque* + pretérito perfeito do indicativo: 4 ocorrências no *corpus* (5,4%) e 4 ocorrências no *corpus* de controle (8,3%).
- Pretérito perfeito do indicativo + é *porque* + presente do indicativo: 12 ocorrências no *corpus* (16,2%) e 5 ocorrências no *corpus* de controle (10,4%).
- Pretérito perfeito do indicativo + é *porque* + pretérito imperfeito do indicativo: 7 ocorrências no *corpus* (9,4%) e 7 ocorrências no *corpus* de controle (14,5%).
- Pretérito perfeito do indicativo + é *porque* + futuro do pretérito do indicativo: 1 ocorrência no *corpus* (1,3%).
- Pretérito imperfeito do indicativo + é *porque* + pretérito imperfeito do indicativo: 2 ocorrências no *corpus* (2,7%) e 1 ocorrência no *corpus* de controle (2%).
- Pretérito mais-que-perfeito do indicativo + é *porque* + pretérito imperfeito do indicativo: 1 ocorrência no *corpus* de controle (2%).

Assim, pode-se afirmar que o presente do indicativo é mais frequente no verbo focalizador das correlativas em pauta por ser o tempo “não marcado” (GALEMBECK, 1994), como já se mencionou no capítulo “3”. Essa característica traria neutralidade ao verbo. A neutralidade do verbo focalizador fica bastante evidente nos casos em que as duas orações da correlação trazem tempos verbais diferentes daquele do focalizador, como se vê em (404):

(404) *Se fechou a porta ali, é **porque** não estava rolando.* (*Corpus, Contigo*, 29/07/04)

No entanto, não se deve ignorar que a grande frequência da combinação “presente do indicativo + presente do indicativo” nas correlativas com “se... ser porque” justifica, em parte, a maior porcentagem de ocorrências com “é porque”. Quando ocorre esse tipo de combinação, em todos os casos, o verbo focalizador aparece conjugado no presente do indicativo.

Outra questão a ser analisada para a investigação das orações condicionais hipotéticas e dos segmentos condicionais factuais é a habitualidade. A habitualidade está mais

relacionada com a hipótese, a eventualidade do que com o fato, pois a hipótese, assim como a habitualidade, não indica situações pontuais; estas são mais compatíveis com o fato. A oração condicional factual de habitualidade foi identificada no *corpus* em somente 1,3% do total de ocorrências factuais, e a oração condicional hipotética de habitualidade foi encontrada em 46,9% do total de ocorrências hipotéticas no *corpus* e em 40,4% do total de construções hipotéticas no *corpus* de controle. Visto isso, trata-se do funcionamento das condicionais hipotéticas e da condicional factual que estão relacionadas à habitualidade:

(405) *Veja - Faz sentido tentar salvar o casamento por causa de filhos?*

*Lidia - Faz. Se você tem filho, não pode ver o casamento como algo descartável. O casal com filhos cria um vínculo permanente, casado ou não. Se houver uma separação, que ela aconteça com dignidade e cuidado. Agora, dizer que "nós só estamos juntos por causa dos filhos" é desculpa. Se o casal está junto, **é porque tem** mais coisa, além dos filhos. (Corpus, Veja, 21/03/07)*

(406) *Veja — Algum dia chegaremos ao fim do debate sobre o que tem mais efeito sobre nossa personalidade — os genes ou o ambiente?*

*Watson — Não. Essa discussão vai sempre nos acompanhar. (...) Algumas pessoas querem até mesmo negar que existam diferenças inatas entre os indivíduos. Afirmam que, **se** alguém tem alguma deficiência, **é porque** foi vítima da pobreza, do capitalismo, da poluição. (...) (Corpus, Veja, 24/08/05)*

(407) *Veja: Em seu primeiro livro, “Ele Simplesmente Não Está a Fim de Você”, o senhor afirma que cabe aos homens convidar as mulheres para sair, e não o contrário. Essa não é uma posição machista?*

*Behrendt: (...) Se ela está interessada num relacionamento mais sério e tem a mesma expectativa com relação ao pretendente, é melhor esperar que o telefonema parta dele. Porque, se o homem realmente estiver interessado na mulher, ele vai ligar. Se tiver perdido o número do telefone, dará um jeito de descobri-lo. **Se** não ligou, **é porque** não está a fim dela. Então, é melhor partir para outra relação. (Corpus, Veja, 04/10/06)*

(408) *Vocês gostariam de ter uma reputação mais “rock ‘n’ roll”?*

Harry: O Oasis tem uma reputação legal, mas não queremos uma como a do Pete Doherty (ex-vocalista dos Libertines).

Dougie: (...) Não entendo por que ele é idolatrado. Por que você idolatraria um cara drogado?

*Tom: Se você vai idolatrar alguém, **é porque** a pessoa é realmente talentosa, como o Chris Martin (vocalista do Coldplay). Ele é talentoso. Mas usar crack (como Pete Doherty) não é legal. (...) (Corpus de controle, Capricho, 28/10/2007)*

(409) *Na carreira, você cruzou com pessoas que quiseram prejudicá-la?*

*Sou a rainha da justificativa. Adoro encontrar uma boa saída para tudo. Diante de uma frustração, penso que, se alguma coisa não aconteceu do jeito que eu queria, **é porque tinha** de ser assim. Só me interessam para valer as coisas que vêm a mim espontaneamente. (Corpus, Contigo, 17/06/2004)*

Nas ocorrências citadas, de (405) a (409), a expressão de habitualidade é marcada pelo traço imperfectivo, até mesmo em (409), na construção factual, pois, como se verá, é possível fazer uma interpretação específica da relação entre os tempos/modos verbais que se encontram nessa construção.

Em todos os casos explicitados, de (405) a (409), a habitualidade é evidenciada pela possibilidade de se colocar a locução conjuntiva temporal *sempre que* no lugar da conjunção condicional *se*, o que é aqui exemplificado:

(405') **Sempre que** o casal está junto, **é porque** tem mais coisa, além dos filhos.

(406') Afirmam que, **sempre que** alguém tem alguma deficiência, **é porque** foi vítima da pobreza, do capitalismo, da poluição.

(407') **Sempre que** não ligou, **é porque** não está a fim dela.²⁹⁸

(408') **Sempre que** você vai idolatrar alguém, **é porque** a pessoa é realmente talentosa, como o Chris Martin (vocalista do Coldplay).

(409') Diante de uma frustração, penso que, **sempre que** alguma coisa não aconteceu do jeito que eu queria, **é porque** tinha de ser assim.

Não se quer dizer que o uso do *sempre que* em vez do *se* produz o mesmo sentido (pois, com a mudança, o primeiro segmento da construção correlativa exprime uma maior certeza diante dos acontecimentos relatados). Pretende-se expor que a ideia de frequência tipicamente presente nas orações com *sempre que* permite que estas sejam utilizadas como indício da presença da habitualidade na correlação em pauta, já que a habitualidade também envolve tal noção temporal. A habitualidade implica, mais precisamente, como afirma Fatori (2010), a ausência de limites temporais, pois o evento expresso pode ser considerado

²⁹⁸ Pode não soar natural na língua portuguesa o uso do pretérito perfeito do indicativo na oração com *sempre que*, dado o caráter geralmente factual desse tempo verbal. No entanto, ao se notar que se faz referência ao futuro do subjuntivo (*sempre que não ligar*), a combinação em pauta passa a ser aceitável.

verdadeiro todo o tempo em que for enunciado indefinidamente na linha do tempo. Esse traço está presente tanto nas construções com *sempre que* quanto nas construções com *se* habituais.

Ressalte-se, ainda, que Souza (1996b), ao analisar as construções temporais, conclui que a correlação verbal envolvendo tempo presente, aspecto iterativo e modalização eventual favorece a interpretação implícita condicional dessas construções. Da mesma forma, nas condicionais em exame, expressa-se noção temporal em algumas construções hipotéticas, de habitualidade, com verbo, na maioria das vezes, no tempo presente do indicativo, como se verá adiante. Assim, nos *corpora* analisados, entende-se que as construções condicionais habituais trazem proximidade semântica com as construções temporais, o que permitiria a intercambialidade entre elas.

Acrescente-se que o que determina ou influencia a presença da habitualidade nas ocorrências com *se... ser porque* é um conjunto de fatores: certas combinações de tempos verbais nas orações da correlação; a porção textual em que se encontra a correlação; a ocorrência de expressões indefinidas/genéricas na oração condicional; a presença de elementos de noção temporal no trecho em que é identificada a construção em pauta. É o que se passa a analisar a seguir.

Em (405), é utilizada a expressão genérica “o casal” na oração condicional, fazendo-se referência aos casais em geral. Não se identifica, no trecho em questão, nenhuma referência específica antes da oração condicional que possa estar relacionada a “o casal” (o termo “o casal com filhos”, exposto no início do excerto, também é usado de forma genérica). Assim, a generalização mencionada favorece a interpretação da construção condicional como habitual. Aliada a esses aspectos, a presença do tempo presente do indicativo em ambos os segmentos da construção correlativa, indicando neutralidade (sem ancoragem do acontecimento em um momento pontual), determina a habitualidade, de caráter genérico, com a manifestação de uma oração condicional hipotética.

Em (406), também se indica, na oração condicional hipotética, uma expressão genérica (“alguém”) e o verbo dessa oração encontra-se no tempo presente do indicativo, apresentando-se noção habitual. A habitualidade também é sugerida pelo fato de o conteúdo da correlação, como um todo, ser utilizado para a indicação de uma espécie de regra (do tipo “todo deficiente foi vítima da pobreza, do capitalismo, da poluição”), a qual, por si só, implica a recorrência de acontecimentos ou eventos, típica da habitualidade. Entretanto, na segunda oração da correlação, aparece tempo verbal no passado (pretérito perfeito do modo indicativo), o qual sugere um acontecimento mais pontual, de maior certeza. Assim, dado que, na correlação, existe uma inter-relação entre os segmentos, tal traço do tempo passado, de

certa forma, influi no conteúdo do primeiro segmento, fazendo que este traga uma situação mais factual (embora de natureza hipotética) do que a exposta em (405).

Em (407), a oração condicional é hipotética e, da mesma forma, traz uma expressão genérica (mas em elipse), *o homem*, que remete aos homens em geral, e não a um ser em específico. Embora o verbo da oração condicional seja utilizado no passado (pretérito perfeito do indicativo), o verbo expresso na segunda oração da correlação encontra-se no presente do indicativo, favorecendo a manifestação da habitualidade. Além disso, o conteúdo explicitado na construção correlativa é apresentado pelo locutor como uma verdade, construída com base em pesquisas dele, divulgadas em seu livro “Ele simplesmente não está a fim de você”, sobre o universo masculino. Tal característica favorece a interpretação da construção como habitual.

Em (408), a oração condicional é hipotética e também indica uma expressão genérica (“você”). Além disso, a manifestação do verbo no tempo presente do indicativo, na segunda oração da correlação, contribui para a expressão da habitualidade, embora o primeiro segmento da construção apresente a locução verbal “vai idolatrar”, a qual pode remeter ao futuro do subjuntivo (“se você idolatrar”), que, em primeira instância, por apontar o que ainda vai ocorrer, não seria compatível com a habitualidade. A presença desta também é evidenciada pela situação de enunciação, em que o locutor faz referência ao que, para ele, é uma tendência no mundo do *rock*.

Em (409), por sua vez, a oração condicional é factual. Embora sejam explicitados, na correlação, tempos verbais do passado, pretérito perfeito do indicativo na primeira oração e pretérito imperfeito do indicativo na segunda, o termo “diante de”, expresso antes da correlação, relaciona-se à situação relatada na correlação, indicando noção temporal e expressando a ideia de que a situação descrita na oração condicional já ocorreu, mas pode se repetir (havendo o sentido de: se alguma coisa não acontecer do jeito que eu queria). Ademais, o pretérito imperfeito do indicativo, que aparece na segunda oração da correlação, favorece o reforço da ideia de habitualidade na construção, pois, como se mencionou no capítulo “4”, tal tempo verbal é frequentemente associado à habitualidade.

Os comentários feitos a respeito das construções habituais poderiam levar ao seguinte questionamento: a ocorrência (409) não se assemelharia às ocorrências de (405) a (408), apresentando, do mesmo modo que estas, oração condicional hipotética? Esclareça-se que não, pois, em (409), a expressão “diante de uma frustração” traz uma confirmação de que a situação relatada na correlação já ocorreu e, dessa forma, fica evidenciado que é um fato, e não uma hipótese, o conteúdo expresso no segmento condicional. Nas construções de (405) a (408), por outro lado, não há nenhuma expressão que ateste a factualidade do conteúdo

explicitado no segmento condicional. Além disso, nas ocorrências de (405) a (407), o verbo que aparece na oração condicional poderia ser expresso com o tempo futuro do subjuntivo, próprio de orações condicionais hipotéticas, como se vê nestes trechos, respectivamente: se o casal estiver junto; se alguém tiver alguma deficiência; se não ligar. Em (407), especificamente, na própria passagem em que se encontra a oração condicional da correlação, há, antes desta, sequências de orações condicionais com verbo no futuro do subjuntivo (*se tiver*; *se o homem realmente estiver*), enumerando diferentes comportamentos do homem, o que sugere que a oração condicional subsequente, em que há a continuação dessa enumeração, também poderia ser expressa com esse tempo verbal. Já, em (409), devido à presença do termo “diante de uma frustração” (com sugestão de que algo, de fato, já ocorreu), não seria possível utilizar o tempo futuro do subjuntivo no lugar do tempo pretérito perfeito do indicativo no segmento condicional.

Outro questionamento poderia ser feito: haveria um fator mais decisivo para a determinação da habitualidade, como expressão genérica na posição de sujeito ou tempo verbal? No que tange à expressão genérica na oração condicional, verifica-se que, no *corpus*, 54,1% das construções de habitualidade exibem expressão genérica na posição de sujeito na oração condicional e, no *corpus* de controle, 78,9% das construções habituais contêm expressão genérica no segmento condicional na localização do sujeito. Isso confirma a observação de Castilho (2010), apontada no capítulo “4”, de que o uso da expressão genérica favorece a iteratividade/habitualidade.

Registre-se que, no *corpus*, foram estas as estruturas genéricas encontradas nas construções habituais, seguidas da porcentagem de ocorrência (do total de habituais): “*algum(a)* + substantivo” (4,1%); *alguém* (8,3%); “artigo definido + substantivo” (16,6%); “artigo indefinido + substantivo” (4,1%); *você* (16,6 %); *nós* (4,1%). No *corpus* de controle, foram estas as estruturas genéricas identificadas nas construções habituais (do total de habituais), com a respectiva porcentagem de ocorrência: *algo* + substantivo (5,2%); *a gente* (15,7%); “artigo indefinido + substantivo” (10,5%); “artigo definido + substantivo” (10,5%); *você* (26,3%); *nós* (5,2%); sujeito indeterminado (5,2%).²⁹⁹

Em relação ao tempo verbal, as combinações de tempos verbais identificadas no *corpus* e no *corpus* de controle nas construções habituais, com todos os verbos no modo indicativo, e a respectiva porcentagem de ocorrência são expostas na “Tabela 10”:

²⁹⁹ A expressão genérica na posição de sujeito nas construções habituais pode estar em elipse.

Construções habituais com <i>se...ser porque</i>		
Combinação de tempos verbais (do modo indicativo)	<i>Corpus</i>	<i>Corpus</i> de controle
Presente + presente	15 / 62,5	14 / 73,6%
Presente + pretérito perfeito	3 / 12,5%	1 / 5,2%
Presente + pretérito imperfeito	2 / 8,3%	2 / 10,5%
Presente + futuro do pretérito	---	1 / 5,2%
Pretérito perfeito + presente	1 / 4,1%	---
Pretérito perfeito + pretérito imperfeito	1 / 4,1%	---
Futuro do presente + presente	2 / 8,3%	1 / 5,2%
TOTAL	24	19

Tabela 10. Combinação de tempos verbais (modo indicativo) nas construções habituais com “*se... verbo ser + porque*”.

Com base nos dados explicitados aqui, constata-se que o tempo verbal do presente do indicativo é mais determinante do que as expressões genéricas para a manifestação da habitualidade na correlação com *se...ser porque*, pois, no *corpus* e no *corpus* de controle, o presente do indicativo aparece em pelo menos um dos segmentos da correlação em 95,8% das ocorrências do *corpus* e em 100% dos casos do *corpus* de controle. Saliente-se, ainda, que o verbo focalizador, nas construções habituais, aparece exclusivamente no tempo presente do indicativo. A análise dos dados mostra que o tempo presente do indicativo é mais típico das construções condicionais habituais, pois, nas construções condicionais não habituais, a porcentagem de ocorrências com pelo menos um dos segmentos da correlação com verbo no tempo presente do indicativo é menor: de 56,9% no *corpus* e de 56,8% no *corpus* de controle.

Há que se considerar também, para a determinação da habitualidade, a associação entre o tempo verbal no presente do indicativo e a porção textual em que a construção aparece (os enunciados fornecem “pistas” para a interpretação do sentido da correlação).

Favorece a expressão da noção de habitualidade em *se... ser porque* a presença de conjunções/locuções conjuntivas temporais³⁰⁰ e de expressões adverbiais temporais no trecho em que é manifestada a construção em pauta:

³⁰⁰ Da mesma forma, construções com *se* (e construções interrogativas) propiciam um contexto de hipoteticidade (eventualidade), que levam a oração temporal a expressar incerteza, como explica Hirata-Vale (2005, p. 119), a partir da exposição desta ocorrência: “se não há uma coisa para ser cultuada, se o homem é um aglomerado em processo, por que se apegar a ele? Por que tanta vaidade, egoísmo, etc? Por que tanta violência para manter, preservar, ter cada vez mais os bens que esse amontoado acumula? Veja bem que não é uma atitude de abandono perante a vida, até pelo contrário. *Quando se vê isso, se conscientiza de que a vida é bem mais fácil do que a imaginamos.*”

(410) *Muito se fala sobre uma crise sua com a seleção e a comissão pós-Copa. Como você encara ficar no banco e ouvir que não faz na seleção o que faz no Barça?*

Toda vez que sou convocado é um motivo de alegria para mim. Se você está sendo convocado é porque está entre os melhores do seu país, é um sinal de que o trabalho está sendo recompensado. Isso nunca vai mudar. Pode acontecer 1000 vezes, que sempre vou sentir emoção de ser chamado. E vou torcer por isto: para estar sempre nesse grupo. (Corpus de controle, Placar, 05/2007)

(411) *Veja: Os seus pacientes e os seus colegas não estranham o seu linguajar duro?*

Randas: Às vezes eu sou mesmo meio agressivo, mas isso é normal. Se eu chamo alguém de macaco dentro da sala de cirurgia, é porque ele está fazendo alguma macaquice. Eu não quero ofender ninguém, eu quero estimular as pessoas. As pessoas estranham. (...) (Corpus, Veja, 17/12/97)

(412) *Existe um exercício para não cair nessa ilusão?*

(...) Leia Macbeth, um excelente exemplo para não se iludir com a soberba. Além, é claro, de comparar casos do próprio mundo corporativo, em que há pessoas que um dia estão em cima e no dia seguinte caem. Reconheça que, se você está em cima, é porque conseguiu que uma série de pessoas fizessem coisas que possibilitaram sua ascensão. (...) (Corpus de controle, Você S/A, 11/2012)

Nas ocorrências de (410) a (412), em trechos anteriores à oração condicional da correlação com *se....ser porque*, bem próximos a ela, aparecem termos com valor temporal encabeçando enunciados com conteúdo relacionado àquele que se encontra na oração condicional da correlação. Dessa forma, o conteúdo da oração condicional passa a ser assimilado também com o sentido temporal, sendo atribuída a ele a noção de habitualidade.

Em (410), a oração introduzida pela locução conjuntiva temporal *toda vez que* traz um conteúdo muito semelhante àquele que é manifestado na oração condicional da correlação, e, da mesma forma, a oração com *toda vez que* é posta em paralelismo com a oração com *se* da correlação. Assim, verifica-se que o conteúdo do segmento com *toda vez que*, o qual já aponta ideia de habitualidade, indica que o conteúdo da oração condicional da correlação também é interpretado com habitualidade.

Em (411), o segmento *Às vezes eu sou mesmo meio agressivo*, encabeçado pela locução adverbial temporal *às vezes*, a qual já sugere a reiteração de acontecimentos, antecede a oração condicional da correlação, *Se eu chamo alguém de macaco dentro da sala de cirurgia*, a qual traz um conteúdo relacionado ao citado anteriormente (com exemplificação da ideia expressa antes). Assim, fica sugerido que a oração condicional da correlação tem valor temporal, com noção de habitualidade.

Em (412), por sua vez, são apresentadas diferentes situações que geralmente ocorrem, no enunciado *há pessoas que **um dia** estão em cima e **no dia seguinte** caem*; e estas distintas situações são encabeçadas por expressões de valor adverbial temporal (*um dia* e *no dia seguinte*). Na oração condicional da correlação, *se você está em cima*, é retomada uma das situações cogitadas anteriormente, mantendo-se o sentido temporal, que dá lugar à ideia de habitualidade.

Registre-se que, no *corpus*, do total de correlações de habitualidade, há, em 54,1% dos casos, expressões com valor temporal (em 33,3%, termos adverbiais; em 20,8%, elementos de função de conjunção) que precedem a oração condicional da correlação com *se...ser porque*, favorecendo a interpretação do conteúdo de tal oração como habitual. Já, no *corpus* de controle, do total de ocorrências de habitualidade, existem, em 63,1% dos casos, expressões de valor temporal (em 31,5%, elementos adverbiais; em 31,5%, termos de função de conjunção) que antecedem a oração condicional da correlação em pauta, fazendo que se atribua noção habitual ao conteúdo dessa oração. Tais resultados demonstram que a presença de elementos temporais em porções precedentes do texto não é decisiva, não é suficiente para a determinação da habitualidade.

Acrescente-se que também há casos em que trechos situados após a correlação com *se... ser porque* trazem enunciados de valor temporal com conteúdo relacionado àquele expresso na oração condicional da correlação, fornecendo “pistas”, assim, de que a ideia expressa nesse segmento condicional possui valor temporal, com noção habitual. Em (500), o trecho *sempre vou sentir emoção de ser chamado* contém o advérbio temporal *sempre*, o qual evidencia que a ideia de o locutor ser convocado pode se repetir. Veja-se, ainda, a ocorrência a seguir:

(413) *Veja — Algum dia chegaremos ao fim do debate sobre o que tem mais efeito sobre nossa personalidade — os genes ou o ambiente?*

*Watson — Não. (...) Afirmam que, se alguém tem alguma deficiência, é **porque** foi vítima da pobreza, do capitalismo, da poluição. Não penso que isso seja verdade, mas compreendo a motivação: é natural que, **quando** algo está errado, tentemos primeiro modificar o ambiente para eliminar o problema. Modificar os genes é muito mais difícil. A genética e a evolução podem ser cruéis, e algumas pessoas têm azar nesse jogo. (Corpus, Veja, 24/08/05)*

Em (413), a oração ***quando** algo está errado*, a qual vem iniciada pela conjunção temporal *quando*, já expressa habitualidade e indica uma ideia que abrange a situação explicitada na oração condicional da correlação (*se alguém tem alguma deficiência*). Tal

constatação facilita a percepção de que o segmento condicional da correlação também expressa habitualidade.

Por fim, ainda no que concerne à questão da habitualidade, é importante assinalar que, nas construções com essa noção, tanto nas hipotéticas quanto na factual, a ideia habitual é construída na correlação como um todo, não sendo manifestada, simplesmente, em apenas uma das orações da construção. Isso fica evidente quando se inclui o advérbio de frequência *geralmente* no início da correlação, como se vê nestas duas ocorrências, aqui retomadas:

(414) Geralmente, *se o casal está junto, é porque tem mais coisa, além dos filhos.*

(415) Geralmente, *se você está sendo convocado é porque está entre os melhores do seu país (...).*

(416) *Afirmam que, geralmente, se alguém tem alguma deficiência, é porque foi vítima da pobreza, do capitalismo, da poluição.*

Em ambas as construções citadas, a noção de frequência expressa pelo advérbio sublinhado aplica-se à situação explicitada por ambas as orações da construção, considerando-se a articulação entre elas, o que já era de esperar, dada a interdependência entre as orações. É habitual que, nos casos em que alguém continua na “gandaia”, a pessoa tenha algum problema. É habitual que, nas situações em que alguém tem alguma deficiência, tenha sido vítima da pobreza, do capitalismo, da poluição.

Ainda no que se refere à questão da habitualidade, vale acrescentar que, segundo Declerck (2003, p. 82), nos casos em que as temporais (com *quando*) apresentam relação de proximidade com as condicionais, as temporais podem denotar relação de especificação (“case-specifying”), como se vê nestes casos registrados pelo autor:

(417) **Quando** – *como geralmente acontece – o marido falece primeiro, a viúva frequentemente fica sozinha.*³⁰¹

Declerck (2003) considera que a oração com *quando* especifica o conteúdo da oração “principal”, apresentando ideia semelhante a “em um caso em que”, “nos casos em que”. Em (418), pode-se fazer a leitura: nos casos em que o marido falece primeiro, a viúva frequentemente fica sozinha.

---

³⁰¹ **When** – *as usually happens – the husband dies first, the widow often stays on her own.*

Hirata-Vale (2005) já mostra, com base em Declerck (2003), que as construções com *quando* de valor condicional podem atuar na função de especificação. Da mesma forma, aqui se atesta que, nas construções condicionais com valor temporal, de habitualidade, o conteúdo da oração condicional especifica o conteúdo a ser exposto na segunda oração da correlação, como se vê em:

(418a) *Se o casal está junto, **é porque** tem mais coisa, além dos filhos.* (Corpus, Veja, 21/03/07)

(418b) **Nos casos em que** o casal está junto, **é porque** tem mais coisa, além dos filhos.

(419a) *No primeiro mês, vendi 30 carros. No segundo, 40. Meu raciocínio é que, **se** o cliente entra na loja, **é porque** ele quer comprar um carro. Então vou vender de qualquer jeito.* (Corpus de controle, Exame, 17/09/2014)

(419b) No primeiro mês, vendi 30 carros. No segundo, 40. Meu raciocínio é que, **nos casos em que** o cliente entra na loja, **é porque** ele quer comprar um carro. Então vou vender de qualquer jeito.

Com a utilização da expressão “nos casos em que”, fica mais evidente que o conteúdo da oração condicional, nas construções habituais, serve para especificar o conteúdo da oração subsequente da correlação.

Para efeito de comparação, fique registrado que tal especificação é mais típica da oração condicional com noção de habitualidade. Nas orações condicionais factuais retomadas a seguir, não seria possível a leitura com “nos casos em que”, por serem trazidas situações mais pontuais:

(420a) ***Se** elas têm saudade da ditadura, **é porque** eram ainda mais poderosas naquela época.* (Corpus, FSP, 01/02/2014)

(420b) ? **Nos casos em que** elas têm saudade da ditadura, **é porque** eram ainda mais poderosas naquela época.

(421a) ***Se** isso se encaminhou para o chamado mal-estar televisivo em relação à moralidade ou o diabo que for, **é porque** a audiência veio junto.* (Corpus, Contigo, 18/03/2004)

(421b) ? **Nos casos em que** isso se encaminhou para o chamado mal-estar televisivo em relação à moralidade ou o diabo que for, **é porque** a audiência veio junto.

A oração condicional factual sem habitualidade, na verdade, serve, muitas vezes, para retomar conteúdo exposto em uma porção textual precedente, ao passo que a oração

condicional habitual tem como função mais típica a especificação, dada sua relação com a noção temporal.

Registre-se que a frequência significativa da noção de habitualidade nas construções hipotéticas com *se... ser porque* parece ser uma particularidade de uso destas em relação às condicionais canônicas. Isso porque, nestas, como sugerem estudos de Neves (1999b), não é tão marcante a presença da habitualidade nas hipotéticas (nas eventuais), pois a autora registra a combinação “presente do indicativo + presente do indicativo” em apenas 15,9% das ocorrências de condicionais eventuais. Trata-se de uma combinação modo-temporal que, como se mostrou na tabela “10”, favorece altamente a manifestação da habitualidade em “se... ser porque”.

A partir do que foi exposto, na diferenciação entre as correlativas factuais e as correlativas hipotéticas, é importante observar: as suas possíveis motivações de uso; a noção de habitualidade, manifestada, mais especialmente, nas hipotéticas; os sentidos expressos pelas formas verbais (nas distintas configurações modo-temporais).

Com as análises empreendidas, verifica-se que o frequente uso do presente do indicativo é uma particularidade da construção com *se... ser porque* em relação às condicionais canônicas. A estrutura com *se... ser porque*, especialmente com o verbo no presente do indicativo, recupera certa factualidade típica das causais canônicas. Por outro lado, o tempo verbal referido contribui para a manifestação da habitualidade, caso em que há matiz temporal na construção, também favorecido pela ocorrência de expressões genéricas na posição de sujeito na oração condicional e pela presença de elementos com noção temporal em porções textuais precedentes. Ademais, o emprego do presente do indicativo dá mais subjetividade ao enunciado, contribuindo para que o locutor tente adquirir adesão do interlocutor para seu ponto de vista. Também parece ser uma especificidade da estrutura com *se... ser porque* a “convivência” entre factualidade e a hipoteticidade no bloco, visto que, nesse caso, o segundo segmento pode dar certa factualidade à oração hipotética do primeiro segmento da construção, não existindo, assim, uma dicotomia rígida entre fato e hipótese.

6.2 As construções com “se... verbo *ser* + *porque*” no fluxo de informação

Nesta seção, trata-se, primeiramente do estatuto informacional presente nas construções com *se... ser porque*, e, em um segundo momento, do tópico e do foco, funções discursivas que, como se mostrou no capítulo “5”, podem ser associadas, em parte, ao estatuto informacional.

6.2.1 Estatuto informacional

Na análise do estatuto informacional, podem ser observadas diferentes combinações entre informação familiar (evocada e inferível) e informação não familiar (disponível e totalmente nova)³⁰², como ilustra a tabela:

Estatuto informacional da construção com <i>se... ser porque</i>		
Combinações de estatuto informacional entre as orações	<i>Corpus</i>	<i>Corpus</i> de controle
Informação familiar + informação familiar	29 / 23,5%	26 / 27,3%
Informação não familiar + informação não familiar	33 / 26,8%	26 / 27,3%
Informação familiar + informação não familiar	52 / 42,2%	39 / 41%
Informação não familiar + informação familiar	9 / 7,3%	4 / 4,2%
TOTAL	123	95

Tabela 11: Combinações de estatuto informacional entre as orações da construção com “se... verbo *ser* + *porque*”.

No *corpus* e no *corpus* de controle, a porcentagem significativa de ocorrências com a combinação “informação familiar + informação não familiar” já era de esperar, pois esse caso, como se apontou no capítulo “5”, ilustra a tendência da ordenação linear na organização da informação. Além disso, a condição tópica e a condição focalizada, respectivamente, do segmento condicional e do segmento com *porque*, em *se...ser porque*, podem ter influenciado tal resultado; daí a baixa frequência de uma combinação que apresenta uma trajetória inversa (“informação não familiar + informação familiar”). Convém ressaltar que, em relação ao total

³⁰² No decorrer desta seção, serão expostas as diferentes combinações, em *se.... ser porque*, de subtipos de informação familiar e de informação não familiar.

de ocorrências dos *corpora*, em mais da metade das ocorrências a oração condicional traz informação familiar e a oração com *porque* introduz informação não familiar: na oração condicional, há informação familiar 65,8% e 68,4% dos casos no *corpus* e no *corpus* de controle, respectivamente; no segmento com *porque*, manifesta-se a informação não familiar em 69,1% e 68,4% dos casos, respectivamente, no *corpus* e no *corpus* de controle. Isso demonstra que a topicidade seria mais compatível com a informação familiar e que o foco estaria mais relacionado com a informação não familiar.

Por outro lado, chama a atenção o fato de as duas combinações com o mesmo tipo de estatuto (em cada oração) apresentarem porcentagens muito próximas (no *corpus*) ou iguais (no *corpus* de controle). Ambas as combinações, se somadas, representam pouco mais da metade das ocorrências (50,4% no *corpus* e 54,7% no *corpus* de controle) de cada um dos *corpora*. Pode-se relacionar essa igualdade de estatuto informacional entre as orações com a natureza da construção com *se... ser porque*: não existe uma hierarquia entre as orações (há certa conexão entre elas), o que vem reforçado pela presença do mesmo estatuto informacional nas orações da construção. Apesar disso, não se ignora que a não hierarquia entre as orações no nível sintático, a qual também existe no âmbito do estatuto informacional, vem contrabalançada pela presença de um marcador de foco (o verbo *ser*), que toma como escopo a segunda oração da correlação, estabelecendo, portanto, certa hierarquia entre a primeira oração e a segunda, que atuam, respectivamente, como o fundo e a figura no relevo informacional.

Assim, vê-se que, na determinação dos dados obtidos no *corpus* e no *corpus* de controle em relação ao estatuto informacional, entram em “choque”, sobretudo, dois elementos: o princípio de ordenação linear e a natureza sintática da construção com *se...ser porque*.

No entanto, caberia explicitar, ainda, em *se...ser porque*, os tipos de combinações de estatuto informacional com a descrição dos seus subtipos. É o que se passa a indicar a partir de agora.

No que tange à combinação entre informação familiar e informação familiar, os subtipos de relações identificados são estes: “informação evocada + inferência” (62% no *corpus* e 65,3% no *corpus* de controle); “informação evocada + informação evocada” (20,6% no *corpus* e 23% no *corpus* de controle); “inferência + inferência” (17,2% no *corpus* e 7,6% no *corpus* de controle); “inferência + informação evocada” (0% no *corpus* e 3,8% no *corpus* de controle).

Nas construções com ambos os segmentos de informação familiar, como se vê, há uma predominância da estrutura com informação evocada seguida de informação inferível, tipo de ocorrência aqui exemplificada:

(422) *Mas rolou um clima?*

(...)

Stephen: Era estranho ela me responder aos e-mails às três da manhã. Ao mesmo tempo, ficava pensando: se a Giulia me escreveu nesse horário é porque tem consideração. Imaginei que um dia poderia acontecer algo. (Corpus, Caras, 14/10/2011)

(423) *No ano passado, disseram que você sairia do país. Você sempre negou. No final, acabou ficando. Como avalia isso?*

Eu não ligo. A minha palavra é a que vale. Se eu falei que não iria sair é porque não vou sair. Só que têm aqueles sabichões, que sabem de tudo, e falam "Ele vai, ele vai". E eu falando que não. (...) Eu sempre falo a verdade. (Corpus, FSP, 13/04/2012)

Em (422), o fato de que “Giulia” “escreveu nesse horário” é retomado do conteúdo do excerto sublinhado e “tem consideração” é uma inferência operada a partir do próprio conteúdo da oração condicional da correlação com *se...ser porque*.

Em (423), a informação de que “eu falei que não iria sair” é uma retomada do conteúdo sublinhado presente na pergunta do entrevistador e “não vou sair” é uma inferência feita a partir do conteúdo exposto na oração condicional da correlação *se...ser porque* e da frase que antecede imediatamente essa oração (“A minha palavra é a que vale”).

Entende-se que a predominância da informação inferível na segunda oração da correlação com *se... ser porque*, nas estruturas com “informação familiar + informação familiar”, é favorecida pela própria natureza da oração inicial, que mantém conexão com o segmento subsequente, trazendo uma premissa que passa a gerar uma conclusão na oração com *é porque*, embora, por vezes, a inferência seja obtida também a partir de uma porção textual que ultrapassa a oração condicional, como se mostrou em (423). Registre-se que, como afirma Koch (2008, p. 138), o contexto verbal (cotexto) tem papel decisivo na produção de inferências; “os enunciados anteriores estabelecem o contexto dos subsequentes”.

Outra observação a ser feita é que a informação inferível, nas correlativas do tipo *se... ser porque*, presta-se a diferentes funções. Em (422), a inferência traz uma avaliação pessoal do locutor e, em (423), a inferência é usada para o locutor fazer uma confirmação para o interlocutor (devido a uma exposição de opiniões divergentes em relação a uma possível ação do locutor).

No que se refere às estruturas de *se... ser porque* com informação evocada seguida de informação evocada, há um número relativamente significativo de ocorrências. Assim, indicam-se as suas motivações de uso a partir destas construções dos *corpora*:

(424) *Bem, você se considera um homem sedutor?*

Não sei, tem conceitos que precisam ser melhor definidos... Acho que a sedução existe normalmente quando a pessoa desperta algo em você, um interesse, uma admiração, a vontade de continuar conversando. Ou porque ela faz você rir... Se eu faço uma pessoa rir, estou seduzindo? Estou. É tão difícil fazer uma pessoa rir. Se você faz, é porque mexeu em alguma coisa. Isso é uma sedução. (Corpus, Contigo, 10/01/2008)

(425) *O que é mais importante: sentimento ou tesão?*

Todos - Depende.

Stephano - Na balada é o tesão.

Dimitrius - Mas se você está namorando é o sentimento.

Renata - Não existe só sentimento ou só tesão. Se você tem sentimento é porque você já tem um tesão. (Corpus de controle, Capricho, 06/10/2002)

Em (424), o conteúdo das orações da correlação em pauta (“você faz uma pessoa rir” e “mexeu em alguma coisa”) retoma um trecho explicitamente apresentado em uma porção anterior do texto, que está sublinhada. Ressalve-se apenas que, no excerto precedente, o pronome “você” não é associado à ideia de “fazer uma pessoa rir”. Entretanto, nota-se que tal pronome tem uso genérico (não diz respeito ao interlocutor, necessariamente) e pode, assim, abranger as ideias explicitadas anteriormente. Por outro lado, vale chamar atenção para o fato de que, na construção referida em (424), a própria relação estabelecida entre o conteúdo da primeira oração e o da segunda da correlação torna familiar a informação contida na construção: a partir da ideia de que *você faz* alguém rir, infere-se que mexeu em alguma coisa.

Na passagem exposta em (425), o conteúdo dos segmentos da correlação com *se...ser porque* também recupera uma informação já explicitada em trechos anteriores, os quais vêm sublinhados.

Nas ocorrências de *se... ser porque* citadas em (424) e (425), apresenta-se uma paráfrase de trechos. Nos casos explicitados, a paráfrase dá-se para o reforço de ideias expostas em porções próximas do texto. Dada essa proximidade, vê-se que a reiteração dá-se pela necessidade do locutor não de trazer algo à memória do interlocutor, mas de fazer prevalecer uma ideia que é questionável, como é possível verificar nos trechos expostos: em (424), o próprio locutor questiona (“Se eu faço uma pessoa rir, estou seduzindo?”), de modo a oferecer

uma reflexão, para, em seguida, fazer uma afirmação; em (425), o conteúdo da afirmação do locutor em *se... ser porque* vem explicitado na pergunta do interlocutor (do entrevistador).

No caso de (425), o uso de paráfrase na resposta do entrevistado (que retoma o próprio trecho de resposta deste) contribui para evitar o controle exercido na entrevista pelo entrevistador; controle que, nesse gênero textual, segundo Andrade (2001), é estabelecido, entre outros aspectos, por meio de questionamentos. Modena (2013) complementa que as paráfrases, quando usadas pelo locutor para que ele retome o que ele mesmo enunciou, em geral, servem para reforçar a opinião já expressa, eliminando possíveis dúvidas ou objeções ao que havia sido dito. Assim, segundo o autor, a necessidade de que a paráfrase seja realizada logo após o enunciado de origem e pelo mesmo locutor que produziu o conteúdo retomado é justificável, pois, dessa forma, evita, por parte de seu interlocutor, o questionamento do que já havia sido dito. Em (424) e (425), retomando um conteúdo semântico “sob formas diferentes” (KOCH, 2000, p. 52), ou seja, “dentro” da estrutura correlativa “se... ser porque”, de natureza conclusiva, o locutor reafirma seu ponto de vista.

O reforço de opinião por meio de paráfrase é particularmente significativo nos casos em que o entrevistado é um político:

(426) *E o PSDB, falará de quê?*

Nosso maior tema será lembrar aos brasileiros que somos a matriz de todos os avanços sociais e econômicos do Brasil contemporâneo. Nós temos legitimidade para dizer que somos parte integrante do que aconteceu de bom no Brasil até agora. Se hoje o país está numa situação melhor, foi porque nós tivemos uma participação decisiva nesse processo. Houve a alternância do poder, que é natural e saudável, mas está na hora de o PSDB voltar ao poder. (...) (Corpus, Veja, 07/04/10)

Em (426), o locutor (um político) retoma uma ideia apresentada anteriormente para valorizar o seu partido, de modo a tentar convencer o público de que a escolha correta nas eleições é o seu partido.

Os demais subtipos de combinações, “inferência + inferência” e “inferência + informação evocada”, são também aqui exemplificados. Saliente-se que o primeiro caso mencionado vem com uma porcentagem, de certa forma, discrepante entre o *corpus* e o *corpus* de controle, mas, devido ao baixo número de ocorrências desse subtipo de combinação (em ambos os casos), não é possível chegar a uma conclusão definitiva sobre essa diferença. Visto isso, expliquem-se as ocorrências das duas combinações referidas anteriormente:

(427) *Veja: O senhor recebe muitas ofertas desse tipo?*

Schwarzenegger: Muitas. (...) É engraçado: às vezes alguém vem se gabar de que, desde que contratou esse ou aquele investidor, está há cinco anos sem pagar impostos. “Claro”, digo, “é porque ele roubou o seu dinheiro!” Adoro pagar impostos. Parto do pressuposto de que, se tenho de pagar mais, é porque ganhei mais. (Corpus, Veja, 24/05/00)

(428) *Como evitar que o lado positivo da droga – o prazer, a euforia e a diversão – prevaleça na visão do telespectador?*

É uma visão equivocada essa. A droga não tem dois lados. Há um lado só: o mal à saúde e à vida. Apenas estamos deixando claro que se a droga consegue pegar as pessoas pelo pé é porque ela se apresenta como uma possibilidade de prazer e de euforia. Mas, se a pessoa embarca nessa ilusão, encontra exatamente o contrário disso: a depressão, a dor, a vida escoada pelo ralo. (Corpus de controle, FSP, 03/03/2002)

Em (427), há informação inferível em ambos os segmentos da correlação destacada. A ideia de que o locutor tem de “pagar mais” é inferida a partir do fato de que o locutor paga impostos. A ideia de que ele ganhou mais, por sua vez, é inferida a partir do fato de que ele paga mais. A expressão “parto do pressuposto de que”, a qual antecede a construção com *se...ser porque*, contribui para demonstrar que o conteúdo do segmento com *é porque* traz uma inferência tirada com base no conteúdo da oração condicional.

Em (428), ocorre combinação entre inferência e informação evocada. No segmento condicional, a informação de que a droga consegue pegar as pessoas pelo pé é inferida a partir de ideias apresentadas anteriormente no texto, as quais são associadas à droga, a saber: o prazer, a euforia e a diversão. Por outro lado, na oração com *é porque*, o fato de que a droga apresenta-se como uma possibilidade de prazer e euforia já é mencionado anteriormente, no trecho sublinhado. O locutor, nesse caso, em vez de reconhecer o lado positivo da droga (o prazer, a euforia e a diversão), sugerido pelo interlocutor, utiliza uma inferência, mostrando como a droga age de modo negativo, ilusório e, em seguida, considera que a droga, na verdade, apenas se apresenta como uma possibilidade de prazer e euforia.

Em relação às construções com combinação entre informação não familiar e informação não familiar, encontraram-se estes resultados: “informação nova + informação nova” (75,7% no *corpus* e 76,9% no *corpus* de controle); “informação disponível + informação nova” (24,2% no *corpus* e 23% no *corpus* de controle).

Nota-se que há veiculação, predominantemente, de informação nova, em detrimento da informação disponível, a qual aparece com baixa frequência. Pode-se dizer que tal resultado é decorrente do gênero “entrevista”, em que não seria produtivo que a resposta do entrevistado (parte na qual se encontra a grande maioria das ocorrências com *se...ser*

porque)³⁰³ trouxesse muitas informações que já fazem parte do contexto cultural e social dos leitores, visto que a entrevista tem como objetivo principal dar a conhecer algo suposto como não acessível ao leitor.

Visto isso, passa-se a comentar, primeiramente, as ocorrências com relação entre informação nova e informação nova:

(429) *Veja: Certos capítulos de Eu Sou Charlotte Simmons deixam a sugestão de que os avanços na área de neurociência estão corroendo o senso moral das pessoas. Por quê?*

*Wolfe: A mensagem da neurociência, embora isso talvez não seja intencional, é que nós somos mecanismos. Pensamos que temos controle sobre nossas escolhas, nossa ideia de bem e mal, o tipo de música de que gostamos, mas a neurociência diz que na verdade não é assim, que temos um microchip determinado geneticamente, e que não existe livre-arbítrio. Essas ideias, que eu acho deprimentes, estão se espalhando. Já se encontram pais por aí que acreditam que, se o filho não está se saindo bem na escola, **é porque** não foi programado para isso. (...) (Corpus, Veja, 11/05/05)*

(430) *Veja — Algum dia chegaremos ao fim do debate sobre o que tem mais efeito sobre nossa personalidade — os genes ou o ambiente?*

Watson — Não. Essa discussão vai sempre nos acompanhar. Muita gente ainda insiste em que a criação que você recebe em casa tem mais influência sobre o que você é do que sua natureza. Algumas pessoas querem até mesmo negar que existam diferenças inatas entre os indivíduos. Afirmam que, se alguém tem alguma deficiência, é porque foi vítima da pobreza, do capitalismo, da poluição. Não penso que isso seja verdade, mas compreendo a motivação: é natural que, quando algo está errado, tentemos primeiro modificar o ambiente para eliminar o problema. Modificar os genes é muito mais difícil. A genética e a evolução podem ser cruéis, e algumas pessoas têm azar nesse jogo. (Corpus, Veja, 24/08/05)

Nas ocorrências com “informação nova + informação nova”, há um número significativo de casos em que a construção com *se...ser porque* acrescenta um conteúdo com ideia que se opõe a outra registrada no texto. Isso acontece em 32% e em 20% dos casos no *corpus* e no *corpus* de controle, respectivamente. Entende-se que a estrutura lógica da construção mencionada, com premissa e conclusão, contribui para isso, por ser compatível com a defesa de ideias.

Em (429), a ideia de o mau desempenho do filho estar relacionada com a não programação, concepção da neurociência, exposta na construção com *se...ser porque*, opõe-se à noção de que “temos controle sobre nossas escolhas”, de que temos livre-arbítrio.

Em (430), a ideia de alguém ter deficiência estar relacionada com ter sido vítima da pobreza, do capitalismo, da poluição (expressa em *se... ser porque*) vai a favor da concepção

³⁰³ No par “pergunta-resposta”, a estrutura *se... ser porque* aparece na resposta do entrevistado em 97,5% das ocorrências e em 96,8% das ocorrências do *corpus* e do *corpus* de controle, respectivamente.

defendida por aqueles que querem negar que existem diferenças inatas. Tal visão é colocada em posição oposta à visão do locutor, que diz: *não penso que isso seja verdade*.

No que diz respeito à combinação entre informação disponível e informação nova, cite-se este exemplo:

(431) *Como você digere as críticas negativas?*

O que eu quero fazer, eu falo: “Com licença, sai da frente, porque eu vou”. O quanto sou crítica com os outros, sou crítica comigo mesma. E, quando decido fazer algo, faço bem-feito. Se eu não virei cantora popular foi porque não quis. (Corpus, Contigo, 24/02/2005)

Em (431), o fato de que a pessoa entrevistada não se tornou cantora popular pode ser recuperado pelos leitores a partir do contexto histórico; assim, essa informação já é apresentada como disponível ao leitor. Por outro lado, o fato de que ela não quis (tornar-se cantora popular) é apresentado como algo totalmente novo para o leitor, para que a entrevistada possa ser vista pelo público como alguém capaz.

Já se mencionou que a informação disponível aparece com baixa frequência nas construções com *se... ser porque*. Acrescente-se, aqui, que a informação disponível manifesta-se com mais frequência na oração condicional do que na oração com *é porque*. Considerando-se as diferentes combinações de informação (não) familiar, a informação disponível aparece no segmento condicional em 8,9% e 9,4% dos casos do *corpus* e do *corpus* de controle, respectivamente, e encontra-se em 0,8% e em 1% dos casos do *corpus* e do *corpus* de controle, respectivamente. Pode-se afirmar que a maior frequência da informação disponível na oração condicional relaciona-se à proximidade que esse tipo de informação apresenta, de certa forma, com a informação familiar. Bem como esta, a informação disponível já é acessível ao interlocutor e, assim, é compatível com a condição tópica da oração condicional.

No que concerne à combinação entre informação familiar e informação não familiar, identificaram-se estes resultados: “informação evocada + informação nova” (73% no *corpus* e 87,1% no *corpus* de controle); “informação inferível + informação nova” (25% no *corpus* e 10,2% no *corpus* de controle); “informação inferível + informação disponível” (1,9% no *corpus* e 0% no *corpus* de controle); “informação evocada + informação disponível” (0% no *corpus* e 2,5% no *corpus* de controle).

Verifica-se uma predominância da relação entre informação evocada e informação nova. Como se vê, a informação evocada manifesta-se mais do que a inferível. Já se comentou que a estrutura da construção com *se... ser porque* favorece a manifestação da informação inferível no segundo segmento dessa. Acrescente-se, aqui, que, do total de ocorrências,

considerando-se as diferentes combinações de informação (não) familiar, a informação inferível aparece na oração condicional em 15,4% das ocorrências no *corpus* e em 7,3% no *corpus* de controle³⁰⁴, ao passo que, na oração com *ser porque*, manifesta-se em 26% das construções do *corpus* e em 21% no *corpus* de controle. Fica sugerido, mais uma vez, que o funcionamento da oração com *ser porque*, a qual indica, em geral, conclusão, favorece o aparecimento de informação inferível nessa. Por outro lado, a ocorrência de informação evocada é privilegiada na oração condicional. Aparece informação evocada na oração condicional em 50,4% das construções do *corpus* e em 61% das ocorrências do *corpus* de controle; e se registra esse tipo de informação na oração com *ser porque* apenas em 4,8% das ocorrências do *corpus* e em somente 8,4% das construções do *corpus* de controle. A manifestação de informação evocada na oração condicional dá-se pela necessidade, por exemplo, de o locutor apresentar um resumo ou um contraste em relação ao conteúdo exposto em uma porção próxima do texto. A título de exemplificação, citam-se estas ocorrências:

(432) *FOLHA* - *Como o senhor avalia seu tempo no cargo?*

KOFF - *Quantas empresas multinacionais têm presidentes que ficam por 50 anos no cargo? Muitas. **Se** ficam, **é porque** são bons.* (*Corpus*, FSP, 12/04/2010)

Em (432), o conteúdo da oração condicional apresenta um resumo de um conteúdo exposto anteriormente (*presidentes que ficam por 50 anos no cargo*). A grande proximidade da oração condicional com o conteúdo retomado por ela permite a manifestação do resumo na condicional, deixando-se informações implícitas (como *presidentes, 50 anos*).

(433) *Veja*: *O senhor é a favor da pena de morte?*

Rossi: *Não, porque só os negros e pobres seriam executados. Não entendo também por que existe prisão especial para quem tem curso superior. Um cara rico que assalta um banco premeditou tudo, ao contrário do pobre, que **se** faz isso **é porque** estava desesperado. Então, o rico é muito mais maquiavélico. Teria de ter uma prisão pior.* (*Corpus*, *Veja*, 13/10/99)

Em (433), por sua vez, além de se apresentar um resumo na oração condicional (*faz isso* retoma o fato de *se assaltar um banco*), estabelece-se um contraste com o conteúdo anterior: retoma-se, na oração condicional, a mesma ação mencionada anteriormente para se indicar um novo agente e uma nova causa para a ação: o rico assalta um banco porque premeditou tudo, e, em oposição, o pobre assalta um banco porque estava desesperado.

³⁰⁴ Verifica-se que, no *corpus*, há trechos mais extensos no par “pergunta-resposta”, o que poderia favorecer a ocorrência de retomada de informações por inferência (na oração condicional).

Assim, nas ocorrências arroladas, fica evidente que a oração condicional pode ter uma função desempenhada pelas orações adverbiais antepostas, a de “ponte de transição”³⁰⁵. Nesse caso, como explica Givón (2001), a oração adverbial anteposta estabelece dois tipos de conexões: uma catafórica em relação à oração subsequente e outra anafórica no que se refere ao discurso precedente. Afirma Decat (1993) que, atuando anaforicamente como “ponte”, a oração adverbial constitui, muitas vezes, uma retomada de informação, estabelecendo, dessa forma, um elo entre o discurso precedente e o subsequente. É o que ocorre também na construção com *se...ser porque* em (432) e (433): o conteúdo da oração condicional retoma o precedente e, ao mesmo tempo, serve para ancorar o conteúdo da oração iniciada com *ser porque*. Nessa ancoragem, considera-se que a oração condicional possui a função de “guia” da oração adverbial: nesse caso, a oração adverbial, consoante Chafe (1984), fornece uma moldura antes de oferecer o conteúdo da moldura.

No que diz respeito às correlativas com informação evocada + informação nova, procurou-se observar também se o conteúdo da oração condicional, por ser evocado e por retomar uma informação próxima da porção textual, poderia ser omitido. Criou-se uma escala para demonstrar a proximidade entre a informação evocada e o trecho retomado: foram verificadas quantas orações aparecem entre esses dois elementos. No *corpus*, há de 0 a 5 orações em 92,1% dos casos; de 6 a 10 em 2,6% das ocorrências; de 11 a 19 em 5,2% dos casos. No *corpus* de controle, há de 0 a 5 orações em 76,4% das ocorrências; de 6 a 10 orações em 14,7% dos casos; de 11 a 19 orações em 5,8% dos casos; mais de 20 orações em 2,9% das ocorrências. Em ambos os *corpora*, pelo fato de haver, na maior parte das vezes, uma menor quantidade de orações entre a informação evocada e o elemento retomado (de 0 a 5 orações), é de esperar que o conteúdo com informação evocada possa ser omitido.

Em (432), há apenas a expressão “Muitas” (não há oração) entre a informação evocada e o trecho retomado. A oração condicional poderia ser elidida, resultando-se nesta passagem: Quantas empresas multinacionais têm presidentes que ficam por 50 anos no cargo? Muitas. **É porque** são bons.

Em (433), aparece apenas a expressão “ao contrário do pobre que” (não há oração antecedente; o segmento condicional vem, na verdade, dentro de uma estrutura relativa). Também seria possível a elisão, tendo-se o seguinte trecho: Um cara rico que assalta um banco premeditou tudo, ao contrário do pobre, que **é porque** estava desesperado.

³⁰⁵ Tradução de Decat (1993) para o termo “coherence bridge” utilizado por Givón (2001).

Nesses casos, a omissão é possível pela presença de informação evocada na oração condicional e também pela proximidade dessa oração com o conteúdo retomado por ela. Ademais, há a presença da expressão “é porque”, a qual deixa implícita um conteúdo anafórico antes do “é”, podendo-se associar o “é porque” com uma expressão do tipo “isso é porque”, a qual seria compatível com a natureza anafórica do conteúdo explicitado na oração condicional em (432) e (433).

Contudo, há possibilidade de elisão do conteúdo da oração condicional em apenas 7,8% dos casos no *corpus* e em somente 2,9% das ocorrências no *corpus* de controle. Vê-se que a função de “ponte de transição” e de “guia” da oração condicional (na construção com *se...ser porque*) demonstra que nem sempre seria possível a omissão de uma informação retomada. É o que se verifica neste trecho:

(434) *Não posso me insurgir contra a Constituição. E é preciso reconhecer que existe a limitação para que ninguém tenha mais de uma rádio, um pager ou um trunking numa mesma região. Cassei mais de 500 outorgas de trunking, pager e rádio. E, se isso acontece, é porque a empresa coloca um testa-de-ferro, um laranja. (...) (Corpus, Veja, 23/07/97)*

Em (434), o conteúdo da oração condicional (*isso acontece*) retoma uma porção enunciada anteriormente (na qual se trata de irregularidades) para, ao mesmo tempo, servir de moldura para o conteúdo que será apresentado na oração com *é porque*.

Nos casos em que se tem uma relação entre informação inferível e informação nova, por sua vez, aparecem construções deste tipo:

(435) *E vai parar de fumar?*

Tinha parado pouco antes de engravidar. Juro que vou tentar não fumar nunca mais, mas não vou garantir. Se eu voltar depois desse tempo todo é porque sou muito burra. Mas posso ser (risos). Só tenho certeza de que não vou ser uma mãe irresponsável. (Corpus, Contigo, 13/11/2008)

Em (435), a hipótese de que o locutor pode voltar a fumar, expressa na oração condicional, é inferida a partir da informação de que não vai garantir. Nesse caso, a inferência, ao ser veiculada na oração condicional, indica uma possibilidade em contraste com outra, expressa anteriormente (*vou tentar não fumar nunca mais*). Na oração com *é porque*, por sua vez, é introduzida uma informação nova com uma avaliação pessoal do locutor (*sou muito burra*). A apresentação de uma inferência na oração condicional envolve contraste em relação a um conteúdo anteriormente explicitado em 38,4% e em 25% dos casos no *corpus* e no *corpus* de controle, respectivamente. Esses resultados confirmam a observação de Ford &

Thompson (1986) de que a oração condicional pode fazer um contraste com um conteúdo apresentado anteriormente, atuando como tópico ao fornecer informação familiar para o material linguístico subsequente. Entretanto, vale mencionar que o contraste, quando é operado no segmento condicional, o qual tem condição tópica, nem sempre traz informação familiar, como se discutirá na próxima seção.

Ainda no que diz respeito à combinação entre informação familiar e informação não familiar, existe a relação entre informação inferível e disponível e entre informação evocada e informação disponível. Embora esses subtipos de relação sejam muito pouco representativos nos *corpora* analisados, são aqui exemplificados:

(436) *FOLHA* - *Essa avaliação é feita em cima da performance do PSDB em Minas nas eleições de 2002 e 2006. O sr. foi bem. O PSDB levou uma surra. Dizem que o sr. amarrado ao projeto garantiria vitória em Minas.*

AÉCIO - *É uma avaliação equivocada e injusta. Se não tivemos o resultado que queríamos, **é porque** enfrentamos o presidente Lula, com altíssima popularidade. Não foi o caso específico de Minas. (Corpus, FSP, 16/09/2009)*

(437) *Muito se fala sobre uma crise sua com a seleção e a comissão pós-Copa. Como você encara ficar no banco e ouvir que não faz na seleção o que faz no Barça?*

*Toda vez que sou convocado é um motivo de alegria para mim. Se você está sendo convocado **é porque** está entre os melhores do seu país, é um sinal de que o trabalho está sendo recompensado. Isso nunca vai mudar. (...) (Corpus de controle, Placar, 05/2007)*

Em (436), na oração condicional, o fato de que os políticos do PSDB não tiveram o resultado que desejariam é inferido pelo conteúdo exposto anteriormente: o de que poderia ser garantida a vitória (com determinado político “amarrado” ao projeto). Na oração com *é porque*, é trazida uma informação que é acessível aos leitores, dada a sua ampla divulgação na mídia: a de que os políticos do PSDB enfrentaram o presidente Lula, com alta popularidade.

Em (437), apresenta-se uma informação evocada na oração condicional: a de que alguém está sendo convocado. Repare-se que se retoma a informação de que “eu sou convocado”. Assim, na oração condicional, a informação não é totalmente evocada, pois um processo atribuído antes apenas ao “eu” passa a ser delegado para as pessoas em geral (por meio do uso do pronome “você” em sua função genérica). No segmento com *é porque*, por sua vez, apresenta-se uma informação disponível: o fato de que são os melhores jogadores de futebol que são convocados para jogar na Copa do Mundo é acessível aos leitores do país.

Por fim, na combinação entre informação não familiar e informação familiar, os dados obtidos foram estes: informação nova e informação inferível em 66,6% das ocorrências no *corpus* e em 0% dos casos no *corpus* de controle; informação disponível e informação

inferível em 33,3% das ocorrências no *corpus* e em 75% dos casos no *corpus* de controle; informação nova e informação evocada em 0% dos casos no *corpus* e em 25% dos casos no *corpus* de controle. A baixa frequência de ocorrências relacionadas à combinação em pauta não permite que se chegue a conclusões definitivas sobre o seu funcionamento e impossibilita a determinação de uma justificativa para a discrepância de frequência de subtipos de combinações de estatuto informacional entre o *corpus* e o *corpus* de controle. Os três casos de combinações identificados são aqui ilustrados:

(438) *Sente-se uma mulher naturalmente linda?*

É, eu não faço nada, não sou vaidosa. Há dois meses, faço uma ioga chamada Iyengar, com exercícios de postura. Mas nada de ginástica, dieta. Aprendi a comer melhor porque Tiago cozinha superbem. Só isso. Se digo que estou feliz, é porque estou mesmo. Posso gritar para o mundo ouvir! (Corpus, Caras, 10/02/2006)

(439) *O pensamento do sr. não é parecido com o de Dilma, porque naquela época, quando era diretor do BC, o sr. chegou a defender um corte de juros que acabou não acontecendo?*

Bem, se ela me convidou para ser presidente do Banco Central é porque deve haver alguma afinidade. (Corpus, FSP, 09/10/2011)

(440) *Folha - É irresponsável.*

Diegues - Você é Deus quando você é jovem. Você acha que os outros são uns babacas, uns otários. Se não gostaram do que você fez é porque são uns imbecis. (...) (Corpus de controle, FSP, 15/02/2000)

Em (438), na correlação com *se... ser porque*, há informação nova seguida de informação inferível. A ideia de que a locutora diz que está feliz, exposta na oração condicional, não havia sido mencionada antes; e a informação de que ela está mesmo feliz é uma inferência obtida a partir da afirmação feita na oração condicional, para a manifestação de uma confirmação.

Em (439), aparece informação disponível seguida de informação inferível na construção com *se...ser porque*. Na oração condicional, o fato de que Dilma Rousseff convidou o locutor para ser presidente do Banco Central é uma questão política acessível ao leitor (trata-se de informação disponível); na oração com *é porque*, “deve haver alguma afinidade” é uma inferência tirada a partir do conteúdo da oração condicional.

Em (440), na oração condicional, a locutora introduz uma hipótese nova e, na oração com *é porque*, traz uma informação evocada (usa um sinônimo para se referir a *babacas*, *otários*, expressões mencionadas em uma porção anterior do texto).

Pelo que se expôs, observa-se que, nas construções com *se...ser porque*, diversos fatores influem para a determinação do estatuto informacional, como o princípio de ordenação linear, a natureza sintática e lógica da construção com *se... ser porque*. Ademais, nota-se que o estatuto informacional é veiculado com diferentes propósitos, como o de reforçar ideias, para assegurar a sua aceitação quando elas são questionáveis (no caso da informação evocada nos dois segmentos), e o de opor uma opinião a outra (no caso da informação nova em ambos os segmentos).

6.2.2 Funções discursivas: tópico e foco

A partir da análise das funções discursivas de tópico e de foco nas construções com *se... ser porque*, procura-se verificar as características de cada uma dessas funções. Estas são associadas aqui ao estatuto informacional, mas se mostra que o exame do tópico e do foco não se restringe ao estatuto informacional. Para o exame do tópico, levam-se em conta, sobretudo, os postulados de Akatsuka (1986) e de Ford & Thompson (1986) e, para a análise do foco, consideram-se, principalmente, a tipologia de Dik (1989) e as observações de Pezatti (2013) a respeito das construções de “foco *ser*”.

Saliente-se que, apesar de se dar um tratamento às funções referidas em uma seção separada, para fins metodológicos, reconhece-se que o tópico e o foco atuam em conjunto para a organização discursiva da construção com *se...ser porque*.

6.2.2.1 Tópico

Um primeiro aspecto a ser discutido diz respeito à atribuição do estatuto de informação familiar (dada) ao tópico. Lembre-se de que, segundo Akatsuka (1986), o exame do tópico não deve prescindir da consideração da orientação discursiva; dessa forma, é possível perceber que nem sempre o tópico traz informação familiar. No exame dos dados, constata-se que a oração condicional exhibe informação familiar em 65,8% dos casos do *corpus* e em 68,4% das ocorrências do *corpus* de controle. A maior frequência desse tipo de estatuto já era de esperar, dada a posição anteposta da oração condicional em *se... ser porque*. Vale registrar que Ferreira (2007), ao examinar condicionais canônicas, atesta que a oração condicional anteposta traz informação conhecida, dada³⁰⁶.

³⁰⁶ A autora utiliza a tipologia de Chafe (1987) e identifica informação ativa e semiativa no segmento condicional anteposto.

Outra questão relevante refere-se ao fato de que um segmento com o estatuto de informação familiar pode retomar informação enunciada pelo locutor³⁰⁷ e/ou pelo interlocutor. Procura-se verificar em quais situações isso ocorre. Tais aspectos são observados por meio da análise da oração condicional, que é vista aqui como tópico, pelas razões expostas na seção “5.2.1”.

Para início de discussão, registre-se que, conforme demonstram os dados dos *corpora*, não é possível fazer uma divisão rígida entre informação familiar e informação não familiar, pois há casos em que essas categorias misturam-se no segmento condicional:

(441) *Veja — As bolsas brasileiras foram as que mais caíram no mundo. Essa foi uma medida da nossa vulnerabilidade?*

*Musa — Eu tenho parceiros no exterior que estão interessados em investir no Brasil, e eles manifestaram sua preocupação com a dimensão da queda das ações no país. Mas eu os convenci de que o crash mostrou um lado forte do Brasil. Em parte, a queda das bolsas brasileiras foi grande porque nossas ações têm muita liquidez. Ou seja, *se* foram vendidas mais ações aqui, sobretudo da Telebrás, Petrobrás, Telesp e Eletrobrás, que representam mais de 80% do mercado, **é porque** há muitos interessados em comprá-las. (...) (Corpus, Veja, 12/11/97)*

Em (441), o fato de que mais ações foram vendidas aqui retoma a informação de que “nossas ações têm muita liquidez”. No entanto, a ideia de intensificação (operada pelo “mais”) relacionada às ações não havia sido explicitada antes. Ademais, as informações que aparecem na sequência (*sobretudo da Telebrás, Petrobrás, Telesp e Eletrobrás, que representam mais de 80% do mercado*), atreladas ao segmento condicional, apresentam-se como novas no texto.

Registre-se que Oliveira (2008, p. 82) constatou, ainda, a possibilidade de a oração condicional não constituir o tópico propriamente dito, mas de trazer a unidade tópica, como se verifica nesta ocorrência de condicional com *desde que*:

(442) *Quando você quiser um empréstimo bancário, um cartão de crédito ou um emprego, em questão de segundos este computador fornecerá a qualquer estranho quase todos os detalhes da sua vida. Infelizmente para a maioria de nós, o computador não está em condições de discriminar entre fatos e mexericos, e, **desde que a informação seja fornecida, permanece lá para toda a vida***. (FAJ)

³⁰⁷ Adota-se a denominação de locutor, aqui, àquele que enuncia uma porção textual na qual está contida a construção com *se...ser porque*, a qual aparece, na maioria das vezes, na resposta da entrevista, como já se apontou.

Outro caso em que se vê informação não totalmente familiar no segmento condicional envolve uma negação do que é afirmado anteriormente ou uma afirmação do que é negado anteriormente. Veja-se este excerto:

(443) *Qual é o lema de sua vida?*

Tudo acaba bem. *Se não tá bem, é porque ainda não acabou.* (Corpus, Contigo, 02/10/2008)

A ideia de algo estar bem, mencionada em uma porção anterior do texto pelo próprio locutor, é retomada na oração condicional. No entanto, no segmento condicional, acrescenta-se uma negação que é operada sobre essa ideia, o que não havia aparecido no trecho precedente do texto. Tem-se, assim, um tópico contrastivo, que se passa a analisar agora, comparando-o com o tópico de retomada (com paráfrase ou resumo).

Para início de discussão, saliente-se que um mesmo tópico, em dependência do ponto de referência estabelecido no texto, pode ser visto como contrastivo ou não:

(444) *Como o PSD fará sem tempo de TV nem Fundo Partidário?*

Candidato bom consegue tempo de TV com coligação. *Se não tem tempo, é porque é inviável.* (Corpus, FSP, 26/04/2011)

Em (444), a tendência é de se interpretar “Se não tem tempo” como tópico contrastivo, visto que tal conteúdo apresenta uma negação de uma ideia explicitada no trecho imediatamente anterior do texto (*consegue tempo de TV*) pelo próprio locutor. Todavia, se for tomado como ponto de referência o conteúdo da pergunta da entrevista (exposto pelo interlocutor), na qual a ideia de tempo já aparece negada (por meio da expressão *sem tempo de TV*), o tópico (a oração condicional) apenas retoma uma informação, sem estabelecer contraste com algo. Aqui, toma-se como referência o trecho retomado mais próximo do segmento condicional, reconhecendo-se, assim, o caráter contrastivo do tópico.

Verificaram-se também casos em que o contraste, na oração condicional, é estabelecido, pelo locutor, em relação a um conteúdo explicitado anteriormente apenas pelo interlocutor:

(445) *Então, o sorriso largo é o seu termômetro?*

Se não estou sorrindo, é porque a coisa está feia, as pessoas saem de perto. (Corpus, Contigo, 05/03/2002)

Em (445), o locutor, ao considerar a não possibilidade de estar sorrindo, retoma a ideia de sorrir (a qual não vem negada), explicitada no enunciado do interlocutor.

Convém destacar que Ford (1994, 2000) já mostra que o contraste pode estar presente na relação causal. O autor explica que o contraste é produzido por apenas um falante ou entre falante e ouvinte, com a apresentação de uma dissimilaridade (como antonímia, negação, comparação) ou de uma discordância entre pontos de vista. O contraste, por vezes, vem antes de uma explicação, concebida como aquela que indica a razão de uma declaração enunciada. É o que ilustra Ford (2000, p. 292):

(446) Professora: *Pessoal, muitos de vocês estão com a vela. Vou acender a luz.*

Estudante: *Nós preferimos deixar a luz apagada. (contraste)*

Professora: *Vocês preferem deixar apagada? Eu prefiro deixar acesa. (contraste)*
*Eu consigo enxergar. (explicação)*³⁰⁸

A passagem referida em (446) traz uma situação em que uma professora mostra a preferência por acender a luz do laboratório e um estudante apresenta outro ponto de vista (*deixar a luz apagada*). Assim, a professora retoma as ideias contrastantes e introduz uma explicação para seu próprio ponto de vista: eu prefiro deixar acesa porque consigo enxergar. A sua explicação ameniza o impacto de uma perspectiva do locutor oposta à do interlocutor.

Entretanto, na análise aqui empreendida, nos segmentos condicionais com informação evocada, o contraste é relacionado a um conteúdo exposto apenas pelo interlocutor somente em 14,2% das ocorrências do *corpus* e em 0% dos casos do *corpus* de controle. O cotejo estabelecido entre o conteúdo da oração condicional com informação evocada e um conteúdo explicitado apenas pelo interlocutor acontece de forma mais frequente quando o segmento condicional traz uma paráfrase (em 43,2% e em 53,3% das ocorrências de paráfrase no *corpus* e no *corpus* de controle, respectivamente) ou um resumo (em 42,8% e em 66,6% dos casos de resumo no *corpus* e no *corpus* de controle, respectivamente). Julga-se que a caracterização feita por Souza (1996a) acerca da entrevista pode explicar esses resultados.

Souza (1996a, p. 76) mostra que, em uma entrevista, a coerência manifesta-se pela manutenção do tópico³⁰⁹, desenvolvido por duas pessoas. Desse modo, o que uma pessoa fala deve ter relação com o que se disse anteriormente. Consoante a autora, quanto mais natural

³⁰⁸ T: *People. I – I think most of you are done with the candles, I'm gonna put the lights on.*

K: *We prefer them off. (contrast)*

T: *You prefer them aw- I prefer them on, (contrast)*

I can see. (explanation)

³⁰⁹ Concebe-se, aqui, tópico, nos termos explicitados no capítulo “5”.

for a passagem de um tópico a outro, mais fluente e espontânea será a entrevista. Souza (1996a) acrescenta que ocorre, assim, a coesão a partir da manutenção do tópico: os falantes não apenas produzem enunciados, mas também respondem em determinado momento àquilo que o ouvinte disse ou fez no momento anterior, preparando o que ele vai dizer ou fazer no momento seguinte. Entende-se, assim, que a necessidade de manutenção de tópico (para a ancoragem do subsequente acréscimo de informações de caráter não familiar), na entrevista, explicaria a menor frequência de contraste entre o conteúdo do segmento condicional com informação evocada exposto pelo locutor e o conteúdo explicitado pelo interlocutor. O contraste tornaria a informação não totalmente evocada, sendo mais propícia para a manutenção do tópico, assim, a veiculação de paráfrase ou resumo³¹⁰. Vejam-se ocorrências que ilustrem estes dois últimos casos:

(447) *Veja — Os portugueses falam melhor do que os brasileiros?*

Fischer — Não. Nos últimos 500 anos, o português usado no Brasil desenvolveu-se de forma distinta do idioma falado em Portugal. Se os portugueses falam mais de acordo com a gramática é porque o português europeu sempre foi tido como o ideal. Isso não quer dizer que os brasileiros falem errado. (...) (Corpus, Veja, 05/04/00)

(448) *Os americanos dizem que este Mundial serve para que o conheçam. Mas você está desde 2001 na Espanha, será que não deu tempo?*

Se eles dizem isso, é porque não assistem ao Espanhol. (...) (Corpus, FSP, 07/09/2010)

Em (447), o aspecto questionado na pergunta é retomado pelo locutor, na oração condicional, em uma paráfrase: falar melhor passa a equivaler, no senso comum, a falar mais de acordo com a gramática. Em (448), apresenta-se a informação sublinhada na pergunta da entrevista de forma mais condensada no segmento condicional (com o emprego dos constituintes anafóricos *ele* e *isso*). Nos dois casos, o locutor mantém o assunto tratado na pergunta do interlocutor a fim de, em seguida, introduzir uma avaliação.

Nos demais casos de paráfrase e resumo, há situações em que o locutor retoma um conteúdo enunciado por ele mesmo, havendo ou não remissão também a um conteúdo exposto pelo interlocutor (o que também ocorre no caso do contraste, como já se exemplificou):

³¹⁰ É claro que, nos casos de paráfrase e resumo, nem sempre o segmento condicional exibe informação **totalmente** evocada. Entretanto, isso não é tão recorrente nos *corpora* analisados. Do total de orações condicionais com informação evocada sem contraste, apenas em 13,2% e em 9,8% das ocorrências a informação não é completamente evocada.

(449) O que o senhor acha das projeções de que veremos taxas de juro negativas durante um longo tempo na Europa e nos Estados Unidos?

*Já temos taxas de juro negativas reais, descontada a inflação. Mas uma política de taxas de juro nominais negativas, como alguns economistas andam cogitando, talvez não seja uma boa ideia. Não sei nem se funcionaria. Tecnicamente, é muito complexo. **Se** uma economia está numa situação em que começa a cogitar taxas de juro nominais negativas **é porque** deve ter grandes problemas estruturais que o banco central não consegue solucionar. (...) (Corpus de controle, Exame, 25/12/2013)*

(450) Existe uma crítica de que um dos problemas da política social é que ela não estimula as pessoas a buscar soluções por conta própria. Faz sentido?

*Nenhum. A evidência empírica mostra que não há o efeito de desincentivo. O que houve foi, para os empresários que contratavam pagando muito pouco, a necessidade de aumentar os salários, o que é bom. Isso pode inviabilizar algumas atividades em regiões muito pobres? Talvez. Mas, **se** isso ocorrer, **é porque** elas talvez não devessem mesmo existir. (...) (Corpus de controle, Exame, 01/12/2010)*

Em (449), a economia estar numa situação de possíveis taxas de juro nominais negativas, conteúdo expresso na oração condicional, retoma, por meio de paráfrase, o trecho explicitado anteriormente, enunciado pelo próprio locutor. Ao mesmo tempo, remete à pergunta do interlocutor, mas com acréscimo de algumas informações (como a atribuição de *nominais* à expressão *taxas de juro*). Em (450), o conteúdo do membro oracional condicional traz um resumo (por meio da expressão anafórica *isso*) que remete ao excerto sublinhado.

Vale chamar a atenção para o fato de que, nos segmentos condicionais com informação evocada, manifesta-se mais frequentemente a paráfrase do que o resumo. A paráfrase está presente em 59,6% dos casos no *corpus* e em 72,5% no *corpus* de controle; o resumo é identificado em 22,5% das ocorrências no *corpus* e em 9,6% no *corpus* de controle.^{311 312 313}

³¹¹ Em 3,2% dos casos de segmento condicional com informação evocada (no *corpus*), o conteúdo da oração condicional constitui uma repetição (sem modificação alguma) de um conteúdo exposto anteriormente. Interpreta-se que esse tipo de retomada é evitado pelo fato de a entrevista ser de caráter informativo: assim, mesmo nas situações em que há informação evocada, seria mais produtivo expor alguma informação que acrescente algo para o leitor.

³¹² Nas ocorrências do *corpus*, nos casos de resumo na oração condicional, é comum aparecerem estruturas do tipo “se faz isso”, “se diz isso” (em 50% dos casos). Tais estruturas parecem estar cristalizando-se para a indicação de resumo na oração condicional da estrutura com “se... ser porque”, favorecendo uma maior ocorrência de resumo. O uso das estruturas referidas seria justificado no *corpus* devido à recorrente solicitação, por parte do entrevistador, de comentários do entrevistado acerca de ações/comportamentos de personalidades (da política, do esporte, por exemplo). Já, no *corpus* de controle, estruturas do tipo “se diz isso”, que favoreceriam a manifestação de resumo, aparecem com menor frequência, em 33,3% dos casos, já que, nas entrevistas do *corpus* de controle, são mais tratados assuntos sobre a rotina do próprio entrevistado (e não de outrem).

³¹³ Nos demais casos de informação evocada, manifesta-se o contraste. Em geral, apresenta-se uma negação com o advérbio *não*, retomando-se o conteúdo que havia sido afirmado anteriormente.

A necessidade de reforço de ideia pode explicar o favorecimento da ocorrência de paráfrase em detrimento de resumo na oração condicional, como se vê neste trecho:

(451) *Muito se fala sobre uma crise sua com a seleção e a comissão pós-Copa. Como você encara ficar no banco e ouvir que não faz na seleção o que faz no Barça?*

*Toda vez que sou convocado é um motivo de alegria para mim. Se você está sendo convocado é **porque** está entre os melhores do seu país, é um sinal de que o trabalho está sendo recompensado.* (Corpus de controle, Placar, 05/2007)

Em (451), o conteúdo *ser convocado* é parafraseado e, assim, é colocado como relevante pelo locutor, para que fique bem evidenciado o seu mérito como jogador de futebol, já que o interlocutor indica uma crítica que geralmente é feita ao desempenho do locutor como jogador de futebol.

Ademais, a paráfrase é utilizada com o estabelecimento de diferentes tipos de relações com o seu segmento matriz (ou seja, segmento retomado), o que, de certa forma, potencializa a sua ocorrência, nas correlativas com *se... ser porque*.

É possível que a paráfrase acrescente novas ideias ou ideologias em relação ao seu enunciado matriz, embora esse acréscimo possa ser visto de forma sutil. É o que acontece em (447) e (449). Em (447), “falar melhor” é equiparado a “falar mais de acordo com a gramática”; embora essas ideias não sejam, necessariamente, equivalentes, o locutor usa uma ideologia do senso comum que permite o reconhecimento de uma semelhança entre elas: é o discurso conservador que entende falar melhor como falar mais de acordo com as normas da gramática. Em (449), retoma-se a associação entre uma economia e a cogitação de taxas de juros nominais negativas, acrescentando-se a noção de *começar* (presente no trecho “em que começa”).

Outra possibilidade de manifestação da paráfrase é a generalização de um trecho ou do conteúdo todo da matriz. Em (451), vê-se que, no enunciado matriz, o verbo “convocado” representa uma ação que recai sobre o “eu”, que coincide com o enunciador da expressão “Toda vez que sou convocado”. Na oração condicional é feita uma paráfrase dessa expressão com a inclusão do pronome “você” em vez do “eu”, trazendo uma noção genérica (em oposição à especificação por meio do “eu”). A generalização contribui para que o locutor valorize sua imagem diante de críticas feitas a ele: o locutor sugere que todos os jogadores de futebol convocados sempre são bons.

No trecho seguinte, por sua vez, a oração condicional faz uma paráfrase generalizando uma porção maior do enunciado retomado:

(452) *Você parece nunca ter se sentido tão segura quanto agora. É resultado da idade?*

*Acho que há muito tempo já me sinto confortável comigo mesma. Se existe algo de diferente, é **porque** talvez se reflita no meu trabalho quanto estou feliz na minha vida pessoal.* (Corpus, Veja, 10/03/10)

Em (452), “algo de diferente”, presente no segmento condicional, generaliza o processo de se sentir segura, sugerido pelo interlocutor na pergunta da entrevista. Com a generalização, o locutor não adere apenas à possibilidade de que se sente seguro; um leque de outras possibilidades é aberto, e fica sugerido, assim, que o locutor não adere, necessariamente, à visão do interlocutor.

A paráfrase é expressa, ainda, para a especificação do conteúdo retomado:

(453) *Você se incomoda com as críticas ao seu trabalho?*

*Se tem gente que gasta tanta folha de jornal e de revista para falar de mim, é **porque** devo ter alguma importância.* (...) (Corpus, Contigo, 18/07/2000)

Em (453), o interlocutor, na pergunta, faz referência às críticas ao trabalho do locutor. Este, então, parafraseia a ideia de crítica a partir do ato de gastar muitas folhas de jornal e de revista para falar dele. Trata-se de uma ação especificada (o falar por meio da mídia impressa). Na oração condicional com especificação, fica explicitado um juízo de valor do locutor: ao afirmar que se gasta *tanta folha*, ele deixa sugerido que não haveria necessidade de ser alvo da quantidade de críticas feitas a ele.

A paráfrase pode ser utilizada, também, para amenizar o impacto de uma crítica:

(454) *Veja: Por que o senhor insiste em investigações agora, se o problema não é propriamente novidade?*

Simon: (...) agora chegamos ao limite. Há uma sacola cheia de denúncias graves que precisam ser investigadas. O escândalo de hoje dura até chegar o de amanhã. (...) Saiu o escândalo, tem de investigar.

*Veja: Se não há investigação na quantidade e na profundidade desejável é **porque** há muita gente interessada em que as coisas permaneçam do jeito que estão, não é verdade?* (...) (Corpus, Veja, 01/11/00)

Em (454), o interlocutor, ao considerar que chegamos ao limite, que há muitas denúncias graves a serem investigadas, deixa explicitado que não se investiga bem. O locutor, então, a fim de retomar o conteúdo exposto pelo interlocutor, utiliza a expressão “investigação na quantidade e na profundidade desejável” na oração condicional. Tal expressão é mais neutra do que “sacola cheia de denúncias graves”, o que se justifica pela postura do locutor

(entrevistador) de ser imparcial, não aderindo, de forma, direta, ao ponto de vista do interlocutor. Em compensação, o conteúdo indicado pelo locutor no segmento com *é porque* traz uma apreciação que deixa sugerida uma aproximação da visão do locutor em relação ao ponto de vista do interlocutor. A expressão “não é verdade” é utilizada pelo locutor na expectativa de que o interlocutor faça uma crítica em relação às investigações.

Como se vê, o uso da paráfrase (em vez de resumo), na oração condicional, permite que o locutor se posicione mais diante das questões discutidas, trazendo uma visão mais particular, ou que reforce uma ideia que considere importante.

Até aqui, fez-se referência, especialmente, ao funcionamento da informação evocada na oração condicional, com a consideração, entre outros aspectos, de que ela pode remeter a uma porção textual enunciada pelo próprio locutor e/ou pelo interlocutor, por meio de resumo ou paráfrase. Mostrou-se também a possibilidade de a oração condicional explicitar contraste, embora, neste caso, a informação não seja totalmente evocada.

Registre-se que é possível fazer uma comparação entre a oração condicional com informação evocada e a oração condicional com informação nova, no que concerne à manifestação da ideia de contraste. Na condicional com informação evocada, o contraste aparece para relacionar apenas o conteúdo da oração condicional com o conteúdo da porção precedente do texto, como se vê em (443), em que se opõem “acaba bem” e “não tá bem”, e em (444), em que se contrapõem “consegue tempo de TV” e “não tem tempo”. Em ambos os casos, o contraste é introduzido pelo locutor para a indicação de ideias categóricas: sempre se acaba bem; candidato bom sempre consegue tempo na televisão. Outro possível uso do contraste na condicional com informação evocada é deste tipo:

(455) *BIZZ – O que vocês acham do termo heavy metal? Por que vocês preferem ser encaixados na categoria hard rock?*

*Vernon – (...) Muitas coisas diferentes são chamadas de heavy metal. A experiência musical não tem nada a ver com gêneros, eles dizem pouco a respeito de música. (...) Rótulos dizem respeito a roupas, discotecas, à turma com a qual você sai, não tem nada a ver com música. O máximo que podemos fazer é tocar e esperar que, depois de nos ouvirem, as pessoas parem para pensar e considerar certas coisas. Se elas não fizerem isso, **é porque** são preconceituosas. (...) (Corpus de controle, Bizz, 06/1989)*

Em (455), o contraste presente na oração condicional, em relação ao conteúdo precedente sublinhado, não é introduzido para que o locutor indique uma ideia que quer tornar categórica. No trecho ilustrado, o locutor faz uso do contraste a fim de que seja considerada uma nova possibilidade ou opção. Ao afirmar que espera que “as pessoas parem para pensar e

considerar certas coisas”, o locutor indica uma possibilidade, e, ao asseverar “se elas não fizerem isso”, o locutor aponta para outra possibilidade, contrária à anterior enunciada, criticando tal opção.

Nos casos explicitados de informação evocada na oração condicional, reitere-se que o contraste fica mais restringido à oração condicional (e o conteúdo precedente). Por outro lado, no caso do segmento condicional com informação nova, este apenas inicia uma ideia que passa a ser contrastada com outra exposta anteriormente, ou seja, o conteúdo da construção com *se... ser porque*, como um todo, e não apenas a oração condicional, é que é contraposto com outro conteúdo. Em (429), mostrou-se que a ideia de que o filho não se sai bem na escola leva à conclusão de que não foi programado para isso. Esse fato e essa conclusão são utilizados para se defender a visão da neurociência (em detrimento da ideia de que o ser humano tem controle sobre suas ações, que é apoiada pelo locutor).

A oração condicional com informação nova também pode introduzir uma exemplificação, o que se dá em 20% dos casos do *corpus*. Esse tipo de ocorrência contraria a afirmação de Ford & Thompson (1986) de que a oração condicional, como tópico de exemplificação, com a estrutura “Generalização. (Por exemplo) se X, então Y”, oferece informação familiar (dada) para o material linguístico subsequente. Vejam-se estes excertos ilustrativos:

(456) *Veja: Algum dia chegaremos ao fim do debate sobre o que tem mais efeito sobre nossa personalidade — os genes ou o ambiente?*

Watson: Não. Essa discussão vai sempre nos acompanhar. (...) Algumas pessoas querem até mesmo negar que existam diferenças inatas entre os indivíduos. Afirmam que, se alguém tem alguma deficiência, é porque foi vítima da pobreza, do capitalismo, da poluição. (...) (Corpus, Veja, 24/08/05)

(457) *Veja: Os seus pacientes e os seus colegas não estranham o seu linguajar duro?*

Randas: Às vezes eu sou mesmo meio agressivo, mas isso é normal. Se eu chamo alguém de macaco dentro da sala de cirurgia, é porque ele está fazendo alguma macaquice. (...) (Corpus, Veja, 17/12/97)

Em (456), todo o conteúdo da construção com *se...ser porque* funciona como exemplificação nova para uma ideia apresentada anteriormente, a de que não há diferenças inatas entre os indivíduos. Assim, um exemplo disso seria a existência da deficiência, que, segundo algumas pessoas, é decorrente não da natureza do ser humano, mas da pobreza, do capitalismo, da poluição.

Em (457), por sua vez, somente o conteúdo da oração condicional serve como exemplificação nova de uma ideia explicitada em uma porção textual precedente. A postura agressiva do locutor (enunciada em “às vezes eu sou meio agressivo”) é exemplificada com a seguinte situação: *se eu chamo alguém de macaco*.

A exemplificação é utilizada quando está em pauta uma questão polêmica levantada pelo interlocutor (o entrevistador). Verifica-se que, em (456), a pergunta “algum dia chegaremos ao fim do debate” deixa sugerida a natureza polêmica da questão tratada e, em (457), o questionamento sobre o “linguajar duro” do locutor e o reconhecimento sobre uma possível censura dessa postura por parte de colegas e pacientes levam a se pensar que o locutor tem uma atitude que gera polêmica. Dessa forma, a necessidade de se debater uma questão levaria a uma maior especificação de determinado assunto tratado, por meio da exemplificação, com informação nova.

Entretanto, não convém relacionar a exemplificação, necessariamente, com a informação nova. Reconhece-se que esse mecanismo pode ser manifestado também em segmentos com informação familiar. No *corpus*, identificou-se a oração condicional como tópico de exemplificação em 5,2% das ocorrências nas quais essa oração exibe informação inferível. Veja-se esta ocorrência:

(458) *Veja: O senhor causou muita controvérsia ao dizer que a burrice poderia ser tratada como uma doença. Pode explicar sua posição?*

Watson: (...) Algumas pessoas nascem com impedimentos. Há doenças relacionadas a agentes infecciosos, a traumas durante a gravidez, a genes ruins – pode haver diferentes causas para o mesmo efeito final. Qualquer que seja essa causa, se o seu cérebro não consegue trabalhar, digamos, com matemática, não é um cérebro normal. Se você não consegue juntar dois e dois para fazer quatro, é porque algo não está bem. (...) (Corpus, Veja, 24/08/05)

Em (458), a partir da explicitação da possibilidade de o cérebro não conseguir trabalhar com matemática, no excerto sublinhado, infere-se a possibilidade, com exemplificação, de alguém não conseguir juntar dois e dois para fazer quatro. No caso exposto, a pergunta da entrevista, da mesma forma, levanta uma questão polêmica, e o locutor utiliza uma exemplificação, entre outros aspectos, para fazer esclarecimentos quanto à sua visão de mundo.

Até aqui, mostrou-se que a oração condicional, na condição de tópico, apresenta variados recursos, como paráfrase, resumo, contraste e exemplificação. Além disso, apontou-se que, independentemente do tipo de recurso em questão, o segmento condicional pode

manifestar informação familiar ou não familiar. No entanto, reconheceu-se que não é possível estabelecer uma separação rígida entre esses dois tipos de estatuto informacional.

Acrescente-se que (e se lembre de que) o segmento condicional, nos casos de informação familiar, é utilizado, como aponta Dancygier (1993), conforme se indicou no capítulo “5”, nas ocasiões em que o conteúdo da oração condicional é assumido como familiar entre locutor e interlocutor e, ainda, nas situações em que o locutor abstém-se de apresentar um conteúdo como sendo sua crença. Isso é observado nas seguintes passagens do *corpus*:

(459) *MELHORES CANTORAS NACIONAIS*

63% - SANDY

O que este prêmio representa?

É muito bacana. Se o público me escolheu, é porque estou no caminho certo. (Corpus de controle, Capricho, 24/12/2006)

(460) *Você parece nunca ter se sentido tão segura quanto agora. É resultado da idade?*

Acho que há muito tempo já me sinto confortável comigo mesma. Se existe algo de diferente, é porque talvez se reflita no meu trabalho quanto estou feliz na minha vida pessoal. (Corpus, Veja, 10/03/10)

Em (459), a oração condicional veicula um fato (*o público me escolheu*) que é de conhecimento tanto do locutor quanto do interlocutor, pois diz respeito ao resultado de uma pesquisa o qual é divulgado na pergunta da entrevista. Em construções como essa, nas quais o conteúdo do segmento condicional traz uma informação assumida como sendo acessível ao locutor e ao interlocutor, não existe uma preocupação com a preservação de face quando se usa a oração condicional.

Em casos como o da ocorrência (460), por outro lado, o locutor retoma uma crença do interlocutor, situando-a em uma oração condicional, de natureza hipotética, a fim de amenizar o impacto de uma opinião contrária que o locutor apresenta em relação à crença de seu interlocutor. Em uma porção precedente do texto, o locutor posiciona-se de forma mais explícita, ao utilizar uma expressão de opinião (“acho que”), contrariando uma ideia exposta pelo locutor (a segurança deste não estaria sendo manifesta *agora*, mas já teria sido iniciada *há muito tempo*). Em seguida, usa a oração condicional, a qual exhibe uma crença do interlocutor, ficando sugerido que o locutor não descarta completamente a possibilidade levantada pelo interlocutor (mas, ao mesmo tempo, não adere à crença do interlocutor). Isso contribui para a preservação de face do locutor.

A preservação de face, por meio do uso de uma oração condicional de natureza hipotética, pode dar-se também nas situações em que o locutor não quer deixar explícito que reconhece determinado fato, a fim de preservar sua imagem diante do público leitor:

(461) *Como a senhora vê um empresário como Emílio Odebrecht falar que quer que o Lula volte com Eduardo Campos de vice?*

*Uai, ótimo para ele. Vivemos numa democracia. **Se** ele disse isso, **é porque** ele quer isso. (Corpus, FSP, 28/07/2013)*

Em (461), o locutor retoma o fato informado pelo interlocutor (o qual aparece no trecho sublinhado), mas, ao situá-lo em uma oração de natureza tipicamente hipotética, embora, em (461), seja conferida certa factuality à oração condicional, demonstra que o fato em questão (o de que *ele disse isso*) pode não ter ocorrido. Assim, embora o locutor dê sua opinião (*ele quer isso*) sobre o (possível) fato mencionado, a responsabilidade pela informação veiculada sobre Emílio Odebrecht é incumbida ao interlocutor, o qual apresenta o fato como sendo verdadeiro (sem conferir a ele uma natureza hipotética). Assim, essa postura do locutor evidencia que este, ao contrário do interlocutor, não pretende fazer uma crítica a Emílio Odebrecht.

Outro tipo de construção na qual existe a retomada de informação no segmento condicional é aquele em que o conteúdo veiculado pelo locutor nesse segmento não é, necessariamente, do conhecimento do interlocutor:

(462) *Veja: Em assuntos desse nível, por exemplo, o que é decidido por iniciativa sua e o que é vontade do Planalto?*

*Amorim: Executo a política externa determinada pelo Planalto. Mas eu lhe garanto que se não estivesse de acordo não a executaria. Já tive todos os cargos que poderia ter na carreira diplomática, não quero me perpetuar nela. E se executo e ajudo na formulação da política externa **é porque** tenho total afinidade com os objetivos traçados pelo presidente Lula. (Corpus, Veja, 28/01/04)*

Em (462), o interlocutor solicita uma informação que, a princípio, não é de seu conhecimento: o que é decidido por iniciativa do locutor e o que é vontade do Planalto. O locutor alega que executa *a política externa determinada pelo Planalto* e retoma essa informação na oração condicional, tomando tal ação como algo certo, consumado. O conteúdo retomado no segmento condicional tem caráter factual e cabe ao interlocutor aceitá-lo como verdadeiro.

Também se registra que o conteúdo retomado no segmento condicional pode trazer uma opinião particular do locutor, como se vê neste excerto:

(463) *Veja: Uma Palestina independente interessa aos países árabes vizinhos?*

Said: Para responder a essa pergunta é preciso distinguir entre os líderes e a população em geral. As lideranças árabes nada mais têm feito do que usar a questão palestina de maneira oportunista, como uma bandeira conveniente. No fundo, veem uma Palestina independente como uma ameaça à estabilidade de seus regimes. Se fazem isso, contudo, é porque a causa tem força. (...) (Corpus, *Veja*, 25/06/03)

Em (463), o locutor imprime um caráter factual ao conteúdo da oração condicional, retomando uma opinião pessoal feita por ele em um trecho imediatamente anterior: a de que há oportunismo por parte das lideranças árabes no uso da questão palestina. Nesse caso, o locutor não demonstra preocupação com preservação de face: retoma conteúdo com crítica direta às lideranças árabes, tornado tal conteúdo factual na oração condicional.

Os casos ilustrados de (459) a (463), com a manifestação da informação evocada no segmento condicional, demonstram as diferentes facetas que caracterizam a entrevista. Conforme apontam Fávero e Andrade (2006), na entrevista, a interação não se fixa somente em cumplicidade e solidariedade, mas também em certa disputa, na medida em que os interlocutores fazem parte do jogo de linguagem que se instaura por meio de um processo de negociações, trocas, concessões. Acrescenta a autora que, nas entrevistas, os participantes não apenas expressam suas ideias e opiniões, trocam informações, mas também constroem juntos o texto, buscando atuar um sobre o outro e sobre a audiência. Em (459), existe cumplicidade de ideias entre locutor e interlocutor; em (460) e (461), há uma espécie de negociação entre locutor e interlocutor, por meio da retomada pelo locutor de uma crença do interlocutor; em (462), o locutor transmite uma informação ao locutor; em (463), o locutor expressa sua opinião.

Por fim, lembre-se de que a oração condicional, como tópico, além de ser relacionada ao estatuto informacional, pode ser concebida como aquilo que é ‘sobre’ entidades (DIK, 1989, p. 313). Assim, na estrutura com *se... ser porque*, a oração condicional introduz um assunto, com a indicação de uma ação, um processo ou um estado, e o segmento com *ser porque* aponta uma causa dessa ação e desse estado/processo e/ou uma conclusão obtida a partir deles. Em (463), o assunto em pauta é certa ação das lideranças árabes (e a causa e a conclusão disso são a causa ter força); em (456), o assunto em questão é a possibilidade de alguém ter alguma doença, de se encontrar nesse estado, e a causa e a conclusão disso é alguém ter sido vítima de pobreza, capitalismo e poluição. Na oração condicional, pode ser

apontado, ainda, um processo, como se vê em (450). Nessa ocorrência, o assunto é a possibilidade de isso ocorrer, e a causa e a conclusão disso é que talvez isso não devesse existir.

Nos *corpora*, chama a atenção o fato de, no tratamento do assunto, algumas estruturas aparecerem no segmento condicional com uma porcentagem, de certa forma, significativa de ocorrências com *se...ser porque*.

No *corpus*, destacam-se casos (8,1%) em que a oração condicional tem em sua estrutura o verbo *dizer/falar*; são casos ilustrativos as construções citadas em (423), (438), (448) e (461). No *corpus*, destacam-se, ainda, casos (11,3%) nos quais o segmento condicional possui em sua estrutura uma ideia associada a relacionamentos pessoais, manifestada em expressões do tipo “estar com”, “namorar”; são exemplos desse tipo de ocorrência as seguintes construções:

(464) *Esse é seu lado romântico?*

Não sei se sou romântica. Se estou namorando, é porque quero. Gosto de me jogar nas coisas. (Corpus, Contigo, 11/11/2004)

(465) *Já se arrependeu de alguma coisa?*

Arrependo-me das coisas que não faço. (...) Também sou assim nos meus relacionamentos. Nunca namorei só por namorar. Se estou com alguém, é porque estou gostando. (Corpus, Contigo, 24/06/2004)

No que concerne às condicionais com o verbo *dizer/falar*, verifica-se que elas aparecem mais (em 70% dos casos) em entrevistas de caráter mais formal, do jornal *Folha de S. Paulo* (em 40% das ocorrências) e da Revista *Veja* (em 30% das ocorrências). No restante dos casos, em 30% das condicionais com o verbo *dizer/falar*, a entrevista é de natureza mais informal: na Revista *Caras* (10% das ocorrências) e na Revista *Contigo* (20% das ocorrências). A maior frequência das estruturas em questão no jornal *Folha de S. Paulo* e na Revista *Veja* deve-se ao fato de que, nessas fontes, é típico o tratamento de questões políticas, econômicas e sociais; o entrevistado, ao ser incumbido pelo entrevistador de analisar fatos do dia a dia referentes a essas questões, retoma ou introduz afirmações feitas a respeito desses fatos.

Por outro lado, no que tange às condicionais com termos do tipo “estar com” / “namorar (com)”, constata-se que elas estão presentes com mais frequência em entrevistas de característica mais informal, presentes na Revista *Caras* (em 35,7% das ocorrências) e na Revista *Contigo* (em 57,1% das ocorrências). Em apenas 7,1% dos casos a estrutura referida

encontra-se em entrevistas de natureza mais formal, na Revista *Veja*. Isso se explica pelo fato de que, nas entrevistas mais informais, existe o tratamento de questões concernentes à vida pessoal do entrevistado (como relacionamentos pessoais). Além disso, a própria regência, que pode aparecer na forma popular “namorar com”, justifica tais resultados.

No *corpus* de controle, por sua vez, não foram identificadas estruturas em que a oração condicional exibe o verbo *dizer/falar*, o que pode ser justificado pelo fato de que, no *corpus* mencionado, poucas ocorrências (28,4% do total) pertencem a entrevistas de caráter mais formal: 11,5% na Revista *Você S/A*; 7,3% na Revista *Exame*; 9,4% no jornal *Folha de S. Paulo*. Por outro lado, quebra a expectativa o fato de serem identificadas, no *corpus* de controle, apenas 3,1% de ocorrências de oração condicional com expressões do tipo “estar com”, “namorar”, pois a maioria das ocorrências é encontrada em entrevistas mais informais. Entende-se que isso pode estar relacionado aos tipos de fontes do *corpus* de controle. Neste, apenas duas revistas, *Cláudia* e *Capricho*, as quais exibem poucas ocorrências com *se...ser porque*, 11,5% e 15,7% do total (do *corpus* de controle referido), respectivamente, têm como característica própria o tratamento de relacionamentos pessoais.

No *corpus* de controle, mais especificamente, observa-se também que o verbo *acontece/ocorre* repete-se na oração condicional; tal verbo é observado em 5,3% das ocorrências (no *corpus*, não houve uma porcentagem significativa; há 1,6% dos casos). Uma ocorrência ilustrativa é a citada em (450): *Mas, se isso ocorrer, é porque elas talvez não deveriam mesmo existir*. No *corpus* de controle, o verbo referido aparece com estas frequências: 1% na Revista *Capricho*; 2,1% na Revista *Cláudia*; 1% na Revista *Placar*; 1% na Revista *Exame*. Desse modo, verifica-se que o verbo em questão é utilizado em situações mais informais de interação (presentes no registro das três primeiras fontes aqui citadas).

Identifica-se, ainda, uma porcentagem relativamente significativa de ocorrências em que é encontrado o verbo *fazer* na oração condicional: em 6,5% das ocorrências no *corpus* e em 4,2% dos casos no *corpus* de controle. Esse tipo de estrutura é ilustrado pelas ocorrências (424), (433) e (463). No *corpus*, as porcentagens são assim distribuídas: 2,4% no Jornal *Folha de S. Paulo*; 2,4% na Revista *Veja*; 0,8% na Revista *Caras*, 0,8% na Revista *Contigo*. No *corpus* de controle, constata-se estas porcentagens: 2,1% na Revista *Placar*; 1% na Revista *Cláudia*; 1% na Revista *Bizz*. Assim, vê-se que, no *corpus*, a estrutura em questão aparece mais em situações formais, ao passo que, no *corpus* de controle, em situações informais. Isso demonstra que a utilização do verbo *fazer* na oração condicional não privilegia um tipo de registro da língua em específico, o que pode ser explicado pelo fato de tal verbo possuir um sentido genérico, aplicável a todos os tipos de ações.

O exame de *se... ser porque* demonstra que, em tal construção, a oração condicional indica as funções de retomada (em paráfrase ou resumo), contraste ou exemplificação, que já aparecem nas orações condicionais das construções canônicas.

Além disso, verifica-se que uma análise em que se pretenda caracterizar a oração condicional como tópico deve prescindir de generalizações. Assim, vê-se que o tópico nem sempre veicula informação familiar: o tópico de exemplificação e o de contraste, por exemplo, expõem tanto informação familiar quanto não familiar. Ademais, demonstra a heterogeneidade da natureza do tópico o fato de este: remeter tanto a um conteúdo emitido pelo próprio locutor quanto pelo interlocutor (podendo, neste último caso, estar envolvida a questão da preservação de face); trazer resumo ou paráfrase (com efeitos de sentido particulares). Por fim, constata-se que o assunto tratado no tópico, seja este de estatuto informacional familiar ou não familiar, manifesta-se, geralmente, em dependência do tipo de registro da língua em pauta (formal ou informal) e, também, do tipo de material (fonte) em exame.

6.2.2.2 Foco

Nesta seção, objetiva-se identificar os tipos de foco presentes em *se...ser porque*. Lembre-se de que, com base nas considerações de Dik (1989) e de Pezatti (2013), é possível afirmar que o verbo *ser* na oração iniciada por *porque* pode focalizar informação não familiar, solicitada ou não pelo interlocutor, ou contraste (com substituição de ideias, por exemplo). Aqui, a partir da análise de *se...ser porque*, acrescenta-se que também há casos de focalização de informação familiar; assim, procura-se verificar as intenções comunicativas presentes também nessas situações. Registre-se que Decat (2010, p. 119), ao estudar as estruturas desgarradas, vendo-as como elementos focalizadores, identifica diferentes finalidades comunicativas do foco, com “funções textual-discursivas” como avaliação, retomada, especificação. Aqui, com o verbo *ser* como item focalizador, mostra-se também que diversificadas intenções comunicativas permeiam o seu uso. Ademais, observa-se se há alguma porção textual que é cotejada com o foco além do conteúdo explicitado na primeira oração da correlação. O foco aparece em contraste apenas com a primeira oração da correlação ou, ainda, remete a uma porção textual mais extensa, que abrange o par “pergunta-resposta” da entrevista?

Em um primeiro momento, convém lembrar que a correlação com *se... ser porque* possui a estrutura “tópico-foco”, com a introdução de um assunto no primeiro segmento e o desenvolvimento, a análise desse assunto no segundo segmento. Essa estrutura coincide com o par “tema-rema”. O foco vem marcado por elemento linguístico, o verbo *ser*, o qual incide sobre todo o conteúdo que vem à sua direita (na oração de causa/conclusão). Assim, na correlação referida, há o contraste entre fundo (informação menos saliente) e figura (informação mais saliente), sendo fundo a oração condicional e figura o segundo segmento da correlação. Na correlação com *se... ser porque*, é esperado que o foco recaia sobre o conteúdo da segunda oração, porque traz a análise de um assunto, revelando o posicionamento do locutor diante das questões discutidas. Além disso, o assunto (exposto na primeira oração da correlação), por vezes, pode estar implícito no contexto, ao contrário da análise, que vai veicular, no segmento de causa/de conclusão, muitas vezes, informação não familiar.

Assim, um primeiro aspecto a ser mencionado é que prevalece no segmento focalizado (ou seja, a oração iniciada por *porque*) a informação não familiar. Este estatuto aparece em 69,1% das ocorrências do *corpus* e em 68,4% dos casos do *corpus* de controle. Tais dados são compatíveis com os resultados obtidos por Paiva (1991, 2001), a qual, como se apontou no capítulo “5”, indica a predominância de informação não familiar na oração causal, quando posposta, visto o princípio de ordenação linear. Dessa forma, entende-se que a focalização da segunda oração em *se...ser porque* não é fator determinante para a manifestação da informação não familiar nessa oração, pois, nos dados de Paiva (1991, 2001), as causais, sem focalização, trazem predominantemente informação não familiar. Assim, não se pode dizer que a focalização serve, simplesmente, para salientar informação não familiar, embora isso ocorra com frequência. Visto isso, pretende-se investigar aqui as possíveis motivações para a focalização da segunda oração em *se...ser porque*, levando-se em conta, sobretudo, a relação existente entre essa oração e a porção textual da entrevista em que se encontra (nos casos de informação não familiar e, também, nos de familiar).

Nas construções de oração focalizada com informação não familiar, foi encontrada uma situação em que o conteúdo responde diretamente à pergunta da entrevista, em 20% dos casos no *corpus* e em 9,2% das ocorrências no *corpus* de controle. Entende-se que a condição remática (posposta) do segmento com *ser porque*, típica para comentários acerca do tema, e a maior proximidade da construção correlativa com a pergunta favoreceriam a enunciação de uma resposta direta à pergunta no segmento focalizado. Nessas manifestações, em que a informação da oração focalizada completa a informação da pergunta, foi identificado que há de 0 a 2 orações, no máximo, entre a pergunta e a construção com *se...ser porque* (quantidade

que indica alta proximidade entre esses elementos) em 70,5% das ocorrências do *corpus* e em 50% dos casos do *corpus* de controle. Acrescente-se que a porcentagem relativamente significativa de segmentos focalizados com informação que completa uma pergunta enunciada no *corpus* (20%, como se apontou) dá-se pelo fato de que duas fontes (Revista *Veja* e Jornal *Folha de S. Paulo*), as quais representam mais da metade das ocorrências do *corpus*, caracterizam-se por exigir, entre outros aspectos, um posicionamento do locutor (o entrevistado) a respeito de questões analisadas pelo interlocutor (o entrevistador) de modo crítico, com a tentativa, assim, daquele, por vezes, de convencer seu interlocutor. Registre-se que o Jornal *Folha de S. Paulo* e a Revista *Veja* reúnem, juntos, 68,4% das ocorrências em que o locutor traz no segmento focalizado da correlação uma resposta direta à pergunta da entrevista.

Nos casos em que a informação não familiar focalizada está diretamente relacionada à pergunta da entrevista, as seguintes situações são identificadas:

(466) *O chefe da Rio-2016, Carlos Arthur Nuzman, está desde 1995 à frente do Comitê Olímpico Brasileiro, e outros dirigentes acumulam anos em seus cargos. Qual a sua opinião quanto aos mandatos contínuos?*

Posso ter a minha opinião pessoal, que eu não vou dar. Vou dar a da minha atual posição funcional. Se eles estão exercendo a atividade é porque eles tão amparados em alguma legislação. Se tem que mudar, tem que mudar a regulamentação disso. (Corpus, FSP, 12/01/2014)

Em (466), é feito um pedido de opinião ao locutor sobre os mandatos contínuos. O locutor, na oração focalizada, avalia que eles são acarretados pelo amparo em alguma legislação. A focalização, então, faz que o locutor direcione o interlocutor para o trecho de sua resposta em que ele responde exatamente ao que foi solicitado pelo interlocutor, ou seja, em que traz o conteúdo que é de maior interesse para o interlocutor.

(467) *E agora no Botafogo? Você teme não receber em dia?*

Não. Se vou jogar no Botafogo é porque conversamos e acertamos tudo. No meu contrato tem uma cláusula dizendo que se o clube atrasar salário terá que pagar multa. Isso é uma garantia e estou tranquilo para jogar. (Corpus de controle, Placar, 09/2001)

Em (467), na pergunta da entrevista, é solicitada ao locutor uma informação (por meio da expressão “Você teme não receber em dia?”). O locutor responde que “não” e, na oração focalizada, indica a causa de não temer (“é porque conversamos e acertamos tudo”). Na oração focalizada, vem explicitada uma resposta (*conversamos e acertamos tudo*) que deixa

implícita também a negação do locutor em relação à pergunta feita pelo interlocutor. Assim, nesse caso, a focalização é usada pelo locutor para trazer uma negação, na tentativa de afastar qualquer tipo de crítica que o interlocutor possa fazer sobre o Botafogo.

(468) *Folha* - *Você sempre disse que joga para se divertir. E ganha quase R\$ 30 milhões por ano. Você não acha que recebe demais? Em um país em que tanta gente ganha tão pouco...*

Neymar - *Pelo que estou trabalhando... eu trabalho até demais. Se você falou que tem algumas pessoas que trabalham mais do que eu é porque você não sabe da minha vida [risos]. Mas eu acho que não tem essa de... Eu não trabalho para... Eu jogo futebol porque eu amo jogar futebol. E o futebol, graças a Deus, me dá condições financeiras maravilhosas. Acho que não tem de ficar de olho no dos outros. Cada um tem o seu porque merece, porque trabalhou para conquistar aquilo. (Corpus, FSP, 13/04/2012)*

Em (468), por outro lado, na pergunta da entrevista, faz-se uma avaliação negativa do locutor (ter um salário alto em um país no qual muitas pessoas ganham pouco), ficando explicitada, assim, uma crítica a ele, e é requerida uma opinião do locutor sobre essa avaliação feita. O locutor demonstra discordância em relação ao conteúdo exposto pelo interlocutor, o que é evidenciado também no trecho que fica “fora” do segmento focalizado, situando antes (*eu trabalho até demais*) e depois dele (*cada um tem o seu porque ... trabalhou para conquistar aquilo*). Assim, entende-se que o conteúdo da oração focalizada, além de salientar uma discordância do locutor em relação ao que é exposto pelo interlocutor, destaca uma avaliação provocativa e, portanto, mais impactante, que os demais excertos da resposta da entrevista. O locutor, ao ser criticado pelo interlocutor, faz uma focalização em um trecho que daria mais credibilidade à sua resposta (*você não sabe da minha vida*). Ao afirmar que trabalha bastante e que merece, o locutor fica no senso comum daqueles que, quando censurados por ganharem muito, alegam que têm o mérito. Entretanto, ao posicionar o foco para um conteúdo em que critica o interlocutor, considerando que este não sabe nada da sua vida, o locutor, além de sair do senso comum, faz que o leitor centre sua atenção mais na impertinência da pergunta do interlocutor do que na crítica feita ao locutor.

Dessa forma, nos casos em que a informação não familiar focalizada é associada à pergunta da entrevista, o locutor pode restringir-se a responder a uma pergunta do interlocutor, trazendo seu ponto de vista. Em (466), observa-se a avaliação no elemento focalizado, o que já fica claro pelo fato de que o próprio locutor anuncia que indicará uma opinião, em um excerto anterior do texto: *vou dar a [opinião] da minha atual posição funcional*. É possível, ainda, que o locutor deseje manifestar uma negação (com apresentação

de uma informação) ou uma discordância em relação a uma avaliação feita pelo interlocutor. É o que acontece, respectivamente, em (467) e (468), como se viu.

Até aqui, viu-se que o conteúdo do segmento focalizado pode estar diretamente associado ao conteúdo da pergunta da entrevista. Nos demais casos, há situações em que o material linguístico da oração focalizada com informação não familiar refere-se indiretamente à pergunta da entrevista ou não se refere à pergunta. Comentam-se esses casos:

(469) *Os ministros que cuidam da articulação são hábeis?*

Quem cuida da articulação política? Preciso saber primeiro, é bom me informar. Não sei quem está fazendo articulação. Se alguém não está fazendo, é porque a presidente não delegou. É uma variação daquele filme: 'Atenção, senhores passageiros, o articulador político sumiu'. (Corpus, FSP, 16/03/2014)

Em (469), é feita uma pergunta ao locutor sobre a habilidade dos ministros. Ele “foge” dessa questão, atitude não rara em entrevistas, pois, como se indicou no capítulo “1”, a entrevista não fica completamente à mercê do poder do entrevistador; o entrevistado utiliza estratégias para evitar responder diretamente às perguntas daquele (HOFFNAGEL, 2007). Para isso, em (469), o locutor situa na oração focalizada uma avaliação não sobre os ministros, mas acerca da presidente, sugerindo que a ação dos ministros depende da ação da presidente, focando a responsabilidade, portanto, nela e preservando a imagem dos ministros. Assim, o locutor muda o direcionamento do conteúdo da pergunta da entrevista no segmento focalizado.

(470) *Veja: Em assuntos desse nível, por exemplo, o que é decidido por iniciativa sua e o que é vontade do Planalto?*

Amorim: Executo a política externa determinada pelo Planalto. Mas eu lhe garanto que se não estivesse de acordo não a executaria. Já tive todos os cargos que poderia ter na carreira diplomática, não quero me perpetuar nela. E se executo e ajudo na formulação da política externa é porque tenho total afinidade com os objetivos traçados pelo presidente Lula. (Corpus, Veja, 28/01/04)

Em (470), na pergunta da entrevista, solicita-se ao locutor para selecionar (dentre duas opções) de que modo ele age na condução política. Em um primeiro momento, o locutor seleciona uma das opções, *vontade do Planalto*, respondendo diretamente à pergunta feita, o que fica explicitado nesta passagem: *executo a política externa determinada pelo Planalto*. Mesmo assim, em um segundo momento, ao focalizar a ideia de que tem total afinidade com os objetivos traçados pelo presidente Lula, o locutor, de certa forma, desfaz a dicotomia

operada na pergunta, o que coloca em questão a própria pertinência da pergunta formulada pelo interlocutor (o entrevistador).

(471) *Veja: O senhor está dizendo que não existem terroristas na Palestina?*

Said: Estou dizendo que sou contra todos os tipos de terrorismo, e não somente contra aqueles de que os americanos não gostam. Para conversar a sério, temos de reconhecer que Ariel Sharon é um terrorista que mata mais gente do que qualquer garoto de 18 anos que se explode com uma bomba. Estou dizendo, também, que não podemos confundir causas e consequências. Se os jovens palestinos acabam nas garras de ideologias políticas e religiosas que professam a violência, é porque antes disso se afundaram no niilismo e no desespero, porque tiveram de atirar pedras contra tanques. Eu odeio os atentados suicidas. Eles são contra a vida, e é disso, de vida, que os rapazes que as usam precisam na verdade. (Corpus, Veja, 25/06/03)

Em (471), ao ser questionado em relação a um posicionamento seu (...*não existem terroristas na Palestina?*), primeiramente, o locutor responde diretamente à pergunta feita (...*sou contra todos os tipos de terrorismo...*). Em seguida, o locutor, com o intuito de prestar um maior esclarecimento quanto ao seu posicionamento adotado, o qual é polêmico, focaliza a avaliação de que os terroristas palestinos *se afundaram no niilismo e no desespero*. O locutor focaliza essa causa para que as consequências do terrorismo na Palestina fiquem em segundo plano. Essa intenção de comparar a causa com a consequência já é evidenciada em um trecho anterior do texto (*não podemos confundir as causas com as consequências*). Dessa forma, o locutor procura retirar o estereótipo atribuído aos terroristas palestinos, vendo-os mais como vítimas do que terroristas, focalizando as causas.

Assim, com demonstram as ocorrências de (469) a (471), o locutor utiliza a oração focalizada com informação não familiar também a fim de: mudar o direcionamento da pergunta da entrevista; colocar em questão a pertinência da pergunta da entrevista; prestar esclarecimentos quanto ao seu posicionamento.

Acrescente-se que a ocorrência (472) ilustra o segmento focalizado com informação não familiar que não traz assunto relacionado à pergunta da entrevista. Trata-se de um assunto que não é requerido pelo entrevistador, mas que o entrevistado julga importante informar:

(472) *Você saiu de casa aos 15 anos, como vai reagir se os seus filhos fizerem o mesmo?*

Se Joaquim quiser ir para a Europa com 15 anos, eu deixo. Para mim, não precisa necessariamente fazer faculdade, a cultura dá uma grande formação. Meus filhos são os maiores leitores da escola. Se fazem isso, é porque têm o hábito em casa. As mães vêm perguntar como eu consigo. Ora, é tão simples: eu leio. Eles seguem o exemplo. (Corpus, Caras, 19/05/2006)

Em (472), após responder que aceitaria que os filhos saíssem de casa aos 15 anos, justifica o seu posicionamento, fazendo referência à cultura. A partir disso, focaliza a ideia de os filhos terem hábito de leitura em casa (para indicar a causa de eles serem grandes leitores). A entrevistada afirma que as mães perguntam como ela consegue tornar os filhos bons leitores, o que sugere ser isso uma tarefa não tão simples. Assim, a entrevistada decide focalizar uma informação (*têm o hábito em casa*) que possa ser novidade para as pessoas em geral, assim como para as mães referidas.

No que diz respeito às construções de oração focalizada com informação familiar, foram encontradas situações em que o conteúdo responde diretamente à pergunta da entrevista. Isso acontece em 11% das ocorrências no *corpus* e em 10% dos casos no *corpus* de controle. Como se vê, tais porcentagens não divergem de forma significativa daquelas registradas em relação ao segmento focalizado com informação não familiar. No entanto, nos casos de informação familiar, surgem outras necessidades comunicativas, que passam a ser explicitadas aqui. Inicie-se a discussão com este excerto:

(473) *Que conclusões tirou disso tudo?*

Que eu era tolerante demais. Agora não admito mais que me maltratem, me façam chorar. Sempre falo: “Fiz uma viagem ao inferno e voltei”. Passei a me respeitar mais. Se cheguei a esse grau de depressão, é porque devia estar aguentando e tolerando muitas coisas. (Corpus, Contigo, 03/04/2001)

Em (473), no segmento focalizado, o locutor indica uma avaliação solicitada pelo interlocutor na pergunta da entrevista: mostra que, talvez, estaria tolerando muitas coisas. A ideia de tolerância já havia sido explicitada no início da resposta do locutor, mas de forma categórica, sem a expressão da hipótese. Na oração focalizada, assim, o modalizador “devia”, o qual indica hipótese, confere ao conteúdo focalizado a característica de informação não totalmente evocada, ao desfazer, de certa forma, a natureza categórica da afirmação “eu era tolerante demais”, trazendo uma espécie de reformulação dessa declaração.

(474) *O problema da corrupção é cultural no Brasil?*

Corrupção existe em qualquer país. E ela tem causas objetivas. São as vulnerabilidades no arcabouço legal e no processo administrativo que permitem as falcaturas. Se a corrupção persiste, é porque não se está fazendo nada para anular as causas. (Corpus de controle, Exame, 24/02/2010)

Em (474), o conteúdo da oração focalizada retoma a avaliação feita no trecho sublinhado, respondendo à pergunta feita na entrevista. Nesse caso, o locutor, ao considerar

que *não se está fazendo nada para anular as causas* da corrupção, dá a entender que a corrupção não é cultural, mas depende apenas de tomada de providências. A não aceitação da ideia de que a corrupção no Brasil é cultural já vem explicitada no trecho *corrupção existe em qualquer país*, no início da resposta do locutor na entrevista. Dessa forma, em (560), o segmento focalizado exibe um novo ponto de vista para a questão posta em discussão. O locutor não adere à visão de que a corrupção no Brasil é cultural (o que já é um senso comum) e introduz a ideia de que ela é decorrente da inércia, reforçando essa ideia por meio da retomada de informação.

Outra observação feita nos *corpora* examinados é que a oração focalizada com informação familiar, independentemente de fazer referência à pergunta da entrevista ou não, pode servir para apresentar uma confirmação:

(475) *Veja: Um relatório de um especialista contratado pela UCI inocentou Armstrong.*

Dick Pound: É claro que o relatório foi tendencioso. E não o inocentou de verdade. Disse apenas que havia a possibilidade de manipulação errada no laboratório francês. Mas se trata de um dos melhores laboratórios do mundo. Eles são muito cuidadosos. Se disseram que havia EPO nessas amostras, é porque havia mesmo. (Corpus, Veja, 20/09/06)

Em (475), trata-se do resultado de uma pesquisa que gera controvérsias. Registre-se que o advérbio *mesmo* indica uma avaliação pessoal do locutor. Assim, o locutor, a fim de demonstrar a credibilidade do laboratório em questão, apresenta uma confirmação no segmento focalizado, reforçada pelo advérbio *mesmo*, a qual é inferida a partir do conteúdo da oração condicional. A partir da ideia de que disseram que havia EPO nessas amostras, infere-se que havia mesmo.

A confirmação pode vir reforçada pelo advérbio *mesmo*, como se mostrou, e, ainda, pelo advérbio *realmente*. Outro tipo de recurso usado para a explicitação de uma confirmação é a reiteração de verbos do tipo *gosto*, *quero*:

(476) *Você escolheu uma mulher que não combina com os padrões de beleza instituídos pela televisão.*

Ela é um conjunto. Só entro num relacionamento quando tenho certeza do que quero. Se estou com alguém, é porque quero, amo a pessoa e a convivência com ela me faz bem. Se não, prefiro ficar sozinho. Estar solteiro também é uma delícia. Estou casado porque sou feliz com Marília. A partir do momento em que achei alguém para dividir tudo, não quero saber se pai, mãe ou alguém aprovou. A escolha é minha. Tem muita gente que quer achar os motivos pelos quais estamos juntos. É simples: a gente se gosta e tem muita afinidade. (Corpus, Contigo, 16/06/2005)

Em (476), evidencia-se a intenção do locutor de apontar uma confirmação, no segmento focalizado com informação evocada, pelo fato de que o verbo *quero*, presente nessa oração, já vem explicitado em uma porção anterior do texto, com a expressão da mesma ideia: o locutor relaciona-se com alguém porque quer (*só entro num relacionamento quando tenho certeza do que quero*). Na passagem do texto situada após o segmento focalizado, o locutor volta a apresentar a ideia de gostar de alguém (*a gente se gosta*), o que também demonstra a preocupação do locutor em fazer uma confirmação de que gosta de sua esposa, pelo fato de ter sido amplamente questionado na mídia o fato de ele ter se casado com uma pessoa mais velha, considerada “fora dos padrões de beleza”.

Outro tipo de manifestação de segmento focalizado com informação evocada é este:

(477) *E o PSDB, falará de quê?*

*Nosso maior tema será lembrar aos brasileiros que somos a matriz de todos os avanços sociais e econômicos do Brasil contemporâneo. Nós temos legitimidade para dizer que somos parte integrante do que aconteceu de bom no Brasil até agora. Se hoje o país está numa situação melhor, **foi porque** nós tivemos uma participação decisiva nesse processo. Houve a alternância do poder, que é natural e saudável, mas está na hora de o PSDB voltar ao poder. Está na hora de o país ter um governo capaz de fazer a máquina pública federal funcionar sem aparelhamento. É preciso implantar a meritocracia na administração federal, e o PT simplesmente não quer, não sabe e não pode fazê-lo. Às promessas falsas, ao messianismo, aos insultos pessoais, aos ataques de palanque, vamos contrapor nossos resultados nos estados e a receita de como obtê-los também no nível federal.* (Corpus, Veja, 07/04/10)

Em (477), no segmento focalizado com informação evocada, o locutor salienta um ponto positivo a respeito de si mesmo (e de seus colegas partidários) para o interlocutor. Esse aspecto positivo é mencionado em um trecho imediatamente anterior, em que o locutor afirma ter tido o PSDB (seu partido) um importante papel no desenvolvimento do país.

Desse modo, viu-se que, nos casos de segmento focalizado da correlação com informação familiar, o locutor: apresenta uma espécie de uma reformulação de afirmação feita anteriormente; reitera um novo ponto de vista a respeito de uma questão em discussão; indica uma confirmação; ressalta um ponto positivo, com valorização de ações (dos indivíduos). Essas seriam as particularidades da oração focalizada com informação familiar em relação àquela com informação não familiar.

Nesses casos, o reforço do conteúdo da oração com *porque* é feito por dois mecanismos: a focalização e a retomada de conteúdo em posição final. Afirma Schleppegrell (1992) que o *because* pode introduzir repetição de uma declaração, e em posição final na

porção textual, posição que propicia alta valorização da informação. É possível dizer que algo semelhante ocorre com o *porque* quando este inicia informação familiar em “se... ser porque”.

Ressalte-se que, nas porções textuais em que se encontram o segmento focalizado da correlação com informação não familiar, também pode ocorrer a reiteração de um novo ponto de vista:

(478) *Dizem que o BC erra porque não existem mais pressões inflacionárias e os juros poderiam estar mais baixos. Prefiro ver a situação de outra maneira. Se a inflação está baixa, **é porque ele acertou**. Nesse ramo não existem certezas absolutas, mas uma tem se mostrado infalível: quando certos críticos dizem que o Banco Central errou, é sinal de que ele acertou na mosca.* (Corpus, Veja, 09/05/07)

Entretanto, nesse caso, como se vê em (478), o conteúdo reiterado aparece em um trecho subsequente à oração com *ser porque*, próximo a ela. A repetição do conteúdo exposto na oração focalizada, com a apresentação de uma avaliação que se opõe a outra antes enunciada, demonstra que o locutor pretende fazer prevalecer a sua visão particular.

Outra questão a ser exposta é que, na oração focalizada, tanto com informação não familiar quanto com informação familiar, pode estar envolvido o contraste. Este está presente em 9,4% das ocorrências de informação não familiar no *corpus* e em 6,1% dos casos com esse mesmo estatuto no *corpus* de controle. O contraste manifesta-se, ainda, em 5,2% das ocorrências de informação familiar no *corpus* e em 10% dos casos com esse estatuto no *corpus* de controle. Tais resultados, com um relativo equilíbrio entre as porcentagens referentes à informação não familiar e à familiar, demonstram que o contraste na oração focalizada não privilegia determinado tipo de estatuto informacional. Entretanto, seria necessário um maior número de ocorrências com contraste na oração focalizada para que essa conclusão fosse definitiva. Visto isso, passa-se a explicar como se dá o funcionamento das construções com *se...ser porque* nas situações em que está presente o contraste no segmento focalizado.

Um tipo de contraste identificado na oração focalizada em *se...ser porque* é a substituição, tal como esta é concebida por Dik (1989) e por Pezatti (2013). A ideia de substituição na correlativa destacada em (479) já vem marcada pela própria estrutura sintática exibida:

(479) *A que você atribui seu sucesso?*

Se eu apareci tanto na imprensa, não foi porque protagonizei novelas com índices acima de 70 pontos de audiência, mas porque 'I think different' (eu penso diferente). Uso essa expressão desde que a vi nos Estados Unidos, numa campanha de computadores. (Corpus, Contigo, 07/09/1999)

Na estrutura “não...mas”, denominada por Ducrot & Vogt (1980) de “mas_{SN}”, a oração iniciada por *mas*, tem a função, segundo tais autores, de retificar.³¹⁴ No segmento inicial é introduzida uma proposição negativa, e no segmento iniciado por *mas* é introduzida uma proposição que substitui a proposição negada. Nesse tipo de construção, haveria uma desvalorização, no que tange ao ponto de vista argumentativo, do conteúdo da primeira oração (em detrimento do conteúdo da segunda). Isso permitiria dizer que o segundo segmento aparece com maior relevo do que o primeiro. Entretanto, a presença da focalização operada por meio do verbo *ser* na primeira oração, obtendo-se a estrutura “não foi porque....mas porque”, possibilita afirmar que o relevo já se manifesta nessa oração. Isso significa que o locutor considera tão importante negar uma ideia (a de que seu sucesso não foi decorrente, simplesmente, de ele ter participado de novelas com boa audiência) quanto substituí-la por outra (a de que seu sucesso provém do fato de que ele pensa diferente).

Acrescente-se que, em (479), está presente a polifonia. Protagonizar novelas com índices acima de 70 pontos de audiência é uma causa que poderia ser apontada pelos interlocutores (o entrevistador ou o leitor) para o sucesso do locutor. Assim, mesmo que essa causa não tenha sido explicitada no texto, o leitor antecipa que haveria a possibilidade de os interlocutores a cogitarem e, assim, exclui-a de antemão para, no seu lugar, apontar uma causa (nova) que é julgada por ele como a adequada para a análise do assunto em questão.

Para um esclarecimento do que é polifonia, cite-se Ducrot (1987), que propõe a teoria polifônica da enunciação. Consoante o autor, a enunciação é o acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado. A realização de um enunciado é um acontecimento histórico: é dada existência a algo que não existia antes de se falar e que não existirá mais depois. É essa aparição momentânea que se chama “enunciação”.³¹⁵ Fazem parte da enunciação locutor e enunciadador.

O locutor (ser do discurso) é um ser apresentado como alguém a quem se deve imputar a responsabilidade do enunciado (é representado pelo pronome *eu*). O locutor pode ser

³¹⁴ Trata-se de uma das funções explicitadas por Margarido (2010), com base em Ducrot e Vogt (1980). A estrutura de retificação envolve o que Ducrot (1987) chama de “polifonia”.

³¹⁵ Ducrot (1987) afirma que a enunciação envolve uma natureza pragmática, na medida em que leva em conta o fato de que um sujeito falante realiza atos transmitindo ao interlocutor um saber.

distinto do autor empírico do enunciado, de seu produtor, mesmo que os dois coincidam. Os enunciadores, por sua vez, são os seres que se expressam por meio da enunciação sem que sejam atribuídas a eles palavras precisas. A enunciação apenas expressa seu ponto de vista, sua atitude, mas não, no sentido material do termo, suas palavras. No enunciado, surgem vozes que não são as de um locutor. Dessa forma, o locutor, responsável pelo enunciado, dá existência, por meio deste, a enunciadores de quem ele organiza os pontos de vista e as atitudes. Sua posição pode se manifestar seja porque ele assimila o ponto de vista de determinado enunciador, seja porque, simplesmente, escolheu explicitar certo ponto de vista o qual não assimila. Essa relação entre locutor e enunciadores demonstra que o enunciado linguístico não possui uma única voz, fenômeno denominado de polifonia.

Com base nos postulados de Ducrot (1987) a respeito da polifonia, Guimarães (1985, p. 93) trata da construção de estrutura *não só... mas também*, com a apresentação deste trecho:

(480) *Contexto anterior: reprodução de uma entrevista de Borges em que ele diz gostar do amarelo e que seus amigos consideram esta cor berrante.*

*Na verdade, **não só** as cores **mas também** as derrotas podem algumas vezes ser gritantes.* (grifos meus)

A ideia de as cores serem algumas vezes gritantes é apresentada como algo já dito (por Borges a propósito do que disseram seus amigos sobre a cor amarela), sendo retomada no trecho “Na verdade, não só as cores”. Assim, na estrutura com *não só... mas também*, há a apropriação do discurso do outro. Borges diz em um relato, sem reproduzir o dizer de seus amigos, que eles achavam o amarelo berrante. O locutor retoma isso dizendo que não só as cores podem algumas vezes ser gritantes, como se tivessem dito “as cores podem algumas vezes ser gritantes”. Em seguida, aparece a voz de Borges, o qual considera que “as derrotas podem algumas vezes ser gritantes.” Dessa forma, o locutor representa um enunciador que não é Borges, exatamente, nem seus amigos, mas, por meio dessa voz, retoma a fala de Borges e a de seus amigos. Assim, na construção citada, manifesta-se a polifonia, ou seja, a presença de mais de uma voz, um posicionamento, no enunciado: a de seus amigos (enunciador “1”) e a de Borges (enunciador “2”).

Guimarães (1985) mostra que a polifonia na estrutura *não só... mas também* tem força argumentativa. Se articula argumentos, utiliza, além dos argumentos expressos, o fato de acrescentar um argumento a outro já dado como suficiente. Se articula conclusões, pode criticar a conclusão restrita do primeiro segmento, pelo fato de mostrar que é possível concluir

mais. Assim, argumenta contra o caráter restrito da conclusão retirada de certo argumento ou determinados argumentos.

Assim, salienta Guimarães (1985) que as enunciações com *não só... mas também* apresentam um caráter avaliativo que as enunciações aditivas com *e* não apresentam. Esse caráter dá-se pela avaliação que o enunciador “2” faz, por sua enunciação, da enunciação do enunciador “1”. Desse modo, conforme o autor, tanto nas enunciações com *e* quanto nas enunciações com *não só... mas também*, há uma equivalência entre os elementos articulados (que são argumentos ou conclusões). Entretanto, no primeiro caso, esses elementos são atribuídos a um único enunciador e, no segundo caso, a enunciadore diferentes³¹⁶. Além disso, na estrutura com *não só... mas também*, ao se acrescentar um argumento, este prevalece.

Em (481), por sua vez, não é manifestada uma “estrutura” polifônica (do tipo *não...mas*), e a noção de substituição é interpretada a partir da observação do conteúdo da construção com “se... ser porque” e, também, do conteúdo precedente:

(481) — *Foi o ciúme de Michel que levou você a romper com ele?*

— *Ele é muito legal e sério. Se não estou namorando mais com ele é **porque** não era para ser aquela pessoa naquele momento ou era a pessoa certa na hora errada.* (Corpus, Caras, 19/04/2002)

Vê-se que o conteúdo presente na oração focalizada, enunciado pelo locutor, substitui o conteúdo sugerido pelo interlocutor, na pergunta da entrevista. O interlocutor pergunta se o rompimento do relacionamento amoroso do locutor deu-se pelo ciúme; o locutor, então, sugere que não, substituindo esse possível motivo (*o ciúme*) por dois outros motivos: *não era para ser aquela pessoa naquele momento; era a pessoa certa na hora errada*. Saliente-se que, mesmo com tal substituição, o locutor não apresenta uma resposta definitiva: a presença da conjunção “ou”, de alternativa, demonstra que ele apresenta possibilidades excludentes. Além disso, nesse caso explicitado, embora não apareça um item linguístico com valor de negação na resposta do locutor (como o *não*), a substituição já implica a negação de um conteúdo.

Entende-se que, em (481), embora a construção não seja manifestada em uma estrutura polifônica, o conteúdo do par “pergunta-resposta” poderia ser utilizado para a formulação de uma estrutura polifônica. Como se mencionou, a substituição de uma possibilidade apresentada pelo interlocutor por outra já envolve negação daquela. Assim, uma estrutura

³¹⁶ Guimarães (1985, p. 93) assevera que, em “Na verdade, as cores e as derrotas podem algumas vezes ser gritantes”, com o *e*, não há retomada, tanto que não “combinaria” com a expressão *na verdade*, que já anunciaria uma retomada. Portanto, a estrutura aditiva com *e* não exibiria a polifonia.

semelhante à apresentada em (481) seria: Se não estou namorando mais com ele é porque não era mais para ser aquela pessoa naquele momento ou era a pessoa certa na hora errada, e não (é) porque tive ciúmes. Tal estrutura não se faz necessária, entretanto, porque, em situação de interação, o locutor pode deixar implícita a fala que representa a “voz” do interlocutor.

Acrescente-se que a noção de substituição que pode ser expressa no segmento com *ser porque*, por vezes, vem com matiz de contraste (em sentido estrito), como se verifica na ocorrência (482):

(482) *Já pensou que pode parar sem ter sido campeão?*

Não penso nisso, penso positivo. Estou aqui porque me deram a chance de estar aqui, porque querem que eu esteja e, se estou aqui, é porque tenho capacidade de ser campeão. Vou até o último momento pensando assim. Se não der, não deu, faz parte da nossa vida ser ou não campeão em algumas coisas. Mas eu vivo só por isso. (Corpus, FSP, 02/11/2010)

Em (482), o locutor substitui a possibilidade levantada pelo interlocutor (a de que pode parar sem ter sido campeão) por uma situação oposta (ser campeão), pois julga que tem capacidade. Apesar de focalizar a sua capacidade de ser campeão, o locutor, em um trecho posterior do texto, não descarta a possibilidade de não ser campeão (“se não der, não deu, faz parte da vida ser ou não campeão em algumas coisas”), embora essa ideia fique em segundo plano em relação ao conteúdo da oração focalizada.

A possibilidade de ocorrência de contraste no segmento focalizado demonstra, com clareza, que o homem, como afirma Koch (1993, p. 19), “por meio do discurso – ação verbal dotada de intencionalidade –, tenta influir sobre o comportamento do outro ou fazer com que compartilhe determinadas opiniões.” Nos casos de contraste, verifica-se, especialmente, a ação do locutor de colocar em relevo uma avaliação sua em detrimento de uma avaliação do interlocutor para que este adira ao ponto de vista do locutor.

No que tange ao funcionamento da focalização, especialmente, em casos de contraste, vale citar, ainda, as considerações feitas por Travaglia (2002) acerca do que ele chama de relevo. Segundo o autor, marcar relevo é um recurso de organização do texto, principalmente no que diz respeito a elementos ideacionais dele, marcando avaliações que o enunciador faz basicamente sobre o conteúdo do texto e, também, no que se refere a alguns elementos da interação. Para Travaglia (2002), a própria apresentação que o enunciador faz para o receptor dessas avaliações representa já um aspecto interacional, pois, na verdade, o enunciador, por meio do relevo, propõe ao seu interlocutor uma direção e não outra dentro da interação a que

o uso do texto serve. Assim, tal direcionamento, consoante o autor, indica uma dimensão argumentativa (em sentido amplo) do relevo.

A natureza argumentativa do relevo parece explicar por que, nas construções com *se... ser porque*, é mais frequente a combinação entre informação (apresentada na oração condicional) e avaliação/posicionamento (exposta no segmento focalizado). Tal relação, ilustrada em (482), por exemplo, é vista em 75,6% e em 88,4% das ocorrências do *corpus* e do *corpus* de controle, respectivamente. Nos demais casos, dá-se a combinação “informação + informação” (17,8% no *corpus* e 4,2% no *corpus* de controle) ou a combinação “avaliação + avaliação” (6,5% no *corpus* e 7,3% no *corpus* de controle).

Fica explicitado, então, que, na construção com “se... ser porque”, há, normalmente, o inverso do que aparece frequentemente nas porções causais em geral. Ford (1994) assevera que, antes destas, regularmente é manifestada uma avaliação forte, identificada por expressões do tipo “mais importante”, “muito difícil”, “especialmente”, “também”, “realmente”, “notável”. Em “se... ser porque”, como se viu, a avaliação é situada, tipicamente, no próprio segmento que veicula a noção de causa, o que se justifica pelo fato de que a causa, nessa estrutura, comumente vem expressa juntamente com o valor de conclusão.

A ocorrência explicitada em (482) confirma a observação feita por Giora (1983, *apud* Travaglia, 2002, p. 119): a de que a posição final de segmentos textuais (como em frases, parágrafos) dá à informação um *status* de “foreground”, de informação semanticamente dominante, ao passo que o que é colocado em posição inicial possui um *status* de informação “background” dentro da estrutura informacional do texto. A oração condicional exhibe uma informação que serve como ponto de partida, ou seja, constitui um tema, no entanto, é o rema (a oração com *ser porque*), isto é, o comentário feito acerca do tema, a parte selecionada para ser ressaltada ao interlocutor.

Assim, há que se considerar que a focalização do segundo segmento em *se... ser porque* (e não do primeiro) é manifestada devido ao fato de que, entre uma premissa (exposta na oração condicional) e uma conclusão (apresentada na oração com *ser porque*), a conclusão é o elemento mais relevante a ser mencionado. Cite-se que Borba *et al.* (2002) atribuem, entre outros, os seguintes sentidos para a conclusão: término, acabamento; fecho; opinião definitiva. A conclusão, em *se...ser porque*, traz uma avaliação, uma opinião que o locutor quer ter como definitiva, sendo a opinião mais relevante para o convencimento do interlocutor do que a premissa. Já a informação contida na premissa, muitas vezes, pode ser recuperada em porções textuais precedentes, dada a condição de tópico da oração condicional.

Mesmo nos casos em que se foge do padrão da ordenação linear (de “informação familiar + informação não familiar”) em *se...ser porque*, a focalização no segundo segmento dessa construção (e não no primeiro) justifica-se pelo fato de se pretender salientar, especificamente, uma causa: todo o conteúdo da segunda oração, a partir da conjunção “porque”, é focalizado. No trecho a seguir, viu-se que a oração condicional exhibe informação não familiar e, a oração subsequente, informação familiar:

(483) *Folha - É irresponsável.*

*Diegues - Você é Deus quando você é jovem. Você acha que os outros são uns babacas, uns otários. Se não gostaram do que você fez **é porque** são uns imbecis. Conforme você vai ficando mais velho vai aumentando a porcentagem de hipótese de o outro estar certo, e é terrível. (Corpus de controle, FSP, 15/02/2000)*

O conteúdo da oração causal “é porque são uns imbecis” já é apresentado no excerto sublinhado, mas, neste, a relação causal não é explicitada: esse excerto não constitui uma causa do que foi mencionado na passagem anterior. Assim, com a focalização em *se...ser porque*, chama-se a atenção para a leitura da ideia exposta anteriormente como uma causa relevante a ser mostrada. Isso demonstra, mais uma vez, que não convém estabelecer uma dicotomia rígida entre informação familiar e informação não familiar. Na oração “é porque são uns imbecis”, a causa (expressa por meio do *porque*) é não familiar, “são uns imbecis” é familiar (semelhante a “são uns babacas”) e a relação entre a causa e a ideia “são uns imbecis” é não familiar.

Da mesma forma, em (482), a ideia de ser campeão, explicitada anteriormente, não é associada, na pergunta da entrevista, com uma causa. Julga-se que o aparecimento de uma causa relacionada à ideia “tenho capacidade de ser campeão” dá-se para o estabelecimento de um paralelismo com a passagem explicitada anteriormente. Em um primeiro momento, o locutor indica a ideia “estou aqui” e a associa com duas causas (*porque me deram a chance de estar aqui / porque querem que eu esteja*). A fim de criar um paralelismo com essa estrutura, o locutor retoma a noção “estou aqui”, relacionando-a agora também com uma causa (*porque tenho capacidade de ser campeão*). Entende-se que há focalização, especificamente, no último segmento causal explicitado na resposta do locutor porque nesse segmento que ele expõe uma ideia mais convincente que o conteúdo das orações causais precedentes. A capacidade de ser campeão seria um requisito que demonstraria mais o mérito de um atleta do que o simples fato de este ter o apoio de alguém para exercer sua profissão. Assim, a focalização da causa, em (482), encerra uma gradação de ideias, sendo a última a mais relevante.

Por outro lado, há casos em que o interlocutor é que induz o locutor a focalizar uma causa ou uma conclusão. Em (476), a afirmação do interlocutor (a esposa do locutor não estar dentro dos padrões de beleza determinados pela televisão) leva o locutor a expor um motivo (que não seja a beleza) para ter se casado com Marília. Assim, o locutor enuncia “é porque quero”, salientando uma noção causal juntamente com a ideia “quero”, a fim de reforçar o conteúdo exposto em um trecho anterior, a saber: *Só entro num relacionamento quando tenho certeza do que quero*. Repare-se, que, nesse excerto, a oração iniciada por *quando* já introduz uma relação causal, relacionando-a à ideia de querer. Em (473), por sua vez, o interlocutor leva o locutor a focalizar uma conclusão. O interlocutor solicita conclusões deste (*Que conclusões tirou disso tudo?*). O locutor, então, indica a conclusão “*é porque devia estar aguentando e tolerando muitas coisas*”, a qual é retomada de um excerto enunciado por ele anteriormente, também com noção de conclusão.

A focalização em *se... ser porque* também acontece para que o locutor reforce uma causa ou uma conclusão já enunciada, como se vê em (474) e (477). Em (474), o locutor utiliza a expressão *permitem* a fim de apontar uma causa: as vulnerabilidades causam as falcatuas. Em seguida, retoma essa causa indicada no segmento com *é porque*. Em (477), o locutor, ao considerar que o seu partido é *a matriz de todos os avanços sociais e econômicos do Brasil contemporâneo*, mostra que as boas e importantes ações do seu partido causaram esses avanços. Tal causa é retomada na oração com *é porque*.

Outra questão a ser mencionada a respeito da focalização é que existe a possibilidade de o locutor apresentar dois segmentos focalizados subsequentes:

(484) *Os homens entendem as mulheres. Se não correspondem é porque não querem. É porque não confiam nas mulheres.* (Corpus, Veja, 12/04/00)

Entende-se que, em (484), focaliza-se uma cena por vez: apresentam-se duas causas para os homens não corresponderem. Entretanto, apesar de serem explicitadas duas orações focalizadas, a última recebe mais saliência, dado que inicia enunciado, havendo uma pausa maior entre os segmentos, trazendo uma ideia mais específica (*não confiam nas mulheres*) do que a primeira (*não querem*).

A partir do que se expôs, nota-se que a oração focalizada na correlação com *se...ser porque*, ao exibir diferentes tipos de estatuto informacional, explicita também diversificados propósitos. O segmento focalizado com informação não familiar serve para mudar o direcionamento da pergunta, colocar em questão a pertinência de uma pergunta feita ou

prestar esclarecimentos quanto a um posicionamento adotado. O segmento focalizado com informação familiar, por outro lado, funciona para indicar uma reformulação, salientar um ponto de vista diferente a respeito de uma questão discutida, apontar uma confirmação, ressaltar uma ação favorável dos indivíduos. Ressalte-se que, tanto a oração focalizada com informação não familiar quanto o segmento focalizado com informação familiar trazem, tipicamente, uma avaliação do locutor. Ademais, constata-se que o conteúdo do segmento focalizado em *se...ser porque* pode ser confrontado com a oração condicional dessa correlação, que fica em segundo plano, trazendo, como tópico, o assunto a ser discutido, ou com porções maiores do texto, remetendo a um conteúdo enunciado pelo próprio locutor ou pelo interlocutor, de modo a acrescentar uma informação requisitada ou não pelo interlocutor ou indicar contraste.

Exemplificadas as diferentes intenções comunicativas exibidas no segundo segmento da construção em estudo, cabe pensar se há uma função discursiva básica da focalização que abranja as construções com *se.... ser porque* em geral.

Na definição que Montolíó (1999) traz acerca dessas construções, aparece uma função identificada em construções de diferentes intenções comunicativas. Retome-se essa conceituação, exposta no capítulo “4”: a oração com *ser porque* traz uma explicação como uma base para anular outras inferências possíveis. O objetivo de anulação de inferências é evidenciado nos casos em que o interlocutor sugere uma possível causa ou conclusão para um fato ou evento ou nas situações em que o locutor antecipa possíveis causas/conclusões que podem ser apontadas pelo interlocutor, com base no contexto cultural/histórico/linguístico, como se vê em (476) e (481).

Em (476), ao dizer “*Você escolheu uma mulher que não combina com os padrões de beleza instituídos pela televisão*”, o interlocutor deixa implícita a procura de uma motivação para o locutor ter ficado com uma mulher “fora dos padrões de beleza”. Lembre-se de que o senso comum traz a ideia de que uma pessoa bem-sucedida, mas considerada não bonita é alvo, muitas vezes, de pessoas interesseiras. O locutor, a partir do questionamento do interlocutor, que já é, em si, preconceituoso (por partir do pressuposto de que a busca da beleza é essencial em relacionamentos amorosos), focaliza causas para demonstrar seu afeto por Marília Gabriela (uma pessoa bem-sucedida), o que evita que sejam atribuídas outras causas, como a questão do interesse.

Em (481), o interlocutor atribui, explicitamente, uma potencial causa para o interlocutor ter rompido com seu namorado: o ciúmes. O locutor, com o intuito de eliminar essa causa, indica possíveis causas, focalizando-as.

Entretanto, julga-se que “anular inferências” não é a expressão mais apropriada para nomear a função básica de “se... ser porque”, pois há ocorrências em que não se pode garantir que o locutor tem o propósito de eliminar possíveis inferências do interlocutor³¹⁷, como se vê em (468) e (473).

Na ocorrência (468), o entrevistado (o locutor) escolhe uma causa que avalia a atitude do entrevistador, tida por aquele como reprovável: *você não sabe nada da minha vida*. Contudo, para criticar o entrevistador, o entrevistado poderia ter selecionado outras causas, como: *é porque você acha que futebol é brincadeira; é porque você está desmerecendo o meu empenho*. Percebe-se que essas duas possíveis causas não são, “automaticamente”, invalidadas a partir da exposição da causa optada pelo locutor. Na verdade, a causa focalizada transmite uma ideia genérica que pode incluir a noção expressa nessas duas causas. Então, em (468), a opção do locutor por focalizar uma ideia mais genérica pode ter sido motivada pela necessidade de ser menos direto e, portanto, mais polido com o entrevistador.

Em (473), por seu turno, o locutor situa no segmento focalizado uma conclusão que já havia exposto em um trecho anterior de sua resposta, como já se mostrou. Desse modo, a focalização é usada pelo locutor para ele reelaborar uma ideia explicitada por ele mesmo, tal qual se explicou anteriormente. Assim, não faria sentido, nesse caso, afirmar que o locutor pretende anular outras inferências; em vez disso, na realidade, ele complementa uma ideia.

A partir do que foi exposto, convém questionar, então, qual é a denominação mais adequada para a função básica da focalização na estrutura “se... ser porque”. Como já se mencionou, na maioria das vezes, é exibida uma avaliação pessoal do locutor no segmento focalizado. Trata-se de uma avaliação que o locutor quer fazer prevalecer.

Segundo Koch (1993, p. 25), o sentido de um enunciado constitui-se pelas relações interpessoais estabelecidas no momento da enunciação, da qual participam locutor e alocutário. Toda atividade de interpretação presente no cotidiano fundamenta-se na suposição de que quem fala tem determinadas intenções. Compreender uma enunciação é, então, apreender essas intenções. Koch (1993) acrescenta a essa explicação que, na situação de enunciação, os participantes atualizam intenções “persuasivas”. A atribuição de uma natureza persuasiva à intenção demonstra que Koch (1993, p. 19) considera, com base em Ducrot (1981), que “a interação social por intermédio da língua caracteriza-se, fundamentalmente, pela argumentatividade”. Assim, a argumentação pode ser vista em um sentido amplo quando

³¹⁷ Vale lembrar que, na entrevista jornalística, o interlocutor também é o público leitor. Assim, é importante a consideração de Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996) de que quem concede uma entrevista a um jornalista considera que seu auditório é constituído mais pelos leitores do jornal do que pela pessoa que está à sua frente. O orador, ao argumentar, pensa, de forma mais ou menos consciente, naqueles que constituem seu auditório.

é considerada como algo inerente à linguagem. Nesse sentido, na argumentação, segundo a autora, o homem tenta influir sobre o comportamento do outro ou fazer com que compartilhe certas opiniões, como já se indicou nesta seção.

Levando-se em conta que a argumentação é inerente à linguagem, vê-se que a construção com “se... ser porque” possui duas funções, tidas aqui como básicas, já presentes nas condicionais canônicas, como se verifica pelos exemplos oferecidos por María (2009):

(A) Informação³¹⁸:

- *Se não saímos de férias, foi pela crise.*³¹⁹

(B) Refutação:

- *Choveu.*³²⁰
*Se tivesse chovido, estariam molhadas as espreguiçadeiras.*³²¹

Exemplifica a presença de informação no segmento focalizado a ocorrência (467) e ilustram a refutação nesse segmento as construções (481) e (482)³²². Entretanto, a oração focalizada pode introduzir apenas uma avaliação do locutor, sem refutação. É o que se observa em (473) e (483). A avaliação pode conter crítica, como acontece em (468).

Convém destacar que a identificação da função existente na construção envolve a consideração do contexto (linguístico e/ou situacional), como fica sugerido pelos comentários de María (2009, p. 81) sobre este exemplo:

- *Se engordou, é porque come muito doce.*³²³

María (2009) expõe que, de acordo com o contexto, o enunciado citado é suscetível de ser interpretado como uma explicação (ou informação), uma crítica ou uma refutação. Caso se trate de uma explicação (ou informação), o falante ressalta objetivamente uma relação de causa e efeito. Tratando-se de uma crítica, o falante salienta os maus costumes alimentares do

³¹⁸ Chama-se de “informação” o que María (2009) denomina de “justificativa”, pois se entende aqui que a justificativa, diferentemente de desejo, refutação e crítica, por exemplo, está mais relacionada a uma noção semântica do que pragmática.

³¹⁹ *Si no hemos salido de vacaciones, há sido por la crisis.*

³²⁰ *Ha llovido.*

³²¹ *Si hubiera llovido, estarían mojadas las tumbonas.*

³²² Nas construções com “se... ser porque”, a refutação aparece na oração com *porque* e, nas condicionais canônicas, María (2009) mostra que ela surge a partir da articulação entre as duas orações do bloco.

³²³ *Se has engordado, es porque comes demasiados dulces.*

ouvinte. Se este, por sua vez, dá outro motivo para o fato de ter engordado (a falta de exercícios físicos, por exemplo), o falante verá a necessidade de rebater os argumentos do ouvinte, demonstrando uma intenção refutativa. Contudo, ressalte-se que a crítica ou a refutação também são expressas por meio da relação de causa e efeito.

Nesta seção, mostrou-se que a focalização é usada pelo locutor para que ele influencie a opinião do interlocutor, seja com a apresentação de uma informação, avaliação ou refutação. Além disso, o segmento focalizado traz funções mais específicas, como exibir informação solicitada pelo interlocutor, confirmação, oposição.

Aqui, verificou-se, ainda, que a estrutura com *se... ser porque* apresenta uma particularidade em relação às relações causais em geral. Nestas, como indica Ford (1994), há, geralmente, uma avaliação (forte) em uma porção textual que precede o segmento causal. Já, em *se... ser porque*, a avaliação vem explicitada, normalmente, no próprio segmento causal, sendo antecedida, comumente, por uma informação (na oração condicional). Além disso, uma especificidade da construção com *se... ser porque* em relação às causais e às condicionais canônicas é a focalização de uma oração que traz, ao mesmo tempo, as noções de causa e de conclusão, apresentando um comentário acerca de um conteúdo explicitado no segmento condicional.

7. Conclusões

Nesta tese, com base na teoria funcionalista da linguagem, objetivou-se analisar as construções do tipo “*se... verbo ser + porque*”, com a consideração dos fatores sintático, semântico e pragmático.

Em um primeiro momento, estudou-se a formação da construção com “*se... verbo ser + porque*”, a partir do exame de dados diacrônicos, presentes no “*Corpus do Português*”. Em um segundo momento, examinaram-se os sentidos produzidos na construção em pauta (e suas possíveis motivações) em entrevistas jornalísticas. Em uma terceira etapa, analisou-se o funcionamento da construção no fluxo de informação, com o tratamento do estatuto informacional e das funções discursivas de tópico e foco, em entrevistas jornalísticas. A partir de tal análise, procurou-se demonstrar que é possível partir das características das condicionais canônicas e das causais canônicas para a explicação da atuação da construção com “*se... verbo ser + porque*”. Por outro lado, observou-se que esta construção exhibe peculiaridades de uso.

No que concerne à formação da estrutura com “*se... verbo ser + porque*”, tal estudo envolveu uma investigação das lições apresentadas nas gramáticas tradicionais sobre processos sintáticos. Nelas, estabelece-se uma separação rígida entre “coordenação” e “subordinação”. Assim, buscou-se também em estudos de natureza funcionalista subsídios que pudessem oferecer uma definição dos processos sintáticos. Em tais estudos, questiona-se a dicotomia determinada entre os fenômenos sintáticos e se propõe a visualização deles em um *continuum*, que vai da parataxe, passa pela hipotaxe e chega, por fim, à subordinação (ao encaixamento). A estrutura com “*se... verbo ser + porque*” apresenta traços do polo intermediário desse *continuum*, pois constitui uma união entre duas hipotaxes adverbiais (a condicional e a causal). Entretanto, a construção em pauta traz um funcionamento particular.

Além disso, verificou-se que a formação da construção com “*se... verbo ser + porque*” pode ser explicada com base em dados diacrônicos. Constatou-se, conforme resultados obtidos no “*Corpus do Português*”, que a expressão “*ser porque*” surgiu antes da estrutura com *se... ser porque*. O “*he porque*” aparece no século XIV, e, o “*se... he porque*”, no século XV. O “*foi/era porque*” é registrado no século XV, e, o “*se... foi/era porque*”, no século XVI. O “*será porque*” é identificado no século XVIII, e, o “*se... será porque*”, no século XIX. Apenas a expressão “*seria porque*” é encontrada no mesmo século que a estrutura com “*se... seria porque*”, o XVI, entretanto, o baixo número de ocorrências, nesse caso, não permite se

chegar a uma conclusão definitiva. Já em “ser porque”, o pronome anafórico *isso* vem, muitas vezes, implícito antes do *ser* (*isso ser porque*), o que se mantém, de certa forma, na estrutura com “*se... ser porque*”. Devido a isso, pode-se dizer que as duas hipotaxes presentes em “*se... ser porque*” (a condicional e a causal) não aparecem “soltas”, estando, portanto, relacionadas, mas não há a manifestação, em cada uma dessas hipotaxes, de uma oração nuclear explícita, que é típica das condicionais prototípicas e das causais canônicas. Fica somente implícita a presença de uma oração matriz (o conteúdo do primeiro segmento), já que ela traz informação que serve para ancorar o conteúdo a ser apresentado na segunda oração da construção com “*se... ser porque*”.

Na estrutura com *se... ser porque*, há, ainda, a focalização, operada pelo verbo *ser*, que toma como escopo o que vem à sua direita, uma causa ou uma causa e uma conclusão. Assim, em *se... ser porque*, o *ser* possui uma natureza subjetiva, dada a intenção do locutor de chamar a atenção do locutor, por meio da focalização, para determinada porção textual. Ademais, o *ser*, na estrutura referida, está se cristalizado na forma da 3ª pessoa do discurso, aparece, com bastante frequência, no tempo presente do indicativo (forma não marcada) e está adquirindo um sentido mais abstrato, o que demonstra que o *ser* está se afastando, em parte, do comportamento típico da classe dos verbos.

Outro aspecto tratado nesta tese foi a natureza semântica das construções com “*se... verbo ser + porque*”. O registro do uso das construções condicionais canônicas (da hipotaxe) e das construções causais canônicas (da parataxe/da hipotaxe) serviu como um importante ponto de partida para a compreensão do fenômeno identificado em “*se... verbo ser + porque*”.

A estrutura lógico-semântica das condicionais canônicas, com premissa e conclusão, pôde ser observada nas construções com *se... ser porque*. Estas exibem o comportamento típico das condicionais inferenciais “retroativas” (DECLERCK & REED, 2001). Além disso, as estruturas com *se... ser porque* recuperam a relação de causa e consequência presente nas causais canônicas e, bem como estas, podem expressar, mais especificamente, uma justificativa.

Em relação à noção de causa, notou-se que a leitura causal na construção com “*se... verbo ser + porque*” não se limita a uma mera relação entre causa e consequência. Existem casos em que se expressa, em um sentido mais estrito, uma conexão entre motivação e ação, sendo esta intencional ou não intencional. A ação intencional é relacionada a uma ação desejável ou não, e a ação não intencional é explicitada com o propósito de preservação de face. Ademais, a correlação em pauta nem sempre traz a relação de causalidade expressa em uma disposição temporal dos fatos. Em vez disso, podem ser expostas avaliações do locutor.

No que concerne ao valor de conclusão, verificou-se a presença de dois tipos de conclusão no segundo segmento da correlação com “*se... verbo ser + porque*”: a dedução e a abdução. A dedução, nas entrevistas, é usada, entre outros aspectos, para salientar uma imagem positiva do locutor e para contrariar uma avaliação feita pelo interlocutor. A abdução, nas entrevistas, é utilizada, por exemplo, para a emissão de opinião sem comprometimento e para a expressão de crenças do locutor (em uma atitude conformista diante dos fatos). Constatou-se, ainda, que a identificação do tipo de conclusão em questão na construção exige a análise de porções textuais precedentes, que ultrapassam os limites da estrutura com *se... ser porque*, o que está de acordo com uma visão funcionalista da língua, que propõe, para o exame dos usos linguísticos efetivos, o texto (e não frases isoladas) como objeto de estudo.

Por outro lado, observou-se que, nas construções com “*se... verbo ser + porque*”, apresenta-se, na maior parte das vezes, causa e conclusão ao mesmo tempo no segundo segmento, o que não se observa tipicamente nas causais canônicas. Há registro de Quirk *et al.* (2008) de causais canônicas com esse tipo de relação (a explicitação da causa e da conclusão no mesmo segmento), o que o autor chama de relação de razão e consequência, mas tal manifestação não é a única dessas construções, havendo uma gama variada de outras relações causais. Assim, seria mais típica da estrutura com *se... ser porque* a “convivência” entre os valores de causa e de conclusão em uma mesma oração. Nessa construção, a presença da causa dá certa factualidade à construção, relativizando o caráter hipotético da oração condicional. Além disso, na construção com *se... ser porque*, uma avaliação é situada, tipicamente, no segmento que traz a causa (dada a presença de uma conclusão nessa mesma oração), ao passo que, como aponta Ford (1994), as porções causais, em geral, são frequentemente precedidas de uma avaliação (forte).

No exame dos valores de causa e de conclusão na construção com “*se... verbo ser + porque*”, mostra-se que não é possível estabelecer uma dicotomia rígida entre o que é factual e o que é hipotético, havendo, assim, fluidez semântica: as noções de causa e de conclusão complementam-se e os sentidos específicos de conclusão (a dedução e a abdução), por vezes, confundem-se.

Com a consideração de que a construção com “*se... verbo ser + porque*” indica tanto causa quanto conclusão, buscou-se examinar como se dá o funcionamento dessa construção nos domínios linguísticos propostos por Sweetser (1998). Constatou-se que, nas situações em que está envolvido o valor de causa, manifesta-se o domínio do conteúdo; nos casos em que a construção denota tanto a noção de causa quanto a de conclusão, ocorre ambiguidade entre os domínios do conteúdo e o epistêmico ou é expresso somente o domínio epistêmico. Saliente-

se que, no domínio epistêmico, a construção com “*se... verbo ser + porque*” apresenta maior semelhança com as condicionais canônicas do que com as causais prototípicas, pois, em ambos os casos, é apresentada uma conclusão na segunda oração (ou seja, na oração que acompanha o segmento condicional).

Ainda no que diz respeito à questão semântica, verificaram-se os sentidos presentes na primeira oração da construção com “*se... verbo ser + porque*”, fato e hipótese, que já são explicitados nas condicionais canônicas, com a utilização de distintos tempos verbais para a determinação de um mesmo subtipo de construção. Em *se... ser porque*, na explicitação de uma oração condicional factual, nas entrevistas, o locutor demonstra concordância com avaliação feita pelo interlocutor ou indica fato para garantir sua credibilidade perante o interlocutor. Na estrutura com *se... ser porque*, na expressão de uma oração condicional hipotética, em entrevistas, o locutor demonstra aceitação ou não aceitação diante da possibilidade enunciada. Também se observou que: i) a oração condicional factual está mais relacionada à informação familiar do que a oração condicional hipotética; ii) a oração condicional factual com conteúdo não totalmente recuperável traz especificação de uma ideia expressa anteriormente, ao passo que a oração condicional hipotética com conteúdo não totalmente recuperável indica a generalização de uma ideia explicitada em uma porção textual precedente; iii) a oração condicional hipotética está mais relacionada ao tópico contrastivo do que a oração condicional factual.

No tratamento da factualidade e da hipoteticidade da correlação com “*se... verbo ser + porque*”, levaram-se em conta também os tempos/modos verbais. Constatou-se que o tempo verbal do presente do indicativo é o mais frequente tanto nas condicionais factuais quanto nas condicionais hipotéticas, inclusive no verbo focalizador (o *ser*), o que já diferencia tal construção das condicionais canônicas, em que as hipotéticas não são expressas com maior frequência no tempo presente do indicativo. Tal tempo é expresso com sentidos particulares em cada um dos subtipos de construção com “*se... ser porque*”. Nas condicionais hipotéticas, o presente do indicativo é usado, com significativa frequência, para a expressão da noção de habitualidade (sendo esta favorecida, ainda, pela presença de sujeito com expressão genérica na oração condicional e de elementos com noção temporal em porções antecedentes do texto), ao passo que, nas condicionais factuais, o tempo verbal do presente do indicativo pode ser utilizado para a explicitação de uma ideia relacionada ao tempo passado.

Em *se... ser porque*, a presença da conjunção *porque* imprime factualidade à construção, favorecendo o surgimento do verbo no tempo presente do indicativo. Lembre-se, ainda, de que tal factualidade conferida à construção pelo *porque* é responsável também pela

baixíssima frequência de construções contrafactuais, tipo de relação que, nas condicionais canônicas, é um pouco mais recorrente, como se verifica em estudos de Hirata (1999). Assim, nas estruturas com *se... ser porque*, não é possível determinar uma separação rígida entre fato e hipótese. A natureza factual da conjunção *porque* e – acrescente-se – o tempo verbal expresso na segunda oração (como os tempos presente ou pretérito perfeito do indicativo) podem conferir certa “factualidade” ao segmento condicional hipotético da primeira oração.

Uma questão também tratada foi a organização das construções com “*se... verbo ser + porque*” no discurso, com a consideração do estatuto informacional e das funções discursivas de tópico e foco. Para isso, buscou-se, em um primeiro momento, desfazer dicotomias, como: a atribuição de informação familiar à posição inicial de uma construção e de informação não familiar à posição final de uma construção; a associação entre tópico e informação familiar (dada) e entre foco e informação não familiar (nova). Embora a análise dos dados tenha trazido ocorrências com tais características, mostrou-se que a descrição dos fatos linguísticos não se restringe a essa dicotomia.

No que tange à questão do estatuto informacional, observou-se que as combinações presentes entre as orações da estrutura com “*se... verbo ser + porque*” demonstram que entram em confronto o princípio de ordenação linear e a natureza sintática da construção. Destacam-se algumas combinações, como “informação evocada + informação inferível” e “informação nova + informação nova”, sendo utilizadas cada uma delas com propósitos particulares.

Em relação ao tópico, verificou-se que a oração condicional manifesta-se, com motivações específicas, por contraste, exemplificação, paráfrase ou resumo, funções já presentes nas condicionais canônicas. Ademais, constatou-se que, nas entrevistas, o conteúdo da oração condicional, quando traz informação familiar, pode remeter tanto ao próprio enunciado do locutor, com o intuito de reforçar uma ideia, quanto ao enunciado emitido pelo interlocutor, podendo estar envolvida, neste último caso, a preservação de face. Notou-se, ainda, que o assunto (bem como o verbo) presente no segmento condicional pode ser determinado de acordo com o tipo de registro da língua (formal/informal) e o tipo de fonte utilizado.

No que diz respeito ao foco, destaca-se que a presença dele em “*se... ser porque*” indica uma significativa diferença de uso dessa estrutura em relação às condicionais e às causais canônicas. Em *se... ser porque*, a partir da focalização da segunda oração da construção, apresenta-se, por exemplo, consoante Montolío (1999), uma causa como uma base para anular outras inferências possíveis, ou seja, o locutor, antes que o interlocutor

aponte uma causa, ressalta aquela que deve prevalecer, em detrimento de outras possíveis. Ademais, em “se... ser porque”, há casos em que o interlocutor já indicou a causa, e, em seguida, o locutor procura anulá-la, apresentando outra causa, que pretende destacar.

No que tange ao foco, no exame da construção com “se... ser porque”, verificaram-se, ainda, aspectos mais pontuais. Observou-se que o papel do foco não se limita a ressaltar informação não familiar, embora isso ocorra com frequência. Nos casos de informação não familiar, o segmento focalizado pode trazer informação requisitada pelo interlocutor, indicando uma negação ou uma discordância do locutor em relação ao posicionamento do interlocutor. Nas situações de informação familiar, por outro lado, a oração focalizada pode trazer reformulação de conteúdo explicitado anteriormente, reiterar um ponto de vista diferente sobre uma questão posta em discussão. O segmento focalizado pode envolver, ainda, a polifonia, que vem marcada ou não na estrutura da construção. No exame da focalização, ficou evidenciado que uma análise dos papéis assumidos pelo foco deve considerar não apenas o conteúdo explicitado “dentro” da construção com *se... ser porque*, mas também uma porção maior do texto, como a que se compreende no par “pergunta-resposta” da entrevista.

A análise das construções com “se... verbo *ser* + *porque*”, com os resultados obtidos expostos, pode contribuir para que sejam revistas dicotomias rígidas estabelecidas nas gramáticas tradicionais entre “coordenação” e “subordinação”. Além disso, tal exame permite que seja questionada a atribuição de conceitos generalizantes pelas gramáticas tradicionais às relações de condição e de causa, que não estão de acordo com seu uso efetivo, já que, como se mostrou, as estruturas com *se... ser porque*, apesar de conservarem traços das condicionais canônicas e das causais canônicas, exibem peculiaridades de uso, com a produção de sentidos e efeitos pragmáticos específicos.

Referências

- AKATSUKA, N. Conditionals are discourse-bound. In: TRAUGOTT, E. C. *et al.* (Orgs.) *On conditionals*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- AMORIM, F. da S. Gramaticalização no domínio da causalidade. *Estudos da Lingua(gem)*. Vitória da Conquista, v. 10, n. 1, p. 47-62, 2012.
- ANDRADE, M. L. da C. V. *et al.* Discurso e interação: a polidez nas entrevistas. In: GÄRTNER, E. *et al.* (Orgs.) *Estudos de linguística textual do português*. Frankfurt am Main: TFM, 2000.
- _____. Estratégias pragmático-discursivas e controle situacional em entrevistas. In: URBANO, H. *et al.* (Orgs.) *Dino Preti e seus temas: oralidade, literatura, mídia e ensino*. São Paulo: Cortez, 2001.
- ANTONIO, J. D. Orações hipotáticas adverbiais e mudança de tópico em narrativas orais e em narrativas escritas do português. *VEREDAS*, Juiz de Fora, v. 8, n. 1, jan./dez., p. 41-52, 2004.
- AZEREDO J. C. de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BAGNO, M. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2011.
- BAKHTIN, M. M. *Estética da criação verbal*. - trad. Maria E. G. G. Pereira - São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BARRETO, T. de M. Gramaticalização das conjunções na história do português. *Tese de Doutorado*, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.
- BARROS, D. L. P. Procedimentos e funções da correção na entrevista. *Congresso da Alfal*, 9, Campinas, 1990.
- BECHARA, E. *Lições de português pela análise sintática*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.
- _____. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- _____. *Gramática escolar da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.
- BITTENCOURT, D. L. R. de. A construção condicional hipotética e a modalidade: uma inter-relação lógica. *Cadernos do IL*, Porto Alegre, n. 44, jun., p. 75-96, 2012.
- BORBA, F. da S. *et al.* *Dicionário de usos do português do Brasil*. São Paulo: Ática, 2002.
- BOWERMAN, M. First steps in acquiring conditionals. In: TRAUGOTT, E. C. *ET AL.* (Orgs.) *On conditionals*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

BRAGA, M. L. Processos de combinação de orações: enfoques funcionalistas e gramaticalização. *SCRIPTA*, v. 5, n. 9, Belo Horizonte: PUC Minas, p. 23-34, 2001.

_____. Construções clivadas no português do Brasil sob uma abordagem funcionalista. *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 24, p. 173-196, jan./jun., 2009.

BROWN, P.; LEVINSON, S. C. *Politeness: some universals in language use*. Cambridge: University of Cambridge Press, 1987.

BYBEE, J. Cognitive processes in grammaticalization. In: TOMASELLO, M. (Org.). *The new psychology of language*. v. 2. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 2003.

CÂMARA JR. Nomenclatura gramatical. In: UCHÔA, C. E. F. (Org.) *Dispersos de J. Mattoso Câmara*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

CAMPOS, O. G. L. A. de S. A correlação modo-temporal em orações causais. In: _____ (Org.). *Descrição do Português: abordagens funcionalistas*. Série Encontros, Araraquara, p. 55-62, ano XVI, n. 1, 1999.

_____. Há correlação modo-temporal em orações causais? In: GÄRTNER, E. et al. (Eds.). *Estudos de gramática portuguesa (III)*. Frankfurt: TFM, 2000.

CAMPOS, O. G. L. A. de S. e GALEMBECK, P. de T. Tempos verbais: uma abordagem funcionalista. *Revista Alfa*, n. 38, Araraquara, p. 57-74, 1994.

CASTILHO, A. T. de. A gramaticalização. *Estudos linguísticos e literários*, nº 19, p. 25-64, Salvador, 1997.

_____. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CARONE, F. de B. *Subordinação e coordenação: confrontos e contrastes*. São Paulo: Ática, 1991.

CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Companhia Nacional, 2005.

CHAFE, W. L. Givenness, contrastiveness, definiteness, subjects, topics and point of view. In: Li, C. (ed.). *Subject and Topic*, New York: Academic Press, 1976.

_____. *The pear stories: cognitive, cultural, and linguistic aspects of narrative production*. Norwood: Ablex, 1980.

_____. How people use adverbial clauses. *Proceedings of the Tenth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*, p. 437-449, 1984.

_____. Cognitive constraints on information flow. In: TOMLIN, R. (Org.). *Coherence and grounding in discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1987.

CITELLI, A. *Linguagem e persuasão*. São Paulo: Ática, 1991.

COMRIE, B. *Aspect: an introduction to the study of verbal aspect and related problems*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001 (versão digital).

CORÔA, M. L. M. S. *O tempo nos verbos do português: uma introdução à sua interpretação semântica*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

CÔRTEZ, P. O. e MELLO, H. Modalidade no português brasileiro: as estruturas condicionais. *Proceedings of the 9th Brazilian Symposium in Information and Human Language Technology*, p. 163-167, Fortaleza, 2013.

CROUCH, R. The Temporal Properties of English Conditionals and Modals. *Ph.D. Dissertation.*, University of Cambridge, 1993.

CUNHA, C. & CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

CUNHA, M. A. F. da; COSTA, M. A. A interdependência dos componentes sintático, semântico e pragmático. *Veredas*, Juiz de Fora, v. 5, n. 2, p. 61-70, jul./dez., 2001.

CUNHA, C. F. da. *Gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: FAE, 1986.

CUNHA, M. A. F. *et al.* Pressupostos teóricos fundamentais. In: CUNHA, M. A. F. *et al.* (orgs.). *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CUTRER, M. Time and Tense in Narratives and everyday language. *Ph.D. Dissertation*, University of California, San Diego, 1994.

DANCYGIER, B. Interpreting conditionals: time, knowledge, and causation. *Journal of Pragmatics*, n. 19, p. 403-434, North-Holland, 1993.

DANES, F. Functional sentence perspective and the organization of the text. In: _____ (Ed.). *Papers on functional sentence perspective*. The Hague: Mouton, 1974.

DECAT, M. B. N. “Leite com manga, morre!”: da hipotaxe adverbial no português em uso. *Tese de Doutorado*, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1993.

_____. Por uma abordagem da (in)dependência de cláusulas à luz da noção de “unidade informacional”. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 23-38, 1999.

_____. A articulação hipotática adverbial no português em uso. In: _____. (Org.). *Aspectos do português: uma abordagem funcionalista*. São Paulo: Mercado de Letras, 2001.

_____. A função focalizadora de estruturas “desgarradas” no português falado e escrito: um estudo funcionalista de orações em sua ocorrência como enunciado independente. In: MARÇALO, M. *et al.* (Orgs.). *Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*. Universidade de Évora, 2010, p. 114-134.

DECLERCK, R., REED, S.: *Conditionals: A Comprehensive Empirical Analysis*. Mouton de Gruyter, Berlin/New York, 2001.

DEFENDI, C. L. e VALADARES, F. B. Usos de *porque*: uma análise gramático-funcional. *Entretextos*, Londrina, v. 14, n. 2, p. 140-159, jul./dez., 2014.

DIAS, N. B e COSTA, R. D. A gramaticalização de *por exemplo*. In: LIMA-HERNANDES, M. C. (Org.). *Gramaticalização em perspectiva: cognição, textualidade e ensino*. São Paulo: Paulistana, 2010.

DIAS DE MORAES, L. C. Nexos de coordenação na fala urbana culta de São Paulo. *Tese de Doutorado*, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

DIK, S. C. Some principles of Functional Grammar. In: DIRVEN, R. & FRIED, V. (Eds.). *Functionalism in Linguistics*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1987.

_____. *The theory of functional grammar*. Dordrecht-Holland, Cinnaminson-USA. Dordrecht-Holland. Providence RI-USA: Foris Publications, 1989.

_____. *The theory of functional grammar*. Dordrecht-Holland, Cinnaminson-USA. Dordrecht-Holland. Providence RI-USA: Foris Publications, 1997.

DOUVEN, I; VERBRUGGE, S. The Adams family. *Cognition* 117, 2010, p. 302-318.

DUARTE, P. M. T. Elementos para o estudo da paráfrase. *Revista Letras*, Curitiba, Ed. UFPR, n. 59, p. 241-259, 2003.

DUCROT, O. *Princípios de semântica linguística: dizer e não dizer*. São Paulo: Cultrix, 1977.

_____. *Provar e dizer: leis lógicas e leis argumentativas*. - trans. Maria A. Barbosa, Maria de Fátima G. Moreira, Cidmar T. Pais - São Paulo: Global, 1981.

_____. *O dizer e o dito*. - trad. Eduardo Guimarães -.São Paulo: Pontes, 1987.

DUCROT, O. & VOGT, C. De *magis* a *mais*: uma hipótese semântica. In: VOGT, C. *Linguagem, pragmática e ideologia*. São Paulo Hucitec, 1980.

ECO, U. *Tratado de semiótica general*. Barcelona: Editorial Lumen, 2000.

FÁVERO, L. L. A representação da imagem pública nas entrevistas. *Linha D'Água*, n. especial, p. 67-72, jan., 2000a.

_____. A entrevista na fala e na escrita. In: PRETI, D. (Org.). *Fala e escrita em questão*. São Paulo: Humanitas, 2000b.

FATORI, M. J. Um estudo semântico-discursivo sobre o emprego do presente do indicativo no português do Brasil. *Tese de Doutorado*, Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2010.

FÁVERO, L. L. e ANDRADE, M. L. da C. V. de O. Os processos de representação da imagem pública nas entrevistas. In: PRETI, D. (Org.). *Estudos de língua falada: variações e confrontos*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

FERRARI, L. V. Postura epistêmica, ponto de vista e mesclagem em construções condicionais na interação conversacional. *VEREDAS*, Juiz de Fora, v. 3, n. 1, p. 115-128, 1999.

_____. Os parâmetros básicos da condicionalidade na visão cognitivista. *Veredas*, Juiz de Fora, v.4, n.1, p. 21-30, 2000.

_____. Construções gramaticais e a gramática das construções condicionais. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, p. 143-150, 2001.

_____. *Introdução à linguística cognitiva*. São Paulo: Contexto, 2014.

FERREIRA, A. B. de H. *Novo Dicionário Aurélio da língua portuguesa*. Curitiba: Positivo, 2004.

FERREIRA, M. B. Cláusulas condicionais: uma abordagem funcional discursiva. *Dissertação de Mestrado*, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

FIORIN, J. L. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática, 2006.

FORD, C. E. Dialogic aspects of talk and writing: *because* on the interactive continuum. *Text* 14, n. 4, p. 531-554, 1994.

_____. The treatment of contrasts in interaction. In: COUPER-KUHLEN, E. & KORTMANN, B. (Orgs.). *Cause, condition, concession, contrast: cognitive and discourse perspectives*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2000, p. 283-311.

FORD, C. E. & THOMPSON, S. A. Conditionals in discourse: a text-based study from English. In: TRAUGOTT, E. C. et al. (Orgs.). *On conditionals*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

FORSTON, B. W. An approach to semantic change. In: JOSEPH, B.; JANDA, R. D. (Orgs.). *The handbook of historical linguistics*. Malden: Blackwell Publishing, 2005.

FREITAG, R. M. K. *et al.* Emergência e regularização de usos em categorias verbais do português: gradações de modalidade nos valores condicional, iminencial e habitual no domínio do passado imperfeito. *Revista do Gelne*, v. 15, n. 1/2. Natal: UFRN, p. 99-122, 2013.

GALEMBECK, P. de T. Tempo verbal e construção do ato conversacional. *Boletim da Abralin*, n. 15, p. 122-128, 1994.

_____. Preservação da face e manifestação de opiniões. In: PRETI, D. et al. (Orgs.). *O discurso oral culto*. São Paulo: Humanitas, 1997.

_____. Correlação modo-temporal e valores lógico-semânticos no complexo condicional. In: CAMPOS, O. G. L. A. (Org.) *Descrição do Português: abordagens funcionalistas*. Série Encontros, Araraquara, p. 63-80, ano XVI, n. 1, 1999.

GALEMBECK, P. de T.; PETRONI, A. F. Procedimentos de abertura de tópicos e subtópicos em entrevistas. In: URBANO, H. et al. (Orgs.). *Dino Preti e seus temas: oralidade, literatura, mídia e ensino*. São Paulo: Cortez, 2001.

GARCÍA-MOLINS, A. L. Relaciones paratáticas e hipotáticas. In: DEMONTE, V. & BOSQUE, I. (Orgs.). *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Espasa Calpe, 2000.

GARCIA, O. M. *Comunicação em prosa moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

GAUKER, C. *Conditionals in context*. Cambridge: MIT Press, 2005.

GIVÓN, T. *Syntax: a functional-typological introduction*. v. 1. Amsterdam: John Benjamins, 1984.

_____. *Syntax: a functional-typological introduction*. v. 2. Amsterdam: John Benjamins, 1990.

_____. *Functionalism and grammar*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 1995.

_____. *Syntax: an introduction*. v. 1. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2001.

GONÇALVES, C. A. Foco e topicalização: delimitação e confronto de estruturas. *Revista de Estudos Linguísticos*, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 31-50, jan./jun., 1998.

GONÇALVES, S. C. L. *et al.* Tratado geral sobre gramaticalização. In: GONÇALVES, S. C. L. *et al.* (Orgs.). *Introdução à gramaticalização: princípios teóricos e aplicação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

GÖRSKI, E. Motivações discursivas em competição na ordenação de orações temporais. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 35, nº 1, p. 97-120, março de 2000.

GOUVEIA, E. L & ROAZZI. *Se e quando: sinônimos?!!!* In: *Psicologia: teoria e pesquisa*. Brasília, v. 17, n. 3, p. 265-273, 2001.

GRYNER, H. Variação modal como estratégia argumentativa. In: MACEDO, A. T. *et al.* (Orgs.). *Variação e discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

GUIMARÃES, E. Não só... mas também: polifonia e argumentação. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, n. 8, p. 79-108, 1985.

HAIMAN, J. Conditionals are topics. *Language*, v. 54, n. 3, p. 564-589, 1978.

HALLIDAY, M. A. K. Notes on transitivity and theme in English (part II). *Journal of Linguistics* 3, 1967, p. 177-274.

_____. Estrutura e função da linguagem. In: LYONS, John (org.). *Novos horizontes em linguística*. São Paulo: Cultrix, 1976.

_____. As bases funcionais da linguagem. Tradução portuguesa de Rodolfo Ilari. In: DASCAL, M. (org.) *Fundamentos metodológicos da linguística*. São Paulo: Global Editora, 1978.

_____. *An introduction to functional grammar*. London: Arnold, 2004.

HARRIS, M. Concessive clauses in English and Romance. In: HAIMAN, J. & THOMPSON, S. A. *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1988, p. 71-99.

HEINE, B. *et al.* *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: University of Chicago, 1991(a).

HEINE, B. *et al.* *From cognition to grammar: evidences from African languages*. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (Orgs.) *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamin, 1991(b).

HENGVELD, K. *Adverbial constructions in the languages of Europe*. New York: Mouton de Gruyter, 1998.

HIRATA, F. B. de M. A hipotaxe adverbial condicional no português escrito contemporâneo do Brasil. *Dissertação de Mestrado*, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1999.

HIRATA-VALE, F. B. de M. Articulação de orações no português escrito no Brasil: as orações condicionais. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, p. 126-142, 2001.

_____. A expressão da condicionalidade no português escrito do Brasil: contínuo semântico-pragmático. *Tese de Doutorado*, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2005.

HIRATA-VALE, F. B. de M. e OLIVEIRA, T. P. A condicionalidade como zona conceitual. *Revista DELTA* (no prelo).

HOFFNAGEL, J. C. Entrevista: uma conversa controlada. In: DIONÍSIO, A. P. et al. (Orgs.) *Gêneros textuais e ensino*. 4. Ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

HOPPER, P. J. & TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

HOUAISS, A. *Grande Dicionário Houaiss Beta da Língua Portuguesa*. Versão Online. In: <http://houaiss.uol.com.br>.

HUDDLESTON, R. *Introduction to the Grammar of English*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

ILARI, R. *Perspectiva funcional da frase portuguesa*. Unicamp: Edunicamp, 1992.

KATO, M. A. *et al.* As construções-q no português brasileiro falado: perguntas, clivadas e relativas. In: KOCH, I. G. V. (Org.) *Gramática do português falado*. Campinas: Unicamp, 2002.

KATZ, J. J.; FODOR, J. A. The structure of a semantic theory. *Language*, v. 39, 1963.

KOBASHI, C. M. Semanticização e discursivização das construções condicionais no português popular falado na cidade de São Paulo. *Filologia e Linguística Portuguesa*, n. 13, v. 1, p. 127-145, São Paulo, 2011.

- KOCH, I. G. V. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 1993.
- _____. *O texto e a construção de sentidos*. São Paulo: Contexto, 2000.
- _____. *As tramas do texto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- KOCH, I. G. V. e TRAVAGLIA, L. C. *A coerência textual*. São Paulo: Contexto, 2004.
- KOCH, I. G. V. *et al.* Aspectos do processamento do fluxo de informação no discurso oral dialogado. In: CASTILHO, A. T. de. (Org.). *Gramática do português falado*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1996.
- KÖNIG, E. Conditionals, concessive conditionals and concessive: areas of contrast, overlap and neutralization. In: TRAUGOTT, E. C. ET AL. (Orgs.) *On conditionals*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- KOVACCI, O. *Estudios de gramática española*. Buenos Aires: Edicial, 1986.
- KUNO, S. 1972. Functional sentence perspective. *Linguistic Inquiry* 3, p. 269-320, 1972.
- KURY, A. da. G. *Novas lições de análise sintática*. São Paulo: Ática, 1997.
- LAKOFF, G. & JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago: Chicago University Press, 2003.
- LAMBRECHT, K. *Information structure and sentence form: topic, focus, and the mental representations of discourse referents*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- LEHMANN, C. Towards a typology of clause linkage. In: THOMPSON, S; HAIMAN, J. (orgs.) *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1988, p. 181-225.
- LONGACRE, R. E. Sentences as combinations of clauses. In: SHOPEN, T. (ed.). *Language typology and syntactic description: complex constructions*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, v. II.
- LOPES, M. H. C. C. Aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos das construções causais: contributo para uma reflexão sobre o ensino da gramática. *Tese de Doutorado*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004.
- LOPES, A. C. M. Contributos para uma análise semântico-pragmática das causais de enunciação no português europeu contemporâneo. *Alfa*, n. 56, v. 2, São Paulo, p. 451-468, 2012.
- LOWE, I. Conditional clauses: their information status and discourse function. In: HWANG, S. J. J.; MERRIFIELD, W. R. (Orgs.). *Language in context: essays for Robert E. Longacre*. Texas: The Summer Institute of Linguistics, 1992.
- MANN, W. C. & THOMPSON, S. A. Rhetorical structure theory: Toward a functional theory of text organization. *Text* 8, p. 243-281, 1988.

MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *Análise da conversação*. São Paulo: Ática, 2003.

MARGARIDO, R. Construções (coordenadas) adversativas e construções (subordinadas) adverbiais concessivas em português: pontos de contato e de contraste na língua em função. *Dissertação de Mestrado*, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2010.

MARÍA, J. G. de. Condición y hipótesis más allá de lo real y lo irreal. *Revista de Lingüística y Lenguas Aplicadas*, v. 4, 2009, p. 79-88.

MARQUES, R. R. O modo em condicionais contrafactuais e hipotéticas. *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, APL, p. 325-335, 2001.

MARTINET, A. *Função e dinâmica das línguas*. Coimbra: Almedina, 1995.

MATEUS, M. H. M. *et al.* *Gramática da língua portuguesa: elementos para a descrição da estrutura, funcionamento e uso do português actual*. Coimbra: Almedina, 1983.

MATTHIESSEN, C. & THOMPSON, S. A. The structure of discourse and 'subordination'. In: HAIMAN, J. & THOMPSON, S. A. (eds.). *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1988.

MAZZOLENI, M. The pragmantax of some Italian conditionals. *Journal of Pragmatics*, v. 21, n. 2, 1994, p. 123-140.

MIOTO, C. Focalização e quantificação. *Revista Letras*, n. 61 (n. especial), p. 169-189, UFPR, 2003.

MODENA, M. E. M. *Edifício Master: um estudo sobre face em entrevistas de cinema documentário*. São Paulo: EDUC, 2013.

MÓDOLO, M. Gramaticalização das construções correlativas no português. *Tese de Doutorado*. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

MONNERAT, R. S. M. Graus de vinculação das condicionais no discurso publicitário. *Linguagem & Ensino*, Pelotas: UCPel, v. 6, n. 2, p. 149-161, 2003.

MONTOLÍO, E. D. Las construcciones condicionales. In: BOSQUE, M. *et al.* (Orgs.) *Gramática descriptiva de la lengua española*. v. 3. Madrid: Espasa Calpe, 1999.

MORIN, E. As entrevistas nas Ciências Sociais, no Rádio e Televisão. In: MOLES, A. A. *et al.* *Linguagem na cultura de massa: televisão e canção*. Petrópolis: Vozes, 1973.

NEVES, M. H. de M. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. As construções causais. In: _____ (Org.). *Gramática do português falado: novos estudos*. v. 3. Campinas: Humanitas, 1999a.

_____. As construções condicionais. In: _____ (Org.). *Gramática do português falado*. v. 3. Campinas: Editora da Unicamp, 1999b.

_____. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. Uma introdução ao funcionalismo: proposições, escolas, temas e rumos. In: Maria Elizabeth A. Crhistiano; Camilo Rosa Silva; Dermeval da Hora. (Org.). *Funcionalismo e gramaticalização: teoria, análise e ensino*. João Pessoa: Ideia, 2004, v. , p. 13-28.

_____. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. Intersubjetividade e interlocução nas relações de causalidade: a funcionalidade dos juntivos causais na língua portuguesa. *Linguística*, v. 30, n. 2, p. 113-140, 2014.

NEVES, M. H. de M. *et al.* As construções hipotáticas. In: ILARI, R.; NEVES, M. H. M. (Orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil: classes de palavras e processos de construção*. Campinas: Editora UNICAMP, 2008, v. 2, p. 937-1015.

NOORDMAN, L. G. M. & BLIJZER, F. de. On the processing of causal relations. In: COUPER-KUHLEN, E. & KORTMANN, B. (Orgs.). *Cause, condition, concession, contrast*. New York: Mouton de Gruyter, 2000.

OITICICA, J. *Manual de análise léxica e sintática*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1953.

_____. *Teoria da correlação*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1962.

OLIVEIRA, T. P. de. Conjunções e orações condicionais no português do Brasil. *Tese de Doutorado*, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2008.

OLIVEIRA, T. P. e HIRATA-VALE, F. B. de M. Orações correlativas hipotéticas no português. *Revista da Abralin*, v. 10, n. 2, p. 143-172, 2011.

ORDÓÑEZ, S. G. *Temas, remas, focos, tópicos y comentarios*. Cuadernos de Lengua Española, Madrid, Arco Libros, 2000.

PAIVA, M. da C. Ordenação de cláusulas causais: forma e função. *Tese de Doutorado*, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

_____. A ordem não marcada das cláusulas *porque*. In: CAMPOS, O. G. L. A. de S. (Org.). *Descrição do português: abordagens funcionalistas*, Araraquara, UNESP, v. 1, p. 263-280, 1999.

_____. Articulação de orações: uma perspectiva variacionista. *Gragoatá*, Niterói, n. 9, p. 101-114, 2000.

_____. Gramaticalização de conectores no português do Brasil. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, p. 35-46, 2001.

PAIVA, M. da C. de & BRAGA, M. L. Cláusulas introduzidas por *porque*: da sintaxe ao discurso. In: MOLLICA, M. C. de M. (Org.). *Usos da linguagem e sua relação com a mente humana*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.

_____. Conjunções lexicais e gramaticais: o caso de *por causa de*. *Gragoatá*, Niterói, n. 21, p. 73-86, 2006.

PAYNE, T. E. *Describing morphosyntax: a guide for field linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

PAZ, G. B. *Géneros periodísticos informativos*. México: Editorial Pax México, 1990.

PERELMAN, C. & OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PERINI, M. A. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 2004.

PEZATTI, E. G. “O Funcionalismo em Linguística”. In: BENTES, A. C.; MUSSALIM, F. (Org.). *Introdução à Linguística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004, v. 3, p. 165-218.

_____. Clivagem e construções similares sob a perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 112-126, 2013.

PEZATTI, E. G. e MARQUES, N. B. N. *A relação conclusiva na língua portuguesa: funções resumo, conclusão e consequência*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

PRETI, D. Entre o oral e o escrito: a transcrição de gravações. In: _____. *Oralidade em textos escritos*. São Paulo: Humanitas, 2009.

PRINCE, E. F. Toward a taxonomy of given-new information. In: COLE, P. (Ed.). *Radical Pragmatics*. New York: Academic Press, 1981.

QUIRK, R. S. et al. *A comprehensive grammar of the English language*. London: Longman, 2008.

REILLY, J. S. The acquisition of temporals and conditionals. In: TRAUGOTT, E. C. et al. (Orgs.). *On conditionals*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

RIBEIRO, M. “Tudo o que existe, desde maravilhas a catástrofes, é resultado de algum trabalho, uma vez que ele não se limita apenas ao homem, mas, sim, a todo o universo”: o papel da correlação inovadora, um exercício cognitivo? *Tese de Doutorado*. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

RISSO, M. S. O articulador discursivo “então”. In: CASTILHO, A. T. de. & BASILIO, M. (Orgs.). *Gramática do português falado: estudos descritivos*. Campinas: Editora da Unicamp/FAPESP, 1996.

ROCHA LIMA, C. H. da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.

RODRIGUES, A. C. S. et al. Formas de pretérito perfeito e imperfeito do indicativo no plano textual-discursivo. In: KOCH, I. G. V. (Org.). *Gramática do português falado*. v. 6. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

RODRIGUES, A. T. C. As orações de tempo e condição na fala da criança: uma perspectiva sócio-funcionalista. *Dissertação de Mestrado*, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

RODRIGUES, V. V. Correlação. In: VIEIRA, S. R. & BRANDÃO, S. F. (Orgs.). *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2009.

RODRÍGUEZ, C. G. El ámbito semántico de causalidad. In: BOSQUE, I. & DEMONTE, V. (Orgs.). *Gramática descriptiva de la lengua española*. v. 3. Madrid: Espasa Calpe, 1999.

ROSÁRIO, I. da C. Construções correlatas aditivas em perspectiva funcional. *Tese de Doutorado*. Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, 2012.

ROSCH, E. Principles of categorization. In: AARTS, B. et al. (Orgs.). *Fuzzy grammar*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

SAID ALI, M. *Gramática secundária da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

SANTOS, M. L. M. dos. Semântica de condicionais e contexto. *Tese de Doutorado*, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SANTOS, C. M. M. Inferências na argumentação e na construção de conhecimento: explorando situações escolares. *Pro-Posições*, v. 18, n. 3, p. 53-74, 2007.

SANTOS, J. C. L. dos. O funcionamento das perguntas semirretóricas de construção in situ no discurso de sala de aula. *Revista do Curso de Letras da UNIABEU*, Nilópolis, v. 3, n. 2, p. 32-45, 2012.

SCHACHTER, J. C. Presupposition and counterfactual conditional sentences. *Ph. Dissertation*. University of California, Los Angeles, 1971.

SCHLEPPEGRELL, M. J. Subordination and linguistic complexity. *Discourse Processes*, v. 15, n. 1, 1992, p. 117-131.

SEGUNDO, P. R. G. A progressão tópica em entrevistas de televisão. *Linha D'Água*, n. 16, p. 129-142, 2003.

SILVA, A. F. da. A construcionalização gramatical de “foi quando” como conector. *Tese de Doutorado*, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

SOARES, M. B. *Técnica de redação: as articulações linguísticas como técnica de pensamento*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2011.

SOUSA, G. C. de. Se tempo fosse condição: um estudo das estruturas de tempo e de condição no português oral brasileiro. *Dissertação de Mestrado*, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2003.

SOUZA, G. A. de. Orações condicionais correlativas no português. *Dissertação de Mestrado*, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso do Sul, 2015.

SOUZA, M. S. de. Entrevista: aspectos linguísticos e pragmáticos. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, n. 4, v. 1, p. 65-88, p. 1996a.

SOUZA, M. S. C. de. A hipotaxe adverbial temporal: uma abordagem funcionalista. *Tese de Doutorado*, Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 1996b.

STUKKER, N. & SANDERS, T. Subjectivity and prototype structure in causal connectives: a cross-linguistic perspective. *Journal of Pragmatics*, Elsevier, v. 44, n.2, London, p. 169-190, 2012.

SVARTMAN, F. R. F. A distinção foco/tópico em tzotzil, jakaltek, tembé, xavante, português brasileiro e português europeu. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 57-87, jul./dez., 2008.

SWEETSER, E. *From etymology to pragmatics: metaphorical and cultural aspects of semantic structure*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

TAYLOR, J. R. *Linguistic categorization*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

THOMPSON, S. A. *et al.* Adverbial clauses. In: SHOPEN, T. (ed.). *Language typology and syntactic description: complex constructions*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, v. II.

TLÁSKAL, J. Observações sobre tempos e modos em português. In: CARVALHO, J. H. de & SCHMIDT-RADEFELDT, J. (Orgs.). *Estudos de Linguística Portuguesa*. Coimbra: Editora Coimbra, 1984.

TOMASELLO, M. *Origens culturais da aquisição do conhecimento humano*. - trad. Claudia Berliner - São Paulo: Martins Fontes, 2003.

TRAUGOTT, E. C. & DASHER, R. B. *Regularity in semantic change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

TRAUGOTT, E. & HEINE, B. *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 1991.

TRAVAGLIA, L. C. Da distinção entre orações coordenadas explicativas e orações subordinadas causais: uma questão sintática, semântica ou pragmática. *Letras & Letras*, Uberlândia, v. 2, n. 2, p. 241-286, 1986.

_____. O uso do futuro do pretérito no português falado. In: NEVES, M. H. de M. (Org.). *Gramática do português falado*. v. 7. São Paulo: Humanitas, 1999.

_____. O relevo no português falado: tipos e estratégias, processos e recursos. In: NEVES, M. H. de M. (Org.). *Gramática do português falado*. v. 7. São Paulo: Humanitas, 2002.

_____. O relevo no processamento de informação. In: JUBRAN, C. C. A. S. & KOCH, I. G. V. (Orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

_____. O aspecto verbal no português: a categoria e sua expressão. Uberlândia: EDUFU, 2015 (versão digital).

VAN VALIN, R. D. & LAPOLLA, R. J. *Syntax: structure, meaning and function*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

VAZ LEÃO, A. *O período hipotético iniciado por se*. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade de Minas Gerais, 1961.

VOGT, C. Indicações para uma análise semântica argumentativa das conjunções “porque”, “pois” e “já que”. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, n. 1, p. 35-50, 1978.

ZAMPRONEO, S. A hipotaxe adverbial concessiva no português escrito contemporâneo do Brasil. *Dissertação de Mestrado*. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 1998.

ZUMBIZARRETA, L. Las funciones informativas. In: BOSQUE, I; DEMONTE, V. *Gramática descriptiva de la lengua española*. v. 3. Madrid: Espasa Calpe, 2000.